

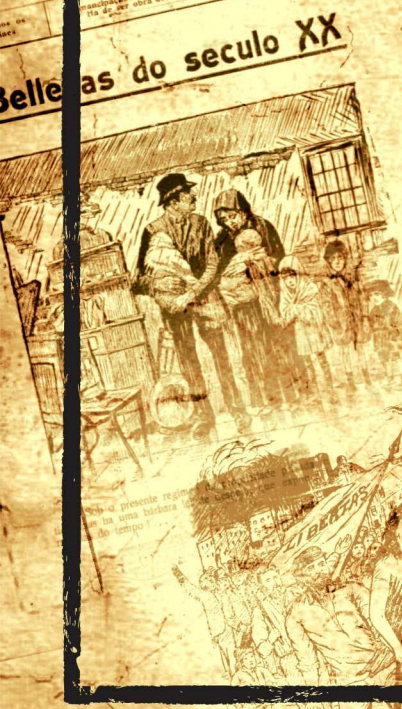
ROGÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO

JORNAL & REVISTA DE TRABALHADORES:

PENSAMENTO COLETIVO & INDISCIPLINA, EXPERIMENTOS
& EMERGÊNCIA DE SABERES ANARQUISTAS NO BRASIL

◆.....(1907-1915).....◆

10 de Junho de 1920
A OBRA
Revista de Cultura Popular
Trabalha na grande
obra dos homens livres



A VIDA

An illustration of a man and a woman embracing. The man is wearing a long coat and has his arm around the woman. They are standing in front of a draped fabric.

a Lanterna
ORGAN DA LIGA ANTI-CLERICAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
TIRAGEM 10.000
EXEMPLARES

Orgão de EDUARDO LEIBENROTH
Publicado em Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil
3 de Maio de 1915

A VOZ DO TR

ORGAN DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA
PRIMEIRO DE

An illustration of a man in a long coat standing over a pile of skulls. The word 'LIBERDADE' is written above the skulls. The man has his arms outstretched.

LIBERDADE

N244j Nascimento, Rogério Humberto Zeferino.
Jornal e revista de trabalhadores [livro eletrônico] : pensamento coletivo e indisciplina, experimentos e emergência de saberes anarquistas no Brasil (1907 - 1915) / Rogério Humberto Zeferino Nascimento. - Campina Grande, 2020.
280 f.

E-book
ISBN 978-65-86302-15-8
Referências.

1.
1. História do Brasil. 2. Educação. 3. Indisciplina. 4. Trabalhadores. 5. Pensamento Coletivo. 6. Sociedade. 7. Anarquismo. I. Título.

CDU 94(81)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIO GUSTAVO DINIZ DO NASCIMENTO CRB-15/515

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
editoradaufcg@gmail.com

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Projeto gráfico

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

JORNAL & REVISTA DE TRABALHADORES:

**PENSAMENTO COLETIVO & INDISCIPLINA, EXPERIMENTOS
& EMERGÊNCIA DE SABERES ANARQUISTAS NO BRASIL**

◆.....(1907-1915).....◆

Campina Grande - PB

2020

Dedicatória



Às crianças!

Suas perguntas, que insistem em não calar, desconcertam!

Suas observações, irreverentes, subvertem!

Seus modos, espontâneos, encantam!

Sumário



Prefácio Edson Passetti	09
Introdução	15
VOL 1 O anarquismo no Brasil: pensamentos e perspectivas analíticas	35
Formação do pensamento e do movimento anarquista no Brasil e a literatura especializada das Humanidades	37
O movimento anarquista e a questão social no Brasil	56
Anarquismo, movimento operário e sindicalismo	62
Correntezas libertárias (anarquistas, individualistas, anarcossindicalistas, comunistas libertários)	63
VOL 2 Vida como experimento: sociabilidades e saberes em periódicos anarquistas	75
Floreal [1907]	88
<i>Germinação</i> [1913]	106
Rebelião (A) [1914]	162
Vida (A) [1914-1915]	196
VOL 3 Arquia? Anarquia!: perspectiva relacional nos estudos da sociedade	239
Referências	268

REBELIÃO

*Com gemidos agoureiros,
Num pavoroso lamento,
Lá fóra perpassa o vento
Chicoteando os pinheiros;
E a noite caliginosa,
De uma tristeza superna,
E' como a boca monstruosa
De uma monstruosa caverna.*

*Chove. O arvoredado farfalha,
Soturno o trovão ribomba
Como longínqua metralha.
Depois o silêncio tomba.
Purido e trêmulo escuto,
Mergulho a vista lá fóra
E vejo a terra de luto,
E ouço uma voz que apavora.*

*Como um vago mumúrio,
Mansa a princípio ela ecôa,
Depois é um grito bravio
Que pela noite reboa,
Que para a noite se eleva
Num pavoroso transporte,
Como um soluço da treva,
Como um fremito de morte.*

*Essa voz cheia de ameaças,
De imprecações e rugidos,
E' o clamor das populaças,
E' a voz dos desprotegidos.
Medonha, relutante e rouca,
Vem desse mundo sombrio
Dos que tiritam de frio
E não têm pão para a boca.*

*Vem das lobregas choupanas
Onde em tarimbas sem nome
Há criaturas humanas
Agonizando com fome;
Vem da cloaca deletéria
Em que a "Justiça" comprime
Esses que a mão da miséria
Poz no caminho do crime;*

*Do quartel – açougue enorme,
Onde á espera da batalha,
Morta de fadiga dorme
A carne para metralha,
Dos hospitais, dos hospícios,
Dos tascos onde ressona
A grey de todos os vícios
Que a miséria proporciona.*

*Ah! nesse grito funesto,
Nesse rugido palpita
Um rancoroso protesto;
E' o povo, a plebe maldita,
Que sombria, ameaçadora,
Nas vascas do sofrimento
Mistura aos uivos do vento
A grande voz vingadora.*

*Tremei, vampiros nojentos,
Tremei, nos vossos dourados
Palacetes opulentos!
O sangue dos desgraçados
Sugai, bebei gota a gota,
Não tarda que chegue o instante
Em que a turba se levante
Sedenta, faminta e rota.*

*E quando começa a luta,
Quando explodir a tormenta,
A sociedade corrupta,
Execrável e violenta,
Iniqua, vil, criminosa,
Há de cair aos pedaços,
Há de voar em estilhaços
Numa ruína espantosa.*

Ricardo Gonçalves
A Plebe
São Paulo – SP
Ano 01 – Nº 01
09.07.1917
Página 02

Prefácio

A vida dos livres em arquivos vivos.

Edson Passetti¹

jornal e revistas de trabalhadores: pensamento coletivo & indisciplina, experimentos & emergência de saberes anarquistas no brasil (1907-1915) é o incontornável livro de Rogério Humberto Zeferino Nascimento para quem é, não sabe se é mas presente, quem nunca deixou de ser alguém que se revira, revolve os experimentos e produz revolta anarquista.

O tempo ficou distante e jamais está em nossa proximidade quando se pesquisa ou simplesmente se lê um escrito classificado e arquivado, convencionalmente, no passado pelo saber tradicional, um saber que recusa a atualidade anarquista inventiva de novas tradições. Os arquivos anarquistas, da mesma maneira que a existência libertária, dispensam-se tanto das sentinelas guardadoras das paredes de vidros que involucram o passado, como dos pastores que pretendem guiar o presente pelas pistas pavimentadas em direção ao horizonte, às utopias.

Os anarquismos rompem o limite entre o passado e o presente e instauram os limiares pelos quais transitamos com experiências históricas e invenções nos dias e noites de hoje. Um livro convencional sobre o chamado passado dos trabalhadores é sempre inofensivo; fala de infância da classe operária, sua maturidade e olvida o quanto de senilidade, ainda que juvenil, lá havia em nome dos condutores de consciência. O livro de Rogério Nascimento, decorrente da pesquisa libertária sobre o passado não nos desvia dos espaços onde acontecem as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais; não recomenda prudentemente modos de amenizar a história das violências com direitos sociais e políticas públicas sempre compensatórias, orquestrados pela democracia representativa e participativa. A desigualdade permanece com qualquer regime político; ela precisa de Estado, sustenta esta escabrosa saúde de Estado.

As crianças livres e os anarquistas sempre subvertem. Estão no espaço em que nada é fixo, constante e imutável, como situaram Proudhon e Bakunin. As crianças livres são sempre guerreiras, evitam o uso de violência, medem força umas com as outras, não perseguem direitos, tampouco são tortas ou aprisionadas em normalidade, jamais baixam a cabeça e obedecem aos superiores, abdicando de suas liberdades experimentáveis. São como o planeta Terra com seu

¹ Professor livre docente no Depto de Ciências Sociais e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Coordena o nu-sol. Núcleo de Sociabilidade Libertária www.nu-sol.org PUC-SP. Contato passetti@matrix.com.br

eixo ligeiramente inclinado, desconhecem abstrações e regramentos de condutas retas, sabem que precisam de gente mais experiente sempre por perto desde que não sejam edificadores, conservadores e restauradores de hierarquias laicas ou eclesiásticas. As crianças, são também para os anarquistas, a continuidade da vida livre impossível de ser contida numa teoria ou na sequência de enunciados sobre a objetividade. Elas anarquizam os anarquistas, assim como as considerações de Max Stirner, quase simultaneamente ao anarquismo de Proudhon, o fizeram. Os anarquistas e os anarquismos não têm descanso. E não cessam.

Um livro em volumes: 1, 2 e 3. Analítica histórica, publicações radicais e as relações anarquistas. Rogério Nascimento publica com a editora da Universidade Federal de Campina Grande (PB) um belo livro-tese. Antes seu intenso livro-dissertação sobre Florentino de Carvalho foi publicado pela Editora Achiamé do Rio de Janeiro, mantida, assim como a revista *Letralivre* pelo incansável libertário Robson Achiamé até nos deixar em 2014.

Rogério Nascimento chega a São Paulo tempos depois de eu me aproximar de Campina Grande e de seu jeito de pesquisar, de constatar que gostamos de crianças e de termos muitos filhos, segundo o padrão do final do século XX. Fizemos da prática anarquista um mote de existência corajosa e escancarada em nosso trabalho como professores e pesquisadores na universidade. Rogério trazia também muita da força punk nas atitudes e na banda em que tocava. Ele chegou em São Paulo, na PUC-SP, no nu-sol (núcleo de sociabilidade libertária) para um doutorado de fôlego e me convidou para ser seu orientador. Uma longa amizade se fortaleceu na revista *verve*, nas aulas-teatro, nas exposições no Museu da Cultura da PUC-SP, nos encontros anarquistas, nas conversações, na defesa de nosso mais que apoio mútuo.

Anarquista gosta de poesia. Nada a espantar na abertura do livro com o “quando explodir a tormenta /a sociedade corrupta, execrável e violenta/ iníqua, vil, criminosa/ há de cair aos pedaços/ há de voar em estilhaços/ numa ruína espantosa (Ricardo Gonçalves no primeiro número do jornal longo e anticlerical *A Plebe*). Anarquista gosta de teatro, de comer junto, de vegetarianismo, de amor livre, de fazer greve, de derrubar hierarquias, domínios e explorações. Os anarquistas são éticos, amigos, inventam uma cultura libertária que implode os cânones. São rebeldes, apreciam as revoltas e pelas suas práticas ininterruptas pode ou não acontecer uma revolução. Entretanto, a revolução será sempre uma revolta, pois modernamente a revolução nada mais é que a restauração de novo soberano e a acomodação das novas forças de domínio às antigas, que de inimigas passam a ser adversárias ou companheiras. Tenebroso efeito da revolução francesa, russa, chinesa e similares. A palavra revolução e as práticas revolucionárias precisam romper com a modernidade, encontrar um limiar que escancare a cada um que a sociedade morre; que uma revolução nada mais é que a tentativa de prorrogar a agonia até uma nova reforma; que reforma e revolução são práticas conectadas para a perpetuação do Estado ou, quando muito, seu desaparecimento como utopia distante, um sonho jamais realizável que recoloca, friamente, o governo liberal e sua utopia real fundada em ajustes prudentes e tolerantes nas desigualdades.

Os anarquistas são antipolíticos. Por isso, nada mais certa que a frase de Paul Valéry na abertura deste livro: “Política é a arte de impedir as pessoas de participar de assuntos que são de seu interesse”. A política é convite e trajeto a quem deseja robustecer o Estado. Entretanto,

este livro nos aproxima da pesquisa sobre o poder indisciplinar! Os quatro objetivos (analisar, cartografar, discutir e problematizar) formais da tese-livro, orientam, instigam, revolvem e desassossegam os leitores de livros simplesmente acadêmicos, ao pesquisar dois jornais (*Germinall* e *A Rebelião* de São Paulo) e duas revistas (*Floreal* e *A Vida* do Rio de Janeiro) das primeiras duas décadas do século XX, que enfatizaram o anarco-individualismo, o anarco-comunismo e, obviamente, o anarcossindicalismo. Neste caso, Rogério Nascimento prossegue acompanhado das devidas limitações indicadas pelo anarquista italiano, perseguido e morto pelo fascismo, Errico Malatesta.

Nos três volumes estão compreendidas as mais variadas interpretações da história dos trabalhadores que evitaram as efetivas presenças anarquistas, mas principalmente estão os trabalhos que se voltaram para os anarquismos de modo atualizado como os de Francisco Foot Hardman, Margareth Rago, Cristina Hebling Campos, Silvia Magnani e do historiador dos anarquismos Edgar Rodrigues. Rogério Nascimento os acompanha e recupera projeções na revolução espanhola, na chamada revolução de 30 no Brasil, nos efeitos devastadores lá e cá gerados pelo fascismo no final da mesma década.

As resistências anarquistas antifascistas foram veementes corajosas num momento em que os liberais e os marxistas compuseram com os efeitos do início e do final a II Guerra Mundial, com negociações internacionais e nacionais de Estados. De pactos de não agressão (URSS-Alemanha), a apoios na surdina (soviéticos contra anarquistas e POUM na Espanha; capitalistas e regimes nazista e fascista na Europa); acordos econômicos (de toda a sorte, principalmente na América do Sul, oscilando diplomaticamente entre o nazismo e a democracia estadunidense); gestões administrativas de campos de concentração (pelos computadores IBM no governo das SS nos campos de concentração); nas concessões pela indústria cultural (afinação de conteúdos cinematográficos da indústria do cinema estadunidense aos valores nazistas à política de boa vizinhança estadunidense com a América do Sul) e no Brasil para se produzir, às pressas, um sistema partidário para um regime democrático burguês.

A historiografia oficial, à esquerda e à direita, fez questão de subtrair os anarquistas ou rebaixá-los, institucionalizando uma história, certa sociologia, uma majoritária ciência política fundada em interpretações institucionais e de consolidação de reformas do Estado. O leitor, entretanto, neste livro-tese, será endereçado à literatura libertária do médico negro Fábio Luz e de Neno Vasco, às considerações radicais sobre a mulher, os regimes políticos e a existência livre por Maria Lacerda de Moura, enfim, de anarquistas por anarquistas, em uma revisita à história do presente e da chamada questão social, do espaço libertário. Como disse Anais Nin, registrada ao final deste volume: “Não vemos as coisas como elas são, mas como nós somos”. Ou como sabiamente Pétala, filha de Rogério, aos cinco anos, disse-lhe: “hoje é o amanhã de ontem”.

No volume 2, “vida como experimento”: Colônia Cecília, situações de risco, nomadismo, canibalismo, o Congresso Operário Brasileiro... Rogério Nascimento detém-se na imprensa anarquista e nos leva para dentro dos mais variados percursos de possibilidades de publicação e da luta expandida para as casas e as escolas anarquistas, as fábricas onde trabalhavam, os encontros e as tensões nas redações. Dos escritos de Lima Barreto no *Floreal*, incluindo as críticas ao positivismo do Marechal Rondon, aos contemporâneos Roberto Freire e Daniel Guerrin

sobre amor livre, amor libertário, amor fora da celebração do matrimônio. Os anarquistas foram anteriores aos defensores da liberdade sexual hoje disciplinada em instituições, direitos de minorias e condutas criminalizadas. Amor como sexo, e não como celebração de uma relação sexual, de sexualidades. Eles e elas anarquizaram os costumes, enfrentaram as intempéries exteriores e as mesquinhas interiores, explicitamente, escancaradamente. Estamos às voltas com Edgar Leuenroth, José Oiticica, Florentino de Carvalho (Primitivo Soares) pessoas que fizeram e fazem os anarquismos no Brasil: a imprensa anarquista lendo e fazendo história do país da luta na fábrica à escola libertária. Tolstoi: “Para escapar de ladrões ocasionais, e que se toma por ladrões, entregamo-nos a ladrões permanentes, organizados, e que se toma por benfeitores: entregamo-nos aos governos”.

Jornais e revistas como experimento de ideias, longe dos ladrões, ou como bem situou Proudhon, amigo de Tolstoi, “a propriedade é um roubo!”. Chegamos ao volume 3 que enfatiza a perspectiva relacional dos anarquistas para produzir imprensa anarquista de um modo anarquista. Longe de identidades e próximas de “amizades voltadas à experiência de alteridade, dispostas a contágios, riscos e surpresas de uma existência em erupção” (p.238). E lá no final do livro estão as obras que os operários deviam ler segundo os anarquistas daqueles tempos sobre ontem e hoje.

Deixo-lhes com este incontornável livro (jamais confundido com uma mera tese acadêmica) e uma observação final sobre os dias de hoje: “Um Estado democrático é aquele que diante de uma realidade na qual o dinheiro manda, põe em funcionamento a lei que torna porosa a estrutura de poder da sociedade. Fomenta a dispersão das forças de opinião e possibilita a multiplicação das fontes emissoras que dão conta da realidade. Até o momento a web é um meio extra estatal que economiza trabalho político vertical e a diagramação piramidal” (Thomás Abraham. *La Lechuza y el caracol. Contrarrelato político*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012, p. 178).

Política é
a arte de impedir as pessoas
de participar de assuntos que são
de seu interesse.

Paul Valery



Sem que estejam
lançados os dados do imaginário,
todo sistema político é ineficiente
e precário.

Mário Pirata



_ Você não é de bugre!, ele continuou.
_ Que sim, eu respondi.
_ Veja que bugre só pega por desvios,
não anda em estradas. Pois é nos desvios
que encontra as melhores surpresas
e os ariticuns maduros.

Manuel de Barros

AO POVO

*Quando hás de tu deixar as vis doutrinas,
as vis superstições dos tempos velhos,
e fazer catedrais das oficinas,
e procurar na Ciência os Evangelhos?*

*Quando hás de tu surgir calcando arminhos,
nos salões onde, altivos do seu nada,
ri a mitra da corôa dos espinhos,
e o cetro inútil da prestante enxada?*

*Quando hás de tu entrar na grande liça,
e, sacudindo o teu grilhão desfeito,
dizer ao padre: “Eu chamo-me a Justiça!”
Dizer ao rei: “Eu chamo-me o Direito?”*

*Suceda à farda a blusa; o ganho à esmola;
as armas do Trabalho à carabina!
Onde estava a prisão surja uma escola,
e um teatro onde estava a guilhotina!*

*Da liberdade atalaiando o asilo,
sê majestoso e bom, sê grande e puro:
toma, nas rijas mãos, bravo e tranquilo,
a sagrada bandeira do futuro!*

*É já longo o caminho do calvário
que trilhas, sob a cruz, há tantos anos!...
Desfaz, quebra, estilhaça o teu rosário!
Calca, assoberba, esmaga os teus tiranos!*

Introdução

Neste livro¹, trato da emergência de saberes indisciplinados como também dos processos de instauração e experimentos de sociabilidades libertárias entre alguns grupos anarquistas. Se disciplina remete tanto a campos específicos do conhecimento como a dinâmismos em torno da hierarquia, *indisciplina*, por sua vez, aponta simultaneamente para o desrespeito às fronteiras entre saberes como a recusa das relações humanas baseadas no dinamismo obediência-mando. Nessa direção, este estudo compreende vivências ocorridas especificamente dentro do nascente movimento operário, num contexto social mais largo, sob o efeito da queda da monarquia e inauguração da república, da imigração de trabalhadores europeus e início da industrialização no Brasil.

Procedo a uma exposição inicial da tese, enunciação de aspectos implicados, metodologia utilizada, apresentação de elementos particulares relativos à pesquisa e, finalmente, do aporte conceitual em atividade. Grosso modo, essas reflexões ponderam sobre sociabilidades efetivadas fora da órbita do princípio de autoridade. A abordagem analítica aqui utilizada realiza-se a partir da experiência subjetiva de quem a elabora, subjetividade contagiada pela época, pelas pessoas, pelos livros consultados, pelos documentos e materiais apreciados e por uma infinidade de outros acontecimentos.

¹ Este livro é a minha tese de doutoramento, com algumas mudanças na passagem do texto de tese para este novo formato. A tese foi defendida no ano de 2006 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – sob orientação do professor Edson Passetti.

De maneira geral, os estudos da sociedade desconsideram alguns desses aspectos, particularmente os referentes àqueles constituintes da subjetividade. Embasados em postulados estabelecidos por certas tradições sociológicas afeitas, consciente ou inconscientemente, a uma orientação positivista, deixam de perceber o estudo dos fatos sociais como sendo também um fato social. Este tipo de fórmula reproduz um procedimento estabelecido entre investigadores sociais tratando os fenômenos sociais como “coisas”.

O positivismo, de forma mais definida através do pensamento de Auguste Comte, possui três aspectos característicos: teoria do conhecimento, reforma social e religião. Comte procurou estabelecer método rigoroso, objetivo e científico no que se refere aos estudos da sociedade. Emprestando a esses estudos o caráter de iniciativas fundadas na razão, considerou como elementos de perturbação da reflexão científica tudo o que dissesse respeito à subjetividade.

Nesta direção, o estudioso da sociedade deveria banir de suas pesquisas todo e qualquer elemento relativo à subjetividade. Sobretudo, deveria procurar anular os sentimentos e todas as manifestações desta ordem, como paixão, raiva, tristeza, alegria, etc., para abordar a individualidade enquanto fator de desordem social por apresentar pendores marcadamente egoístas, isto é, como características antissociais².

² COMTE, Augusto. Catecismo positivista. Mem Martins: Portugal: Publicações Europa-América, [197-].

Émile Durkheim prosseguiu na direção metodológica apontada por Comte. Procurou, de certo modo, dar solução ao último aspecto de seu pensamento fora de sua *Religião da Humanidade*³. Sua concepção de dinamismo social formado pela “consciência individual” contraposta à “consciência coletiva”, ao lado de seu entendimento de como o pesquisador social deveria proceder em seus estudos da sociedade, expresso no consagrado texto sobre o método sociológico e suas regras, demonstra a sua relação com os postulados positivistas estabelecidos por Comte. A relação entre a “consciência individual” e a “consciência coletiva” é, no seu pensamento, de coação da segunda sobre a primeira. Para o sucesso dos estudos da sociedade, o pesquisador deveria encarar os fatos sociais como “coisas”.⁴

Há três expressões do positivismo: a francesa, a norte-americana e a alemã. Além de Comte, os nomes do positivismo na França são os do seu antigo mestre Saint-Simon, que sofreu influência de Condorcet, e de seu seguidor Émile Durkheim. Durkheim sucedeu a Comte no tempo e na importância no pensamento sociológico, tendo sido o criador da Escola Sociológica Francesa. Entretanto, a contribuição e o mérito de Comte foram ter elaborado uma concepção mais definida sobre um pensamento que já vinha sendo delineado por outros pensadores.

Os positivistas alemães e os norte-americanos procuraram se desvencilhar do aspecto

3 DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

4 DURKHEIM, Émile. A ciência social e a ação. São Paulo: DIFEL, 1975. DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

religioso do sistema de pensamento comteano. O positivismo lógico constituiu a conceituação elaborada pela chamada Escola de Viena (1923-1936) no conjunto de proposições de caráter investigativo social. Procurando combinar empirismo, positivismo comteano e lógica, os fundadores desta escola envidaram esforços na busca da explicação causal para os fenômenos sociais.

A definição pela explicação se deu através de debates sobre se os fenômenos sociais eram passíveis de explicação causal ou de entendimento interpretativo. O método adotado consistiu em indício das características particulares desta escola. Na linha de procedimentos defendidos por Durkheim, em que os métodos das ciências da natureza deveriam ser transpostos para os estudos da sociedade, a Escola de Viena defendia a validade das informações na condição de poderem ser verificadas através da observação. Isso possibilitaria o estabelecimento de leis gerais e, desta forma, a sua previsibilidade.

Positivismo instrumental é a designação mais conhecida da escola positivista norte-americana. Continua nesta a busca de aplicação dos métodos das ciências naturais ao estudo dos fenômenos sociais. Apesar de ter predominado dos anos 30 aos 60 do século XX, ela continua exercendo considerável influência na atual sociologia norte-americana. A sua principal característica diz respeito à obsessão por mensuração e quantificação dos dados colhidos. Foi assim que a estatística se constituiu em ferramenta privilegiada em seus estudos, escorando o surgimento das “ciências sociais aplicadas”.

Na contramão da perspectiva atualizada nos positivismos, aqui não se trata de uma pesquisa referenciada pela quimera de uma vacuidade relativa a elementos de subjetividade,

mas se trata de apresentar sociabilidades em busca de instauração de novas formas sociais, de novos costumes, fazendo de suas vidas experimentos livres. Ao mesmo tempo, procuro situar o panorama geral do estado do conhecimento daquela época envolvido em contágios inerentes à aventura de viver, portanto aos riscos que esta experiência comporta.

Michel Foucault inicia, no texto escrito a partir de sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, afirmando sua intenção de se insinuar nas palavras que iria proferir naquele dia. Seu desígnio consistiu em se alojar dentro de uma série discursiva iniciada anteriormente, dando continuidade a esse fluxo, um elemento a mais dentro do processo de maneira a este não ser obstado. Em suas palavras:

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que verei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto começo, e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.[...]

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico.⁵

5 FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 5-6.

Foucault apresentou, na sequência destas ponderações, uma possível disposição institucional levantando algumas estratégias de normalização do discurso com o objetivo de controlá-lo e fixá-lo em seu domínio. Essa atitude institucional se explica como uma reação às inquietações que movem o pesquisador; inquietações que vazam com os cerceamentos estabelecidos na ordenação discursiva estabelecida por convencionalismos.

Nessa mesma direção, Henry David Thoreau apresentou, no século XIX, algumas reflexões bastante pertinentes acerca do processo de elaboração e socialização do conhecimento, de forma que se estabelecesse estreita relação do assunto tratado com uma espécie de fascínio por parte do expositor. A apresentação de uma conferência, por exemplo, deveria acontecer de maneira que esta possuísse sabor a quem a realiza e não fosse insípida.

Esse elemento brota sugerido em seu texto através da concretização de uma exposição interessada de quem quer que seja sobre o tema abordado. Ao conferencista, é necessário que a matéria da qual se acerca lhe seja fundamentalmente de interesse. Isso de maneira que, ao falar, exponha-se à assistência, proporcionando a esta o ensejo de obterem da exposição, como ele próprio abaixo declara de maneira antropofágica, “uma forte dose de mim mesmo”.

Há algum tempo, no auditório de um liceu, percebi que o conferencista tinha escolhido um tema que lhe era por demais alheio; dessa forma, não conseguiu me interessar tanto quanto seria possível. Ele se ocupou de coisas estranhas à sua paixão, de coisas mais próximas de suas extremidades e de sua pele. Nesse sentido, a conferência não tinha um pensamento realmente central ou centralizador. Minha vontade era que ele falasse sobre a mais íntima de suas experiências, tal como faz o poeta. Nunca me senti tão

lisonjeado quanto no dia em que alguém pediu *a minha opinião* e prestou atenção ao que eu disse. Fico surpreso e também satisfeito quando isso acontece, pois é uma forma rara de fazer uso de minha pessoa; é como estar acostumado a usar uma ferramenta. Em geral, se querem alguma coisa de mim, os homens se limitam a perguntar quantos hectares estou atribuindo às suas propriedades – pois sou agrimensur – ou, no máximo, quais são as novidades banais que abarrotam minha mente. Nunca se interessam pela minha carne; preferem minha casca. Certa vez, recebi a visita de um homem que vinha de bem longe para me convidar a proferir uma conferência sobre a escravidão; conforme a conversa foi avançando, descobri que ele e sua rodinha de amigos esperavam ter para si sete oitavos da conferência, deixando para mim apenas um oitavo. Por isso, recusei o convite. Considero evidente que, quando sou convidado a fazer alguma conferência em qualquer lugar – e tenho tido alguma experiência nessa atividade – é porque existe uma vontade de saber o que *eu penso* a respeito de um assunto, muito embora eu possa ser o maior idiota do país; não creio que se espere de mim comentários meramente agradáveis ou então que visem à aprovação da platéia; é por isso que minha decisão é sempre a de ministrar aos meus ouvintes uma forte dose de mim mesmo.⁶

Palavras são elementos conceituais com uma considerável amplitude signficacional. Quer se trate de conferência quer de texto escrito, elas expressam, dentro de um contexto sociocultural, certos pensamentos e sentimentos formulados simultaneamente num caldeamento de acontecimentos. Elas remetem imediatamente tanto à subjetividade que as enuncia como ao entorno mais amplo da conjuntura social na qual esta subjetividade se localiza. Cada uma dessas subjetividades mantém relações com outras e com outros

acontecimentos. Essa circunstância, por sua vez, se refere, considerando um enfoque mais estreito, a uma série de falas outras no interior das quais tal alocação se insere e pode ser inserida.

Palavras faladas ou escritas estão carregadas de certas marcas emanadas de alguma ou algumas subjetividades. Sinalizam a existência de uma individualidade, sem que isso anule a existência de um dinamismo discursivo já em andamento. Como as palavras faladas são proferidas simultaneamente à projeção de perdigotos, apresentando certas intensidades, variação de volumes, característico timbre da voz, odores bucais, entre outras emanações pessoais, as palavras escritas carregam e expressam, por sua vez, outras marcas personalistas, como digitais, caligrafia, expressões, neologismos.

É dessa maneira que, neste ponto, é possível promover um encontro entre Foucault e Thoreau. Ambos imprimiam no ouvinte, e ainda imprimem no leitor, suas marcas pessoais. Não há como desconhecê-los nem confundir-los. Apesar de se encontrarem dentro de diferentes dinâmismos discursivos, cuja formação lhes era anterior, não são por estes desonerados.

Os autores não são diluídos dentro desse processo comunicacional. Antes disso, dão continuidade a esses fluxos, intensificando-os com suas contribuições particulares. Se o primeiro demonstra uma intensa vontade própria, como ele mesmo afirma, sustentando enfaticamente que “gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos”, o segundo não é menos incisivo com sua manifestação antropofágica.

Dessa maneira, procuro trilhar um percurso instaurado em franca oposição à ideia

⁶ THOREAU, Henry David. A vida sem princípio. In: _____. Desobedecendo – a desobediência civil e outros escritos. Tradução e introdução de José Augusto Drummond. São Paulo: Círculo do Livro, 1984. p. 71-72.

comumente aceita da existência da díade subjetividade *versus* objetividade. Busco estabelecer uma espécie de caminhada por lugar algum a partir da coleta de sinais e vestígios, de “fragmentos” de vidas, estampados nas colunas de jornais e revistas anarquistas.

A concepção de objetividade é fruto de uma convenção aceita tacitamente por pessoas com suas idiossincrasias. Entretanto, adianto não ser minha intenção levantar a bandeira de algum “eu” umbigudo, de algum subjetivismo *ensimesmado*, ou algum tipo de individualismo pretensamente autossuficiente. Nessa direção, é fastidioso afirmar que fujo de elaborar reflexões e análises ausentes de relações, articulações, conexões em seus desdobramentos e pressupostos.

Uma proposta sedutora, sugerida neste texto, é a da abolição do tribunal e suas diferentes manifestações, por possuir proveniências no sagrado. Deleuze⁷ abordou o tema do julgamento de Deus e de sua abolição. Convergindo com as reflexões de Lawrence, Kafka, entre outros, ele inscreve o movimento de pôr término ao julgamento de Deus dentro do processo de elaboração de um “corpo sem órgãos” em que limites, seccionamentos, divisões são desconsiderados. Essas separações são umas das condições mais elementares para o estabelecimento da ordem hierárquica favorável aos processos de julgamento, condenação e punição, enquanto expedientes do controle.

A elaboração de reflexões nessa direção acontece, até certo ponto e considerando as especificidades e diversas perspectivas, ao longo dos opúsculos e livro de Max Stirner, que pode muito bem ser percebido como um dos filósofos de grande relevância na obra dos pensadores acima referidos. A filosofia de Stir-

⁷ DELEUZE, Gilles. Crítica e Clínica. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

ner instaura uma dessacralização nas diversas dimensões da sociabilidade humana, demonstrando em seu movimento interno o ridículo das instituições sociais mais valorizadas nas chamadas sociedades modernas.

Os risos provocados no leitor pelos escritos de Stirner se devem ao fato de este filósofo desnudar costumes arraigados e instituições estabelecidas enquanto proveniências da cultura cristã na chamada civilização ocidental, apesar das afirmações de laicidade e de materialismo da modernidade. Stirner, apesar de sua formação filosófica alemã, foi um pensador que vazou a tradição filosófica ocidental, cujo pensamento tem mais afinidades com uma perspectiva existencial das sociedades denominadas selvagens.

A afirmação, com a conservação e a reprodução, manifesta ou velada, do princípio de autoridade tem sido a característica comum às perspectivas adotadas nos estudos sobre o movimento operário e, por extensão, sobre o movimento anarquista no Brasil das primeiras décadas da república. As dificuldades, neste caso, se apresentam por conta do choque entre uma perspectiva afirmativa do princípio de autoridade e outra afirmativa do princípio de liberdade.

Considerando o que Foucault⁸ denominou de procedimentos externos ao discurso – com uma busca de intenso controle destes discursos –, as dificuldades, quanto à liberação do fluxo discursivo em cujo interior o pesquisador procura se localizar, apresentam-se com considerável amplitude. Tais são os procedimentos que objetivam o controle, a seleção, a organização e a redistribuição discursiva: o estabelecimento de *interdição, separação e rejeição* e a colocação de noções funcionando a partir da *oposição do verdadeiro e do falso*,

⁸ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 7-21.

obstando a possibilidade de uma *vontade de saber* através de sua substituição por uma *vontade de verdade*.

Em que pesem as diversas pesquisas postas à disposição dos interessados e estudiosos, parte significativa delas está enredada nas malhas de uma espécie de atualização de postulados positivistas. Isso porque nestas persiste em atividade, simultaneamente, uma busca de manutenção da hierarquia social e um enfoque assinalando o privilégio da racionalidade científica como meio único e suficiente para o estudo das relações sociais, constituindo dois aspectos implícitos e indiscutíveis da quase totalidade das pesquisas realizadas.

São pesquisas que atualizam o campo do positivismo ao pretenderem estar à sombra de procedimentos puramente científicos, reafirmando a racionalidade ocidental, cartesiana, empiricista, como o meio por excelência para o conhecimento. Supérfluo é assinalar que nelas há uma naturalização das relações sociais verticalizadas, e que a hierarquia é o seu ponto de partida e chegada.

Nesses estudos, é operacionalizada, por vezes, uma noção de neutralidade axiológica do conhecimento ou, em outras vezes, de uma dialética esclarecida e materialista da história. A primeira estabelece a perspectiva do primado da razão na sociabilidade humana, enquanto a segunda soma a esta concepção outra intimamente ligada à ideia de fatalismo teleológico de caráter natural, em que haveria uma determinação de toda a vasta dimensão societária do ser humano a partir das relações de produção e da economia.

Desnecessário afirmar que essas noções ativam e dinamizam o primado da razão ocidental, apresentando-a como “A” Razão. Talvez, essa maneira de proceder explique, por exemplo, a usual leitura de jornais, livros, pe-

ças de teatro, revistas, boletins e outros materiais impressos pelos anarquistas do período, produzindo um olhar árido, pobre e ressecado sobre a letra. Dessa maneira, escapam, por vezes ao pesquisador dados refratários à sua perspectiva existencial particular, anunciados em características próprias de sua subjetividade.

Esses enfoques findam subestimando – para me referir rapidamente à dimensão que mais procuro ressaltar nesta pesquisa e à qual voltarei mais adiante – o campo do coletivo no processo de elaboração e socialização de um saber que é constitutivamente *indisciplinar*. Outro desdobramento da perspectiva reducionista diz respeito a uma minimização da importância de acontecimentos registrados nas páginas dos periódicos anarquistas. Atualizando uma atitude apriorística, com o alinhamento a alguma teoria, joga no cesto de lixo das conveniências e dos lugares comuns o convulsionar de experimentos acontecidos simultaneamente e documentados de diversas maneiras nos diversos impressos elaborados pelos anarquistas. A cegueira teórica impede de perceber outras informações, sobretudo aquelas em franca dissonância com os postulados abraçados pelo pesquisador. São estes que ficam submersos e escondidos sob os entulhos do método e da teoria.

A perspectiva convencional de estudos desses materiais funciona, no que tange à experiência existencial concreta mediata e imediata, e também em relação à feição volitiva da sociabilidade humana, como um campo de alcance bastante limitado e deveras precário. Pelo contrário, estes são alguns dos aspectos e elementos que procuro apreciar mais demoradamente nesta pesquisa.

Neste estudo, procurei alcançar os seguintes objetivos:

1) Analisar as formas de elaboração, produção e socialização de estudos e reflexões produzidos pelos anarquistas e apresentados nos seus jornais e revistas, cuja abordagem diz respeito a aspectos particulares de acontecimentos na sociedade brasileira e mundial no início do século XX;

2) Cartografar, nesses periódicos, os temas discutidos, as especificidades do processo de elaboração e socialização de suas reflexões, quanto ao cotidiano e às feições das relações societárias instauradas, ou em vias de instauração, na busca de pistas acerca da sociabilidade levada a efeito pelos anarquistas em geral;

3) Discutir, nos temas abordados, as formas de instauração de sociabilidades nos coletivos editoriais, com colaboradores e leitores, em geral, quando isso for exequível;

4) Problematizar as aproximações e os distanciamentos existentes no interior do movimento anarquista quanto às suas diferentes expressões, na intenção de especificar mais detalhadamente as desmedidas de tais aproximações e distanciamentos.

A relevância deste estudo consiste, sobretudo, em evidenciar aspectos particulares da sociedade brasileira da época, através das relações estabelecidas não só entre trabalhadores e patronato, simultaneamente à intervenção realizada pelo Estado junto a segmentos sociais, como também entre o movimento operário e o movimento anarquista, assinalando temas como os relacionados a conhecimento e vida, saber e poder.

Não obstante existirem diversas pesquisas acerca do movimento dos trabalhadores, bem como do movimento anarquista, há ainda muito a ser analisado, levando em conta os documentos e materiais disponíveis nos diversos arquivos públicos no Brasil, os depoimentos pessoais dos militantes, através de

entrevistas e memórias, como também o amplo leque de diversidade de enfoques a serem elaborados sobre esses documentos.

Foot Hardman registrou, em alguns de seus escritos de fins dos anos 80 e início dos anos 90, o caleidoscópio de possibilidades de pesquisas abordando o movimento operário brasileiro do início do processo de industrialização. Considerou, nas suas reflexões, tanto a questão da quantidade de documentos disponíveis em vários arquivos e bibliotecas públicas, como também a variedade de enfoques no tratamento desses materiais⁹. Passados quase vinte anos desta observação de Hardman, a pesquisadora Adelaide Gonçalves e outro pesquisador, Jorge Silva, depois de aprofundado levantamento da publicação sobre anarquismo em língua portuguesa, elaboraram a mesma observação. Em suas palavras:

A realização de pesquisas que tenham como foco a bibliografia libertária pode alargar o campo do conhecimento sobre a cultura operária e as práticas de leituras na formação da consciência social dos trabalhadores, sendo a imprensa sindical e anarquista uma fonte ainda não devidamente dimensionada e explorada pelos pesquisadores.¹⁰

A presente pesquisa, por sua vez, foi realizada através da coleta, compilação e aná-

⁹HARDMAN, Francisco Foot. História do Trabalho e Cultura Operária no Brasil pré-1930: um campo de estudos em construção. In: HARDMAN, Francisco Foot. Nem Pátria Nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. ver. ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 233-245. HARDMAN, Francisco Foot. Poeira das Barricadas: notas sobre a comunidade anárquica. In: HARDMAN, Francisco Foot. Nem Pátria Nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. ver. ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 259-268.

¹⁰GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 12.

lise de dois jornais e duas revistas¹¹ produzidas por anarquistas nascidos no Brasil, ou que para aqui tenham imigrado e se formado enquanto pessoa, integrando o movimento anarquista. Em relação aos jornais e revistas utilizados como material primário nesta pesquisa, procedi, no geral, a uma escolha dentro da primeira década do século passado a partir tanto da sua relevância histórica como de sua expressividade no movimento anarquista. As referências a trechos de artigos são feitas tais quais se encontram nos originais, com o português arcaico e os erros de publicação. Procurei interferir minimamente no texto original, já que o recorte constitui uma intervenção significativa.

Esses impressos estão situados dentro do multiverso conceitual anarquista, contemplando abordagens diversificadas da questão social. Procurei contemplar impressos dentro de uma variedade de expressão no campo anarquista, publicados com maior proximidade cronológica, no eixo Rio-São Paulo, região de maior vigor do movimento anarquista. A apresentação das análises no terceiro capítulo segue o ano de publicação desses periódicos.

As perspectivas ácratas presentes nos periódicos analisados são as seguintes: a anarquista individualista, a anarquista comunista e a anarcossindicalista. Os jornais e as revistas apresentam em suas colunas, em maior ou menor grau, artigos dentro dessas expressões de escolas anarquistas. Isso pude verificar de maneira mais acentuada em *Germinall*, talvez

11 Para uma consulta a uma relação da literatura anarquista produzida em língua portuguesa desde fins do século XIX, em Portugal e no Brasil, ver: GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001. Os autores desta pesquisa, que constitui, atualmente, um dos referenciais obrigatórios para os pesquisadores do assunto, introduzem nesta lista um texto analítico acerca da produção editorial anarquista.

pelo fato de ter coletado maior número de suas edições.

A corrente anarcossindicalista¹² também era denominada de anarquista sindicalista, sindicalista revolucionária ou, de maneira menos recorrente, sindicalismo de ação direta e anarquismo operário. A expressão “anarcossindicalismo”, até onde pude verificar, foi utilizada por diversos anarquistas. José Oiticica, Edgar Leuenroth, Jaime Cubero, Friedrich Kniestedt e o historiador e arquivista Edgar Rodrigues, só para citar algumas figuras de projeção no movimento anarquista, em variados textos, adotam essa denominação. Entretanto, aparecem de maneira mais recorrente nos periódicos as expressões “anarquistas sindicalistas”, em referência aos aderentes do modelo de sindicalismo francês; e “sindicalismo revolucionário”, enquanto tendência especificamente libertária distinta dos demais tipos de sindicalismo. Ambas são apresentadas como sinônimas. Um artigo publicado em *A Plebe* sob o título “A CNT da Espanha – Em face

12 Sobre este assunto ver, além dos livros e jornais utilizados como matérias-primas para a análise nesta pesquisa, as seguintes obras que manifestam este embate dentro do próprio campo anarquista: RODRIGUES, Edgar. O Socialismo: síntese das origens e doutrinas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968. RODRIGUES, Edgar. Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1657-1913). Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. RODRIGUES, Edgar. Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922). Rio de Janeiro: Laemmert, 1972. RODRIGUES, Edgar. ABC do Sindicalismo Revolucionário. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987. A rápida “Carta de Amiens” encontra-se nos apêndices de PROUDHON, P. J. La Capacidad Política de la Classe Obrera. Buenos Aires, Argentina: Proyección, [197-]. BERNARD, Pierre. Os Sindicatos Operários e a Revolução Social. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos, 1988. CUBERO, Jaime. Anarco-Sindicalismo. Extrato da primeira parte da palestra proferida no dia 09/12/89, no Centro de Cultura Social, sobre o anarcossindicalismo no Brasil, como parte do curso de Anarcossindicalismo – História e atualidade. 09 dez. 1989, São Paulo: Centro de Cultura Social, 1989. (datilografado em 5 páginas).

da linha sindicalista revolucionária”¹³, os dois termos foram utilizados pelo redator como equivalentes¹⁴.

O anarquismo sindicalista evidencia uma particularidade de concepções, finalidades, táticas e estratégias de ação relacionados ao conjunto das proposições existentes dentro do campo anarquista. Apesar do predomínio das ideias e concepções do sindicalismo de ação direta, havia neste campo significativos embates de concepções divergentes. O modelo francês não era aceito com unanimidade entre os trabalhadores e as associações anarquistas. As colunas de diversos jornais registraram estes confrontos.

Malatesta assinalou a importância da participação dos anarquistas no movimento sindical. Ao mesmo tempo, advertiu anarquistas e trabalhadores quanto ao alcance e limites inerentes ao sindicalismo, por meio de reflexões publicadas em jornais anarquistas, na Itália e na Inglaterra, tanto no início do século XX como nos anos 20. Em suas palavras:

A questão de saber que posição nós devemos tomar em relação ao movimento sindical é certamente uma questão da maior importância para os anarquistas.

13 A C.N.T. da Espanha – Em face da linha sindicalista revolucionária. *A Plebe*. São Paulo, ano 33, n. 25, p. 4, 24 out. 1949 (nova fase).

14 Os documentos mais antigos que encontrei tratando deste assunto, nestes termos, foram dois: um manuscrito, sem indicação de autoria, denominado *Federação Comunista Libertária: fins geraes immediatos*, arquivado no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo sob o prontuário de número 127; os artigos de caráter autobiográfico de Friedrich Kniestedt, escritos em alemão e publicados no Rio Grande do Sul nos periódicos anarquistas antinazistas *Aktion*, *Alarm* e *Das Deutsche Buch*, a partir de 1934 até 1937. Esses artigos foram reunidos em livro e publicados em 1989. KNIESTEDT, Friedrich. Memórias de um imigrante anarquista. Tradução de René E. Gertz. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989. (Coleção Imigração Alemã).

Apesar de longas discussões e diversas experiências, ainda não se chegou a um completo acordo sobre esta questão; talvez a razão disso seja o fato de que esta questão não permita solução completa e permanente, devido às diferentes condições e às circunstâncias mutantes da luta.

[...]

Não nos basta – ainda que isso seja certamente útil e necessário – elaborar um ideal tão perfeito quanto possível, e formar grupos para a propaganda e para a ação revolucionária.

Devemos converter ao nosso ideal a grande massa dos trabalhadores, porque, sem ela, não podemos derrubar a sociedade existente nem construir uma nova. E, para que a grande massa de proletários liberte-se do estado de submissão no qual ela vegeta, e alcance a concepção anarquista e o desejo de realizá-la, é necessário uma evolução que não se opere unicamente sob a influência da propaganda; visto que as lições que derivam dos fatos da vida quotidiana são muito mais eficazes do que todos os discursos doutrinários, nós devemos absolutamente tomar uma parte ativa na vida das massas e empregar todos os meios que as circunstâncias nos permitirem para despertar gradualmente o espírito de revolta, e mostrar à massa, com a ajuda desses fatos, o caminho que conduz à emancipação.

É evidente que um dos melhores meios é o movimento sindical, e seria um grande erro negligenciá-lo. Neste movimento, encontramos grande quantidade de operários que lutam pela melhoria de sua situação. [...]

Além do mais – e isto não é uma vantagem negligenciável – o movimento sindical pode preparar esses grupos de operários profissionais que, durante a revolução, poderão empreender a organização da produção e da troca, fora e contra todo poder governamental.

Mas com todas essas vantagens, o movimento sindical tem também seus defeitos e seus perigos, os quais devemos levar em consideração quando se examina a questão da posição que nós devemos tomar em relação a isso enquanto anarquistas.

A constante experiência em todos os países nos mostra que o movimento sindical, que começa sempre como um movimento de protesto e de revolta, e que é animado no começo por um

grande espírito de progresso e de fraternidade humana, tende muito rapidamente a degenerar. Quanto mais forte se torna este movimento, mais ele se torna egoísta, conservador, ocupado exclusivamente com os interesses imediatos e restritos, e desenvolve em seu seio uma burocracia que, como sempre, não tem outro objetivo senão o de se fortalecer e de crescer. [...]

Sem sombra de dúvida, esse é um grande passo para a frente; mas não devemos exagerar sua importância e imaginar, como o fazem certos camaradas, que realizaremos a anarquia naturalmente, pelo desenvolvimento progressivo do sindicalismo.

Cada instituição possui uma tendência a desdobrar suas funções, a se perpetuar e a se tornar seu próprio objetivo. Assim, não é surpreendente que os iniciadores desse movimento, aqueles que representam o papel mais importante, se habituam pouco a pouco a olhar o sindicalismo como o equivalente do anarquismo, ou pelo menos como o meio supremo, substituindo sozinho todos os outros meios, para realizar a anarquia. Mas isso torna ainda mais necessário evitar o perigo e definir muito bem nossa posição.

O sindicalismo, apesar de todas as declarações de seus partidários mais ardentes, contém em si, pela própria natureza de suas funções, todos os elementos de degenerescência que corrompem os movimentos operários no passado. Com efeito, sendo um movimento que propõe defender os interesses presentes dos operários, ele deve necessariamente se adaptar às condições existentes e tomar em consideração os interesses que vêm em primeira linha na sociedade, tal como ela existe hoje.[...]

União, entendimento, luta solidária contra o explorador são coisas que só podem ser obtidas hoje se os operários, animados pela concepção de um ideal superior, aprenderem a sacrificar seus interesses exclusivos e pessoais aos interesses comuns, os interesses do momento aos interesses do futuro; e esse ideal de uma sociedade de solidariedade, de justiça, de fraternidade, só pode ser realizado pela destruição – desafiando qualquer legalidade – das instituições existentes.

Oferecer aos operários este ideal; colocar os interesses amplos do futuro antes dos interesses estreitos e imediatos; tornar impossível a adaptação às condições presentes; trabalhar sempre

pela propaganda e pela ação que conduzirão e realizarão a revolução, eis os objetivos aos quais devem tender os anarquistas nos sindicatos e fora deles.

O sindicalismo não pode fazer isso, ou só pode fazê-lo muito pouco; ele deve contar com os interesses presentes e esses interesses não são sempre, infelizmente, os da revolução. O sindicalismo não pode ou não deve exceder muito os limites da legalidade e em certos momentos ele deve tratar com os patrões e as autoridades. Ele deve se ocupar mais dos interesses de certas seções de operários do que dos interesses do público em geral, dos interesses dos sindicatos mais do que da massa dos sem-trabalho e dos interesses da classe operária. [...]

Assim, pode-se ver desenvolver em todos os sindicatos que atingiram uma certa posição influente a tendência a assegurar – em acordo, ao invés de contra os patrões – uma situação privilegiada, a criar dificuldades para a admissão de novos membros, para a admissão dos aprendizes nas fábricas; uma tendência a entesourar fundos que eles temem depois comprometer; a procurar o favor dos poderes públicos; a absorver inteiramente na cooperação e em todas as espécies de mutualidades e a se tornar, finalmente, um elemento conservador na sociedade. [...]

Os anarquistas, nos sindicatos, devem combater tudo o que tende a torná-los egoístas, pacíficos, conservadores – o orgulho profissional, o espírito corporativista, as grandes cotizações, a acumulação dos capitais investidos, os serviços de seguro, a confiança nas boas funções do governo, as relações amigáveis com os patrões, a nomeação dos empregados burocratas remunerados e permanentes.

Nestas condições, a participação dos anarquistas no movimento sindical pode dar bons resultados, mas somente nestas condições.¹⁵

15 MALATESTA, Errico. Anarquismo e sindicalismo. In: MALATESTA, Errico. A anarquia e outros escritos. Seleção e tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos; São Paulo: Centro de Cultura Social, 1987. p. 69-77. MALATESTA, Errico. Sindicalismo e anarquismo. In: MALATESTA, Errico. Escritos revolucionários. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário: Tesão – A Casa da Soma: Nu-Sol, 2000. p. 69-76.

As ideias que prevaleciam nos congressos e encontros operários diziam respeito às noções teóricas e práticas postuladas pelos denominados clássicos do pensamento anarquista. As concepções mutualista de Proudhon, coletivista de Bakunin, comunista libertária de Kropotkin, Reclus e Malatesta, e, aparentemente em menor grau, o associacionismo libertário de Stirner norteavam os debates particularmente dentro da organização do operariado na Europa, mormente à fundação em 1864 da chamada *Associação Internacional dos Trabalhadores*, que durou até 1872.

Em 1906, aconteceu o XV Congresso Nacional Corporativo em Amiens, França, que confirmou as concepções definidas pela Confederação Geral do Trabalho, emprestando ao movimento operário na França a tendência sindicalista expressa na famosa “Carta de Amiens”. Este foi o chamado modelo francês adotado, com gradações diferenciadas, em diversos países.

Por sua vez, a segunda expressão - “sindicalismo revolucionário” - procura marcar a especificidade de uma tendência libertária, federalista e antiautoritária no interior do movimento operário. Isso em relação a um sindicalismo vermelho, católico, amarelo e nacionalista. Como dito mais acima, as colunas de vários jornais registraram um longo e rico debate acerca da orientação deixada ao movimento operário pelo sindicalismo francês. Particularmente em *A Voz do Trabalhador*, da COB, há um bom exemplo do nível das discussões existentes entre os que se definiam simplesmente anarquistas e os que se definiam desta mesma forma aderindo às orientações sintetizadas na “Carta de Amiens”.

Portanto, “anarcossindicalismo” e “sindicalismo revolucionário” expressam uma referência ao conjunto de ideias, táticas e es-

tratégias definidas pela CGT francesa. Essa concepção de movimento social fora defendida por um considerável estrato do movimento dos trabalhadores no Brasil, no período aqui tratado. Segundo essa corrente, o sindicato seria o meio e o fim da transformação social na direção de uma sociedade libertária, igualitária e fraterna. Nesta perspectiva, ao sindicato caberia o papel de organização dos trabalhadores sob o capitalismo em sua luta estratégica, realizada estritamente dentro do campo da resistência econômica. Caberia também ao sindicato o reorganizar e coordenar a vida social naquilo que chamavam “a sociedade futura”, período posterior ao momento revolucionário.

A tática privilegiada de luta era a greve geral expropriadora. Essa concepção defendia a união dos trabalhadores nos sindicatos, independentemente de seus credos políticos, religiosos e filosóficos, de maneira a favorecer um movimento paredista generalizado que, acreditavam, por si só faria capitular o patronato e o estatismo. O sindicato aglutinaria os produtores unicamente a partir do critério econômico: os trabalhadores estariam num mesmo campo, antagônico aos interesses dos patrões. Também estaria excluída do sindicato qualquer adesão ou discussão de ideias políticas, religiosas e filosóficas. Nestes assuntos, o sindicato seria “neutro”. Por fim, os “anarquistas sindicalistas” costumavam entender o sindicalismo como sinonímia do anarquismo.

Os jornais e revistas aqui analisados podem apresentar uma destas linhas enquanto tendência ou inclinação de parte do coletivo editorial. Mas essa definição não deve ser interpretada como expressão literal da publicação do jornal ou revista. Nem mesmo o alinhamento à tendência do coletivo editorial constituía condição para publicação em tais periódicos. Neles existem artigos escritos, por

vezes, dentro do debate entre anarquistas de mesma ou diferente expressão, ou ainda entre adversários do anarquismo.

Foram alvos de mais uma exaustiva análise dois jornais e duas revistas: as revistas *Floreal* (1907) e *A Vida* (1914 a 1915), do Rio de Janeiro; e os jornais *Germinall!* (1913) e *A Rebelião* (1914), de São Paulo, e, particularmente nos capítulos iniciais, remeto-me a outros periódicos. O material analisado, como outros a que faço breves alusões, encontram-se disponíveis em arquivos e bibliotecas públicas. O estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro abrigam os mais importantes arquivos públicos com os documentos sobre o movimento operário: CEDEM da UNESP, AEL da UNICAMP, Biblioteca Mário de Andrade, Arquivo Público do Estado de São Paulo são alguns existentes na cidade de São Paulo. Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Social Fábio Luz são alguns existentes no Rio de Janeiro.

Os dois primeiros números da revista *Floreal* encontram-se na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. A revista *A Vida* foi publicada em edição fac-símile pela editora Ícone. Os dois jornais *Germinall!* e *A Rebelião* foram coletados nos arquivos do CEDEM da Unesp. A Biblioteca Social Fábio Luz também possui cópias destes e de outros jornais anarquistas.

Procedo a uma exposição das características particulares no processo coletivo de elaboração desses impressos, focalizando a relação conhecimento e sociedade; ciência e prática; vida e existência; sociedade, associação e indivíduo; nacional e internacional; escritura e articulista; pensamento e sentimento; razão e emoção. Em relação ao campo da convivialidade, investigo os textos assinalando como foram apresentados, os temas relativos

à ordem moral e ética, violência e sociedade, educação e escola, velha e novas modalidades de vida social.

Acredito que essa perspectiva faculta, em primeiro lugar, tanto um discernimento das aproximações e distanciamentos no coletivo de redatores como também o conhecimento de aspectos característicos da sociabilidade instaurada nestes coletivos. Faculta, em segundo lugar, uma abordagem dos méritos e limites da disciplinaridade, procurando entender esse assunto às discussões atuais sobre multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Nesta direção, procuro distinguir aproximações e distanciamentos com autores e escolas do pensamento social, cuja ocasião será propícia para averiguar como e em que nível se estabeleceram e foram administradas tais discussões entre os anarquistas defensores de expressões particulares no pensamento anarquista.

A sociedade brasileira e as repercussões destes escritos em seu interior são matérias de apreciação, através de análises das leituras e enfoques elaborados, nestes documentos, sobre a situação da sociedade brasileira num período histórico, sem perder de vista as relações desta dentro de um contexto social articulado às questões colocadas pelos acontecimentos internacionais. Na sequência, passo a um estudo acerca das ponderações elaboradas em torno de outras expressões de movimentos sociais, situando esses escritos principalmente em relação ao positivismo, enquanto integrante do conjunto conceitual liberal; e ao marxismo, enquanto campo teórico e prático considerado, por quase todos os estudiosos atuais, um conjunto de concepções integrante do campo revolucionário. Também procedo a um suplementar questionamento visando problematizar o tema do autodidatismo.

Por fim, procuro orientar a perspectiva de análise a partir de alguns textos dos chamados clássicos do pensamento anarquista. Nestes, encontro as primeiras formulações de um enfoque negativista quanto ao princípio de autoridade, ao mesmo tempo em que afirmativos do princípio de liberdade.

As contribuições de Max Stirner, pseudônimo de Johann Gaspar Schmidt (1806-1856), de Pierre Joseph-Proudhon (1809-1865), de Mikhail A. Bakunin (1814-1876), de Piotr Kropotkin (1842-1921), de Elisée Reclus (1830-1905) e Errico Malatesta (1853-1932), distribuídas em livros e artigos publicados na imprensa operária e acadêmica, nos beneficiam com estas formulações. Seus pensamentos constituem manifestos ocorridos no interior do processo de formulação do materialismo filosófico, críticos da perspectiva religiosa e hierárquica quanto à concepção e formulação da sociabilidade humana.

Com os referidos autores – sobretudo com Stirner –, encontro, guardadas as proporções relativas às particularidades de cada um, a distensão da crítica à transcendência. Suas obras deslindam o transcendental do campo restrito do misticismo religioso para outras manifestações, relacionando-o a disposições e atitudes fora do campo convencionalmente entendido como área estrita para se tratar de Deus, religião e teologia. Não obstante, fora Stirner, o pensamento social dos demais finda reinstalando Deus através da eleição de alguma centralidade na sociabilidade humana. De outro modo, afirmar nesta sociabilidade a primazia de alguma unidade definitiva, alguma totalidade, algum acabado ou algum eterno, instaura o mesmo procedimento sacralizador, próprio dos dinamismos religiosos.

Apesar disso, esses autores evidenciam a permanência de Deus nos estilhaços de ou-

tras dimensões da sociabilidade humana no período da modernidade. Deus, enquanto abstração, centralidade, universal, absoluto, totalidade e transcendência, ganhou maior fôlego quando atualizado através de conceitos como liberdade, ética, humanidade, moral, entre outros, também em instituições e concepções como Estado, pátria, nação e justiça.

O estudo aqui apresentado poderia ser percebido, de certa maneira, como uma simples ampliação e aprofundamento de minha pesquisa de mestrado iniciada em março de 1993 e defendida em julho de 1996 no Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, campus I¹⁶. Contudo essa leitura é equivocada. Mesmo porque, desde o início de meu afastamento da UFCG, onde leciono, para capacitação, não a tinha projetado nem de longe.

Para o mestrado, pesquisei a formação do pensamento social de um integrante dos estratos proletários, oriundo da Espanha, de onde veio ainda criança para o Brasil juntamente com toda a sua família no período de incentivo à imigração europeia, tendo aqui se tornado anarquista quando adulto. A realização dessa pesquisa muito me agradou, pois, através dela, pude conhecer o perfil pessoal e a envergadura de um personagem *sui generis* no movimento anarquista, no Brasil, do início da industrialização. Deste homem, pouco se conhecia; afora algumas referências biográficas,

¹⁶ Esta pesquisa, inicialmente intitulada *O Mestre Revoltado: vida, lutas e pensamento do anarquista Florentino de Carvalho*, foi publicada com algumas poucas modificações na forma do texto e nenhuma no conteúdo, subtraindo do texto algumas características próprias das exigências rotineiras dos trabalhos apresentados em defesas de pós-graduação. Essa mudança objetivou favorecer um melhor nível e ritmo de leitura tanto para quem tenha algum interesse pelo assunto como também para o pesquisador acadêmico. Ver: NASCIMENTO, Rogério H. Z. Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

nada tinha sido produzido sobre seu pensamento social e, de uma forma geral, sobre sua contribuição particular à formação do pensamento sociopolítico especificamente proletário.

No entanto, apesar de a pesquisa ter sido bem-sucedida, ficaram diversos assuntos sugeridos, lacunas, pistas abertas, temas a serem mais bem trabalhados num momento posterior. Além do mais, e o que considero mais relevante, eu não tinha atentado para aspectos que atualmente tenho na conta de imprescindíveis no tema pesquisado. Eu me encontrava preso a uma abordagem disciplinada e disciplinar de estudo.

Desta maneira, e sob este prisma, não há de fato continuação da pesquisa realizada no mestrado com a pesquisa do doutorado. Isso porque tenho a sensação de ter adentrado um novo campo de pesquisa. Enquanto num primeiro momento assinei aspectos biográficos e individuais do pensamento de um anarquista; neste segundo momento, me volto, primeiro, para aspectos coletivos da elaboração do conhecimento e, segundo, para a experimentação imediata das concepções libertárias, perspectiva que me escapou anteriormente por insensibilidade ou por efeitos de uma formação disciplinar e disciplinada.

O fato que me favoreceu notar esses aspectos foi unicamente o meu ingresso no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (PEPGCS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Este acontecimento beneficiou em muito uma abertura de novas perspectivas que antes nem de longe desconfiavam existirem. Tanto que não sabia como abordar o tema sem cair na mesmice e na reprodução do que já tinha realizado com a dissertação de mestrado.

Só depois de estar cursando as disciplinas do referido programa foi que pude

acrescentar elementos com os quais pude me alertar para certos aspectos do tema que agora abordo. Foram essas informações que me fizeram alterar o projeto de pesquisa inicial e vislumbrar o campo de estudo aqui apresentado. Com os horizontes abertos para a pesquisa que aqui apresento, contribuíram sobremaneira – e aqui quero registrar o meu sincero reconhecimento – as disciplinas cursadas no PEPGCS, um ambiente acadêmico amistoso e acolhedor, as conversas com colegas de aulas e, sobretudo, os cursos e o acompanhamento do meu orientador Edson Passetti.

Redefinida a pesquisa, visitei em 2001 arquivos e bibliotecas públicas e privadas tendo, desde então, amalhado considerável material a ser utilizado como fonte primária da pesquisa. Com essa parte já adiantada, concluí as visitas a arquivos públicos e particulares no ano de 2004, procurando ampliar ao máximo o material primário a ser utilizado a fim de iniciar a elaboração do texto da presente tese.

Concomitante a essas visitas, elaborei *papers*, apresentando-os regularmente, desde o primeiro semestre de 2001, em diversos eventos acadêmicos: SBPC, ANPUH regional e nacional, encontros de história oral, encontro de sociólogos do Estado de São Paulo, encontros do Centro de Humanidades da UFCG, entre outros. Por fim, apresentei artigos publicando-os em revistas e anais de encontros; preparei a reedição de livros elaborando notas a estes, como também textos de apresentação; livros com artigos selecionados na imprensa proletária de autores anarquistas. Uma gama de atividades que foram possíveis por integrar o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PEPGCS-PUC/SP, e o Núcleo de Sociabilidade Libertária, NU-SOL.

Administração

1 – *Ação Direta*, semanário anarquista, vive exclusivamente das contribuições assumidas voluntariamente por seus simpatizantes. A Administração pede encarecidamente aos contribuintes já existentes, como aos novos, que fixem sua quota mensal e procurem nem variá-la, nem deixar de enviá-la até o dia 5 de cada mês. A não observância dessas duas condições pode perturbar o andamento de *Ação Direta*.

Tão pronto o número de contribuições ultrapasse as necessidades de *Ação Direta*, empreenderemos a publicação de folhetos e, quase certo, um suplemento cultural (ciência, literatura, música, etc.)

2 – Toda correspondência deve ser enviada para a rua Buenos Aires, 147 – A – 2.º – Rio de Janeiro.

José Oiticica. *Ação Direta*. Rio de Janeiro – RJ. – Ano 01 – Nº 04. Página 04 – 07.05.1946.

Ação direta não pode aumentar sua tiragem agora; mas você, leitor, pode concorrer para difundir suas doutrinas lendo-a sempre a cinco, dez, quinze pessoas amigas e com elas discutindo os assuntos tratados. É um meio prático de aumentar-lhe enormemente a tiragem. Faça isso! O êxito está na ação!!!

José Oiticica. *Ação Direta*. Rio de Janeiro – RJ. – Ano 01 – Nº 11. Página 04 – 29.06.1946.

————— APELO —————

Temos de aumentar nossa tiragem; mas, como já dissemos outro dia, a venda avulsa dá enorme *deficit*. Só um meio há de arcarmos com as despesas de maior tiragem. É estender-se a lista dos contribuintes e dobrar cada qual sua contribuição. Nosso periódico não é comercial, não aceita anúncios; não é político, nem publica, a tanto por linha, notícias ou reclamos; em suma, não temos matéria paga.

Logo, apelamos para os entusiastas de *Ação Direta*. Procurem novos contribuintes. Dobrem ou tripliquem suas contribuições.

Atrás das palmas, a *ação direta*, ainda com sacrifícios.

José Oiticica. *Ação Direta*. Rio de Janeiro – RJ. – Ano 01 – Nº 13. Página 04 – 14.07.1946.

O que queremos

Queremos:

- A socialização dos campos, das fábricas, das minas e de todos os serviços públicos.

Queremos:

- A abolição do despotismo político e administrativos do Estado.

- A eliminação de toda e qualquer organização parasitária e opressiva.

Não queremos a confusão imposta pela violência, o arbítrio garantido pela força, mas a ordem consequente da solidariedade e determinada pelas necessidades comuns.

E isto que nós queremos é a Anarquia!

(Não assinado)
A Plebe. São Paulo – SP. Ano 03 – Nº 35. 17.10.1919. Página 03

Nossa Imprensa

Com motivo do 1º de maio, o valente paladino libertário “A Plebe” publicou uma edição especial de 8 páginas, com vários clichês e selecionada matéria.

Também temos a registrar o aparecimento de “Alba Rossa” do “Rebelde” e “O Trabalhador da Light”, todos eles com ótima apresentação.

Trabalhadores!

Lede “A Plebe” o vosso jornal

O trabalhador. São Paulo – SP. – Ano 03 –
Nº 01 – 10.05.1934. Página 02.

A família no comunismo

A família no regime burguês organiza-se tendo como base o interesse e as conveniências e se conserva unida por liames artificiais, compromissos vergonhosos, traições mal encobertas, litígios, ofensas pessoais, transações e violências.

E quando nas classes pobres se dissolve, os filhos são abandonados à caridade pública e, faltando esta, são atirados à rua...

Ao lado da família burguesa prospera o infanticídio, a prostituição, o proxenetismo e o crime...

No regime comunista anárquico a base única da família é o amor e mantém-se pela amizade, pelo respeito mútuo, livre de preocupações econômicas.

E se o amor que determinou a união vem a desaparecer e o convênio se transformar em opressão recíproca, dissolvendo-se a família, os filhos ficam amparados pela comunidade

(Não assinado)

A Plebe. São Paulo – SP. Ano 03 – Nº 34.
16.10.1919. Página 04.

Como entendemos a igualdade

A igualdade que nós queremos não é metafísica, mas real. Não oferece a todos a “mesma” razão, mas garante a todos a satisfação das suas necessidades, exigindo de todos não o “mesmo” esforço e a “mesma” capacidade, mas de cada um o dispêndio de energias de que se sente capaz.

Não aspira à nivelação dos cérebros e dos estômagos, pretende, ao em vez, alcançar a harmonia social como resultado das múltiplas satisfações.

(Não assinado)

A Plebe
São Paulo – SP
Ano 03 – Nº 41
30.10.1919
Página 02

Só porque ninguém
está ouvindo não significa que
não deva ser dito.

Shugueki



Livros não mudam
o mundo, quem muda o mundo
são as pessoas. Os livros só
mudam as pessoas.

Caio Graco



Dura lex, sed lex: a lei é
dura, mas é lei. Mas,
para os ricos é dura
lex, sed latex: a lei
é dura, mas
estica.

Fernando Sabino

ANTOLOGIA LIBERTÁRIA
PLASMAS

*_ Caridade. Senhor! Dai-me uma esmola!
_ Toma, um tostão: volta-me o troco...
_ Está vazia a minha sacola...
_ Então... adeus... espera um pouco...*

*_ Senhor!... Até a vista,
Amigo.
_ É verdade que até para mendigo
É necessário ser capitalista...*

*_ A culpa foi toda minha.
Que te não soube esconder
O que às vezes se adivinha
E se não deve dizer.*

*A culpa foi toda sua,
Pois não soubeste fugir
Com teus olhares de lua
Que me fizeram cair...*

*_ A culpa foi toda nossa,
Que nos deixamos levar...
_ A culpa?... Não sei quem possa
A Natureza enganar!...*

*_ Encarcerado do Sonho,
Quebra os ferros da prisão...
Espia...
_ O mundo é medonho...*

*_ És inútil, velho cão!
_ Tenho, no cárcere estreito,
Gozos que nunca terás!
_ A fome!... A Ideia!... O despeito!...
_ A Esperança!... A Sede!... A Paz!...*

VOL. 1

**O anarquismo no Brasil:
pensamentos e perspectivas analíticas**



ANTOLOGIA LIBERTÁRIA

UM PROBLEMA DE TEOLOGIA

*Certa vez, não sei onde,
Nem quando sei também dizer,
Levando a extrema unção para um visconde,
Que ia, mau grado seu, morrer,
Saiu um bispo e a sua comitiva,
Cônegos, padres, sacristães, enfim
A gente que anda só na expectativa
Ou duma procissão ou dum festim.*

*Quando o imponente préstito seguia,
Com as regras todas da etiqueta,
Entoando uma medonha litanía,
Surge, talvez mandado do capeta,
Um formidável, trágico elefante
Que, das mãos do prelado,
Arrebatou, com a tromba extravagante,
O sacrário, onde Deus era louvado!*

*E o feroz animal,
Ante o espanto geral,
A tromba formidável esticando,
Pôs dos fiéis à vista
A gloriosa conquista,
Como se os estivesse abençoando,
Como se fosse um padre corretíssimo
Dando aos crentes a benção do Santíssimo...
Em seguida o sacrário devorou,
Ou, melhor, comungou...
Não se pode dizer com exatidão
O pavor, a mixórdia, a confusão
Dessa hora fatal.
Houve abortos, desmaios, faniquitos,
Imprecações e gritos.
"Iso é o Juízo Final!"
Chegou mesmo a dizer,
Tremendo e a se benzer,
Uma beata boçal.*

*Logo que foi o pânico aplacado,
Reuniu-se em conselho a padraria,
Para tratar do caso complicado
Que a sagrada, a imortal Teologia
Não deixara explicado.*

*Não podia o Deus vivo
No ventre do animal ficar cativo
Como se fosse torta ou sarrabulho.*

*E depois o fidalgo moribundo
Não podia sair aqui do mundo
Só, sem Deus no bandulho...*

*Como fazer porém operação
De tanta gravidade?
O paquiderme era de propriedade
Dum judeu, dum pagão,
Que, com toda a certeza,
Exigiria uma indenização,
Se nessa estranha empresa
Morresse o seu "Pimpão".
Logo uma ideia, uma estupenda ideia,
Acudiu à cabeça dum sacristia:
Fazer com que o elefante
— Oh coisa nuca vista! —
Por meio dum purgante,
Expelisse o sacrário mais a obreia...*

*- Sacrilégio maior este seria,
diz um padre pançudo e venerável,
Deus assim, dessa forma, ficaria
Sujo e com um cheiro insuportável...*

*Outro alvitrou, rapidamente,
Que se fizesse o elefas atrevido
Vomitara pela boca, pela frente,
Aliás sem vomitório
O que havia comido.
E era fácil contudo,
Fácil e suasório:
Era soprar "atrás" por um canudo:*

*Outros alvitres foram sugeridos,
À magna assembleia,
Pelos padres e bispos mais sabidos,
Pelos sacristãs de mais clara ideia...*

*Até hoje, porém, por mais que o tente,
Consultando vetustos alfarrábios,
Não consegui saber, infelizmente,
A forma como os veneráveis sábios
Resolveram o caso transcendente.
Porquanto a douta Teologia,
Inspirada por Deus, que tudo vê,
Oh grande maganão!
Esse problema não prevê,
Nem para ele apresenta solução!*

VOL 1 - O anarquismo no Brasil: pensamentos e perspectivas analíticas

A emergência da República brasileira é marcada por uma forte truculência no trato da chamada "questão social". O fim da escravidão negra e da monarquia não traduziu melhorias nas condições de vida dos segmentos populares, quando se deu o estabelecimento da indústria no país, ao lado de uma intensificação da migração de trabalhadores europeus. Esses eventos concorreram na formação de um operariado urbano que envidou esforços na organização dos trabalhadores em associações de classe, na criação de escolas, bibliotecas, ateneus, de grupos de teatro, entre outras atividades mais.

Os contornos da violência chegaram a tamanha dimensão que a historiografia registra, numa máxima enunciada por um dos primeiros presidentes do Brasil, Washington Luís, a disposição das classes dominantes em relação aos conflitos sociais oriundos particularmente das desigualdades econômica e social. Este governante, ao ser interpelado sobre seu posicionamento acerca da questão social no Brasil, respondeu que a "questão social é uma questão de polícia".

Essa tradição de arbítrio e despotismo foi sendo apurada e intensificada à medida que os primeiros governos se sucediam. Arthur Bernardes governou o país de 1922 a 1926 quase em completo estado de sítio e foi o responsável pela criação de um campo de

concentração chamado Clevelândia, no Oiapoque - Amapá, extremo norte do país.

Com a denominada Revolução de 30, Getúlio Vargas chegou à presidência, iniciando um período de intensificação da repressão sobre todos os seus adversários. Foi o período coroado posteriormente com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937. Francisco Campos¹, considerado o ideólogo de Vargas, formulou sua concepção de Estado baseado nas ideias fascistas de Estado Corporativo anunciadas pelo ditador italiano Benito Mussolini, que, da mesma maneira que Hitler, foi integrante dos chamados partidos socialistas, os partidos de esquerda.

Na perspectiva de Francisco Campos, todos os atos de governo deveriam convergir para uma unidade total da sociedade, de modo que todos os segmentos sociais obedecessem estritamente a um grande líder nacional a fim de melhor contemplar um pretenso "interesse nacional". O diferencial das ditaduras de Vargas, em relação às de seus antecessores, foi o fato de ele não ter se limitado à repressão aos movimentos populares, nem ter se restringido a favorecer alguns

¹ Para um conhecimento do pensamento social, de caráter nacionalista, de Francisco Campos, ver: CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional e suas Diretrizes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional - Sua Estrutura, Seu Conteúdo Ideológico. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

setores da economia, como acontecia com a política chamada “café com leite”.

Vargas deu um passo mais adiante ao considerar o estabelecimento de uma feição nacionalista para as instituições sociais. Procurou sedimentar no conjunto da população um sentimento de nativismo chauvinista, através de ações favorecedoras do estabelecimento de uma identidade brasileira. Nessa direção, acentava com a necessidade de uma unificação em torno de sua liderança e da homogeneização da vida social.

Francisco Campos exerceu um papel por demais relevante tanto neste contexto como na dinâmica deste processo. A educação ocupava um lugar de destaque em seus intentos totalitários. Daí porque, ao lado da repressão aos diversos setores de atuação do movimento operário, conjugou ações afirmativas de uma ordem hierárquica e hierarquizante.

Nesse sentido, quando as escolas anarquistas vinham sendo combatidas e fechadas pelos governantes, ao longo da experiência republicana, quando os jornais eram empastelados, quando os sindicatos eram fechados, quando as bibliotecas eram destruídas e os livros apreendidos e destruídos, quando os trabalhadores eram perseguidos, presos, torturados, expulsos, deportados, assassinados, enfim, quando, de um lado, persistia o arbítrio e a truculência governamental, de outro lado, Vargas começou a fomentar, simultaneamente à ação repressiva, a existência de instituições, como as educacionais, dentro da esfera disciplinar. As arbitrariedades do governo Vargas junto aos trabalhadores eram complementadas com o estabelecimento de sindicatos atrelados ao Estado, de escolas com programas oficiais e obrigatórios, com restrição da liberdade de imprensa e consequente controle desta pelos órgãos repressivos, e com uma relação de aparelhamento dos segmentos sociais pelo Estado.

Em particular para as organizações operárias, o governo Vargas implantou o modelo de sindicato único, referendado no modelo fascista. Este, por sua vez, assim como o modelo nazista, foi um plágio das iniciativas do governo bolchevique da hoje extinta URSS. A concepção totalitária de partido único foi expandida para as organizações dos trabalhadores com a implantação do sindicato único. Em todos estes casos, está em atividade a instauração e atualização do pensamento único como forma de celebrar a standardização da vida social, por meio de medidas de governo que visavam estabelecer um intenso processo de disciplinamento da sociedade como também manifestavam a busca de uma domesticação dos setores populares recalcitrantes ou que lhe eram resistentes².

Neste contexto social, totalmente adverso, no início da República, os trabalhadores empreenderam diversas iniciativas. Simultaneamente à ação em torno da organização em associações de classe, fomentaram atividades grevistas, manifestações públicas e congressos em nível local, regional, nacional e internacional; organizaram diversos comitês tratando de temas específicos, como dos presos, desaparecidos e deportados, contra a exploração e violência sobre as crianças e contra a carestia de vida e a lei de expulsão de estrangeiros; fundaram escolas, ateneus, bibliotecas, grupos de teatro e algumas experiências com universidades para os trabalhadores; criaram jornais e revistas, publicaram livros e brochuras nas suas

2 Sobre a Revolução de 30, ver: DECCA, Edgar de. 1930 – O Silêncio dos Vencidos. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. Uma pesquisa que demonstra as proveniências fascistas dos mais atuais planos e projetos educacionais de cunho nacional foi realizada por Guilherme Carlos Corrêa. Ver: CORRÊA, Guilherme Carlos. Sobre Educação Contemporânea no Brasil: escolarização, comunicação e anarquia. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

tipografias; abordaram a situação da mulher no lar e na fábrica; trataram do tema do amor e da sexualidade; evidenciaram a importância da estética na sociabilidade humana; divulgaram o vegetarianismo e o esperanto; fundaram organizações antimilitaristas e anticlericais; problematizaram as concepções racistas que grassaram entre a intelectualidade acadêmica à época; assinalaram a relevância da questão étnica para a compreensão da sociedade brasileira, particularmente no que dizia respeito ao dinamismo do movimento operário; realizaram atividades de caráter cultural e recreativo, como saraus, bailes e piqueniques, entre outras iniciativas.

Essas e outras experiências implementadas pelos anarquistas, além de sofrerem a repressão dos governos republicanos, foram alvos de um calculado processo de apagamento da memória social e dos desdobramentos centralizados e autoritários do Estado Novo. Muitos historiadores deixaram de fazer referência a estas contribuições e realizações do movimento operário sob orientação e vibração anarca, capturados pelos sentidos, à direita e à esquerda, das benfeitorias sociais via Estado. Quando forçados pela própria história a registrar a presença anarquista, como na criação dos sindicatos e nas greves, o fizeram com o estereótipo de arcaísmo, obsolescência e atraso³.

3 Um caso particular desta perspectiva, que se enquadra perfeitamente no tema deste tópico, é o estudo sobre o Tribunal de Segurança Nacional criado no início da década de 1930, realizado por Reynaldo Pompeu de Campos. O autor inicia, no primeiro capítulo, assinalando a insatisfação “com a situação vigente”. Neste quadro, o autor destaca o movimento modernista, a fundação do PCB, os primeiros grupos fascistas, a revolta do forte de Copacabana e a criação do Centro D. Vital. Mais adiante, refere-se aos anarquistas numa perspectiva de ativismo sem pensamento, de movimento meramente reivindicatório, de ideias imediatistas ou arcaicas. Ver: CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

Formação do pensamento e do movimento anarquista no Brasil e a literatura especializada das Humanidades

O movimento anarquista no Brasil, quando de seus momentos mais marcantes em relação à intervenção no conjunto dos acontecimentos na sociedade, como também quanto a uma maior visibilidade social, tem sido razoavelmente estudado por pesquisadores e acadêmicos já há um considerável tempo, razoavelmente, não pela qualidade dos estudos publicados, mas em relação ao material disponível em bibliotecas e arquivos, públicos e particulares; em relação também à amplitude e às possibilidades de enfoques como de variedade de abordagens investigativas que estes materiais facultam ao pesquisador.

Quanto aos estudos, os interessados e estudiosos pelo assunto são beneficiados por um leque significativamente amplo de pesquisas, bastante aprofundadas e contundentes, em que pesem outros discriminatórios, estes últimos mais por conta de uma percepção elaborada a partir de referenciais teóricos rígidos e dogmáticos como também por concretizarem uma projeção de demandas alheias ao próprio pensamento e movimento em estudo.

Foram muito comuns, durante um largo período de tempo, os estudos e as análises de aspectos, ou do conjunto das ideias e do movimento anarquista, a partir de alguma perspectiva do universo conceitual e ideológico marxista. Não que isso não possa e deva ser realizado. Muito pelo contrário, a liberdade na reflexão e análise das questões sociais deve ser o mais larga o quanto for possível. O problema, neste caso específico, é quando as opções de abordagens enrijecem, negligenciam ou obscurecem dimensões do tema em estudo.

FIAT LIBERTAS

*Não vistes? toda a tropa em armas, as bandeiras
Ao sol vibrando ao vento as bandeiras desfeitas,
Dava à festa do povo um tom quente demais,
Como uma voz que abafa o eco de outras vozes,
Como um canto à surdina entre as canções triunfais!*

*Quando Roma alargava à religião do Cristo,
Houve destes ardis, também fizeram disto:
Tomava-se o lugar sagrado ao deus pagão;
Sobre o altar de Diana erguia-se outra imagem,
E quando vinha o povo outra vez à romagem,
Encontrava outro deus e outra religião!*

*É a festa do trono o que hoje se venera:
Não é da redenção não é da nova era,
Não é a nova luz do Lázaro, que sai
Do túmulo, em que foi séculos deixado;
Contra este erro fatal haja ao menos um brado,
Contra o crime que passa, haja ao menos um ai!*

*Não veem? Podeis não ver! Mas rompa em breve um grito
Da nossa rude voz, dura como o granito,
Retemperada aos sois na calma dos sertões,
Engraçada ao ulular das hirtas cataratas,
Que dispa corcéis alígeros das matas,
Que arranque o servo à gleba, o sono às multidões.*

*Então, como hoje, em louca e nova efervescência
Far-se-á de uma vez só a nossa independência,
Teremos liberdade intensa, de uma vez;
E em todo o Continente americano, um brado
Como o que hoje soou, libertado do escravo,
Amanhã soar, – libertado dos reis!*

Isso acontece, o mais das vezes, com os estudos sobre o pensamento e o movimento anarquista, a que cabe uma crítica em torno da forma de abordagem adotada pelo pesquisador que produz estudos e pesquisas com resultados possíveis de serem antecipados através de uma perspectiva restritiva e fechada sobre si mesma, praticada conscientemente ou não. Contudo, não pretendo me estender nos pormenores dessas reflexões realizadas ao longo do século XX, nem tampouco fazer uma espécie de balanço comparativo entre estas, mesmo porque isso seria outro trabalho. Apresentarei, nos parágrafos seguintes, apenas um esboço rápido destes estudos, considerando-os em conjunto, através das décadas, a partir dos anos 50, período de iniciação nas universidades de investigações em torno do movimento operário, até algumas pesquisas elaboradas nas décadas mais recentes.

Reflexões acerca das ideias e práticas efetivas no próprio movimento anarquista como, de um modo geral, no operariado, já era procedimento com certa regularidade entre os próprios trabalhadores do período. A revista *Kultur* registrou, no começo do século XX, reflexões traçando o perfil do anarquismo no Brasil, nomes de maior projeção e as publicações – jornais, revistas e livros – de grande circulação. Aqui o anarquismo manifestava as influências das ideias comunistas de Kropotkin, Reclus, Malatesta e Augustin Hamon. O individualismo *stirneano* e o cristianismo *tolstoiano* seguiam, em graus menores, influenciando o anarquismo no Brasil.

As colunas da revista anarquista *A Vida*⁴, publicada no Rio de Janeiro, também

4 Ver na bibliografia a referência da edição em fac-símile disponibilizada de *A Vida*. Na mesma coleção de publicações em fac-símile, fora publicado o jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador* e o *Boletim da Escola Moderna Nº 1*. No entanto, estes dois últimos são de difícil aquisição, pois foram publicados em reduzidos números de exemplares.

apresentam estas preocupações em documentar e registrar as feições do anarquismo desenvolvido no Brasil. Nesta revista, algumas seções indicam a preocupação em documentar os eventos relativos às atividades dos grupos anarquistas, em diversas localidades, e elaborar reflexões em torno do movimento operário e do movimento anarquista a partir das informações coletadas.

Há, em *A Vida*, uma seção denominada “Bibliografia brasileira sobre a questão social”. Nesta seção, os editores tinham a intenção de listar toda a publicação feita no Brasil abordando a vasta questão social. Há uma outra seção intitulada “Relatórios e documentos – subsídios para a história do movimento anarquista no Brasil”, com objetivo idêntico. *A Plebe*⁵, décadas depois, apresentou o mesmo cuidado, iniciando uma seção com o mesmo texto de *A Vida*. Desta vez, o autor é apresentado: tratava-se de Neno Vasco.

Desde fins dos anos 50 e durante a década de 60, foram publicados estudos focalizando aspectos historiográficos do movimento operário no início da industrialização no Brasil. A tônica geral destes estudos acadêmicos é de um movimento anarquista, no movimento operário, tratado ora enquanto expressão anacrônica, ora obsoleta, mas sempre inquestionavelmente superada, possuindo importância relativa na formação da classe operária.

Essa apreciação fora lançada por Astrojildo Pereira⁶, egresso do anarquismo e principal articulador da formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta foi uma posição definitivamente unânime entre historiadores e estudiosos marxistas. O historiador

5 VASCO, Neno. Subsídios para a história do movimento anarquista no Brasil. *A Plebe*. São Paulo, ano 3, n. 86, p. 3, 13 abr. 1935. (terceira fase).

6 Sobre as reflexões de Astrojildo Pereira, ver: PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB*. In: _____. *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

marxista Eric Hobsbawm também associou anarquismo à ideia de movimento político arcaico, romântico, primitivo, mais afeito a um período pré-industrial. Portanto, desta assertiva se deve a sua conclusão, definindo o anarquismo enquanto movimento pré-político, portanto inadequado às sociedades industriais. Em diversos escritos, Hobsbawm⁷ apresentou o anarquismo como um pensamento ultrapassado, irracional e obsoleto, que nada tem a contribuir com o pensamento socialista.

O movimento anarquista é apresentado nestes estudos como uma manifestação de um período transitório entre uma sociedade escravocrata, monarquista e essencialmente agrária para uma outra com predomínio da vida urbana e industrial enquanto motor da economia. Segundo a perspectiva desses estudos, este processo de transformação social, em relação aos aspectos organizativos dos trabalhadores diante da situação de exploração econômica e dominação política, teve na fundação do PCB, em 1922, seu corolário natural, fatal e inevitável.

Entretanto, no geral, esses primeiros estudos possuem o mérito de abordar um tema que até então não era nem considerado nas pesquisas universitárias, enquanto matéria válida nos estudos de aspectos importantes na constituição da sociedade brasileira. O que prevalecia, até então, na historiografia oficial era uma história enquanto narrativa dos feitos memoráveis praticados pelas grandes personalidades políticas, pelos vultos nacionais, governantes, industriais, enfim, como narrativas

7 HOBBSAWM, Eric. J. Bandidos. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. HOBBSAWM, Eric J. Rebeldes Primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Tradução de Nice Rissone Rio de Janeiro: Zahar, 1970. HOBBSAWM, Eric J. Reflexões sobre o Anarquismo. In: HOBBSAWM, Eric J. Revolucionários: ensaios contemporâneos. Tradução de João Carlos; Vitor Garcia; Adelângela Saggiolo Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

de iniciativas tidas como importantes para a sociedade perpetradas por ícones das finanças e da política nacional.

Esse ponto de vista, ao mesmo tempo em que adota a posição de discurso científico, verdadeiro e realista sobre fatos tidos na medida de concretos e objetivos, relega a população trabalhadora à importância nula. Esta é reduzida a uma expressão no máximo decorativa, mas de atuação insignificante nos eventos decisivos para a configuração das relações sociopolíticas, econômicas e culturais.

A esse respeito, é emblemático o tratamento dado pelos estudiosos do processo de industrialização e afirmação do capitalismo aos eventos relacionados com os ludditas, destruidores de máquinas na Inglaterra entre 1810 e 1813 no início da industrialização. A designação do movimento deve-se ao rumor espalhado na época de que havia um líder destas revoltas. Seu nome era Ned Ludd⁸, mas sua existência não foi possível de ser confirmada. Frequentemente este movimento é apresentado como representante de tendências retrógradas e irracionais diante de um fenômeno social tido como inevitável.

Sob esse diapasão, o anarquismo foi tratado no plano de exotismo e visto como

8 Sobre este assunto, ver: FERRER, Cristian. Os destruidores de máquinas. Libertárias – Revista trimestral de cultura libertária, São Paulo, n. 4, dez. 1998. p. 5-10. Também SALE, Kirkpatrick. Inimigos do Futuro: a guerra dos ludditas contra a revolução industrial e o desemprego: lições para o presente. Tradução de Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro; Record, 1999. Este livro combina uma exposição de dados históricos à análise das ideias colocadas em efeito pelos ludditas. Neste sentido, o autor se coloca como integrante de um movimento neo-luddita contemporâneo, contestando os rumos tomados pela sociedade tecnológica. Outro autor fundamental para o entendimento deste movimento é Schumacher. Seu livro expõe suas ideias acerca da instauração de uma economia descentralizada, ecológica e em pequena escala para o mundo atual. Ver: SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro; Zahar, 1983.

alvo privilegiado para uma ação repressiva do Estado. A violência governamental recebeu a sacralização de verdade científica através da elocubração de intelectuais nacionalistas que lançaram mão de teorias lombrosianas⁹ como também através da ideia, difundida na sociedade, do anarquismo como uma “planta exógena”¹⁰. Haveria, nesta perspectiva, a sugestão, senão mesmo a assertiva taxativa, da existência de uma natureza pacifista do trabalhador brasileiro, não inclinado a conflitos nem à forja de movimentos contestatórios e revolucionários. Antes disso, a população brasileira era apresentada como possuidora de uma índole cordial, ordeira em seus costumes e colaboradora habitual de um pretense progresso nacional. Os primeiros estudos críticos acadêmicos se caracterizam por uma discursividade pautada em memórias, conjugada a um enfoque sociológico e historiográfico, e seus nomes representativos são Azis Simão, Vamireh Chacon, Edgar Carone¹¹, entre outros.

9 Os anarquistas eram tidos na medida de uma variação de criminosos por César Lombroso. Ver: LOMBROSO, César. O homem delinquente. Tradução, atualização, notas e comentários de Maristele Bleggi e Oncar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

10 Sobre o tema da violência e repressão estatal sobre o proletariado, ver particularmente: MENEZES, Lená Medeiros de. Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. AZEVEDO, Raquel de. A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. A vasta obra de Edgar Rodrigues também constitui fonte para um conhecimento da situação de intensa repressão perpetrada pelos governantes e pelo patronato sobre os trabalhadores no Brasil e em Portugal.

11 BANDEIRA, Moniz. O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980. CHACON, Vamireh. História das Ideias Socialistas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966. CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo: DIFEL, 1984.

Os trabalhos de Edgar Rodrigues¹², que iniciou a coleta de materiais diversos do movimento anarquista ainda nos anos 50 e que é o mais completo arquivista do movimento operário e do movimento anarquista no Brasil e em Portugal, abordam esses movimentos a partir de uma perspectiva alheia aos dos anteriormente citados. Seu esforço em conservar e divulgar a memória e os eventos que dizem respeito ao movimento operário e ao movimento anarquista no Brasil e em Portugal se insere nas iniciativas de conservação da memória levadas a efeito dentro do movimento anarquista não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Nos anos 70, surgiram estudos realizados por pesquisadores universitários que trataram com mais pormenores alguns detalhes da experiência do movimento operário e do movimento anarquista no Brasil. Entretanto, esses estudos continuaram matizados por um forte conteúdo ideológico, de orientação marxista, encontrado nos estudiosos citados como Boris Fausto, Albertino Rodrigues, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Nazareth Ferreira, Michael Hall¹³, à exceção, como dito mais acima, dos trabalhos de Edgar Rodrigues.

A partir dos anos 80, pesquisadores como Foot Hardman, Margareth Rago, Cristi-

12 Edgar Rodrigues publicou mais de quarenta livros, tendo iniciado a divulgação em fins dos anos 50. Além disso, encontra-se no prelo quase uma dezena de livros inéditos. Suas primeiras publicações são as seguintes: RODRIGUES, Edgar. Na Inquisição de Salazar. Rio de Janeiro: Gernival, 1957. RODRIGUES, Edgar. A Fome em Portugal. Rio de Janeiro: Gernival, 1958. RODRIGUES, Edgar. O Retrato da Ditadura Portuguesa. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1962.

13 FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1977. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. A Classe Operária no Brasil: 1889-1930 – Documentos – o movimento operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v. 1. RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979. FERREIRA, Maria Nazareth. A Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Vozes, 1978.

na Campos¹⁴, entre outros, elaboraram novos estudos do movimento anarquista. Os brasilienses John Foster Dulles e Silvia Lang Magnani¹⁵ procuraram apresentar uma sucessão de dados históricos com a pretensão de que eles falassem por si mesmos. Apesar de ainda prevalecer a interpretação marxista, vinculada a um enfoque detido nas relações de produção ou na determinação das condições sociais de época, estes são estudos voltados para outras dimensões da sociabilidade humana.

Assim, Foot Hardman tratou da cultura operária abordando aspectos relativos a música, festas e iniciativas de propaganda de ideias através de espetáculos teatrais e piqueniques. Margareth Rago evidenciou o dia a dia operário relacionando a vida doméstica à situação do cotidiano feminino na sociedade e na fábrica, com as lutas políticas (não partidárias) levadas a efeito pelos trabalhadores.

Nos anos 90, mais estudos foram realizados tomando como foco privilegiado alguns aspectos particulares do movimento anarquista, como imprensa, teatro e escolas. Contudo, desde a década anterior, iniciaram-se pesquisas centradas na análise em torno de trajetória biográfica ou do pensamento social de alguns anarquistas mais conhecidos.

Alguns destes estudos foram publicados em forma de livro, facilitando o acesso

14 HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria Nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: UNESP, 2002. CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário (Movimento Operário dos anos 1917 a 1921)*. Campinas, São Paulo: Pontes/UNICAMP, 1988. RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

15 DULLES, John F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

a um maior público interessado, para além do restrito campo de especialistas estudiosos da matéria. Muitos outros estão ainda sob a forma de monografia de fim de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, à disposição de um reduzido número de leitores, nas instituições de ensino superior no Brasil¹⁶.

16 Para um conhecimento acerca de algumas pesquisas publicadas em torno de figuras anarquistas, ver: SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo*. Maceió/Brasília: Arquivo de Alagoas, 1982. LEITE, Miriam Lifchitz. *A Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984. DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde: A Trajetória Libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1992. ROMANI, Carlo. *Orestes Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002. NASCIMENTO, Rogério H. Z. Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. JEREMIAS, Marcolino; SILVA, Liana Ferreira da; SILVA, Rodrigo Rosa da; RAMOS, Leandro Márcio (Orgs.). *Três Depoimentos Libertários – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Gimenez Moreno*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. Um estudo desta natureza, ainda que com uma anarquista italiana radicada no Uruguai, foi realizado por Margareth Rago. Ver: RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: UNESPE, 2000. Estes estudos são ainda minoritários quanto a anarquistas que se formaram e atuaram no Brasil, consistindo num dos campos abertos para a elaboração de diversas pesquisas. Algumas personagens que aguardam pesquisas são Gigi Damiani, as irmãs Maria Antonia Soares e Angelina Soares, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Isabel Cerruti, Orlando Corrêa Lopes, Domingos Ribeiro Filho, Domingos Passos, Zenon de Almeida, Polydoro Santos, entre tantos outros. Uma publicação registrando e analisando depoimentos de militantes anarquistas octogenários e nonagenários foi realizada por Givanildo Avelino. Ver: AVELINO, Givanildo Oliveira. *Anarquistas – ética e antologia de existências*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004. As obras de Edgar Rodrigues apresentam notas biográficas sobre diversos personagens anarquistas. No entanto, uma delas se detém mais especificamente em torno de diversos nomes, colocando aspectos relacionados à atuação e à biografia de cada anarquista contemplado neste seu livro publicado em cinco volumes. Ver: RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 1*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994. v. 1. RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 2*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1995. v. 2. RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 3*. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 3. RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 4*.

Esses estudos, na maioria das vezes, caracterizam-se pelo afastamento maior de uma perspectiva de reclame de alguma ausência de teoria própria ou carência metodológica inerente ao anarquismo enquanto pensamento e movimento social. Detêm-se mais em torno das propostas e realizações dos diretamente envolvidos. Em que pesem as contribuições destes trabalhos, que, em sua esmagadora maioria, registraram experiências no âmbito da perspectiva historiográfica e sociológica, quer abordando biografias, quer tratando das realizações anarquistas com associações de classe, imprensa, teatro e escola, quase nada se produziu propriamente em torno de uma elaboração coletiva do pensamento social anarquista. Mesmos as pesquisas sobre educação e escola anarquistas desconsideram essa abordagem.

É claro que é impossível tratar este ou aquele movimento social numa perspectiva histórica sem remeter às ideias que orientam, balizam ou convulsionam seu dinamismo. No entanto, o enfoque convencional tem menosprezado o assunto, aparecendo no texto como um efeito que não pode ser considerado nem secundário. A abordagem privilegiada, nestes escritos, deixa de lado as questões relativas à elaboração pelos trabalhadores de um conhecimento original realizado numa dinâmica coletiva.

Disso resulta uma espantosa lacuna, na literatura especializada, quanto às ideias filosóficas, econômicas, antropológicas e sociopolíticas; quanto às produções de estudos e de pesquisas em torno de um pensamento social, elaborado no Brasil de forma coletiva e diferenciado nos países centrais; também quanto à análise, ou ao registro, das contribuições intelectuais deixadas pelos trabalhadores integrantes do movimento anarquista.

Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 4. RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 5*. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 5.

Via de regra, a literatura historiográfica das diversas disciplinas das chamadas Humanidades, no Brasil, anula de seu registro qualquer referência às contribuições reflexivas deixadas pelos integrantes do movimento anarquista. Tomando algum exemplar desta literatura – abordando a produção realizada no Brasil pelos trabalhadores vinculados ao anarquismo, relativo às ideias filosóficas e econômicas, à reflexão da constituição étnica diversa e à experiência com a alteridade, à ponderação sobre a farta produção sociológica e das ciências políticas – o mutismo sistemático é deveras curioso, para não dizer sintomático e revelador. Essas reflexões delineiam a existência do anarquismo como simples ativismo, vazio em criação de ideias.

Ana Maria Fernandes¹⁷, em sua pesquisa sobre ciência no Brasil e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fez uma alusão rápida ao anarquismo e ao socialismo. Entretanto, nessa sua referência, reduz tais movimentos a aspectos relativos a eventos de grandes comoções sociais. Em sua perspectiva, anarquismo e socialismo são percebidos como meros componentes integrantes do conturbado contexto social abrangente no Brasil dos primeiros anos da República.

Nesse sentido, desconsiderou a existência de uma contribuição particular deixada à configuração de um pensamento político, filosófico e sociológico, só para ficar nestes três campos das Humanidades. A autora destacou as convulsões sociais, sobretudo com as grandes greves que agitaram a sociedade brasileira durante os anos de 1910 e 1920, abalando as vigentes instituições sociais, culturais e políticas.

17 FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

O historiador das ciências sociais no Brasil Sérgio Miceli¹⁸ registrou, como marco primeiro da produção de um saber coletivo e institucional diferenciado da matriz europeia ou estadunidense, a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, respectivamente em 1933 e 1934¹⁹.

Nas obras de Miceli, reverbera o padrão consagrado de história oficial, que considera apenas como vertente válida os acontecimentos existentes exclusivamente dentro da esfera dos eventos oficiais, institucionais e relativos a grandes personagens, símbolos nacionais e datas comemorativas. Neste opera, tal qual os historiadores oficiais ou oficiosos, um silenciamento, ou mesmo um esquecimento, calculado ou não, das expressões realizadas fora, para não dizer contra, à perspectiva apologética de notoriedades e de acontecimentos dentro de um dinamismo instaurador de hierarquias institucionais.

A revista *Sociologia*²⁰, publicada em 1940 e beneficiada em 1987 de uma reedi-

18 MICELI, Sérgio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989. v. 1. MICELI, Sérgio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1995. v. 2. MICELI, Sérgio. Intelectuais à Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Ver também: AGUIAR, Ronaldo Conde. Pequena Bibliografia do Pensamento Social Brasileiro. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

19 Para situar a concepção e criação da Universidade de São Paulo dentro dos objetivos de uma camada da elite paulista, ver: CARDOSO, Irene R. A universidade da Comunhão Paulista. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982. Muito significativa na compreensão deste assunto é também a série de entrevistas realizadas por Sônia Maria de Freitas com diversas personagens que marcaram a história da criação da USP, como Antonio Candido de Mello e Souza, Benedito Castrucci e Miriam L. Moreira Leite. Ver: FREITAS, Sônia Maria de. Reminiscências. São Paulo: Maltese, 1993.

20 BARRETO, Romano; WILLEMS, Emilio (Org.). Leituras Sociológicas. São Paulo: Edições da Revista Sociológica, 1940.

ção comemorativa de seu primeiro número – contendo neste volume acréscimo de alguns textos introdutórios –, é apresentada como primeira publicação no Brasil dentro das Ciências Sociais. Nesta publicação, a esmagadora maioria dos artigos apresentados consiste em traduções de textos, com conteúdos teóricos e/ ou metodológicos, de pesquisadores estrangeiros, quer seja de clássicos da sociologia dos estudiosos da época.

Aparentemente este constitui um padrão instituído dentro da tradição das Ciências Sociais a partir particularmente do fim da Revolução Espanhola (1936-1939)²¹. Colombo, fazendo uma ligeira resenha do movimento e do pensamento anarquista eclipsados nas narrativas historiográficas consagradas, alvos privilegiados de um calculado processo de ocultamento nos textos dos estudiosos da sociedade a partir do segundo pós-guerra, diz o seguinte:

As organizações da classe operária, e a impulsão revolucionária que as anima, tomam forma pouco a pouco na Europa a partir da revolução de 1848; dão-se uma dimensão à pretensão internacional desde 1864 e afirmam sua fina-

(Série Ciências Sociais, v. 1). CARVALHO, Nanci Valadares de (Coord.). Leituras Sociológicas. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987.

21 Sobre o processo sociopolítico da Revolução Espanhola, ver: PEIRATS, José. Los Anarquistas em la Crisis Política Española. Madrid, Espanha: Jucar, 1977. MANFRÉDONIA, Gaetano. Espanha Libertária: a revolução social contra o fascismo. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, Expressão e Arte, 2002. WOODCOCK, George. Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários – O Movimento. Tradução de Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1984. v. 2. Sobre seus aspectos econômicos, ver: SANTILLÁN, Diego Abad de. O Organismo Econômico da Revolução: a autogestão na Revolução Espanhola. Tradução de Arnaldo Spindel; Pierre André Ruprecht. São Paulo: Brasiliense, 1980. LEVAL, Gaston (*et alii*). Autogestão e Anarquismo. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2002.

lidade antiautoritária, atormentado por uma repressão violenta em diferentes momentos de sua história, e em todos os países, vai achar sua expressão culminante, e ali sucumbir, sobre as barricadas da Revolução espanhola. Desde então, as oligarquias bem-pensantes e a *intelligentsia* ocidental conseguiram escamotear da história esse espectro criado sobre o anarquismo que ousou combater o direito da classe dominante de comandar e seu sacrossanto ‘princípio de autoridade’.

Para lograr êxito, esses zeladores da ordem estabelecida tiveram a seu favor duas grandes guerras, os totalitarismos nazista e fascista, a repressão brutal de toda insurreição, na Rússia, na Alemanha, na Espanha, na América Latina, a tomada ilegítima do monopólio da ideologia revolucionária pelo Estado bolchevique e pela Guerra Fria. Devemos nos surpreender com o fato de que as *massas* permanecem apáticas, como que embotadas, diante de tal barbárie?²²

Apesar de a perspectiva de Colombo victimizar os anarquistas espanhóis, ignorando contribuição dos próprios anarquistas nas causas de sua derrota, merece ser registrada por conta do desdobramento seguido ao desfecho da experiência autogestionária na Espanha, em 1939. O autor assinala aspectos relevantes para a compreensão do que estou analisando nesta pesquisa. Entretanto esses procedimentos de ocultamento e exclusão também se dão quando Colombo apresenta os anarquistas espanhóis como vítimas passivas da ação de algozes fascistas.

Em 1993, a Fundação Calouste Gulbenkian formou uma comissão denominada Comissão Gulbenkian a fim de investigar a situação atual das ciências sociais e as suas perspectivas para o futuro. Essa comissão foi coordenada pelo historiador Immanuel Wallerstein

22 COLOMBO, Eduardo. Apresentação à edição brasileira. In: _____ *et alii*. História do Movimento Operário Revolucionário. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004. p. 12.

e teve como demais integrantes Ilya Prigogine, Peter J. Taylor, Dominique Lecourt, entre outros nomes de projeção mundial²³.

O resultado dos dois anos de pesquisa acerca da situação contemporânea das Ciências Sociais, como também de futuros desdobramentos, considerou em seu enfoque o processo histórico de sua formação desde o século XVIII até o período pós-segunda guerra. Quando da abordagem, numa perspectiva da atual situação das ciências sociais, o relatório da comissão focalizou os temas abordados neste período mais recente. Pois bem, este estudo não faz referência em nenhum momento à contribuição deixada às ciências sociais pelos pensadores anarquistas na esfera dos debates conceitual e metodológico.

A derrota da experiência autogestionária na Espanha foi o sinal para o começo da Segunda Guerra Mundial. A esta, sucedeu uma epidemia de governos ditatoriais, à “direita” ou à “esquerda”, por todos os continentes, como um sintoma de revanche da reação sobre os ímpetos libertários. Esse desfecho só foi possível por conta da conjugação de esforços de toda a reação internacional como também à reação interna à Espanha, efetivada através da ação articulada entre Stálin, Hitler²⁴, Mussolini e Franco.

É claro que alguns segmentos expressivos dentro do anarquismo estavam fascinados e encantados com campos e promessas do transcendente dinamismo divinal vigente. Isso observo quando encontro sintonia de correntes anarquistas – como a sindicalista, a comunista, a individualista e a coletivista – com a

23 COMISSÃO Gulbenkian para Reestruturação das Ciências Sociais. Para Abrir as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

24 Para uma história do processo de elaboração e assinatura do pacto Hitler/Stálin e as suas repercussões na esquerda brasileira, ver: SILVEIRA, Joel; MORAES NETO, Geneton. Hitler/Stálin: o pacto maldito. Rio de Janeiro: Record, 1990.

mística modernidade: trata-se de providência, também de acenos de conforto e sossego com uma alta, intensa e crescente tecnologia, de eternidade, pacificação, quietude, segurança – materiais constitutivos dos paraísos – que expressam o campo da vontade destes anarquismos, irmanando-os aos padres modernos. Por fim, essas expressões anárquicas findaram construindo sua cova ao prepararem a cama para aqueles que consideravam inimigos, mas com os quais tinham muito mais em comum do que imaginavam.

Por sua vez, o esforço conjugado do fascismo internacional sobre a Espanha, derrotando o movimento revolucionário de expressão libertária em 1939, contribuiu para estreitar as relações entre a Alemanha hitlerista e a URSS stalinista. Estas relações foram consolidadas através de um pacto econômico e de não agressão firmado secretamente entre os dois países, em meados de 1939. O fenômeno da segunda conflagração bélica mundial e seus posteriores desdobramentos transformou não apenas uma cartografia política internacional, mas também alterou um mapa relativo ao pensamento social, ocasião em que o pensamento anarquista, malquisto tanto pela esquerda como pela direita, acompanhou o refluxo e o ostracismo a que o movimento que o expressara fora relegado²⁵.

Se, na grande parte dos textos historiográficos consagrados contemporaneamente, o movimento anarquista é apresentado ainda vinculado ao estereótipo de pré-político e de arcaísmo, mais afeito à ideia de rebeldias primitivas e românticas, nos textos acerca de uma história do pensamento social elaborado em

25 Apresento um rápido estudo apresentando, em forma de esboço, as contribuições deixadas pelos pensadores anarquistas clássicos ao pensamento social: NASCIMENTO, Rogério H. Z. Anarquia nas Humanidades: perspectiva negativista no estudo da sociedade. Revista Ariús – Centro de Humanidades da UFCG. Campina Grande, n. 11, 2002. p. 72-82.

terras brasileiras, não há referência em torno da contribuição original deixada pelo movimento anarquista. Por sua vez, esta contribuição pode ser verificada através da elaboração de reflexões acerca de questões urgentes no mundo e, no Brasil, postas para o debate do conjunto da sociedade e registradas em diversos impressos do período.

Mesmo a história da filosofia no Brasil não remete às contribuições de anarquistas nascidos ou “formados” enquanto pessoas e militantes no Brasil. Tiago Adão Lara²⁶, tratando do percurso da razão no ocidente, abordou os caminhos da filosofia no Brasil, aludindo ao anarquismo apenas enquanto elemento constituinte do cenário conflitante dos movimentos sociais nos primeiros anos da República. Não menciona os debates filosóficos então existentes, nem tampouco alguma contribuição original realizada pelos trabalhadores neste campo do saber.

Como afirmado mais acima, estes subsídios são facilmente encontrados em jornais, revistas, brochuras e livros publicados pelos anarquistas neste período. As abordagens das ideias filosóficas clássicas elaboradas pelos anarquistas, como as que lhe eram contemporâneas, aconteceram não só em debates, conferências e palestras. Os jornais e livros anarquistas registram, em suas colunas e páginas, o conhecimento pelos trabalhadores de filósofos e escolas filosóficas as mais diversas.

Restringindo-me a um exemplo, a revista anarquista *A Vida* guarda em suas colunas um debate profícuo entre um integrante do grupo de redatores com o vice-diretor da Igre-

26 LARA, Tiago Adão. Caminhos da Razão no Ocidente: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias. Petrópolis; Vozes, 1986. Sobre a trajetória da filosofia no Brasil, ver também: VITA, Luis Washington. Panorama da Filosofia no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1969. GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. Pequenos Estudos de Filosofia Brasileira. 2. ed., rev. e corr. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

ja do Apostolado Positivista no Brasil, Teixeira Mendes. Nesta polêmica, ficou registrada a impressão dos anarquistas sobre as ideias defendidas pelo positivismo, como também a apreciação de um positivista de reconhecimento inquestionável sobre o anarquismo. Alguns dos temas surgidos neste debate dizem respeito a ciência, liberdade, ordem e desordem social, egoísmo e altruísmo.

As revistas *Kultur* (1904) e *Na barricada* (1915), do Rio de Janeiro, e o *Boletim da Escola Moderna nº 1* (1918-1919) e *Aurora* (1905), de São Paulo, entre outros, também expuseram em suas colunas o debate sobre anarquismo, positivismo e spencerismo. As matérias expostas em *Kultur* problematizando postulados positivistas provocaram Teixeira Mendes, levando-o a escrever a Elysio de Carvalho breve carta refutando suas críticas. Esta carta favoreceu um debate entre ambos. Também o *Boletim da Escola Moderna Nº 1* publicou uma extensa carta do vice-diretor do Apostolado Positivista no Brasil, seguido de uma exposição de cordiais ponderações elaborada por integrante do coletivo editorial.

Os manuais de sociologia, utilizados contemporaneamente nos diversos cursos das Humanidades nas universidades brasileiras, anulam uma apreciação acerca das contribuições deixadas pelos anarquistas ao pensamento social. Mesmo porque falar de socialismo e das reflexões quanto às questões sociais na Europa do século XIX é impossível sem remeter pelo menos, em que pesem os diversos trabalhos escritos por Kropotkin e Réclus e à presença pessoal de Bakunin em todas as revoluções de seu século, ao pensamento de Proudhon.

Geralmente, esses manuais apresentam uma contextualização dos embates teóricos, havidos entre os chamados clássicos da sociologia com alguns de seus contemporâneos,

excluindo em bloco os contatos destes com as ideias libertárias, com os pensadores e militantes anarquistas de sua própria época. As ponderações elaboradas por diversos estudiosos e comentaristas acerca da conformação do pensamento social de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, estes que são os chamados clássicos das ciências sociais, não focalizam suas relações com os textos elaborados pelos chamados clássicos do pensamento anarquista. Relações estas que, no caso de Marx e Proudhon, foram também pessoais.

Entre Marx, Durkheim e Weber, Marx foi quem mais contato teve com as ideias dos pensadores anarquistas, tendo produzido diversos livros a partir destes encontros. Durkheim, em seu texto sobre socialismo, faz uma rápida alusão a Proudhon²⁷.

27 DURKHEIM, Émile. A Ciência Social e a Ação. Tradução de Inês Duarte Ferreira. São Paulo: DIFEL, 1975. DURKHEIM, Émile. Socialismo: Émile Durkheim, Max Weber. Tradução de Ângela Ramalho; Antonia Bandeira. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993. Sobre as polémicas entre Karl Marx e Max Stirner, ver: SOUZA, José Crisóstomo de. A Questão da Individualidade: a crítica do humano e do social na polémica Stirner-Marx. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993. Entre Karl Marx e Pierre-Joseph Proudhon, ver as seguintes obras: o texto de introdução elaborado pelos organizadores da coletânea PASSETTI, Edson; RESENDE, Paulo-Edgar (Org.). Proudhon. Tradução de Célia Gambini, Eunice Ornelas Setti. São Paulo: Ática, 1986. GURVITCH, Georges. A Vocação Atual da Sociologia. Tradução de Orlando Daniel. Lisboa, Portugal: Cosmos; Santos, São Paulo: Martins Fontes, 1979. 2 v. GURVITCH, Georges. Proudhon e Marx. Tradução de Luz Cary. Lisboa, Portugal: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980. v. 2. GURVITCH, Georges. Proudhon. Tradução de Lurdes Jacob; Jorge Ramalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983. MENEZES, Djacir. Proudhon, Hegel e a dialética. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. JACKSON, J. Hampden. Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. Nos beneficiamos com duas recentes publicações no Brasil: MARX, Karl. Miséria da Filosofia. Tradução e notas de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004, contendo as notas elaboradas por Proudhon, além de um texto introdutório situando esta obra polêmica; a segunda publicação é: PROUDHON, Pierre-Joseph. Sistema das

À MULHER OPERÁRIA

*Definhas, carne em flor, nessa estufa doentia
Onde impera o trabalho e reina a tirania,
Onde a fome, roaz, brama de sol a sol.
Brotaste na miséria e estás predestinada
A sofrer, trabalhar e morrer estiolada,
Sem que brilhe em teu seio a luz de um arrebol.*

*Nesse inferno a que fostes atirada – a Oficina –
A burguesia vil, corruptora, assassina,
Com sólidos grilhões te enleou e te prendeu.
E o infandto Capital o teu suor devora,
Como a águia da Legenda espedaçava outrora
A rija carnação do bravo Prometeu.*

*Para o mundo atual, tu és, unicamente,
A fonte do dinheiro, a máquina inconsciente,
O ventre fértil que produz, a preço vil,
A carne do prazer para os grandes da terra,
A carne do canhão para dar pasto à guerra
E a carne que o industrial devora em seu covil!*

*Ó mulher infeliz, luta, trabalha, morre!
Mas o sangue, o suor que da frente te escorre
Vai formando esse mar de fúria e indignação
Que há de, enfim, subverter o negro Despotismo
E de onde há de emergir, após o cataclismo,
Um mundo mais humano e sem falta de pão!*

Raimundo Reis. **A Plebe**. São Paulo – SP. Nova fase. Nº 21. 22.04.1933. Página 02.

OSSOS

*Hoje, ao reler as páginas sombrias
Das dúvidas de outrora,
E ao ver como importuna tu sorrias,
Em lugar de sorrir, minh'alma chora.*

*Chora, porque lembrar passadas cousas
É procurar motivo
Para desenterrar de sob as lousas
O que, supondo morto, está bem vivo.*

*E que funda impressão tem quem exuma
Uma sombra gelada!
Parece que através de tênue bruma
Palpita e vive a criatura amada.*

*É o mesmo corpo, o mesmo penetrante
Olhar que se dilata,
E que vive e que morre num instante,
E ao mesmo tempo vivifica e mata.*

*A retina parece que condensa
A visão derradeira
De quem, ungido da suprema crença,
Vai habitar a terra hospitaleira.*

*E depois de passados longos anos
De cruciante tortura,
Materializa com sinais humanos
O esqueleto que jaz na sepultura.*

Mario Pinto de Souza. **Floreal**. Rio de Janeiro – RJ. Ano 01 – Nº 1. 25.10.1907. Página 28.

A exceção dessa lacuna nos manuais de sociologia é Georges Gurvitch que, além de ter situado o debate havido entre Marx e Proudhon em seu manual de sociologia²⁸, registrando o débito do primeiro para com o segundo, abordou em outras obras as relações tumultuadas entre ambos, chegando a produzir um livro especificamente sobre o pensamento social de Proudhon. Neste livro, Gurvitch analisou o pensamento social de Proudhon considerando-o em seus aspectos filosóficos, sociológicos e de doutrina social e política. Encerrou o livro com a seguinte conclusão: “Cem anos após a sua morte, a actualidade de Proudhon impõe-se tanto a

Leste como a *Oeste*. Creio ser esta a maior homenagem que podemos prestar-lhe”²⁹.

Outro aspecto a ser considerado nesta reflexão é o fato do total desconhecimento, nos atuais cursos superiores das humanidades no Brasil, sobre os referidos livros, textos de jornais e brochuras que contêm reflexões sobre a sociedade na qual os trabalhadores se encontravam inseridos. Esse desconhecimento se desdobra na impossibilidade de alguma referência e mesmo nenhuma utilização destas produções nas aulas dos cursos.

Os cursos de História, por exemplo, não usam textos nem livros historiográficos que registram alguns eventos decisivos nas histórias locais, regionais e mesmo de alcance nacional a partir de uma perspectiva de quem vivenciou os fenômenos sociais. Um flagrante desta assertiva consiste no episódio da guerra civil constitucionalista iniciada pelo estado de São Paulo contra o governo federal, no ano de 1932. Esta foi uma extraordinária comoção cívica que, tendo eclodido numa particular localidade de um dos estados da Região Sudeste, findou por repercutir diferentemente em outros estados.

Diante de uma vasta literatura historiográfica³⁰ produzida por generais, revolucionários, jornalistas e envolvidos em um dos lados

Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria. Tradução J. C. Morel. São Paulo: Ícone, 2003. t. 1, em que o leitor pode acompanhar, na introdução elaborada por Morel, uma exposição da polémica. Entre Karl Marx e Mikhail Alexandrovitch Bakunin, ver: NORTE, Sérgio Augusto Queiroz. Bakunin: Sangue, Suor e Barricadas. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988. BARRUÉ, Jean. Bakunin e Netchaiev (Três Estudos sobre Bakunin). In: _____. O Anarquismo Hoje. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976. Do próprio Bakunin acerca do pensamento político de Marx, ver: BAKUNIN, Mikhail A. Escrito Contra Marx: conflitos na Internacional. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1989. Sobre reflexões acerca do pensamento político de Karl Marx e Friedrich Engels como de seus mais destacados seguidores, ver: FERREIRA, José Maria Carvalho. Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo”: história de um equívoco. Blumenau, Santa Catarina: FURB, 1997, sobretudo a primeira parte e a conclusão. Por fim, para uma abordagem geral, a partir de uma perspectiva anarquista do pensamento sociopolítico de Karl Marx, ver particularmente a coletânea: JOYEUX, Maurice *et alii*. Os anarquistas julgam Marx. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001. Nesta coletânea, há um artigo de Gaston Leval intitulado “Bakunin e o Estado Marxista”, em que o autor procede a uma análise comparativa do pensamento político de Marx a partir da crítica de Bakunin. Para uma apreciação de Marx sobre o anarquismo, ver: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Anarquismo. Tradução de J. Abad Iñiguez. São Paulo: Acadêmica, 1987.

28 Ver: GURVITCH, Georges. A Vocação Atual da Sociologia. Tradução de Orlando Daniel. Lisboa, Portugal: Cosmos; Santos, São Paulo: Martins Fontes, 1979. v. 2.

29 GURVITCH, Georges. Proudhon. Tradução de Lurdes Jacob; Jorge Ramalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983.

30 Sobre a guerra civil de 1932, em São Paulo, ver: DE PAULA, Jeziel. 1932: imagens construindo a história. Campinas, São Paulo: UNICAMP; Piracicaba, São Paulo: UNIMEP, 1998. Um dos objetivos desta pesquisa foi fazer uma relação de todos os livros publicados sobre a guerra de 32. Um dado no mínimo curioso diz respeito ao registro do livro de Florentino de Carvalho com um pequeno erro ao trocar a palavra “sociais” por “nacionais” no subtítulo, ficando o subtítulo alterado. Em vez de “solução imediata dos grandes problemas sociais”, como está no original, ficou “solução imediata dos grandes problemas nacionais”. Apenas uma palavra, mas a diferença é monumental.

da refrega, escapa à atenção dos interessados e dos estudiosos o registro de um trabalhador constituindo um documento único, até onde é do meu conhecimento. Além de trabalhador, o autor do livro foi um anarquista de projeção em toda a América Latina, tendo elaborado uma filosofia própria. Trata-se do segundo livro de Florentino de Carvalho.³¹

Outros textos possuem esse caráter historiográfico, mas mesmo assim não são utilizados nos cursos de História. O mesmo acontecimento se aplica ao caso da sociologia, da pedagogia, da política, da filosofia, da antropologia, das artes³², das letras, da literatura³³ em particular, das comunicações sociais, da economia, enfim, em todo o vasto campo das humanidades. Se na área da pedagogia existem pesquisas abordando aspectos particulares das realizações dos anarquistas no campo educacional, quando da fundação das diversas escolas e das poucas experiências com universidades para os trabalhadores, nos cursos de Pedagogia ministrados nas institui-

31 CARVALHO, Florentino de. *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo: Ariel, 1932.

32 Pouquíssimas são as pesquisas publicadas sobre o teatro operário. Ver: SILVEIRA, Miroel. *A contribuição italiana ao teatro brasileiro (1895-1964)*. São Paulo: Quíron; Brasília, DF: INL, 1976. LIMA, Mariângela Alves de. *Teatro Operário em São Paulo*. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). *Libertários no Brasil – memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo no teatro*. In: _____. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

33 Há, até onde é do meu conhecimento, algumas poucas pesquisas em torno do tema da literatura anarquista. Ver: PRADO, Antonio Arnoni; HARDMAN, Francisco Foot (Organização, introdução e notas). *Contos Anarquistas – Antologia da Prosa Libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 1985. PRADO, Antonio Arnoni (Org.). *Libertários no Brasil – memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo na poesia*. In: RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

ções de ensino superior não são adotadas, até onde tenho conhecimento, nenhuma das diversas produções elaboradas por professores anarquistas.

Há que se considerar o fato de essas produções terem sido elaboradas a partir da própria prática, do desenvolvimento das experiências educacionais instauradas pelo movimento operário e do envolvimento profundo com que os professores do período ocuparam uma posição privilegiada nestas realizações. Eles foram simultaneamente testemunhas e atores diretamente envolvidos em eventos desta magnitude³⁴.

O caráter político dos escritos anarquistas é inquestionável. Além disso, seus periódicos e livros abordam exaustivamente as ideias políticas discutidas em sua época. Desde o monarquismo ao fascismo, passando pela democracia republicana ou socialista, teocracias, imperialismos, “ditadura do proletariado”, e todas as formas de governo central foram temas debatidos pelos articulistas.

Entretanto não só críticas e negações constituem o pensamento político anarquista.

34 Várias foram as pesquisas realizadas em torno das experiências educacionais dos anarquistas nas primeiras décadas da República. A pesquisa de doutoramento de Sebastian Sanchez Martin aponta a existência no Brasil de mais de cinquenta escolas fundadas pelos anarquistas. Ver: MARTIN, Sebastian S. *La Escuela Moderna en Brasil (1909-1919)*. 1991. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Educação e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade Nacional de Educação a Distância, Madrid, Espanha, 1991. Outro estudo sobre o tema foi realizado por Flávio Luizetto em sua tese de doutoramento. Ver: LUIZETTO, Flávio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900-1920*. São Carlos, São Paulo: USP, 1984. Um texto mais acessível, porque publicado, abordando este assunto é o livro de Regina Célia Mazoni Jomini. Ver: JOMINI, Regina C. M. *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.

Existem proposituras ao lado da negação de qualquer governo central, quer seja instalado na forma de Estado-Nação, quer na de “ditadura proletária”, quer na de “governo revolucionário” ou de um Estado Sindicalista. Essa negação é apresentada numa perspectiva de positividade e não de carência, ausência ou alguma incompletude. Nesse sentido, o negativismo reúne num só campo os anarquistas de todas as expressões, lançando-os em áreas diferentes quando da elaboração de um pensamento propriamente propositivo³⁵.

A antropologia, amplamente divulgada no Brasil no início da República, está relacionada principalmente ao nome de Cesare Lombroso e sua antropologia criminal³⁶. Prevalencia o procedimento relativo à frenologia no trato da questão social. A ideia de inatismo no comportamento social perpassava os estudos antropológicos do período. Por sua vez, diversos anarquistas rebatiam com veemência e conhecimento da matéria as ideias lombrosianas que embalavam muitos dos intelectuais nacionalistas do período.

Como demonstração das reflexões elaboradas por anarquistas refutando ideias positivistas e racistas de Lombroso, há o episódio da publicação do livro *A Epilepsia e as Pseudo-Epilepsias*, do médico psiquiatra Ma-

35 Sobre manuais de política que tratam da constituição de um pensamento político no Brasil, ver a coleção, em doze volumes: BARRETO, Vicente (Org.). *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. Os comentadores politólogos que elaboram alguma referência ao anarquismo no movimento operário o fazem lançando mão do cabedal conceitual marxista, utilizando expressões como “socialismo utópico” dentro da ideia de arcaísmo. Ver: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Influência das Ideias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro – 1890-1922*. São Paulo: Loyola, 1978.

36 LOMBROSO, César. *O homem delinqüente*. Tradução e atualização de Maristele Bleggi; Oncar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

noel Bombarda, carioca radicado em Portugal. Bombarda levantou, neste livro, a tese de uma pretensa inferioridade genética da mulher em relação ao homem, pois no seu entendimento a mulher constituía fator de degenerescência da espécie.

Maria Lacerda de Moura³⁷ dedicou um livro, *A mulher é uma degenerada*, refutando as ideias e concepções preconceituosas desse psiquiatra mascaradas como ciência. A frase que empresta o título a seu livro, a autora retirou do próprio livro de Bombarda e procedeu a uma devassa nas ideias lombrosianas através da crítica ao autor carioca.

Considerando a antropologia contemporânea um conjunto de conhecimentos sistematizados em torno da experiência da alteridade, quer em relação ao contato entre agrupamentos sociais distintos, quer como enfoque instaurador de uma perspectiva de estranhamento de instituições, costumes e hábitos convencionais da própria sociedade da qual o antropólogo é integrante, há reflexões antropológicas abarcando estas duas perspectivas em vários textos dos anarquistas do período aqui tratado.

A liberdade no pensamento anarquista é muito mais que objeto de reflexão, análise e estudo para deleite intelectual, muito mais que um recurso de oratória para emoldurar discursos como podem fazer democratas e liberais, os quais a esvaziam de seu sentido ao tratarem de liberdade, sempre na condicional: a liberdade deve ser legalizada, regulamentada, emendada, medida, fiscalizada, policiada, tarifada, vendida, comprada, doada, mas nunca inventada com as próprias mãos.

A possibilidade de invenção de modos de vida diferentes caracteriza a espécie huma-

37MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada*. São Paulo; Typ. Paulista, 1924.

na. Por sua vez, a liberdade no anarquismo consiste na afirmação da legitimidade da existência e autodeterminação dos grupos e indivíduos sem nenhuma ingerência legal, moral, econômica, religiosa ou outras de quaisquer espécies. Nessa direção, os anarquistas, em que pesem alguns expressarem uma abordagem das sociedades indígenas matizada no evolucionismo vitoriano, no geral, se referiam aos “silvícolas” ou “indígenas” reconhecendo a legitimidade de seu modo de vida³⁸.

Um destes anarquistas, francês radicado no Brasil, Paul Berthelot (1880-1910) procurou estabelecer uma comunidade anarquista a partir da observação direta de como viviam alguns dos grupos indígenas, mas não pôde realizar seu intento porque faleceu no interior de Goiás ao adquirir enfermidades endêmicas.

Em letras e literatura, é vasta a contribuição deixada pelos anarquistas. O primeiro romance social produzido no Brasil foi elaborado pelo médico baiano Fábio Luz. Em 1901, ele escreveu *Novelas*, apresentando suas preocupações com a questão social. Abordou em seus romances essas questões numa perspectiva anarquista, a partir de 1903, com a publicação de *Os Ideólogos*, seguindo a abordagem em todos os seus escritos posteriores. Em 1906, veio a público *Os Emancipados*; e, em 1908, *Virgem-Mãe*, fora os demais publicados nos anos seguintes. Fábio Luz foi constante colaborador da imprensa anarquista e integrante da Academia Carioca de Letras.

Neno Vasco elaborou uma das primeiras propostas de simplificação ortográfica para a Academia Brasileira de Letras. Enviou suas

38 Sobre referências de anarquistas aos povos indígenas, ver particularmente: LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. O que é maximismo ou bolchevismo. São Paulo: [s.n.], 1919. CARVALHO, Florentino de. A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais. São Paulo: Ariel, 1932.

propostas, mas não obteve nenhuma resposta da instituição. Decidiu, então, elaborar os jornais de que participou, estabelecendo a simplificação ortográfica à revelia da academia³⁹. Os jornais *A Terra Livre* (1907-1910), *A Voz do Trabalhador* (1908-1913) e a revista *Kultur* adotaram a simplificação ortográfica por ele proposta.

O meio de comunicação de maior penetração na sociedade em fins do século XIX e início do XX ainda era o jornal. O rádio era um artigo de muito luxo, só encontrado nas famílias financeiramente mais abastadas. Dessa maneira, talvez seja possível tratar o periódico impresso como o principal meio de comunicação de massas da época. Os anarquistas tinham consciência da importância de dar uma versão própria aos acontecimentos de seu tempo, como também expressar seus pensamentos e suas reflexões dentro do contexto de discussão acerca da questão social.

Nesse sentido, vários jornais apresentam artigos refletindo sobre a atividade do jornalista na manutenção ou subversão do quadro social envolvente. Os governantes também conheciam o alcance dos jornais na sociedade e os possíveis contágios sobre os segmentos dos trabalhadores. Tanto conheciam a possibilidade de insubmissão social que reprimiram o movimento proletário, empastelando jornais, destruindo bibliotecas e arquivos, além de terem perseguido escritores e articulistas dos periódicos operários.

As concepções propositivas de reorganização econômica são várias no pensamento anarquista clássico, sendo a dimensão comumente utilizada para a particularização e

39 Sobre Neno Vasco e Fábio Luz, ver: RODRIGUES, Edgar. Os Libertários – José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993.

distinção entre as chamadas escolas do anarquismo. O anarcossindicalismo, por exemplo, constitui desdobramento em torno dos debates sobre as propostas mutualista de Proudhon, coletivista de Bakunin, associacionista de Stirner e comunista libertária de Kropotkin, Reclus e Malatesta.

Os anarquistas no Brasil não descuidaram da discussão sobre a conformação econômica posta em prática pelo conjunto da sociedade brasileira e defendida pelas instituições governamentais. Não descuidaram também quanto à reflexão em torno das possibilidades de transformação na ordem econômica de maneira a por fim ao regime de exploração do homem pelo homem. As resoluções dos congressos operários, os jornais, as revistas, os livros registram essas reflexões e discussões.

Um aspecto particular de jornais e revistas anarquistas reside na prática de prestação de contas de diversas atividades e campanhas levadas a efeito pelos trabalhadores. Festivais, saraus, assinaturas de periódicos, contribuições voluntárias, venda de livros, entre outras atividades, envolvendo uma concepção de economia como também uma gestão de recursos financeiros oriundos de uma prática coletiva, encontram-se estampados em suas colunas. Essas informações constituem elementos abertos a uma análise mais atenta⁴⁰.

40 Sobre estudos que abordam uma história das concepções econômicas geral, ver, por exemplo: HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Para uma abordagem deste tipo focalizando o Brasil, ver entre outros: FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1988. Sobre as ideias econômicas no anarquismo, ver a trilogia: GUILLÉN, Abraham. Economia Libertária: alternativa para un mundo en crisis. Madrid; Fundacion de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo: 1988; GUILLÉN, Abraham. Economia Autogestionaria: las bases del desarrollo economico de la sociedad libertaria. Madrid, Espanha: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1990a; e GUILLÉN, Abraham. Socialismo

Entretanto, a elaboração de um pensamento social dada sob condições diferenciadas e específicas, tanto em relação à Europa como aos Estados Unidos, como a um referencial disciplinar e disciplinador comum às instituições de ensino e pesquisa fundadas pelo Estado brasileiro desde pelo menos os anos 30 do século passado, se coloca enquanto matéria inequívoca.

E é exatamente o que pretendo demonstrar com esta pesquisa em seus aspectos relativos às contribuições da expressão negativista do pensamento social. Com esta pesquisa, abordo assuntos relativos ao conhecimento das questões sociais candentes à época, como também em relação ao aporte conceitual e metodológico utilizado por essa tendência do pensamento social. Ao mesmo tempo, considero a relação da forma de produção de subjetividades em atividade nos nossos dias com a elaboração de conhecimento na sociedade vigente.

A propósito do termo negativismo nomeando uma expressão de pensamento e movimento social, convém ponderar como foi estabelecido dentro dos debates dos estudos da sociedade. Esta designação foi firmada desde o início da formação e do estabelecimento de procedimentos sistematizados dos estudos da questão social, particularmente com a configuração da sociologia no período da chamada modernidade, a partir da contribuição deixada por Auguste Comte.

Comte apresentou seu pensamento social como uma reação vigorosa e decidida de recusa aos eventos ocorridos na França, de abolição do antigo regime, com desdobramento em toda a Europa. Os movimentos de questionamento e extinção da nobreza e do

Libertario: ni capitalismo de monopolios, ni comunismo de Estado. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1990b.

feudalismo apontavam para uma destruição de toda forma de centralização política. Esse estado social fora definido, à época de Comte e por ele próprio, como “anarquia”.

Nesse mesmo período, alguns pensadores defendiam o retorno ao antigo regime. No entendimento de Comte, contra os conservadores, as instituições feudais deveriam desaparecer para dar lugar a outras norteadas não pela teologia, mas sim pela razão e pela ciência. Isso para evitar a radicalização do projeto aventado pelos revolucionários de extinção das instituições governamentais. Os que buscavam uma radicalização dos movimentos de destruição da ordem teológica foram denominados por Comte de “críticos”, “revolucionários”, “indisciplinados” ou de “negativistas”. Estes intentavam o estabelecimento da anarquia, significando o caos e a desordem, acusava Comte. Por sua vez, ele propugnava uma reflexão e uma atuação social “orgânica” no lugar da “negativista”.

O termo “positivista” procede desta sua rejeição das propostas daqueles que ele designou de “críticos” ou “negativistas”, pois estes desconsideravam, no seu entendimento, a existência de elementos “estáticos” e “dinâmicos” inerentes à sociabilidade humana. O lema de seu sistema filosófico era “o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por finalidade”, do qual os positivistas brasileiros retiraram o “Ordem e Progresso” para estamparem no centro da bandeira da nascente república brasileira.

Assim, a dimensão estática da sociedade diria respeito à hierarquia, este objeto de sacrilégio para os “negativistas”, cuja afirmação aparece em Comte através do conceito “positivismo”, termo que expressa a recusa de Comte quanto à proposta para o estabelecimento de uma sociedade desprovida de governo central.

Por sua vez, a palavra “anarquia” foi usada, pela primeira vez, com um sentido positivado por Pierre-Joseph Proudhon, invertendo a concepção usual de seu tempo. “Anarquia” era compreendida enquanto significando um estado social de ausência de governo central, portanto como estabelecimento do caos, da desordem e mesmo da violência generalizada por toda a sociedade. Temas como ordem, progresso, liberdade, autoridade, anarquia eram matérias privilegiadas dos debates entre os estudiosos da sociedade em sua época. O entendimento convencional destes termos os colocava em campos absolutamente excludentes.

Proudhon, conhecedor da máxima comteana como também da acepção etimológica da palavra “anarquia”, utilizou-a com destaque para o sentido original, evidenciando-a para dar força às ideias de crítica e proposta social de seu pensamento. Do grego, temos duas palavras *an*, significando ausência; e *arquia*, significando governo.

Assim, em sua época, ordem social entendida como hierarquia era a condição para a existência do progresso. Por sua vez, a ordem era relacionada à presença de autoridade em detrimento da liberdade. Anarquia constituiria, nesse entendimento, um estado de sociedade em que prevaleceria o caos e a desordem por causa da ausência de governo central. Esses assuntos também foram matéria de reflexão de Proudhon, que, além de ter proposto a união da ordem com a anarquia e a liberdade enquanto polo característico da sociabilidade humana, chegou a escrever em 1851 um livro intitulado *Filosofia do Progresso*.

Debatendo com sua época e com o referido lema comteano é que Proudhon elaborou uma de suas máximas mais conhecidas: “Como o homem busca a justiça na igualdade,

de, a sociedade busca a ordem na anarquia”⁴¹. Com isso, procurou evidenciar um modo de vida avesso ao princípio de autoridade e não um aspecto menor da sociabilidade humana, restrito ao interior de um campo ordenado com suas leis, mesmo que fossem entendidas como as “leis do caos”. Em suas palavras:

O universo está estabelecido sobre o caos, e a sociedade humana sobre o antagonismo... Mas... se, neste universo, toda a acção acabar por encontrar uma reacção igual, e se as forças se balanceiam, não se passa o mesmo entre ele e a humanidade, que triunfa incessantemente sobre a fatalidade do seu organismo, e sozinha se constitui soberana...⁴²

Vale salientar, quanto ao lema proudhonian, que ele não se voltava para algum tipo de regramento ou normalização desta “anarquia”. Pelo contrário, evidenciou somente a dimensão da sociabilidade humana como recusa à governança, à ordem hierarquizada, ao governo centralizado, dentro do jogo de balanceamento entre os polos de autoridade e liberdade. Tratando da relação entre política, liberdade, ordem e anarquia, afirmou Proudhon: “A política é a ciência da liberdade: o governo do homem pelo homem, não importa o nome com que se disfarce, é opressão; a perfeição máxima da sociedade reside na união da ordem e da anarquia”⁴³.

Para ele, a liberdade caracteriza o campo da sociabilidade humana, que tinha na determinação biológica entre os animais o outro

extremo da série: determinação genética dos comportamentos na escala inferior do reino animal e espontaneidade no outro lado desta escala. Isso significa dizer liberdade como base da diversidade no comportamento social dentro da espécie humana. Noutra momento, afirmou Proudhon:

A espontaneidade – do mais baixo grau nos seres inorgânicos, mais elevada nas plantas e nos animais – atinge, sob o nome de *liberdade*, a sua plenitude no homem, que tende a libertar-se sozinho de todo o fatalismo, tanto objectivo como subjectivo, e que efectivamente se liberta dele...⁴⁴

A manutenção da centralização do poder necessita recorrer a expedientes violentos de autoridade, arbítrio e abuso. Contra essa dinâmica foi que Proudhon, ainda dentro do debate sobre a sociabilidade humana relativa à ordem, afirmou: “A liberdade é anarquia, pois não admite o governo da vontade, apenas a autoridade da lei, isto é, da necessidade”. E em seguida: “A liberdade é variedade infinita, pois respeita todas as vontades nos limites da lei”⁴⁵. Ainda insistindo sobre o caráter organizador próprio à liberdade, Proudhon afirmou de maneira taxativa: “A liberdade é essencialmente organizadora”⁴⁶. Noutra momento sentenciou: “A república é uma anarquia positiva... é a liberdade recíproca e não a liberdade limitada; a liberdade, não filha da ordem, mas mãe da ordem”⁴⁷.

41 PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é a propriedade? Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 237.

42 PROUDHON, Pierre-Joseph. A Nova Sociedade. Porto, Portugal: Rés, [197-]. p. 232.

43 PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é a propriedade? Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 245.

44 PROUDHON, Pierre-Joseph. A Nova Sociedade. Porto, Portugal: Rés, [197-]. p. 231.

45 PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é a propriedade? Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 241.

46 PROUDHON, *op. cit.*, p. 243.

47 PROUDHON, Pierre-Joseph. A Nova Sociedade. Porto, Portugal: Rés, [197-]. p. 119.

Dessas rápidas ponderações, assinalo uma aparente aproximação entre positivistas e negativistas. Mas é apenas aparente, pois, em seguida, é possível constatar a distância e diferença entre ambas. Para positivistas e negativistas, os estudos sobre a sociedade devem sempre ter uma finalidade prática. O deleite intelectual ou o conhecimento pelo conhecimento não tem sustentação. No entanto, essa praticidade não possui o mesmo significado para os dois.

Com os positivistas, a prática social é entendida unicamente como intervenção de caráter compulsório dos órgãos dirigentes; com os negativistas, a praticidade realiza-se com a ação direta, com a apresentação não com a representação política. Para os positivistas de ontem e de hoje, há que se entregar a vida particular para os cuidados do Estado-providência. Esperança, fidelidade, contrição, resignação, adesão, segurança, quietude, eternidade: pontos cardeais ao cristianismo modernizado sob a religião de Estado.

O movimento anarquista e a questão social no Brasil

Ao lado de reflexões sobre questões sociais, como economia e política, tópicos característicos e comumente avaliados enquanto únicas dimensões válidas nos debates do campo sociológico e do socialismo, no anarquismo existem outras inquietações. Há, dentro do universo das reflexões elaboradas por diversos anarquistas, uma contribuição configurada particularmente em torno de diversos assuntos considerados, no mais das vezes na literatura especializada, como temas “menores”⁴⁸. Isso

⁴⁸ Pensar em menoridade e assuntos desta ordem é pensar com Stirner, Deleuze e Foucault, se considerarmos os estudos que provocaram deslocamentos e desassossegos nas

quando não são desprestigiados até como matéria de reflexão.

No vasto e fecundo campo do anarquismo, para além de abordar como matéria importante de reflexão muitos dos chamados temas “menores”, existe uma inquietação que transpõe o campo do pensamento e da reflexão. Há um desdobramento em significativos esforços na instauração de novas formas de convivialidade, em que seus aderentes se empenham na instauração imediata de no-

vontades. Passetti assinala deslocamentos nesta mesma série. STIRNER, Max. *Stirner: textos dispersos*. Seleção e apresentação de J. Bragança de Miranda. Lisboa, Portugal: Via, 1979. STIRNER, Max. *O falso princípio de nossa educação*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001. STIRNER, Max. *Algumas observações provisórias a respeito do Estado fundado no amor*. Tradução de José Bragança de Miranda. VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 1, maio 2002. STIRNER, Max. *Os mistérios de Paris*. Tradução de José Bragança de Miranda. VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abr. 2003. STIRNER, Max. *Arte e religião*. Tradução de José Bragança de Miranda. VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003. STIRNER, Max. *O único e a sua propriedade*. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e Escritos II). HETEROTOPIAS anarquistas. VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 2, out. 2002. PASSETTI, Edson. *Rebeldias e Invenções na Anarquia*. VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abr. 2003. PASSETTI, Edson. *Vivendo e Revirando-se: heterotopias libertárias na sociedade de controle*. VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003.

vos costumes. Argumentando nessa direção e contrapondo o anarquismo a outras escolas do pensamento social, Florentino de Carvalho expôs da seguinte maneira seu pensamento sobre o assunto:

As faculdades intelectuais e morais são também propulsoras da vida social. Sem a expansão e a comunicação do pensamento e do sentimento o homem deixaria de existir.

Cada homem é um mundo de forças espirituais, de dignidades, paixões e idealismos que a Teologia, a Metafísica, o Positivismo e o Materialismo histórico desprezam, e que o Anarquismo reivindica para a causa da liberdade e do progresso.⁴⁹

No pensamento anarquista, existe abundante reflexão, não sem um acompanhamento de experimentações, sobre questões comumente consideradas num plano secundário quando se pensa em política, socialismo e comunismo: as relações entre homens e mulheres, expressando em particular a situação destas no trabalho, no cotidiano da vida doméstica e nas relações sociais tanto na sociedade vigente como também em novas modalidades de sociabilidade; também há uma problematização acerca do amor, da sexualidade e da família; ponderações em torno da importância dos diferentes elementos étnicos e culturais e sua importância na sociedade em geral e na configuração do movimento operário em particular; análises da situação de crianças trabalhadoras submetidas à condição de explorados e de violentados nos lares, nos orfanatos, nas escolas, nas fábricas; há abordagens em torno das letras, das artes em geral e da literatura; também são tópicos de discussão e de reflexão as relações do ser

⁴⁹ Ver capítulo 25 de: CARVALHO, Florentino de. *Da escravidão à liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. Porto Alegre: Renascença, 1927.

humano consigo nas dimensões que abarcam corpo, sociedade, cosmos e natureza.

Esses assuntos, na experiência do movimento aqui considerado, encadeiam dimensões significativas no vasto campo das questões sociais e existenciais. A reflexão sobre os problemas da sociedade não se esgota com uma abordagem em torno dos temas importantes da exploração econômica e/ou da dominação política porque a gravidade destes dois temas não deve eclipsar a meditação sobre os assuntos acima listados, relacionados a outras esferas, cada uma com sua importância particular, da sociabilidade humana. Uma meditação que, vale salientar, implica atuação dos diretamente envolvidos e não a espera por iniciativas dos comumente considerados representantes do povo, a chamada providência política, consciência superior, arremedo da providência divina.

Eleger temas tidos na medida de absolutamente centrais, mais urgentes ou determinantes do dinamismo social humano, caracteriza procedimento adotado por escolas sociológicas, filosóficas ou socialistas afinadas com o princípio de autoridade enquanto elemento primordial na sociabilidade humana. O velho refrão positivista afirmando a hierarquia como condicionante da sociabilidade humana é, neste instante, atualizado e posto em atividade. Isso, mesmo que de maneira aparentemente um tanto quanto displicente, repercute nos estudos sobre a sociedade.

As diversas expressões do socialismo estatal, autoritário ou centralista, procedem estabelecendo instâncias determinantes na vida social, operando uma redução da sociabilidade humana a uma ou a algumas de suas partes. Não adentrarei detalhes acerca dos pormenores deste procedimento, mas basta para o momento registrar as proveniências

religiosas dos métodos de estudo da sociedade que operam com reducionismo através de concepções fundamentadas em algum determinismo, exclusivismo ou centralismo, caracterizando procedimentos que se constituem em movimentos instauradores do absoluto, de universais.

Nesta tese, pretendo sustentar que dentro do movimento anarquista desde o período inicial da República no Brasil, já se produzia, de forma incomum e enquanto fruto de iniciativas coletivas, envolvendo contatos entre grupos locais, regionais, nacionais e por todo o planeta, estudos e conhecimentos sobre os mais diversos temas candentes na sociedade brasileira e mundial da época. Estes, por sua vez, não foram elaborados como cópias de teorias, metodologias e referenciais europeus ou estadunidenses, mas antes como empreendimentos autênticos configurados e realizados a partir de vivências instauradas dentro do movimento operário no Brasil. Também há que se considerar ser impossível dissociá-los de ressonâncias internacionais, mesmo porque seria nivelá-los a um nacionalismo autoritário.

Essa experiência histórica se deu em confronto aberto com a perspectiva disciplinar, universalista, problematizando-a e tensionando-a. Isso antes do estabelecimento e da difusão no território nacional de instituições de pesquisa e de ensino superior iniciados pelo Estado, em meados da década de 1930. Esse processo de elaboração de um saber *indisciplinar* aconteceu de maneira distinta e específica, tomando-se referenciais, disciplinares e disciplinadores, nos estudos da sociedade daquela época como contemporâneos.

No geral, nos textos *indisciplinados*, encontramos conjugados ciência, poesia, literatura, filosofia, saberes de várias áreas do conhecimento, trajetórias particulares de vida

pessoal entre outros elementos mais concentrados, por vezes, em estilos de escrita absolutamente únicos; em afronta a formas rígidas e normalizadoras de reflexão sobre o social; em recusas a referenciais hierarquizantes da vida social; em fuga de perspectivas deterministas, centralistas e universalistas; em subversão às fronteiras estabelecidas convencionalmente entre vida e conhecimento; entre áreas de conhecimento, entre povos.

Além disso, coloca-se em andamento uma metodologia conjugando distintas tendências filosóficas e sociológicas quanto à reflexão e, quanto à ação, sobre diversas táticas e estratégias. Enfim, uma forma original de diluir e desonerar rígidos limites disciplinares e hierarquizantes colocados em efeito pelos procedimentos de criação de fronteiras, comumente tidos na medida de naturais na sociedade envolvente. Desrespeitar, desconsiderar ou simplesmente ignorar tais fronteiras, implica a concepção e realização da vida como aventura existencial única.

Através de jornais, boletins de congressos operários e escolares, panfletos, manifestos, revistas, livros, os trabalhadores integrantes do movimento anarquista, em suas diferentes expressões, deixaram um legado insubstituível de conhecimento sobre a sociedade de seu período; problematizaram a situação do trabalhador dentro de uma sociedade classista; abordaram a questão da mulher e da criança trabalhadora, em relação às violências a que eram submetidas na fábrica, no lar, na escola; refletiram sobre as diversas doutrinas sociais como positivismo, social-democracia, marxismo, fascismo, liberalismo, socialismo, além de movimentos populares de diversas expressões, como feminismo, religião, militarismo, entre outros.

Além dessas reflexões, envidaram esforços na instauração de novas formas de sociabi-

lidade através de suas iniciativas educacionais, teatrais e de artes em geral; em associações de trabalhadores; na criação de ateneus, bibliotecas e centros de cultura; na direção de jornais e revistas, etc. Percebo essas iniciativas como ocasiões para intensos experimentos, uma procura de instaurar uma vivência libertária imediata, uma maneira de testar e conhecer os alcances e limites das ideias defendidas e divulgadas. Em relação à produção de conhecimento, é fácil identificar nesses ensaios pistas apontando para procedimentos avessos à disciplina e, por conseguinte, fora de seu campo orbital.

Portanto, penso ser inadequada, para uma certa compreensão dos acontecimentos relativos à produção destas obras e impressos, como também no que diz respeito às relações intersubjetivas postas em atividade, a utilização das categorias variáveis da disciplina, as quais não cabem na classificação de multidisciplinar, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar. São, de modo completamente diferente, exemplos inequívocos do exercício de *indisciplina*.

O alinhamento à concepção do princípio de autoridade – estabelecida nos estudos da sociedade pela tradição positivista, bússola do pensamento de diversos estudiosos e de correntes modernas e pós-modernas nas chamadas humanidades – não deixa que seus aderentes, de maneira consciente ou inconsciente, percebam a relação existente entre o estabelecimento de governos ditatoriais de variados matizes no mundo, no período entre e posterior às duas guerras mundiais, e a derrocada do movimento anarquista internacional e de suas lutas.

O marco principal desse acontecimento se deu, como vimos, com a derrota dos revolucionários na Espanha de 1936 a 1939. O

movimento deixou uma vasta contribuição ao pensamento social, cujo destino foi o mesmo para ambos, movimento e pensamento: discurso excluído da ordem dos debates através dos procedimentos de interdição, proibição, rejeição e depois, caso não possa ser ativada nenhuma destas três, passa a ser apresentado e interpretado enquanto um saber falso.⁵⁰

Esse acontecimento pôs fim a uma significativa diversidade de experimentos sociais e instauração de sociabilidades libertárias nos mais variados campos da atuação e vivência humana. Nessa direção, traduziu um intenso investimento, por parte dos estratos dominantes, em dinamismos e instituições sociais que privilegiam o estabelecimento de sociabilidades fundadas no princípio de autoridade.

O esforço direcionado por parte das elites sociais – patronato, governantes de plantão, aspirantes a governança e seus orbitais – no apagamento, esquecimento ou ocultamento de importantes eventos e acontecimentos de caráter coletivo constitui tática suplementar à forte repressão aos movimentos dos trabalhadores em todos os continentes. Ao mesmo tempo em que, por um lado, os governos em todo o mundo intervieram em uníssono, com extrema ou dissimulada força sobre os movimentos sociais e populares; por outro lado, ofereceram, estimularam e cultivaram formas hierarquizantes e verticalizadas de sociabilidade. Esse procedimento resultou no estabelecimento de um controle mais intenso e afirmação da eficácia de seu domínio.

O caso particular do movimento anarquista no Brasil é bastante ilustrativo dessa assertiva. Aqui, a intensidade da repressão

50 Estes são procedimentos de controle do discurso que Foucault definiu como externos. FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

governamental sobre o movimento foi significativa, com evidente apoio e participação dos estratos dominantes. Documentos da época, jornais, manifestos, revistas do período e diversos estudos publicados nos últimos anos, como também estudiosos do próprio período, registram essa ocorrência.

As mais variadas experiências produzidas pelos trabalhadores no campo da educação, com a fundação de escolas, bibliotecas, ateneus, universidades para trabalhadores; na comunicação social, através da imprensa operária e de editoras publicando a produção intelectual dos trabalhadores; na arte, com música, poesia, literatura e romance social; na questão da mulher numa sociedade preconceituosa e patriarcal; denunciando a situação das crianças através da criação de comitês formados por trabalhadores para o combate da exploração nas fábricas, como também nos casos de violência sexual e morte por padres em instituições confessionais; no naturismo; na divulgação do esperanto; na pugna contra o militarismo e campanhas de objeção de consciência, como forma de combate às belicosidades locais e às duas grandes conflagrações armadas, foram alvos de tentativas de encobrimento, principalmente, através da violência estatal e de um calculado apagamento nos registros historiográficos.

Quanto aos materiais estudados nesta pesquisa – jornais e revistas impressas – em relação à nossa época, ficou evidente ocupar a imprensa escrita numa posição secundária como o meio de comunicação social de maior visibilidade, e é de longe o tempo em que sua penetração na sociedade foi significativa, quando ela exercia efetivamente importante papel na configuração da sociabilidade.

Atualmente o jornal é caracteristicamente noticioso. Seus temas versam sobre

acontecimentos político-partidários, policiais, internacionais. Comporta também espaços de entretenimento como expressos em colunas sociais, culturais e esportivas. Isso é tanto mais verdadeiro na proporção em que consideramos os jornais ou revistas mais populares⁵¹.

Considerando também algumas de suas características mais significativas, os periódicos contemporâneos se destacam por uma inquietante monotonia relativa aos assuntos abordados e, sobretudo, ao tratamento dado a tais temas: nenhuma problematização a não ser dentro de uma lógica democrática, preponderantemente conservadora.

No mais das vezes, os tópicos publicados, e os preteridos, sugerem a existência como que de um acordo velado entre editores, ou grupos editoriais, permitindo visibilidade social a certos acontecimentos enquanto que outros são relegados a uma espécie de ostracismo. Pode existir também um frontal desconhecimento da matéria, negando o princípio do fato como explicação histórica.

Não obstante toda verborragia alardeada pelos ícones das instituições modernas a favor da liberdade de expressão enquanto um dos pilares principais da sociedade democrática, impera, no mais das vezes, de forma dissimulada, mas também explicitamente, uma censura mais intensa e mais medonha do que a existente no usualmente designado “governo forte”. Isso por conta da multiplicidade dos censores, tornando mais intensa e extensa a atividade de controle e repressão cujo exercício é realizado diretamente por considerados segmentos da própria sociedade.

51 Para o conhecimento de estudos sobre jornais diários contemporâneos, ver: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). O Jornal: da forma ao sentido. v. 2, 2. ed. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação).

Em relação a esse quesito em particular, os estudos de Foucault⁵² sobre o poder e suas ramificações capilares tratam do caráter descendente e ascendente do exercício do poder. Súditos e soberanos encontram-se enredados nas mesmas teias societárias, compartilhando a importância no estabelecimento das relações entre governantes e governados. As formações do súdito e do soberano estão implicadas, em que pese Foucault voltar suas atenções mais para a formação do súdito.

Emma Goldman, tratando de aspectos próprios ao dinamismo de dominação, assinou a cautela dos segmentos dominantes em criarem maneiras de garantir sua perpetuação. Um destes modos, para além dos mecanismos de repressão, diz respeito ao cultivo de pendorres de submissão e obediência no conjunto da sociedade. Para tanto, investem pesadamente na conquista do consentimento social como forma de manutenção das relações de domínio. A educação, neste processo, ocupa lugar privilegiado.

O Estado eclesiástico ou secular serviu, então, para dar uma *aparência* de legalidade e de direito aos danos causados por alguns à maioria. Essa aparência de direito era o meio mais cômodo de governar o povo, pois um governo não pode existir sem o *consentimento* do povo, consentimento verdadeiro, tácito ou simulado. O constitucionalismo e a democracia são as formas modernas desse pretense consentimento inoculado pelo que se chama “educação”, autêntico doutrinamento público e privado.

O povo consente porque é persuadido da necessidade da autoridade; inculcam-lhe a ideia de que o homem é mau, virulento e demasiado incompetente para saber o que é bom para ele. É a ideia fundamental de todo governo e de

52 FOUCAULT, Michel. Estratégia, Poder-Saber. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos IV).

toda opressão. Deus e o Estado só existem e são sustentados por causa dessa doutrina.⁵³

Contudo, na vasta experiência acumulada por trabalhadores dentro do movimento operário encontrada no período das décadas iniciais da república brasileira, o jornal anarquista publicava o que os trabalhadores cultivavam nas colunas de seus jornais, a análise sociológica e filosófica, o debate de ideias, tornando visíveis à sociedade as questões preteridas. Além disso, registraram episódios do cotidiano expressos nos eventos educacionais, culturais, de entretenimento, viagens de propaganda de periódicos e de ideias, por meio de apontamentos de encontros e congressos operários como também de outros eventos relativos à repressão governamental e patronal. Essas notas eram anunciadas de variadas maneiras: exposição detida, poesias, charges, debate entre integrantes do coletivo de redatores, com os leitores ou mesmo entre integrantes do grupo editorial com adversários de ideias⁵⁴.

Deixo intencionalmente fora de minhas reflexões outras expressões existentes no movimento operário brasileiro para me referir particularmente à escola negativista. Não me ocupo em abordar outras perspectivas sociopolíticas, como os movimentos reformistas de caráter católico, legalista, nacionalista, militarista ou cooperativista. Também não me ocupo de outras expressões usualmente consideradas coparticipantes dentro do campo do revolucionarismo, como os socialistas

53 GOLDMAN, Emma. O indivíduo, a sociedade e o Estado. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 1998. p. 29.

54 A este respeito, o debate entre o anarquista Francisco Viotti e o vice-diretor do apostolado positivista no Brasil, Teixeira Mendes, exposto nas colunas da revista A Vida é bastante revelador. Analiso este debate mais adiante no terceiro capítulo, relativo a jornais e revistas.

e os comunistas estatais. O recorte adotado se justifica, entre outros motivos, como uma necessidade operacional, uma vez ser imenso o campo da imprensa proletária e anarquista no período considerado.⁵⁵

Portanto, uma abordagem comparativa entre as diversas expressões do movimento operário para além da perspectiva que me propus realizar é inexecutável. Demandaria esforço e tempo que ultrapassam os limites de um trabalho de pós-graduação. Ademais, é suficiente a escolha temática como o recorte aqui apresentado. Constituem, por si só, tema e sua delimitação, campo bastante largo para uma pesquisa.

Anarquismo, movimento operário e sindicalismo

Inicialmente, o sindicalismo, seja qual for sua expressão, constitui um enfoque numa das partes de atuação do movimento operário. Esse aspecto diz respeito às questões econômicas de melhorias salariais, jornada e condições de trabalho, superexploração, trabalho de crianças e mulheres, entre outros temas relativos à esfera das relações de produção.

Há, também, uma espécie de convenção, usualmente difundida, confundindo movimento dos trabalhadores e sindicalismo, sendo percebido o segundo como sinonímia suficiente do primeiro. Essa forma de perceber o movimento se consagrou entre estudiosos, tornando-se termo de uso corrente ao longo dos anos, a partir, sobretudo, da década de 30 com o aparelhamento das associações de classe pelo Estado. A violenta intervenção de Getú-

⁵⁵ Para uma relação de jornais e revistas publicados pelos anarquistas ao longo das primeiras décadas da experiência republicana brasileira, ver: RODRIGUES, Edgar. Pequena História da Imprensa Social no Brasil. Florianópolis: Insular, 1997.

lio Vargas, arremedando Benito Mussolini e sua *Carta del Lavoro*, ao criar a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, constitui mais do que marco deste episódio.

Considerando a história das lutas sociais em sua manifestação moderna, o movimento operário instaurou novas formas de atuação em todas as dimensões da existência social, não se restringindo à ação exclusivista, como a classista. Isso não deve ser visto como uma subavaliação ou abandono das questões da exploração econômica e do domínio político na sociedade, mas como um enfoque aberto às demais dimensões e aspectos relacionados à vida social.

No campo educacional, por exemplo, as ações do movimento operário foram diversas. A criação de escolas para filhos dos trabalhadores consiste num dos pontos fortes deste movimento que se preocupou, desde os primeiros congressos operários internacionais, em refletir e atuar nessa direção. Simultaneamente à luta econômica e à esfera política, esses trabalhadores cultivaram bibliotecas, ateneus, universidades populares, tipografias e uma série de atividades articuladas às iniciativas pedagógicas. Na verdade, as atividades abraçadas pelos trabalhadores dentro do movimento operário e, principalmente, entre os anarquistas, possuíam um caráter pedagógico e educacional inegável.

A transformação da sociedade, em suas relações sociais mais diversas, passava necessariamente por uma ação transformadora das pessoas a respeito de seu mundo interior, individualidade e valores. A forma de pensar e de sentir das pessoas era percebida como instâncias basilares na construção social de realidades. A percepção individual das informações e dos estímulos cotidianos consiste num processo seletivo, de atitudes marcadas

e atividades de exclusão e inclusão: alguns elementos são destacados como relevantes e outros como seu oposto.

Entre os relevantes, como os não relevantes, a carga significacional, simbólica e valorativa é variada. Aqui, para a compreensão dos meandros desses procedimentos, cabe o conhecimento não apenas do pensamento, da racionalidade, mas também do sentimento cultivado nas relações sociais através dos hábitos, costumes e instituições de uma sociedade. Desta maneira, atividades de transformação social que desconsideram esses campos estão fadadas ao malogro que se dá, no mais das vezes, com a reinstalação dos mesmos referenciais para a vida social que antes se combatia.

Não se trata de privilegiar as relações do microcosmo social, como apressadamente possa ser entendido. Também não se trata de colocar evidência numa perspectiva macrosociológica. Noutra perspectiva, à educação, para além de seu entendimento preso a um sentido usual, caberia um papel de destaque por burilar a razão e a emoção, o pensamento e o sentimento. Estendendo e ampliando a concepção de educação para fora das estreitas balizas tecnicistas ou enciclopédicas, às atividades levadas a efeito, coletiva ou individualmente pelos anarquistas aqui referenciados, era emprestada inegável nuança educacional.

Ao envidarem esforços na organização de eventos culturais, científicos relacionados à situação social do trabalhador, como greves, congressos, *meetings*, manifestações públicas, saraus, bailes, piqueniques, encontros locais, regionais, nacionais e internacionais, teatro; de espaços de atividades diversas, como escolas, bibliotecas, ateneus, universidades populares, tipografias, ligas, federações, confederações, associações; de atividades no campo da comunicação social, como jornais, revistas, manifes-

tos, panfletos, boletins e outros, os trabalhadores, via de regra, entendiam constituída a ocasião por excelência para experimentos práticos das ideias, para a instauração de vivência dos novos referenciais, libertários, tanto para a vida social como para a individual.

Essas ações constituem indícios do estabelecimento de relações sociais avessas ao princípio de autoridade e afirmativas do princípio de liberdade. Hierarquia e disciplina, dessa maneira, consistem em objetos seletivos de esforços para um processo deliberado de arruinamento. Um exercício de destruição de dois pilares da autoridade acontecia com a instauração da horizontalidade e da *indisciplina* nas relações entre as pessoas envolvidas.

Em relação às experiências com grupos, no geral, os coletivos editoriais dos jornais anarquistas no período referido parecem expressar, com muita propriedade, esta assertiva. As matérias expostas, a construção argumentativa, a intenção libertária das colunas, os debates entre os redatores, ou mesmo entre adversários de ideias, as charges, as poesias, as leituras recomendadas, tudo isso e mais outros elementos apresentados nesses periódicos sugerem a confirmação de uma inclinação para a destruição e desoneração dos referenciais dogmáticos, difundidos na sociedade como forma absoluta para a vida social.

Correntes libertárias (anarquistas, individualistas, anarcossindicalistas, comunistas libertários)

Um elemento desconsiderado ou, por vezes, minimizado em sua importância pela grande maioria dos estudiosos do assunto diz respeito às diferenças e às diversidades existentes dentro do campo anarquista. Tratar de anarquistas, de forma generalizante, tem produzido

incompreensões acerca de aspectos básicos dentro do movimento anarquista, tanto no mundo como no caso de sua experiência no Brasil.

Se, em algumas vezes, prevalece a má-fé nas interpretações uniformizantes, por conta de posicionamentos ideológicos e políticos, há também que se considerar o muito de desconhecimento da matéria. Assim, se os anarquistas se encontram todos igualmente dispostos no espaço da negação do princípio de autoridade, de abolição da hierarquia, acontece de se distanciarem quando partem para o campo das realizações e de um pensamento propositivo.

A recusa da hierarquia não significa desdobramento em campos idênticos relativos às propostas de vida social. Dá-se mesmo o caso de serem estabelecidas distâncias astronômicas entre as expressões integrantes do movimento e do pensamento anarquista. Dessa maneira, seria mais justo tratar sempre de *anarquismos* no plural, evitando o uso do singular por ser generalizante, homogeneizante e, portanto, cego quanto a questões relevantes para um entendimento mais completo da diversidade do movimento em questão⁵⁶. As expressões dos anarquismos são correntezas manifestando vitalidade e fluidez em seus dinamismos e desdobramentos. A perda dessa versatilidade leva ao enrijecimento e, portanto, ao dogmatismo.

A disposição para variar e diferenciar, como característica do multiverso anarquista, traduz abertura à existência de singularidades e divergências. Estas podem chegar a limiares de impossibilidade de conciliação. Na opinião de Benjamin Tucker⁵⁷, quando da elaboração de

56 Para uma leitura acerca de reflexões em torno da diversidade própria ao campo do anarquismo, ver: PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

57 TUCKER, Benjamin. *Socialismo estatal e anarquismo*. In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*.

um balanço das ideias e expressões anarquistas, o anarquismo tinha sua forma possível com o individualismo. Seu posicionamento relativo a esta questão chegou a ponto de recusar ao comunismo libertário a qualidade de pensamento anarquista. Nomeando especificamente Kropotkin como o mais ilustre expoente do comunismo anarquista, afirmou taxativamente não ser o príncipe russo um ácrata.

A longa e fecunda experiência do movimento anarquista no Brasil apresenta contribuições de diversas escolas libertárias através da divulgação e debates em torno do pensamento de Bakunin, Kropotkin, Reclus e Malatesta, mas também de Proudhon e Stirner. Enquanto é de domínio comum o conhecimento da ascendência dos quatro primeiros, estes dois últimos são equivocadamente considerados pensadores que exerceram pouca ou nenhuma ressonância no movimento anarquista no Brasil. A assertiva de desconhecimento do pensamento de Proudhon e Stirner entre os trabalhadores é enganosa, pois em livros e em quase todos os jornais e revistas aqui analisados, há presença, de forma direta ou indireta, do pensamento destes estudiosos.

Nomes como Lima Barreto, Elysio de Carvalho e Maria Lacerda de Moura são os mais expressivos na demonstração individualista de matriz stirneriana. Elysio de Carvalho⁵⁸, na revista *Kultur* (1904), no Rio de Janeiro, redigiu um artigo comentando o livro de Stirner. Fábio Luz⁵⁹, em seu *testamento libertário*, registrou os debates provocados

Tradução de Júlia Tettamanzi, Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 131-140. (Biblioteca Anarquista).

58 CARVALHO, Elysio de. *Combates pelo Indivíduo*. *Kultur – Revista Internacional de Estudos Filosóficos e Questões Sociais*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 04, set 1904. p. 31-33.

59 LUZ, Fábio. *Testamento Libertário de Fábio Luz*. In: RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários – José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993. p. 208-214.

por Elysio de Carvalho em torno das ideias de Stirner. A escrita livre, debochada e bem-humorada de Lima Barreto lembra o estilo de Stirner. Na revista *Aurora*⁶⁰, há um artigo analisando aspectos relativos à formação do pensamento de Stirner. Maria Lacerda de Moura, de seu lado, afirmou em vários de seus escritos sua condição de individualista.

Outros anarquistas, como Friedrich Kniestedt, Francisco Viotti e Florentino de Carvalho, discutem diversos aspectos do pensamento de Stirner em seus escritos. Os dois últimos operam, em suas análises, contagiados em muito pelo cabedal conceitual elaborado por Stirner, sem se restringirem, em suas análises, à tentativa de executarem procedimentos de adesão nem filiação. Tampouco reduzem o anarquismo a este filósofo. Acredito ser esta uma demonstração da compreensão que tiveram acerca de um pensamento que não favorece a existência de algum séquito de seguidores obcecados. Cada um deles elaborou uma filosofia própria.

Relacionando Max Stirner a Friedrich Nietzsche, Friedrich Kniestedt registrou em seu livro autobiográfico ter proferido diversas palestras para os trabalhadores com um mesmo tema: “Stirner ou Nietzsche”. De seu lado, Florentino de Carvalho, em seu primeiro livro, sustenta ter sido Nietzsche influenciado, ainda que relativamente, pelos escritos de Stirner, particularmente pelo seu livro único.

Neno Vasco⁶¹, que talvez seja, ao lado de Edgar Leuenroth, o nome mais expressivo do anarcossindicalismo no Brasil, expressa do-

60 FRONTINI, G. A. *As origens ideológicas da doutrina de Max Stirner*. *Aurora – Revista Mensal de Crítica Social e Literária*. São Paulo, ano 1, n. 04, maio de 1905.

61 VASCO, Neno. *Individualismo + Comunismo* (Carta d’um classificado). *Kultur – Revista internacional de Filosofia, Sociologia, Literatura, etc*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 18-19, [Abril?] 1904. (Germinal de 112).

mínio e conhecimento do pensamento filosófico de Stirner. Comentando aspectos de um artigo escrito por Elysio de Carvalho sobre os anarquistas no Brasil, Vasco problematizou as definições elaboradas por Carvalho, rejeitando ser etiquetado desta ou daquela maneira. Nesta direção, afirmou ser um stirneriano na medida em que evidenciava o valor da individualidade e era contrário a qualquer tirania, mesmo a tirania de uma assembleia comunal.

Em artigos escritos na imprensa operária, há registros de diversos debates acerca das repercussões do pensamento de Stirner no movimento anarquista. Como afirmei mais acima, Francisco Viotti e Florentino de Carvalho apresentam em seus escritos significativos sinais da influência de Stirner. No caso de Florentino de Carvalho, aconteceu de se estabelecer, em seus escritos, mudanças de avaliação acerca do valor e da contribuição de Stirner ao pensamento e ao movimento dos trabalhadores.

Num primeiro momento de seus escritos, vinculou Stirner, Mackay⁶² e Nietzsche como exercendo uma influência negativa no movimento operário, afirmando consistir suas filosofias uma espécie de egocentrismo⁶³. Num segundo momento, manteve essa crítica em relação a Nietzsche, reconsiderando sua avalia-

62 Deve-se ao poeta e anarquista Jonh Henry Mackay a retirada de Stirner do ostracismo a que seu tempo o condenou. Em fins do século XIX, Mackay encontrou casualmente o livro de Stirner numa biblioteca na Alemanha, ficando fascinado com a leitura do texto. Direcionou, a partir de então, esforços a fim de levantar dados sobre sua vida e sua obra, tendo escrito a primeira e fundamental biografia de Stirner. Ver: WOODCOCK, George. *O homem egoísta*. In: _____. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários – A Ideia*. Tradução de Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983. v. 1.

63 CARVALHO, Florentino de. *Atitude dos anarquistas ante o movimento operário*. *Guerra Sociale*. São Paulo, ano 1, n. 08, 1915.

ção inicial dos dois primeiros e evidenciando o pensamento de Stirner enquanto contribuição por demais importante ao universo do pensamento anarquista.⁶⁴

Todavia, sobre a relação do pensamento e obra de Nietzsche com os postulados do anarquismo, outros ácratas manifestaram perspectiva contrária a de Florentino de Carvalho. Foi o caso de José Oiticica⁶⁵ e Henry Lichtenberge⁶⁶. Ambos analisaram a filosofia nietzscheana como integrante do campo anarquista. Este debate demonstra o conhecimento, por parte dos anarquistas, quanto à existência de uma relação entre o pensamento de Nietzsche e o de Stirner. Nos nossos dias, esta associação foi considerada plausível somente através de algumas pesquisas mais recentes⁶⁷.

Quanto à influência prática de Proudhon, talvez ela tenha se dado tanto no cooperativismo quanto junto às associações de beneficência ou mutualidade, abundantes em meados para fins do século XIX. Considerando os debates e as discussões existentes nos jornais e revistas anarquistas, há que se admitir um conhecimento bastante aprofundado das

ideias e dos conceitos formulados por Proudhon e Stirner.

Individualistas, sindicalistas revolucionários, comunistas libertários e anarquistas sem adjetivos são algumas expressões existentes no movimento operário no Brasil que foram, de uma forma direta ou indireta, influenciados pelos escritos do conjunto dos clássicos do anarquismo. Essas designações apontam para o estabelecimento de importantes pontos dissidentes entre integrantes do mesmo movimento anarquista. Não obstante quase todos se designarem anarquistas, há que se considerar as suas especificidades.

Os chamados antiorganizacionais expressam um campo de interseção entre o comunismo libertário e o individualismo. Os primeiros, no que diz respeito às propostas de reorganização social, adotaram as concepções anarcocomunistas de abolição do Estado, do capitalismo e do equivalente universal. Os produtos seriam intercambiados através de trocas diretas entre as comunas. O eixo do dinamismo da vida social estaria nas mãos da assembleia comunal. Ambas as tendências, individualistas e comunistas libertárias, foram designadas antiorganizacionais não por serem absolutamente contrárias a toda forma de organização social. Essa compreensão, vale salientar, caracteriza um mal-entendido em torno dos que criticavam o sindicalismo. A crítica, por convergir com aspectos do pensamento individualista, deixava por vezes a impressão de antagonismo a qualquer forma de ação solidária.

A qualificação de antiorganizacionais se estabeleceu dentro dos debates entre os integrantes do movimento anarquista acerca do posicionamento a ser adotado diante do movimento dos trabalhadores, particularmente em relação à proposta sindicalista

debatida desde a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores. Em relação ao sindicato, alguns setores do movimento dos trabalhadores se encaminharam para propostas de intervenção social em que o sindicato constituía espaço privilegiado para localização e estratégia das lutas libertárias.

Dentro dessa perspectiva, o sindicato é tido não apenas como instância de resistência, mas também como meio por demais importante na reorganização da sociedade. Dessa maneira, abolido o Estado e extinto o capitalismo, ao sindicato caberia o papel de célula social, organizando e coordenando todo o dinamismo da vida social, para além da produção e distribuição de produtos e da riqueza social.

A forma para se alcançar esses objetivos seria através da construção da greve geral expropriadora, pela qual o capitalismo e o Estado cairiam. Os antiorganizacionais discordavam radicalmente dessa concepção de revolução, elaborando uma crítica aguda ao sindicalismo e rejeitando-o enquanto campo possível de atuação pelos anarquistas. Para eles, o capitalismo, entre seus filhos diletos, tinha no sindicalismo uma de suas formas de expressão mais significativas, constituindo elemento por demais relevante na gestão da sociedade vigente.

Derrubar o Estado e o capitalismo, mantendo o sindicato, consistiria num desígnio equivocado, pois ele por si só é resultado do capital e do Estado. Os antiorganizacionais destacaram no sindicalismo seu papel de auxiliar na gestão da sociedade em benefício do capital e do Estado. A forma de organização dos trabalhadores por especialidade constitui indicativo desse caráter de disciplinamento e controle dos trabalhadores pelo patronato e pelos governantes. O modelo sindicalista reproduz, no interior do próprio movimento

dos trabalhadores, as divisões estabelecidas pela organização capitalista das tarefas.⁶⁸

As críticas ao sindicalismo elaboradas por Malatesta, expostas mais acima, vão nessa direção. Assentar a organização dos trabalhadores sobre uma base justaposta à organização capitalista consistiria no estabelecimento de bases frágeis, para não dizer contraproducentes, para os proletários em suas lutas contra o capitalismo e o estatismo. Tal procedimento apresentava-se favorável ao estabelecimento de outras formas de relações sociais não condizentes com os postulados libertários.

Além do mais, entendiam os antiorganizacionais, a greve geral expropriadora não era instrumento suficiente para extinguir o capitalismo e o Estado. As classes dominantes usariam de todos os expedientes possíveis e inimagináveis para manter seus privilégios. Caso as seduções oferecidas pelo sistema não exercessem efeitos desejados sobre os segmentos sociais resistentes e revoltosos, a violência, via de regra, seria usada, sem o menor requinte de comedimentos.

Os estratos dominantes da sociedade não hesitariam em usar do recurso da violência contra os trabalhadores sublevados, esmagando-os fisicamente, procurando a liquidação das possibilidades de transformação social no sentido do estabelecimento da liberdade e da igualdade social. Essa probabilidade não era considerada pelos sindicalistas revolucionários que entendiam o cruzar dos braços por parte dos trabalhadores como um expediente eficaz e suficiente para desferir golpe mortal contra o Estado e o capital.

Além disso, o sindicato, segundo os antiorganizacionais, possui qualidades inerentes

64 Ver capítulo 25 de: CARVALHO, Florentino de. *Da Escravidão à Liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. Porto Alegre: Renascença, 1927.

65 OITICICA, José. *Nietzsche e os bolchevistas*. In: _____. *Ação direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira - meio século de pregação libertária*. Seleção, introdução e notas de Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Germinal, 1970. p. 166-169.

66 LICHTENBERGER, Henry. *Os dois nihilismos*. Kultur – Revista Internacional de estudos filozoficos e questões sociais. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 5-6, out. 1904.

67 A este respeito, ver o posfácio à versão em português do livro de Stirner escrito por Miranda: MIRANDA, José Bragança de. *Stirner, o passageiro clandestino da história*. In: STIRNER, Max. *O único e a sua propriedade*. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 297-339. PASSETTI, Edson. *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário, 2003.

68 Sobre a questão específica da divisão de tarefas, ver: GORZ, André (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

contrárias a todo e qualquer projeto libertário: corporativista, imediatista e economicista são apenas as principais características criticadas do sindicalismo. Corporativista porque a organização do movimento operário, se dando de acordo com a divisão de tarefas estabelecida no capitalismo, coloca de antemão os trabalhadores em oposição entre si, fazendo com que cada segmento tenha em consideração apenas seus interesses contra os de seus companheiros.

Imediatista por concentrar as energias e atenções nos acontecimentos do instante vivido, sem uma perspectiva mais ampla e mais larga acerca do modelo organizacional vigente. Por fim, economicista por entrar no círculo vicioso da restrita luta por melhorias salariais, descartando o exercício de uma visão crítica sobre causas e fatores fundamentais da exploração e do domínio dos trabalhadores pelo patronato e pelos governantes.

Por sua vez, os anarquistas sem adjetivos consideravam como exatas as críticas dos antiorganizacionais ao sindicalismo, reconhecendo ponto por ponto as análises destes quanto aos limites inerentes ao sindicato. Entretanto deles se distanciavam quando da recusa a atuar dentro das associações de classe. Para eles, toda a conjuntura em vigor à época facultava a ocasião para uma atuação anarquista dentro dos sindicatos de maneira a escapar aos limites

próprios do sindicalismo. Isso significa dizer se dar à atuação dos anarquistas sem adjetivos dentro dos sindicatos de uma forma absolutamente crítica. Para estes, o momento histórico no qual viviam possibilitava aos anarquistas atuarem enquanto anarquistas, sem transigir nem afrontar os postulados libertários, dentro das associações de classe.

Além do mais, operavam, em suas reflexões e atividades, distinguindo movimento operário do sindicalismo. A luta anarquista, dessa maneira, situava-se tendo na organização do movimento dos trabalhadores um dos fatores explicativos de suas origens. A questão econômica compunha, ao lado de outras, uma das áreas de atuação dos trabalhadores. Os sindicalistas, ao contrário dessa perspectiva mais ampla, percebiam o anarquismo como sendo sindicalista por essência. Para os anarquistas, os sindicalistas revolucionários, por vezes, apresentavam uma concepção sindicalista do anarquismo, em que pese afirmarem a adoção do anarquismo enquanto referencial.

Considerando estas reflexões iniciais é que me propus para, neste momento, elaborar estudos visando tratar o tema a partir da análise de alguns jornais e revistas publicados por trabalhadores integrantes da fração anarquista do movimento operário no Brasil dentro da primeira década da república.

EXORTAÇÃO

*Homem, livre serás, passados anos
De lutas feras e de rebeldias
E terás, afinal, teus belos dias
De luz, de glórias, de prazer, de enganios*

*Livre, ao cabo de esforços sobre-humanos,
Nesse futuro cheio de alegrias.
Terás eliminado as vis, sombrias
Pravidades de deuses e tiranos.*

*Livre, haure então as célicas delícias
Da vida livre, sorve-lhe as primícias,
Sem mais temer dos lobos a alcateia.*

*E, salvo emfim da escuridão noturna,
Guarda em teu peito a gratidão diurna
Para todos os mártires da Ideia!*

Sylvio Figueiredo.

A Obra . São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 13. 15.09.1920. Página 01.

Coisas nossas

A PUBLICAÇÃO DE “A PLEBE” SE FAZ PELA COORDENAÇÃO DOS ESFORÇOS DE SEUS AMIGOS E SIMPATIZANTES

A iniciativa do reaparecimento de “A Plebe”, na sua nova fase, em Outubro de 1932, como todas as iniciativas de caráter libertário, foi obra de alguns companheiros dedicados à causa da emancipação humana. Contaram logo com o aplauso e com a cooperação de quase todos os camaradas conhecidos que, como os iniciadores, sentiam a necessidade da publicação de um porta-voz libertário de vida regular, cuja obra se irradiasse por todo o país e que fosse ou viesse a ser o reflexo do conjunto das energias e das possibilidades dos anarquistas que vivem no Brasil, entrando assim, de acordo com as suas forças, no movimento anarquista internacional.

Esses objetivos, muito modestamente embora, veem sendo alcançados.

Com a edição de hoje, “A PLEBE” alcança o nº 96, nesta fase. São poucos, mas representam alguma coisa.

Como todos os jornais deste caráter, “A Plebe” tem a sua vida orientada sob um ponto de vista libertário.

Para as publicações regulares anarquistas, sempre há, em todas elas, aquilo que comumente se chama um “grupo editor”.

Em todos os nossos jornais consta, por força de circunstâncias, o nome de um camarada como responsável, sem o que não lhe seria permitida a circulação. “A Plebe”, não podendo fugir a essa regra geral, como não podemos, nós mesmos, fugir a muitos prejuízos burgueses que nos obrigam a aceitar à força de leis, tem também o seu redator responsável.

Não se queira ver nisto, porém, que o jornal seja propriedade sua ou que ele exerça, na sua orientação, as funções de Diretor.

A orientação de “A Plebe” resulta do conjunto de opiniões dos camaradas que ao jornal dedicam as suas atividades e por ele se interessam participando da sua vida moral e material.

Fazem parte, pois, anárquica e espontaneamente, do seu Grupo Editor todos os camaradas, amigos e simpatizantes que estão prestando ou venham a prestar o seu concurso à orientação do jornal em sua obra sistemática, regular e perseverante, atuando como colaboradores, oferecendo sugestões, prestando o seu concurso na expedição, fazendo reparos, escrevendo, mandando notícias, tomando iniciativas próprias no sentido de melhorar o jornal e enriquecer as suas colunas com escritos próprios, bem como interessar-se pela sua difusão por toda a parte e em todos os ambientes.

O trabalho de compilação de “A PLEBE” também obedece ao critério mais anárquico possível.

A coleção dos 96 números publicados é o reflexo fiel das atividades e da capacidade intelectual do nosso movimento militante no país.

Desde o mais modesto operário às maiores capacidades do anarquismo no Brasil, todos ali estão representados. Pelas suas colunas tanto se espalham o simples bosquejo do principiante, que ainda inseguro e medroso rabisca as primeiras linhas para serem publicadas, como o pensamento vigoroso dos mais experimentados intelectuais da filosofia ácrata que, neste recanto do mundo, prestam a sua cooperação é grandiosa obra do edifício social do futuro.

Dentro do movimento de ideias, como órgão de defesa das classes oprimidas, “A Plebe” defende o princípio do comunismo anárquico. Não se fecha, porém, a nenhuma outra corrente das ideias e acompanha com interesse, intervindo na crítica ou na exposição de princípios, o movimento anarquista em todos os setores em que se manifeste.

Tudo quando nos é mandado para publicar, que não fuja aos moldes doutrinários da sua razão de ser, vem sendo publicado, sem cogitar se o escrito é individualista, sindicalista ou comunista anárquico. Sempre que os originais tenham uma ideia, defendam um princípio ou um ponto de vista libertário, foi lhe dada guarida em nossas colunas, auxiliando, os camaradas que têm estado à frente da redação, em tudo quanto seja possível, os colaboradores que, por circunstâncias várias, não tenham facilidade de escrever corretamente.

Tendo em vista a maior cordialidade da família anarquista, temos evitado, e evitaremos sempre, que “A Plebe” seja um lavadouro de roupa suja e de retalhações pessoais. Não nos sentiremos magoados se, por temperamento, por tendência, ou por qualquer outra razão, qualquer camarada preferir atuar em outro setor da propaganda, deixando de prestar à obra do jornal o seu concurso, sempre acolhido, entretanto, quando espontaneamente o queira fazer.

A obra dos anarquistas é grande, e assim sendo, cada um escolhe o campo mais adequado à sua maneira de ser e procura o meio onde se sinta mais à vontade pelas suas relações e afinidades pessoais, ou por divergência com os nossos métodos e táticas, que são, como já dissemos, o resultado das energias conjugadas de todos quantos se interessam pela nossa obra.

A todos compete trabalhar sem ressentimentos, sem desânimos, sem prevenções, pela grandiosa obra da redenção humana, semeando ideias e preparando o caminho à realização dos nossos anseios de justiça social pelo comunismo libertário.

Que “A Plebe” tem procurado cumprir o seu dever como órgão de defesa dos princípios que propaga, demonstra-o a simpatia com que tem sido acolhida a sua publicação. 96 números de um jornal que tem contra si todos privilegiados, os burgueses, os políticos, etc.; que não conta senão com a contribuição, a pobríssima contribuição espontânea, arrancada, muitas vezes, à boca, às necessidades de conforto, à miséria, afinal, dos que apoiam a sua obra; perseguida, os seus redatores presos muitas vezes, apreendida algumas, é bem uma iniciativa vitoriosa.

Como vive e como se mantém, qualquer pessoa o pode saber, porquanto a sua contabilidade é um livro aberto a todos. A seção “Munições para “A Plebe”, que se publica em todos os números, põe aos olhos de todos, claramente, como veem e para onde vão os recursos que lhes são enviados.

Isso nos tranquiliza quanto à honestidade da nossa obra. Quanto à sua maneira de ser, a prática nos tem demonstrado que não enveredamos por caminhos tortuosos; o simples fato de sua publicação regular, só interrompida quando a reação nos põe no dilema das suas manifestações de tirania, demonstra que “A Plebe” encontra apoio, que com ela vibram, palpitam, pensam corações idealistas que acompanham a sua vida de lutas como partículas que são do seu todo anárquico a caminho da liberdade.

Vocês olham coisas que
já existem e perguntam: por quê?
Eu sonho coisas que não existem
e pergunto: por que não?

Paula Cristina Barbosa



Não vemos
as coisas como elas são,
mas como nós
somos.

Anais Nin



Hoje é
o amanhã de
ontem.

Pétala (5 anos de idade)

EPÍSTOLA SAGRADA
O princípio do fim

Quem foi que pretendeu fazer o meu desdouro
dizendo à Brasileira, ao Suiço, ao Chave de Ouro
que eu era defensor da infame ciganagem
que vive da Batota, explora cò' a Moagem?
Lá porque eu justifiquei com versos de chalaça,
esse pulha imortal, chamado Silva Graça,
não quer isto dizer que, por interesse ou medo,
lhe vai poupar o mano – o Fausto Figueiredo
e a quadrilha que rege e que domina tudo
no hediondo carnaval, no nerônico entrudo
em que se afunda agora a usa sociedade.
Não! ignaro detrator, vou expor-te a verdade:
Para mim são iguais os batráquios infames
Que inibem, com descaro, insólitos reclames,
as chagas, no lameiro horrendo, vil, corrupto,
onde berra o ladrão e gane o prostituto.

Para mim são iguais, dentro das mesmas leis
o venal Silva Graça e Fausto, Sousa e Reis.
Para mim são iguais – a mesma malandragem,
torpe envenenadora – o Século e a Moagem.

O Silva Graça foi a Locusta moral
que propinou ao povo, em prosa de jornal,
o veneno cruel dissolvente, terrível,
que fez da geração um amalgama incrível
de impudicos vilões, de gente que não tem
caráter, honra, brio, uma noção do Bem.
Vibre de indignação, proteste, grite, rujo,
O Século tem sido uma rameira suja
de ignaros charlatães de todos os partidos,
envenenados o Povo.

E... vamos à Moagem.
Não podia passar em claro a ladroagem
dessa tribo cigana, um clã fora das leis,
vergonha nacional, Fausto, Carreira e Reis.

São eles os heróis do jogo e da trapaça,
Andam intoxicando a desgraçada raça,
deprimindo sem pena a nossa geração,
favorecendo o vício, envenenando o pão.
São eles que, servindo a causa do joguismo,
Empurrando nos vão para o profundo abismo
Para a perda total duma nação... São eles,
que, tendo à sua volta os bandidos mais reles,
dispõem disto tudo... Em suma, essa canalha,
que havemos de bater em colossal batalha,
é dona do país, dá-nos a seu capricho,
ao rico, pão de luxo, a nós, o pão de lixo.

Mas a hora virá, a hora já está perto
no quadrante da História. O nosso fado é certo.

Hora de sangue e dor, hora de expiação!

Pra fora o assassino, – o envenenador,
e impudico tratante cínico ladrão.

Ocorre-me à visão atônita o **Terror...**
Que vejo? A punição! Nas praças e nas ruas
Passam as multidões famintas, seminuas,
Rugindo o **Ça ira** como em **Noventa e Três...**
e a retumbância atroz do seu rugido bravo,
numa repercussão enche o céu lês a lês...
É o início do fim. O povo, o velho escravo,
arvora-se em juiz. Em nome do progresso,
vai instaurar, enfim, o último processo
do regime burguês.

Aos gritos justiceiros,
doestos e pregões e vaías e chalaças
do povo vós sereis votados sem agravo
e sem apelação à força – sob os candieiros
que iluminam as praças.

VOL. 2

Vida como experimento:
sociabilidades e saberes em
periódicos anarquistas



AMOR LIVRE

I

*Virgens: erguei o olhar que as sombras do convento
acostumou a andar cerrado para a luz.
Deixai um instante só os êxtases de cruz,
e enchei-vos deste sol que brilha turbulento.*

*Virgens: deixai o altar e o solo poeirento
e o frio sepulcral da casa de Jesus,
e vinde, erguida a frente e os lindos seios nus,
para que o sol vos beije e vos abraça o vento.*

*Deixai na cela austera a timidez do olhar
E vinde para a vida a rir e a cantar
os cânticos de amor, de força e de beleza.*

*Vinde gozar a vida em toda plenitude
e não faneis assim a vossa juventude
com sonhos infantis numa banal pureza.*

Coriolano Leite. **A Plebe**. São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 18. 21.10.1917. Página 02.

FACE A FACE

*Culpa não tem a flor de ser flor; culpa a estrela
Não tem de ser estrela. E culpa de ser homem
Não na tem o animal transfigurado pela
Influência dos ideais soberbos que consomem.*

*A flor culpa não tem porque nos fira o espinho;
Culpa não tem o sol porque a luz nos deslumbre,
Culpado o homem não é porque no seu caminho
Ache o acúleo da flor e as estrelas vislumbre.*

*Nem a força fatal que tudo tira ao nada
Tem culpa de existir a natureza bruta,
Tem culpa de existir a alma ao não ser forçada.*

*Pois essa força é o Deus que os homens não escuta,
E os vê – talvez soltando irônica risada,
Tombarem sem razão e sem glória na luta.*

J. Pereira Barreto. **Floreal**. Rio de Janeiro – RJ. Ano 01 – Nº 02. 25.10.1907. Página 11.

II

*A virgindade é quase um crime. Cada seio
deve florir num ser tal como a terra em flores.
Vencei o preconceito e os falsos vãos pudores
em que vos abismais num subitâneo enleio.*

*Dai-vos altivamente aos beijos, sem receio.
Vida, gerai a vida e procriai amores.
Glória ao túrgido peito! Honra às maternas dores!
Honra ao ventre de mãe abençoado e cheio!*

*Como na antiga Grécia esteta, rediviva,
ó virgens, desnudai a vossa carne altiva
e fecundai, após, num sopro de energia.*

*E vós, homens do amor, e vos que a desejais,
Arrancai-lhes da frente as coroas virgens,
Beijai as livremente à grande luz do dia.*

Vol 2 - Vida como experimento: sociabilidades e saberes em periódicos anarquistas

A vida como *experimento* encontra-se re-averberando, de diversas formas, nos mais variados registros anarquistas, possibilitando até certo ponto uma abordagem aberta a múltiplos considerandos e variadas reflexões acerca de como as pessoas, integrantes dos coletivos editoriais, viveram suas vidas, num período de tempo relativo ao momento de publicação do periódico e restrito às atividades neste registradas.

Giovanni Rossi quando planejou, em fins do século XIX, vir da Itália para o Brasil junto com outros anarquistas para fundar a Colônia Cecília¹, tratou desta iniciativa como um *experimento*. Este intento trazia tanto um sentido de estudo sistemático sobre a exequibilidade das ideias anarquistas, como também de ter sido aquele um evento finito, sempre inacabado e, o mais interessante, sem a procura de um destino em eternidade.

1 Sobre a Colônia Cecília, ver: SOUZA, Newton Stadler de. O anarquismo da Colônia Cecília. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. RODRIGUES, Edgar. Os anarquistas, trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo: Global, 1984. MELLO NETO, Cândido de. O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi (de Poggio el Maré à Colônia Cecília). Ponta Grossa, Paraná: UEPG, 1998. Esta foi uma rica pesquisa sobre a colônia, por alguns considerada a pesquisa de caráter historiográfico definitiva sobre o assunto. A experiência da colônia foi vertida para o teatro. Ver: PALLOTTINI, Renata. Colônia Cecília: um pouco de ideal e de polenta. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

A colônia existiu de 1890 a 1894, próxima a Palmeira, pequena cidade do estado brasileiro do Paraná. O documento de cunho histórico escrito por Rossi, após a vivência da colônia, traz manifesta no texto e no título, “Comunidade Anarquista Experimental”², uma concepção de experimentação das ideias anarquistas. Procurava demonstrar para todos a exequibilidade imediata de uma nova forma de sociabilidade, orientada pelas concepções anarquistas de liberdade, divulgadas pelo menos desde meados do século XIX, no interior da própria sociedade burguesa.

Rossi, em sua perspectiva, recusava os etapismos sugeridos pelos socialistas e marxistas em geral para a explicação dos fenômenos sociais humanos. Socialistas e marxistas, em sua abordagem fatalista, reducionista, teleológica e unilinear, adiam para um longínquo amanhã a possibilidade de uma vivência libertária. Adotam essas concepções evolucionistas na reflexão e nas propostas de ação social dirigida, sobretudo, aos segmentos populares.

Os procedimentos defendidos por socialistas e marxistas levam a liberdade de fato a ser negada no momento presente. Esta negação da liberdade seria compensada, segundo

2 Ver: ROSSI, Giovanni. Comunidade Anarquista Experimental. In: _____. Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução Marzia Terenzi Vincentini, Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 61-89.

seus argumentos, através da promessa e esperança de concretizá-la de forma plena e perfeita... no futuro. Este era (e ainda é) o consolo para convencerem a população e os trabalhadores a adotarem as diretrizes postuladas em sua doutrina social. Por sua vez, a concepção de *experimento* pressupõe a existência de situações de *risco*³, o que implica, dessa maneira, insegurança, desconforto e desassossego. Vê-se ser esta situação instauradora de um dinamismo em direta e franca oposição às situações de busca por segurança, comodidade e quietude.

A primeira situação, de um lado, consiste num contínuo caminhar sobre o fio da navalha, de onde provêm estradas, caminhos e veredas que se distendem em direções variadas, sem seguir unilinearidade alguma. Vários percursos tortuosos num solo arredo, sem facilidades nem garantias relacionadas a alguma previsão do que poderá acontecer depois da próxima curva ou no próximo passo. A segunda situação, de outro lado, traduz o projeto religioso, universalista, messiânico e salvacionista atualizado pelo modo de vida da chamada modernidade. Aqui a disciplina constitui a bússola para a elaboração tanto dos saberes, na sistematização, preparação e socialização do conhecimento; quanto do dinamismo societário posto em movimento nas diversas camadas sociais.

Nessa situação, procura-se obsessivamente pela previsão, pelo acerto, pela perfeição, traçando para tanto regras de pretensão universalista, impondo normas homogeneizantes, elaborando códigos e fórmulas fechadas com pretensão de absoluto, na vã tentativa de assegurar o ritmo, a forma e a sequência das

3 Reflexões em torno das concepções educacionais no anarquismo encontram-se em: GALLO, Silvio. *Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

ocorrências. O controle sobre os acontecimentos e o domínio, como forma de pautar a vida em coletividade, constitui mania e obsessão a imperar neste caso.

O *risco* na caminhada implica a mistura e o contágio de uma por outra, de maneira a não estabelecer idealidades nem purismos em cada um dos campos acima referidos. A intenção manifesta não se traduz na instauração instantânea de sociabilidades de tipo imaculado, seja numa ou noutra situação. Se nas sociabilidades de disciplina se procura atualizar a ideia edênica de perfeição celestial e acabamento definitivo; e se nas sociabilidades de *indisciplina* se enfatizam o presente, o inacabado, a desestabilidade, não há em ambas uma efetivação absoluta desses projetos. Uma está contagiada pela outra de uma ou de outra maneira. Há fissuras e fraturas no rígido edifício disciplinar como há vácuos e enrijecimentos na fluidez dos dinamismos *indisciplinados*.

Na maneira de abordar a vida, depreendida através dos escritos aqui destacados, a noção de *experimento*, no geral, lhe está intimamente relacionada. No recorte espacial e temporal delimitados, os textos anarquistas, como também as experiências do movimento nestes registradas, documentam explícita e implicitamente tanto a ponderação *sobre* como uma aspiração de efetiva e imediata instauração de novas formas societárias. Vida comporta, para além do convencionalmente considerado, não apenas a duração funcional de órgãos e sistemas biológicos; abarca também, mais ao longe do dinamismo vegetativo dos seres, os sentidos atribuídos, operantes e instaurados no período de duração de sua vitalidade.

É a própria existência humana acontecendo dentro de um conjunto de *relações*, nunca a partir de uma perspectiva filosófica e existencial solitária, como definido na fábula

essencialista de Deus, Eva e Adão no mítico Jardim do Éden, segundo o texto sacro judaico-cristão; ou ainda, por extensão, no hipotético estado de natureza dos jusnaturalistas. A vivência humana, mais que incluir, possui na existência de *outros* a condição para a existência de cada um. Esta perspectiva recusa concepções baseadas na noção de algum acidente histórico, fatalidade filosófica, capricho divinal ou algum outro elemento de cunho determinista, teleológico ou utilitarista, apresentado, projetado e percebido, um ou outro, enquanto fator causal primordial.

Desta maneira, importa antes o modo de se colocar *na* e *diante da* invenção da existência, expandindo, incorporando, integrando, dissipando e diluindo a si mesmo num dinamismo estabelecido de maneira avessa a um enfoque baseado em algum insulamento – este que é um procedimento tradutor de uma perspectiva reducionista produzida pela teologia e, na sequência, por várias escolas filosóficas e sociológicas orientadas por algum universalismo, sinonímia atualizada do princípio de autoridade.

Reduzir a vida a um, ou a alguns de seus aspectos, quer biológico, quer econômico, quer comunicacional ou outro, apenas mascara a matriz religiosa, de procedência judaico-cristã-islâmica, das instituições da chamada civilização ocidental. Tal propriedade é distendida e difundida por entre os diversos ramos do pensamento social. Não obstante, acontece de se estabelecer, entre as personagens consideradas neste estudo, análises e comportamentos diferenciados quando da pretensão de um afastamento e recusa do modelo societário vigente. Há diferentes graus de alheamento dos referenciais transcendentais para a sociabilidade humana, propostos e estabelecidos pelos *anarquismos*, e este aspecto

paradoxal também é exposto através de alguns dos textos e em registros de caráter existencial colhidos na imprensa militante.

De um modo geral, há uma procura por um abandono dos referenciais societários vigentes, baseados no princípio de autoridade e na eleição de algum centro para a existência. Entretanto, isso não é necessariamente efetivado quando do estabelecimento das relações sociais e mesmo das reflexões sobre as questões que afetam a sociedade. Passar da sugestão para a vivência de novas formas societárias, para o estabelecimento efetivo nas vidas pessoais e coletivas, constitui um movimento que apresenta algumas surpresas, incluída a negação dos postulados inicialmente propostos.

Subsistem, nos escritos analisados, contornos de transcendência-imanência, os dois polos das concepções em totalidades, sintomas e indicativos de um pulsar de matriz religiosa, orientadora do pensamento ocidental, portanto, de seu modo de vida e de suas instituições. Dessa maneira, observo nos periódicos pesquisados a presença de algum universalismo quando algumas análises configuram expressões contendo feições salvacionistas, teleológicas, essencialistas e messiânicas; também quando em alguns escritos toma forma alguma expressão de reducionismo para o entendimento da sociabilidade humana, bem como algum racionalismo e cientificismo, que por vezes aparece como biologismo, economicismo; ou a primazia de alguma habilidade humana, como a linguagem, na investigação e no estudo da sociedade.

Mesmo assim, encontro também nesses escritos, com considerável intensidade, iconoclastia, nomadismo,⁴ condição selvagem na

4 Sobre nomadismo, ver: DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. v. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

existência, antropofagia e indisciplina. Iconoclasta pela posição destruindo ídolos em suas diferentes manifestações; nômade por transitar sobre fronteiras em atitude de desconhecimento. Os referenciais rígidos dividindo povos e áreas do saber humano, só para ficar nestes dois campos, são ignorados e alvo de desrespeito constante. Há também uma aproximação com uma existência selvagem no sentido de contraposição com a domesticação do processo civilizacional. A abertura para a experiência da alteridade, ao mesmo tempo em que aponta essa condição selvagem, indica também a diferença enquanto objeto de nutrição, uma antropofagia.

Os evolucionistas vitorianos definiam a antropofagia com o termo pejorativo “canibalismo”. Uma pretensa incapacidade técnica das sociedades primitivas resultaria, segundo os evolucionistas, em dificuldades para obtenção dos alimentos. Esta insuficiência tecnológica se desdobrava em carência de nutrientes. Os evolucionistas explicavam a antropofagia, neste contexto de pretensa escassez, como um recurso necessário para suprir necessidades biológicas. Estudos posteriores demonstraram a falta de sustentação da tese evolucionista e a antropofagia passou a ser abordada enquanto prática ritualística plena de significados no interior da sociedade⁵.

Os periódicos apresentam características particulares quando penso nos sinais em si manifestos acerca de sua forma de elaboração

5 CLASTRES, Pierre. Crônicas dos índios Guayaki: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai. Tradução de Tânia Stolze Lima; Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. LESTRINGANT, Frank. O Canibal: grandeza e decadência. Tradução de Mary Del Priore. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997. PASSETTI, Dorothea Voegeli. Canibal. VERVE: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 6, p. 103-126, out. 2004. p. 103-126.

e nos desdobramentos relativos à sociabilidade instaurada no seu entorno imediato, como na que se encontra em processo de feitura no seu raio de alcance. A começar pela confecção dos jornais e revistas, em que a decisão de um grupo em apresentar suas leituras e elucubrações particulares em torno dos acontecimentos tanto pessoais quanto da sociedade envolvente.

A Plebe, ao longo das décadas de sua existência, registrou em notas o seu caráter coletivo. Há diversos chamamentos para reunião, com interessados na publicação do jornal, a fim de discutir questões relativas à sua continuidade. Nestas notas, fica patente o sentido coletivo da iniciativa: os editores se apressam em assinalar o caráter do jornal, de maneira que sua publicação ficaria na dependência da colaboração de outros companheiros.⁶

Os jornais *Não Matarás!* (1908) do Rio de Janeiro, e *A Lanterna* (1ª fase: 1901-1904, 2ª fase: 1909-1916, 3ª fase: 1933-1935), *O Início – Órgão dos Alunos da Escola Moderna Nº 1* (1915), *Boletim da Escola Moderna* (1918-1919), estes de São Paulo, são emblemáticos desta perspectiva. Um grupo de pessoas interessadas em problematizar questões de sua época resolve, através de um periódico impresso, discutir temas específicos. O primeiro jornal abordou o tema da guerra e das armas, adotando um posicionamento antimilitarista. Numa época em que militarismo e chauvinismo caracterizavam as inclinações de significativos segmentos sociais, o coletivo editorial encontrou diversas dificuldades na continuidade da publicação do jornal.

6 LEUENROTH, Edgar. Ao que vimos – Rumo à Revolução Social. *A Plebe*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 09 jun. 1917. GRUPO D'A PLEBE. Grande reunião libertária em São Paulo. *A Plebe*. São Paulo, ano 5, n. 123, p. 1, 25 jun. 1921. A DIREÇÃO de “A Plebe”. *A Plebe*. São Paulo, ano 30, n. 1, p. 7, 01 maio 1947 (Nova fase).

O segundo jornal, de vida mais longa, abordou o tema da igreja e da religião, levantando a bandeira do anticlericalismo. Parece-me que, por ser o livre-pensamento discutido e aceito por setores da sociedade, como os liberais e a maçonaria, *A Lanterna* encontrou aliados de modo a estender sua existência por várias décadas. Não foi o caso do jornal *Não Matarás!*: seu apelo ao fim do militarismo como condição para o fim das guerras e dos exércitos não teve ressonância no conjunto dos segmentos da sociedade: muito pelo contrário, foi alvo de cerceamento por parte dos setores dominantes da sociedade.

Há, contudo, casos em que o jornal resulta de uma decisão acordada nas deliberações de algum congresso, o qual designava habitualmente uma comissão responsável pela publicação do periódico. O primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 15 e 22 de abril do ano de 1906, decidiu em assembleia pela criação da Confederação Operária Brasileira, como forma de coordenar as lutas classistas levadas a efeito pelas associações e sindicatos operários em todo o Brasil. Decidiu também pela criação de um veículo de comunicação social, um jornal, cujo título deveria ser *A Voz do Trabalhador*. Logo no primeiro parágrafo do editorial do primeiro número deste jornal, o articulista afirmou peremptoriamente:

“A Voz do Trabalhador”

Iniciamos com o presente número a publicação periódica de *A Voz do Trabalhador*, órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios.⁷

7 A VOZ do Trabalhador. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, 01 jul. 1908.

O funcionamento da COB foi planejado para ser concretizado a partir de 1908, portanto dois anos depois do primeiro congresso operário. O início da publicação de *A Voz do Trabalhador* aconteceu junto com o da COB.⁸

O mesmo desfecho se deu quando do Congresso Anarquista Sul-Americano acontecido entre os dias 18, 19 e 20 de outubro de 1915, no Rio de Janeiro, o qual deliberou pela criação de um jornal com fins de divulgar as ideias anarquistas para o conjunto da população⁹. A particularidade, neste caso, foi que os proprietários e editores do jornal *Na Barricada*, Orlando Corrêa Lopes e João Gonçalves da Silva, doaram o jornal como meio para tal finalidade¹⁰. Também aqui uma comissão, com cerca de 24 componentes, ficou encarregada da publicação do jornal e por sua adaptação de acordo com os novos fins a que se destinava.

Essa iniciativa coletiva para a publicação de uma revista ou jornal indica duas características relevantes para a compreensão da especificidade do dinamismo societário envolvendo os anarquistas da época. Primeiro, o jornal surge como espaço marcadamente polifônico. A monotonia na abordagem, apresentação, concepção e referenciais conceituais, próprios

8 Para um conhecimento das resoluções e dos temas discutidos no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, como também para ver as associações e os sindicatos que dele participaram, ver: RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1970. p. 95-127.

9 *Na Barricada*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 21, p. 1, 28 out. 1915. Os temas e as deliberações do Congresso Anarquista Sul-Americano foram publicadas neste mesmo número, na página 2.

10 *Na Barricada*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 21, p. 1, 28 out. 1915. Neste editorial, anunciaram para o número seguinte a instauração da decisão do congresso. Entretanto, neste número, o nº 22 – *Na Barricada*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 22, p. 1, 4 nov. 1915. – anunciaram, em editorial, a impossibilidade de mudança imediata do jornal, o que seria realizado num período de três ou quatro números a sair.

dos jornais atuais, cede lugar a uma pluralidade, bastante significativa, de vozes. Tanto os coletivos editoriais como os pensamentos e opiniões apresentados nas colunas dos jornais e revistas cultivam uma particularidade dentro de uma vibração coletiva, ausente de centralidade e relacional.

Segundo, no processo de elaboração e socialização de saberes, há um dinamismo marcadamente diferenciado do processo baseado na disciplina, esta que constitui marca distintiva nas relações sociais vigentes nas instituições oficiais em geral, como também, em particular, nas de ensino, sejam laicas ou confessionais. Mais que distinto do procedimento disciplinar, há, de modo geral, nos impressos anarquistas, a intenção de instauração de uma recusa imediata deste enfoque, procurando atuar em antidisciplina, instaurando *indisciplina*.

Os trabalhadores e anarquistas são convencionalmente considerados, nos estudos recentes sobre o movimento operário, como autodidatas. O autodidatismo surge como a forma explicativa por excelência para a instrução e a educação no período. Abstraindo alguns anarquistas que tiveram uma formação intelectual em instituições educacionais formais, como foi o caso de José Oiticica, Neno Vasco, Orlando Corrêa Lopes, Francisco Viotti, Fábio Luz, comumente, na literatura especializada, os trabalhadores que não se enquadram na concepção de ensino formal são tratados como autodidatas.

O argumento do autodidatismo, ao assinalar o valor da iniciativa individual na elaboração de um pensamento crítico e original, eclipsa outros dinamismos postos em atividade no movimento aqui considerado. É exatamente essa dimensão minimizada que quero ressaltar. O caráter relacional e coletivo na elaboração e socialização de saberes entre os anar-

quistas escapa ao conceito de autodidatismo. Havia todo um aporte coletivo sustentando as iniciativas individuais. Associações, centros de cultura, ateneus, bibliotecas, escolas, gráficas e coletivos editoriais ambientavam debates, conversações e polêmicas num ambiente contagiante. Jaime Cubero, em entrevista sobre sua trajetória de vida enquanto autodidata, deixa entrever diversas vezes o caráter relacional e coletivista mediando a elaboração de saberes.

Essa experiência de procurar o conhecimento eu vi em todos os militantes anarquistas, que não tinham freqüentado os bancos escolares. Liam os seus livros e, sempre que saía um livro novo, estavam sempre estudando e discutindo no Centro de Cultura. [...]

Cada associação, união, liga ou como se chamasse a entidade profissional fundada procurava criar o seu centro, ateneu ou grêmio cultural, transportando para o Brasil a prática do Movimento Libertário europeu e a preocupação permanente dos anarquistas com a educação e a cultura. Criou-se um vasta rede de entidades culturais entre os trabalhadores, com suas bibliotecas, publicações, elencos teatrais, etc. [...]

Consta dos estatutos do Centro de Cultura Social que o mesmo tem por finalidade "...estimular, apoiar e promover nos meios populares e, principalmente entre os trabalhadores, onde as possibilidades de cultura são limitadas por toda espécie de empecilhos, o estudo de todos os problemas que se relacionam com a questão social".¹¹

O autodidatismo constitui recurso explicativo, segundo uma tendência geral entre os estudiosos do período e do tema, da existência de uma significativa bagagem de conhecimentos em alguém que não teve formação intelectual em qualquer instituição de ensino oficial.

11 ROMERA VALVERDE, Antonio José. Pedagogia libertária e autodidatismo. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1996. p. 283-285.

AO BRASIL

*Brasil! Terra formosa e fértil mas escrava
Da ganância papal, do negro Fanatismo,
Já é tempo de deixar a escravidão ignava
A que te submeteu o atroz clericalismo!*

*Acabaram-se já os tempos do exorcismo,
Rasgou-se o denso véu que o Mistério obumbrava,
E a Ciência e a Razão venceram com heroísmo
A trincheira que Roma ante elas antolhava...*

*A passos de gigante a Evolução avança
A Humanidade, enfim, já pensa com pujança
E possui outro lema e aspira a uma outra glória.*

*Quebra, pois, ó Brasil, o grilhão que é o desdouro
Da tua frente augusta... e que o Brasil vindouro
Só encontre do papismo a torpe e negra história!*

Raymundo Reis. **A Obra**. São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 02. 13.05.1920. Página 07.

BARBAS... DE MOLHO

*O vigário da Tapera
— Gordo, nédio e rubicundo —
Foi-se um dia deste mundo \
Berrando como uma fera.*

*E acudindo aos berros seus
- Dele que em Deus tanto cria —
Outro pároco dizia :
«Morre na graça de Deus!»*

*Mas... qual! — Depois do traspasse
É que o cura mais padece:
Não houve Deus... que o salvasse,
Nem Demônio... que o quisesse.*

Horácio Campos. **Ação Direta**. Rio de Janeiro – RJ. Ano 01 – Nº 18. 31.08.1946. Página 03

O fato de um trabalhador com formação escolar oficial reduzida, quando muito, ao período inicial do que hoje se denomina primeira fase do ensino fundamental, dominar diversas línguas, tanto em sua forma falada como na escrita; conhecer os escritos de filósofos clássicos e de seu tempo; discutir com desenvoltura com eruditos da academia acerca de temas de sua especialidade; fundar escolas e universidades baseado nas mais avançadas ideias pedagógicas de sua época e em discussão em diversos países do mundo; editar jornais, revistas e livros abordando os problemas sociais de seu tempo, é percebido e só pode ser compreendido por aqueles de formação disciplinada e disciplinar, dentro do conceito de autodidatismo.

Essa significativa amplitude de atividades só é inteligível através do conceito, pacificador, de autodidatismo, segundo o olhar narcisista inerente à perspectiva disciplinar vigente. Há que se reconhecer os limites dessa perspectiva, pois ela percebe apenas espelho. Ao mesmo tempo em que cala inquietações e domestica a imaginação, o conceito de autodidatismo apaga, obsta, anula da percepção possíveis eventos e noções refratários à disciplina. O enfoque instaurado pela disciplina, apesar de ter seus alcances, possui o demérito de ser um verdadeiro leito de Procusto: método de amputação da vítima quando esta ultrapassar os limites de sua cama, ou execução do artifício de puxar e esticá-la se esta for menor que seu leito. Num ou noutro caso, ela finda se encaixando dentro dos limites preestabelecidos.

Essa perspectiva mutiladora pode ser constatada, por exemplo, nos estudos contemporâneos que apresentam algum escritor ou pensador como “pré” ou “pós” isto ou aquilo. O dado curioso deste enfoque é que sempre é o *outro* que é denominado “pré”: “pré-lógico”, o indígena; “pré-capitalista”, o artesão, o

camponês; “pré-político”, o anarquista; “pré-moderno”, o refratário à modernidade sem que seja, necessariamente, defensor de algum “El Dorado” pretérito ou porvir.

Reproduz-se, por esta via, a forma de abordagem realizada pelos colonizadores dos séculos XV e XVI quando se referiram etnocentricamente aos povos autóctones sempre por alguma ausência: “sem fé”, “sem rei”, “sem lei”, só para lembrar algumas das incompletudes projetadas sobre o outro pelo olhar eurocêntrico. Até certo ponto, isso se aplica ao “pós”. Num e noutro caso, não há como deixar de perceber a existência sub-reptícia de uma centralidade, pois nestas classificações há sugerida a existência de uma linearidade pulsando, ressoar de teleologia. Procusto espreita!

Porém, com as publicações de jornais e revistas aqui analisadas, nada mais distante de autodidatismo. Os artigos destes periódicos resultaram ora de intensas conversas entre os integrantes do coletivo editorial, ora de debates com outros anarquistas não integrantes deste coletivo, ora da confrontação com adversários de ideias. Os debates giravam em torno do entendimento de diferentes concepções conceituais, táticas e estratégicas a serem abraçadas pelos trabalhadores e pelos anarquistas.

Por vezes, a dinâmica dos debates brotava nas colunas dos jornais nos quais os articulistas expunham seu pensamento ao julgamento direto do leitor, o que ocorreu em vários números de *A Voz do Trabalhador*; entre o anarcossindicalista Neno Vasco do Rio de Janeiro e o anarquista João Crispim, de São Paulo, acerca da relação entre anarquismo e sindicalismo; aconteceu também em diversos números de *Guerra Sociale* em que Ângelo Bandoni, anarquista antiorganizacionista, e o anarquista Florentino de Carvalho, ambos de São Paulo, discutiram o mesmo tema.

Debates com adversários de ideias também aconteceram. Em *Na Barricada*, há o registro de um que se estendeu por diversos números entre o anarcocomunista José Oiticica e o jurista liberal Dr. Silva Marques. Este debate foi iniciado com a publicação do artigo intitulado “A gente odiosa”¹², do Dr. Silva Marques, em que expôs seu pensamento em torno das questões sociais. Oiticica apresentou seus comentários, ponderações e refutações num artigo intitulado “As causas do crime – Carta aberta ao Dr. Silva Marques”¹³. A partir daí se estabeleceu uma sequência de artigos, expostos em números subsequentes do jornal, em que os dois travaram um debate vigoroso e amistoso, apresentando, um e outro, o entendimento particular sobre as ideias de seu adversário e a própria leitura em torno da questão social como ao de algumas escolas do pensamento social.

Oiticica polemizou com diversas figuras de destaque no cenário sociopolítico nacional. Rui Barbosa, Maurício de Medeiros, o chefe de polícia Dr. Aurelino Leal, Dr. Augusto de Lima Junior, o senador Irineu Marinho, Evaristo de Moraes e Jackson de Figueiredo foram alguns com quem travou polêmicas através dos jornais anarquistas.¹⁴

Orlando Corrêa Lopes, integrante do coletivo editorial de *Na Barricada*, chegou a convidar Pedro do Coutto, um liberal “simpatizante do anarquismo” mas também um “simpatizante do positivismo” de Augusto

Comte apenas em sua dimensão filosófica, conforme ele próprio declarou, para colaborar sistematicamente com o jornal anarquista. Ele poderia expor, numa seção reservada sob sua exclusiva direção, seu pensamento e sua leitura particular dos acontecimentos da época sem nenhuma restrição. Após o primeiro artigo na sua coluna, que estampava o título “O que penso”¹⁵, deu-se uma série de debates entre Pedro do Coutto e diversos anarquistas.

Fábio Luz, Orlando Corrêa Lopes, Oiticica, foram alguns dos anarquistas que polemizaram com Pedro do Coutto. Estes artigos vislumbravam o estabelecimento de um caloroso debate quando de seus encontros pessoais, comentando, discordando, emendando, criticando um ou outro aspecto apresentado nos artigos das partes envolvidas. Certamente, os artigos manifestam um dinâmico debate existente anteriormente à ideia de estampá-los e socializá-los pelas colunas de *Na Barricada*.

No número seguinte de *Na Barricada*, os editores do jornal anunciaram uma conferência a ser proferida por Pedro do Coutto. O aviso fora estampado com os seguintes dizeres:

Conferência. Amanhã, no Centro de Estudos Sociais, á Praça Tiradentes n. 71, o nosso illustre collaborador dr. Pedro do Coutto fará uma conferência sobre o thema: ‘a noção de pátria e o conceito de governo são inherentes ao homem?’

A conferência terá inicio as 8 horas da noite e a entrada é franca ao publico.¹⁶

No número treze de *Na Barricada*, há um relato da conferência de Pedro do Coutto. O articulista registrou a presença maciça da plateia, a longa palestra do convidado, cerca

12 MARQUES, Silva. Gente odiosa. Na Barricada. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 1, 19 ago. 1915.

13 OITICICA, José. As causas do crime – Carta aberta ao Dr. Silva Marques. Na Barricada. Rio de Janeiro, ano 1, n. 13, p. 2, 02 set. 1915.

14 OITICICA, José. Ação direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira - meio século de pregação libertária. Seleção, introdução e notas: Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Gerninal, 1970.

15 COUTTO, Pedro do. O que penso. Na Barricada. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 1, 19 ago. 1915.

16 CONFERENCIA. Na Barricada. Rio de Janeiro, ano 1, n. 12, p. 2, 26 ago. 1915.

de duas horas e meia, o debate seguinte com a assistência e o convite subsequente, dirigido ao conferencista, para comparecer ao mesmo local, na mesma hora e mesmo dia na semana seguinte, para assistir à outra conferência sobre o mesmo tema. Desta vez, a palestra seria realizada pelo anarquista e operário Elias da Silva.

Muitos dos escritos de Lima Barreto¹⁷ são também configurados dentro da dinâmica eminentemente relacional de debates e polêmicas. Personalidades de projeção no mundo da literatura e da política institucional são questionados através de sua verve ácida, irônica e divertida. Nesses encontros, choques e fricções, seu pensamento vai sendo mais bem delineado. Os artigos e as crônicas publicadas em jornais e revistas espelham com mais propriedade esse aspecto particular de seu pensamento. Nesses periódicos, a rapidez dos acontecimentos favorecia a elaboração mais ágil de artigos, emprestando aos escritos um caráter quase de improvisação, quando comparados aos contos e romances, escritos mais elaborados e de maturação mais longa.

Vários artigos eram concepções diretamente coletivas, sendo por vezes assinados com o seguinte indicativo: “Os editores”, “Nós”, “Grupo de redatores”, “Os anarquistas do jornal tal” ou outra indicação semelhante. A tese de autodidatismo, para caracterizar os autores de artigos e livros, mostra-se insuficiente e, mais do que isso, enganosa por desconsiderar uma dinâmica particular na confecção e socialização de saberes, que consiste num dinamismo eminentemente coletivo.

17 LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. Toda Crônica: Lima Barreto. v. I (1890-1919). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. Toda Crônica: Lima Barreto. v. II (1919-1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

Dessa maneira, colocava-se em atividade um processo coletivo de caráter *indisciplinar* na elaboração, preparação, maturação e divulgação de conhecimento. Um saber vazando com os esquemas estreitos da disciplina, em relação tanto a seu aspecto restritivo a um campo específico como à dimensão relacional da sociabilidade humana. Aqui se manifesta a recusa de dinâmicas hierarquizadas e instauradoras de hierarquias. Assim, as publicações exprimiam uma estreita e intensa vivência entre um grupo editorial, consistindo num veículo para articular as relações entre as subjetividades. Importante evidenciar o caráter polifônico desses periódicos, não existindo nestes o quesito afinidade enquanto critério e condição para a definição da participação na empreitada.

Nos jornais e revistas, também se dava um processo de socialização de saberes através da exposição de análises, comportando enfoques simultaneamente sociológicos, filosóficos, políticos, antropológicos, históricos, biológicos, físicos, químicos, literários, entre outros. Essa perspectiva abarcava os conhecimentos e as descobertas científicas que lhes eram contemporâneos; considerava também as criações de artistas e poetas, entre outras manifestações do conhecimento e da sociabilidade humana.

No geral, os jornais, revistas e impressos como panfletos, folhetos e boletins, buscavam provocar, inquietar, sacudir o leitor, para que ele se dispusesse a agir imediatamente do lugar mesmo onde se encontrava. A intenção era explicitamente provocar o leitor ou interlocutor de maneira a que este abandonasse atitudes passivas passando a gerir sua existência, tomando conta de sua própria vida, fugindo e lutando contra os projetos e modos de vida que postulassem alguma providência, divina ou política, como centro da sociabilidade hu-

mana, como totalidade, como outra forma de transcendência.

A livre conversação foi assinalada por Oiticica como instrumento de aferição dos postulados. Ao abordar a questão feminina a partir da energética, referiu-se, entre outras, à energia social como uma das constituintes do ser humano. Esta energia possui na solidariedade seu móvel mais relevante. Nessa direção, apresentou o diálogo entre pontos de vista diferentes como uma das condições para a inventividade humana, possibilitando testar e verificar a validade das afirmações e recusando o pensamento fechado sobre si mesmo. O dogma constitui uma prática a ser destruída imediatamente quando do exercício de liberdade e da preparação dos saberes. Em sua perspectiva, “a solidariedade não comporta a intolerância nem mesmo o antagonismo. Aceita a discussão como instrumento de averiguação da verdade, mas proscree os dogmas irreduzíveis”.¹⁸

Os jornais e as revistas anarquistas recusavam o apelo para adesão, conversão e filiação por serem estes expedientes próprios dos mecanismos societários de igrejas, partidos e organizações conspiratórias, de caráter jacobino ou liberal, que almejam a conquista e tomada do poder.

Acompanhamos o povo nas suas reivindicações, salientando-nos quase sempre pela nossa energia e dedicação, sendo freqüentemente as primeiras vítimas desses movimentos, pagando com a morte, a prisão ou o desterro o nosso entusiasmo pela justiça e pela emancipação dos oprimidos.

Ensinamos ao povo tudo quanto sabemos e, para consegui-lo, tiramos o pão da nossa boca, com o qual sustentamos as escolas os jornais, os folhetos, os livros que com imensos sacri-

18 OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 74, 31 mar. 1915.

fícios podemos criar, a fim de que o povo se emancipe.

Pela propaganda e pelo exemplo, combatemos todos os vícios, todos artificiosos instintos de malvadez, todos os hábitos grosseiros e estimulamos o amor pelo estudo, pela investigação, pela independência de espírito.¹⁹

Mesmo os jornais anarquistas, como os sindicalistas, que apresentavam o sindicato como a célula da nova sociedade, ou os jornais comunistas libertários que se referiam à comuna como novo centro gravitacional da vida social, ou os individualistas que afirmavam caber esta função à individualidade, mesmo cada um destes apresentava concomitantemente artigos em que a tendência e a proposta para o estabelecimento de alguma unidade definitiva na sociabilidade humana era recusada.

O procedimento *indisciplinar* se desdobra numa postura *nômade* adotada pelos articulistas na medida em que era estabelecido um livre trânsito por entre áreas diferentes do conhecimento, conjugando, nesses escritos, formas inusitadas como poesias, desenhos, charges, situações. Entram nesses textos acontecimentos pessoais e sociais do momento, depoimentos de caráter memorialista e outros recursos.

Há desrespeitos intencionais, calculados, quanto às fronteiras estabelecidas entre os diferentes campos do conhecimento. Por vezes, acontece de se apresentar conjuntamente no texto de análise social, elementos de sociologia, política, antropologia, filosofia, pedagogia, paleontologia, biologia, física, entre outros.

Esse procedimento, eminentemente *indisciplinar*, desemboca numa abordagem

19 SOARES, Primitivo. Vinganças burguesas. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 maio 1914.

não unilateral, expressando antes um enfoque multilateral na reflexão como na ação social. A perspectiva *indisciplinar* utiliza elementos dos diversos campos da ciência, mas também expressões estéticas das artes entre outros da sociabilidade humana. Há textos apresentando aspectos relativos a trajetórias particulares de vida e de diferentes escolas sociológicas e filosóficas, na investigação, na reflexão, na análise social; e em relação à ação dentro do conjunto de relações sociais e intersubjetivas, opera-se com uma performance abolindo verticalidades, não privilegiando um ou alguns meios de intervenção social como o melhor, o único possível ou o mais correto e eficiente.

Contudo, no geral, a utilização ou não, numa ou noutra circunstância, de jornais, livros, panfletos, manifestações públicas, ação direta, entre outros meios, justifica-se de acordo com as contingências do momento. Estas, por sua vez, são sempre diferentes, instáveis e *únicas*, portanto, impossíveis de passar à generalização. Deve ser ressaltado que este se constitui um caminho deveras *arriscado*, no qual há que se considerar a possibilidade de tomadas de direção as mais distintas possíveis. O exercício da liberdade implica instauração da diversidade, estando incluído o risco de ser estabelecida sua própria negação. Foi neste sentido que o editorial do jornal *O Amigo do Povo* abordou o tema da liberdade como um dos aspectos de significativa relevância para sua existência.

Em frente das causas do actual estado de causas queremos abolida a propriedade privada da terra, das matérias primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém possa viver à custa do trabalho alheio e para que todos, dispondo de meios para produzir e viver, sejam independentes e livremente possam associar-se aos outros para o interesse comum e segundo as suas sympathias; queremos abolido o governo, suprimindo todo o poder que faça leis e as

imponham aos outros – monarchias, repúblicas parlamentos, exércitos, polícia magistratura, qualquer instituição dotada de meios violentos; [...]

A transformação que desejamos não pode ser obra do indivíduo considerado isoladamente, porque, longe de ser em favor d'um partido, é em proveito de todos os seres humanos; e isto não se obtém pela força mas pelo livre consentimento de todos.

Persuadir, convencer é, pois, a nossa primeira tarefa. Temos de pôr em evidência alguns males de que o homem soffre, a possibilidade de destruí-los; temos de procurar que se forme e se manifeste a livre vontade de todos para a prática do nosso ideal, para a conquista de mais bem estar.

Mas se é absurdo e se contradiz o nosso fim querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas, por meio da violencia, será igualmente absurdo e contrário ao nosso fim admitir que os que não pensam como nós nos impeçam de realizar a nossa vontade, sempre que ella não lese o seu direito a uma liberdade igual à nossa.²⁰

Outro jornal anarquista, *A Rebelião*, publicado em São Paulo doze anos depois do *O Amigo do Povo*, procedeu com a mesma disposição, afirmando o princípio de liberdade como sendo válido, sem sofisma. Comentando a organização de um congresso operário católico, o articulista afirmou o seguinte: “Segundo a imprensa diária, devia-se realizar nestes ultimos dias um congresso catolico, o que não nos admira, pois reconhecemos o direito de reunião e discussão a todo mundo; não queremos a liberdade só para nós”²¹.

O sentido exposto no trecho acima consiste no tom característico geral depreendido dos periódicos anarquistas aqui analisados: a

20 O QUE queremos. O amigo do povo. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 01 maio 1902.

21 A IGREJA e o proletariado. A rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 17 maio 1914.

procura em se mover no campo do princípio de liberdade, reconhecendo no *outro* a condição para a sociabilidade humana. Nesta perspectiva, não caberia nem um ponto de vista definindo uma maldade ou bondade intrínseca ao ser humano, nem alguma centralidade nas relações sociais, nem tampouco o privilegiar de um ou alguns dos atributos humanos como fator explicativo causal ou primordial para o seu dinamismo societário.

Os periódicos analisados servem como demonstração de como os anarquistas aqui considerados abordaram os acontecimentos que lhes eram próximos e distantes, como trataram os assuntos do momento e como expuseram suas críticas e proposições. Demonstam também como alguns se moveram oscilando ora num terreno próprio da disciplina ora em outro *indisciplinar*, ora em uma órbita libertária ora noutra autoritária. Mostram também que alguns foram capturados pelo dinamismo disciplinar que tanto combateram.

Talvez isso tenha se dado por causa das vibrações da autoridade e da disciplina obterem alguma forma de ressonância em seus pensamentos e em seus sentimentos. Parece que, por vezes, estes se cansavam, a ponto de desejarem trégua, repouso ou descanso perene. Passaram a confiar e esperar pelas promessas e pelos consolos oferecidos a todos pelas diversas manifestações de transcendência, quer se apresentassem com formas religiosas, quer científicas ou filosóficas.

Esses impressos apresentam, por fim, alguns anarquistas e coletividades irredutíveis, indomáveis, inflexíveis, quando se trata da referida caminhada sobre o fio da navalha. Esses foram os que não procuravam sossego. Tencionavam antes expandir a si mesmo, o que implicava a ausência de calma e quietude

e a presença constante de tormentas imprevisíveis. Com esses, não havia uma busca de promessas, reciprocidade, recompensa, compensação ou descanso, nem tampouco consolo reconfortante.

Está em atividade, neste caso, um estilo selvagem, um dinamismo existencial indomável diante da existência. Há uma utilização dos elementos que se lhes apresentam no instante vivido, como faria um *bricoleur*²², emprestando novos sentidos a conceitos ou situações convencionalmente definidas, num processo evidente de subversão do usual.

Passado e futuro não têm nenhuma serventia; a temporalidade serve para nada, além de constituir elemento a compor dentro do novo uso dado em bricolagem. Não havia, com estes anarquistas, saudosismo quanto ao passado nem tampouco nostalgia pelo futuro. Havia, sim, uma percepção acerca das possibilidades de que o instante se encontra prenhe, além do fato de este ser o único terreno possível de atrair os pés do caminhante indisciplinado, do guerrilheiro nômade, dos bandoleiros selvagens.

Arrancaram suas próprias vidas das mãos de Procusto, mas não ficaram contentes, acomodados e satisfeitos. Sabiam estar o saltador mais adiante sempre à espreita na tentativa de capturar os desavisados. Domingos Ribeiro Filho expressou, de um modo poético, visceral e vigoroso, o pensamento de inquietação constante e o sentimento de descontentamento intenso. Para ele, “qualquer

22 Contrariando a tese de Lévy-Bruhl de que os povos “primitivos”, possuindo uma mentalidade “pré-lógica”, apresentavam um raciocínio inferior por estarem fora do pensamento cartesiano das sociedades modernas, Lévi-Strauss apresentou o pensamento indígena como sendo provido de lógica. Ver particularmente o primeiro capítulo de: LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 1989.

que seja a conquista social da anarquia, haverá uma outra anarquia para fazer-lhe a crítica e sonhar coisa melhor”²³.

Preferindo a insegurança ao conforto, a inquietação à calma, como consistindo na possibilidade de ir até o fim de si mesmos, de serem a própria culminância, abdicaram da segurança e da quietude prometidas pelos messias, pelos salvadores, pelos guias; recusaram uma existência de esperas e esperanças, procedimentos estes a cultivar pessoas passivas; por fim, agiram com desdém quando das promessas de repouso aventadas por mistagogos.

Buscaram evadir-se do fascínio, da sedução e do encanto presentes no olhar petrificante das medusas; procuraram desviar-se do encontro com outros salteadores por perceberem seus intentos de enquadramento, ora amputando, ora esticando, mas sempre violentando. Reconheceram o salteador em sua camuflagem porque este entende o dinamismo social unicamente dentro de processos de filiação, adesão e conversão.

Não obstante, no percurso, alguns dos anarquistas do conjunto analisado resvalaram, caíram ou mesmo se jogaram de corpo e alma no campo gravitacional do universal totalizante, do sagrado absoluto, do transcendente princípio de autoridade. Esta consiste numa das possibilidades presentes nos riscos de quem vivencia a vibração de *experimentos*. Os maloqueiros selvagens, os inconstantes indisciplinados, os bandoleiros nômades recusam terminantemente as totalizações, colocando em suas atividades um dinamismo em perspectiva relacional para as suas caminhadas.

23 RIBEIRO FILHO, Domingos. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 89, 30 abr. 1915.

Floreal (1907)²⁴

Floreal, que estampava o subtítulo *Revista bi-mensal de crítica e literatura*, foi uma pequena revista que passou quase despercebida quando de seu lançamento. No segundo número da revista, há o registro, não sem um acentuado tom de frustração, de terem sido vendidos apenas 38 exemplares do primeiro número. Os editores esperavam uma maior repercussão, pelo menos entre os aficionados em literatura. No entanto, Lima Barreto registrou, quando da publicação em livro de *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, a recepção calorosa e entusiasta feita por José Veríssimo à revista. Em sua coluna, “Revistas Literárias”, publicada em 09 de dezembro de 1907, no *Jornal do Comércio*, o consagrado escritor teceu efusivos elogios à *Floreal*.

Ai de mim, se fosse a “revistar” aqui quanta revistinha por ai aparece com presunção de literária, artística e científica.

Não teria mãos a medir e descontentaria a quase todos; pois a máxima parte delas me parecem sem o menor valor, por qualquer lado que as encaremos. Abro uma justa exceção, que não desejo fique como precedente, para uma magra brochurinha que com o nome esperançoso de *Floreal* veio ultimamente a público, e onde li um artigo “Spencerismo e anarquia”, do sr. M. Ribeiro de Almeida, e o começo de uma novela *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, pelo sr. Lima Barreto, nos quais creio descobrir alguma coisa. E escritos com uma simplicidade e sobriedade, e já tal qual sentimento de estilo que corroboram essa impressão.²⁵

24 Foram publicados desta revista quatro números, dos quais encontrei apenas os dois primeiros: Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907.

25 LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Recordações do escrívão Isaías Caminha. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997. p. 32.

Floreal expressou bem a perspectiva *indisciplinar* afirmativa da liberdade, traduzida pelo empenho em não só apresentar a existência de diferenças consideráveis entre os integrantes do coletivo editorial, mas, mais além, em cultivar tais especificidades. Os temas abordados são articulados a outros, fugindo de um enfoque circunscrito ao assunto apresentado. Uma perspectiva *indisciplinada* no tratamento das questões analisadas. O editorial manifestou o estreito campo de contato entre os escritores que decidiram dar vida àquele periódico. Expressou também a recusa de todos os componentes em cair no dinamismo característico da esfera do jogo de servilismo e da troca de favores a campear entre jornalistas, diretores de jornais e literatos.

As palavras iniciais de Lima Barreto apresentaram a revista como o resultado da vontade de liberdade, de expansão da própria existência e de potencialização da vida de cada um dos envolvidos com sua publicação.

Não é sem temor que me vejo á frente desta publicação. Embora não se trate do *Jornal do Comércio* nem da *Gazeta de Pekim*, sei, graças a um tirocínio prolongado em revistas ephemerias e obscuras, que imenso esforço demanda a sua manutenção e que futuro lhe está reservado. Sei também o quanto lhe é desfavorável o público, o nosso público, sábio ou não, letrado ou ignorante. Faltam-lhe os nomes, grandes nomes, desses que enchem o céu e a terra, vibram no ether imponderável, infelizmente não chegando a todos os cantos do Brazil; faltam-lhe desenhos, fotografuras, retumbantes páginas a côres com *chapadas* de vermelho – matéria tão do gosto da intelligencia economica do leitor habitual; e, sobretudo, o que lhe ha de faltar, será um director capaz, ultra-capaz, maneiroso, dispendo da *sympatia* do jornal todo poderoso, e sabio nas sete sciencias da rua Benjamin Constant e em todas as artes estheticas e technicas.

Desgraçadamente não tenho essa sabedoria excepcional que super-abunda por ahi; e, se

alguma cousa justifica a minha directoria, não é com certeza o meu saber.

No nucleo que fundou e pretende manter esta publicação, não sou eu quem mais sabe isto ou aquilo; antes, um sou que menos sabe.

Não foi esse o motivo; talvez fosse por ser eu o mais aparentemente activo e, para empregar uma palavra da moda, o mais ostensivamente lutador, que os meus companheiros me deram tão honrosa incumbência.

Não que eu o seja de facto. Examinando-me melhor, creio que há em mim um inquieto, a quem a mocidade dá longiquas pareenças de activo e de combatente; e quiçá taes semelhanças tivessem enganado os meus amigos e companheiros, elevando-me á direcção desta pequena revista.

O seu engano não foi total, penso eu; na epocha de vida que atravesso, o inquieto póde bem vir a ser o luctador e o combatente, taes sejam as circunstances que o solicitem. Eu as desejo favoráveis a essa util mutação de energia, para poder levar adiante este tentamen de escapar ás injunções dos mandarinatos literarios, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulario das regras de toda a sorte, que nos comprimem de modo tão insolito no momento actual.²⁶

Essa iniciativa foi apresentada enquanto campo de experimentos livres, aberto a aventuras, riscos e surpresas a que os integrantes da revista estavam dispostos e disponíveis. No cenário do jornalismo e dos impressos literários, *Floreal* fora apresentada enquanto revista que concretizava a trajetória de vida e de existência tanto dos que instauraram a iniciativa como de outros que poderiam ser por ela contagiados. Os editores manifestaram em seus escritos o quanto estavam contagiados pelos mais diferentes acontecimentos envolventes. Entretanto esse contágio não se revelava através de atitudes passivas nem de quem se posiciona

26 BARRETO, Lima. Artigo Inicial. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 3-7.

enquanto vencido diante dos eventos. Antes há a presença de subjetividades inquietas, ativas, altivas. A apresentação da revista, como os artigos escritos pelos componentes do grupo editorial²⁷ expressam, de maneira diferente, uma disposição para fazer da própria vida um campo em ebulição, com intensos e contínuos experimentos, em que tudo o que tocava a um ou a outro poderia ser apropriado da maneira mais conveniente por cada um.

Não se trata de uma revista de escola, de uma publicação de *clan* ou malóca literaria. Quando, como nos annos que correm, a critica sacóde e procura abalar sciencias duas e mais vezes miliares, como a geometria, e os dogmas mais arraigados, como o da indestructibilidade da materia, seria paradoxalmente exótico que nós nos apresentassemos unidos por certos theoremas de arte, com seguras theorias de estylo, e marcando um determinado material para nossa inspiração.

Não se destina, pois, a *Floreal* a trazer a publico obras que revelem uma esthetica novissima e apurada; ella não traz senão nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sobre tudo o que interessar a nossa sociedade, guardando as conveniencias de quem quer ser respeitado.

É uma revista individualista, em que cada um poderá, pelas suas paginas, com a responsabilidade de sua assignatura, manifestar as suas preferências, communicar as sua intuições, dizer os seus julgamentos, quaesquer que sejam.²⁸

Nada de conveniências nem alinhamento a opiniões consagradas de especialistas. Tampouco postura servil de filiação a

27 Compunham o coletivo editorial da revista, além de Lima Barreto, Antonio Noronha Santos, Domingos Ribeiro Filho, Mário Pinto de Souza, M. Ribeiro de Almeida, Carlos de Lara, J. Pereira Barreto e Edmundo Enéas Galvão.

28 BARRETO, Lima. Artigo inicial. *Floreal* – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 3-7.

algum agrupamento tipo partido ou igreja ou a algumas personalidades tidas na medida de referenciais pretensamente intocáveis ou ainda a alguma pretensa fonte de verdade e de soberania. Qual o limite desta culminância de si mesmo? Ninguém mais, a não ser a própria pessoa, poderia dizer.

Nas palavras de Lima Barreto, existe um dinamismo sob efeito de destruição de ídolos, de deuses, estendendo-se em campos diversos com uma cadência marcadamente dessacralizante. Pessoas, costumes, instituições, ideias foram alvos de constante e intensa apreciação, nada permaneceria imune à crítica, tudo deveria ser exposto à análise exaustiva, todas as possibilidades consideradas, o esgotamento da matéria ou da perspectiva adotada era o limite. O iconoclastia se apresentava como um dos predicados mais evidentes. Isso porque os escritores instauraram a ocasião para o questionamento em todas as direções possíveis, como também para o exercício de problematização de temas e situações.

Não estão (é preciso dizer) no seu programma as estupidas hostilidades preconcebidas. No julgamento do pensamento que nos precedeu, levaremos em conta as difficuldades que o nosso tem encontrado para se exteriorisar e tomar corpo, e tambem que o antigo se encadeia no novo, o novo no novissimo, e que, quando mesmo isso não se dê, ambos pódem coexistir, por mais antagonicos que sejam, sem que um diminua a grandeza do outro. É lição da Natureza. Os monstruosos *Hipparious* do mioceno lentamente evolveram até á esbelteza do *pur-sang* contemporaneo; ao lado delles, porém, pela superficie da Terra, quasi sem modificações, os mastodontes terciarios ficaram nos nossos elephants actuaes...

Mas, conquanto as nossas divergências sejam grandes, há entre nós uma razão de completo contacto: é a nossa incapacidade de tentar os meios de publicidade habituaes e o nosso dever de nos publicar.

Este caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pae livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só há um meio de se chegar ao editor – é o jornal. Pouca gente sabe também que o nosso jornal actual é a cousa mais inintelligente que se possa imaginar. É alguma cousa como um cinematographo, menos que isso, qualquer cousa semelhante a uma *féerie*, a uma espécie de mágica, com encantamentos, alçapões e fogos de bengala, destinada a alcançar, a tocar, a emover o maior número possível de pessoas, donde tudo o que for insufficiente para esse fim deve ser varrido completamente.

Cada um de nós está certo de que seria perfeitamente incapaz de levar emoções aos habitantes respeitáveis de Paracutú ou de atrahir leitores da Rua Presidente Barroso ou de Abrantes; mas, estamos certos também que essa média entre a sensibilidade obstruída de afastados compatriotas, o semi-analfabetismo de uns e a futilidade de outros, actualmente representada pelo jornal diário, não tem direito a distribuir celebridade e a estabelecer uma escala de méritos intellectuaes.

Demais, para se chegar a elles, são exigidas tão vis curvaturas, tantas iniciações humilhantes, que, ao se atingir ás suas columnas, somos outros, perdemos a pouca novidade que trazíamos, para nos fazermos iguaes a todo o mundo. Nós não queremos isso. Burros ou inteligentes, genias ou medíocres, só nos convenceremos de que somos uma ou outra cousa, indo ao fim de nós mesmos, dizendo o que temos a dizer com a mais ampla liberdade de fazel-o.²⁹

Os artigos subsequentes, *Diálogo*, de Antonio Noronha dos Santos³⁰, e *Dia de amor*, de Domingos Ribeiro Filho³¹, tematizaram o problema das relações sexuais e amorosas

29 BARRETO, Lima. Artigo inicial. *Floreal* – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 3-7.

30 SANTOS, Antonio Noronha dos. *Diálogo*. *Floreal* – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 7-10.

31 RIBEIRO FILHO, Domingos. *Dia de amor*. *Floreal* – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 12-20.

no contexto restritivo e proibicionista de uma sociedade patriarcal, falocêntrica e preconceituosa. No primeiro, Panphilio e Philetas conversam sobre o amor: se é eterno ou efêmero, se é exclusivista ou plural. Também quanto à questão da violência, do assassinato e do ciúme nas relações dos enamorados.

Em *Dia de amor*, o autor explica, em nota de pé de página no início do conto, ter publicado anteriormente os dois primeiros capítulos “em duas edições domingueiras do *Correio da Manhã* que não continuou a publicação por tel-o julgado imoral”. Na mesma nota, o autor comentou a atitude censora dos editores do *Correio da Manhã* dizendo que “sobre Moral, a redacção do poderoso jornal diário tem maiores certezas que o Sr. Poincaré sobre geometria. É um facto notavel que registramos para servir aos que entre nós se dediquem ao estudo experimental da intelligencia”³².

Há uma situação de transgressão em relação aos padrões socialmente aceitos para existência do amor e do sexo entre um homem e uma mulher. Pedro e Vera eram, um e outro, casados e, no entanto, estavam apaixonados. Viviam um recíproco, mas interdito, sentimento. O autor expôs os pensamentos e sentimentos tal qual estes se apresentavam no íntimo dos dois enamorados, objetivando problematizar as normas de conduta estabelecidas socialmente. O diálogo dos dois manifesta a inquietação partilhada por ambos quanto à situação de constrangimento por conta de um sentimento verdadeiro, porém proibido pelas convenções.

O poema intitulado *Ossos*, de Mario Pinto de Souza³³, por sua vez, manifesta o

32 RIBEIRO FILHO, Domingos. *Dia de amor*. *Floreal* – Revista bimensal de crítica e literatura. ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 25 out. 1907. p. 12.

33 SOUZA, Mario Pinto de. *Ossos*. *Floreal* – Revista bimensal de crítica e literatura. Ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 25 out. 1907. p. 28.

tema da vivência do amor no âmbito da densa intimidade de alguém que acredita ter superado um sentimento por outra pessoa. Os dilemas e as dúvidas em relação a si mesmo surgem através de contornos de um profundo sentimento que reaparece, acionado por alguma casualidade. O autor abordou suas impressões sem delinear o entorno explicativo para aquela situação, prendendo seu foco na ebulição intimista. Os versos apresentam o mesmo tema na sequência do conto e do diálogo anteriores. Os desencontros entre sentimentos e convenções sociais foram apresentados a partir de uma perspectiva subjetiva. Esta perspectiva personalista se projeta tanto na leitura do autor sobre o assunto como na forma de vivenciá-lo, no caso do conto, também em relação aos conceitos e preconceitos sociais apresentados a partir da conversa entre Panphilio e Philetas.

As ponderações sobre a vivência do amor, dentro de uma perspectiva alheia às injunções da moral, da igreja, da economia, da política, têm sido significativas no pensamento anarquista³⁴. Este é um dos grandes temas *menores* abordados no pensamento e no movimento anarquista. Neste campo, as reflexões abrangem desde posições conservadoras, como a de Proudhon³⁵, até outras liberadas, como a de Bakunin³⁶. O conservadorismo

34 Sobre o amor, num enfoque anarquista, ver: ALBERT, Charles. O amor livre: uma avaliação anarquista da questão sexual. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. ALBERT, Charles. O casamento burguês e o amor livre. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. ARMAND, E. Nova ética sexual. Rio de Janeiro: Germinal, 1960.

35 Ver o capítulo seis, intitulado “Religión, Moral, Educación”, no quarto item (*Condición de la mujer*) de: CUVILLIER, Armand. Proudhon. Tradución de Ma. Luisa Diez-Canedo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1986. (Colección Popular). p. 343-349.

36 BAKUNIN, Mikhail. Bakunin por Bakunin (Cartas). Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos

proudhoniano não deixou de provocar reações entre seus contemporâneos anarquistas. Joseph Déjacque³⁷, em 1857, escreveu *Do ser humano macho e fêmea, carta a P.J. Proudhon*, numa crítica incisiva ao posicionamento de Proudhon relativo à mulher. A dedicatória do livro único de Stirner expressava: “À minha querida Marie Dänhardt”. Não conheço, entre os socialistas, quem tenha dedicado livro a alguma companheira³⁸.

Outros anarquistas meditaram sobre a questão, problematizando a instituição da monogamia e os costumes de exclusividade no amor. No Brasil, Giovanni Rossi³⁹ foi um dos primeiros anarquistas a tratar da questão a partir de um ponto de vista de liberação. Maria Lacerda de Moura⁴⁰, em diversas publicações, mas especialmente em *Amai e... não vos multipliqueis* e em *Han Ryner e o amor plural*, abordou esta temática, revirando sua

Tempos, 1987.

37 DÉJACQUE, Joseph. O ser humano masculino e feminino (Carta a P. J. Proudhon). Utopia. Revista Anarquista de Cultura e Intervenção. Tradução de Carolina Magos Jorge Carvalho. Lisboa, Portugal: Associação Cultural A Vida, n. 18, 2004. p. 29-33.

38 João Barrento, o tradutor do livro único de Stirner, apresentou Marie Dänhardt no glossário com as seguintes palavras: “Dänhardt, Marie (1818-1902): segunda mulher de Stirner, a quem é dedicado este livro. Membro da sociedade Os Livres, em Berlim, herdou uma fortuna considerável (grande parte dela dissipada por Stirner nos três anos de casamento) e era conhecida nos meios da boêmia berlinense. Emigrou para a Austrália e depois fixou-se na Inglaterra, onde trocou correspondência com John Henry Mackay, o biógrafo de Stirner”. STIRNER, Max. O único e a sua propriedade. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 289.

39 ROSSI, Giovanni. Um caso de amor na Colônia Cecília. In: _____. Colônia Cecília e Outras Utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vincentini, Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 91-127.

40 MOURA, Maria Lacerda de. Amai e... não vos multipliqueis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932. MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner e o amor plural. São Paulo: Unitas, 1933.

própria vida pessoal rumo a uma liberação no amor. Lima Barreto, em diversos artigos, se colocou a favor da multiplicidade dos afetos, especialmente tratando da mulher. Em artigo intitulado “Não as matem”, após abordar casos de assassinato de mulheres por maridos e noivos por conta de infidelidade, encerrou seus dizeres afirmando: “Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus!”⁴¹. Marques da Costa⁴² escreveu artigos intitulados “A proposito de... vasectomia e castração” nas colunas de *A Plebe*.

Mais recentemente, Daniel Guerin e Roberto Freire trataram dessa questão. O primeiro agrega, em sua abordagem sobre o amor, o tema da homossexualidade⁴³. O segundo – que prefere o termo *amor libertário a amor livre* – através de seus livros e da *soma*, a terapia grupal por ele criada, apresenta os obstáculos para uma vivência dos afetos como principal causa da neurose nas sociedades modernas. Na vertente anarquista do *punk*, é prática habitual abordar em encontros e através das letras das bandas questões relativas a gênero, sexualidade e homossexualidade. O’Hara⁴⁴ registra o surgimento do *Queercore*

41 LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. Não as matem. In: _____. Toda Crônica: Lima Barreto. v. II (1919-1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. 1. p. 168-169.

42 COSTA, Marques da. A proposito de... vasectomia e castração. *A Plebe*. São Paulo, ano 3, n. 91, p. 3, 22 jun. 1935 (3ª fase).

43 GUERIN, Daniel. Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1980. FREIRE, Roberto. Soma: uma terapia anarquista. 2 v. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. FREIRE, Roberto; MATA, João da. Soma, uma terapia anarquista – Corpo a corpo – A síntese da Soma. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. v. 3.

44 Ver: O’HARA, Craig. A filosofia do punk: mais do que barulho. Tradução de Paulo Gonçalves. São Paulo: Radical Livros, 2005.

a partir do encontro entre o movimento *punk* e o movimento gay.

Um outro escrito de Lima Barreto traz como cabeçalho, no interior de *Floreal, Revista da Quinzena* e não *Revista da Semana*, como indicado no sumário. Novamente surge delimitada a verve do autor provocando o leitor, mas, especificamente, um outro coletivo editorial denominado *A Caravana*. Este era um grupo recém-fundado de literatos. Segundo o exposto no artigo de Lima, o objetivo de *A Caravana* era a promoção de encontros periódicos entre os interessados pela literatura como também “propugnar pela disseminação do gosto artístico”.⁴⁵ Em seu inconfundível e inimitável estilo irônico, e numa crítica mordaz aos primeiros procedimentos adotados pelos literatos de *A Caravana*, Lima se referiu à nova agremiação da seguinte maneira:

A CARAVANA – De quando em quando, os nossos literatos mais famosos, por suas obras ou pela posição que ocupam na política e na administração, resolvem reunir-se e formar uma sociedade, um club, que dê banquetes congratulatórios e convoque sessões ruidosas, não esquecendo, às vezes, de declarar que o club ou a sociedade tem por fim também animar as letras e as artes e propugnar pela disseminação do gosto artístico.

Convidam este e aquelle, procuram os varios chefes dos bandos litterarios, alliciam alguns Atticos suspeitos de usura na gerencia dos jornaes e dous ou tres Mecenas cheios de duvidas na doutrina das letras dobradas, e dão um nome á agremiação.

Como não possam deixar de ser grandes literatos os nossos grandes jornalistas, são estes também convidados e os poderosos jornaes, *ipso facto*, falam na associação, por intermedio de noticias em que lindos adjectivos cascadeam e rutilam, redigidas a rigor pelos supplentes dos

45 BARRETO, Lima. Revista da quinzena. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 29.

mais célebres mestres, pois sempre os há nas redacções importantes.

Por dous ou tres mezes, o club prende a attenção do publico.⁴⁶

O articulista prosseguiu fazendo um rápido registro histórico remetendo ao tempo em que, ainda no império, iniciativas semelhantes foram tomadas. A diferença das iniciativas realizadas na república dizia respeito à intenção de estendê-la a toda a população. O “gosto artístico” seria algo tido na medida de referencial superior. Essa superioridade de gosto fora assim definida tendo como polo oposto um gosto popular, entendido como intrinsecamente inferior. Os republicanos procuraram extinguir o “para alguns”, da aristocracia monarquista, com o “para todos” democrático. Esta ocasião apresentara-se enquanto momento privilegiado de problematização deste imperativo democrático como celebração de uma fraternidade liberal... compulsória.

Não acredito absolutamente que a arte possa ser popular, não acredito mesmo que possa interessar sinceramente, não direi já o povo, mais a um grupo social inteiro, uma casta, uma classe; e não acredito também que os nossos literatos amem o povo, interessem-se pela sua sorte, achem nelle poesia, materia prima para as suas obras.

Pelo menos, não se encontram vestígios disso nos seus volumes. Coisa curiosa! Não temos uma aristocracia ou uma burguesia brilhante que se transmita através das gerações – não temos; entretanto, não encontram material para a sua obra senão na roda do Lyrico, nos bondes de Botafogo, nas barcas de Petropolis e nos passeios da Tijuca. É singular! Para o resto, uns velhissimos folhetins á França Junior, palpavelmente errados no tocante á observação.⁴⁷

No entendimento de Lima Barreto, à literatura caberia um papel eminentemente relacional: ao mesmo tempo em que demonstrasse as características individuais e coletivas, num movimento de apresentação e esgotamento das singularidades pessoais e grupais, deveria assinalar as particularidades do processo societário envolvente, pois seria neste dinamismo que elas são forjadas. Criticou a literatura convencionalmente aceita e divulgada, por proceder a uma desconexão das especificidades tanto umas em relação às outras como quanto ao fato delas serem possíveis unicamente dentro de um conjunto maior de relações. Portanto, aos literatos, faltaria sensibilidade para elaborar uma perspectiva relacional sem, contudo, menosprezar marcas e características específicas de pessoas e coletividades e ao mesmo tempo assinalando o quanto estão reciprocamente enlaçados, misturados, contagiados. Evidenciar o atributo solidário do dinamismo da sociabilidade humana constitui a função da literatura.⁴⁸

Acantonam-se num ponto só e esquecem uma das maiores funções da literatura, que é de soldar os grupos de um paiz uns aos outros, revelando a cada um delles as successivas maneiras de pensar, de sentir, os sonhos, as aspirações particulares a cada qual, procurando, como mostra Guyau, os sentimentos e sensações de cada individuo, de cada grupo, de cada classes.

Referindo-se aos individuos que não fazem parte da gente que elles adoram e exageram num romantismo curioso, os nossos literatos, só lhes vendo defeito superficiaes, degradam, amesquinham-nos, sem absolutamente desco

48 Sobre a função da literatura na concepção de Lima Barreto, ver: BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto e a reforma da sociedade. Recife: Pool, 1986. BEIGUELMAN, Paula. Por que Lima Barreto. São Paulo: Brasiliense, 1981. SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

46 *Ibidem*, p. 29.

47 *Ibidem*, p. 30-31.

brir nelles as grandezas que têm, as qualidades que possuem; entretanto – como são as cousas? – para as arvores do Sumaré, para a praia de Copacabana, que, positivamente, não são homens de carne e osso, quanta ternura, quanta palavra bonita!⁴⁹

Outro aspecto de destaque nestas palavras diz respeito a uma indiferença quanto ao estabelecimento de conceitos que operariam dentro de concepções baseadas na ideia de existência de cultura superior oposta à outra inferior. Este postulado se manifesta através da afirmação, pelos literatos cultos, de uma aristocracia do gosto, reativa a um gosto comum. Está em andamento, neste caso, uma oposição entre cultura erudita e cultura popular entendidas enquanto antípodas. Esse processo atualizaria uma dinâmica de eleição e afirmação de centralidades através da instauração de algum modelo, de um padrão e da noção de normal, como também de seus reflexos em espelho: esboço, desvio, anormal. Atuando nesse diapasão, todo um mecanismo de julgamento, exame e avaliação, implicando a existência da soberania do juiz, de jurados e desdobramentos em prêmio ou castigo, constituiria atualização do tribunal de Deus.

Lima Barreto fez questão de afirmar seu descaso quanto a procedimentos que operariam com a noção aristocrática de elementos de distinção entre segmentos sociais. Em sua perspectiva, não deveria existir outro critério para abordar as criações artísticas do que o gosto subjetivo. Qualquer iniciativa de eleição de medida exterior ao gosto pessoal constituiria um arbítrio, um abuso. A própria desenvoltura e expansão dos sentimentos artísticos deveriam ser deixados livres, ao sabor

49 BARRETO, Lima. Revista da quinzena. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 31.

do próprio processo de desenvolvimento de cada um, rejeitando a instauração de referenciais a serem seguidos, de modelos a serem copiados, de exemplos a serem imitados.

Ao literato, caberia uma atitude de inquietude e continuada provocação, diante de quem o leitor não encontrasse a ocasião para adotar a cômoda postura de discípulo. O escritor deveria proporcionar ao leitor uma certa incomodação, um certo desconforto. Nada de enquadramento nem concerto, ao literato caberia instaurar ebulição e desconcerto, problematizando e não doutrinando. Por fim, ao literato competiria ainda questionar e não pedir adesão nem filiação. Sua incumbência deveria ser a de instaurador de inquietações, um insistente agitador e não um pedante condutor das consciências. E, mais que consciência, Lima Barreto evidenciou a relevância e legitimidade das emoções como um dos atributos individuais a nortear o gosto artístico de cada um, de modo a tornar totalmente inócua qualquer atitude executada a partir da referência a algum modelo ou código de soberania.

Na coluna seguinte, intitulada “Revistas e jornaes”, em ordem inversa da exposta no sumário, Antonio Noronha Santos comentou dois artigos: “O Cinematographo” de Remy de Gourmont, publicado no *Mercure de France* em 1º de setembro do mesmo ano, e “A cultura latina” de Ferrero, publicado no *Jornal do Comércio* em 28 de setembro do mesmo ano. No primeiro, o articulista destacou as análises críticas e festivas elaboradas por Remy de Gourmont quanto à invenção do “cinematographo”. Se muitos recebiam este invento com reservas e mesmo com hostilidade, o autor, que não deixou de registrar os limites e deméritos do “cinematographo”, também considerava as possibilidades positivas e validade de tal invento. Santos questionou se este

invento ameaçaria e eclipsaria outras expressões das artes, como o teatro, e respondeu que existe a probabilidade.

O certo, porém, continuou o autor, é que no “cinematographo” haveria a vantagem de clareza de exposição das ideias. Além do mais, em pouco tempo, se poderia conhecer diversas localidades. Com irreverência, o autor sustenta que, com o “cinematographo”, se poderia também assistir a peças de Shakespeare e, por ser mudo, não irritaria os tímpanos. Noronha Santos encerrou o seu artigo de louvação ao “cinematographo” com alguns dizeres de Remy de Gourmont.

Considerado sob o ponto de vista científico, o cinematographo é uma das mais curiosas e mesmo uma das mais bellas invenções do nosso tempo. Melhorado, tornar-se-ha um instrumento perfeito e verdadeiramente magico. Não ponho em duvida que nos dê um dia as paysagens com todas as suas côres, os matizes do céu e das florestas. Então conheceremos effectivamente a vasta terra até aos seus recantos mais inacessíveis e os costumes diversos dos homens virão se agitar deante de nós como um bando de dançarinas doces. Tiremos proveito delles. Bem tolo ou desprovido de curiosidade será quem desdenhar esses espetaculos.⁵⁰

Estas considerações em torno do “cinematographo” deixam à mostra um campo de evidente oposição existente pelo menos entre dois dos componentes do coletivo editorial: Antonio Noronha Santos, um entusiasta cauteloso do “cinematographo”, e Lima Barreto, um crítico severo deste ícone da modernidade. Esse posicionamento, recusando invenções modernas, levou muitos de seus comentadores e estudiosos a alocá-lo na quadrinha do “pré”:

pré-político, pré-conceituoso, pré-moderno. Só faltou pré-histórico. Mas isto findou sendo dito por outras vias. Sua crítica à república, cotejando-a com a monarquia e assinalando certa inferioridade da primeira ante a segunda, delineia antes um sarcasmo aos sentimentos de superioridade, nutridos por republicanos positivistas e adjacentes, e não uma nostalgia pelo império. Em diversos de seus escritos, Lima Barreto assinalou a intensificação da violência contra os segmentos populares perpetrados pelos governantes democráticos.

Em um de seus artigos, Lima Barreto enfeixa um conjunto de questões que informam sobre diversos aspectos do assunto exposto. Sua recusa à república e ao nacionalismo, a figuras proeminentes do republicanismo positivista brasileiro como a certos avanços tecnológicos são abordados em “O nosso cabocismo”. Soltou a férula de sua crítica ao general Rondon por ser militar e catequista. Se este era elogiado, inclusive havia anarquistas que admiravam suas iniciativas entre os indígenas, Lima Barreto é implacável em sua crítica a Rondon.

O General Rondon nunca venceu batalhas e não as vencerá, porque o seu talento é telegráfico. Não há general como ele para estender linhas de telégrafo; mas não há também general como ele para catequizar caboclos.

Até hoje, essa missão estava reservada aos religiosos de toda a espécie; mas foi preciso que o Brasil se fizesse republicano para que tal coisa coubesse aos oficiais do Exército.

Rondon catequista é um grande general e o general Rondon é um grande catequista.

Aí não é o sabre que cede lugar à toga; é a batina que se vê vencida pelo sabre.⁵¹

51 LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. O nosso cabocismo. In: _____. Toda Crônica: Lima Barreto. v. II (1919-1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende;

50 SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 35.

Lima Barreto, em seguida, desancou ácido diatribe afirmando que “o que o general Rondon tem de mais admirável é a sua fisionomia de crueldade. Vê-se nele sua vocação de ditador e ditador mexicano”.

Orlando Corrêa Lopes⁵², por sua vez, manifestou simpatia pelo general Rondon. Entendia que a ação do general, pelos interiores do país, era uma ação benéfica porque civilizadora. Uma perspectiva próxima à de Lopes, não em relação ao general mas aos indígenas, é apresentada no livro de autoria de Edgar Leuenroth e Hélio Negro⁵³. Neste livro, os autores dedicam uma pequena parte para tratar daqueles que denominaram “selvícolas”. Sucinta e rapidamente, os autores, tratando de soluções a serem implementadas numa sociedade libertária, afirmaram uma futura integração das sociedades tribais à sociedade nacional. Esta perspectiva atualiza medidas catequistas e universalistas. Os escritos de Lima vão à direção oposta desses salvacionismos.

Essa posição de crítica quanto à república positivista nascente foi comum entre os anarquistas. O folheto contra a imigração elaborado por Oresti Ristori⁵⁴ denuncia a permanência, nas fazendas de café no interior de São Paulo, dos mesmos expedientes utilizados contra os negros no período da escravidão. Pelourinho, ferros, tortura e assassinato por capatazes ainda vigoravam em plena República. Graco⁵⁵, em artigo publicado no *Germinal!*, denunciou

organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. 2. p. 32.

52 LOPES, Orlando Corrêa. Uma grande obra. Na Barricada. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 14-15, 01 maio 1915.

53 LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. O que é maximismo ou bolchevismo. São Paulo: [s.n.], 1919.

54 RISTORI, Oresti. Contra a Imigração. São Paulo: La Battaglia, 1906.

55 GRACO. O triunfo da iniquidade (?) – Os colonos, vencidos, voltam ao trabalho. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 maio 1913.

os procedimentos de escravização de indígenas no Brasil central por grandes fazendeiros.

A crítica barretiana ao feminismo sufragista aparece para alguns como um indicativo de misoginia. Seu posicionamento crítico do “cinematographo”, da ciência, do futebol, do telefone, dos bancos e do sistema financeiro; também crítico quanto à construção de arranha-céus e monumentos gigantescos no Rio de Janeiro, contra o modo de vida estadunidense, sobretudo no quesito utilitarista e megalomaniaco, se contrapondo ao fascínio dos brasileiros por aquele país, lhe valeram o epíteto “pré-moderno”. Sua posição contrária à derrubada das árvores e ao conjunto da flora da Baía da Guanabara, como com a vida dos animais, apenas acentuou o tom das definições estreitas em torno de seu pensamento.

Esses posicionamentos tinham ressonância em outros anarquistas. Maria Lacerda de Moura⁵⁶, em seu livro *Civilização – tronco de escravos*, criticou a técnica e ciência sob regime clerical do capitalismo e do estatismo. Os avanços da ciência e da tecnologia findam sendo direcionados contra o ser humano e contra a vida no planeta. Até mesmo a saúde física de todos é comprometida por uma série de fatores, dentre os quais o depauperamento físico por excesso de trabalho, a má alimentação, os alimentos adulterados ou envenenados. Estes aspectos do estado doentio dos organismos foram destacados por Oiticica na última parte de seu “Catecismo Anarquista”. Também os jornais *A Obra* e *A Plebe* publicaram artigos abordando temas de saúde física e métodos contraceptivos. O já citado livro *Amai e... não vos multipliqueis*, de Maria Lacerda de Moura⁵⁷, também aborda a questão.

56 MOURA, Maria Lacerda de. Civilização – tronco de escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

57 MOURA, Maria Lacerda de. Amai e... não vos multipliqueis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

CLANGOR ANARQUISTA

*Sonho escutar a turba de ouro
Da Liberdade! E ouvir em coro
A multidão!*

*Na orquestra viva do planeta
Retroar a rutila trombeta
Da redenção!*

*Cantai, clarins, rufai, tambores!
Sinfonizar os mil rumores
Fundindo os sons!
A longitroar, como ciclones,
Reboe o cobre dos trombones
E dos clarins!*

*Claras e cálidas clarinas
Entoai as músicas divinas
Clangorejai!
Sonoros hinos de alegria,
Dobras às glórias da Anarquia
Tãobadalai!*

*Louvai, enfim, o homem sem peias,
Sem preconceitos ou cadeias,
Liberto, incrível!
Na comunhão da humanidade
Tornando a terra, na verdade,
Melhor do que o céu!*

*A única vida, alegre ou triste,
É esta, pois outra não existe,
Outra não há.
Façamos por torná-la boa,
E ela, que em nós se aperfeiçoa,
Melhor será!*

*Abaixo o medo e a hipocrisia!
Para os niilistas a Anarquia,
Supremo Ideal;
É expiração da Humanidade
Livre, no seio da Irmandade
Universal!*

*O pão e o teto para todos,
Mas sem mentiras, sem engodos
Nem ódio algum!
Que a terra seja, a terra inteira,
A imensa, a eterna, a verdadeira
Pátria comum!*

*E, além do pão, além do teto,
Radiosamente brilhe o afeto
Abençoador!
Para que, em suas semelhanças,
Nasçam as flores e as crianças,
Ao sol do Amor!*

*Poetas, filósofos, artistas,
Nós todos somos anarquistas
Como Platão!
Porque a Beleza é a Liberdade,
Urânia, filha da verdade,
Mãe da Razão!*

Martins Fontes.

A Plebe - São Paulo - SP.

Ano 12 - Nº 254. 25.06.1927.

Página 02.

Florentino de Carvalho, no início de seu primeiro livro, assinalou a incidência de uma atmosfera doentia na civilização moderna atingindo a todos. A convergência de uma série de artifícios da modernidade tinha resultados catastróficos para o ser humano.

Vegetando como sapos á beira dos pantanos, onde se conglomeram todos os detritos, amalgamando-se nos centros industriaes e commerciaes por obra mágica da centralisação capitalista, não pode o homem, no presente regime, libertar-se dos torvelinhos sociaes, centro de gravidade do vírus infeccioso que enche a atmosfera e decepa vidas a granel.

Enormes parcelas illustram as estatísticas da mortalidade universal, causada pela tuberculose, pela syphilis e outras doenças de constituição social ou epidemica. E se a mortalidade acrescentarmos a produzida pelo serviço nocturno, pelos accidentes de trabalho, pela má qualidade dos alimentos e seu envenenamento, ou pela miséria, a que parcella assombrosa não atingirá o numero de victimas da nossa civilização?

E quão interessante não seria a elaboração de uma estatística da mortalidade resultante das doenças moraes, da nevrose, que prolifera sob o azorrague da tyrannia, do espesinhamento da dignidade individual, das determinadas pelo fanatismo religioso, pelas consequencias da guerra, das pugnas politicas e da lucta social?

Se sommarmos o número de victimas das enfermidades que têm a sua origem no artificio social, poderemos scientificar-nos de que ultrapassa – tendo em vista a classificação das doenças – o de muitas humanidades.

O doente é o typo normal; o sadio é a excepção.

Já não se trata de saber quantos doentes povôam a Terra – este “grande hospital”, – trata-se de saber quantas doenças soffre cada organismo humano, prematuramente mutilado, degenerado ou decomposto pela virulencia do morbus.⁵⁸

58 CARVALHO, Florentino de. Da escravidão à liberdade: a derrocada burguezia e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927. p. 8-10.

Maria Lacerda de Moura e Lima Barreto novamente convergem na crítica ao “cinematographo”. Através desta arte, os sentimentos chauvinistas, belicosos e predatórios da civilização eram cultivados. Neste livro, Maria Lacerda de Moura também condena a ciência que usa animais para experimentos com vivisseccção.

No quesito relativo à relação do ser humano com o conjunto da existência, Lima Barreto e Maria Lacerda de Moura, entre outros anarquistas, evidenciaram uma percepção que hoje é denominada ecológica ou naturalista. Florentino de Carvalho apresentou as descobertas de cientistas e filósofos em confronto com as concepções teológicas absolutistas. A religião estabelece uma centralidade, Deus, para toda a existência. Esta centralidade cósmica é projetada para as modalidades comportamentais humanas e extra-humanas. A negação da centralidade passa antes pelo ateísmo, desdobrando-se na igualização dos seres.

Finalmente, as modernas theorias da relatividade, da escola de Einstein, rompem os ultimos liames da concepção absolutista.

Em resumo, os novos valores scientificos alicerçam o atheismo e o materialismo sobre bases incommoviveis; naturalizam a concepção anarchista, que colloca o homem no plano de igualdade frente a todos os seres de que se compõe o Cosmos.⁵⁹

Alguns críticos não compreenderam Lima como antipolítico porque a negação da hierarquia lhes parece absurda e sem propósito, apenas um capricho de um idealista; intitularam-no antifeminista por não compreenderem sua crítica como restrita ao feminismo burguês. Este feminismo opera com os valores do patriarcalismo e pelas seduções da

59 CARVALHO, *op. cit.*, p. 180.

sociedade vigente, verticalizada e exploradora, elementos estes naturalizados na nossa vida social. Por fim, não compreenderam o desprezo de Lima Barreto só vem a corroborar o equívoco, ou insensibilidade, em definir o *outro* como “pré”. Lima recusava a ideia de fatalidade inexorável dos acontecimentos, procurando provocar nos leitores questionamentos e atitudes de insubmissão.

Em seus artigos, ao mesmo tempo em que procurava demonstrar sua percepção particular dos “melhoramentos”, “reformas” e “modernizações” postos em efeito no Brasil e no mundo pela classe dos governantes e pelas elites dominantes, buscava também elaborar uma escritura que atingisse profundamente o leitor. Sua intenção era a de contagiá-lo com a lógica argumentativa presente no texto, abalando-o de suas certezas, comodidade e letargia. Este contágio e abalo seriam mais bem-sucedidos na medida em que ele pudesse alcançar êxito na clareza da exposição de seus pensamentos e sentimentos. No próximo capítulo, voltarei a tratar de outras particularidades de Lima Barreto. Por enquanto, prosseguirei analisando outros momentos da revista.

No artigo de Ferrero, Noronha dos Santos evidenciou o sentido contrário à “germanomania” vigente à época e que se deveu à vitória alemã contra os franceses em 1870. É, sustentou o articulista, da cultura latina em comparação a alemã que tratou Ferrero, que a última se encontrava, na sua perspectiva, em desvantagem em relação à primeira, afirmando: “A proporção, a harmonia e a *synthesel*. Eis as três grandes qualidades que Ferrero descobre no espírito latino, e cuja ausência é notável no espírito anglo-saxônio-germânico.”⁶⁰

60 SANTOS, Antonio Noronha. *Revistas e jornaes. Floreal* – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 35.

A assimilação dos aspectos genuínos da cultura alemã foi seriamente prejudicada por uma absorção sem critérios de tudo o que fosse germânico a partir da vitória sobre os franceses. O autor cita o próprio Ferrero:

Certo é todavia, que se a 6 de Agosto de 1870, em Wörth e Spicheren – o que não era impossível – os Franceses tivessem batido os Allemães e a guerra de 1870 tivesse tido um resultado oposto, nós não teríamos assistido áquella especie de germanomania de foram accommettidas todas as nações da Europa, sem exceptuar, em dado momento, a Italia. Teríamos assimilado com maior discernimento tudo – e não é pouco – o que na cultura allemã é digno de ser admirado; não teríamos acreditado que em tudo que é allemão houvesse o germen antigo fructificado a uma superioridade inatingivel; não teríamos prestado a tantas cousas allemãs a homenagem de uma imitação por demais servil e para nós funesta.⁶¹

Ao fim desta citação, Santos acrescentou:

Colajanni já dissera alguma cousa semelhante, e a gente lembra-se dos urros cannibae de Anthéro do Quental, ao lêr as noticias das primeiras victorias prussianas. Era o triunfo pelo canhão, e pelo morticinio, da Cultura e do Pensamento germanico, sobre a Leviandade e a Frivolidade do espirito francez.⁶²

Assinalou logo em seguida, citando novamente Ferrero:

Ferrero restabelece a verdade: ‘A especialização das sciencias, por exemplo, fez crescer nos últimos annos a influencia das universidades allemães no mundo, ao passo que diminuiu a das universidades francezas. Não se descobriram muitas cousas novas, de importância decisiva, nas universidades allemães durante os últimos

61 *Ibidem*, p. 36.

62 *Ibidem*, p. 36.

trinta annos; se tomardes como exemplo a medicina, vereis que tudo quanto fizeram depois de 1870 os professores allemães não tem a importância do que fizeram sós, Clande Besnard e Pasteur.⁶³

Noronha Santos arrematou suas ponderações com as seguintes palavras:

E allude em seguida ao “genio synthetico e creador”; seria o caso de citar-se a resposta de R. Quinton a um inquérito sobre a influencia allemã, onde elle mostra que os creadores da biologia são todos francezes: Cuvier, Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire, Bichat, C. Bernard, e Pasteur, que fundaram successivamente a anatomia comparada e a paleontologia, a zoologia philosophica, a embryogenia, a histologia, physiologia e a microbiologia.⁶⁴

Em seguida, Santos expôs a simpatia cultivada, também por literatos do Brasil, pelo que denominou “germanomania”, com as seguintes reflexões: “A conferencia de Ferrero foi uma bella conferencia. Emquanto nos lembrarmos delle, não poderemos mais sonhar com a ‘Chanaam’ do Sr. Graça Aranha. Mas não estará por algum tempo inacessivel ‘por motivo de concertos?’”⁶⁵.

No quesito da noção de estética e de proporções, as perspectivas de Lima Barreto e Antonio Noronha Santos convergem. Lima Barreto, comentando a paisagem de Nova York como cenário de enormes edificações, afirma ser este um caso apropriado à topografia local desta cidade e não algo que deva ser copiado no Rio de Janeiro. Apesar disso, não deixa de criticar a existência dos arranha-

63 *Ibidem*, p. 36.

64 SANTOS, Antonio Noronha. *Revistas e jornaes. Floreal* – Revista bi mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 36-37.

65 *Ibidem*, p. 37.

-cêus e monumentos gigantescos como um despautério estético e arquitetônico.

Condições particulares de sua topografia obrigaram a cidade de Nova York a apelar para esses estafermos de inúmeros pisos; e não se verificando elas na nossa, antes pelo contrário, não tínhamos necessidade de enfeiar o Rio de Janeiro, com construções que a sua natureza repele.

O fundo do espírito americano é a brutalidade, o monstruoso, o arquigigantesco. Ele não tem o sentimento das proporções que toda a criação humana deve guardar, com o próprio homem. Desde que não sintamos essas proporções; desde que não possamos perceber uma relação oculta conosco e com as nossas forças normais, não sei como se pode achar beleza de um monumento, edifício, enfim, de uma civilização; e o sentimento que ela pode inspirar será de esmagamento e de opressão, sensações muito opostas à de beleza que é suave e macia.⁶⁶

Por fim, na última seção do primeiro número da revista, intitulada *Echos*, *é*, há rápidos comentários a aspectos do cotidiano de Santos Dumont, de Lauro Sodré e relativos à reforma da ortografia. Nestas notas, fez-se presente um tom irônico e de crítica ao assunto e às figuras em destaque. A irreverência e o sarcasmo em torno de personagens consagradas no cenário nacional, desancando o ar grave e sério como costumeiramente eram reverenciados, fizeram cair o sentido de solenidade dirigido a estas personalidades por conta do ridículo em que foram apresentados nas palavras-implosões de Lima Barreto.

Santos Dumont, chamado ironicamente de parisiense, e o senador Lauro Sodré, com a insistência em que o qualificativo “eminente” lhe fosse exclusivo nos jornais da imprensa comercial, foram objetos de dessacralização

66 BARRETO, Lima. O nosso “ianquismo”. *In: _____*. Um longo sonho do futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. 1881-1922. Rio de Janeiro: Graphia, 1993. p. 378-382.

através de notas ligeiras. A última nota colocou em discussão elementos evidenciando o caráter relacional da sociabilidade humana.

Os argumentos e apelos acerca das relações humanas, centrados em questões exclusivamente de economia, de uma racionalidade pragmática ou alguma outra dimensão do amplo espectro dos atributos humanos, foram arruinados diante de questões postas por aspectos da contingência da vida. Isso significa dizer que a racionalidade expressa no argumento da simplificação ortográfica e da economia que esta medida traria não possuía validade diante das relações concretas que teimavam em invalidar postulados lógicos de uma racionalidade pretensamente pura ou de algum utilitarismo restritivo. Vejamos, a seguir, a seção das notas do modo como estão dispostas na revista:

Os reformadores da orthographia acreditaram que pugnavam em prol de uma obra de simplificação e economia.

Não há quem a esse respeito tenha opinião contrária. Orthografia é muito mais simples e gasta menos letras do que orthographia; entretanto, ha um facto que desmente essa proposição, á primeira vista de tão forte evidencia.

Ao tratarmos da impressão desta Revista, o impressor avisou-nos que seria mais cara se usássemos a orthographia academica.

Com isto, não ha quem se opponha, a vantagem da economia levou um golpe profundo, e a de simplificação ficou um tanto abalada, quando nos disse tão sagaz profissional que a revisão na graphia reformada exigia tres, quatro e mais provas.⁶⁷

O primeiro artigo do segundo número, “Spencerismo e anarchia”⁶⁸, apresenta uma análise de caráter teórico comparativo dos

67 ECHOS, &. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 37-39.

68 ALMEIDA, M. Ribeiro de. Spencerismo e anarchia. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 9-10.

postulados anarquistas, de abolição imediata do Estado, com as ideias liberais de Spencer relativas à redução máxima do Estado a uma expressão mínima. O autor elaborou uma exposição do liberalismo de Spencer ao mesmo tempo em que problematizara suas ideias de limitação das funções das instituições estatais através de alguns questionamentos. Ao proceder dessa maneira, evidenciou a tendência ao monopólio das relações sociais inerentes às instituições governamentais.

O autor se referiu ao movimento de afastamento da hipótese favorável à existência de uma centralização social com a noção de “forças centrífugas” e o de afirmação desta centralização com a de “forças centrípetas”. O spencerismo persegue um equilíbrio ou uma situação intermediária entre estas duas forças.

O verso de J. Pereira Barreto⁶⁹ apresenta as conveniências sociais constringendo a subjetividade de modo a conduzi-la à imitação dos feitos corriqueiros. Há aqui a atuação de uma personalidade ativa, de uma subjetividade insubmissa, subvertendo os lugares comuns. O autor como que instiga o leitor à adoção de comportamento ativo, abandonando a resignação, comiseração e passividade. Há também o sentido de uma provocação nestas palavras, apontando para a instauração imediata de um dinamismo existencial em afirmação da singularidade de si próprio. Essas reflexões afirmam recusas de procedimentos anulando ou suprimindo a si, como postulado por transcendentalismos.

Em seguida, há a narrativa intitulada “História triste”⁷⁰, em que o autor abordou o dilema de uma moça exposta à violência e

69 BARRETO, J. Pereira. Face a face. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 11.

70 LARA, Carlos de. Historia triste. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 12-15.

exploração pelo seu próprio pai. Uma jovem de quinze anos se encontrava na situação de ter de se prostituir por conta da contingência de sua miséria e penúria. Lima Barreto, por sua vez, publicou em continuação *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*.

Antonio Noronha Santos, na seção Revista da quinzena, elaborou uma crítica à proposta de estabelecimento do sorteio militar obrigatório, em vias de ser adotada no Brasil. Numa perspectiva antimilitarista e num estilo narrativo jocoso, o articulista discutiu o processo de militarização de toda a sociedade proposto por representantes de estratos dominantes.

Esta constituiu uma temática abordada por diversos jornais anarquistas desde que foi aventada a proposta. Suas ponderações iniciam com uma explanação acerca da dificuldade no momento histórico da sociedade em se discutir questões relativas ao exército. Tratou também da adesão e defesa deste projeto por parte de literatos de projeção nacional. Esta instituição exercera papel decisivo na derrubada da monarquia e no estabelecimento da república. Daí o porquê de ser um assunto de difícil discussão.

A lei do sorteio – Todo o mundo sabe como é difficil entre nós discutir questões que interessam mais ou menos ao exercito. É memoravel o exemplo de M. e Albuquerque que soffreu uma valente refutação a golpes de espada, ao que elle retrucou com logica cerrada e um guarda-chuva protector, por ter repetido com outras palavras, o que Thomaz Ribeiro dissera no seu poemeto, ‘As novas Conquistas’ (Lisboa, 1864).

mais faz que espada ou lança, escopro e serra;
mais que mil arsenaes uma officina.

soldado e general é quem trabalha;

é mais condecorado o que mais faz;

D’ahi a hypocrisia com que foi atacada indirectamente a lei do sorteio, sem que ninguem, a não ser o mesmo escriptor acima citado, em tres artigos admiraveis publicados na ‘A Noticia’ se atrevesse a impugnar a necessidade do serviço militar obrigatorio – com ou sem sorteio, com ou sem insenções!

Ha inegavelmente grandes vantagens em ser brasileiro. Affonso Celso enumerou muitas dellas com louvavel facúndia no seu livro para presente de annos ‘Porque me ufano de meu paiz’. Esqueceu-se de uma das mais solidas, que é precisamente não estar o brasileiro sujeito ao pesado fardo do serviço militar.⁷¹

A crítica do autor prosseguiu, de maneira irônica e debochada, apontando a mania de mimetismo dos segmentos dominantes do Brasil em relação aos procedimentos adotados nos países europeus.

Esta curiosa lei do sorteio pertence á classe das leis panacéas, ultimamente tão em moda, e que tem por fim confessado reconstituir o nosso edificio social. Com as Universidades veríamos reerguer-se o tão abalado ensino publico: tres ou quatro reitores novos, e o Rio de Janeiro, S. Paulo, Bello Horizonte, transformar-se-iam instantaneamente em Berlim, Iena e Goettingen. Com a simples lei do sorteio, teríamos um poderoso exercito.⁷²

Santos levantou algumas objeções ao sorteio militar obrigatório no Brasil:

Mas a lei do sorteio tem graves defeitos, que desde logo foram apontados. Não é desnecessario repetil-os: creio que não foram ainda bem apprehendidos. É uma lei que vem ferir profundamente o brasileiro, e isto não póde ser posto em margem n’um paiz em que o ele-

71 SANTOS, Antonio Noronha. Revista da Quinzena. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 23.

72 SANTOS, Antonio Noronha. Revista da Quinzena. Floreal – Revista bimensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 24.

mento nacional está talvez senão seguramente em condições de riqueza inferiores ao elemento estrangeiro. A lei do sorteio viria aumentar este desequilíbrio economico. No interior, já sabemos pelo que se passava no tempo do Imperio, o que será a sua applicação. Recrutamento e sorteio são duas palavras synonymas no nosso vocabulario politico.

[...]

Há um grande engano da parte de muitos espiritos credulos e entusiastas quando supõem que nos paizes europeus o serviço militar é livremente acceto como um dever de todo bom patriota. É na realidade um peso fatigante, imposto como um mal necessario. Atravéz da ironia de um Courteline, comico profissional, sente-se a revolta contra a absurda disciplina dos quartéis. E mil outros escriptores trazem-nos o seu testemunho.⁷³

Santos lamentou, em seguida, a fatalidade da adoção da lei do sorteio militar obrigatório sem deixar de manifestar sua recusa a tal medida.

Eu já tive a illusão de que para alguma cousa nos serviria vivermos n'um paiz novo, de pouca cultura e mal civilisado ainda. Teriamos ao lado desta desvantagem positiva, grandes e reaes proveitos.

É uma illusão que se me vae fugindo aos poucos. Estamos fadados a absorver a civilisação européa pelos seus lados mais penosos e mais tristes.⁷⁴

Estas palavras denotam o sentido, não direi “pré”, mas, muito mais do que isto, “antimodernista” do autor. Da mesma forma que Lima Barreto, Santos recusava os acenos sedutores da modernidade, como os ovacionados processos de sofisticação das técnicas, a crescente standardização da cultura, etc., manifestando preferir uma existência fora da cultura e

⁷³ *Ibidem*, p. 24-25.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 26.

da civilização europeia, mas que fosse uma ausência prenhe de positivities porque afirmativa das singularidades individuais e coletivas. Criticando a inclinação da sociedade brasileira em reproduzir o modo de vida estadunidense, Lima, em um de seus artigos, escreveu:

Nós não estamos ficando surdos com as cousas americanas, mas estamos ficando cegos; e, na clássica imagem, somos, como as mariposas que a luz atrai, para matá-las.

Não temos o bom senso de repelir os grosseiros e megatéricos ideais americanos e ficar nós mesmos. O mundo não é sempre o mesmo, embora a sua substância possa ser uma e única; e os homens, portanto, não o podem ser e devem variar com ele.

Substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento é suicidar-nos.⁷⁵

Seu entendimento quanto da sociabilidade humana, como estabelecida na modernidade, não se apresentava favorável à livre emergência, cultivo e existência das particularidades, uma vez o espírito de imitação constituir o móvel de maior destaque no dinamismo social instaurado. A ênfase no papel da imitação na sociabilidade humana vem do conhecimento, comum entre os trabalhadores à época, do clássico livro de Gabriel Tarde⁷⁶ intitulado *As leis da imitação*. A discussão dos inconvenientes da lei do sorteio militar obrigatório evidenciou expedientes miméticos por parte de estratos dominantes da sociedade brasileira, plagiando leis de países europeus e dos Estados Unidos.

⁷⁵ BARRETO, Lima. O nosso “ianquismo”. In: _____. Um longo sonho do futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. 1881-1922. Rio de Janeiro: Graphia, 1993. p. 378-382.

⁷⁶ TARDE, Gabriel. *As leis da imitação*. Tradução de Carlos Fernandes Maia com a colaboração de Maria Manuela Maia. Porto: RÉ, [19--].

A BACANAL RÉGIA

*Mas do imenso Brasil na capital letrada
Em pleno Carnaval, a multidão delira,
No calor da volúpia ardente e alucinada
Do eterno Satanás da carne, em que se inspira...*

*No fundo coração do povo despertada,
Rijo contraste à dor daquela horrenda ira,
Renasce a geração grosseira e antepassada
No jongo e no cançã sensual, que a seduzira...*

*Aos gritos da peleja, onde os homens se matam,
Respondem neste instante os cantos que arrebatam
Com tamanha luxuria a turba folgazã...*

*Oh! triste humanidade estúpida e brutal,
Mais torpe és na nudez febril do carnaval
Ou na tragédia atroz do muros do Verdum?*

Paulo Araújo. **A Obra**. São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 14. 01.10.1914. Página 09.

A TIRANIA

*Ergue-se altiva, sobre um trono d'ossos:
Aure o cheiro de sangue com prazer:
Alegra-lhe a alma crua, a morte ver:
Com volúpia lacera os membros nossos.*

*Nos albergues sem luz, nos fundos fossos,
Onde os povos arrastam seu viver,
Vê, sem prazer, os prantos, o sofrer,
E, passa, rindo, sobre os seus destroços.*

*Escraviza, acorrenta a Humanidade,
Forceia por matar a Liberdade,
No sangue derramado dos seus crentes!*

*Susta, nas ósseas mãos, férreas cadeias,
Sem dó algema os pulsos e as ideias...
Té que acordem um dia os indiferentes...*

Florentino de Carvalho. **A Obra**. São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 01. 01.05.1920. Página 10.

***Germinal!* (1913)**

Germinal! é o nome de um jornal anarquista editado em São Paulo no ano de 1913. O título deste semanário, *Germinal!*, constitui uma alusão ao mundialmente conhecido romance social homônimo escrito por Émile Zola, que trata de um episódio de revolta vivenciado por trabalhadores de minas. Com esta designação, foram publicados outros periódicos em diversas localidades do Brasil⁷⁷. Dos vinte primeiros números coletados, faltou o oito; além do mais, boa parte dos exemplares adquiridos estavam incompletos, em que pese cada jornal ter apenas quatro páginas. Em compensação, existe um suplemento entre a publicação dos números seis e sete. Este suplemento, relativo ao primeiro de maio, fora publicado juntamente com outro jornal, *La Barricata*, uma associação de associações.

A intenção do coletivo editorial era a de publicar um jornal bilíngue, em português e em italiano, sendo quatro páginas escritas em português e duas voltadas para o operariado em italiano. O número de trabalhadores italianos era significativo, principalmente nas fazendas do interior de São Paulo. Contudo, esta intenção foi posteriormente avaliada pelos editores como implicando diversas dificuldades, mas mesmo assim, vários artigos foram publicados em italiano em todos os números do jornal.

A partir do segundo número, o jornal estampou como subtítulo sua definição na imprensa proletária: *jornal anarquista*. A publicação deste semanário fora realizada através da ação conjunta de vários trabalhadores. Rodolfo Felipe, do primeiro ao quarto número, ocupou a função de administração. A partir do

⁷⁷ Ver a este respeito: RODRIGUES, Edgar. Pequena História da Imprensa Social no Brasil. Florianópolis: Insular, 1997.

quinto número em diante, Florentino de Carvalho dividiu com ele as tarefas de gerenciamento do jornal, como redator. Pelo menos, o anúncio da redação a cargo de Florentino de Carvalho iniciou a partir do quinto número. Isso não significa que ele tenha iniciado sua colaboração com o jornal só a partir deste momento, mesmo porque, antes deste número, não havia a indicação do nome do redator.

A prática estabelecida entre os editores dos jornais operários definia o administrador enquanto responsável pelos assuntos financeiros relativos às assinaturas, vendas e distribuição do jornal. Ao redator, cabia coordenar a publicação das matérias, a elaboração de editoriais, anúncios e artigos sem assinatura. Uma espécie de articulador e porta-voz do grupo editorial, uma vez que o próprio redator publicava artigos assinados com seu nome ou com pseudônimos.

Entretanto, outros operários estavam, como de costume, juntos neste *experimento*. Em alguns momentos, houve cooperação com outro jornal anarquista, *La Barricata*, na publicação de alguns números. Além dos anarquistas citados acima, Hélio Negro, Adelino de Pinho, Gigi Damiani, Miranda Junior, Graco, Solárgeio Livre, Arsênio Bettencourt, Anhangueira, João Crispim, Zeferino Oliva, entre outros, escreveram regularmente neste periódico. Possivelmente o coletivo editorial estava entre esses trabalhadores.

O uso recorrente de pseudônimos dificultava, por vezes, a identificação dos anarquistas, apesar de alguns serem bastante conhecidos. Hélio Negro é Antonio Candeias Duarte. O estilo marcadamente interrogativo, didático e encadeado dos artigos de Solárgeio Livre, idêntico ao de Adelino de Pinho, sugere ser aquele um outro pseudônimo deste. João Crispim, Anhangueira, X, Florentino de

Carvalho, que assina artigos com as abreviaturas F. ou F.C., aparentam ser a mesma pessoa de Primitivo Raymundo Soares. Como era costume nos jornais operários, os artigos não assinados eram de autoria do redator, no caso Florentino de Carvalho. A letra “X” assinando algum artigo poderia ser um indicativo da pessoa do redator.

O mais consagrado biógrafo de Lima Barreto, Francisco de Assis Barbosa, afirma ser João Crispim um dos pseudônimos usados pelo seu biografado⁷⁸. Em que pese o fato da veracidade da indicação de Francisco de Assis Barbosa, há que se considerar a possibilidade do uso de um mesmo pseudônimo por diferentes autores. Como exemplo desta assertiva, Beatriz Resende, em nota de pé de página à recém-publicada coletânea de crônicas de Lima Barreto, afirma ter ele usado, em algumas revistas, o pseudônimo “Diabo Coxo”⁷⁹, ressaltando ter sido este um pseudônimo também utilizado por outros escritores.

Neste caso, alguns elementos apontam para a possibilidade de João Crispim do *Germinal!* não se tratar do escritor carioca. Em primeiro lugar, neste mesmo jornal, João Crispim assina um artigo intitulado “Episódios do Sagrado Coração de Jesus – Recordações de Outora”⁸⁰, em que registra ter estudado quando criança como externo neste colégio. O registro descarta a atribuição do pseudônimo João Crispim do *Germinal!* a Lima Barreto,

⁷⁸ BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto: 1881-1922. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1988. p. 226.

⁷⁹ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. Toda Crônica: Lima Barreto. v. I (1890-1919). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 48.

⁸⁰ CRISPIM, João. Episódios do Sagrado Coração de Jesus – Recordações de outora. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

uma vez ter ele passado sua vida no Rio de Janeiro praticamente sem ter se ausentado desta cidade. Entretanto, foi Primitivo Raymundo Soares quem estudou quando criança neste colégio⁸¹.

Considerando esse fato, em segundo lugar, João Crispim fez no ano de 1914 algumas viagens a diversas cidades pelo interior de São Paulo, representando os jornais *A Rebelião* e *La Propaganda Libertária*. Além destes jornais, representava também a COB e o Centro Libertário. Nestes deslocamentos, denominados por vezes em seus relatos como “excursão de propaganda”, realizou conferências, além de articular a formação de grupos de apoio a jornais e difundir a organização dos trabalhadores junto à COB.

Em terceiro lugar, consultando a série publicada por Edgar Rodrigues⁸² em torno de pequenas anotações de caráter biográfico de diversos anarquistas, não há menção a algum João Crispim. Este constitui um indício a ser considerado, uma vez o trabalho levado a efeito nos cinco volumes que relatavam e registravam episódios da vida e do pensamento de trabalhadores anarquistas de projeção no movimento operário à época.

João Crispim, apesar de ter se destacado escrevendo artigos e polemizando com companheiros, como Neno Vasco, quanto ao tema da relação anarquismo e sindicalismo, em vários números do jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador*, não foi alvo de registro nesta coleção de Edgar Rodrigues. Tomo este dado como mais um indício para considerá-lo

⁸¹ Sobre a vida e o pensamento de Florentino de Carvalho, ver: NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. Florentino de Carvalho – pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

⁸² RODRIGUES, Edgar. Os Companheiros – 3. Florianópolis: Insular, 1997.

um dos pseudônimos adotados por Primitivo Raymundo Soares.

Por fim, em quarto lugar, a construção analítica e argumentativa esboçada por João Crispim é muito semelhante à elaborada por Primitivo Raymundo Soares. Tomando como exemplo os debates em torno da organização operária e a análise do sindicalismo, os posicionamentos de ambos convergem ponto a ponto. Em rápidas palavras, a crítica ao sindicalismo enquanto expressão do capitalismo, portanto devendo também ser abolido quando da liquidação da organização capitalista e estatista da sociedade, é a mesma nos dois autores.

Ademais, a tessitura da escrita incluindo costumeiras referências a filósofos, cientistas e artistas, apresentando um significativo aporte teórico e filosófico para os temas abordados em seus artigos, o encadeamento argumentativo claro e sequenciado e, por fim, a forma de apresentação de seu pensamento utilizando, de maneira recorrente, da irreverência, da ironia e do deboche, é a mesma. O uso destes recursos estilísticos em seus escritos produzia o efeito de evidenciar o ridículo de aspectos específicos do assunto tratado, quer se tratasse de instituições e de seus representantes, quer se tratasse de postulados de alguma corrente do pensamento social ou de conceitos e posicionamentos de algum pensador em particular.

Florentino de Carvalho⁸³ escreveu um artigo todo escrito neste estilo chistoso e irônico que serve muito bem como demonstração do uso por ele feito da irreverência, do humor, da ironia e do deboche. O artigo em questão é único entre os seus escritos publicados na imprensa operária; o uso desses recursos literários geralmente acontecia de maneira pontual a fim

de ressaltar, através da irreverência, a nulidade de certos aspectos de seu objeto de análise.

Interessante destacar o tratamento dado pelo autor a uma instituição, a república, que afirmou sua legitimidade em confronto com a monarquia. O governo republicano é apresentado neste seu artigo enquanto mera variação da monarquia, em que pesem seus aderentes procederem a todo um alarido afirmando o estabelecimento de uma ruptura entre ambas as formas de governo. Ao mesmo tempo, a instituição do governo central possui proveiências da matriz religiosa cristã.

Anhaguerra, em artigo intitulado “O Brazil corre perigo”, elaborou críticas a dois jornais da grande imprensa da cidade de Santos, cujas matérias defendiam a aplicação imediata e rigorosa da lei de expulsão de estrangeiros. Segundo o articulista, alguns jornalistas incitavam o governo a expulsar todo e qualquer estrangeiro que fizesse a menor reclamação em torno da condição de vida e de trabalho no Brasil. De forma irônica, Anhaguerra sugeriu aos defensores da lei de expulsão estenderem o alcance desta lei até o parlamento italiano, “onde os deputados ousam sustentar que a vida do trabalhador no Brazil é análoga á do escravo, sem bem estar, sem direitos nem garantias de nenhuma especie!”⁸⁴.

Em outros trechos de seu artigo, lança mão de uma sutil e fina ironia, como no trecho acima citado, para criticar a lei de expulsão de estrangeiros, destacando seu caráter absurdo e sua arbitrariedade. Não quero sustentar, como critério definitivo para afirmação da autoria de textos, o princípio da identidade. Apenas arremato este elemento junto aos demais acima apresentados a fim de tentar desvendar, para melhor compreender as vicissitudes e os

contextos de elaboração, socialização e divulgação de saberes, como também a instauração de *experimentos* em sociabilidades libertárias realizadas num período histórico social delimitado na sociedade brasileira.

Essa possibilidade é bastante plausível. Para tanto, a compreensão da situação em que se encontrava Primitivo Raymundo Soares diante da repressão policial constitui informações necessárias para esse entendimento, auxiliando o esclarecimento da questão em particular. Pois, então, vejamos rapidamente a sua condição diante dos olhos atentos das instituições policiais naquele período, que não era das mais confortáveis.

Tendo sido expulso pela segunda vez do Brasil por causa de seu envolvimento com as greves de 1912 no estado de São Paulo, retornou clandestinamente da Europa. A fim de despistar os órgãos de espionagem da polícia, escreveu nas colunas de *Germinal!* artigos com seu verdadeiro nome, acrescentando deliberadamente a informação da localização de origem dos escritos como sendo Lisboa, em Portugal, cidade destino de seu segundo desterro. Ao mesmo tempo, escudava-se em variados pseudônimos para preservar sua integridade física e poder atuar na imprensa e demais atividades realizadas pelos movimentos operário e anarquista.

Um dado interessante a ser evidenciado neste contexto se refere à estratégia de despistamento dos órgãos de repressão. Primitivo Soares fora deportado do Brasil para Lisboa no ano de 1912. Tendo retornado ao Brasil clandestinamente, adotou a estratégia de atuar no movimento anarquista e nas associações classistas de maneira que sua presença não fosse notada. Pelo menos, procurou adiar o máximo possível a percepção de sua presença aos olhos dos governantes.

A imprensa serviu-lhe muito a este propósito de invisibilidade, próprio de estratégias de guerrilha. Nestes instantes, exemplos evidentes de estratégia guerrilheira: camuflagem, despistamento, confusão no adversário, dissimulação. Atuando com energia no Brasil, escondeu sua presença aos olhos discricionários dos governantes publicando artigos com seu verdadeiro nome e com a indicação de estar ainda em Portugal. Florentino de Carvalho já era um pseudônimo relativamente conhecido; daí a adoção de outros pseudônimos, através dos quais pôde continuar a colaborar nas colunas dos jornais e revistas operárias, entre outras atividades.

Esse quarto ponto se aplica ao caso de Anhaguerra, somando um detalhe que poderia ser menosprezado ou passar despercebido: trata-se do abandono deliberado da designação convencionalmente utilizada para se referir ao território nacional. Ao invés de utilizar a nomenclatura usual e fácil - Brasil, Anhaguerra e Primitivo Raymundo Soares repetidas vezes substituem-na por “terra de Santa Cruz”, “terra de Vera Cruz” e “Cruzeiro do Sul”. Foram os únicos, até onde pude verificar, a se expressarem assim neste particular. Analisando diversos livros, jornais, revistas e outros impressos, nenhum outro anarquista assim procedera. A expressão “vida de relação”, evidenciando o caráter relacional no dinamismo societário, assinala um sentido antagonista às concepções essencialistas, substantivistas, deterministas, reducionistas e maniqueístas, caracterizando uma expressão que também só aparece nos escritos de ambos.

De outras cidades, operários enviaram, mais ou menos sistematicamente, suas colaborações. Do Rio de Janeiro, José Oiticica, Domingos Ribeiro Filho, Astrogildo Pereira se destacaram. Os dois últimos tanto com

83 CARVALHO, Florentino de. Sua magestade o Governo. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 17, p. 1, 13 jul. 1913.

84 ANHAGUERRA. O Brazil corre perigo. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

seus verdadeiros nomes como com abreviações e sob pseudônimos. Astper e Asper são pseudônimos e abreviações de Astrogildo Pereira. Domingos Ribeiro Filho assinou com suas iniciais, D. R. F. ou da seguinte maneira: Dierre Effe. De Porto Alegre, Santos Barbosa enviou artigos de modo menos regular. Também foram publicadas matérias noticiando acontecimentos envolvendo trabalhadores de outros países.

Solargeo Livre⁸⁵ apresentou o objetivo do grupo editorial com a publicação de *Germinall!*. Seu texto manifesta a intenção provocativa deste *experimento*. Em seu estilo inquietor, lançou aos anarquistas questionamentos com a finalidade de provocar comportamentos ativos no que se refere à posição pessoal diante dos acontecimentos sociais envolventes.

Um aspecto particular neste assunto diz respeito à relação saber e poder. Neste artigo, como em tantos outros publicados com essa vibração⁸⁶, os articulistas apresentaram reflexões piores de ação, simultaneamente assinalando o poder da vontade. O foco das ponderações, contudo, incita à livre iniciativa e não à filiação. O leitor é instado a agir imediatamente, no local em que está, de maneira a tomar conta de sua própria vida. Nada de

representação nem esperas. Antes, muito pelo contrário, apresentação e instauração. Nada de adesão nem discipulado. Antes, muito pelo contrário, associação e singularidade.

Neste artigo, o autor remeteu à imediata desoneração da separação usual estabelecida entre estudiosos, eruditos e convenções sociais, hierarquizando intelectual e trabalhador que não teve acesso ao aprendizado da escrita. De início, o articulista foge de reafirmar o hábito convencional hierarquizando a ambos. No seu entendimento, o intelectual e os trabalhadores não letrados poderiam atuar de forma dinâmica e eficaz tanto na divulgação das ideias como no auxílio à manutenção do jornal.

Um dado interessante deve ser considerado na advertência feita pelo autor: ela também foi direcionada a pessoas que não dominavam os processos de leitura alfabética. Uma pergunta se mostra conveniente: de que modo este seu artigo alcançaria o trabalhador não letrado? Da seguinte maneira: os trabalhadores alfabetizados cultivavam o hábito de ler em voz alta jornais e demais impressos para os seus companheiros quando do intervalo para almoço nas fábricas e oficinas. Adelaide Gonçalves e Jorge Silva denominam este processo de “leituras coletivas” e de “leitura ouvida”, assinalando, em seguida, ter sido esta a ocasião para “o surgimento de novos lugares de sociabilidade operária”.⁸⁷

Este consistiu num dos modos coletivos de elaboração e socialização de saberes produzidos pelos anarquistas daquele período. Novamente, dinamismo *nômade* e instauração de *indisciplina* possuíam a qualidade de arruinar o convencional, este que define a fábrica enquanto espaço unicamente de produção de

87GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E.. A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 14.

bens, como também a escola enquanto único local possível para a educação.

De autoria do redator⁸⁸, que assinou com a inicial abreviada de seu primeiro nome, veio outra provocação aos anarquistas. A intenção manifesta neste artigo traduz uma vontade de inquietação, de maneira a que estes pudessem incrementar e intensificar suas atuações. O articulista apresentou as possibilidades de variação nas formas de ação que os anarquistas poderiam adotar sem apresentar um manual ou código universalista condicionante de atividades libertárias. Evidenciou, por fim, o caráter coletivo e horizontal a ser instaurado nos grupos, coletivos e associações, de modo a amplificar e potencializar o alcance de suas iniciativas.

Os editores elaboraram, como referido mais acima, uma avaliação da proposta inicial do jornal, concluindo por ser impraticável a continuação nos moldes projetados. Propuseram, em seguida, a mudança no formato do jornal, lançando uma nova proposta e ao mesmo tempo submetendo-a a análise dos anarquistas interessados. Solicitaram destes a manifestação da opinião particular a respeito.

Inicialmente estava clara para os editores a necessidade de opor à imprensa burguesa uma imprensa anarquista. Apenas desta maneira seria possível tornar visível à sociedade a perspectiva operária das questões sociais mais candentes, servindo o jornal como contraponto às versões dos acontecimentos divulgadas pela imprensa comercial. Importante assinalar este aspecto particular na intencionalidade dos editores: apresentar outra perspectiva aos acontecimentos sociais. Esta disposição sintetiza o entendimento em perspectiva, comportando diversas leituras quanto aos eventos

88 F. entre as massas. *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

sociais, procedimento em franco antagonismo com a ideia de relato da verdade do fato.

Encerraram o artigo com outra provocação, reafirmando a intenção do coletivo editorial em configurar um caráter coletivo àquela iniciativa jornalística. Desta maneira, a todos caberia a tomada de decisão e um posicionamento veemente nos assuntos referentes à elaboração e demais particularidades da confecção do jornal.

Esse apelo foi reforçado no número onze de *Germinall!*. O articulista⁸⁹ evidenciou, neste momento, a intenção do apelo em provocar os anarquistas a fim de que estes abandonassem comportamentos passivos, passando a adotar uma forma ativa para o conjunto de aspectos de suas existências.

A redação registrou, no número seguinte, a resposta de um anarquista de Santos aos apelos lançados. Na matéria intitulada “Respondendo ao nosso apelo”, o redator teceu alguns comentários evidenciando a sensibilidade dos anarquistas quanto ao assunto proposto e manifestando a intenção de tornar o jornal de semanal para diário. Esta mudança estava condicionada à convergência de esforços dos demais anarquistas interessados. O registro da resposta de outros anarquistas saiu publicado no número dezesseis sob mesmo título.

A ideia subjacente ao título do jornal diz respeito à divulgação do pensamento anarquista enquanto faz semelhante à sementeira, que depende da vontade e da iniciativa pessoal e não de alguma providência superior. A figura do *Germinall!*, de Zola, coloca em efeito o sentido de iniciativa e ousadia necessários à sementeira, nascimento e dissipação das ideias para as transformações sociais. Essas relações estão expostas logo no primeiro número do

89 APÊLO aos camaradas. *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 maio 1913.

85LIVRE, Solargeo. O QUE DEVEMOS FAZER – Aos anarquistas. *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 10 mar. 1913.

86OLIVA, Zeferino. POVO LIBERTATE! *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 06 abr. 1913. AURAS. Acordai Proletários! *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 5, p. 2, 13 abr. 1913. CARVALHO, Florentino de. A jornada de hoje. São Paulo, Edição especial do *Germinall!* e da Barricada, p. 1, 01 maio 1913. BUENO, J. M. Rebeldes, não submissos! *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 15, p. 2, 07 jul. 1913. PARA a solução de um problema. *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 16, p. 1, 07 jul. 1913. VILA, Tardo. De quem dependem os nossos direitos? *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 16, p. 3, 07 jul. 1913. SOARES, Primitivo. E' preciso escandalizar. *Germinall!* São Paulo, ano 1, n. 18, p. 1, 20 jul. 1913.

jornal através da escrita de Hélio Negro⁹⁰, cuja intenção é a de provocar especificamente os anarquistas a fim de implementar imediatamente ações de caráter libertário a partir do lugar em que se encontrassem.

Florentino de Carvalho⁹¹ dirigiu-se aos anarquistas provocando comportamentos iconoclastas e atitudes incisivas e libertárias diante do quadro social envolvente. Fazendo uso de imagens e metáforas, definiu sua concepção de liberdade enquanto realizações constantes, abarcando tanto uma direção das relações sociais mais amplas como também atitudes no cotidiano.

A difusão da liberdade por todo o conjunto da vida social encontra-se, em sua perspectiva, intimamente associada a uma prática libertária imediatamente instaurada nas relações pessoais. Isso significa dizer que a liberdade é um exercício contínuo a ser instaurado na medida das vontades pessoais. O dinamismo proposto, enfim, não exclui, antes liga estreitamente os campos das relações interpessoais, coletivas e de agrupamentos de maiores dimensões.

A luta em si já realizaria o ideal de vida libertária. Ao mesmo tempo, a passividade, a pusilanidade e a adaptação às convenções socialmente estabelecidas traduzem a derrota e, por consequência, a confirmação e manutenção do quadro social de dominação e exploração. Por sua vez, uma subversão constante afirma o sentido de combate e de luta pela invenção, alargamento e aprofundamento da liberdade individual e coletiva. Nesta direção, nada de garantias de acomodação e sossego, nada de promessas de quietude e segurança. Antes, muito pelo contrário, constante in-

90 NEGRO, Helio. Os anarquistas scepticos. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

91 CARVALHO, Florentino de. Os cavalheiros do Ideal. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 13, p. 1, 15 jun. 1913.

quietação e contínuo enfrentamento a fim de instaurar, no imediato, desde os campos mais íntimos de cada pessoa, relações libertárias, igualitárias e solidárias. Nesse seu escrito, conjugou a análise da questão social com uma narrativa poética.

A oposição à imprensa burguesa consistia numa das justificativas esboçadas pelos anarquistas a fim de fundarem e divulgarem jornais e revistas. A imprensa comercial apresentava sistematicamente acontecimentos de conflitos sociais a partir de uma perspectiva expressamente favorável às classes dominantes. A visibilidade da questão social, das condições de vida e de trabalho dos segmentos produtores e das análises e propostas formuladas pelos anarquistas impunha-lhes a criação de seus próprios instrumentos de comunicação social.

Só desta maneira haveria a possibilidade de tornar socialmente perceptíveis as análises e proposituras sociais dos anarquistas. Por sua vez, a imprensa anarquista se constituía ao mesmo tempo um meio de crítica à sociedade sobre a situação do trabalhador, o combate social, o registro histórico, a orientação de ideias, a expressão e fomentação das artes e, sobretudo, a instauração imediata de um modo de vida libertário, criando, sem espera pelo futuro, novos costumes.

O caráter multilateral desses *experimentos* ficou evidente em um artigo escrito por Florentino de Carvalho, no qual ele delimita o seu entendimento sobre uma imprensa anarquista; e, ao falar sobre as características de uma imprensa anarquista, ele diz muito mais sobre outras questões.

A imprensa anarquista

Inimigos de todas as leis, de todos os regulamentos, de todos os programas; mente aberta a todas as idéas ou pensamentos elevados, irra-

diados pela luz do livre exame, não podemos circunscrever-nos a uma estrita concepção encerrada nos moldes de determinada escola filosófica ou sociológica.

Podemos, sim, ter mais simpatia por esta ou aquela tendencia, este ou aquele metodo de luta, mas, tratando-se de investigação e de propaganda, é um disparate seguir o método unilateral. Todos os meios que não estiverem em conflicto com os nossos principios devem ser empregados na luta pela nossa causa.

Entre estes meios alguns ha que, á primeira vista parecem contrarios ao Ideal.

A revolução armada, o atentado, o incendio, o sabotage, a grève, a manifestação pública, a organização operaria, são meios mais ou menos violentos, antepostos á nossa idéa de paz e de harmonia.

Muitas revoluções e todos os atentados tiveram por fim reprimir monstruosidades praticadas pelo Estado e pelo capitalismo, quando não puderam ir mais longe.[...].

A relativa liberdade que hoje gozamos deve-se a essas revoluções, a esses atentados. O sabotage e as grèves parciais ou gerais, são tambem factores que refreiam o galope burguês, disputando, para o operariado, as melhores condições possíveis de existencia, tanto politica como economicamente.

Para promover as grèves e as revoluções, melhor seria que, em vez das sociedades de classes, se constituíssem numerosos grupos de acção e de propaganda em cada classe; mas, para isso não existe a suficiente preparação revolucionaria entre o operariado. E a organização de sociedades operarias produz-se fatalmente, determinada pelo próprio sistema capitalista. O que se torna necessario, portanto, é orientar as sociedades de forma que preparem os trabalhadores para a formação desses grupos, que são o esboço da sociedade futura.

A manifestação pública, que para muitos representa um ajuntamento de barulhentos, é antes do que o livro, o panfleto e o jornal, o melhor meio de transformação da opinião pública, porque traz ao mesmo tempo a divulgação da idéa e a afirmação pratica, embora relativa, do sentimento que a torna viváz e respeitavel. E nestas manifestações surgem, com frequência, grandes

movimentos de revolta, que fazem tremer os dirigentes do regime burguês. [...].

Como os nossos principios não preconizam *a não resistencia ao mal pela violencia*, somos consequentes com eles, mesmo empregando os meios violentos.

Voltando á questão da organização operaria, direi que se nós não a inspirarmos nas nossas tendencias, ela tomará outro rumo, constituindo-se no mais poderoso obstaculo ás nossas aspirações, como acontece na Alemanha, na Belgica e outros paizes.

Se popularizarmos o nosso ideal e não o praticarmos destruindo moral e materialmente a sociedade presente, ele será sempre uma bela utopia.

Todos esses meios estão concordes com o fim que se persegue, e, em vez de seguirmos exclusivamente a escola de Stirner, de Proudon, de Kropotkine, etc., temos que propagar, com as reservas da propria opinião, as diversas escolas, propagando e afirmando a Anarquia, abreviando a hora da Revolução.

Esta é a orientação que, entendo, deve seguir a imprensa que, sem outros adjetivos se intitula anarquista.⁹²

Seu escrito colocou em atividade um intenso dinamismo de contínuo deslocamento das concepções enrijecidas pelas definições absolutistas e dogmáticas que procediam à cristalização do movimento operário e anarquista a uma ou de outra expressão específica do pensamento libertário. A contingência da situação do momento, e não o estabelecido por alguma teoria ou pressuposto filosófico, político, religioso, moral, etc., deveria constituir o elemento preponderante para uma definição do método de ação social a ser adotado em cada situação concreta. Esta mesma ausência de princípio absoluto funcionaria também em relação à elaboração de análises dos fenômenos humanos.

92 CARVALHO, Florentino de. A imprensa anarquista. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 15, p. 1, 29 jun. 1913.

A disposição de considerar os acontecimentos em sua efemeridade e enquanto condicionantes para a escolha das estratégias de atuação na sociedade, como também na proposta de ausência de filiação teórica ou filosófica, diz muito da sua concepção de “vida de relação”, referida inicialmente. Abandonou-se deliberadamente, nesta perspectiva, o princípio substantivista ou postulado essencialista, como colocado em efeito nas diversas abordagens da questão social a partir da perspectiva disciplinar, como por enfoques sistêmicos.

A propósito da crítica à imprensa burguesa, diversos artigos publicados em alguns números do jornal apresentaram variadas perspectivas analíticas destes periódicos. No artigo apresentado a seguir, Astrojildo Pereira teceu reflexões, num tom debochado e sarcástico, sobre o jornalismo praticado pela grande imprensa. O articulista demonstrou o caráter de porta-voz ministerial do jornalismo da grande imprensa. Em que pese o ar de imparcialidade e transparência presentes no relato de acontecimentos sociais, o jornal burguês criou matérias distorcendo as informações, apresentando versão favorável aos setores dominantes da sociedade.

Humorismo jornalístico-ministerial

Eu entrego a roupa suja á lavadeira, uma vez por semana. Às sextas-feiras, pela manhã. Por isso, nesse dia aziago, eu costume comprar um jornal para embrulhar as minhas escassas camizas. E desde que O Imparcial apareceu, eu prefiro comprar O Imparcial. A lavadeira foi quem me induziu a essa preferência:

— O papel d’O Imparcial é mais resistente... não se rasga á toa... Eu aproveito para trazer a roupa lavada...

Era razoável. Era convincente. Decidi-me a comprar, O Imparcial. E toda a sexta-feira o vendedor me deixa um dreadnought na janela...

Ora, ante-hontem, ao enrolar a roupa, eu encontrei, na terceira pagina dessa folha, este titulo berrante, cobrindo cinco columnas: A solução do problema da carestia da vida. O meu estomago refletiu: “Muito bem. Aqui está a solução.” E gemeu para a cabeça: “Convem ler isso...” A cabeça concordou: “Sim. Logo eu leio. Agora não tenho tempo...” Arranquei, pois, a terceira pagina. E, á noite, li-a. Com verdadeiro interesse... A vida anda pela hora, da morte. Viver é um dilema difícilimo. O povo, desesperado, já desceu para a rua, disposto a resolvê-lo na praça publica... No entanto, ó santa simplicidade, a solução ali estava, em boa letra de fôrma, exposta aos famintos meetingueiros!...

Li em voz alta, para que o estomago escutasse. O estomago ouvia, muito sério. Mas lá do fim da primeira columna em diante, eu notei um certo movimento nas tripas. Ellas se torciam. Já no meio da segunda columna, não aguentaram mais, eu notei um certo movimento nas tripas. Ellas se torciam. Já no meio da segunda columna, não aguentaram mais: rebentaram... Rebentaram ás risadas... Oh! não vos espantei, criaturas que não tivestes oportunidade de saborear tão chistosa solução! Não vos espanteis! Ouvi: eu vos afirmo que as minhas tripas estavam am perfeito juizo... Torceram-se com razão. Riram-se com razão. Porque aquilo constituia uma esquisita peça humorística. Era uma pagina requintada de superior humorismo... Tão esquisita, tão superior e tão requintada, que eu não quero privar aqueles de vós que a não gozaram, duma idéa de tão divertida solução... Eu trarei, para aqui, os topicos mais interessantes do curioso documento. E comental-os-emos a caráter, si isto for do vosso agrado.

Preparai, pois, o coz das vossas calças...

[...]

Em certo ponto da entrevista, o espirituoso repórter traz á baila os nomes de Karl Marx, de Kropotkine e de Réclus. E diz que s. ex. o sr. ministro Pedro de Toledo “não deve sequer um olhar de espanto em face de tais monstros.” E’ uma prova de que o sr. de Toledo é um velhote de uma corajem estupenda... E o repórter ajunta: “Uma sombra de tristeza passou-lhe, no entanto, pela face.” Isto é de se adinhar. Está claro que um ministro de Estado não ha

de ter explosões de alegria ao ouvir os nomes de “tais monstros...” E o sr. Pedro de Toledo entra a falar de Réclus, de Kropotkine e de Karl Marx. Parece que s. ex. fez uma formidável refutação a estes “tais monstros”. Eu digo “formidável” com o sentido de “ministerial...” Uma refutação ministerial em vinte linhas de uma interview é, de certo, formidável. Tanto mais formidável quanto, em tão pouco espaço, viza destruir as afirmações colhidas durante longos estudos e explanadas nos “capítulos incendiários da Conquista do Pão” e das paginas revolventes da “Evolução e Revolução.” Já é poder de sinthez! O repórter, porém, não se atrapalha, e interrompe o entrevistado, ponderando que os “tais monstros” fazem as suas reclamações “atravez de fogueiras de nitro-glicerina...” Ao que acrescenta o singular sociologo-ministro: “Desgraçadamente é assim! Chegam ao extremo de condemnar o trabalho!” O sr. Pedro de Toledo é incompatível com semelhantes doutrinas. S. ex. tem um trabalho colossal em mandar estudar os meios mais práticos de plantar abóboras e de criar suínos; s. ex. quasi nem tempo tem de contar os magros vencimentos que a pasta lhe proporciona; s. ex. cançã-se, duas vezes por dia, em subir e descer as escadarias do ministerio, s. ex... é um grande trabalhador... Por indole. Por educação. Por convicção. E, sobretudo, por um amor inato ás batatas, e aos repolhos, e ás vacas, e a tudo emfim o que concerne á agricultura e artes correlativas... Está visto, pois, que s. ex. não se poderá conformar com tais doutrinas que condemnam o trabalho... o trabalho, que é uma religião de que s. ex. é um dos magnos sacerdotes... Não!... Não, e não, e não! Mil vezes não!...

O repórter, mais uma vez, interrompe s. ex., e qualifica essas doutrinas de “extravagancias literárias”. O sr. de Toledo faz uma frase! “A humanidade só poderá ser remodelada pelo amor que gerou”. Os posterios que tomem nota. A frase é digna de ser gravada no pròvavel monumento que ha de perpetuar a memoria do conspícuo cidadão... S. ex. acha ainda que essas “extravagancias literárias” são exajeros “calcados no odio, que alucina...”

Um pouco adiante, o reporter pergunta:

— V. ex acredita na pureza do sentimento que tem produzido tais incendios literários? S. ex. responde com uma outra frase: — “Os maiores

crimes teem sempre uma origem sã...” A frase é cabalística. Mas, ao lado da “extravagancia e incendios literarios” de Kropotkine e Réclus, convenhamos que é duma profundez filozofica e scientifica incomensuravel...

S. ex. entra, depois, a falar do cooperativismo. O sr. Pedro de Toledo é um ardente propagandista do cooperativismo. A sua preocupação maxima è inundar o Brazil, pelos montes e pelos vales de cooperativas de consumo, de produção e de credito. Na cooperativa está a solução da carestia da vida. A carestia da vida é a logica e natural rezultante da falta de aproximação entre produtores e consumidores, isto é, das dificuldades de comunicações comerciais dificuldades que permitem a multiplicação dos intermediarios”. O remedio para este mal é o seguinte: “Os lavradores e os industriais agricolas, que abastecem um determinado centro (Rio, S. Paulo, Bahia, Pernambuco, etc.), reúnem-se em cooperativas de consumo (cooperativas municipais ou distritais), confederam-se numa cooperativa central com séde em qualquer daqueles centros...” e pronto: está acabada os males existentes e por existir. A cooperativa é o elixir da felicidade...

Comico? Mas para que compreedais bem o espirito dessa historia, é preciso que saibas as leis e os regulamentos que regem as cooperativas propagadas pelo sr. Pedro de Toledo. Ora ouvi... Diz o regulamento dos sindicatos agricolas approved pelos decreto n. 6.332 de Jundo de 1907, no seu art. 1.º: “E’ permitida a organização de sindicatos agricolas, que para efeitos legais, são as associações formadas entre profissionais da agricultura e industrias rurais de qualquer genero, para a defeza dos interesses de ordem economica, social ou moral, comuns aos associados.” Muito bem. Quereis, agora, quais são os “profissionais da agricultura e industrias rurais”, que devem formar as cooperativas, para “defeza de interesses comuns?” Lêde o art. 4.º do mesmo regulamento: “Consideram-se profissionais para todos os efeitos da lei: — O proprietario, o cultivador, o arrendatario, o parceiro, o criado de gado, o jornaleiro, e quaisquer pessoas empregadas em serviços dos prédios rurais, bem como a pessoa juridica cuja existencia tenha por fim a exploração da agricultura ou outra

indústria rural.” Esses são os “profissionais de interesses comuns...” Não é de rir? Diante das “extravagâncias literárias” de Kropotkine, não há outro partido a tomar. Discutir é inútil. Os ministros, aliás, não discutem: fazem leis... E lei é lei. Tem que ser cumprida. Para os que discordarem, aí estão as baionetas, como argumento supremo...

[...]

ASTROJILDO PEREIRA

Rio, 2 3-913.⁹³

A hilaridade do jornal burguês é sua destacada característica, conclui o autor. Os anarquistas, por sua vez, foram alvos de desqualificação por parte da grande imprensa e o autor rebateu estas assertivas no sétimo parágrafo do texto acima endentado, sustentando ser o anarquismo resultado de longos e aprofundados estudos da sociedade.

Florentino de Carvalho⁹⁴ manifestou sua indignação com os procedimentos adotados pela imprensa burguesa de aberto combate ao movimento dos trabalhadores. Os expedientes utilizados por esta imprensa eram, quando forçada a sair do silêncio quanto à situação precária e miserável do trabalhador, a calúnia, a difamação e a injúria. João Crispim⁹⁵ analisou um jornal da grande imprensa santista, destacando o papel levado a efeito por este periódico no que se refere à repressão à federação operária daquela cidade.

A imprensa comercial fora apresentada, em boa parte das análises, como ocupando uma posição de destaque na preparação da população para a instauração de processos arbitrários e violentos dirigidos pelos governan-

93 PEREIRA, Astrojildo. Humorismo jornalístico-ministerial. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 16 mar. 1913.

94 CARVALHO, Florentino de. MACACOS! *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 13 abr. 1913.

95 CRISPIM, João. O jornalismo dos ladrões, assassinos e incendiários. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 20 abr. 1913.

tes contra a classe trabalhadora. Helio Negro⁹⁶ manifestou sua indignação contra governantes e jornalistas da grande imprensa, pois em seu entendimento, a ação conjunta destes dois segmentos tornava eminente a possibilidade de expulsão de trabalhadores.

O editorial do primeiro número de *Germinal!* apresentou, num tom de incontida revolta, o tema da lei de expulsão de estrangeiros, assunto que atravessou todos os números seguintes. Três tópicos foram problematizados pelo articulista neste artigo: a afirmação divulgada pela imprensa burguesa de que todos os anarquistas eram agitadores estrangeiros, a passagem da monarquia para a república realizada na vaga da abolição da escravatura e, por fim, o terceiro afirma a que segmento social o articulista, Miranda Junior, se dirige⁹⁷.

Ananguerra⁹⁸ escreveu artigo logo em seguida ao de Miranda Junior tratando do mesmo tema. A partir de análises de dois jornais da grande imprensa comercial, o autor criticou a violência da lei de expulsão como também o servilismo de jornalistas desta imprensa. Para ele, a grande imprensa estampava, com cortes e distorções, de forma truncada e abundante em má-fé, artigos e manifestos elaborados pelos trabalhadores e publicados na imprensa operária.

Além disto, incentivaram o recrudescimento da repressão governamental sobre os trabalhadores com o argumento de que “O Brasil corre perigo” por conta, justificavam, das agitações de estrangeiros tidos como malevolentes. O autor, em certo momento de seu

96 NEGRO, Helio. Aos governantes e jornalistas brasileiros – palavras liais. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

97 MIRANDA JUNIOR. Entendamo-nos. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

98 ANHAGUERRA. O Brasil corre perigo. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

escrito, concordou com a afirmativa expressa por jornalistas do *Correio da Manhã* e do *Diário Popular* de que o Brasil estava em perigo, discordando, porém, de que eram os “estrangeiros anarquistas” as causas deste perigo.

A conferência de Helio Negro⁹⁹ destaca o papel da imprensa comercial na apresentação à sociedade dos problemas sociais relativos à crise econômica. O conferencista demonstrou o favorecimento a políticos e financeiros por jornalistas ao procurarem eximi-los de sua responsabilidade diante do quadro social em que os preços dos gêneros de primeira necessidade eram constantemente majorados. O autor criticou jornalistas da grande imprensa que acusavam os trabalhadores de não apresentarem reflexões apontando soluções para a carestia da vida.

No seu entendimento, a monocultura do café prejudicava a oferta dos gêneros alimentícios para a população. O desdobramento disso era o lucro cada vez maior dos fazendeiros e prejuízo tanto dos trabalhadores rurais como dos trabalhadores da cidade. Uns e outros não eram beneficiados neste contexto. Se o preço do café subia, isso não significava aumento dos salários nem redução do preço dos alimentos. Antes pelo contrário, o crescimento dos lucros implicava a diminuição do poder de compra dos trabalhadores.

Os políticos, por sua vez, somavam com os financeiros e fazendeiros no empenho de intensificar a exploração sobre o trabalhador. As leis impostas visavam não solucionar a questão social de modo favorável ao produtor, mas antes impor-lhe restrições a seus protestos. Respondendo aos jornalistas quando afirmaram serem os trabalhadores desprovidos

99 NEGRO, Helio. A carestia da vida – Financeiros e politiquieiros. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 23 mar. 1913.

de propostas de solução ao problema da carestia da vida, o articulista rebateu indicando as soluções dadas pelos trabalhadores; advertiu serem tais propostas inaceitáveis ao patronato e aos governantes. Isso porque resolver o vasto problema da questão social passava necessariamente pela abolição da propriedade privada e extinção do Estado.

O requisito para tais acontecimentos era a organização dos trabalhadores em associações de classe com fins de implementar ações diretas contra o capitalismo e contra o Estado. Só o produtor organizado poderia por termo ao regime de exploração e dominação vigente. Não haveria que esperar por ações beneficentes ao proletariado, através da providência governamental, uma vez estes serem diretamente interessados em que o quadro social baseado na exploração não apenas permanecesse, mas, mais que isso, fosse aprimorado.

O redator¹⁰⁰ elaborou uma síntese das condições de vida do trabalhador no Brasil. Arrematou, num manifesto dirigido aos “povos de todos os países”, acontecimentos relativos à aprovação da lei de expulsão de estrangeiros, à deportação de trabalhadores e anciãos para as regiões inóspitas do Brasil central, à reação violenta dos fazendeiros sobre os colonos somados com o não pagamento devido dos seus salários e o saque de seus pertences, além da escravização de trabalhadores por endividamento.

No final do manifesto, apresentou algumas reflexões e provocações direcionadas à população trabalhadora a fim de que ela própria pudesse incrementar ações diretas contra a ordem das coisas. As palavras de apresentação do manifesto demarcaram suas

100 MANIFESTO aos Povos de todos os países. Em prol dos princípios de humanidade. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 11, p. 3, 31 maio 1913.

intencões de provocação ao leitor. Este não deveria entender o texto como apenas uma resenha de fatos aterradores e merecedores de uma repulsa estritamente subjetiva. Este sentimento deveria se desdobrar em atitudes libertárias e solidárias.

Outro artigo, ainda neste mesmo número, noticiou o efeito na Europa da divulgação de notícias registradas pela imprensa operária relativa à situação do trabalhador no Brasil. O articulista destacou a repercussão naquele continente da circular elaborada pela COB no Brasil e lá distribuída. Registrou também a reação de representantes do governo brasileiro como também de jornalistas da imprensa comercial. Ambos reclamavam da circular e das conferências realizadas na Europa por delegados da COB, afirmando serem exageros que denegriam a imagem do país no exterior. O articulista rebateu tais afirmações, tecendo comentários aos jornalistas e aos representantes do governo brasileiro.¹⁰¹

Os editores¹⁰², com a preocupação de oferecer maiores subsídios às associações operárias europeias acerca da situação dos trabalhadores no Brasil, estamparam no quarto número de *Germinal!* estratos de artigos da imprensa comercial os quais referendavam as notícias e denúncias veiculadas pela imprensa operária no Brasil, pela COB e por conferencistas expulsos do Brasil. Em outro número do jornal, os editores¹⁰³ publicaram informações acerca de milhares de mortes de trabalhadores.

101 AS LIBERDADES no Brazil. Efeitos da Lei de expulsão – “LA BARRICATA” em Paris – Conferencia em Madrid. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 30 mar. 1913.

102 NOTÍCIAS alheias – A situação dos trabalhadores no Brasil – A imprensa livre da Europa. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 4, p. 1, 06 abr. 1913.

103 NOTÍCIAS alheias – A imprensa livre da Europa e aos emigrantes – O cemiterio dos trabalhadores – 16.000

Na sequência desses artigos, os editores¹⁰⁴ publicaram alguns rápidos artigos noticiando alguns episódios de arbitrariedades por parte dos agentes do patronato. Essas narrativas, descrevendo acontecimentos em diversas localidades, municiavam as associações operárias na Europa com informações acerca do cotidiano do operariado nacional ou estrangeiro no Brasil. A denúncia da continuação do sistema escravista no Brasil república ganhara formas mais definidas com a divulgação das violências rotineiras e sistemáticas impostas pelos governantes e por uma milícia particular do patronato sobre os trabalhadores.

Os editores¹⁰⁵ publicaram, repetidas vezes, acontecimentos relativos à condição do trabalhador a partir de artigos divulgados na imprensa comercial. Eram informações que, veiculadas através de periódicos ligados aos segmentos dominantes da sociedade, davam conhecimento de eventos de exploração e violência a que, com recorrência, os proletários eram submetidos. Num outro artigo, na sequência das denúncias acerca das condições de trabalho dos colonos nas fazendas no interior do estado, há o registro de acontecimentos com trabalhadores deportados para regiões inhóspitas no Brasil.

OS DEPORTADOS

Baurú acha-se invadido por uma enorme quantidade de homens e mulheres que, esportados pela policia da Capital, para a Noroeste, da melhor forma possível regressam a esta cidade e, faltando-lhes por completo todo e qualquer recurso para regressarem a sua procedencia esta-

operarios mortos! *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

104 A COMPANHIA docas e seu pessoal – Uma reclamação. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

105 HORROROSA escravatura operaria no Estado do Paraná. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 10, p. 1, 24 maio 1913.

belecem suas residências nas ruas e nos prédios em construção, fazendo deste pobre Baurú o teatro das suas exibições de miserias, de pouca vergonha e embriaguez.

Todos os dias, desde manhã até a noite, de porta em porta aparecem pobres velhos estrangeiros e nacionais, pedindo uma esmola para poderem regressar a S. Paulo ou Santos.

No dia 25, dois generosos passageiros da Noroeste, encontraram na estação Presidente Alves, dois velhos, um italiano e outro brasileiro, quasi sucumbindo a fome; condoídos com tão infeliz sorte os dois cidadãos socorrerem os desgraçados e pagaram-lhes as passagens até Baurú.

Quasi diariamente da linha Noroeste chegam noticias de que grupos de vagabundos deportados assaltam as casas das turmas de conserva afim de saciarem a fome.

No Estado de Mato Grosso, a força federal destacada em Tres Lagoas, não admite a entrada destes deportados e elles, abandonadonados [*sic*] pela policia de S. Paulo ficam pela linha, pelos distritos e pelas povoações, vivendo miseravelmente, de esmolos ou de roubos.

Isto é por emquanto; mais tarde seremos obrigados a publicar factos mais graves, provenientes deste povoamento correcional.¹⁰⁶

Os editores registraram também a situação de extrema exploração e violência sob a qual vivia a criança trabalhadora. Em artigo, denunciaram um caso particular em que o patrão de uma fábrica, além da intensa jornada de trabalho a que eram submetidas as crianças trabalhadoras, impunha-lhes a redução do salário quando da mudança do turno noturno para o diurno. Os protestos e as recusas destes pequenos operários foram respondidos com repressão e arbitrariedades da policia. O articulista iniciou o artigo marcando diferença do jornalismo feito neste periódico com o da imprensa comercial, afirmando ser o jornal

106 OS DEPORTADOS. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

burguês favorável ao patronato enquanto *Germinal!* procurava apresentar a perspectiva dos trabalhadores.

GUERRA SOCIAL

Gréve na fabrica de tecidos de Nemi Jafet

Os trabalhadores desta fábrica, situada no Ipiranga, acham-se em gréve.

Porque?

O jornalismo burgues já forneceu as melhores informações favoráveis ao patrão.

Vejamos as nossas:

Obrigado pelas circunstancias o patrão resolveu suprimir a turma de meninos que trabalham á noite.

Meninos de 8 anos trabalhavam mais horas de noite do que anos teem de vida: desde as 6 horas da tarde até as 6 horas da manhã, por um formidavel salario de 400 a 600 reis, que seguramente sobra para tomar um coupo de agua.

Esta turma passou a trabalhar de dia mas o patrão achou que os meninos iam fazer a America em pouco tempo e resolveu reduzir-lhe o salario.

Em consequencia os meninos disseram-lhe que nessas condições fize-se ele o serviço.

A negativa dos menores foi tomada pelo burgues como falta de educação e tratioude forçal-os a trabalhar a tiro.

Os operarios calmaram com a sua digna atitudo a furia do heroe, pelo que no dia 22 quando voltaram ao trabalho encontraram a fabrica cercada pela policia, a qual não permitia a entrada a nenhum operario e ameaçava a todo o mundo com as suas armas de *boa gente*.

A fabrica não tornaria a abrir-se emquanto os menores não aceitassem as condições patronais.

Em vista disso os opperraios apresentaram uma tabela de salarios exigindo o aumento de 20% sobre os atuais salarios e o horário de 10 horas de trabalho.

A policia, para manter a ordem, espancou, sem motivo, o operario Francisco Trubillano Garcia

e outro, que protestou contra o espancamento dos meninos.

No dia 24 os milicianes prenderam e maltrataram brutalmente 3 operarias. Não existe os suplícios que anteriormente se aplicavam aos escravos. Simplesmente os instrumentos de torturas estão modernizados.¹⁰⁷

Graco, ao elaborar reflexões demolitoras sobre o caráter violento, classista e explorador do Estado e de instituições afins, abordou outras questões relacionadas. Iniciou o artigo demonstrando o papel da imprensa comercial na manutenção e reprodução das relações sociais de domínio e exploração. À imprensa burguesa, caberia o papel de formadora da opinião pública, apresentando alguns assuntos de maneira favorável às classes dirigentes e, simultaneamente, relegando ao esquecimento certos assuntos, sempre de acordo com os interesses em jogo.

Abordou também o tema das leis sociais ou protetoras, apresentando-as enquanto instrumentos de controle, manipulação e acomodação dos trabalhadores. Isso porque significaria um campo de esperanças sobre o qual o proletariado, acreditando em sua eficácia e validade, adotaria posturas resignadas, na esperança de uma mudança futura. Enfim, a lição do artigo aponta para a nulidade da lei uma vez que, entre o que ela determina e sua aplicação, existe uma distância astronômica. Apontou, por fim, o papel subserviente da imprensa comercial, para a nocividade do Estado e de instituições convergentes com a intenção de governar a população. Ao mesmo tempo, os destinos dos trabalhadores foram afirmados como estando unicamente nas mãos dos próprios trabalhadores.

107 GUERRA social – Grêve na fabrica de tecidos de Nemi Jafet. Edição especial do *Germinal!* e da *Barricata*. São Paulo, p. 4, 01 maio 1913.

Conducta do govêrno

e do Patronato Agrícola.

A “Gazeta” e outros jornais diários, andam com olofotes em procura de argumentos para defender a conducta do govêrno e do Patronato Agrícola; e nesse trabalho desempenham-se afanosamente, porque cada aparente composição declamatoria das virtudes governamentais vale varias libras esterlinas. O serviço é feito por empreitada e, por isso, á falta de argumentos, de cada disparate fazem uma “luminosa” inspiração para o seu postulado, negociado no mercado da consciencia e da dignidade.

Ha muito tempo que o govêrno rouba dinheiro ao pôvô, aos escravos que aqui vegetam e morrem de fome, ou se suicidam por falta de trabalho, e com o fruto desse roubo subvenciona as companhias de navegação, para estimular a negociata, a falcatura, e conduzir para aqui milhares de familias de escravos brancos e entrega-las aos fazendeiros, para que as explorem miseravelmente.

Se os fazendeiros fazem actualmente um pedido de 9000 familias é porque a maioria das que, iludidas, caem nas fazendas, tratam de fugir rapidamente para salvar a pele.

O Patronato Agrícola foi creado para favorecer os fazendeiros em suas explorações contra os colonos.

Pouco importa que, pela Lei Federal n. 6.487 de 27 de março de 1907 torna-se privilegiada a divida proveniente de salarios de operarios rurais, e esta lei e o Decreto Estadual n. 1.299-A, de 27 de dezembro de 1911, traçasem a orbita das diferentes atribuições dessa nova instituição burocrática.

A lei é um pretexto para organizar comanditas de individuos cuja obra é obrigar os pobres a fazer o que convem aos interesses dos ricos.

Os legisladores fazem a lei, e os encarregados de executa-la fazem o que muito bem entendem, ou o que os argentarios lhes mandam fazer.

As leis protectoras são mais um insulto atirado á face dos trabalhadores.

As atribuições do Patronato eram, entre outras, “intentar e patrocinar causas para cobranças de

salarios agricolas e para o fiel cumprimento dos contractos segundo a legislação vigente”.

A’ “Gazeta” não lhe consta que em Ribeirão Preto os “lavradores” – que lavradores! – se negassem a retribuir os serviços dos colonos.

Até no Polo Norte se sabe que os 140 colonos ha pouco expatriados, não receberam os seus salarios. Só receberam dos “lavradores” a promessa de que sómente depois da colheita se trataria disso.

A única verdade publicada pela “Gazeta” é que o “Patronato Agrícola” se conduziu rigorosamente de acôrdo com as regras extruturais e os moldes genesiacos que presidiram á sua organização.

Esta é a única verdade, porque os contratos são totalmente desfavoraveis aos colonos. O conjunto das bases do contrato resume-se, para os contratados em DEVERES, OBRIGAÇÕES E MULTAS.

Os moldes genesiacos da organização do Patronato são os mesmos do regime capitalista, e teen por fim intensificar a exploração e coagir os trabalhadores rurais, como as sociedades patronais das cidades teen por fim estender a exploração e oprimir os operarios.

Os trabalhadores do campo e nós tambem, temos no Patronato Agrícola mais uma instituição escravista a combater e destruir.¹⁰⁸

Massena, partindo da narração de um episódio em que um juiz proibira a crianças o exercício da profissão de cantores com a justificativa de ser esta atividade exaustiva e de, principalmente, ser uma atividade imoral, teceu críticas a esta postura do magistrado. Nesta direção, problematizou os posicionamentos apresentando como crítica o fato de a existência da superexploração do trabalho infantil nas fábricas e oficinas se dar com a total anuência e tolerância das autoridades. Mais que tolerar, as autoridades se empenhavam na conservação da situação de violência e

108 GRACO. Conducta do govêrno e do Patronato Agrícola. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 12, p. 2, 08 jun. 1913.

exploração infligida às crianças. Através de um diálogo fictício, o articulista levou aos limites a lógica proibicionista dos magistrados, por ser, de um lado, insensível e, de outro lado, preconceituosa. A moral convencional oferece o material para o estabelecimento desses convencionalismos.

DÙVIDAS

Tambem nós somos inimigos irreductivéis daqueles que, em proveito proprio, exploram a infancia, obrigando a a trabalhos excessivos ou visivelmente imoraes. E assim, o acto do “digno” promotor publico, tentando impedir que duas creanças continuem a cantar no Politeama, mereceria todos os nossos aplausos, si não nos assaltassem algumas dùvidas que desejamos ver esclarecidas pelos competentes:

- Póde a justiça social impedir que os menores exerçam uma profissão qualquer, sob o pretexto de que essa profissão é antiigienica, exaustiva e imoral?

- Si, póde, porque deixa a justiça pública que milhares e milhares de menores lentamente se asfixiem e lentamente morram nas fabricas de tecidos, nas oficinas de costura, nas fundições, nas minas, nos armazéns, sob a carga excessiva de um trabalho implacavel?

- Ora, respondereis, essas profissões são apenas mortíferas, ao passo que o teatro é imoral! São os precalços da pobreza. Quem mandou nascerem pobres essas crianças? Pouco nos impota que elas morram nas fabricas, contanto que arrebetem de acordo com as regras de nossa infalivel e respeitabilissima Moral!

- Mas a moral è uma coisa relativa, muda com os logares e com os tempos; qual é pois a medida, qual o critério, qual o codigo da imoralidade? A nosso vèr, por exemplo, a profissão de cantor público nada tem de imoral, como julgais! Ainda hontem vimos no Politeama senhoras e cavalheiros respeitaveis que certamente lá não iriam si a profissão daquellas crianças tivesse alguma cousa de vergonhoso ou desonesto. E, digamos de passagem, achamos mais desonesto, mais dissolvente do carater popular, o pernicioso

so exemplo do tão aplaudido Geraldo, sujeito robusto, que podia ser útil á humanidade e que no emtanto prefere, sem que ninguém proíba, viver suavemente cantando cançonetas brejeiras!

- Mas, tal profissão é exaustiva, retrucareis; imagine só isto de ficar uma criança até meia noite sem dormir!

- E' suavissima, dizemos nós, comparada com o duro ofício dos tecelões, das lavadeiras, dos pedreiros, dos carregadores e tantos outros.

- Mas è uma exploração dos pais vadios, que não querem trabalhar!

- E tendes certeza de que as outras não o são? E achais que os pais não têm o direito de, aproveitando a aptidão especial, revelada pelos filhos, para uma carreira suave e rendosa, dastina-los desde cedo a esse ofício, preparando-lhes um futuro relativamente feliz?

- Fóra da moral não ha felicidade, direis.

- Pois bem, mas acaso o ambiente de uma fabrica é mais moral do que o de um teatro? Parece um paradoxo, lêde porém as vivas descrições dos escritores naturalistas, que procuram representar a vida tal qual ela é, e vereis que a horrível promiscuidade das fabricas, associada à ignorancia das crianças e á brutalidade e estupidez dos homens, gera ali os vícios mais baixos, mais precoces, mais assustadores que a humanidade jamais viu.

Consideramos o jornal como um campo neutro onde todas as opiniões livremente se debatem, para que desse mesmo conflicto possa surgir a rutilante Verdade; e assim não será para extranhar que alguns dos nossos dignos colaboradores manifestem opiniões diametralmente opostas a estas. Mas é bem possível que muitos desses nossos ilustres e amáveis letrados, os quais tão gentilmente se confrangem perante aquelas duas meninas que ganham a vida cantando, tenham passado indiferentes e felizes ao pé das horríveis fabricas, dos perfidos matadouros, onde, não duas, porém milhares de crianças, transformadas em maquinas humanas, se estiolam e arrebetam sob o jugo, onde, não duas, porém milhares de crianças, transformadas em maquinas humanas, se estiolam e arrebetam sob o jugo de um trabalho assassino!¹⁰⁹

A situação dos trabalhadores das fazendas também era de extrema exploração e violência. Homens, mulheres e crianças viviam sob um domínio tão intenso quanto o da antiga escravidão negra. O tratamento dado aos reclames e protestos dos colonos era o mesmo dispensado aos escravos negros antes da abolição da escravatura. O articulista registrou a continuidade dos hábitos dos antigos negreiros explorando, controlando e punindo, com torturas ou assassinatos de trabalhadores. Mesmo o trabalhador dócil e colaborador não escapava aos abusos e arbítrios dos fazendeiros.

GRÊVE DE COLONOS EM RIBEIRÃO PRETO

A revolta vai tomando maiores proporções

A grève dos colonos de varias fazendas do municipio de Ribeirão Preto, longe de declinar, estende-se a outras fazendas, tomando um caráter geral.

São conhecidas a causas deste movimento: é sabido que os colonos não podem continuar os trabalhos da lavoura, por que as condições em que se encontram não lhes permitem adquirir os alimentos necessarios para poderem trabalhar.

Os fazendeiros, e com eles o Patronato Agrícola, dizem que os colonos estão em melhores condições do que ha cinco ou seis meses, quando assinaram os contratos, visto que a carestia da vida lhes é favoravel, pois podem vender a carne de porco, o milho, o feijão e outros legumes, por preços mais elevados.

E' sabido que, em contratos escritos ou verbais, os fazendeiros prometeram ceder uma pequena parte de terra para o cultivo do milho, feijão, legumes, etc.

Ainda que estas promessas ou contratos fossem cumpridos, os colonos ver-se-iam mal para adquirirem os primeiros elementos; mas o certo é que estas promessas ou contratos falharam por

completo, porque os fazendeiros não permitem que os colonos disponham de um palmo de terra, para o seu uso particular.

Por tanto, o toucinho, o milho, o feijão e outros cereais ou legumes, que estes haviam de vender, para ganharem alguma cousa, são obrigados a compra-los nos armazéns dos fazendeiros, a preços impossíveis.

[...]

Os fazendeiros, secundados pelo Patronato, não querem saber dos compromissos contraídos com os colonos.

Um correspondente burguês, nada suspeito de agitador, afirma que o aumento de salario reclamado pelos colonos não compensaria as perdas que eles tiveram com as plantações. Outra fonte de receita, ou de roubo descarado, é a das multas. Só na fazenda de Valdemiro Pinto Alves, foi um colono multado em 150 mil reis, por ter hospedado, em sua casa, durante uma noite, um seu irmão que havia tomado parte em uma grève, no mes de maio do ano passado.

Por qualquer pretesto, os administradores, por ordem dos patrões, impõe multas a granel, extorsionando miseravelmente o esforço, o trabalho sobreumano, até das crianças de 7 ou 10 anos, que trabalham sob o sol ardente e sob a fria chuva ou a geada, desde a madrugada até a noite.

Para os fazendeiros a vida dos colonos não é digna da menor atenção. O mercado humano é abundante. Por isso, e apoiados pelo Patronato Agrícola, afirmam que não devem ceder, e resolveram, em uma reunião realizada no 1.º de Maio, em R. Preto, não atender absolutamente nada ás reclamações dos que, para eles trabalham, e constituir uma liga de resistencia, que terá por fim influir sobre o governo para reprimir todas as revindicações dos colonos, estabelecer condições peiores para os seus escravos brancos, e bases vexatorias, como por exemplo a de que nenhuma fazendeiro aceitará colono algum que não haja terminado o trabalho na fazenda que tenha abandonado; devendo este apresentar uma caderneta de filiação e conducta, como se fosse um criminoso.

Como os patrões temessem uma revanche dos colonos, tratados a chicote como nos tempos do tronco, e com a propósito de provocar um

incidente que desse ensejo a um massacre, mandaram ocupar as fazendas militarmente e insultar os grévistas.

Ao menos isto é o que se desprende do resultado das diligencias policiaes. A imprensa tem cumprido o seu dever de defender os fazendeiros e atacar os colonos, o que não nos admira, porque já o fazia antes, defendendo o brutal regime de escravatura que terminou em 13 de Maio de 1888.¹¹⁰

Uma “Nota interessante” foi publicada logo em seguida ao artigo sobre as greves de trabalhadores rurais. Nesta nota, o articulista focalizou a incidência de uma extremada violência e exploração sobre o trabalhador dócil. Não apenas o trabalhador insubmisso, contestador e rebelde, mas todos, mesmo os que se esforçavam em colaborar com o patrão e seus administradores, viviam à mercê das arbitrariedades e dos abusos.

Nota interessante

Para que todo o mundo se scientifique da bela forma em que são tratados os colonos, mesmo os de procedimento exemplar... e para que sirva de exemplo aos que tratam de conquistar a simpatia dos administradores e patrões, apresentamos ao colono Giuseppe Capelini, trabalhador na fazenda do sr. Soletic Arruda na zona de Bebedouro.

Este colono presenteava o administrador com a metade da sua colheita particular, para conquistar-lhe a simpatia.

Este ano, porem, a colheita foi quasi nula e não lhe foi possível repartir com o administrador.

Como consequencia viu se, ele e a sua familia, perseguidos pelo administrador: A sua horta foi arrasada pelos “camaradas”.

Queixou-se ao agente consular italiano e recebeu como resposta algumas verdades: que o

109 MASSENA, J. Dúvidas. Edição especial do Germinal! e da Barricata. São Paulo, p. 3, 01 maio 1913.

110 GRACO. Grève de colonos em Ribeirão Preto. Germinal! São Paulo, ano 1, n. 7, p. 1, 10 maio 1913.

fazendeiro e o administrador tinham o direito e podiam espancar e matar, tanto a ele como a sua família, por que a lei estava da parte deles.

Reclamou ao chefe de polícia, Sampaio Vidal, 15 dias de trabalho, sem resultado.

Tentou embarcar para queixar-se ao cônsul em S. Paulo e na estação foi preso, estando dois dias na cadeia, sem comer.

Ao mesmo tempo, a sua família estava encarcerada na própria casa, cercada por capangas armados.

O administrador entrou na sua residência e seqüestrou-lhe o contrato.

Finalmente fugiu e apresentou-se ao Patronato “qualquer coisa”, e este mandou-o voltar para a fazenda.

Entregou 200 mil reis a um advogado para que tomasse a sua defesa, e não viu mais nem a defesa e muito menos os 200 mil reis.

Agora encontra-se sem dinheiro e com a família seqüestrada.

Só falta que lhe seja aplicada a lei de expulsão por rebelde e agitador exaltado.

Melhor lição não a pode dar nenhum mestre.¹¹¹

Em dois artigos, os redatores trataram da derrota dos trabalhadores rurais. No editorial ao nono número de *Germinall*, os editores documentaram a derrota da greve dos trabalhadores rurais. Esta foi uma ocasião para análise do evento, procurando retirar-lhe as lições. Há, neste texto, uma outra denúncia: trata-se da existência de escravização sistemática de indígenas por fazendeiros em plena república. O articulista descreveu as estratégias utilizadas por fazendeiros para conseguir prender e escravizar índios no Alto do Rio Doce: distribuição gratuita de bebidas alcoólicas entre os indígenas e, após estarem embriagados, fácil aprisionamento e escravização.

111 NOTA interessante. *Germinall*. São Paulo, ano 1, n. 7, p. 1, 10 maio 1913.

O triunfo da iniquidade (?)

Os colonos, vencidos, voltaram ao trabalho

O ipopótamo capitalista triunfou mais uma vez sobre a resistência proletária.

Os fazendeiros, cavalheiros distintos e “humanitários”, viram com gáudio como os colonos declinaram o seu talante subversivo e retomaram pacificamente o trabalho, trabalho fecundo que produz o rico cereal, fonte de riqueza e de progresso da agricultura, do “bem estar” e “da prosperidade da Nação”.

Os senhores LAVRADORES estavam no seu direito zelar pelo -----¹¹² dos trabalhos agrícolas, e a justiça estava de sua parte, reconhecida pelos próprios colonos; tanto é assim que voltaram ao trabalho, “arrepentidos” de haverem-se rebelado contra os seus beneméritos patrões e protectores, que lhes facilitaram pão (pão) e trabalho.

A coalizão de todas as forças da burguesia, envolveu os camponeses grevistas num círculo de ferro.

A represália dos fazendeiros, a campanha da imprensa, os atropelos e ameaças da polícia, o auxílio prestado pelo governo aos patrões, e os conselhos de calma se passividade com os representantes régios gelaram as energias dos revoltados, foi superior á inteligência e à força dos vencidos.

[...]

Quem ler a imprensa mercenária, em sua maioria ou em grande parte escrita por adventícios, pensará que os burgueses, que tanto maltratam os trabalhadores estrangeiros, guardam todas as suas amabilidades para os filhos desta terra; não saberá que o patriótico govêrno prende, deporta e massacra trabalhadores brasileiros para defender a exploração e os interesses de empresas italianas, francesas, inglesas, ect., e que protege os selvicolas fusilando-os e tomando posse das suas terras, reduzindo-os depois a escravidão.

Veja-se este botão de amostra, que extraímos dos jornais do dia 14 do corrente.

“Uma pessoa chegada do Alto Rio Doce infor-

112 Palavras ilegíveis.

ma que alguns fazendeiros daquela localidade, não dispondo de colonos e trabalhadores para as suas roças, obrigam os índios a trabalhar.

Para atrair os indígenas, esses fazendeiros colocam perto das “malocas”, varios objectos de quinquilharias; em seguida fornecem cachaça aos índios, prendendo-os quando estes se acham completamente embriagados.

Nas fazendas, os índios são obrigados a trabalhos excessivos e castigados rudemente como nos tempos da escravidão.

A mesma pessoa disse ainda que tanto as quinquilharias como a cachaça são pagas pelo Ministério da Agricultura, ao qual são apresentadas contas sobre essas despesas”.¹¹³

O artigo é finalizado com um chamamento para que os trabalhadores incrementassem as suas associações, engrossando o movimento reivindicativo e contestador. Todas as conquistas sociais, assinalou o articulista, se devem à organização dos trabalhadores e não a algum pendor humanista ou filantrópico dos patrões e governantes. Numa breve nota, o redator¹¹⁴ registrou o resultado da derrota sofrida pelos colonos no movimento peditista: a vingança dos fazendeiros, promovendo a expulsão de muitos trabalhadores rurais.

Sobre a lei de expulsão de estrangeiro, os editores tiveram o cuidado de tornar público o texto desta legislação. Além de estamparem trechos de artigos publicados na imprensa comercial e em artigos noticiando acontecimentos em diversas localidades, denunciando as arbitrariedades das forças da ordem sobre os segmentos populares, os editores disponibilizaram os artigos e parágrafos normatizadores da deportação. A divulgação do conteúdo da

113 GRACO. O triunfo da iniquidade (?) – Os colonos, vencidos, voltam ao trabalho. *Germinall* São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 maio 1913.

114 EFEITOS da greve de colonos de Ribeirão Preto. *Germinall* São Paulo, ano 1, n. 10, p. 1, 24 maio 1913.

lei era endereçada tanto à sociedade nacional, em particular aos trabalhadores e às classes populares, como à sociedade europeia, sobretudo às associações operárias.

Os editores também publicaram, ao longo de alguns números do jornal, a legislação que regulamentava a entrada de imigrantes no país. Desta série de artigos, encontrei apenas dois¹¹⁵. Os editores procederam a uma apresentação dos artigos da lei, acrescentando-lhe rápidos comentários, reforçando a interpretação estampada desde o título do artigo: a imigração de trabalhadores brancos da Europa enquanto novo mecanismo para uma nova escravidão. Processo este que os editores faziam questão de enfatizar: gestado, promovido e sustentado pelas instituições democráticas e liberais da recém-fundada república brasileira.

Escravidão Moderna

Regulamento de trafico de escravos para a Estado de São Paulo

Art. 82 – Cumprido o control (*contados como carneiros*) e recebido as respectivas bagagens o diretor da Hospedaria atestará a exatidão da entrega dos emigrantes e das suas bagagens, mencionando as faltas constatadas, entregando o atestado ao representante dos introdutores (*para que receba do governo a importância da venda dos escravos caçados na Europa*).

Art. 43 – O governo, quando julgar conveniente para fomentar a emigração (*a trata de brancos*) concederá subvenções ás companhias de navegação que facilitem bilhetes *de atração*, de passagem a preços reduzidos; aos emigrantes que se dirigirem a este Estado e desembarquem no porto de Santos.

Art. 72 – O governo poderá emitir, mediante

115 ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de trafico de escravos para o Estado de São Paulo. *Germinall* São Paulo, ano 1, n. 5, p. 2, 13 abr. 1913. ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de trafico de escravos para o Estado de São Paulo. *Germinall* São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 maio 1913.

acordo com as companhias de navegação, bônus para bilhetes de chamada de imigrantes para os trabalhos (*mortíferos*) agrícolas assalariados, (*que em vez de salário receberão vexames e violências*) ou para núcleos coloniais (*peiores do que as fazendas*) em conformidade com as disposições do presente regulamento.

Art. 8 – As empresas de (*expolição*) agrícolas ou de colonização como também aos particulares que introduzem a sua espensa neste Estado, emigrantes aptos para o trabalho agrícola, seja como assalariados, ou como concessionários de lotes coloniais, poderá o governo retituir em parte ou em total, a importância dispendida na aquisição de (*escravos*) bilhetes de passagem de 3ª classe, desde o porto de embarque a Santos, sempre que sejam observadas as disposições do presente regulamento.

Quer dizer que se antes de 13 de Maio de 1888 os fazendeiros tinham que comprar à sua custa, os escravos que precisassem para o serviço da sua lavoura, ou trabalho da empresa, hoje adquirem gratuitamente o rebanho humano, para toda classe de trabalho.

Já é progresso.

CONCLUSÃO.¹¹⁶

Os temas privilegiados de *Germinal!* foram dois: a lei de expulsão de estrangeiros, proposta pelo deputado paulista Adolfo Gordo; e a alta do custo de vida naquele período. A lei de expulsão de estrangeiros fora aprovada no ano de 1907, um ano depois do primeiro Congresso Operário Brasileiro, e sofrera alterações de conformidade com o crescimento das agitações operárias seguidas aos dois congressos seguintes. Nos anos de 1913 e 1919, realizaram-se, no Rio de Janeiro, o segundo e terceiro congressos respectivamente, ao que o movimento operário sentia recrudescer a reação governamental através, simultaneamente,

116 ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de tráfico de escravos para o Estado de São Paulo. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 maio 1913.

da intensificação das leis antianarquistas e do aprofundamento da repressão policial.

O argumento basilar manifestado pelos defensores da referida lei, com a finalidade de facilitar sua aceitação por maiores segmentos da sociedade, era de que as agitações sociais deviam-se à atuação exclusiva de estrangeiros anarquistas. A máxima do presidente Washington Luís, proclamando a questão social como sendo simplesmente uma questão de polícia, sintetizou com muita propriedade a disposição dos estratos dominantes em relação às classes populares sob a chamada primeira república.

As comoções sociais, segundo a percepção da classe dirigente, deviam-se à ação de alguns dos imigrantes europeus. Na perspectiva da elite econômica e governante, os agitadores estrangeiros trouxeram para o Brasil ideias exóticas, inadequadas à realidade social vigente. O resultado da infiltração do que denominavam “planta exótica” era o estabelecimento de diversos tumultos envolvendo o trabalhador nacional. Este, por sua vez, era percebido enquanto possuidor de uma índole naturalmente dócil e ordeira, portanto avessa a manifestações de descontentamento e subversões. O anarquismo, nesta perspectiva, consistia em exotismo estrangeiro, inadequado, prejudicial e perigoso à realidade social brasileira.

O questionamento da lei Adolfo Gordo, como feito pelos anarquistas, demonstrava o caráter eminentemente arbitrário desta e, por extensão, de todas as leis. Os articulistas associavam, em suas análises da lei de expulsão e da carestia, temas correlatos como monarquia, república, socialismo, anarquismo, sindicalismo, evidenciando a violência das leis.

No número especial de *Germinal!* dedicado ao primeiro de maio, os editores es-

tamparam umas poucas palavras de um dos condenados à pena capital quando dos acontecimentos de Chicago, que dera origem à data simbólica de luto e de lutas dos trabalhadores no mundo contra o capitalismo e o Estado. Antes de sua execução, Samuel Fieldem, da mesma forma que os demais condenados¹¹⁷, pronunciou-se acerca da sentença e de sua luta. Os editores destacaram um trecho em que ele desnuda o caráter classista e violento da lei.

A LEGISLAÇÃO

“Suprimi a lei”. Eu pronunciei estas palavras tomando-as de um discurso de Mr. Foran no Congresso. E se é verdade que, como ele diz, nada se pode fazer pela legislação, que se supõe favorável aos interesses comunais, nada mais lógico do que aquela frase. Não se pode legislar sem ferir os interesses de alguns; necessariamente a lei ha de favorecer uns interesses e prejudicar outros. Se, pois, nada se pode conseguir mediante a legislação, e centenas de homens recebem um soldo anual por fazer leis, é lógico e natural que a grande maioria que não recebe nenhum favor da lei prescindida de tais legisladores.¹¹⁸

Fazendo uma resenha dos acontecimentos internacionais de solidariedade aos trabalhadores no Brasil, Florentino de Carvalho¹¹⁹,

117 Os discursos dos mártires de Chicago foram publicados recentemente no Brasil com um texto introdutório de Ricardo Mella. Ver: MELLA, Ricardo. Primeiro de maio, dia de luto e luta – A tragédia de Chicago. Tradução de Sérgio Luiz M. Mesquita, Ione Moura Moreira. Rio de Janeiro: SINDSPREV/RJ; SIDSCOPE; ACHIAMÉ, 2005.

118 FIELDDEM, Samuel. A legislação. Edição especial do *Germinal!* e da *Barricata*. ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de tráfico de escravos para o Estado de São Paulo. *Germinal!* São Paulo, p. 1, 01 maio 1913.

119 CARVALHO, Florentino de. Agitação do proletariado internacional contra o desportismo deste país. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 maio 1913.

ao contextualizar a situação despótica infligida aos proletários no Brasil, remeteu ao absurdo da lei de expulsão. Neste contexto, assinalou a nulidade da lei em si mesma, particularmente no que diz respeito ao dinamismo da vida social. No seu entendimento, pairava um abismo separando uma e outra.

Astrojildo Pereira enviou do Rio de Janeiro um artigo em que afirma a nulidade das leis. Seu texto intitulado “Palavras subversivas” inicia enfocando a violência característica das leis, desrespeitando as especificidades culturais e as singularidades pessoais. Com a lei, procura-se impor um universalismo, nivelando a tudo e a todos a partir de um modelo. Criticou a ideia de igualdade perante a lei, apresentada pelos democratas, enquanto homogeneização. Diferenciou esta igualdade da preconizada no pensamento anarquista.

Palavras subversivas

A igualdade perante a lei é uma *blague* monstruosa. Quando menos... Argumento?... Ora, ouvi!... O Brasil é um grande país. Com efeito: cerca de nove milhões de quilômetros quadrados, que se esparramam por aí além e habitados por vinte e cinco milhões de cidadãos, cálculo bruto. Perfeito. Agora, racionali... A vida desses vinte e cinco milhões de cidadãos é regulada pelo mesmo dispositivo das mesmíssimas leis. Não importa que sejam cidadãos de costumes diferentes, de tendências diferentes, de temperamentos diferentes... Não importa. Eles que amoldem os seus temperamentos, as suas tendências, os seus gostos e os seus costumes pela fôrma de tais artigos e quais parágrafos.

Quando um anarquista fala da igualdade, que ideamos, entre os homens da sociedade futura, o larpa do borguês rebate logo, importante:

- Oh! isso é muito bonito... não ha dúvida...

muito bonito... Mas é impossível... a igualdade é impossível... Não ha cousa no mundo igual a outra!...Veja bem... Sem os ricos, como poderiam os pobres viver?... Não è possível... Sim... as suas teorias são muito bonitas... eu compreendo... A igualdade!... Ahn! ahn!... Olhe, menino: isso è pura metafísica!...

E o burguéses imbecil supõe esmagar-nos com palavras tais... Ora, o burro do burgués!

Eu comparo a “igualdade de condições” que pregamos, a uma composição musical. Vede porque... Toda a composição musical é formada de notas com “valores diferentes”. A harmonia se consegue com o “apoio mútuo” entre essas notas deslocamento de qualquer delas produz a desarmonia. São diferentes, mas de-outras... mas juntas, ajudando-se, auxiliando-se, combinadas para um mesmo fim conseguem este fim, que é a harmonia. E’ bem o concêrto de valores desiguais, altos e baixos... E me parece uma imagem perfeita da “harmonia social”, que sonhamos: efeito da “composição” de uma sociedade em que os homens, desiguais entre si, serão todavia iguais nas condições da vida: de cada um segundo as suas forças; a cada um segundo as suas necessidades. E’ o programa lapidar.

Imaginal, porém, uma pela musical composta de notas iguais perante a “lei” do som... Imaginal uma série de “dós”... ou de “fàs”... ou de “rés”... Seria a desarmonia. E é a imagem exata de “desarmonia social”, que o bêsta do burgues defende: efeito da “composição” de uma sociedade de homes “iguais perante a lei”...

O burgués, entretanto, faz questão de não compreender estas cousas. Porque o burgués é sempre um sujeito que não sonha. Um sujeito de idéas positivas. Idéas praticas... Pois tanto peor... não é verdade?... tanto peor... para o borgués! Porque um dia ele serà queimado na fogueira dos códigos e das leis que pretendem regular a vida da humanidade. Metafisicamente queimado...¹²⁰

120 PEREIRA, Astrojildo. Palavras subversivas. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 10, p. 1, 24 maio 1913.

B.¹²¹, em artigo intitulado “A liberdade”, elaborou reflexões sobre a ontologia da lei, problematizando a perspectiva convencional definindo-a enquanto garantia da própria liberdade e da sociabilidade humana. Em sua análise, diferenciou a existência das leis da natureza das pretendidas leis sociais, questionando a necessidade destas. Das leis da natureza, não podemos escapar. As leis sociais, por sua vez, não são fatais nem irrevogáveis. São convenções sociais estabelecidas com a intenção, manifesta ou velada, de preservar relações de domínio e exploração. Outro atributo da lei diz respeito ao processo de fetichização, tornando-se para as relações sociais uma outra forma de transcendência.

O articulista comparou o que chamou “superstições indígenas” com os adoradores de leis nas chamadas sociedades modernas. Deu destaque à desvantagem destes para aqueles ao afirmar que “a divindade dos índios destroi corpos, a lei destroi energias e macula as almas”. Por fim, apresentou a liberdade enquanto resultado do poder criador do ser humano. A liberdade não se encontra nem na natureza, nem nas providências política ou divina. O autor assinalou a liberdade enquanto invenção humana, que, para existir num grau cada vez mais profundo, depende de ações quotidianas.

Gráco desferiu um golpe duro contra a concepção democrática de existência da igualdade de todos perante a lei. A partir da problematização da criação de uma lei especial para reprimir trabalhadores rebeldes, anarquistas, cáftens, ladrões e vagabundos, procedeu a um desmonte na lógica de sustentação da defesa da lei de expulsão.

121 B. A liberdade. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 14, p. 2, 22 jun. 1913.

A lei de exceção

Mentem os que dizem que vivemos sob o manto protector da igualdade perante a lei.

Se a lei de expulsão fosse aplicada igualitariamente, teriam sido expulsos todos os habitantes do Brasil. E era a melhor garantia de paz e tranquilidade em todo o país.

[...]

As ciencias jurídicas preconizam, que antes que punir o crime, á preciso evita-ló. Antes de reprimir a perturbação da ordem é um dever previni-la. Assim, pois, sendo a propensão natural da humanidade a rebeldia contra todas as leis, contra todos os privilegios e todas as prepotências, é infalível que todos os homens estão mais ou menos predispostos a perturbar o sossego dos satisfeitos.

Se admitimos a escola positivista italiana, com Lombroso e Ferri na vanguarda, teremos que confessar que todos os homens são criminosos natos.

[...]

Os capitalistas e os seus ajudantes, os homens de Estado, são os primeiros a promover estas anomalias ou desordens.

[...]

Como se vê, não existe igualdade perante a lei. A lei de que tratamos é uma exceção, uma lei especial para os trabalhadores rebeldes, para os anarquistas, para os caftens, vagabundos, ou larapios de meia tigela e para todo aquele que com motivo ou sem ele, fôr seguro pela policia.

A lei de expulsão foi feita pelos déspotas, para defenderem-se dos rebeldes e dos anarquistas; pelos caftens, vagabundos e larapios por atacado, pará defenderem-se dos caftens, vagabundos ou larapios a varejo.¹²²

A primeira frase de seu artigo é demolidora: “Mentem os que dizem que vivemos sob o manto protector da igualdade perante a lei”. Não poderia ser mais direto. Daí em diante,

122 GRÁCO. A lei de exceção. Germinal!. Ano 1, n. 17, p. 1, São Paulo, 13 jul. 1913.

passou a destrinchar mais detalhadamente sua crítica mordaz, numa perspectiva ampla, à lei em si e, numa perspectiva mais restrita, à lei de expulsão de estrangeiros. Finalizou seu escrito incitando o leitor a, numa comoção social, abolir o capitalismo e o estatismo, expulsando exploradores e governantes “da forma que melhor entender”.

Com a notícia da libertação de um anarquista chamado Joubert, o redator apresentou um breve depoimento pessoal do ex-prisioneiro relatando os horrores das celas policiais e as torturas a que fora submetido. Apresentou também algumas rápidas reflexões acerca da distância astronômica da letra da lei com a vida cotidiana dos trabalhadores. As instituições democráticas, liberais e republicanas, com todo o alarido racionalista, laico e de liberalidade, procederam à instauração do terror na vida dos trabalhadores.

Joubert em liberdade

Finalmente, depois de quatro mezes de carcere, foi o nosso camarada Joseph Joubert posto em liberdade.

O “egrégio” Tribunal de Justiça do Estado pode emfim respirar, satisfeito: a pena foi cumprida e, portanto, desagravado está o “crime” de que foi vítima o inocente bacharel Otavio Moreira Guimarães.

Joubert foi solto no dia 11 á 1 hora da tarde.

Estivemos com ele. Conversámos. E vamos transmitir aos leitores, rapidamente, o que ele nos contou da sua permanencia na prisão.

- No dia seguinte ao da minha prisão em Sorocaba, cheguei aqui e fui recolhido aos subterraneos da Central, e incomunicavel, como sabem. Aí estive 18 dias sem poder deitar-me. E não podia deitar-me pelo seguinte; durante os 18 dias, pela manhã e pela tarde, despejam agua com creolina no assoalho, humedecendo o, impedindo-me, pois, de estender-me para dormir. Cochilava, de pé, encostado á parede.

E o resultado disso não é difícil de imaginar: adoeci, atacado de artrite. Apoz essa tortura de 18 dias, fui transferido para a Penitenciária, onde estive até hoje. Encerraram-me num cubículo estreitíssimo, em que mal cabia a cama. Esse cubículo é o pior da Penitenciária: é o último do corredor, junto a solitária, humido e escuro. Aí passei até hoje, sem falar, sem ler e também sem dar as duas passadas que a célula permitia, porque essas passadas faziam barulho, segundo os motivos que me expuseram ao proibirem mas. E mais ainda: não queriam permitir que eu escarrasse. Tive então de recorrer ao médico, o qual, vendo-me doente, atacado da garganta, fez cessar tal proibição.¹²³

O relato de Joubert sobre as arbitrariedades sofridas nos cárceres corroborou as críticas anarquistas quanto à república e à democracia enquanto nova tirania. O articulista se referiu à minuciosa regulamentação da vida social e individual como expedientes violentos, arbitrários e despóticos, reveladores da natureza do governo, mesmo que definidos pelo rótulo de democratas, liberais e republicanos.

E aí está, singelamente reproduzido, o que nos contou o camarada Joubert do seu passado nas hospedarias do governo.

Cabe observar agora, que essas infâmias praticadas com a pessoa de Joseph Joubert nem ao menos são legais. Ele era um condenado ao regime celular, que tem um regulamento; este regulamento permite aos presos trabalho e recreio fora da cela. Mas Joubert, para os torquemadas da polícia paulista, é um homem perigoso, diferente dos outros, para o qual, portanto, as curtas regalias da lei nada valem.

Aliás, são sempre assim, os tais cães mantenedores das leis e executores da justiça: a lei é muito bonita escrita no papel: na prática a coisa é outra – só valem a vontade e o capricho dos potentados.

O sacripanta bacharel Otavio é que deve estar satisfeito. Mas engana se, o bacharel Otavio;

123 JOUBERT em liberdade. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 20, p. 2, 17 ago. 1913.

Joubert é o mesmo homem, como o mesmo sacripanta continua sendo a insignificante pessoinha de Otavio Moreira Guimarães.¹²⁴

Arcenio Belencour¹²⁵ refutou a ideia de que os anarquistas eram os “inimigos do Brasil”. Apresentou a lei de expulsão enquanto recurso favorável à manutenção da dominação de alguns segmentos da sociedade sobre outros, desnudando seu caráter eminentemente classista.

No editorial do terceiro e quarto números de *Germinall!*, o redator relacionou os temas lei de expulsão de estrangeiros e alto custo dos produtos, sobretudo os de primeira necessidade, enquanto motivo das manifestações de descontentamento por parte dos trabalhadores. O redator elaborou uma série de artigos com esta perspectiva¹²⁶.

Em editorial do quarto número de *Germinall!*, o articulista¹²⁷ evidenciou o uso arbitrário da lei de expulsão pelos governantes e pela elite econômica como uma forma de procurar reprimir e disciplinar a população. Esta ocasião serviu novamente para a crítica à lei em geral. O autor criticou a lei em si mesma por projetar uma concepção de sociabilidade humana estagnada, homogênea e nivelada a partir de algum modelo universal ou de algum padrão absoluto. O dinamismo societário humano é, desta forma, negado a partir da naturalização do comportamento social.

124 JOUBERT em liberdade. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 20, p. 2, 17 ago. 1913.

125 BELENCOUR, Arcenio. Inimigos do Brasil? *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 06 abr. 1913.

126 CARVALHO, Florentino de. Revolta popular contra a carestia da vida e a lei de expulsão. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 30 mar. 1913.

127 CARVALHO, Florentino de. Revolta popular contra a lei de expulsão e a carestia da vida. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 1, 06 abr. 1913.

Neste mesmo número, foi noticiada a realização de comícios e manifestações públicas em várias cidades do Brasil. Das manifestações no Brasil, foram aprovadas algumas moções relativas à carestia de vida e à lei de expulsão. O articulista¹²⁸ delineou o cotidiano do trabalhador, destacando o valor do salário, a extensa jornada de trabalho, o custo dos gêneros de primeira necessidade, as condições de moradia, entre outros aspectos. Destacou também a violência sobre os trabalhadores, sobretudo com a vigência inconstitucional da lei de expulsão de estrangeiros. No quinto número do jornal, o redator¹²⁹ anunciou novamente a realização conjunta de diversos comícios em diferentes estados do Brasil.

No número seis, publicado no dia dos comícios, os editores convocaram a participação de todos, noticiando aos trabalhadores a realização de manifestações públicas em várias cidades do Brasil. Nesta nota, o redator estampou horários e locais dos diversos eventos a se realizarem em São Paulo. Destes eventos nos bairros, saíam colunas de manifestantes confluindo, em hora combinada, para a reunião de todos os trabalhadores num “comício monstro” no centro da cidade.

Neste mesmo número, fora publicada, além da matéria assinada por Primitivo Soares¹³⁰, uma outra dando notícias das manifestações em Lisboa e da campanha anti-imigratória naquela cidade. Registrou o sucesso da campanha de boicote aos produtos brasileiros solicitada pelos trabalhadores no Brasil às associações operárias europeias. Destacou este

128 NO RIO. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 30 mar. 1913.

129 REVOLTA popular contra a carestia da vida e a lei de expulsão. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 13 abr. 1913.

130 SOARES, Primitivo. Cartas de Lisboa. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

acontecimento em relação ao café, o maior produto de exportação do Brasil.

Tratou também do efeito das circulares da COB e da Federação Operária de Santos, distribuídas em cidades da Europa. Produziu rápida análise comparativa da situação do trabalhador no Brasil e na Argentina, uma vez que o governo de ambos os países adotou as chamadas leis celeradas, tentando compreender o porquê da campanha anti-imigração ter sido bem-sucedida no caso brasileiro e ter sido inexpressiva na Argentina.

No primeiro número de *Germinall!*, os editores lançaram apelo aos trabalhadores do mundo, solicitando o imediato boicote aos produtos brasileiros. Como forma de solidariedade aos trabalhadores no Brasil, de maneira a aumentar a pressão do proletariado internacional sobre o governo brasileiro, esta iniciativa visava amplificar o alcance da campanha contra a lei de expulsão brasileira. Os editores apelaram aos trabalhadores europeus para que não descarregassem navios com produtos brasileiros nem os produtos de navios que levassem operários deportados¹³¹.

Notícias da repercussão na Europa da campanha contra a migração de trabalhadores europeus para o Brasil fora estampada em outro artigo escrito por Florentino de Carvalho¹³². Em tom bastante otimista, relatou as manifestações públicas organizadas por diversas associações operárias em vários países europeus. Destacou a imediata resposta dada pelos trabalhadores na Europa ao apelo dos trabalhadores no Brasil, pedindo solidariedade à campanha de boicote a produtos brasileiros

131 AO OPERARIADO internacional. UM APELO. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 10 mar. 1913.

132 CARVALHO, Florentino de. Agitação internacional contra a lei de expulsão brasileira – A victoria de nossa causa é iminente. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 7, p. 1, 10 maio 1913.

como mais uma forma de pressionar os governantes brasileiros a por termo à lei de expulsão de estrangeiros.

O autor problematizou o debate em torno da afirmação de uma identidade nacional em contraposição ao estrangeiro. Esta dualidade, nacional/estrangeiro, fora posta em atividade em discursos nativistas na tentativa tanto de consolidar uma feição identitária às instituições e costumes sociais após a proclamação da república, como também enquanto mecanismo de domínio, disciplinamento e liquidação de comoções sociais. Por sua vez, o articulista evidenciou o fato de as leis de repressão aos trabalhadores terem sido plagiadas de outras leis de repressão contra o proletariado elaboradas em outros países.

A campanha contra a carestia da vida corria o risco de resvalar para um caráter meramente reivindicatório, passando de eventos de cunho contestador e de subversão para simples procura por melhorias nas condições de trabalho e na situação econômica. Caso enveredasse por este caminho, a campanha emprestaria uma perspectiva imediatista ao movimento operário. Oiticica, em carta para o coletivo editorial de *Germinall!*, expressou seu entendimento acerca do assunto, desmentindo essa interpretação. Afirmando a sua disposição em colaborar com artigos para o jornal de São Paulo, elaborou algumas reflexões sobre a campanha contra a carestia da vida. Apresentou a iniciativa enquanto válida não apenas pela conquista efetiva de melhorias econômicas para o proletariado, mas pelo que ela significava em termos de aprendizado de exercício de liberdade e prática de solidariedade entre os trabalhadores.

Discordou ainda mais Oiticica dos que entendiam ter fracassado a campanha contra a carestia da vida organizada pelos trabalhadores

no Rio de Janeiro, por não ter resultado em imediata baixa nos preços e aumento do bem-estar do proletariado local. Para ele, estava claro que algum processo de melhora relativa das condições de vida do proletariado, dentro dos limites do capitalismo e do estatismo, significaria apenas o deslocamento da superexploração de um segmento dos trabalhadores para outros.

No caso, as localidades em que os trabalhadores estivessem menos organizados seriam inevitavelmente os alvos da transferência dos processos agudos de exploração. Conquistas desta natureza, implicando o sacrifício de segmentos dos trabalhadores para benefício de outros, consistiam em flagrante logro imposto ao movimento dos trabalhadores. Suas reflexões visavam, entre outras, advertir os próprios trabalhadores da armadilha que eram as melhorias econômicas sem a abolição do capitalismo e do Estado.

CARTA DO RIO

4-4-913

Camaradas,

Hão de perdoar-me a falta, alias por mim prevista, de remessa de artigos para *Germinall!* Os meus inúmeros afazeres de professorado e de propaganda, a expectativa de um concurso neste mez de Abril impossibilitaram-me quasi de arranjar tempo, alguns minutos para ler jornais, alguma hora para lhes escrever.

[...]

Sendo assim, falar-lhes-ei da *greve de inquilinos* que vamos, com grande esforço, levando avante.

Sabem como aqui se alastrou, por iniciativa unica e excluziva dos nossos camaradas da Federação Operaria, a campanha contra a carestia da vida. Foi uma rude tarefa de propaganda com algumas prizões, muito discurso, mas resultado moral ínapreciavel.

Alguns acham improdutiva esta luta, porque ela não se traduziu em diminuição do preço dos generos alimenticios, ou medidas protetoras do governo.

Em penso ao contrario. Si o rezultado fosse uma sensivel melhora ou si o governo se mostrasse zeloso do operariado, abaxasse as tarifas, ativasse a fundação de cooperativas de consumo, etc., poderiamos considerar falhas ou contraproducentes as nossas tentativas. O nosso intuito capital não é reduzirmos o preço do feijão ou do assucar, é abrir os olhos aos cegos, mostrar, ao operariado não vidente, o processo de exploração que os arruina, que os escraviza e que eles não percebem.

[...]

A melhora que desejamos não é essa melhora relativa é a melhora absoluta, a melhora da *propria organização social*.

E' preciso que todos se compenetrem de uma verdade.

A melhora das condições de uma classe operaria so se opera com o prejuizo de outra classe operaria. Si a uns operarios se concedem vantajens, a outros se arrancam essas vantagens.

Isso porque o parasita não desferra os dentes de um braço que sacode sem haver certeza de os ferrar noutro braço imovel.

Portanto, de nada vale a melhora de condições do povo do Rio de Janeiro, si o povo do interior vai pagar as custas.

Suponhamos que o comerciante que recebe os productos dos lavradores e, organizado em *trust*, os impõe ao consumidor do Rio por um preço elevado, diante do nosso movimento e para finjir liberdade, abate um tanto por cento nos preços de venda. Julgais que ele sofreu, realmente, uma redução no lucro calculado? Engano.

Ele perde na venda para reganhar na compra futura ao lavrador, porque, não estando este organizado em sindicato e dependendo dos commissários, pelo dinheiro adiantado, é a vitima espiatoria do sugador sem escrupulo.

Logo, quem paga o regalo de uma classe de proletarios é outra classe de proletarios.

Quando o governo aqui ofereceu a operarios as celebres *vilas*, eu me indignei contra os pro-

motores dessa torpeza e mormente contra os inconscientes produtores que aceitaram esse presente de gregos.

Esqueceram-se os contemplados com a muni-ficencia governamental de que a vantagem que lhes advinha de um aluguel barato era mantida a custa de extorsões feitas aos outros operarios desprotejidos.

Porque, aprendamos bem isto, os parasitas, si hoje vivem com cem querem amanhã mil e não se conformam, sob nenhum pretesto, a viverem com dez.

[...]

Sempre amigo

J. ORTICICA [*sic*]¹³³

Domingos Ribeiro Filho¹³⁴, sob pseudônimo Dierre Effe, problematizou, em dois artigos, as instituições punitivas vigentes. Suas reflexões apresentam convergências com a crítica atual do abolicionismo penal sobre a sociedade punitiva¹³⁵. Questionando os fundamentos históricos, filosóficos e culturais da punição, o autor abordou a disposição dos processos de julgamento e de sentença dos atos antissociais vazados em suas próprias justificativas. O autor partiu da situação do processo de julgamento, estabelecendo uma perspectiva de estranhamento da situação: “Os homens julgados pelos homens”.

133 OITICICA, José. CARTA DO RIO. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 13 abr. 1913.

134 DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte. O juri e os jurados. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 9, p. 2, 17 maio 1913. DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte – O juri e os jurados. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 24 maio 1913.

135 Sobre o abolicionismo penal, ver: PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da (Org.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCrim, 1997. PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003. Consultar também o site: www.nu-sol.org.

Apontou o autor, para o liberalismo inglês, os “estatutos políticos da Revolução Francesa” e o Direito Romano enquanto, respectivamente, origem, fundamento e doutrina, para o estabelecimento do júri. Estes são, nas palavras do autor, os “tres fundamentos extemporaneos, contraditórios e inarmônicos” do júri. As pretensões à universalidade dos códigos e das leis foram apresentadas enquanto absurdos por desconsiderarem, por exemplo, os acontecimentos mais amplos de caráter social em que tais atos se configuram. Desconsideravam também a opinião dos diretamente enredados nas dinâmicas do evento. O direito, numa sociedade baseada em interesses conflitantes, não escapa às injunções da conjuntura envolvente, findando por ser um instrumento favorável à manutenção das causas dos atos antissociais.

Na sequência dessas ponderações, evidenciou não ter a concepção de justiça nada a ver com o direito. Antes pelo contrário, é oposta, pois o direito finda legitimando a revanche e a vingança, muito comum nos estabelecimentos do chamado “tribunal popular”. Por sua vez, o “linchamento” encontra nos processos e legislação normalizadora uma forma mascarada de ser exercido.

Em torno do direito de vida e morte. O júri e os jurados.

O espírito das leis modernas se traduz em fórmulas de acomodações das quais o carácter provisório, além de dificultar a necessidade da evolução, implica sempre num retrocesso inaceitável sob qualquer ponto de vista em que se considere.

O nosso liberalismo è paleontológico, ou, pelo menos, a sua tendência é para a fossilização. Quasi que não mais se o compreende; quasi que é um contrassenso, se não se traduz mais claramente por absurdo.

O espírito liberal dos homens e das suas insti-

tuições é, em última análise, negativo, porque, se alarga os limites das conquistas sociais, se eleva cada vez mais longe as muralhas da China, fa-las cada vez mais altas, mais difíceis de acesso e de demolição.

[...]

Antes de tudo, devo chamar a atenção para esse caso de incompetência moral: “os homens julgados pelos homens” – questão muito vasta, que ficará para os que amam as retaliações, e que procurarei resumir.

Eu cometo um crime, isto é, eu violo uma convenção ou eu trago prejuízo e dano a alguém ou a muitos.

Quem me julgará? eu mesmo? Si eu proprio, me absolvo, isto é: concluo que só não fiz nenhum crime, como até fiz um benefício a mim mesmo.

Julgar-me ha um outro homem? Por que? E’ ele o prejudicado? Mas ai desaparece o sentimento da justiça para surgir o interesse. Se ele não é o prejudicado, é um estranho ao facto e não pode julgar, por isso que o faria por dois principios: ou substituindo-se a mim (inocência) ou substituindo-se á victima, e seria o caso de transformar a parte em juiz (absurdo).

Ainda o caso de outrem julgar do meu delicto, não mais em virtude de uma justiça pessoal, mas por força da convenção que eu violei. A convenção é ainda um caso remoto da parcialidade; foi feita por mim e pelo meu juiz, limitou ou ampliou o nosso interesse, acatou ou violou a esfera da nossa atividade social e humana. Violando a convenção, fi-lo pelo meu poder, pela minha liberdade, a mesma liberdade invocada para sancional-a.

Se em aceitar a convenção, abdiquei da minha liberdade, estabeleci a violencia, e sob a pressão da violencia o meu delicto obedeceu à legima defeza.

O meu julgador está em caso absolutamente identico ao meu, e, se invoca a violencia da convenção para me sentenciar, exerce uma dupla violencia. Mais ainda; apoiado na convenção, o juiz faz apelo ao seu interesse ou á sua escravidão; interessado em manter a convenção, não saberá ser justo; escravizado a ela, não poderá fazer justiça.

Quem me fará estão justiça? Será necessario

busca-lo fóra da humanidade? Poderá haver quem reúna em si poderes sobre umanos capazes de preparar uma justiça ideal?

Mas uma justiça fóra da terra e fóra do homem não seria justiça, não seria mesmo nem outra cousa análoga que pudéssemos definir e compreender.

Estretanto, a impossibilidade de fazer uma justiça singular atenúa-se, fazendo a plural. Não mais um só juiz, muitos juizes. Havia o caso da humanidade ou o caso da divergencia.

Unánimes que fossem em condenar-me, far-me-iam uma violencia, um acto de força tanto mais inaceitavel quando mais irresponsavel.

Unánimes em me absolver, violariam a convenção em nome da qual me julgaram; caso ligeiramente pessoal em que se supõe que cada um dos juizes, colocado na minha situação anterior, seria delinquente. E isso é inaceitavel pela parcialidade em que incide.

Dá-se, porém, o caso de divergencia ou possibilidade de divergencia; o recurso é a eleição de um juiz dos juizes, e este estaria na situação singular e pessoal que estudei a principio – parcialidade, interesse.

Como se vê, a justiça é mais difícil do que se pensa, se não é absurda ou impossivel.

O júri é uma instituição do liberalismo social que não discute essa cousa. Resiste ele a uma análise menos filosofica e mais social e mais pratica?

A sua origem historica é mais antiga que o mais antigo dos codigos politicos que o sancionaram.

Esses códigos, pesando sobre a consciencia humana, estão fundados socialmente sobre principios evolutivos que não comportam mais paradas em nenhum destino da moral ou dos costumes humanos. Fundados sobre conquistas recentes (abstrao o número de anos) eles consagram em certos pontos as velhas, as velhissimas concepções romanas sobre justiça e direito, e as aplicam á instituição do júri.

Temos assim para o júri tres fundamentos extemporaneos, contraditórios e inarmônicos.

Orgem: - “O liberalismos inglés”.

Fundamento: - “Estatutos politicos da Revolução Francesa”.

Doutrina: - “O direito Romano”.

Espanta-me saber em como a sociedade burguesa ainda lhe adiciona o espirito canónico e as sombras teologicas e metafisicas, sem achar nada mais perfeito socialmente, como contradção e como absurdo.

Mas a organização pratica do júri no nosso país é assombrosamente ridicula, além do que lhe compete como imensamente odiosa.

Um juiz de direito que não julga do facto.

Sete juizes de facto que não julgam do direito;

Um acusado cheio de direito e de factos;

Um acusador que nada tem absolutamente com o direito nem com o facto;

Um defensor que sistematicamente falsifica os factos e os direitos.

E’ um apelo solene, abertamente estúpido, gloriosamente irresponsavel.

E, nem pela irresponsabilidade pessoal de toda essa gente, se supõe que o crime paire na sere-na região dos principios; não: é crassa, vulgar, despresivelmente ignára.¹³⁶

No número seguinte, o autor conclui suas reflexões.

Em torno do direito de vida e morte

O júri e os jurados

Ínsito ainda sobre o gravíssimo caso de suspeição: “os homens julgados pelos homens”. Si este caso repugna ás inteligencias livres tomado como tema de méra especulação, os sentimentos bem formados não o aceitariam incondicionalmente, e daí o caso da eterna revolta do justicador contra o justicador.

[...]

O júri é uma má, uma detestavel instituição; mas os juizes podem ser bons, humanos e tole-

136 DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte. O júri e os jurados. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 9, p. 2, 17 maio 1913.

rantes ou rétos. E' uma hipótese simplesmente possibilista. Quais os elementos de sua probabilidade, porém? Em tese, todos os homens são bons, como são máus.

Os jurados estariam encerrados estreitamente dentro dessas duas teses. A sociedade sabe disso e a lei se fez em torno dessa concepção alter-nante quando, alargando o círculo de ferro das leis criminais, delegou para uma justiça prática a alçada de uma justiça teórica, quando tirou de códigos arbitrariamente divinos a força para delega-la às consciências humanas.

A lei não fez mais do que irresponsabilizar o linchamento.

O jurado e o juiz do facto, é o tribunal popular, é a justiça da praça pública. O que tem o linchamento de lógico em face do fundamento liberal do juri, tem este de ilógico em frente do elevado espírito de justiça. O juiz de facto devia julgar o crime *sur le champ*; mas como isso daria a o linchamento um carácter de ferocidade que todas as leis monopolizaram mas que negam em virtude do ideal moralístico, a mesma lei se deslocou no espaço e no tempo e deferiu para um acto solene a *vindicta* infalível.

Os juizes de facto exercerão sem responsabilidade pessoal e sem outro fundamento que não a consciencia e a paixão, a vingança contra o delicto de que foram testemunhas. Esta é que é a moral da lei que organizou os tribunais populares. Mas é preciso saber si se mantém ao menos no terreno fluctuante da honestidade o critério organizador dos juizes de facto.

Serão mesmo os jurados os juizes de facto que vão julgar?

Se fossem, o linchamento é que seria o direito do vencedor, e si não são, ainda o linchamento estaria apenas odiado, modificado pelo liberalismo moderno, mas nunca revogado.

De facto, porém, os jurados não o são; foi um estratagemma legal, uma mascarada da lei de Loyola, a lei mais socialmente lógica que eu conheço.

O jurado passou a ser, não o individuo que testemunhou o delicto, mas o que não o presenciou, isto é, aquele que tem a mesma consciencia da testemunha mas não tem a sua paixão.

E' irrisorio. Primeiro porque a paixão è um caso

de consciencia, e tanto esta como aquela, tanto o geral como o particular só se podem despertar com o testemunho fisiológico dos nossos sentidos. E depois porque é preciso admitir uma consciencia uniforme e universal que pelo simples enunciado, é manifestamente impossivel.

Ora, a lei reconheceu isso, e para não a confessar, iludiu a dificuldade. Começou a escolha, correr todas as classes sociais, investigou todos os recantos das consciencias, mirou todos os niveis da inteligencia e da moralidade humanas.

Onde achar o jurado? Quem se prestará a sustentar a mentira do liberalismo e da infalibilidade canonica das leis? Os pobres? Mas estes pelo seu estado de miséria social só poderiam julgar com parcialidade, paixão e espirito de revolta e vingança.

Os ricos? Mas a esses não escapam as questões de humanidade e justiça, como a lei encara, como privilegiados e individuos que a fortuna colocou entre os deuses e os homens.

Os ignorantes? os sabios? os menores? os adultosas mulheres? Nada disso. Dous criterios então escolheu a lei: a capacidade provavel e o servilismo recompensado. Ou aquele que dispõe de um tanto de rendas, ou aquele que está na domesticidade do poder. Contribuintes do fisco e parasitas do fisco, eis a gente ideal, imparcial, virtuosa, que tem a verdadeira posição média no eterno desequilíbrio social.

Por uma consequencia absolutamente inevitavel, os jurados do nosso juri são quasi exclusivamente escolhidos entre os empregados públicos, isto é, na classe dos eunucos, dos palafreiros, dos domésticos do poder. Ora, ao funcionario público falta absolutamente a condição de inteligencia, cultura e liberdade que supõe necessaria a quem se arroga ou a quem se delega a função do justo e do justiceiro.

Demais, logicamente estão eles afastados da luta pela vida, que é o fundamento animal de todos os actos que a lei qualifica arbitrariamente de delictos; porque são seqüestrados pela autoridade parasitaria da actividade humana e ficam submissos a essa mesma autoridade - - -¹³⁷ assalariando-os, impõe-lhes a sua moral, as suas tradições e os seus processos.

¹³⁷ Palavra ilegível.

E ainda é preciso não esquecer de que o funcionario público, no melhor sentido em que se o encara, é o proprio poder público, é o membro desse deus búdico e impossivel que é O Governo.

A concluir:

O jurado não é o juiz do facto; e, como não o è, não pode julgar.

O jurado não é o juiz imparcial; não é independente; não tem consciencia, não tem moralidade; falta-lhe a sciencia, falta-lhe o carácter; não pôde, pois, julgar.

Quando os jurados reunissem as condições do justo, eles seriam os *linchadores* perfeitos e executariam legalmente e liberalmente a *vindicta social* assim chamada por Pedro Kropotkine a justiça. E é o que eles fazem; juizes parciais, membros do Governo que pune.¹³⁸

As críticas às instituições governamentais foram matérias abordadas em diversos artigos. Orlando Corrêa Lopes¹³⁹ tratou da falência dos principais órgãos democráticos de controle e administração social. Em sua perspectiva, as mais destacadas instituições da sociedade resultavam em oneração, sobrecarga, exploração e domínio enquanto dinamismo societário posto em atividade. Propôs a revolução social no lugar das habituais revoluções políticas como forma de solucionar os problemas sociais.

Francisco Viotti¹⁴⁰ destacou, em sua crítica às instituições democráticas, o efeito produzido pela violência governamental sobre a população trabalhadora: o roubo garantido pela brutalidade estatal. Neste escrito, como

¹³⁸ DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte – O juri e os jurados. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 24 maio 1913.

¹³⁹ LOPES, Orlando Corrêa. O desmoronamento das instituições sociais. Edição especial do *Germinal!* e da *Barricata*. São Paulo, p. 3, 01 maio 1913.

¹⁴⁰ VIOTTI, Francisco de Magalhães. A Cleptocracia Brasileira. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 11, p. 2, 31 maio 1913.

em outras análises propostas por outros anarquistas, os resultados das ações do governo sobre os trabalhadores eram os mesmos, não importava a forma das instituições governamentais: dominação e exploração. Monarquia ou república não traduz mudanças significativas relativas à intervenção governamental sobre os diversos segmentos sociais.

Florentino de Carvalho¹⁴¹ demonstrou, no editorial do número doze de *Germinal!*, o carácter violento da recém-fundada república brasileira. Os trabalhadores eram aqui tratados como cidadãos de categoria menor, sofrendo intensamente as consequências das desigualdades sociais e econômicas. À questão social, apresentada pelos protestos do nascente movimento operário no Brasil, o tratamento dado pelas autoridades brasileiras era a repressão e a força policial.

Num outro artigo, o redator transcreveu um momento de uma sessão na Câmara Federal com o intuito de tornar evidente o absurdo das instituições governamentais. O aspecto de divindade emprestado aos integrantes das instituições do Estado escondia, no seu entendimento, as arbitrariedades e explorações efetivadas na rotina de administração da vida social pelos governos. No encerramento do artigo, relacionou a carestia da vida com a existência da dispendiosa máquina governamental.

PSICOLOGIA da democracia brasileira

Máta-se, expulsa-se ou prende-se e anatematiza-se aos que criticam ou combatem as autoridades, notadamente aos legisladores, afirmando-se categoricamente que os parlamentos, os deputados e os senadores são entes sagrados, sinceros,

¹⁴¹ CARVALHO, Florentino de. A República do Chanfalho. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 12, p. 1, 08 jul. 1913.

honrados, honoráveis, sábios imaculados, que mantem a ordem e fazem a felicidade da patria.

Sem os governantes, que com o exemplo, com a intelligencia, com um verdadeiro mar de virtudes liberais, civicas e democraticas, e os seus extremecimentos de amor pelo povo, pela patria e pela republica... ou outro qualquer regime estadual, tudo se precipitaria para a dissoluçao, para a violencia e para a ruina; todas as paixoes e instintos perversos da humanidade se descandeariam numa desordem caotica de crimes e de violencias.

Vejamos de perto estes homens divinos.

Numa das ultimas sessoes da Camara Federal fazem-se mutuamente a psicologia, uns dos outros, e dos governos e partidos que representam a Republica, sem excluirmos o proprio presidente.

Atençao:

“O sr. Mauricio de Lacerda – Quizeram fazer até o presidente da Republica chefe de partido! (Protestos).

O sr. Fonseca Hermes. – Fizeram os governadores dos Estados, chefes de partidos tambem.

O Orador. – E’ perigosa e odiosa a derrubada que está fazendo o presidente da Republica.

O sr. Mario de Paula. – O sr. Rivadavia Corrêa é um galopim eleitoral.

O sr. Fonseca Hermes. – Só tem sido demitidos os funcionarios que não contam com a confiança do governo. Não se pode confiar em adversarios.

O sr. Mauricio de Lacerda – Os funcionarios dos Telégrafos são de confiança do governo, porque, por meio deles, se pode saber da correspondencia trocada com os adversarios. (Trocaram-se apartes, são os timpanos. Tumulto).

O sr. presidente – Atençao! atençao!

O sr. Joaquim Osório – A Coligação não se revoltou contra o bombardeio da Baía, logo, não tem direito de falar contra a demissao de empregados publicos. (Continuam os gritos, são os timpanos).

O sr. Joaquim Osorio – O sr. Seabra é responsavel pelo bombardeio da Baía.

O sr. Mauricio de Lacerda – ... e o sr. Pinheiro, pelo bombardeio de Manaus. (apartes).

O sr. Mauricio de Lacerda – O bombardeio de Manaus foi até pago pelos cofres do Estado do Amazonas.

Os srs. Aurelio Amorim e Antonio Nogueira – (Gritando) – Protestamos, o sr. Pinheiro Machado não póde ser accusado de haver praticado tal acto.

O sr. Mauricio de Lacerda – (Secundado pelo sr. Mario de Paula) – O sr. Pinheiro Machado é responsavel pelo bombardeio de Manaus. (São os timpanos, o tumulto augmenta).

O sr. presidente – Peço silencio, assim não é possivel o orador proseguir nas suas considerações.

O sr. Joaquim Osorio – O sr. Rivadavia Corrêa só é accusado pela coligação, porque não é instrumento desta.

O sr. Nicanor do Nascimento – Na Baía, com a subida do sr. Seabra ao poder, até a imprensa foi demitida.

O sr. Mauricio de Lacerda – ... Mas, não foi comprada, como está sendo aqui, na Capital Federal. Posso até citar, o preço por que são comprados os jornais. Precisamos ter a coragem para ver estas cousas.

O sr. Nicanor do Nascimento. E’ bom nomear.

O sr. Mauricio de Lacerda – Pois não. A “Noticia”, a “Gazeta de Noticia” !! (sensação).

O orador continua o seu discurso condenando a accao do presidente, que pretende escolher o seu sucessor.

O sr. Joaquim Osorio – E’ este o principio da Coligação. Porque tres dos seus leaders foram se entender com o sr. presidente da Republica sobre a escolha do seu sucessor?

O sr. Arlindo Leonel – ...refere-se ao leader do governo.

O sr. Fonseca Hermes – leader do governo, não; leader da maioria.

(Protestos dos coligados e apoiados dos pinheiristas).

O orador declara-se cansado e pede ao presidente permissao para descansar por dois minutos. Senta-se dizendo que se os seus colegas continu-

arem no proposito de o apartear insistentemente, fazendo a algazarra que se notava há pouco, deixará de proseguir o seu discurso, pois não desejava ver a sua saúde comprometida.

O sr Fonseca Hermes – Deste modo, é melhor falar no cemiterio. (Protestos).

O sr. Muniz Sodré – E’ o leader do governo que manda um deputado falar no cemiterio?”

Com este documento certamente não será preciso muito trabalho para descobriremos os verdadeiros perturbadores e criminosos, que mantem o terror entre a população, e os ladrões que arruinam o pais.

Não é preciso um microscopio.

E cada um deles, para estar no poder a fazer das suas, custa ao povo mais de cem mil réis por dia produzindo... a carestia da vida.¹⁴²

O redator transcreveu um artigo de um jornal da imprensa comercial cujo assunto dizia respeito a abusos e violencias sexuais contra mulheres. Soldados de um quartel emboscaram um grupo de mulheres que se dirigia ao local de trabalho de seus maridos, como fazia todo dia, levando o almoço em marmitas. O redator acrescentou, como comentário ao artigo do jornal burguês, ser este o resultado próprio do militarismo, afirmando existir na vida de caserna uma cultura da violencia a se espriar em todas as direções. Além do mais, o articulista relacionou a violencia militar ao patriotismo e ao gosto pelas armas, alertando a todos que as próprias escolas oficiais, públicas ou particulares, também foram afetadas por essa cultura chauvinista e belicosa¹⁴³.

Santos Barbosa¹⁴⁴ teceu críticas ao militarismo a partir da apresentação de um texto dialogado. Neste escrito, o militarismo é

142 PSICOLOGIA da democracia brasileira. Germinal! São Paulo, ano 1, n. 18, p. 1, 20 jul. 1913.

143 GLORIAS do militarismo. Germinal! São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

144 BARBOSA, Santos. O EX-SOLDADO. Germinal! São Paulo, ano 1, n. 7, p. 2, 10 maio 1913.

delineado enquanto modo de vida em que se cultiva a possibilidade de uns viverem à custa do trabalho e do esforço de outros. A mendicidade fora o destino de uma pessoa oriunda dos estratos populares da sociedade que enveredou nas fileiras do militarismo. Evidenciou, com a narrativa desta situação, o sentimento autodepreciativo e derrotista afligindo um ex-soldado. O pano de fundo crítico, ou referencial anunciado em toda a cena, são as ideias anarquistas negando a hierarquia e a exploração.

João Crispim¹⁴⁵ apresentou uma análise particular acerca da preparação, da propagação e do envolvimento das nações na conflagração da Primeira Guerra Mundial. A perspectiva apresentada por técnicos e pelos governos afirmando ser aquele fenômeno guerreiro sem maiores desdobramentos na vida social das nações, portanto transitório e perto de seu fim, fora severamente criticada pelo articulista. A seu ver, a guerra respondia a interesses específicos das camadas dominantes da sociedade, acontecendo, por isso mesmo, evidente prejuízo dos trabalhadores.

Quer pelo fato do direcionamento das riquezas sociais para alimentar a guerra em si, quer para sustentar segmentos sociais diversos como magistrados e o clero, quer obstando os trabalhadores ao acesso livre dos meios de produção e consumo, a situação social estabelecida conspirava contra os proletários. Sobre estes, os tributos necessários para a guerra recaíam. Tributos estes oriundos tanto das privações, da não satisfação das necessidades básicas, como de seu sangue e vida enquanto soldados.

Em sua leitura dos acontecimentos, percebia desenhados, ao contrário do enfoque convencional, o prolongamento e o aprofun-

145 CRISPIM, João. DO MOMENTO. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 19, p. 1, 03 ago. 1913.

damento não só da guerra em si como também de outros fatores geradores da crise econômica. Tanto é assim que denominou aquele período histórico, em certo momento de seu escrito, como sendo do estabelecimento no mundo de uma “nova inquisição militarista”.

No editorial do segundo número de *Germinall*, o redator abordou notícias veiculadas na imprensa comercial em torno de violências sexuais cometidas por sacerdotes católicos do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Solargeo Livre¹⁴⁶, por sua vez, referiu-se aos posicionamentos timoratos dos jornais burgueses que anunciaram o estupro da criança e foram, em seguida, evoluindo suas matérias de modo a negarem suas colocações iniciais. A finalidade do articulista era ressaltar as causas das violências sobre as crianças, como também a cumplicidade dos pais com acontecimentos deste tipo.

A propósito deste editorial, João Crispim¹⁴⁷ escreveu no quarto número de *Germinall* um depoimento confessional, sem nenhum trocadilho, corroborando as denúncias contras os clérigos. Neste relato, registrou suas impressões acerca das atitudes dos sacerdotes católicos do Colégio do Sagrado Coração de Jesus a partir de suas lembranças dos tempos em que fora aluno, quando criança, nesta instituição.

Em relação à igreja, Astrojildo Pereira¹⁴⁸ enviou do Rio de Janeiro um artigo comentando o recente interesse desta instituição pela questão social, em particular no âmbito da ação do movimento operário. Com sua escrita

146 LIVRE, Solargeo. Mais um escandalo clerical. *Germinall*. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 23 mar. 1913.

147 CRISPIM, João. Episodios do Sagrado Coração de Jesus – Recordações de outrora. *Germinall*. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

148 PEREIRA, Astrojildo. A Igreja e a questão social. *Germinall*. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

coloquial, racionalista e raivosa, evidenciou o recente interesse da igreja pelos trabalhadores como uma tentativa de obstar o crescimento vertiginoso deste movimento, ao mesmo tempo em que percebia, com preocupação, a perda crescente de fiéis. Esta perda estava diretamente associada ao surgimento e à difusão das associações proletárias nos segmentos populares.

Percebeu assim a investida eclesial sobre o movimento operário como possuindo ressonâncias em integrantes do movimento social. Neste momento do seu escrito, aludiu, com sua maneira irada característica, a quem, dentro do movimento operário, afirmasse ter sido Jesus Cristo um socialista e mesmo um anarquista¹⁴⁹.

A Igreja e a questão social

..... o amigo Tristão me respondeu:

- Ha, de facto, um perigo clerical. A Igreja trabalha activamente por intrrometer-se no movimento operario. A Igreja pretende resolver a questão social... Ah! aqui tambem! Talvez principalmente aqui... Leste os extractos dos estatutos da “União Operaria de Petropolis”, por mim publicados na “Voz do Trabalhador”. Pois bem. Lê agora esta revista.

Esta a “Revista Social”, vol. V, ano V. Publica-se no Rio. Diz-se “órgão da mocidade” e é de “acção social”. Editora: a “União Catolica Brasileira”. E’ uma revista de belo aspécto, com 24 pajinas de exelente papel. Folheio-a... Reparaí nestes titulos: “O Socialismo – A solução catolica da questão social – Meios praticos de

149 Dois livros escritos por militantes operários levantam a tese do anarquismo de Jesus Cristo. Everardo Dias, um pouco antes de compor o núcleo fundador do Partido Comunista Brasileiro, elaborou e desenvolveu a assertiva de ter sido Jesus um anarquista. Ver: DIAS, Everardo. *Jesus Cristo era anarquista*. São Paulo: A Plebe, 1920. O professor Aníbal Vaz Melo foi um pouco mais além, afirmando ter sido Jesus o maior anarquista. Este seu livro teve duas edições, a primeira em 1950 e a segunda em 1956. Ver: MELO, Aníbal Vaz. *Cristo, o maior dos anarquistas*. São Paulo: [s.n.], 1950.

propaganda entre o operariado do Rio de Janeiro”. E’ o tema de um relatorio lido na sessão da “União” em I de novembro ultimo. Segue-se o artigo: “Sindicalismo catolico”, traduzido de I. Garriguet (*L’Evolution actuelle du Socialisme en France*). Não é revelador? Bem me disia o Tristão:

- Ha, de facto, um perigo clerical...

A decadencia na Igreja não é cousa que se discuta mais. O poderio politico do Vaticano está hoje muito limitado. Já não é mais aquela força incontrastável dos tempos idos... E essa decadencia se acentua de dia para dia... Ora, precisamente por isso, a Igreja congrega as ultimas energias, que lhe restam, e tenta, num esforço extremo, recuperar a situação perdida. Sem duvida, é um esforço inutil. A sua quéda, como a de todas as outras igrejas e relijiões, é fatal. Porque a base de todas elas, a divindade, foi já ferida de morte. E’ uma questão de tempo... E aqui é que está o perigo. Perigo real. Examinemo-lo rapidamente.

Para a Igreja, todos os meios de acção são bons. Escrupulo e coerencia, para ela, são palavras vãs. Serve-se de tudo. Mesmo a custo de transigencias de momento... Assim, diante da questão social. A questão social é inevitavel. Empolga todos os espiritos. A Igreja, naturalmente, sai tambem a campo, pretendendo resolvel-a. E nisto, o Vaticano sofre ainda a concorrencia das outras seitas. O protestantismo, o espiritismo, o ocultismo, etc., cada qual supõe ter a chave do problema. Ha o socialismo catolico. Ha o socialismo protestante. Ha o socialismo espirita... Ha até, entre nós, alguns tolos que chamam o hipotetico Jesus de socialista, de anarquista... Ora, bem. Nós sabemos a grande porcentagem de ignorancia que existe no povo, na massa trabalhadora. Sabemos mais, que aqui na America do Sul, essa porcentagem atinje proporções esmagadoras. No Brasil, mais de noventa por cento da população é composta de analfabetos. (Digo analfabeto no sentido rigoroso. Saber só o *a b c* e as quatro operações não é deixar de ser analfabeto...) E sabemos tambem que é justamente no meio dessa massa enorme de ignorantes que o clero exerce maior influencia. Daí, uma conclusão: a necessidade

da propaganda anticlerical, da propaganda antirelijioza.¹⁵⁰

No sétimo número do jornal, João Crispim¹⁵¹ escreveu um artigo refletindo sobre o livre pensamento. O articulista evidenciou a dificuldade das pessoas em se livrarem dos prejuízos religiosos. Mesmo sábios e cientistas, advertiu, se encontravam enredados nas malhas do que denominou “peste religiosa”. Esta designação faz referência a um escrito homônimo de Jonh Most¹⁵² muito divulgado naquele período entre os trabalhadores em geral e entre livre pensadores em particular.

Um aspecto a ser destacado no escrito de Crispim diz respeito à análise apresentada do período denominado “modernidade”. O autor evidenciou ser este período considerado, por cientistas e filósofos, como o do predomínio da razão em detrimento da revelação. Esta concepção implicaria a ruptura com o medievo, período em que a igreja ocupava o centro de gravidade do dinamismo da vida social. Segundo esta perspectiva, o fim da Idade Média significou senão o fim definitivo do domínio teológico, pelo menos uma crescente perda de campo. Tal processo de fenecimento da religião apontaria, acreditavam tais pensadores, para a liquidação definitiva da igreja e da religião. Desta leitura, não compartilhava João Crispim. A hierarquia, o princípio de autoridade e a conseqüente relação mando-obediência pro-

150 PEREIRA, Astrojildo. A Igreja e a questão social. *Germinall*. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

151 CRISPIM, João. O livre pensamento. *Germinall*. Ano 1, n. 7, p. 2, São Paulo, 10 maio 1913.

152 O livro de Jonh Most foi beneficiado com três edições portuguesas nos anos de 1895, 1904 e 1923. No Brasil, este livro foi publicado no ano de 1907. No entanto, como os contatos entre os trabalhadores de Portugal e do Brasil eram bastante intensos, muito provavelmente as edições portuguesas circularam entre os trabalhadores no Brasil. Ver: MOST, Jonh. *A peste religiosa*. São Paulo: Grupo Libertário *Germinall*, 1907.

vêm da religião. Há que se considerar também o fato dele circunscrever a noção de religião estritamente à experiência histórica do cristianismo com todas as suas variações.

Logo no início de suas análises, Crispim evidenciou o fato do dinamismo social vigente ser contagiado por postulados religiosos. As dimensões jurídica, familiar, econômica e outras mais são atravessadas por relações de mando-obediência, cuja matriz é a concepção religiosa da existência, estabelecendo alguma divindade enquanto centralidade na existência e, como desdobramento, na vida social. A percepção profundamente crítica da modernidade, enquanto período histórico em continuidade com as práticas de conquistas dos tempos dos impérios, perpetrando carnificinas e conflagrações bélicas entre as nações, foi comum a diversos anarquistas. O redator referiu-se aos países europeus, ícones da sociedade moderna, como “açougues modernos”.

AÇOUGUES MODERNOS

NOS BALKANS

A guerra entre a Grecia, a Servia e a Rumania contra a Bulgária, foi iniciada com tanta ou mais violência do que a dos aliados contra a Turquia.

Apenas romperam as hostilidades e já se contam mais de 30.000 homens mortos e 50.000 feridos.

Várias cidades teem sido saqueadas e devoradas pelo incendio.

Estre estas cidades conta se a de Ceres que, segundo um telegrama, foi incendiada pelo irregulares gregos. Empenhados em completar a sua obra patriótica, os irregulares gregos massacraram 200 soldados bulgaros e grande numero de velhos, mulheres e crianças.

Atenas vai em progresso. Em lustros não remotos, quando cultivou as letras, as artes, as sciencias e a filosofia, brilhou pela sua civilisa-

ção; nos lustros contemporaneos em que cultiva o civismo e a moral do Estado, brilha pela sua barbarie.

NA CIRENAICA

O canhão papalino não cessou de anunciar a civilização cristã nos áridos campos da Cirenaica.

Os exercitos italianos continuam a avançar exterminando os habitantes do pais.

As ultimas noticias dizem que uma coluna italiana travou combate com um grupo de beduinos, o qual durou tres horas.

Houve grande numero de mortos e feridos, de ambos os lados.

Outra coluna atacou “El Gaffe” bombardeando o campo beduino.

Tudo se explica, menos a participação da mocidade italiana nessa empresa de morte, de desolação e exterminio, onde os proletarios vão sacrificar a sua vida ou saude, representando o papel de assassinos, para beneficiar os financeiros da peninsula.

EM MARROCOS

As legiões francesa e espenhola em Marrocos tambem não perdem tempo. Os capitalistas como Montero Rios, Romanones e outros, que são a honra e gloria nacional, vêem aumentados os seus capitais e possessões, ao passo que as familias dos soldados andam errantes e com faces cadavéricas, pedindo de porta em porta um pedaço de pão.

Uns morrem na guerra de pilhagem e outros, desamparados, morrem por falta dos seus unicos sustentáculos que vão expor a vida em defeza da patria...

São assim os açougues modernos.¹⁵³

¹⁵³ Açougues modernos. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 18, p. 2, 20 jul. 1913.

Fábio Luz¹⁵⁴, em seu opúsculo *A internacional negra*, teceu reflexões nesta mesma linha de raciocínio. Em suas ponderações, a igreja católica se voltou à questão social rendida pelos protestos e pela organização dos trabalhadores. Visando opor-se às tendências revolucionárias do movimento operário, a igreja inicia uma abordagem da questão social visando manter domínio. Fábio Luz sustentou que a religiosidade deveria ser livre. Contudo, o objetivo da igreja católica é restabelecer um império mundial tendo na figura do papa um novo imperador. Com este objetivo, ela se transmuta em diversas formas de acordo com a situação para alcançar suas finalidades. É assim que compôs com os poderes governamentais e, ao mesmo tempo, procurou intervir no movimento dos trabalhadores, procurando disseminar postulados de resignação, obediência e esperança.

Dentro da temática crítica da religião, José Martins¹⁵⁵ escreveu rebatendo a ideia propagada por alguns religiosos que resumia a questão social a uma questão religiosa. Neste seu escrito, assinalou a proveniência religiosa das soluções apresentadas por governantes, como de pretendentes à governança. Abarcou, nesta sua crítica à religião, as mais diversas correntes doutrinárias e espiritualistas: maçônica, espiritismo, budismo, confucionismo, catolicismo, protestantismo.

Em seu modo de ver, nenhuma dessas expressões espiritualistas tocou no tema da desigualdade social. Suas ponderações em torno dos problemas sociais excluía qualquer questionamento em torno da exploração do trabalhador pelas classes dominantes. No ge-

¹⁵⁴ LUZ, Fábio. *A internacional negra* – Distribuição gratuita da Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Revista Comercial, 1919.

¹⁵⁵ MARTINS, José. *A questão social e o anarquismo*. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 15, p. 2, 07 jul. 1913.

ral, essas correntes espiritualistas procuravam estabelecer uma harmonia entre trabalhadores e o patronato, algo que lhe parecia totalmente inócuo. Na conclusão do escrito, José Martins procurou refletir acerca do princípio de autoridade. Dentro de uma preocupação comum a muitos estudiosos do período, buscou traçar uma trajetória desse princípio partindo de sua suposta origem histórica, ulteriores desdobramentos e, por fim, seu natural fenecimento.

A Questão Social e o Anarquismo*

II (CONCLUSÃO)

SUMARIO: *Historia do principio de autoridade: sua origem, desenvolvimento histórico, decadencia e desaparecimento final, – Algumas objeções ao Anarquismo. – Refutação.*

E' lei universalmente e geralmente hoje admitida por todos os que se entregam a estudos sérios, como sejam biologia, fisiologia, psicologia e demais acabadas em “gia”, que as mesmas causas produzem sempre idénticos efeitos. Ora, partindo desse principio, claro está que desde o momento em que se elimine uma causa, não ha a menor duvida de que o efeito desaparecerá.

Apliquemos esse axioma ao têma que vimos desenvolvendo.

Desde a formação das primeiras sociedades humanas, vemos que a Humanidade vem sofrendo de uma dupla tirania politico-religiosa; mas como não tem consciencia das verdadeiras causas que lhe produzem o sofrimento, e crenndo, por outro lado, que a culpa é dos homens e não das instituições, ela derruba imperios, desmembra reinos, depõe e assassina satrapas, troca de deuses e de amos, muda de bonzos, forma monarquias constitucionais, que ao dia seguinte as substitue por repúblicas, derrama emfim sangue a torrentes, e quando acaba reconhece por fim que gira num circulo vicioso, do qual urge sair.

Hoje, que já têm alguma consciencia de si mes-

ma, ainda pergunta-se indignada entre o medo do futuro e as desilusões do passado.

– “Mas de que me serviram todas as formas governamentais por mim adoptadas? de que todas as religiões a que dei crédito e todas as filosofias que abracei?”

De nada, absolutamente!

Actualmente, trabalhada e dividida, a Humanidade vive aturdida por mil seitas políticas, religiosas e filosóficas, que constantemente lhe gritam:

– “Vem, que eu te salvo, – diz-lhe uma, – mas tem que obedecer-me.”

“Vem, que eu te farei feliz, – inculca-lhe uma segunda; – mas has de respeitar-me.”

“Vem, que eu farei cessar todos os teus sofrimentos, – insinua-lhe uma terceira; – mas preciso é que faças tudo o que eu te ordenar.”

E assim, todas essas seitas teem por principio a astúcia, por meio a exploração e por fim – e isto é o mais importante – a salvaguarda do capital e do principio de autoridade – os dois melhores instrumentos de dominio. (1).

-----,¹⁵⁶ o escopo principal de todas as seitas políticas e religiosas é manter a Humanidade sempre agrilhoada aos pés da autoridade e obediente aos possuidores do dinheiro; dividida em mandões e mandados, ricos e pobres, ladrões e roubados; e como está demonstrado por uma experiencia de mais de 30 seculos, que emquanto houver govêrnos e governados, ricos e pobres, amos e escravos jámais reinará a paz entre os homens, conclúe-se daí logicamente que para resolver a Questão Social, que toda consiste nisso, todos os esforços reunidos de todas as seitas religiosas ou políticas serão baldados.

Gerando as desigualdades sociais, os privilegios e as castas, bases de todo o mal estar que acabrunha á Humanidade, fica claramente estabelecido que o principio da outoridade é o mal de todos os males.

Mas, como apareceu tal principio?

Difícil, na verdade, é determina-lo.

Mas, á luz dos documentos históricos que possuímos vamos tenta-lo.

*

* *

“Provavelmente – diz Pellicer – a autoridade se implantou nas primeiras agrupações humanas á maneira como rege nas especies simias, cujas hordas são governadas pelos individuos *mais fortes* (o grifo é cá do gasto). Demais, si se observam essas tribus africanas e australianas ainda subsistentes, a probabilidade converte-se em realidade.” (*Análisis de la Questión de la Vida ó Conferencias Populares de Sociologia*, pag. 54 e seg.)

Cantú, referindo-se ás tribus e ao principio de autoridade, diz o que se segue: – “Algumas vezes (as tribus) brigavam: a que vencía dominava as outras e apoiava *na força a desigualdade de direitos*.” (*Hist. Univ.*, tom. 1, liv. II, pag. 475) (2).

Emfim, escutemos o que ensina Faure acerca do mesmo assunto.

– “... Da guerra com os animais ferozes e com outros grupos humanos, surgiu em cada tribu ou colonia a autoridade absoluta que *os mais fortes* se atribuiram com o nome de *chefes*, os quais se arrogaram o direito de mandar e de fazer trabalhar aos mais debeis em proveito exclusivamente deles; com a cumplicidade, pois, dos legisladores e sacerdotes, estes *chefes* fôram consolidando pouco a pouco o seu poder e supremacia com leis e preceitos religiosos.” (*El Dolor Universal*, ed. hesp. de Sempere y C., tomo II, pag. 6)

Posteriormente, o principio de autoridade alcançou tal onipotencia, que os reis e imperadores foram considerados deuses ou semi-deuses.

Cerca de tres seculos e meio antes da nossa era, Alexandre Magno já se havia feito passar, entre os gregos, por um semi-deus, filho de uma mulher que permanecêra virgem depois de da-lo á luz; muitos dos imperadores romanos, mesmo em vida, tambem fizeram-se adorar como deuses, o que tambem não impediu que muitos d’elles fôssem violentamente mortos pelas sublevações das tropas; mas, quem indubitavelmente mais consolidou o principio de autoridade, impondo aos povos como um principio verdadeiramente divino, foi o cristianismo.

Esta religião atros e sanguinaria ensinou aos povos que desobedecer á autoridade era resistir ao proprio Deus. Dinastias europeias, cujos pri-

meiros ascendentes fôram ladrões, assassinos ou magarefes (3), fôram impostas aos povos como de origem divina. – “Os soberanos – diz Faure – são seres sobrenaturais com certa aureola de divindade. Os individuos lhes pertencem como as suas proprias riquezas. Por cima das cabeças coroadas, o sucessor de S. Pedro distribúe as suas bênçãos ou anatemas. A Igreja fala arrogantemente aos monarcas e estes curvam as cabeças. Seus ministros vestem sotaninãs; os tribunais compõem-se de frades; o crime mais abominavel é o cisma ou a heresia, e as fogueiras acendem se para o atrevido que duvidar ou negar.

“Mas para que tal estado de cousas se mantenha o mais tempo possivel, – conclúe Faure, – é preciso que a base não seja discutida; por conseguinte, é proibido pensar, reflexionar, discutir ou criticar. Não obstante, apesar de tudo isso, a Humanidade prôcura o seu caminho; a necessidade de -----¹⁵⁷ inventa a imprensa, multiplica os livros, vulgarisa as idéas novas; emfim, produz-se um movimento de opinião tão colossal, que arrasta o mundo baseado no direito divino.” (*Obr. Cit.*, tom. II, pag. 11-12).

Com efeito, no seculo XII, o principio de autoridade havia alcançado o seu maior apogeu nas pessoas dos papas; mas o desacato feito a Bonifacio VIII, esbofetado pelos representantes de Filipe o Belo, no começo do século XIV, mostrou aos reis e aos povos que os papas não eram delegados de Deus na Terra.

Desde esse momento, o principio de autoridade começa a perder terreno. Lutero e Calvino vibram formidaveis golpes na autoridade semi-divina dos papas; proclama-se o livre exame; investigam-se as origens do papismo e da realza, dando em resultado que o primeiro teve por base a astúcia e a violencia. Elabóra-se a *Enciclopedia*, difundem-se as luzes, faz-se a Revolução, e a cabeça de um déspota – Luis XVI – rola por terra! (4).

Então aprendem os povos que os reis não são de direito divino nem inviolaveis, mas simples homens como os outros! Entretanto, a Revolução prosegue, invadindo a Europa e fazendo ruir tronos, sem exceptuar o do proprio representante de Deus na Terra; os reis, tremendo de medo, fazem concessões; delegam os seus

outroira absolutos poderes em câmaras ou parlamentos; alguns desaparecem, como os da França, do Mexico, do Brasil e de Portugal; outros estão prestes a isso; emfim, em toda a parte evidencia-se claramente que á medida que a liberdade avança um passo, a autoridade recúa outro, e assim, ora recuando, ora vergonhosamente fugindo á aproximação da liberdade, a autoridade caminha a passos agigantados para as bordas do abismo que em dias não longinquos ha de fatalmente traga-la.

[...]

(*) No artigo passado escaparam alguns erros de composição.

(1) Allan Kardek, ao terminar o seu *Resumo do Ensino dos Espiritos*, inserto na *Memoria Historias do Espiritismo*, edição de F. C. B, do Rio de Janeiro, exclama – “Incredulos! Dizei se uma doutrina que ensina semelhantes cousas é irrosoria...!”

Encarando-a *unicamente* sob o ponto de vista da ordem social, dizei se es homens que a praticassem seriam felizes ou desgraçados, melhores ou peiores!” (*Mem. Hit. do Espir.*, p. 102).

Este burguês hipócrita compreendia a necessidade de manter o povo na obediencia aos bandidos como eles e para prolongar o dominio da autoridade e do dinheiro, forjou ou codificou uma nova superstição: o Espiritismo.

Assaltado pelos temores de uma reivindicação social do proletariado, o mesmo diz o não menos hipócrita e burguês *espírita* J. Bouvirg. Veja o seu livro *El Espiritismo y la Anarquia*. (cap. XV).

(2) Nosso companheiro e mestre P. Kropotki ao nega abertamente a teoria ou hipótese de Pollicer, Faure e Cantú relativa ás tribus primitivas em guerras entre si, e todavia fala de “minorias guerreiras” (*La Ciência Moderna y el Anarquismo*, p. 75). Respeitando as idéas do mestre a outra ordem de factos posteriormente desenrolados, declaramos por nossa parte que aceitamos inteiramente as teorias expostas por aqueles eruditos escritores, porque sem estas não se poderia explicar a origem das desigualdades entre os homens e menos ainda a escravidão.

(3) “Hugo Capeto, o fundador da dinastia dos Capetos, em França, cujo ultimo descendente foi Luis XVI; - Hugo Capeto foi aprendiz de magarefe; os Hapsburgos, dinastia austríaca são descendentes de um espadachim; e os Romanoff, da Rússia, até nem é bom falar, porque o historiador mais perspicaz jámais poderá dizer quem foi o pai de qualquer dos filhos de Catarina II.” (Max Nordeau, *Mentiras Convencionais*, tom. 1, fgs. 101-102).

(4) Cumpre-nos advertir que, 140 anos antes da Revolução Francesa, os ingleses já haviam feito a *sua*, si bem que com caracter religioso. As comunas declararam que o oficio de rei era inutil e perigoso para a liberdade, e em consequencia disso, Carlos I, foi sentenciado e seguidamente decapitado (30 de janeiro de 1649) (Cantú, *Hist. Univ.*, vol. XV, p. 247-48.)¹⁵⁸

Em que pesem as limitações próprias da abordagem evolucionista adotada pelo autor, destacando a necessidade de se conhecerem as origens históricas dos fenômenos ou instituições sociais como condição para seu entendimento contemporâneo, o seu mérito reside no fato de ter assinalado a dominação na configuração da questão social. A exploração econômica surge, nesta perspectiva, enquanto resultado da hierarquia, do domínio sagrado de alguns segmentos sociais sobre os produtores.

Outra constatação radical do autor diz respeito à proveniência religiosa do princípio de autoridade. Mesmo existindo em diversos agrupamentos humanos, o dinamismo societário fundado na relação mando-obediência tomou com o cristianismo contornos nunca antes existentes, evidenciando a realização de um processo social que estabelece, nas individualidades, a naturalização de relações sociais reprodutoras e legitimadoras da hierarquia.

158 MARTINS, José. A Questão Social e o Anarquismo - II. *Germinall*. São Paulo, ano 1, n. 17, 13 jul. 1913. p. 2.

No encerramento desse escrito, refutou, como objeção apresentada ao anarquismo, a concepção de homem lobo do homem. Esta objeção às ideias anarquistas de abolição do princípio de autoridade condiciona a existência social à autoridade, submetendo a primeira à segunda. Esta objeção consiste numa atualização da concepção cristã de queda, do pecado original.

A Questão Social e o Anarquismo*

II

(CONCLUSÃO)

[...]

“E então? – perguntam os ultimos bastardos da actual desordem e despotismo agonizantes com ares de triunfo: - que ha de ser da Humanidade sem governo e sem leis estabelecidas?

Já prevemos – continuam – que *nos comeremos uns aos outros*; porque não havendo um *superior* a quem respeitar nem *leis* a que obedecer, o mundo seria fatalmente uma desordem.”

Tão esfarrapados argumentos nem sequer merecem a honra de refutação seria. Ora, partindo do principio de que a existencia de uma cousa implica ordem nessa mesma cousa, segue-se logicamente que, destruidos os mandarins e continuando a existir a Humanidade, a bem da sua propria existencia, *ha de ser forçosamente ordeira*, por que a destruição da autoridade não implica a da Humanidade. Ora bem. Se observarmos, por outro lado, os conflictos sociais, vemos que *todos* são derivados do antagonismo de interesses. Harmonizados estes, e dando-se a cada homem segundo as suas necessidades em troca de um labor conforme as suas aptidões e forças, suprimem-se dum só golpe todos os conflictos sociais, que, como acima afirmamos, todos teem a sua *causa directa* no antagonismo de interesses; demais, um homem, bem instruído, bem alimentado e com vestuários e casa garantidos, que necessidade teria de ser ladrão, assassino ou vicioso?

Em suma: um homem em tais condições, não

teria interesse, não seria capaz de fazer mal algum aos seus semelhantes; e por isso concluímos, que o Anarquismo, garantindo a *todos* pão, liberdade, intrucção e trabalho, è em verdade uma doutrina filosofica e humanitaria e o seu triunfo impõem-se para o bem da Humanidade.

Trabalhadores: a vós compete realiza-lo!¹⁵⁹

O autor, além de ter apontado a procedência cristã desta concepção de natureza humana má, comum a religiosos e governantes, desdenhou de sua validade por fácil demonstração de sua nulidade. Sustentou, finalmente, ser a existência de todo e qualquer fenômeno social uma evidência por si da existência de ordem e que, portanto, o fim da autoridade não implica o fim da humanidade, pois os fenômenos humanos são históricos.

A organização do movimento operário foi tema de debate em diversos artigos, e a questão da organização sindical frente ao anarquismo orientou muitos destes escritos. Na edição especial de *Germinall*, alusiva ao primeiro de maio, Primitivo Soares¹⁶⁰ publicou artigo apresentando suas reflexões em torno da questão do neutralismo sindical contido no sindicalismo francês.

Soares analisou os princípios da CGT francesa em comparação aos da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Para ele, as orientações dadas pela CGT francesa, sobretudo no quesito da neutralidade das associações operárias, resultaram em evidente retrocesso para o movimento dos trabalhadores. Em seu entendimento, há que se assumir os postulados, fundamentos e intenções anarquistas no sindicato, o que não apresentava nenhuma contradição com o movimento operário.

159 *Ibidem*, p. 2.

160 SOARES, Primitivo. Orientação proletária. Edição especial do *Germinall* e da *Barricada*. São Paulo, p. 4, 01 maio 1913.

O artigo escrito por Lucas Másculo¹⁶¹ colocou em evidência a situação de facionamento no movimento dos trabalhadores, particularmente dentro da expressão assumidamente revolucionária. Advertiu a todos os revolucionários para minimizarem a importância dada às divergências, privilegiando os pontos comuns para, então, poder configurar uma ação coletiva mais poderosa. O próprio título do artigo – “Conciliação” – anunciava de antemão as intenções do autor: apesar das diferenças existentes entre os revolucionários, estes deveriam evidenciar, em suas relações, atuações e intervenções sociais, os aspectos que lhes fossem comuns e próximos, emprestando um valor menor às divergências.

As opiniões manifestas neste artigo delineiam posições dentro das propostas anarcossindicalista ou sindicalista revolucionária, caracterizadas, *grosso modo*, pelo enfoque racionalista e cientificista, pela concepção de organização dos trabalhadores por sindicatos de categorias e pelo estabelecimento do sindicato como centro de gravidade das relações sociais numa futura sociedade libertária. Também outra característica das propostas anarcossindicalistas diz respeito, de um lado, ao enfoque baseado numa linearidade temporal; e de outro, no estabelecimento da sociedade libertária enquanto projeto edênico, dissolvendo os conflitos sociais em prol de uma sociabilidade harmônica.

João Crispim criticou severamente o neutralismo sindical, apresentando o anarquismo enquanto fator de liberdade dentro das associações dos trabalhadores. O entendimento dos aderentes da neutralidade nas associações dos trabalhadores defendia o posicionamento segundo o qual não se poderia

161 MÁSCULO, Lucas. Conciliação. *Germinall*. São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 25 maio 1913.

falar de anarquismo nos sindicatos sob pena de violentar a liberdade de pensamento e de expressão dos operários. Esta perspectiva se apresentava, na visão do articulista, como absolutamente insustentável.

Luta proletária

Métodos e tendências

A causa que determina o proletário a rebelar-se contra o patrão, contra a autoridade, que se interpõe na luta em favor do explorador, é a sua natural tendencia, o seu sentimento e aspiração de liberdade, quer no terreno económico quer no terreno social. Ao associar-se ele leva ao seio do sindicato, lugar onde mais facilmente pode desafogar-se da sua indignação, um caudal de energia, expondo aos seus companheiros tudo quanto sente e pensa, indicando os males que ele e os seus camaradas padecem, e os meios que julga melhores para remedia-los.

Em nome de quem e com que direito se pode proibir nos sindicatos a liberdade de pensamento?

Se os trabalhadores, oprimidos pelo patronato, por todas as instituições sociais, vão ao sindicato ou sociedade operária e não podem ali gozar da liberdade individual: o que é que vão ali fazer?

A conquistar um pedaço de pão em troca de uma nova tirania creada por eles mesmo, a tirania sindical?

A sociedade operária que institue em seu seio a escravidão da consciencia, declarando a inutilidade ou nocividade da inteligencia humana, não é um elemento de opressão peor do que as instituições coercitivas da burguesia, posto que fere mais de perto e com mais eficacia a expansão dos seus componentes e o movimento evolutivo do operariado em geral?¹⁶²

As associações que negavam a liberdade de pensamento ao trabalhador agiam como nova tirania. O anarquismo, para Crispim,

¹⁶² CRISPIM, João. Luta proletária – Métodos e tendencias. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 maio 1913.

consistia na efetivação da possibilidade do estabelecimento de um vasto campo de liberdade para os trabalhadores e não como davam a entender os partidários da neutralidade sindical, na sua negação. O autor afirmou não se interessar em saber a razão da falta de liberdade de pensamento e expressão em alguns sindicatos em nome de alguma neutralidade das associações, como uns e outros afirmavam, devido à orientação extremamente individualista ou estritamente sindical. Para ele, a orientação anarquista nos sindicatos estava na dependência das atitudes dos próprios associados. Estes seriam os que poderiam efetivamente dar forma anárquica aos sindicatos.

Luta proletária

Métodos e tendências

[...]

Conheço muitas sociedades operárias onde só se aprende a idolatrar individuos, a servir de apoio aos politiqueros, e empregam a sua actividade em impedir a marcha do proletariado.

Sem ir mais longe, aí temos no Rio, a Federação Operária impossibilitada de realizar um movimento sério e de organização neste sentido as classes que para isso melhor poderiam contribuir, porque estão organizadas, em sociedades conservadoras que cristalizam a acção dos trabalhadores, e pode-se afirmar que não ha policia nem leis capazes de fazer outro tanto.

As associações desta indole não só impedem a propaganda emancipadora dentro dos seu seio senão que agem contra os individuos que entre as classes fazem a sua propaganda, naturalmente contraria a orientação dessas associações, e, em muitos casos, este despotismo tem produzido grandes conflictos entre os trabalhadores.

Os anarquistas estão, por tanto, no seu terreno e no seu dever de combater todas as instituições, todos os elementos que se oponham á liberdade individual.

Aqui, a discrepancia no elemento operario foi proveniente, dizem uns, da exagerada tendencia individualista de notavel número de lutadores e a extricta concepção sindicalista, dizem outros, dada ás organizações.

Não me interessa muito saber isto com certeza; quero somente dizer que nos logares onde a organização operária teve e tem uma tendencia francamente libertaria essas discrepâncias ou lutas entres organizadores e individualistas, salvo raras excepções, não tem sido notavel; cada um luta auxiliando-se mutuamente, especialmente nos momentos difíceis.

Tenho quasi a certeza de que se entre nós a organização operária tomasse uma tendencia anarquista, os libertarios, mesmo os excepticos respeito a organização, pretar-lhe iam o seu apoio e a maior parte se constituiriam em seus entusiastas propagandistas.

E, desde que os militantes, os mais activos nas organizações operárias, são anarquistas ou simpatizantes da Anarquia, não vejo motivo para - - - - conciliação proposta pelo companheiro Lucas não tenha o efeito desejado, e necessario para a luta emancipadora no Brasil.

Dar a tendencia anarquista á organização operária não é obrigar a todos a seguir esta tendencia, é dar a todos a mais ampla liberdade, que só pode encontrar-se nas entidades que seguem essa orientação.

E', alem disso, a forma única de livrar o movimento operario de todas as mistificações, iluminando-o com todas as claridades das sciencias sociológicas.¹⁶³

Em outro artigo, João Crispim¹⁶⁴ evidenciou as diferenças entre o anarcossindicalismo, ou sindicalismo revolucionário, e o sindicalismo de orientação anarquista. No Brasil, forte foi a influência dos sindicalistas franceses no movimento operário. É do mo-

¹⁶³ CRISPIM, João. Luta proletária – Métodos e tendencias. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 maio 1913.

¹⁶⁴ CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 13, p. 2, 15 jun. 1913.

vimento tributário o referencial francês que João Crispim tratou neste artigo.

Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista

Uma equívoca tendencia das gerações humanas vale por um período de retrocesso na sua propria evolução.

Os acontecimentos que se sucederam durante todos os séculos confirmam esta asserção.

[...]

A classe trabalhadora, revoltada contra as classes detentoras da riqueza e do poder, estimulada pela consciencia, despertada por essas projecções, iniciou um movimento de resistencia e de luta em defesa de seus direitos.

A partir da segunda metade do século passado foi quando este movimento tomou um carater respeitavel.

A Internacional dos Trabalhadores reuniu em seu seio milhares de homens de muitos paises e de todas as tendencias.

Mas, para que Bacunine e os demais companheiros não difundissem as suas idéas e não perturbassem a dictadura de Marx, comandante em chefe do exército proletário, foram expulsos da Federação e delatados á policia pelos membros influentes dessa entidade operária.

Hoje, a Confederação Geral do Trabalho da França que, por ser francêza seve de modelo a muitas organizações operárias de não poucas nações, segue as pegadas das instituições reaccionarias impondo silencio aos seus componentes.

A fama, porem, é tudo.

O povo francês tomou a Bastilha e proclamou a Comuna.

Isto impede reconhecer que outros fôram mais longe:

que em Jeréz fez-se uma tentativa revolucionaria anarquista;

que os camponeses russos assaltam os domínios dos ricos, não reconhecendo o direito de propriedade, e que os revolucionarios mexicanos,

em grande parte semi-civilizados, tomam as cidades por assalto e fazem uma limpeza geral de quanto representa as instituições e classes, ao grito de “Terra e Liberdade!”

“Julgando a Confederação tal como se oferece a vista do observador, não representa nem é no fundo outra cousa que uma organização de resistencia ao capital, não oferecendo um ideal politico claro, concreto definido e muito menos uma solução economica.

Fica por tanto reduzida à categoria de simples meio, e ainda assim considerada não pode ser mais deficiente.

Das tendencias que no seu seio se manifestam com mais força, note-se que falamos da realidade da vida sindical e não dos congressos – uma é inimiga franca da violencia por que tem confiança absoluta na acção parlamentar.

A outra entende que em vez da *grande revolução* que reputa impossivel porque ouviu dizer que a natureza não procede por saltos, pensa – alternando com a luta politica numa serie ininterrompida de grèves de classe mais ou menos revolucionarias.

Como se vê, as duas fundemse num mesmo absurdo, e nenhuma delas fala em nome da emancipação total, senão no melhoramento económico da classe trabalhadora”.

(Eusebio C. Carbó)

Encerrada nesta elíptica, a organização operaria constituida nos moldes da C. G. T., isto é no puro sindicalismo, fechou as portas a todas as ideias de organização social que substitua o regime actual, e a todos os principios, resultando ser mais conservadora do que os partidos democraticos ou liberais.

[...]

Nas sociedades exclusivamente sindicalistas cada trabalhador, quando está no sindicato, tem na boca uma mordaca e deante dos seus olhos um regulamento que lhe diz: – *you não pode falar aqui!*

Para saber-se quais as formas que pode tomar o sindicalismo, haja vista aos grandes sindicatos operarios norte-americanos, onde os rebeldes, os inovadores, estão boicotados pelos componentes dessas associações, que fazem um monopólio do trabalho, obrigando os outros

trabalhadores a uma desocupação definitiva ou emigrarem, pois não admitem mais socios do que os necessarios para o trabalho.

Cognominar de revolucionario o sindicalismo moderno pouco influe em beneficio dessa organização.

Os partidos reaccionarios ou liberais conquistavam o poder com revoluções insurreccionais e as cousas continuaram como antes ou peor.¹⁶⁵

Uma diferença por demais importante entre estes dois tipos de sindicalismo, a ser destacada do texto do articulador, diz respeito à extinção da organização sindical juntamente com a abolição do capitalismo e do Estado. A nova face da sociedade estaria nas mãos de pessoas e grupos interessados. Estes agiriam a partir do agrupamento de coletividades federadas e confederadas a fim de resolução dos mais diversos problemas. Outra diferença diz respeito à questão dos regulamentos e códigos. No sindicalismo de orientação anarquista, nada de legislação. Crispim acusou no sindicalismo revolucionário a intenção de estabelecer novas formas de tiranias ao procurar uma nova regulamentação para as relações sociais.

Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista

[...]

Supondo, e seria muito supôr, que o sindicalismo revolucionario triunfase sobre a classe capitalista: que faria depois?

Estabelecer um nôvo govêrno, nôvos regulamentos ou leis.

No maior avanço sociologico que lhe é proprio, poderia fazer com que os proprios sindicatos confederados tomasem a direcção da producção e do consumo, um nôvo Estado, o mais déspota

165 CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 13, p. 2, 15 jun. 1913.

e temível de todos os Estados; o govêrno das maiorias.

A revolução ficaria, como as passadas revoluções, limitada ao papel de insurreição, mais danosa nos seus fins do que nos seus meios.

E’ um facto que, nos sindicatos em questão, as directorias ou conselhos exercem sobre os demais associados certa influencia autoritaria, impondo-lhe o estricto cumprimento dos regulamentos sindicais e as resoluções tomadas em assembleias ou conselhos.

No sindicalismo anarquista, o unico verdadeiramente revolucionario, o operario não tem nada a temer.

Nestes sindicatos não ha regulamentos, não ha ordens que limitem a integridade individual.

Não se obriga a estar associado ao companheiro que, não se encontrando satisfeito no sindicato, luta como melhor entende pela emancipação comum.

Se não se podem abolir certas deficiências, como por exemplo a decisão das maiorias, é porque elas são inevitáveis dentro de tal organização, mas, assim mesmo, quando a não observancia dessas decisões não prejudica gravemente as classes, os componentes dos sindicatos que não as cumprem não sofrem nada por isso.

Como finalidade, o sindicalismo anarquista não aspira a organizar a nova sociedade em sindicatos de producção e de consumo.

Uma vez feita a revolução os sindicatos se fragmentarão em grupos que desempenharão essas funções, constituindo, para o melhor desempenho, quantas federações julgarem necessarias, baseando a sua completa autonomia no livre acordo.

E’ preciso encarar seriamente a questão, tomando como ponto de partida a mais completa liberdade, a Anarquia, para não ficarmos outra vez, encerrados num nôvo despotismo, seja ele burguês ou operario, e cháme-se como se chame.¹⁶⁶

166 CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 13, p. 2, 15 jun. 1913.

A questão do imediatismo sindical foi objeto de discussão em outro artigo. Críticos do sindicalismo destacaram suas características intrínsecas, como neutralidade, corporativismo, imediatismo e economicismo. Para eles, estas características constituíam sua própria natureza, motivo pelo qual execravam a participação em associações de classe. No texto em questão, o autor¹⁶⁷ evidenciou a perspectiva anarquista segundo a qual a noção de neutralidade sindical, o espírito de corpo das associações classistas, a luta voltada exclusivamente para assuntos do momento e a redução da questão social à economia foram veementemente rejeitadas em sua totalidade.

Graco produziu reflexões analisando alguns aspectos particulares do movimento operário relativos à orientação de ideias a adotar. Tomando como tema privilegiado a independência individual e das organizações operárias, o articulista meditou principalmente sobre as influências de concepções sindicalistas e individualistas sobre o movimento dos trabalhadores. Ao tratar dos sindicalistas revolucionários, aludiu ao artigo de Lucas Másculo¹⁶⁸ publicado anteriormente, conclamando os trabalhadores a se conciliarem. Considerou esta atitude como pusilânime diante da certeza de que sofreriam perseguições policiais. Os sindicalistas “esperam pelo ditoso dia em que alguma fada venha unir e determinar as classes proletarias á organização e á luta”. A pusilanidade destes desembocava em manutenção do *status quo*.

Quanto ao individualismo, circunscreveu a influência de Nietzsche sobre alguns segmentos operários. Sob o campo gravitacional

167 A EMANCIPAÇÃO integral. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 17, p. 2, 13 jul. 1913.

168 MÁSCULO, Lucas. CONCILIAÇÃO. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 25 maio 1913.

nietzschiano, estes trabalhadores desconsideravam as associações operárias, descartando uma atuação nos sindicatos, como também os métodos coletivos de luta. Agindo desta maneira, limitavam o grau da própria liberdade, colaborando para a manutenção da ordem das coisas.

A verdadeira independência

[...]

Uma resolução dos escravos organizados em grupos libertários e em sociedades de classe, baseados nos princípios acráticos, é capaz de virar tudo de pernas para o ar.

O proletariado tem nas suas mãos os seus próprios destinos. Ele pode fazer o que lhe aprouver do patronato; dos governos, das leis e de todas as instituições que o oprimem.

Assim o entenderam Vailant, Angiolilo, Artal, Regis, Virella e tantos outros; e neste sentido actuaram os trabalhadores que realizaram os colossais movimentos de Milão, S. Petersburgo, Barcelona, Buenos Aires, Chicago, etc.

Não se compreende, no entanto, a moderna vida dos discípulos de Zaratustra, que cantam no deserto inos á sua musa individualista.

Para conservarem a sua independência mantiveram-se longe das agitações proletárias e se separaram das agrupações anarquistas. São completamente livres; fazem o que querem; ninguém os toca; nada influe sobre a sua vida, são superiores a tudo, mas, a cada passo, encontram um laçao de espada á cinta, disposto a retalhar-lhes a cabeça, e em cada esquina, meia dúzia de cães, prontos a deitarem-lhes as garras, mesmo para justificarem a necessidade dos seus serviços e do seu ganha pão.

Em todas partes onde teem que desenvolver as suas actividades para atender a subsistência diária, estão envolvidos por uma escolta composta de trabalhadores *distinguidos*, feitores, administradores, chefes e proprietários, pelos quaes são permanentemente explorados e vilipendiados.

Logo de madrugada, batem-lhes á porta o senhorio que lhes exige o pagamento do aluguel

da casa, quando não lhes atira os trastes á rua; o padeiro, que ameaça suspender o pão; o negociante, que ameaça não fiar mais e entender-se com o patrão para obriga-los a pagarem, ou despedi-los do trabalho. Na rua andam tímidos, desconfiados, examinando os viandantes, procurando descobrir o alfaiate, o sapateiro, o logista a prestações, para dobrarem na primeira esquina, ou fazerem uma porção de caretas de bons pagadores com o fim de evitarem que o café seja muito carregado.

Frente a essa chuva de mandões e de credores, encontram-se infalivelmente numa posição inferior, passiva, deprimente, e coagidos, escarnecidos, desprezados, e, muitas vezes, entram com o corpo em obra.

Estas são as realidades libertárias que os super-omens gozam no ambiente estatuido, *onde não existe o Estado, nem a lei, e a Sociedade é um mito*.

Nada querem saber destas violências que os esmagam, e esforçam-se por distrairem se nas ilusões e fantasias supremas dos Himalaias idealísticos.

Para eles, a única coacção existente é a da luta juntamente com os outros ilotas, para o triunfo da liberdade.

Há, independentemente de qualquer grupo ou associação, muitos meios de vulgarizar as ideias e de combater os inimigos da justiça.

A conferencia, o discurso em publico, a propaganda individual, a distribuição de jornais, livros, manifestos, a rebeldia contra os patrões e as autoridades, o sabotage e a revolução, são meios necessarios mas para chegar-se á vitoria da Acracia.

Entendem, no entanto, que essa luta não reverte em seu favor e não estão dispostos a lutar pela massa; e assim a massa continúa irredenta, e eles tambem, como ela, sofrem a tirania e a iniquidade que reinam, soberanas, destruindo a vida de todos, indistintamente.¹⁶⁹

Arrematando a crítica às duas tendências, Graco sustentou não compreender por

169 GRACO. A verdadeira independência. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 16, p. 2, 07 jul. 1913.

que razão eles se sujeitavam à situação de explorados e violentados “a gozarem com o estriolo e a impotencia dos patrões e dos mandatários, á saborearem uma maior independencia e respeito, á custa de arriscarem algumas vezes o emprego, ou fazerem certas visitas aos postos policiais.” A seu ver, “já que não podem escapar a coacção, ao menos que seja por algum motivo. E esse motivo é o principio da verdadeira independência”.

O assédio às organizações operárias vinha de diversas frentes. Além dos partidos políticos, dos candidatos socialistas e de pessoas outrora militantes do movimento operário, alguns representantes de instituições governamentais acenavam vez ou outra às classes proletárias com manifestações de apreço, tencionando uma aproximação com fins de estabelecer relações de cordialidade, harmonia e cooperação entre ambas.

João Crispim¹⁷⁰ comentou uma circular de um secretário do governo paulista em que este senhor sinalizava aos operários, com termos de simpatia, a causa dos trabalhadores e suas associações. Repudiou a possibilidade de aproximação entre governo e organizações sindicais, sustentando o caráter eminentemente antagonico dos interesses dos trabalhadores e do governo. Nesta direção, iniciou o artigo demonstrando a nulidade das leis sociais devido a atuação do governo ser, de forma sistemática, através do uso de expedientes violentos contra as manifestações dos trabalhadores. A utilização de métodos de força e a prática de arbitrariedades contra as classes proletárias aconteciam rotineiramente, em que pesem as manifestações, os protestos e as reivindicações realizadas pelos operários se darem estritamente dentro das garantias da lei.

170 CRISPIM, João. A medicina legal – uma consulta. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 18, p. 1, 20 jul. 1913.

Pettinato¹⁷¹ também apresentou crítica à proposta de adoção, por parte dos trabalhadores, da representação parlamentar apresentada num jornal da cidade paulista de Jaú por um certo senhor A. G. Este senhor teria criticado os métodos de ação direta, em particular os comícios populares e as manifestações públicas, apresentando-os como equivocados e inócuos.

A justificativa para a assertiva do senhor A. G. apoiava-se na desigualdade das forças em atrito, uma vez que o governo contava em seu favor com o uso dos contingentes policiais contra as multidões de manifestantes. O autor recusou esta leitura, afirmando serem as conquistas sociais fruto da ação direta dos interessados e não dádivas dos segmentos dominantes. A favor deste seu contra-argumento, remeteu o leitor para observar na história os exemplos das atitudes e ações governamentais em relação ao proletariado. Os governos, neste sentido, têm agido sempre com violência e extorsões sobre as classes trabalhadoras e nunca em seu benefício.

Através das colunas do *Germinal!*, surgiram diversas críticas aos socialistas legalitários, bem como a seus partidos. As organizações partidárias eram apresentadas pelos socialistas aos trabalhadores como os únicos instrumentos possíveis de defesa dos seus interesses dentro da sociedade capitalista. Por sua vez, os anarquistas procuravam imprimir ao movimento operário uma orientação estritamente libertária. Nesta direção, elaboraram análises e reflexões em que tanto as concepções como os acontecimentos envolvendo os partidos operários e seus candidatos foram objetos privilegiados de crítica. Também seus programas e declarações foram alvos constantes

171 PETTINATO, J. Algumas palavras sobre a questão social. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 18, p. 2, 20 jul. 1913.

de problematização. Por vezes, alguns anarquistas compareciam às conferências nas quais socialistas discorriam sobre seus programas e candidaturas, alimentando debates fervorosos. Isso se deu tanto em relação aos socialistas no Brasil como também fora do país¹⁷². Foi o caso do curto artigo publicado no terceiro número de *Germinal!*, como também em breves notas publicadas no sexto número deste jornal.

Esses escritos objetivavam apresentar aos trabalhadores, como eminentemente insustentáveis, ridículas, contraproducentes e contraditórias, as proposituras, concepções e atitudes dos partidos socialistas, bem como de seus principais expoentes. Em breves notas, abordando as estratégias e pretensões de socialistas belgas e espanhóis em conquistarem o parlamento, o redator¹⁷³ denunciou um oportunismo velado. Também neste caso, destacou a habilidade dos socialistas na busca de agradar a gregos e troianos, sem deixar de advertir os trabalhadores acerca de suas intenções de mando.

Graco¹⁷⁴, num escrito contundente, denunciou aos trabalhadores a prática recorrente de colaboração dos socialistas com as instituições governamentais de controle e repressão social. Referendando-se a uma declaração feita por um estadista burguês da Inglaterra, como também em acontecimentos recentes em algumas cidades do Brasil em que manifestações e organizações operárias sofreram reveses da repressão policial, o articulista assinalou o significativo papel de delatores, executado repetidas vezes por socialistas.

172 OS MAUS pastores. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 03, p. 1, 30 mar. 1913.

173 CRISOL de crítica. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 06, p. 2, 20 abr. 1913.

174 GRACO. Os cães da política. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 06, p. 1, 20 abr. 1913.

Os cães da política

.....

Pelos relevantes serviços a que são destinados os agentes policiais o público batizou-os com o nome *caês*.

Para a mesma ocupação os estadistas empregam verdadeiros cachorros de raça, escolhida com o mesmo fim, completando os elementos policiais, e fazendo-os aptos para o grande mister de profilaxia e moralização social.

Na política, isto é, nos partidos políticos, sentiu-se a necessidade de certa pulimentação, de uma corporação policial, e esta pareceu...

Um estadista inglês, de pura massa burguesa, afirmou em pleno parlamento, que os socialistas são os melhores policiais.

Esta afirmação não era uma novidade para os operários e especialmente para os anarquistas.

Em todos os movimentos operários eles oficiaram ou trataram de oficial de diretores, esforçando-se por fracassarem as grèves e outros procedimentos de acção directa, para convencerem os operários que somente pela luta política, colaborando com os partidos burgueses nas câmaras legislativas, é que poderiam conquistar os seus direitos.

Quando a seu lado surgiram os trabalhadores conscientes, quando os anarquistas trataram de orientar as massas pela rota dos procedimentos revolucionários, explicando ao povo que, a não ser com o seu esforço nada conseguiria, os socialistas políticos serviram gratuitamente de confidentes policiais, acusando perante as autoridades os que não comunicaram com as suas ambições, fornecendo todas as dados para que a polícia pude-se agir com facilidade nas suas repressões, livrando os socialistas desses elementos adversos, contrários aos seus interesses.

Aqui no Brasil já se fez sentir essa brigada de confidentes, que constituíram o Partido Operário Brasileiro, do qual se destacam Antonio Augusto Pinto Machado, que ha pouco arranjou com a polícia a prisão de varios comaradas, entre eles Cecílio Vilar Pedro Matera, membros de instituições que seguem a orientação da Confederação Operaria Brasileira.

Alem de Pinto Machado, destaca-se o dr. Demetrio Justo Seabra, um “vivo” que se natu-

ralisou brasileiro para conseguir, com o voto dos operários, uma posição folgada e rendosa nas altas esferas da representação municipal ou estadual, e, quem sabe, talvez sonhe com ser presidente da Republica.

Este politico policial, em conversa com varios companheiros de Santos, jactou-se de ter desviado o operariado de Sorocaba da “perigosa” tendencia da acção directa, e dissé-lhes, com gesto de sábio e de mestre, que se em Santos o movimento não tevesse seguido a orientação revolucionaria e anárquica, não teria dado logar ás deportações e outros procedimentos de repressão policial.

Se os operários de Santos tivessem organizado um partido politico as coisas correriam às mil maravilhas, e a estas horas, os que foram presos e deportados não estariam sofrendo as consequências dessa luta violenta.

Miseravel!

[...]

Alerta! camaradas, com a propaganda do chamado “Partido Operario” e dos cães politicos, que respondem ao chamado de Antonio Augusto Pinto Machado e Demetrio Justo Seabra.¹⁷⁵

Com este seu escrito revoltado, o autor intentou advertir os proletários quanto às pretensões de chefia do movimento operário pelos partidos ditos socialistas. Para ele, o máximo que estas figuras poderiam acrescentar aos trabalhadores seria, em compensação da menor repressão policial com a promessa de fim das prisões e deportações, o estabelecimento nas associações proletárias de pequenos tiranos.

O redator¹⁷⁶, noutro momento, teceu crítica bastante ácida ao partido operário do Rio de Janeiro. Fazendo a resenha das investidas de instituições centralizadoras e sistemas econômicos de exploração dos trabalhadores,

175 GRACO. Os cães da política. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 06, p. 1, 20 abr. 1913.

176 X. Tocando a rebato. *Germinal!*. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 4, 06 abr. 1913.

advertiu os trabalhadores quanto à caducidade tanto do parlamentarismo como das formas de governo socialistas. O partido operário ficara conhecido por ter se alinhado publicamente ao chamado congresso operário governista de Hermes da Fonseca, legitimando toda a repressão deste governo sobre os trabalhadores.

Esse congresso foi denominado pelos trabalhadores como o congresso pelego. O autor finalizou dirigindo a trabalhadores e a anarquistas uma provocação para instauração imediata de uma acção directa libertária. Aos primeiros, incitou, “com o concurso de todos que se sentem explorados e oprimidos e aspiram a lutar pela sua emancipação”, a conquista de seus direitos sem esperar por partidos. Aos segundos, apelou para a intensificação da luta antipolítica, contra a carestia de vida e pela abolição da lei de expulsão de estrangeiros.

Graco elaborou também críticas ao partido socialista quando da ocasião da apresentação da candidatura de Ulisses Martins, anunciado enquanto candidato ligado aos trabalhadores. Rejeitando a proposta de união entre anarquistas e socialistas partidários, estendeu sua crítica ao partido socialista por entender ser esta instituição favorável não aos proletários, mas antes ao governo Hermes da Fonseca. O partido socialista foi apresentado pelo autor como uma sucursal do governo, uma organização a serviço das instituições governamentais, particularmente, colaborando com órgãos policiais.

O MEU VOTO

A desmantelada máquina do Estado dá, em diversas épocas, muito trabalho á gente da ca-
vação.

[...]

A evolução politico-legalitaria está aqui em estado preistorico e, por isso, os partidos politicos atendem menos aos principios e programmas do que as componendas oligárquicas.

O que tambem não importa é o nome; qualquer partido pode tomar o primeiro que lhe pare, sem comprometer os seus propósitos.

Ulisses Martins, um politiqueiro infeliz e desequilibrado, a quem o operariado consciente voltou as costas, acha que o operariado pode organizar um partido socialista e, ao mesmo tempo, ajudar o governo do marechal Hermes... a sustentar a lei de expulsão, prender e assassinar trabalhadores, bombardear cidades, massacrar marinheiros rebeldes e aplaudir o Mario, que ha pouco, na Camara, votou em favor da restricção da liberdade de imprensa.

O mais engraçado é que Ulisses sonha com uma conciliação entre os anarquistas e os *socialistas*... do Hermes.

Se tomássemos a questão a sério diríamos que os socialistas legalitarios e os anarquistas estão em dois polos opostos: o polo autoritario e o polo anárquico, e são, portanto, inimigos irreconciliáveis.

Os bebês lá de casa sabem isto, e o Ulisses tambem não o ignora.

Mas o campo anarquista é algo árido, requer dos militantes certo espirito de abnegação e sacrificio, sem outra recompensa do que o progresso da propria obra.

Porisso, os que chegam a este campo com ambições pessoais, ou julgando que é um mar de rosas, estão chamados ao fracasso, e, muitos, arrastados pelas decepções, degeneram-se e deixam-se ir a mercê de todas as baixeças e vilanias.

Neste caso encontra-se o infeliz Ulisses, que, iludido com a sua apócrifa intelectualidade, aspira a ser um dirigente dos povos, um legislador.

Ele está sciente de que a politica é a ressaca da depravação moral da sociedade.

O Capital, o militarismo, a religião são males de pouca importancia, comparados com a politica.

O politico é a personificação do tipo enciclopedico em todas as habilidades da mentira, da calunia e da infamia.

A carreira politica é a maior carreira de depravação.

Enriquecer em pouco tempo com o que se rouba á Nação e depois fazer-se aplaudir por ela, é demonstrar habilidade.

Quem não sabe fazer isso não é politico, é um bobo condenado a morrer de fome.

Cada aspirante ao parlamento é um aspirante á exploração e ao mando, um carrasco do povo, em miniatura.

Como os que estão no poleiro, quer votar leis, impostos, orçamentos, para sustentar a magistratura, o exército, a policia... com o fim de defender o capitalismo e as outras instituições, que consomem o que o povo produz e só ao povo negam o direito de consumidor.

Com o Ulisses não se pode tomar nada a serio, porque esse *propagandista* é o cúmulo das incoscencias e das mistificações, é um extraviado que, por sua perturbação psicologica e a intenção manifesta de desbaratar o movimento operario no Rio, foi-lhe caçada a sua credencial de delegado ao Comité Confederal da Confederação Operaria Brasileira.

Do partido que surgiu das deliberações do chamado 4º Congresso Operario, só se pode dizer que é normal e que, se existe, é uma filial do partido do marechal Hermes, uma cáfila de confidentes policiaes, como já foi provado mais de uma vez.

Façam os politiqueiros o que ententendrem, no intuito de viverem sem trabalhar e conquistarem medalhas, como os negros de Madagacar; estão no seu papel. Mas o povo, as classes laboriosas devem estar de atalaia contra esses bandidos de cara meiga e alegre que auxiliam a burguesia na arte de governar, oprimir e explorar o proletariado.

Essa ralé não merece ser ouvida; ela não atende a razões, a argumentos, o seu fim é triunfar por todos os meios, os mais vis e infames.

Ela compõe-se de larapios e de caftens, de vampiros, que só podem ser recebidos a pontapés.¹⁷⁷

177 GRACO. O meu voto. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 14, p. 1, 22 jun. 1913.

Francis¹⁷⁸ atacou os partidos politicos por ver nestes um estrategia para melhor controlar a população trabalhadora. Todos os seus argumentos e reflexões estão resumidos já na primeira frase de seu artigo: “Os financeiros converteram as camaras em instrumentos doces ás suas vontades”.

Ao lado dos partidos e da igreja católica, outras organizações como a maçonaria e, sobretudo, a imprensa comercial funcionariam como peças auxiliares importantes no processo de estabelecimento e manutenção do domínio, controle e subordinação dos segmentos sociais. O autor sustentou que esse dinamismo de governabilidade dirigia-se, sobretudo, ao disciplinamento das classes trabalhadoras. Destacou ainda, nos partidos politicos, uma particular habilidade em criar programas contraditórios. Os partidos ditos socialistas apresentavam um único programa, objetivando atender as mais antagônicas demandas das diferentes classes sociais. Bastaria uma leitura mais atenta do conteúdo de seus programas para que o trabalhador pudesse discernir os elementos contraditórios. Feito isso, ficaria fácil para o produtor conhecer os propósitos dos partidos socialistas, para além de sua oratória.

Com seu inconfundível estilo irônico, debochado e raivoso de escrita, Astrojildo Pereira¹⁷⁹, assinando com o pseudônimo Asper, fez a crítica a Rui Barbosa. Este tinha sido apresentado como candidato à presidência por ser considerado entre os politicos possuidor de altos dotes de inteligência e genialidade. Exatamente este particular, a tão propalada genialidade de Rui Barbosa, foi o objeto pri-

vilegiado da crítica mordaz, incisiva e irônica de Astrojildo.

O título do artigo manifesta um intencional deboche em relação aos postulados dos partidos socialistas. Desta maneira, Asper apresentou o ridículo das organizações partidárias através do destaque à forma convencional pela qual o referido candidato, como também todas as candidaturas, é comumente tratado: única, definitiva e suficiente solução da questão social. Evidenciou, nas iniciativas partidárias, uma disposição messiânica e salvacionista, uma prática catequista e intervencionista.

Os partidos politicos operários tinham ascendência ideológica no pensamento de Karl Marx. Todavia, só depois da revolução russa é que passam a adotar mais ostensivamente o epíteto de marxistas. O jornal *Spartacus* (1919-1920), publicado no Rio de Janeiro, registra em suas colunas um debate entre anarquistas em torno de uma possível convergência entre anarquismo e marxismo. Neste período, alguns anarquistas ficaram balanceados com o marxismo e outros passaram para o marxismo, fundando o Partido Comunista Brasileiro em 1922. Entretanto, outros combateram energicamente as ideias marxistas.

Florentino de Carvalho combateu arduosamente o marxismo mesmo antes de 1917 e continuou este enfrentamento nos anos seguintes. Na revista *A Vida*, no ano de 1914, há um artigo seu em que tece críticas a Marx. Estas críticas se repetem no jornal *Guerra Sociale*, em 1916, e seus dois livros contêm capítulos dedicados à análise do pensamento de Marx e de seus mais reconhecidos expoentes. Ele foi um dos primeiros a advertir os trabalhadores quanto aos acontecimentos da Rússia bolchevique.

178 FRANCIS. Os partidos politicos. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 16, p. 1, 07 jul. 1913.

179 ASPER. O salvador. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 19, p. 1, 03 ago. 1913.

ANTOLOGIA LIBERTÁRIA

O VAMPIRO

*A crença popular afirma que de noite,
Na hora em que o vento é frio e corta como o açoite
E, aproveitando a paz, tudo em silêncio dorme,
O vampiro do seio feral de negra sepultura
E pelo mundo a fora atira-se, em procura
Da criança que dorme a sorrir, inocente.
Suga-lhe o sangue novo em fúria, avidamente
E só deixa, refarto, a presa inanimada
Quando desponta, ao longe, a estrela da Alvorada!*

*A Burguesia é como o vampiro: Com anciã,
Aproveita da noite atroz da ignorância
E há séculos exaure a pobre humanidade,
E dorme pachorrenta e calma como um frade
Que acabou de comer a ceia suculenta,
Regada de Bordeaux, picada de pimenta...
Lá no Oriente, porém, marcando um novo dia,
A estrela alvissareira e bela da Anarquia
Começa a despontar, resplendente e risonha.
O vampiro, que à luz tem aversão medonha,
Quando o astro cintilar, as trevas espancando,
Buscará, com pavor, o seu covil nefando!*

*Livres, enfim, do trasgo infame que os devora,
Os Homens gozarão a luz da Nova Aurora!*

Raymundo Reis. *A Obra*. São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 05. 03.06.1920. Página 03.

ÓDIO EM MARCHA

*Enquanto o Gozo sonha turbulento,
Feito de vícios e de gargalhadas,
Revolve, a Fome, as raivas agitadas
Como os surdos trovões no firmamento...*

*- Ó bandidos de panças regaladas,
Escutai, escutai um só momento,
Esse furor das turbas desgrenhadas,
Mais fundo ainda que o furor do vento!*

*Parece um ódio rubro de gigante
Que se aproxima, escuro, horripilante,
Nos soluços das torvas multidões!*

*É a voz da Justiça que eu procuro,
A recortar nas sombras do Futuro
Ensanguentadas alucinações...*

Raymundo Reis. *A Obra*. São Paulo – SP.
Ano 01 – Nº 05. 03.06.1920. Página 03.

Maria Lacerda de Moura também critica o marxismo. Sua crítica ao feminismo não se restringe à expressão sufragista das burguesas, democráticas e religiosas. A versão marxista do feminismo também foi alvo de duras críticas. Domingos Passos e a União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro ofereceram resistência tenaz às tentativas de conquista dos sindicatos pelos partidários de Marx.

Os anarquistas encontravam-se na condição de lidar com o imaginário social delineando sua figura enquanto pessoa amoral, dinamitadora e assassina. Este imaginário do anarquista como um monstro carniceiro, pronto a disparar revólveres contra autoridades, jogar bombas em cafés e enterrar punhais em reis e presidentes, era recorrente em escritos e em periódicos de grande circulação. Os governos se basearam em Lombroso e Ferri, com sua antropologia criminal, para disseminar este estigma¹⁸⁰.

O redator¹⁸¹, num curto artigo, registrou e comentou acidamente a “autopsia da anarquia” feita pelo professor Alfredo de Paiva, cuja reflexão definiu o anarquismo nos termos de monstruosidade. Este rápido apontamento do redator se desdobrou em artigos escritos por José Martins que elaborou, em números seguintes de *Germinall!*, críticas mais demoradas às análises do senhor Paiva.

José Martins¹⁸² apresentou suas reflexões sobre o assunto em dois artigos. Registrou, no primeiro, ter lido o artigo do redator em número anterior do jornal, dispondo-se

180 LOMBROSO, César. O homem delinquente. Tradução, atualização, notas e comentários de Maristele Bleggi e Oncar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

181 AUTOPSIA da Anarquia. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 09, p. 2, 17 maio 1913.

182 MARTINS, José. Um Paiva que não é Couceiro ou os detractores da Anarquia. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 12, p. 2-3, 08 jun. 1913.

a apresentar sua análise particular. Nesta direção, o autor iniciou rebatendo a iniciativa do professor Paiva. Acusou, no professor, um flagrante desconhecimento da matéria que se propôs a abordar; e, ao mesmo tempo, sustentou conhecer muito bem a maçonaria, de cuja organização o professor participava.

Em seu texto, discorreu acerca de particularidades da maçonaria, outrora caluniada e perseguida e que assumia naqueles tempos o papel de caluniadora e perseguidora dos que não se alinhavam com o *status quo* nem com os postulados daquela organização. Apontou ainda mais incoerência na maçonaria por, num momento anterior, ter saudado com satisfação algumas manifestações ateias e anarquistas; e, num momento seguinte, através das palavras do professor Paiva, rejeitar e criticar com veemência os postulados libertários e de fraternidade humana difundidos pelos ácratas.

Na parte conclusiva de seu artigo, José Martins¹⁸³ definiu seu entendimento de anarquismo e anarquia. A especificidade do anarquismo diz respeito à negação do princípio de autoridade sintetizado na sociedade vigente pelo Estado e pelas instituições que lhe dão sustentação. O contraste registrado pelo autor se daria entre os postulados libertários, igualitários e de caráter solidário das ideias anarquistas diante de todas as correntes do pensamento, partidos e religiões defensoras das instituições governamentais.

O coletivo editorial de *Germinall!* abordou diversos temas através de suas colunas. Como visto inicialmente, este periódico tinha penetração em diversos países europeus. Apresentava, em suas colunas, notícias de acontecimentos recentes em diversas cidades

183 MARTINS, José. Un Paiva que não é Couceiro ou os detractores da Anarquia. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 13, p. 1-2, 15 jun. 1913.

européias, registrando manifestações operárias e aspectos da questão social em países como Bulgária, Suíça, Inglaterra, entre outros.

Em rápida nota, o redator¹⁸⁴ denunciou a perseguição feita, pelas mesmas autoridades que assassinaram Ferrer, a um cientista rebelado contra atitudes preconceituosas de médicos com pacientes tuberculosos que tinham o corpo tatuado. Apesar do reconhecimento da contribuição e do desprendimento do doutor Queroló, ele sofrera diversos processos, tendo sido finalmente desterrado por conta da insistência em permanecer atuando na questão social.

Não apenas notícias de acontecimentos da Europa os editores de *Germinall!* publicaram. Nos números onze e quinze, o redator estampou notícias da revolução mexicana, que foi a primeira revolução social do século XX. Destacou o fato de terem se passado três anos de uma revolução social de caráter anarquista que se espalhava em todo o território mexicano.

A questão feminina também foi tratada nas páginas de *Germinall!*. Os editores publicaram a conferência inédita pronunciada por José Oiticica que tratava da condição da mulher na sociedade vigente. Em sua perspectiva analítica, partiu da abordagem da questão social a partir da energética, associando nesta análise áreas de conhecimentos distintas. O título da série de artigos publicados era “O desperdício da energia feminina”. Este estudo fora publicado sequencialmente a partir do décimo número do jornal, seguindo até o décimo segundo e retornando a partir do décimo sexto até o vigésimo número.

Essa série de artigos foi publicado dois anos depois em texto definitivo na revista anarquista do Rio de Janeiro - *A Vida*. Nesta publicação, há de acréscimo uma parte con-

clusiva não existente em *Germinall!*, talvez por ter sido interrompida a publicação do jornal no vigésimo número ou talvez por não ter sido encontrado o número seguinte.

Ao longo dos números de *A Vida*, Oiticica publicou o estudo sobre a mulher com algumas alterações, circunscritas apenas à disposição das partes, e uma reorganização das seções do texto, com subtração de dados ultrapassados e acréscimos de informações. Mudou também o estilo coloquial da primeira publicação, próprio para conferência. Analisarei mais demoradamente este estudo adiante, no seu texto definitivo publicado em *A Vida*, cuja análise será apresentada no último item deste capítulo.

Mortillet¹⁸⁵ produziu extenso artigo refletindo detidamente sobre a educação do ponto de vista anarquista. Este seu escrito comporta a proposta de conjugação do conhecimento de diversas áreas do saber com fins de melhor discernimento das forças nas quais a sociedade tem enredado indivíduos e coletividades. A escola exerce sobre o aprendiz péssima influência quando regida pela religião e por filósofos contagiados pelo cristianismo. Os métodos aqui são os de inculcação de dogmas e castração da liberdade.

Essa perspectiva crítica da escola oficial, seja confessional, privada ou pública, enquanto instrumento de disciplinamento da população, foi partilhada pelos anarquistas. Mais acima, João Crispim aludiu à instrução nas mãos do Estado como um processo de “domesticação pública”.¹⁸⁶

Mortillet evidenciou as contribuições da antropologia por colocar o ser humano

185 MORTILLET, G. de. O que deve ser a educação. Edição especial do *Germinall!* e da *Barricata*. São Paulo, p. 3, 01 maio 1913.

186 CRISPIM, João. Do momento. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 19, p. 1, 03 ago. 1913.

dentro da escala zoológica, como um integrante da natureza. Este enfoque possui como interlocutor os dogmas teológicos, uma vez que estes definem o ser humano como oriundo diretamente das mãos divinas, possuindo um só modo de vida possível e tendo sido criado com o objetivo de salvação ou danação eterna. Numa sociedade marcadamente religiosa, as contribuições de diversos estudos científicos, tratando especificamente da origem animal do ser humano, ainda constituíam objeto de resistência. Sobretudo, as camadas populares, impregnadas por ideias e crenças da igreja católica, eram resistentes aos novos conhecimentos disponibilizados pelas pesquisas científicas.

A escola de ensino pretensamente laico e gratuito nas mãos do Estado em nada mudaria as disposições catequistas, salvacionistas e messiânicas atribuídas unicamente, e de maneira equivocada, à escola confessional. A metodologia, guardadas as diferenças de grau, é a mesma: inculcação e repetição de sentenças apresentadas como verdades prontas e acabadas. Nada de liberdade de observação, exame e experimentação. Nesta escola, permanecem inalterados os processos, de proveniência divina, punindo ou premiando os alunos.

Adelino de Pinho¹⁸⁷, professor da Escola Moderna n. 2 em São Paulo, realizou uma conferência nos idos de 1908, em Campinas, em que apresentou suas concepções educacionais. Sua palestra iniciou com uma explicação aos pais e interessados do porquê da não existência de exames e provas na escola. Em seu texto, assinalou o absurdo da premiação e punição estabelecidas nas escolas, evidenciando os efeitos antissociais nos alunos. Tantos os punidos como os premiados findam

incrementando em suas vidas sociabilidades submissas ou arrogantes. O conferencista apresentou outros pontos de sua concepção educacional. Destaco, em particular, o dinamismo envolvendo pais e interessados com o processo educacional da criança, de maneira que finda instaurando a abolição da escola. Sem afirmar taxativamente querer o fim da escola, tal como fez Ivan Illich¹⁸⁸ mais contemporaneamente, Pinho procurou dissipá-la, diluí-la na vida.

Max dos Vasconcelos¹⁸⁹ recitou, conforme registrado em *Germinall!*, um verso sobre a data de 13 de maio num evento de mesma data, no Rio de Janeiro. Esta poesia fora publicada no jornal em seu número 11, em 31 de maio. Esta foi a única poesia que encontrei nos vinte números deste periódico. Talvez, isso se deva ao fato de ter encontrado alguns de seus exemplares, como registrei no início, incompletos.

Para finalizar esta parte, gostaria de destacar rapidamente outros aspectos relativos à sociabilidade manifesta nas páginas de *Germinall!*. Diversas campanhas em favor de companheiros presos, em benefício de periódicos como o próprio *Germinall!*, além de outros, foram alavancadas pelos anarquistas. Mesmo uma campanha, anunciada no primeiro número do jornal, em favor de Kropotkin foi realizada, sendo os recursos enviados para o conhecido expoente do anarquismo mundial.

Através de suas colunas, os editores promoveram festas em que arrecadavam recursos para associações operárias, grupos de afinidade e meios de comunicação dos trabalhadores. Anúncios de viagens de algum integrante do

188 ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 3 ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1976.

189 VASCONCELOS, Max dos. 13 de maio. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 maio 1913.

184 A SCIENCIA no exílio. *Germinall!*. São Paulo, ano 1, n. 05, p. 1, 13 abr. 1913.

187 PINHO, Adelino de. Pela educação e pelo trabalho – Conferência lida na Liga Operaria de Campinas, a 13 de dezembro de 1908. Porto: Typographia Peninsular, 1909.

coletivo editorial pelo interior do estado, recados a colaboradores do jornal de diferentes cidades, cobrança dos atrasos de assinantes, balancetes e prestação de contas dos recursos financeiros adquiridos com eventos, assinaturas dos jornais e campanhas específicas foram estampados nas colunas do periódico.

Os leitores dispunham também da relação de livros disponíveis para aquisição. Estes livros eram escritos em português ou espanhol. Os editores apresentavam a relação dos disponíveis com os respectivos preços. A “Biblioteca do Germinal!”, como foi denominada a seção no jornal, era de um inquestionável ecletismo. Os autores recomendados para a leitura escreviam nas mais diversas áreas do conhecimento.

Mesmo dentro da abordagem da questão social, os editores não se limitavam a pensadores anarquistas. Destaco, como amostra, apenas alguns dos nomes apresentados pelos editores na referida seção: Hamon, Bakunin, Büchner, Darwin, Engels, Marx, Nordau, Fabri, Faure, Leone, Gorki, Stirner, Nietzsche, Proudhon, Merlini, Reclus, Michelet. Além de recomendarem a leitura de diversos autores, colocando à disposição do trabalhador obras com preços acessíveis, os editores publicavam regularmente artigos ou estratos de obras ou conferências de pensadores e militantes anarquistas consagrados. Deste modo, artigos de Luigi Fabri, Merlini, Eça de Queiroz, Reclus, Kropotkin, Tolstoi, entre outros, foram sistematicamente estampados no jornal.

Rebelião (A) [1914]

A Rebelião foi um semanário anarquista de curta existência publicado na cidade de São Paulo, no ano de 1914. Com quatro páginas, dele saíram apenas seis números. Assim indi-

cam os arquivos pesquisados. Nestes arquivos, consegui encontrar os números um, dois, três, cinco e seis. No primeiro número do jornal, foram anunciadas a programação e a organização, por parte de um grupo de anarquistas do Centro Libertário, de dois festivais: um em benefício de *A Rebelião* e outro de *La Propaganda Libertaria*¹⁹⁰.

Apesar da brevidade do jornal, os trabalhadores¹⁹¹ associados nesse *experimento* estavam, há muito tempo, cooperando em outras iniciativas, inclusive na edição de outros periódicos. Alguns destes ácratas vinham, desde fins do século XIX, envolvidos na experimentação e divulgação das ideias anarcas. Muitos outros foram se achegando ao movimento ao longo das primeiras décadas do século XX. Continuaram associados, atuando em outros periódicos como também em outras atividades. No primeiro parágrafo do editorial do primeiro número do jornal, há essa indicação retrospectiva.

Não há, estampada na revista, uma apresentação dos integrantes do coletivo editorial. A intensa perseguição policial aos trabalhadores mais ativos impunha-lhes adotar certas medidas de estratégia e cautela nas atividades anarquistas. Uma destas estratégias consistia numa prática guerrilheira da dissimulação, da camuflagem, efetivada através da não divulgação dos verdadeiros nomes de alguns envolvidos com a iniciativa; e a utilização frequente, quando da escrita de artigos, ora de pseudônimos, ora das iniciais de seus nomes ou dos pseudônimos.

A primeira república brasileira, através de seus sucessivos governantes, foi pródiga no

190 PRO “A rebelião”. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914.

191 CARVALHO, Florentino de. A' postos! *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 maio 1914.

uso do poder discricionário, da força policial e da violência sistemática, particularmente sobre os segmentos populares. Ainda mais quando, durante o período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, e quando de sua eclosão, recrudescera a repressão aos grupos considerados subversivos. Os aliados operavam com uma variação da máxima que anuncia: “Caso não esteja conosco, está contra nós”.

Os próprios integrantes do coletivo editorial escreviam boa parcela dos artigos e seções dos jornais e revistas. No caso, Florentino de Carvalho, João Penteado, Rodolfo Felipe, Adelino de Pinho, Galiléio Sanchez, Demócrito, Ausonio Semita, João Crispim, Helio Mortiço, Solargeo Livre, Pedro Esteve, Luigi Dal Col., Francisco Aroca e João Vosgos são alguns assinantes de artigos, atuantes, ao que tudo indica, na cidade de São Paulo. Alguns destes são pseudônimos.

Florentino de Carvalho era um dos pseudônimos de Primitivo Raymundo Soares. João Crispim provavelmente era outro pseudônimo seu, como já disse anteriormente. Adelino Tavares de Pinho assinava seus artigos na imprensa operária como Adelino de Pinho, Pinho de Riga, P. Tavares, P. de R., T. ou Pinho. Edgar Leuenroth assinou como Demócrito. Talvez Luigi Dal Col. trate-se, na verdade, de Gigi Damiani, egresso da Colônia Cecília, cuja colaboração em grupos de anarquistas, em São Paulo, vinha desde 1908. No ano de 1919, foi deportado pela polícia paulistana para a Itália.

Os anarquistas atuantes em São Paulo que assinaram com seus nomes verdadeiros, ou com suas iniciais, foram João Penteado, Rodolfo Felipe, Galileo Sanchez e Francisco Aroca. Os demais, sem considerar os artigos de outras localidades, talvez sejam pseudônimos de alguns destes ou de outros trabalhadores.

Os dísticos, ladeando o título do jornal, anunciam a tendência anarquista do coletivo editorial. Ao longo dos números publicados, os editores estamparam os seguintes: “A renovação é a lei primordial da vida” e “Sangue de rebeldes sementes de revolucionários”, no primeiro número; “O verdadeiro socialismo é o Socialismo Anárquico” e “A transformação social só é possível pela Revolução”, no segundo número; “Anarquico é o pensamento e para anarquia caminha a história” e “Cada um segundo as suas forças, e a cada um segundo suas necessidades”, no terceiro, quinto e sexto números. A partir do segundo número, os editores imprimiram, como subtítulo do jornal, a seguinte frase: “Semana de propaganda socialista-anarquista – Escrito por trabalhadores e para os trabalhadores”.

Neste jornal, colaboraram anarquistas de São Paulo e de cidades do interior do estado, de outras regiões e até de outros países. Há colaborações em forma de artigos como também notícias de diversas cidades: Belém do Pará, Rio de Janeiro, Petrópolis, cidades adjacentes a São Paulo como Santos, Ribeirão Pires, Campinas, entre outras, foram algumas. De fora do Brasil, foram publicados versos de Pietro Gori, artigos e notícias da Espanha, da Itália e de Portugal.

O jornal, além de ter sido distribuído em outros países, foi escrito em três línguas: português, espanhol e italiano. Havia uma seção para notícias em italiano e outra para notícias em espanhol. A seção italiana deixou de ser publicada nos dois últimos números. Apesar disto, no último número, o artigo editorial intitula-se “Os factos da Itália”, dando notícias de acontecimentos então recentes que agitavam o operariado italiano.

Os editores publicaram uma nota curta dirigida “aos camaradas do interior e dos

outros estados do Brasil”, solicitando a todos os interessados na propaganda anarquista a indicação de alguém para exercer a função de agente do jornal na localidade e outra pessoa para ser correspondente. Com o representante do jornal, as pessoas do lugar poderiam tratar de assuntos relativos à assinatura e compras em pacote ou avulsas. Ao correspondente, caberia informar particularidades do movimento operário local, enviar artigos e elaborar relatos de eventos e acontecimentos locais relativos à questão social.

A Rebelião

Aos camaradas do interior e dos outros estados do Brasil.

Todos os companheiros que queiram fazer alguma coisa em benefício da propaganda podem fazê-lo, nas próprias localidades onde se encontram reunindo-se e indicando um camarada que desempenhe o cargo de agente administrativo deste jornal, e um correspondente que procure enviar-nos informações de todos os factos importantes relativos às condições em que se encontra o elemento operário, exemplo o salário, a jornada de trabalho, regulamentos, abusos patronais, como também dos movimentos de resistência, como reclamações, protestos, greves, acção anarquista, etc.

Podem também constituir grupos para melhor auxiliar o jornal, tanto na fase material como informativa.

Fazemos extenso este estenso este pedido à sociedade operária e grupos ou centros libertários.¹⁹²

Através de nota brevíssima, de conteúdo semelhante à nota acima, os editores estenderam aos anarquistas, no exterior, a solicitação para envio de artigos e matérias relatando a situação do movimento em seus países e lo-

192 A REBELIÃO. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914.

calidades. Estas solicitações foram publicadas nos três primeiros números do jornal.

Aos anarquistas de todos os países,

Com o fim de que esta publicação possa ter aos seus leitores ao corrente do movimento social internacional pedimos a todos os camaradas nos enviem trabalhos relativos a este assunto.¹⁹³

Artigos foram publicados dando notícias do movimento operário e anarquista em outros países. Além das seções em italiano e em espanhol, outros artigos davam conta de acontecimentos envolvendo trabalhadores na Itália, Espanha e Portugal. Devem ser considerados também os artigos que tratam da Primeira Guerra. Eles abordavam assuntos relativos às nações diretamente envolvidas com o conflito, como Alemanha e Inglaterra, e, conseqüentemente, elaboraram por vezes ponderações, observações e questionamentos dirigidos ao proletariado destas localidades.

Os contatos com anarquistas europeus apareceram de diversas maneiras ao longo dos números do jornal. No segundo número, há uma pequena nota convidando os “simpatizantes” da Escola Moderna para assistirem a algumas fitas de cinema enviadas por anarquistas franceses.

Escola Moderna

Convite.

O Comité Pro Escola Moderna convida a todos os simpatizantes a comparecer á reunião que terá lugar na segunda feira, 11 do corrente, ás 19 horas no local da *Lega dela Democrazia* á rua José Bonifácio N. 39, para tratar de adquirir algumas das fitas cinematográficas que um grupo de camaradas parisienses está preparando

193 AOS ANARQUISTAS de todos os países. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914.

com o fim de estender e intensificar a obra de emancipação social.

Que ninguém falte.¹⁹⁴

Na publicação do célebre discurso de Miguel Schwab¹⁹⁵, um dos oito condenados à pena capital e um dos cinco assassinados, quando do histórico primeiro de maio de 1886, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, há evidência da sintonia do coletivo editorial com os marcos histórico-sociais importantes das lutas de caráter supranacional realizadas pelos trabalhadores em outros continentes. Todo o mundo proletário realizava eventos no primeiro de maio, remetendo sempre aos acontecimentos de Chicago e aos pronunciamentos dos trabalhadores assassinados.

Atendendo ao apelo lançado pelos editores do jornal, diversas narrativas davam conta do aspecto geral e particular do movimento dos trabalhadores em diferentes localidades. Em todos os números do jornal, foi publicada uma seção denominada “Pelo Brasil”, noticiando acontecimentos relativos às condições dos trabalhadores, às lutas operárias e anarquistas ocorridas em várias cidades do interior do Estado de São Paulo.

Por vezes, essas notícias eram apresentadas em forma de artigos, oferecendo ao leitor uma perspectiva analítica elaborada pelo articulista sobre os acontecimentos narrados. Além do registro histórico contendo a denúncia de violências policiais, a convivência com estas situações por parte das autoridades governamentais e clericais, a forma de reação adotada pelos trabalhadores envolvidos, a

194 ESCOLA Moderna. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 maio 1914.

195 SCHWAB, Miguel. O processo da Anarquia – Discurso de Miguel Schwab perante os tribunais de Chicago – 1886. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 maio 1914.

posição dos anarquistas diante dos acontecimentos, nestes artigos, conjugam-se considerações sociológicas, filosóficas, educacionais, culturais e subjetivas.

Os articulistas expunham, à apreciação do leitor, pensamentos e sentimentos particulares, pessoais, relativos ao assunto abordado. Não se escondiam por trás de algum expediente metodológico, mesmo que fosse uma “sólida verdade científica”, não se escondendo em algum preconceito político, mesmo que fosse algum pretensão interesse geral, ou ainda num certo desígnio oculto revelado a uns poucos por alguma soberania, quer uma entidade divina, quer alguma pretendida lei social tida na qualidade de determinante do dinamismo social.

O artigo intitulado “Vinganças burguesas”, escrito por Primitivo Soares¹⁹⁶, traduz bem a ideia de elaboração de artigos, convergindo análise e intencionalidade emotiva. Neste escrito, há uma descrição da então recente invasão à Federação Operária de Santos pela polícia. Desta ação policial, resultaram a prisão e a deportação de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves. O autor tratou também do jornalismo comercial como prática policiaesca, servindo aos propósitos de segmentos políticos e patronais. Jornalistas da grande imprensa publicavam artigos a partir das informações colhidas pelos policiais, sem nenhuma preocupação de investigar a sua veracidade. Depois disso, em rápida nota, registrou a deportação de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves após a ação policial em Santos, manifestando sentimento de intensa indignação com o absurdo da situação.

196 SOARES, Primitivo. Vinganças burguesas. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 maio 1914.

Consumou-se mais uma infamia – Expulsão de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves

Já o publico deve estar sciente da prisão em Santos, dos operarios Antonio Vieites e Manuel Gonçalves, para cumprirem, segundo noticias da imprensa, a pena de 3 annos de prisão por terem violado o decreto de expulsão quando por ocasião da ultima grève dos trabalhadores das Docas daquela cidade, foram deportados para Lisboa.

A prova de que tal decreto existe somente na imaginação dos jornalistas ao serviço da burguesia, é que, na sexta feira passada foram embarcados em Santos, com destino a Genova, antes que fosse despachado o habeas-corpus que em seu favor havia sido impetrado.

A deportação anterior e a presente não sofreram nenhum tramite legal: os directores da companhia Docas e União de transportes entenderam-se com o Secretario da Segurança publica para que fossem seqüestrados e embarcados clandestinamente.

Digam agora os patriotas, os legalistas, onde estão as garantias constitucionaes; onde se encontram as liberdades públicas e para que servem as leis do pais.

Que vem a ser uma republica onde a liberdade e a vida dos cidadãos estão a mercê dos directores das empresas de exploração e dos matões policiaes?

Verdade que isto da vontade de fazer qualquer coisa?

Não é necessario que o povo se arregimente e se arme até os dentes e receba á bala as hordas policiaes, para garantir as suas liberdades?¹⁹⁷

A associação de trabalhadores, como de coletividades com fins diversos, surgiu enquanto prática comum no movimento operário. Quanto à expressão particularmente libertária do movimento, essa prática associativa tomou proporções bastantes características,

197 CONSUMOU-SE mais uma infamia – Expulsão de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 maio 1914.

porque todos as vertentes ácratas se encontram unânimes apenas no que diz respeito à negação da hierarquia. A criação de jornais e revistas era realizada por trabalhadores integrantes simultaneamente a outras associações com objetivos distintos.

No caso de *A Rebelião*, e nos demais periódicos aqui analisados, escreveram em suas colunas anarquistas envolvidos, para além da confecção do jornal, com escolas, bibliotecas, atividades artísticas em geral, conferências, excursão de divulgação dos jornais, sindicatos, encontros, teatro, entre outras atividades. Fazer sair a público um jornal implica, pelo menos, atividades de administração e redação. Estas iniciativas se dirigiam, como visto mais acima, tanto à localidade na qual residiam como também transpunham as linhas imaginárias que separam povos, as chamadas fronteiras nacionais. O convite para a manifestação do primeiro de maio e o relato de como este transcorreu são emblemáticos desta assertiva. Vejamos primeiro o convite e, em seguida, o relato da manifestação.

**1º DE MAIO
Ao proletariado de S. Paulo****Trabalhadores:**

Aproveitando a data tradicionalmente consagrada ao protesto universal dos oprimidos e dos expoliados contra a tirania dos potentados e a exploração dos açambarcadores dos bens sociaes, as associações populares de São Paulo resolveram realisar um

Grande comicio no dia 1.º de Maio, ás 9 horas da manhã no largo da Sé

ao qual deveis comparecer em massa, Vós todos sobre quem verdadeiramente pesam as horríveis consequencias da actual situação de angustias e de miserias.

Não falteis, pois! Que os poucos operarios que ainda trabalham deixem as oficinas nesse dia e, incorporados á multidão imensa dos desocupados, venham conclamar contra a ganancia insaciavel dos argentarios que provocaram a carestia da vida e a cessação do trabalho, afirmando ao mesmo tempo o seu direito a uma vida mais equa e a sua aspiração a uma sociedade em que o bem-estar e a liberdade – hoje gosados por uma minoria privilegiada – sejam patrimonio de todos e de cada um dos membros da comunidade humana.

Todos ao comicio!**Viva o 1.º de Maio**¹⁹⁸

O relato contém uma descrição da formação do evento e a apresentação de moções aprovadas pelos trabalhadores.

Comemoração do 1.º de Maio – Grande comicio de protesto

Organizado pelas sociedades liberaes e operarias, realizou-se no Largo da Sé um grande comicio popular de protesto contra a carestia da vida, contra a desocupação e contra as arbitrariedades massacres e vandalismos praticados pelos governos de todos os paes contra as classes populares, especialmente contra os homens que mais se distinguem pela sua inteligencia, entusiasmo e tenacidade na luta contra a exploração e a tirania.

Às 10 horas da manhã, apesar da chuva incessante, uns 7.000 manifestantes enchem o largo da Sé, exteriorizando a sua indignação em face da revoltante situação em que o povo se encontra.

Depois de haverem falado diversos oradores, um camarada deu leitura ás seguintes emoes que foram aprovadas por unanimidade:

“Os proletários de S. Paulo, reunidos em comicio, hoje, 1 de Maio de 1914, reafirmando as suas aspirações de bem estar geral e seus ideaes de fraternidade e de justiça humana, e:

considerando que as suas habituaes e tristes condições de salarizados peoraram nestes ultimos tempos devido ao encarecimento dos generos de primeira necessidade e dos alugueis de casas que as valorizações ficticias e torpes especulações fizeram subir a um custo insustentavel;

considerando que é progressiva a suspensão das obras publicas e particulares, a paralização das industrias e augmento das horas de trabalho e a diminuição dos salarios;

considerando que ante as suas condições são desesperadoras, a braço com a fome e a miseria mais negra, não dispõem de outros meios de defesa que aqueles que lhes podem sugerir a união e o recíproco apoio,

Protestam contra a organização burguesia, contra a complicitade do Estado com os monopolizadores da riqueza produzida pelos trabalhadores, e

Deliberaram proseguir e intensificar a agitação contra o actual estado de coisas, atentatorio ao sacro direito á vida.”

“Os trabalhadores de S. Paulo, reunidos em comicio para, comemorando o 1º de Maio, manifestar se contra a exploração e a tirania burguezas e afirmar os seus ideaes de redenção humana, tomando conhecimento da inominavel, violencia que vem de ser praticada contra os operarios Antonio Filgueira Vieites e Manoel Gonçalves, expulsos ha poucos dias do paiz com o desrespeito ás mais elementares formalidades legaes, pois que esses homens do trabalho viviam ha longos anos no Brasil, onde nasceram seus filhos, e

considerando que esse acto das autoridades denuncia evidentemente o intuito de impedir o livre desenvolvimento das organizações proletarias e embaraçar a propaganda dos principios de renovação social das quaes esses trabalhadores eram propagadores;

considerando tambem que a lei de expulsão de estrangeiros com a qual se pretende justificar actos desta natureza constitue o mais frisante atentado á liberdade, ao socego e aos direitos

198 1º DE MAIO. Ao proletariado de S. Paulo. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914.

dos trabalhadores para aqui atraídos pelas promessas liberais,

lançam o seu veemente protesto contra essa violência e convidam o proletariado de todo o Brasil, assim como todos os homens de consciência emancipada a iniciarem um activo e enérgico movimento contra essa brutalidade.”

Em seguida o povo percorreu em coluna, as ruas centrais da cidade e voltou a reunir-se no lardo da Sé, de onde numerosos grupos se dirigiram para os respectivos bairros, dando vivas á Revolução Social.

A policia não passou sem fazer das suas. Quando um numeroso grupo de manifestantes passava pela rua do Carmo em direcção ao Braz, uma companhia de guarda civicos tentou empregar a violência para dividir a coluna, mas a resistencia oposta pelo povo inutilizou em parte a brutalidade dos esbirros.¹⁹⁹

As atividades, por sua vez, caracterizavam-se pela multilateralidade. Os editores do periódico, ao mesmo tempo em que tinham objetivos de aproximar e estreitar os relacionamentos dos trabalhadores entre si; de elaborar e projetar para a sociedade uma perspectiva anarquista dos acontecimentos do momento; de promover a intensificação dos contatos entre pessoas e coletividades, procuravam também instaurar dinamismos educacionais e de militância operária como o exposto no convite para o comício do 1º de maio logo acima. Realizavam o registro historiográfico, a orientação de ideias, os debates sobre temas do momento, a divulgação de livros, jornais, revistas e as campanhas de solidariedade a trabalhadores. Tudo isto tendo ocorrido tanto através de interlocuções com adversários como com anarquistas. O jornal estampou, em que pese o fato de ter sido apenas em seu primeiro

199 COMEMORAÇÃO do 1º de Maio – Grande comício de protesto. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 maio 1914.

número, dois poemas. Um em italiano e o outro em português²⁰⁰.

Os editores anunciaram, a partir do segundo número do jornal até o sexto, o funcionamento de escolas administradas por anarquistas e, de maneira esporádica, atividades promovidas pelas escolas e franqueadas aos trabalhadores e demais interessados. Estas atividades consistiam em estratégias de envolvimento da família, e pessoas próximas ao aluno, no seu processo educacional. A ideia subjacente às atividades era contagiá-los com os temas, as discussões, as experimentações da escola, instaurando um nomadismo, de contínua e intensa diluição da fronteira separando vida e escola, existência e saber.

Nos anúncios de divulgação das escolas modernas número 1 e número 2, os editores expuseram as matérias e os programas de ensino, local e horas de funcionamento, entre outras informações. Os dois anúncios apresentavam ambas as escolas com objetivos e metodologias em aberto confronto com o ensino oficial, patriótico e militarista, confessional ou público: união de meninos e meninas numa mesma sala de aula, num período em que, segundo o ensino convencional, esta medida consistia num sintoma de perversão moral; valorização da especificidade de cada criança como elemento por demais importante no processo educacional; aprendizado do infante a partir de suas inquietações, questionamentos e reflexões, gestadas a partir de uma observação direta sobre os fenômenos que o envolviam e da possibilidade dele experimentar livremente; passeios educativos com as crianças, entre outros métodos.

200 GORI, Pietro. - - -esta di Maggio. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914. DEMORDES, J. Verso Novo. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914.

Um aspecto interessante, aparentemente irrelevante, numa leitura do jornal, diz respeito ao endereço de funcionamento da Escola Moderna Número 2. A redação e administração de *A Rebelião* funcionava no mesmo local da referida escola. Além do funcionamento de escola e jornal, neste mesmo local, os trabalhadores realizavam conferências, recitativos de poesias e outros eventos culturais, recreativos e científicos.

Esse fato constitui um indicativo do direcionamento dessas atividades desonerando linhas divisórias e os limites estreitos da especialização. Trata-se de limiaridades e interstícios num movimento de arruinamento constante das divisórias consagradas pela lei, pelo costume, pelos hábitos e pelas convenções. Utilizavam os campos de conhecimento especializados, como ciências naturais, física, história, filosofia, conjugadas a diferentes atividades: jornalismo, viagens de propaganda, conferências, manifestações públicas, como formas de se colocarem ativa e libertariamente na existência.

Além do mais, o dinamismo escolar sendo acionado a partir não de algum programa preestabelecido, de algum código normalizador, mas sim dos passeios, das observações diretas e das experimentações dos próprios alunos, constitui o estabelecimento de um fazer educacional *indisciplinar*. Considerando outros aspectos educacionais, colocados em ação pelo ensino racionalista, como a coeducação dos sexos e das classes sociais, a abolição de exames, notas e de punição e premiação, esse sentido indisciplinar na produção, elaboração e socialização do saber toma formas mais definidas.

Em uma nota breve, os editores anunciaram uma das atividades promovidas pela Escola Moderna nº 2.

Escola Moderna nº 2

Domingo, pelas 2 horas da tarde haverá na sede desta escola, á rua Miller, 74, uma pequena reunião que constará de recitativos e conferencia e para a qual ficam convidados ás familias dos alunos e todos quantos se interessam pelo desenvolvimento da *Escola Moderna*.²⁰¹

A valorização das artes, enquanto meio de intervenção social e de manifestação estética, surge não só no cotidiano escolar, como anunciado nos textos que tratam dos programas das escolas modernas e no anúncio da reunião a convite da Escola Moderna nº 2.

Ainda no interior da questão educacional, Fábio Luz²⁰² publicou um artigo no primeiro número do jornal apresentando algumas reflexões acerca da instrução numa perspectiva anarquista. Neste seu escrito, delineou uma crítica mordaz à concepção pragmática e utilitarista de educação cultivada nas instituições oficiais, afirmando que a educação constitui mero instrumento de formação bacharelesca e militarista.

Os preconceitos nativistas encontravam, na educação oficial, o terreno propício para serem alastrados na juventude, ao mesmo tempo em que o sentido social da educação era escamoteado. Por sua vez, o favorecimento de um processo educacional com o objetivo de uma elevação intelectual não alcançava a realidade de vida do trabalhador, pois as suas energias, dentro do quadro social vigente, encontravam-se voltadas exclusivamente para a obtenção do alimento cotidiano.

As frequentes viagens de divulgação dos periódicos, realizadas por integrantes do cole-

201 A REBELIÃO. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

202 LUZ, Fabio. O direito á instrução. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 maio 1914.

tivo editorial, traduzem o significado de uma atividade de caráter multilateral. No segundo número, os editores anunciaram uma viagem de propaganda a ser realizada por um dos integrantes do grupo editorial. No número seguinte, os editores estamparam outra mensagem com conteúdo quase idêntico, confirmando datas e percurso anteriormente divulgados.

Excursão de propaganda

Amanhã, 10 do corrente, seguirá em excursão de propaganda sociológica, pelo interior do Estado, o camarada João Crispim, representando o jornal 'A Rebelião' e a Confederação Operária Brasileira.

A excursão obedecerá ao seguinte itinerário: Jundiá, Campinas, Casa Branca, Cravinhos, Ribeirão Preto, Pontal, Vassoura, Sertãozinho, Batataes, Franca, Rifaína, Uberaba, Araguari, Jardinópolis, Sta. Rita do Paraíso, Vila Bomfim, S. Simão, S. José do Rio Pardo, Mococa, S. João da Boa Vista, Poços de Calda, Espírito Santo do Pinhal, Mogiguassú, Mogimirim, Itapira, Amparo, Socorro, Serra Negra, etc.

As sociedades operárias, grupos e camaradas em geral, fazemos esta comunicação para que organizem comícios, conferências, assembleias ou festivais de propaganda, e mantenham com o grupo editor d'A Rebelião, ou com o camarada Crispim uma activa correspondência; afim de se combinar o dia de chegada a cada localidade.

O companheiro excursionista estará o dia 10 em Jundiá, e o dia 12 ou 13, em Campinas, o 14 ou 15 em Casa Branca, e o 16 ou 17 em Cravinhos.

De todos os camaradas depende o bom êxito desta excursão, e de todos esperamos o valioso concurso que puderem prestar.²⁰³

Nos outros números, foram publicados breves relatos do viajante, descrevendo os acontecimentos em cada localidade por onde

203 EXCURSÃO de propaganda. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 maio 1914.

havia passado, vislumbrando o caleidoscópio e compondo os sentidos atribuídos e em atividade a partir da iniciativa da propaganda. A "propaganda" findava sendo, no fim das contas, um mero pretexto para instaurar vitórias libertárias, a depender da forma de reação local às provocações feitas pelo viajante da anarquia.

Nesse anúncio, ficam evidentes a intenção e a disposição em emprestar à iniciativa de divulgação do jornal um caráter plural, variado, para além da simples propaganda dos periódicos. O encarregado em levar o jornal às diversas cidades do interior do estado não só divulgava os referidos periódicos, mas também o Centro Libertário e a COB. Procurava simultaneamente instigar a formação, em cada localidade visitada, de grupos de apoio aos jornais, levantar mais assinantes para os periódicos, agrupar trabalhadores dispostos a estabelecer a organização de sindicatos, apoiar experiências com escolas, entre outras atividades²⁰⁴.

Em certa parte do relato da viagem, publicado no quinto número do jornal, o articulista²⁰⁵ deixou, no momento final do escrito, subentendido que João Crispim, além de exercer as funções de representante de *A Rebelião* e da COB, acumulava a de representante do jornal anarquista de São Paulo *La Propaganda Libertária*. Ambos os jornais eram dirigidos por anarquistas do Centro Libertário. Crispim auxiliou os interessados de algumas das localidades na fundação de agrupamentos com a mesma designação e concepção associacionista libertária do centro que integrava. Esta asso-

204 CRISPIM, João. Crônica da nossa Excursão de Propaganda. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1-2, 07 jun. 1914.

205 CRISPIM, João. Crônica da nossa Excursão de Propaganda. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1-2, 07 jun. 1914.

ciação agrupava diversos anarquistas com o objetivo de potencializar as forças individuais, aumentando o raio de alcance das atividades realizadas como das intervenções sociais, sempre numa perspectiva anarquista.

Pinho de Riga²⁰⁶, abordando, em breve artigo, a situação de violência governamental sobre os trabalhadores no Brasil e em Portugal, criticou tenazmente as iniciativas de construção das vilas operárias. Para ele, estas moradias consistiam, no fim das contas, em mais uma outra ordem de violência incidindo sobre as classes trabalhadoras. Essas vilas constituíam em mais uma forma de segregação, separando fisicamente as pessoas com base em referenciais classistas de caráter eminentemente preconceituoso.

Desnudou, ainda em começos do século XX, a segregação física de extratos populacionais como uma tecnologia de controle das camadas dominantes sobre segmentos populares; prática esta, vale salientar, aperfeiçoada nos sucessivos governos republicanos no Brasil. As críticas do articulista denunciavam a caridade dos governantes como baseada na ideia de pureza e de higienização social e relacionavam estes procedimentos aos executados por racistas. Denunciou, nas ações governamentais, o estabelecimento de estigmas manifestados de diversas maneiras sob as aparências de "filantropia".

No artigo intitulado "O 1.º de Maio no Rio e em Petropolis. Violencias policiais – Necessidade de uma agitação de protesto"²⁰⁷, o articulista descreveu a prisão de anarquistas no Rio de Janeiro e em Petrópolis. Os anarquistas

206 RIGA, Pinho de. Cá e lá... A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 maio 1914.

207 O 1.º DE MAIO no Rio e em Petropolis. Violencias policiais – Necessidade de uma agitação de protesto. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 maio 1914.

Zenon de Almeida, Sperduto, Aquino e João Gonçalves tinham sido presos na Federação Operária do Rio de Janeiro. Antonio Moreira, presidente do Centro 1.º de Maio, e outro trabalhador, não identificado pelo articulista, foram presos em Petrópolis. Estas prisões se deram por conta da possibilidade das manifestações do 1º de maio favorecerem rebeliões.

Várias foram as iniciativas visando auxiliar financeiramente a publicação do jornal. Uma delas, registrada nas colunas do periódico, tratou do anúncio do sorteio, entre os assinantes dos jornais, de um terreno doado. O objetivo do sorteio era de que sua venda fosse revertida para a manutenção de três jornais anarquistas, dois de São Paulo, *A Rebelião* e *La Propaganda Libertária*, e um outro, *Aurora*, da cidade de Porto, em Portugal²⁰⁸.

O anúncio do sorteio foi publicado novamente no quinto número do jornal. O articulista acrescentou a informação da data de extração da loteria para contemplação do ganhador. Outra forma de arrecadar fundos aconteceu com a divulgação da venda de uma "estampa" com alusão ao 1º de maio. Este desenho representava, segundo a descrição do articulista, uma figura feminina segurando um facho incandescente e passando sobre as ruínas de figuras simbólicas do estatismo e do capitalismo.

Foram inseridas nessa estampa fotos de personalidades anarquistas de projeção mundial. A confecção desses quadros deveu-se, registra o articulista, ao jornal anarquista de Santos, *A Revolta*²⁰⁹. O anúncio tratava divertidamente do jornal santista de "nosso

208 UMA BOA iniciativa. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 4, 17 maio 1914.

209 ALEGORIA social. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 17 maio 1914.

colega” por conta da proximidade de ideias, bem como de sua designação com *A Rebelião*.

A seção denominada *Correspondencia* demonstrou ter existido uma vasta rede de contatos estabelecidos com trabalhadores e anarquistas de várias cidades. Esta rede fora ampliada com a articulação de agentes representantes do jornal em várias cidades²¹⁰. Em todos os números, a seção foi publicada com recados e respostas às cartas recebidas e endereçadas aos agentes do jornal. No quinto e sexto números, há uma seção intitulada *Nossos agentes*, registrando o aumento de pessoas envolvidas com a divulgação do jornal²¹¹. Alguns destes agentes também colaboraram com artigos e com narrativas de acontecimentos de suas localidades relativos à questão social.

No segundo número do jornal, os editores²¹² publicaram um “balancete” sobre entradas e saídas do primeiro número do jornal. A esta prestação de contas, somam-se os outros indícios acerca do amplo leque de pessoas contatadas pelo coletivo editorial. Esse balancete constitui uma oportunidade para o conhecimento de alguns aspectos de uma economia autogestionária praticada no interior de uma sociedade heterogestionária. Mas esta empreitada não cabe ser realizada neste momento. Fica o registro.

Os editoriais de *A Rebelião* tematizaram diversos aspectos da questão social. Abordando assuntos relativos, ora a acontecimentos do instante, ora a temas históricos ou de organização e combate proletário, o signatário ou o grupo editorial elaboraram diversas reflexões

210 CORRESPONDENCIA. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914.

211 NOSSOS agentes. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 4, 07 jun. 1914. NOSSOS agentes. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 4, 17 jun. 1914.

212 BALANCETE do n. 1. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 maio 1914.

sobre vários assuntos. Ocasão para a emergência, na narrativa elaborada, da linha de expressão anarquista do articulista e presente naquele instante.

O artigo editorial²¹³ do primeiro número do jornal anunciou a direção e o conteúdo das críticas apresentadas em suas páginas, como também o significado do jornal no cenário social no qual o movimento operário e anarquista se encontrava. A iconoclastia foi propagada enquanto perspectiva adotada pelos editores, de modo a propiciar o estabelecimento de uma vibração demolidora das escravidões, orientando as atividades e iniciativas do grupo editorial.

O entendimento de escravidão que emergiu no artigo desconsiderava o uso comum dado a esta prática de exploração. O enfoque proposto transcendia os convencionalismos que procediam a uma compreensão da escravidão como algo relativo apenas aos negros e, sobretudo, como técnica espoliadora passada à história. Segundo o articulista, muito pelo contrário, a antiga escravidão do período da monarquia não havia sido abolida com a Lei Áurea, mas antes atualizada, ampliada e aprofundada em sua intensidade e eficácia pelos republicanos.

Em outro artigo, publicado nesse mesmo número, Florentino de Carvalho²¹⁴, assinando com seu nome verdadeiro, expressou seu entendimento do que vinha a ser a república, a monarquia e a escravidão. O episódio de sua deportação, juntamente com outros trabalhadores, constituiu ato de explícito arbítrio praticado pela polícia, uma vez ter acontecido sumariamente, sem nenhum julgamento.

213 CARVALHO, Florentino de. A' postos! *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 maio 1914.

214 SOARES, Primitivo. Vinganças burguesas. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 maio 1914.

Desta maneira, interpretou os procedimentos governamentais dos democratas republicanos sobre a população trabalhadora e, diante da insatisfação popular, como sendo o mesmo adotado por monarcas e imperadores. As leis sociais do período republicano de nada adiantavam, uma vez persistirem, na democrática república brasileira, expedientes em que era costumeiro o arbítrio da força pública, através da violência policial, sobre os segmentos populares. A perspectiva adotada pelo articulista evidenciou a identidade entre monarquia e república.

A concepção de evolução posta em atividade no artigo editorial do primeiro número do jornal dizia respeito ao caráter transitório dos fenômenos humanos. Nada em comum com os evolucionistas vitorianos. Estes eram teleológicos, fatalistas e, sobretudo, entendiam os agrupamentos humanos como dispostos num mesmo caminho evolucionário natural, constituído de estágios, cada um deles divididos em fases sucessivas. Esta concepção apresentava a evolução como sendo unilinear, fatal e irreversível.

Compenetrados do valor das naturaes leis de evolução não podemos consentir e o estagnamento e a cristalização das cousas existentes. A sociedade presente está desbotada, suja e rota. A velhice tornou-a caduca, fria, triste, mistica e nostálgica.²¹⁵

A sociedade vigente aparecia, nas ponderações elaboradas pelo articulista, enquanto tributária do cristianismo. Não havia, desta maneira, como entendê-la instaurada num dinamismo laico ou ateuista como sustentavam filósofos e cientistas sociais afeitos ao li-

215 CARVALHO, Florentino de. A' postos! *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 maio 1914.

beralismo ou ao materialismo histórico. Desta maneira, o modelo civilizacional operante definitivamente não escapara ao dinamismo religioso do medievo. Houve, antes disso, uma sofisticação dos métodos teológicos medievais com o estabelecimento da modernidade.

Higiene e estética constituíam balizas fundamentais para a elaboração do que denominou “novos costumes”. Delineia-se aqui novamente a crítica elaborada ao modelo civilizacional em voga, tomando forma uma decidida recusa das instituições disciplinares, atualizadoras de concepções transcendentais em seus intentos de domínio. Este regime de soberania foi constituído através de diversos procedimentos preventivos e da prática da premiação e punição.

Essas ponderações caracterizaram não o anarquismo como pré-moderno. Se é verdade que há um campo abarcando expressões modernas, como aqui expostas, entre os anarquismos, também é verdade existir um outro campo contemplando a existência de um anarquismo antimoderno. Neste anarquismo, a civilização era percebida como meio de reprodução de sociabilidades amestradoras, produzindo subjetividades domesticadas, susceptíveis ao dinamismo social de controle-submissão. Emerge destas reflexões um anarquismo mais afinado com a condição existencial do nômade selvagem das sociedades antropofágicas.

E nós queremos, segundo os preceitos da higiene e da estética, envergar indumentaria nova, queremos ver a humanidade embelesada com novos hábitos, novos costumes, novas e inflamatórias instituições.

A sociedade das instituições de caridade, de beneficência, de socorros mútuos, a sociedade dos hospícios, dos asilos, dos orfanatos, a sociedade dos doentes, dos ladrões e dos men-

digos, vergonha da nossa era de progresso e de civilização, deve desaparecer a bem da saúde pública, a bem da equidade e da razão.²¹⁶

No quesito relativo à organização dos trabalhadores, o aspecto de crítica e recusa ao modelo civilizacional vigente é reafirmado. Considerável estrato deste movimento operacionalizou uma forma de organização dos trabalhadores em franca sintonia com a divisão das tarefas estabelecida pela perspectiva disciplinar capitalista. A distribuição ordeira dos trabalhadores em sindicatos por profissão reproduzia a divisão do trabalho sob o capitalismo, resultando numa conservação da disposição corporativa favorável à exploração e, portanto, à manutenção da relação dominação-obediência.

Uma organização social avessa à disciplina teria que inventar outras formas societárias em confronto com as vigentes. A organização dos trabalhadores deveria quebrar imediatamente com o dinamismo corporativista, associando simultaneamente trabalhadores de diversas profissões. Esta foi a sugestão elaborada com ênfase por João Crispim, em uma das localidades que passou, quando de suas viagens de propaganda.

Frisei bastante a necessidade de organizar nesta localidade uma liga operaria, á qual se filiassem não somente os operarios mas tambem os colonos para melhor se resistir ao brutal sistema de violencias que o proletariado sofre, e iniciar o povo nas lutas pelas reivindicacoes sociaes.²¹⁷

A modernidade foi apresentada, em seus contornos relativos à instauração da sociabilidade humana, como sendo eminente-

216 CARVALHO, Florentino de. *A' postos! A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 maio 1914.

217 CRISPIM, João. *Crônica da nossa Excursão de Propaganda*. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 17 jun. 1914.

mente hierarquizante e predatória. Se, de um lado, à escravidão antiga correspondiam gestores antigos; a escravidão moderna, por outro lado, possui, de modo similar, os seus próprios “negreiros modernos”. O articulista expressou uma concepção de igualdade social não como algum tipo de nivelamento por baixo, alguma homogeneização nas formas ou padronização das práticas sociais. Igualdade, para ele, significava simplesmente equidade nas “condições economicas, politicas e sociaes”.

Crispim compreendeu a sociabilidade humana como sendo composta de elementos da ordem do intelecto e da ordem do sentimento. A estagnação destas duas, ou de uma destas dimensões societárias humanas, constitui o resultado da ação da religião, da moral estabelecida, da escola, do patriotismo e do militarismo. A formação das subjetividades sob a influência dessas instituições, que procuram o estancamento das desenvolvções individuais, produziria escravidões em diversas ordens.

Daí o porquê da necessidade de uma revolução social envolvendo todos esses campos, uma vez vir da junção destas dimensões da sociabilidade o móvel das atitudes e dos comportamentos das pessoas. Desta maneira, não só o pensamento livre bastaria. Também era necessário o estabelecimento imediato de uma vontade livre. Desta liberdade, resultaria não algum ponto final, alguma estação de chegada.

Ele definiu, noutra momento, com maior precisão, sua compreensão do que denominou mais acima “igualdade de condições economicas, politicas e sociaes”. Igualdade consistia no nivelamento por cima, de maneira a favorecer a extinção de hierarquias. Este estado de equidade resultaria numa melhoria na saúde coletiva e individual, cujo desdobramento se observaria com “o otimismo, o entusiasmo e a alegria” envolvendo os trabalhadores.

O trabalho, neste contexto, perderia seu caráter torturante, penoso e sofrível, passando a ser concebido enquanto exercício de uma “ginástica”, ocupando lugar relevante no processo de reativação e realimentação das energias individuais. Ao mesmo tempo, essa “ginástica” seria enriquecida e ampliada em sua concepção por incorporar, quando de sua concretização e enquanto elemento relevante, apreciações de ordem estética. Essa forma de compreensão desonera os conceitos utilitaristas definindo o que seja “trabalho”.

Nesta compreensão, Crispim e Adelino de Pinho²¹⁸ convergem. Ao invés de opor trabalho e não trabalho, as reflexões de ambos resultam na abolição do trabalho sob capitalismo. Assinalam uma intencionalidade em desonerar a fronteira que separa atividades produtivas da vida. O esforço produtivo deveria ser livre, encarado como uma arte, ginástica e entretenimento. Nesta direção, Pinho tratou de reconciliar também o trabalho intelectual com o trabalho manual. Aquele que é apenas intelectual deve exercitar alguma atividade manual, e o trabalhador manual deve ter acesso ao estudo.

Nada a esperar dos políticos qualquer que fosse a tendência, advertiu Crispim no relato. Sugeriu, em seguida, ao leitor uma reflexão em torno dos acontecimentos registrados na história, procedendo, depois disso, a uma análise “da essência e funcionamento dos poderes governamentais” como forma de favorecer o abandono da fé nos representantes do povo. O domínio político estava, em sua perspectiva, intimamente relacionado ao

econômico na mesma proporção em que este àquele²¹⁹.

A fim de garantir esses monopólios, o governo intervinha nas relações sociais de maneira compulsória, procurando impor e manter o seu domínio através do controle em diversas dimensões da vida social. Como uma das estratégias de domínio sobre os segmentos da população, o governo buscava fabricar um consenso na sociedade, na intenção explícita de prevenir sublevações. Noam Chomsky²²⁰ estudou os mecanismos e as formas utilizadas sistematicamente pelos governos democráticos para a construção do consenso na população. Tratando particularmente da experiência dos sucessivos governos dos Estados Unidos, Chomsky analisou com pormenores o sistema de “propaganda ideológica” realizado pelo governo estadunidense. Para os governantes, a manufatura do consenso social é mais importante do que os mecanismos violentos de repressão.

Finalizando o editorial, o articulista se dirigiu ao leitor concitando-o diretamente ao imediato exercício de uma rebelião que fosse contínua. Seu chamamento não incitava o leitor para aderir a algum programa de partido nem para se filiar a algum grupo conspiratório, nem tampouco para aceitar algum sistema de crenças. Suas palavras instigavam para a ação direta de individualidades rebeladas contra o domínio, contra a hierarquia e a favor da liberdade social.

Essa perspectiva estimulava o leitor a tomar conta de sua própria vida, não lhe oferecendo qualquer repouso, segurança ou

218 PINHO, Adelino de. *Pela educação e pelo trabalho* – Conferência lida na LIGA OPERARIA DE CAMPINAS, a 13 de dezembro de 1908. Porto: Typographia Peninsular, 1909. PINHO, Adelino de. *Quem não trabalha não come*. São Paulo: Cooperativa Graphica Popular, 1920.

219 Sobre o Estado na história, ver: LEVAL, Gastón. *El Estado em la história*. Madrid: CNT-AIT, Cali: Asociación Artística “La Cuchilla”, 1978.

220 CHOMSKY, Noam. *Propaganda ideológica e controle do juízo público*. Tradução de Danielle Mendes Sales. Rio de Janeiro: Achiamé, [2004?].

apoio para a caminhada, mas antes o imediato abandono da cômoda posição de espectador, paciente e representado na vida. O próprio articulista fez questão de definir sua posição, neste processo, enquanto um rebelde ladeado e ladeando outros rebeldes. Nada de vanguardas nem tampouco retaguardas.

Nesta ordem discursiva, Adelino de Pinho elaborou algumas reflexões apresentando o quadro social de dominação enquanto constituído por uma dinâmica eminentemente relacional. A situação de crise social e econômica que atingia a sociedade brasileira, em seu tempo, devia-se não a alguma crônica malevolência dos segmentos sociais dominantes. Devia-se antes a um conjunto de fatores em que a resignação e a passividade dos trabalhadores desempenhavam papel fundamental.

O quadro social de exploração e dominação resultava, portanto, da ação em conjunto de todas as camadas da sociedade e não acontecendo de uma forma unidirecional. O poder centralizado, ainda que beneficiando política e economicamente alguns poucos extratos sociais, não era estabelecido a partir de uma ação exclusivamente dominadora de alguns segmentos sociais sobre o conjunto de passivos dominados. Daí o porquê de o autor ressentir-se mais pela cooperação dos trabalhadores com a situação de explorados, através da recorrente omissão diante do estado das coisas, do que pela ação espoliadora dos governantes. Tanto assim que o articulista encerrou o artigo incitando os trabalhadores à ação direta.

Sem título

O actual momento da vida economica, moral e politica do Brasil presta-se ás mais eloquentes considerações sob qualquer ponto de vista que se o encare, quer pelos desatinos, violências e arbitrariedades dos de cima, dos caciques,

mandões e governantes de qualquer rotulo ou partido, quer pela já agora cordeiresca submissão, passividade e resignação dum operariado abastardado e incoerente que abandona a luta de todos os dias, fiado nas palhaçadas e promessas dos seus exploradores, não divizando esta verdade: *que só pela aspiração perene, lucta continua e estudo permanente das questões que o affectam, conseguirá a sua emancipação.*

Emquanto os caciques locais e nacionais se degladiam mutuamente na conquista do que chamam direcção dos altos destinos do país; enquanto assaltam o tesouro publico e esbanjam nababescamente o suposto patrimonio nacional em viagens á Europa e em subvenções a uma imprensa mercenaria que lhes justifica os gestos e lhes aplaude as arbitrariedades e fanfarrônicas, 'o povo – esse jumento que no dizer conciso de Junqueiro – assiste calado, quieto e pacato a essa abjecta farça sem sequer balbuciar um basta! tremendo e comovedor que denotasse ao menos não sêr um mito a sua existencia.

[...]

Vejam, por outro lado, a vida moral do país, o que tem sido.

Não vale a pena enumerar o que está na memoria e á vista de todos.

Mas, no meio de tudo isto que constitue o descalabro e a ruína moral e economica do povo, o que nos entristece não é tanto as violências e atentados á liberdade e vida dos cidadãos mas sim a cobardia que eles manifestam desinteressando-se das conquistas que deveriam constituir o seu maximo orgulho, como é a liberdade de pensamento, de reunião e de associação.

*
* *

Um movimento anarquista que desabrochou e que feneceu sem fructificar; um movimento associativo e revolucionario que não deixou tradições; grupos e individuos que se evaporaram, que resta desse movimento outr'ora tão brilhante que se desenvolvia especialmente no E. de S. Paulo?

Será tempo de reunir os elementos dispersos, de chamar a cerrar fileiras todos os que pensam que esta vida è a péor das vidas, de fazer uma propaganda sistematica das ideias que acalentamos

e que julgamos trazer solução ao problema da miseria em que a humanidade vegeta?

E' o nosso desejo.²²¹

Solargeo Livre²²², ao apresentar na seção *Comentarios* algumas rápidas ponderações em torno da situação conflituosa que imperava entre os políticos republicanos em suas disputas pelo poder logo em seguida à derrocada da monarquia, expressou a mesma insatisfação apresentada por Adelino de Pinho. De suas palavras de análise da situação política, econômica e social do Brasil, emergem reclames relativos à letargia e à falta de atitude corajosa e detida reflexão da população trabalhadora.

No quinto número do jornal, Adelino de Pinho²²³ retomou a crítica aos políticos de todas as cores a partir da problematização de eventos relativos à política colonialista da Espanha sobre o Marrocos.

Bingi, muito provavelmente o pseudônimo de algum trabalhador, em tom profundamente revoltado, analisou os governos a partir da sua prerrogativa intervencionista na sociedade. Num texto curto e ácido, apresentou a arte de governar como sendo homicida em seus princípios e efeitos sobre a sociedade. Essa assertiva independia da classificação do governo de plantão, em qualquer taxonomia política.

Os assassinos

Todos os governos são eguaes. Do absoluto ao constitucional, do imperial ao monarchico e ao republicano, do reacionário ao democratico a única aspiração de qualquer governo é esfomear

ar e sangrar o povo. Aquele povo que trabalha compreende-se.

O rei é o farol das instituições: nele se apóiam os invertebrados; a ele pedem luzes os mandatários do povo.

Cada rei tem o seu *Beccaris*.

O mais humano é aquele que tem menos victimas; todos as teem.

O democratico rei da Italia não quer ficar atraz do seu colega o Czar.

Ambos teem o seu povo e ambos amam o seu povo; mas com a condição que este permaneça imobil e fossilizado.

Deve trahilhar para o rei que é o magnimo, o pae da patria, o rei bom e democratico.

O rei é sagrado; ai de quem lhe tocar!

As instituições que lhes necessitam são inviolaveis. Tudo isso não é a favôr do rei, mas para o povo deste rei.

Quem ousa aspirar a uma vida que não seja e bruto, é um inconciente, um criminoso.

Quem se sente roubado e pede a restituição daquilo que produz e precisa, é perigoso para a ordem publica. E, para bem do povo, o rei manda-lo-á fuzilar. Fuzilando o revolucionario, o rei livra do incubo do terror a nação. O chumbo real que ceifa vidas nas ruas publicas é o tónico que restituirá saude, força e paz.

Assassino é o que mata de fome. Quem massacrava para esfomear e fazer escravos é um heroe, um bemfeitor a quem a humanidade deve reconhecimento.²²⁴

O editorial do segundo número do jornal, a partir das comemorações da abolição da escravidão programadas por fazendeiros e governantes, ampliou o enfoque sobre o tema da antiga escravidão negra e da situação dos negros na sociedade republicana. O autor iniciou o editorial apresentando a naturalização da concepção hierárquica da sociabilidade humana cultivada por legalistas.

13 de Maio

Quatro dias faltam para que os o governo e os

221 PINHO. Sem título. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 maio 1914.

222 LIVRE, Solargeo. Comentarios – A politicagem. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 7 maio 1914.

223 TAVARES. Zaragata parlamentar. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 07 jun. 1914.

224 BINGI. Os assassinos. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 17 jun. 1914.

fazendeiros, juntamente com a multidão dos homens de côr, comemorem o fausto acontecimento da abolição da escravatura no Brasil.

Os partidários da legislação e da jurisprudência, que afirmam ser uma necessidade o ordenamento social sob o ferrete de uma direcção arbitrária, porque o povo é incapaz de ter e de afirmar as suas aspirações de liberdade e de conceber ideias de tendências anarquistas, vêm nesta comemoração um ensinamento hostil a essas afirmações inspiradas por interesses que os apresentam como indivíduos perniciosos à sociedade.²²⁵

O articulista evidenciou o ridículo das sentenças e das verdades consideradas em seu tempo enquanto verdades científicas inquestionáveis, definindo preconceituosamente o negro como ser inferior. Imperava, naquele período, uma perspectiva evolucionista e racista que tinha em Gobineau e em Lombroso os seus mais expressivos representantes. Além da ciência, o cristianismo, negando aos povos negros a condição de ser humano, servia aos estratos dominantes da sociedade, justificando a escravização daqueles agrupamentos humanos.

No entender do articulista, a situação de miséria e violência sobre os negros explicava a sua condição de ignorância em relação aos assuntos científicos e filosóficos. Ao contrário do afirmado por uma discursividade aportada numa ciência dogmática e racista, fatores genéticos nada tinham que ver com esta situação. Para o autor, o negro já tinha dado sobejas e inquestionáveis provas de inteligência apenas pelo fato de não aceitar a condição de escravo, lutando incessantemente pela própria liberdade mesmo com o risco de ser torturado ou assassinado pelos escravocratas.

As hostilidades do negro em relação ao branco vêm da consciência do abuso e das

225 CRISPIM, João. 13 de Maio. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 maio 1914.

injustiças sofridas nas mãos dos negreiros e fazendeiros. Esta aversão dos negros aos brancos constituiu, para o articulista, noutra prova de sua inteligência. A situação de violência sobre os negros permanecera inalterada na era republicana.

As comemorações do 13 de maio foram perdendo, paulatinamente, para a população negra, o sentido. Isso por conta da intensificação da exploração com o estabelecimento de uma escravidão moderna. O fim da escravidão negra, como realizado por monarquistas, republicanos, democratas e fazendeiros, visava não à emancipação dos negros, mas antes à expansão do sistema escravista aos negros, brancos, amarelos e vermelhos, para benefício do que o autor denominou ora de “negreiros modernos”, ora de “escravocratas modernos”.

A liberdade prometida pelos republicanos democratas consistia em um logro lançado sobre o conjunto da população. A análise crítica do articulista apresentara o empenho do partido republicano, quando nos tempos da monarquia, em incentivar e apoiar associações abolicionistas, enquanto estratégia velada de majorar os lucros dos fazendeiros. O regime do assalariamento, na verdade, libertou o fazendeiro que deixou de custear os cuidados com a vida do escravo, ao mesmo tempo em que a abundância de mão de obra disponível baixava o valor da remuneração.

A concepção de modernidade elaborada por Crispim, enquanto uma nova escravidão, justifica sua recusa em aumentar o coro dos apologistas da sociedade envolvente. A situação social do trabalhador, na República, em nada avançou relativamente às conquistas de liberdade e emancipação individual e coletiva. Antes, pelo contrário, recrudescer a razão da força em detrimento da força da razão, renovando, ampliando e intensificando a escravidão.

Com a chegada da república, não só negros foram escravizados. Agora a potência do sistema escravista vigente, sob a aura da modernidade, tornou-se mais eficiente, mais intensa e mais extensa. Considerando essas ponderações, encerrou o editorial dirigindo algumas provocações ao leitor. Ao desnudar a situação infligida ao trabalhador assalariado, na modernidade, como sendo muito pior do que na antiga escravidão negra, favoreceu a criação, particularmente entre os trabalhadores, de uma sensação de desconforto. Isso porque, para quem entendia ser livre sob o sistema de salariado, este sistema econômico perdia sua aragem de generosidade com a qual segmentos dominantes o apresentavam. Desta situação, poderiam desembocar inquietações, insubmissões, rebeldias.

Essa compreensão – de renovação, ampliação e intensificação da escravidão com o estabelecimento do trabalho assalariado pelos republicanos – integrou o conjunto das matérias de uma das conferências de João Crispim²²⁶ na sua viagem de propaganda. Em seu relato de parte do trecho percorrido, registrou uma situação de polêmica e de tensão com algumas pessoas na plateia por ter feito essa afirmação.

Pinho de Riga²²⁷ escreveu um artigo intitulado “Escravidão moderna” em que expõe sua compreensão da escravatura negra, tendo sido, a partir da Lei Áurea, extensiva a brancos e amarelos. O trabalho assalariado consistiu em uma nova forma de escravidão, mascarada com a ideia de abolição da escravidão negra, advertiu.

226 CRISPIM, João. Crónica da nossa Excursão de Propaganda. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 17 jun. 1914.

227 RIGA, Pinho de. A escravidão moderna. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 maio 1914.

Helio Mortiço²²⁸ descreveu, na seção intitulada *Cómentarios*, a abolição da escravidão negra como parte de um processo de luta devida aos próprios negros e não a uma pretensa generosidade dos monarquistas. A escravidão, quando da proclamação da Lei Áurea em 1888, já estava de fato abolida pela ação rebelde e transgressora, realizada, sobretudo, pelos próprios negros.

O editorial do terceiro número do jornal abordou a relação da igreja com a questão social. Comentando as iniciativas do clero católico em torno de diversos aspectos relativos à condição do trabalhador numa sociedade hierarquizada, o articulista tensionou e problematizou o assunto. Seu objetivo era colaborar, com sua reflexão, para a compreensão do recente interesse da igreja pelo trabalhador.

Suas palavras iniciais, defendendo intransigentemente liberdade para todos, indicavam ser o endereço de suas reflexões não a assembleia legislativa, a fim de criação de alguma lei proibitiva ou impositiva. Essas suas palavras manifestaram antes a intenção da adoção, por parte dos trabalhadores, de um comportamento ativo com base numa ação direta libertária. Apresentou as investidas da igreja junto ao operariado como reação natural à diminuição dos fiéis em seus templos. A igreja procurava remediar a perda de campo para as associações de resistência, adotando medidas sociais de caráter filantrópico. A criação de círculos operários católicos, de escolas confessionais, de ação caritativa, fez parte de uma estratégia da igreja em retomar o espaço perdido no meio popular para o sindicato combativo.

No movimento operário, a entrada da igreja favoreceu o estabelecimento de uma

228 MORTIÇO, Helio. Comentários – o 13 de Maio e a Acção Directa. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 maio 1914.

tendência, designada pelos trabalhadores da época de “crumiro”, nomeando as práticas sistemáticas de furar as greves. Esse tipo de sindicalismo também era denominado de “sindicalismo amarelo”, por defender a concepção de harmonia e colaboração entre as classes sociais.

O articulista, procurando dar maior força aos seus argumentos, finalizou o editorial chamando a atenção do leitor para não esquecer de considerar a história recente da igreja, particularmente na questão do trabalho escravo. Neste quesito, o clero católico legitimou a condição de escravo do negro, afirmando taxativamente sua animalidade, um ser desprovido de alma, enquanto justificativa válida sua dominação e exploração. O autor desafiou os católicos a se posicionarem comentando este aspecto específico da história recente da igreja. Na sequência dessas ponderações, traçou um paralelo do procedimento racista do clero católico com as recentes medidas adotadas pela mesma igreja, em que ela parece intentar alguma forma de favorecimento e de proteção para o trabalhador.

A igreja e o proletariado

Segundo a imprensa diária, devia-se realizar nestes últimos dias um congresso católico, o que não nos admira, pois reconhecemos o direito de reunião e discussão a todo mundo; não queremos a liberdade só para nós. Mas o que nos faz pascar, o que nos faz sair do sério, e chamar a atenção dos interessados para o assunto, é os snrs. católicos quererem inmiscuir-se nos negócios dos operários, sendo a questão operária um dos temas mais largamente a desenvolver no dito congresso.

De facto, se não soubessemos o imperio que a igreja ainda desfruta sobre a pobre gente que vai ajudar o carneiro que a ha-de esfolar; se não soubessemos também por experiencia

propria, que uma grande parte dos incautos se deixam levar pelo canto da sereia, devido a falta de preparo intelectual e estreiteza de entendimento; que incapazes de raciocinar, comparar e tirar conclusões se deixam engodar e se tornam victimas inesperientes dos maus e torpes exploradores e charlatães polotiqueiros, levariamos a cousa para o ridiculo e um encolher de ombros seria o único gesto digno da obra dos padrecas e comparsas. Desgraçadamente, por isto mesmo, temos que lançar o grito de alarme e prevenir o operariado da armadilha que a igreja lhe prepara, para com o seu opoio perpetuar seu iniquo dominio.

[...]

Mas a prova provadissima de que ela não procede honestamente, nesta questão, como nunca lealmente procedeu em questão alguma, é que sempre esteve ao serviço de todos os tiranos, e exerceu por sua vez a maior das tiranias contra os desgraçados. Basta dizer-se que _ _ _ _ _²²⁹ justificou no Brasil a escravidão.

E chegados aqui cabe formular, para fechar, a pergunta irreverente e formidável que desde o principio nos estava a cair do bico da pena. Porque a igreja durante um dominio indiscutível de dois mil anos não resolveu a questão do pão para todos. Porque não estabeleceu o nivelamento social na época da crença fervorosa e intensa, quando ninguem se escapolia ao seu poder, nem os proprios reis! numa epoca em que os raios da escomunhão levavam a Roma, lançando-se de rojos aos pés do papa os mais poderosos monarcas da terra?

Respondam a isto snrs. catolicos, sejam francos, ao menos uma vez na vida! E então agora, quanto sentem o seu poder periclitir, quando percebem que o seu dominio está acabado, quando os seus gestos e procissões são recebidos e corridos as gargalhadas e assobios universaes, é que querem interessar-se pelos operarios?

Criem vergonha e pundonor e apareçam!²³⁰

229 Palavra ilegível. Presumo, pelo contexto imediato, que se refira à igreja.

230 A IGREJA e o proletariado. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 17 maio 1914.

O tema igreja, religiosidade e crenças foi objeto de reflexões, apesar da crítica contundente às crenças em fenômenos tidos na medida de sobrenaturais; e à religião, houve o caso do estabelecimento de grandes comoções sociais como também de eventos revolucionários provocados por crédulos e por movimentos de caráter religioso. Num desses artigos, o articulista destacou alguns eventos históricos de rebelião da multidão trabalhadora em que fora relevante a participação de alguma expressão do cristianismo.

Pelo Ideal

[...]

A luta em prol do bem estar para todos é a verdadeira historia da humanidade.

Não ha guerra que conte maior numero de combatentes, de vitimas e martires.

O senso comum e com ele o pensamento dos filosofos mais notaveis defendem e propagam a todo transe este principio, que é a base de toda a justiça, de toda a moral.

Ele é o esteio de todas as seitas, de todos partidos, porque representa a aspiração colectiva.

“O povo judeu, muito antes da duvidosa existencia de Cristo, professava ideias de emancipação. Os profetas de Israel são, segundo Benan, fogosos publicistas dos principios que hoje chamariamos socialistas e anarquistas.

O cristianismo, no seu primeiro estádio é fortemente impregnado da tendencia popular daquela epoca, é essencialmente comunista e anarquista.

Por seu intermedio chegam até nós entre outras, as célebres maximas: *a cada um segundo as suas necessidades e “amarás o próximo como a ti mesmo”*.

Varios apostolos são predecessores de Proudhon.

S. Paulo diz que o rico é um parasita; que o individuo que não trabalha não deve comer.

S. Jeronimo declara que a opulencia é o produto do roubo.

Segundo São Clemente, a propriedade privada é filha da iniquidade.

No ano 374 o filosofo Manes foi esfolado vivo por propropr a igualdade. Os seus discipulos foram perseguidos. Não reconheciam nenhuma autoridade civil ou religiosa.

Na Italia os Irmãos e Irmans do Livre Espirito combatem a propriedade a autoridade, assaltando as casas dos ricos e destruindo os titulos de propriedade.

Na Inglaterra os padres Jão Wicleff e João Ball tomam parte saliente nas agitações comunistas. Pouco depois rebenta a revolução dos Lllards. Mais de cem mil proletarios tomaram parte neste grandioso movimento, queimando os castelos e assaltando a propriedade.

Em 1498, o doutor Tomás Munzer sofre martirios e perseguições por lutar pelos oprimidos. Afirma que “todos os senhores são uns bandidos, inimigos do povo, aos quaes é preciso estrangular o mais depressa possível”.

Os trabalhadores aderentes ás sociedades de resistencia consideram os indiferentes como “membros mortos da sociedade”.

Jacquel e Hoffman põem-se em destaque pela sua actividade nas rebeliões dos proletarios contra os patrões e são queimados vivos pelas hordas da burguesia.

Munzer é torturado barbaramente e decapitado, depois de ter, com os seus companheiros, feito um excelente ensaio comunista em Mulhausen.

Os camponeses (anabatistas) continuam a rebelar-se contra a exploração desmedida e a tirania implacavel dos senhores e, uma vez vencidos, são aos milhares, afogados, queimados ou decapitados.

Na Inglaterra produz-se uma nova rebelião comunista-anarquista, que é a tendencia geral da época.

Os rebeldes Winstanley e Everard são perseguidos e encarcerados.

É preciso, diziam, abolir os ricos e suprimir a moeda.

O cura e grande filosofo Meslier, que morreu de fome e de indignação ante as iniquidades sociais, gritou “que todos os grandes da terra e os nobres se vejam enforcados”.

“Ricos, frades, padres, gente da policia, são uns miseraveis. É necessario rebelar-se”.²³¹

231 CARVALHO, Florentino de. Pelo ideal. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 maio 1914.

A estratégia colocada em ação no texto é evidente: mostrar aos cristãos a existência de pensadores cristãos que defendiam ardorosamente postulados libertários e igualitários; evidenciar a existência, na história do cristianismo, de rasgados eventos de insatisfação popular nos quais rebentaram movimentos de insurreição, desobediência e destruição dos poderosos; delimitar a importância das rebeliões religiosas na configuração das reivindicações recentes postas pelo movimento operário. As primeiras sublevações dos trabalhadores tiveram participação decisiva de espiritualistas e de consideráveis segmentos religiosos.

Dentro de uma perspectiva de crítica à religião, M. publicou um pensamento abordando o tema numa perspectiva ateia.

DEUS

Se a crença e amar um Deus fosse uma coisa natural e lógico, como apregoam todos os vivedores de religiões, esse amar e crença não necessitariam de ser impostos pela força bruta ou marteladas em pequenos cérebros de crianças, – nasceriam com o indivíduo, por serem indispensáveis à conservação da alma, da mesma forma que, para a conservação do corpo, o indivíduo nasce com nariz, olhos, boca, estomago ele, sem o que, não poderia viver.²³²

João Penteado²³³ questionou os cristãos pelo apoio prestado às iniciativas guerreiras através da aprovação do militarismo. A estratégia argumentativa do autor foi partir de alguns postulados doutrinários do cristianismo, sem levantar objeção a eles, para cobrar dos cristãos uma coerência de suas atitudes com sua doutrina e fé. Referiu-se diretamente a Tolstói, defensor de métodos mais radicais que

232 M., Deus. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 17 maio 1914.

233 PENTEADO, João. O militarismo e sua nefasta influência. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 17 jun. 1914.

o simples pacifismo como o manifestado em sua concepção de “não resistência ao mal”.

O editorial²³⁴ do quinto número do jornal noticiou a organização de um congresso anarquista que seria realizado na cidade inglesa de Londres. O artigo evidenciou a importância deste evento tanto para a divulgação do anarquismo como para a sedimentação dos grupos existentes e a criação de novos. Eventos dessa natureza favoreceriam o contato direto entre pessoas de locais, línguas e culturas diferentes, possibilitando um maior conhecimento de outras experiências.

Dessa maneira, diversas lições poderiam ser aprendidas com a vivência de alteridade: a discussão em torno de questões de método e tática revolucionária, a reflexão sobre aspectos particulares do pensamento social envolvendo assuntos filosóficos e conceituais, afora o próprio evento poder servir como um experimento libertário de abolição de fronteiras.

O autor destacou a mobilização existente em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, através da execução de diversas atividades com a finalidade não só de apoiar o evento, mas também de enviar congressistas para Londres. Também se dirigiu aos anarquistas no Brasil, anunciando uma assembleia e o planejamento para realização de outras atividades para o envio de delegados.

No primeiro número do jornal, os editores divulgaram uma circular dirigida aos trabalhadores e anarquistas convocando a todos os interessados para participarem da organização do evento, do levantamento de informações e registros históricos, de dados de estatísticas, bem como de outras iniciativas a serem planejadas. Nesta circular, os editores solicitaram a colaboração dos anarquistas nas

234 CONGRESSO Anarquista Internacional. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 07 jun. 1914.

localidades em que as notícias do congresso chegassem. Esta colaboração, sobretudo, poderia ser feita a partir da elaboração de relatos descrevendo a natureza e as características do movimento anarquista local. As questões levantadas possibilitariam o delineamento do perfil da expressão anarquista em cada localidade, assim como o grau de penetração de ideias anarquistas em outras camadas da sociedade, como as dos intelectuais²³⁵.

No segundo número do jornal, a nota sobre o congresso oferecia mais elementos para a compreensão dos propósitos do evento. Apresentava também a maneira pela qual ele fora idealizado por anarquistas alemães, franceses e ingleses. Os editores anunciaram concomitantemente o propósito de organizar outro congresso de anarquistas no Brasil²³⁶.

Duas notas curtas, publicadas no terceiro número do jornal, informaram das possibilidades do jornal ante o congresso e da organização de eventos em benefício de sua organização. Na segunda nota, os editores iniciaram uma campanha de arrecadação de fundos com vistas a auxiliar na organização do congresso internacional²³⁷.

No número seis do jornal, os editores publicaram uma nota sobre o congresso descrevendo a reunião havida no dia 14. Relataram também a adesão de diversos grupos anarquistas e a decisão da assembleia em enviar delegado próprio para o evento. A assembleia formou uma comissão para levar adiante as atividades necessárias na organização da participação de grupos anarquistas no Brasil.

235 A PROPOSITO do Congresso Anarquista Internacional. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 maio 1914.

236 CONGRESSO Anarquista Internacional. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 3-4, 09 maio 1914.

237 IMPORTANTE. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 maio 1914. CONGRESSO anarquista. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 4, 17 maio 1914.

O último editorial²³⁸ registrou aspectos então recentes que diziam respeito aos conflitos entre operários italianos e classes dirigentes. À repressão policial em torno da organização de uma manifestação pública, sucedeu a eclosão de uma greve geral. Este movimento paredista se alastrou por toda a Itália. O articulista lamentou a demora da reação proletária como também dos trabalhadores de não terem radicalizado sua intervenção, vinda de uma maneira tardia. Apesar disso, encerrou o artigo celebrando a atitude ousada e enérgica dos trabalhadores na Itália e hipotecando sua solidariedade e apoio aos propósitos revolucionários, simbolizados na luta por eles empreendida.

Os editores publicaram artigos abordando outras dimensões da vida social. A condição feminina na sociedade vigente, o militarismo, o patriotismo e as guerras, os jogos de azar, a questão educacional, a organização dos trabalhadores, as polêmicas com políticos profissionais, a fome e a miséria atingindo os segmentos populares da sociedade brasileira foram alguns dos assuntos abordados. Esses temas, de um modo ou de outro, se atravessavam, se interpenetravam.

Os assuntos estavam contagiados uns pelos outros, dependendo da construção argumentativa do articulista, da sua forma de abordagem e de como eles eram encadeados em sua estratégia dissertativa. Os autores procederam à instauração de um nomadismo quando do enfoque dado às matérias apresentadas, transitando entre as áreas do conhecimento com desrespeito e desconhecimento no que diz respeito às suas fronteiras.

João Crispim elaborou artigo, no primeiro número do jornal, analisando as mo-

238 OS FACTOS da Italia. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 17 jun. 1914.

dalidades do sindicalismo. Neste artigo, há o empenho em orientar o pensamento social dos trabalhadores. Apresentou suas reflexões objetivando a configuração de uma certa dinâmica de convivialidade dentro do movimento do proletariado. Iniciou o artigo apresentando uma definição do que vinha a ser o sindicalismo. Ao mesmo tempo, evidenciou a existência de um considerável leque de diversidade de organizações sindicais e enfatizou seu interesse particular em torno do conjunto dos sindicatos operários de orientação revolucionária.

Modalidades de sindicalismo

Sindicato é a organização de uma ou varias classes que exploram ou trabalham em determinados ramos da industria ou profissão.

Existem numerosos sindicatos de capitalistas, não somente para exercitarem o monopólio, mas também com o fim de resistirem com maior vantagem, às reivindicações do operariado.

Numerosos são, já, os sindicatos operários católicos organizados pelos padres, com o escopo da *beneficencia* e da oração, isto é, tomar xaropes e papar hostias.

Depois vêm os sindicatos operários amarelos, organizados pelos patrões. Estes sindicatos têm por fim o mutualismo e o cooperativismo.

Tanto os sindicatos operários católicos como os amarelos, são criados em oposição á organização genuinamente operária de resistencia, principalmente para servirem de arma de defesa do capitalismo, substituindo os trabalhadores que se declaram em greve, ou negando-se a abandonar o trabalho quando resolvem paralisa-lo. Temos ainda os sindicatos operários que obedecem ás orientações dos partidos monarquicos e republicanos, dos quaes não vale a pena falar.

Os que mais de perto nos interessam são os sindicatos operários propriamente ditos, que estão envolvidos mais ou menos na luta social.²³⁹

O autor distinguiu, neste sindicalismo, três variedades diferentes: o sindicalismo de resistencia, o sindicalismo legalitário ou socialista e, por fim, o sindicalismo revolucionário. O sindicalismo de resistencia foi caracterizado como eminentemente economicista, isto é, voltado para as questões imediatas de melhorias salariais, melhorias de condição de trabalho, além de outros aspectos a ele relacionados.

O sindicalismo legalitário também ficou conhecido por suas relações estreitas com os partidos socialistas. Defendia a ação indireta por parte da população trabalhadora, além de cultivar uma intensa ojeriza à ação direta. Este sindicalismo investiu fortemente na divulgação do sufrágio universal, procurando eleger os chamados representantes do povo através dos processos legais de ação. Esta ação indireta era concebida enquanto única arma do trabalhador na luta por melhorias nas condições de trabalho e vida.

Em seguida, o articulista evidenciou, de maneira irônica, o vácuo de significação do sindicalismo no que se referia a algum benefício para os trabalhadores. A sua aplicação era por demais elástica, agregando as mais diversas e contraditórias intenções e interesses. Por sua vez, o sindicalismo revolucionário surgiu, nas reflexões do autor, como uma tentativa de trabalhadores em diferenciar o sindicalismo operário dos sindicalismos católico, amarelo, político e de resistencia.

No entanto, sua crítica não poupava este sindicalismo apenas por ter sido adjetivado com a palavra “revolucionário”. Condenou veementemente o automatismo sindical, segundo o qual as conquistas econômicas trariam imediatamente e por si só a transformação social, em direção ao fim do capitalismo e do estatismo. Criticou também a noção de

neutralidade sindical defendida pelos aderentes ao sindicalismo revolucionário. Em nome desta neutralidade, justificavam a retirada das associações de classe acerca de qualquer questionamento ou posicionamento crítico diante das instituições sociais e políticas estabelecidas.

Segundo essa expressão do sindicalismo, aos trabalhadores seria mais que indiferente, seria contraproducente tomar alguma posição ideológica definida dentro dos embates entre as diferentes expressões do pensamento social existentes. Seria mesmo preferível, na perspectiva do sindicalismo revolucionário, não adotar alguma tendência do pensamento social, sobretudo a anarquista, por acreditar ser possível uma efetiva imparcialidade nas relações sociais.

Crispim evidenciou diversas federações operárias que, tendo este entendimento das questões sociais e dos limites do sindicalismo, se manifestaram abertamente anarquistas em suas finalidades. Tomando como referência as experiências de diversas federações operárias, reiterou a necessidade de liberdade dentro dos sindicatos de maneira que as ideias de emancipação social fossem neles divulgadas.

O autor recrudescer sua crítica aos aderentes do sindicalismo revolucionário focalizando sua apreciação, particularmente, em três aspectos de postulados do sindicalismo: concebiam o sindicato como meio e como fim das lutas proletárias; entendiam o sindicato como espaço unicamente de defesa e reivindicações da ordem de melhorias econômicas e de condição de trabalho; por fim, sustentaram ser o sindicato o eixo gravitacional do dinamismo societário numa sociedade libertária.

O sindicato era concebido pelos sindicalistas revolucionários como célula básica da nova sociedade. Dessa maneira, delimitaram

antecipadamente uma instituição chamada a desempenhar um papel de nova centralidade, na nova sociedade do porvir. Esta definição apriorística constituía o estabelecimento de outra forma de Estado dirigindo, dominando, limitando, portanto, negando as liberdades individuais.

Voltou a evidenciar o fato de diversas federações operárias, inclusive a COB, terem receado o estabelecimento de confusões entre os trabalhadores, por conta das diferentes correntes dentro do sindicalismo. Este temor levou a que os trabalhadores procurassem evitar o alastramento de concepções ecléticas em seus princípios, afirmando as finalidades anarquistas das associações proletárias.

Modalidades de sindicalismo

[...]

Finalmente, outras organizações foram mais longe na clareza dos seus princípios, declarando o Comunismo Anarquista como finalidade das suas reivindicações. Entre estas contam-se a Federação Operaria R. Argentina, a Federação Operaria do Paraguai, a Federação Operaria de Santos, etc. A Confederação Operaria Brasileira, estabeleceu as mesmas finalidades, declarando a necessidade da destruição do Estado, e a organização de uma sociedade de productores, livre de qualquer organismo centralizador ou autoritário.

Poderíamos também citar muitas outras organizações operárias, como por exemplo a Federação Operaria do Uruguai e da Espanha, as quaes fazem uma obra abertamente anarquista.²⁴⁰

Advertiu os trabalhadores, no quesito relativo à resolução dos congressos da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, excluindo a política partidária de suas finalidades. Esta iniciativa visava diminuir, senão

239 CRISPIM, João. Modalidades do sindicalismo. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2-3, 01 maio 1914.

240 CRISPIM, João. Modalidades do sindicalismo. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2-3, 01 maio 1914.

anular, a influência dos políticos partidários dentro do movimento operário. Isso não significava, entende o articulista, a anulação das discussões em torno de questões ideológicas no meio operário, nem tampouco o combate à propaganda das finalidades diretamente anarquistas pelos sindicatos.

Finalizando o artigo, Crispim apresentou sua concepção do sindicalismo anarquista: abolição de dogmas, leis e hierarquias no meio dos trabalhadores; sindicato como um espaço privilegiado de aprendizado de liberdade e solidariedade entre os trabalhadores; associação dos trabalhadores desprovida de programas preestabelecidos para serem aplicados em novas formas societárias, por fim, como de alguma dimensão central definindo e impondo a todos as formas de convivialidade; definição da organização pelas coletividades e individualidades envolvidas, do modo como soubessem e pudessem, das novas formas societárias; efetivação da sociedade dos produtores livres; destruição de poderes, instituições e organizações obstacularizadoras das liberdades sociais ou que visassem impor algum sistema social; liberdade para individualidades e coletividades a fim de que pudessem experimentar livre e independentemente formas societárias diferentes.

João Penteado²⁴¹ dirigiu aos ferroviários de todo o Brasil algumas palavras em torno da necessidade da organização sindical. O sindicato foi apresentado, em seu texto, como a forma de organização e a arma por excelência para as lutas sociais travadas pelos trabalhadores a favor de melhorias em suas condições de vida. Seu escrito foi elaborado num dinamismo didático, à maneira de um professor

241 PENTEADO, João. Algumas palavras. A propósito da organização sindicalista. Aos ferroviários do Brasil. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 maio 1914.

lecionar a fim de chamar a atenção para a importância e a gravidade de um assunto a uma plateia um tanto quanto displicente com o tópico em questão.

A utilização pelo autor da apresentação de uma série de questionamentos dirigidos ao leitor configurou um interessante recurso provocativo. O encerramento do artigo apresentou ao leitor a ação direta como instrumento através do qual cada um pode tomar conta de sua própria vida, não depositando esperanças em nenhum tipo de providência externa e sim na potência proveniente da organização dos trabalhadores.

O curto artigo de Miguel Sanz²⁴² objetivou chamar a atenção dos trabalhadores em geral, mas, sobretudo, dos que eram reativos ou simplesmente negligentes às ideias de associação proletária, à organização operária como sendo a forma por excelência dos trabalhadores conquistarem melhorias nas suas condições de existência.

Utilizando a mesma estratégia expositiva delineada no seu outro artigo, João Penteado²⁴³ abordou a questão do nacionalismo como fator decisivo na eclosão das guerras e dos morticínios verificados entre as nações. Tratou do tema exatamente no período da primeira conflagração bélica mundial. No seu entender, impunha-se a eliminação do sentimento patriótico dos corações e das mentes das pessoas, caso se pretendesse pôr fim aos assassinatos coletivos implementados pelos interesses econômicos e políticos dos segmentos dominantes no cenário político internacional. Para atingir essa finalidade, a criação e a di-

242 SANZ, Miguel. Para los que no piensan. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

243 PENTEADO, João. A Patria e as guerras. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 maio 1914.

fusão da escola racionalista consistiam num imperativo condicionante.

Outro artigo, escrito sob assinatura abreviada, M.²⁴⁴ apresentou os crimes do militarismo a partir do episódio do assassinato de um major por um soldado em Portugal. Apresentou o telegrama de Portugal noticiando o acontecido, evidenciando as lacunas de informação calculadamente deixadas pelo remetente, jornalista da grande imprensa comercial. Apresentou as informações negligenciadas pelo jornalista. Contextualizou a vida do soldado assassino com a finalidade de oferecer mais elementos a fim de que o próprio leitor pudesse tirar conclusões por si mesmo acerca do ato homicida do soldado.

O autor não se eximiu do desafio por ele lançado ao leitor. Ele mesmo defendeu a ação do soldado, propondo que fosse deixado, em última instância, ao próprio soldado o julgamento de seus atos. Isso porque apenas ele e mais ninguém poderia conhecer em proporções mais justas os motivos de sua atitude.

O autor concluiu ter sido deflagrada uma série de crimes a partir da retirada violenta de um camponês de sua vida simples e calma em sua aldeia, expondo-o a abusos, arbitrariedades e humilhações, para torná-lo um soldado. O corolário desse processo de violências sistemáticas foi dado com o episódio do abuso perpetrado pelo major sobre o soldado, a que este apenas reagiu contra o tirano que o oprimia.

A crítica ao Estado, enquanto instituição disseminadora de violências no conjunto das relações sociais, consiste em ponto recorrente na literatura anarquista. Os artigos aqui apresentados, sempre que tratam do Estado, do governo e dos setores dominantes, enfati-

244 M. Os crimes do militarismo. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 17 maio 1914.

zam o caráter essencialmente violento, velado ou manifesto, de suas iniciativas. O Estado existe para intervir; a forma desta ação é através de proibições e restrições ou obrigações e compulsórios, em que ele é a medida para impor, fiscalizar e aplicar sanções.

As críticas às leis, elaboradas em diversas passagens de vários artigos analisados, traduzem com muita propriedade a ojeriza dos anarquistas quanto ao Estado como um cultivador de dinamismos societários referenciados em recorrentes violências. As leis por si sós possuem um caráter impositivo e universalista, consistindo em desrespeito, opressão, repressão e negação da diversidade cultural e das particularidades individuais²⁴⁵.

Uma conferência, realizada por socialistas partidários, ofereceu a ocasião para o estabelecimento de um debate destes com alguns anarquistas. Os editores registraram o episódio simultaneamente através de uma nota, um relato do acontecimento e um artigo polemizando com o referido socialista. A pequena nota apresenta a ocasião em tom jocoso.

Necropole socialista

Numa passagem da *brilhante conferência* realizada no 1.º de Maio na Lapa, pelo ilustre sr. Dr. Demetrio Justo Seabra, o conferencista, indicando o com índice a cabeça um velhote gordo, um verdadeiro Sancho Pansa, que se encontrava sentado a seu lado disse com voz embargada pela emoção: *cidadãos, aqui jaz o presidente do Partido socialista.*

Coisas do Sé... abra.²⁴⁶

O relato descreveu o cenário no qual os atores sociais realizaram a conferência, numa

245 CALDERON, Alfredo. El Estado es homicida. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

246 NECROPOLE socialista. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 maio 1914.

irreverente perspectiva própria à iconoclastia. Descreveu também a tentativa dos socialistas em obstem as intervenções do grupo anarquista presente e como estes forçaram a participação. Por fim, o articulista apresentou o efeito positivo na assistência quando das ponderações realizadas por alguns dos anarquistas presentes. A partir dessa intervenção dos anarquistas, a plateia deslanchou em vaías ao representante do socialismo parlamentar²⁴⁷.

Galileo Sanchez²⁴⁸ publicou artigo no mesmo número do jornal apresentando sua crítica a pontos centrais do pensamento socialista. Privilegiando a concepção socialista de sociedade, definiu como erro primário a compreensão da sociedade fundida e confundida à noção de Estado. Sociedade e Estado constituiriam, segundo o seu entendimento, não apenas concepções diferentes, mas sim opostas. Enquanto a primeira tem como princípio a liberdade; a segunda tem na autoridade, na hierarquia, o seu.

M.²⁴⁹, em artigo publicado no mesmo número do jornal em que Galileo Sanchez publicou polemizando com socialistas, apresentou algumas reflexões de caráter histórico e antropológico com o objetivo de demonstrar no que consiste o governo. Iniciando pelos aspectos políticos das sociedades tribais, prosseguiu avançando na história e, através de diversas culturas, apresentando as vicissitudes da arte de governar.

Em seguida, descreveu o feudalismo como tendo sido o período em que as revol-

tas populares contra os senhores feudais foram tomando proporções crescentes até quando a queda da Bastilha, em 1789, trouxe a promessa do fim de uma era. Lamentou o fato deste acontecimento não ter conseguido, por causa de incertezas e tibiezas das multidões insubmissas, exterminar o governo. A queda do senhor feudal trouxe o burguês como novo senhorio. Suas palavras finais foram de provocação dirigidas ao trabalhador para a abolição do domínio burguês através da ação direta.

Finalizo a análise desse jornal sem ter esgotado os temas e assuntos nele tratados. Como último tema, apresento reflexões em torno da questão da condição feminina na sociedade hierarquizada. Faço a partir da perspectiva de Juan que, numa série de três cartas dirigidas a uma personagem denominada Susana, meditou sobre o assunto. Como as cartas foram publicadas a partir do quarto número do jornal, número este não presente nos arquivos consultados, apenas as duas últimas serão analisadas a seguir. Nestas, o autor apresenta o problema da mulher como estando estreitamente relacionado ao domínio, envolvendo homens e mulheres neste processo.

Por sua vez, Susana surge delineada em seu escrito como uma trabalhadora um tanto alheia às questões sociais, em que pese o articulista possibilitar conhecer dela alguns lampejos de inquietação ocasional, no que diz respeito à condição social desvantajosa da mulher na sociedade vigente. O autor lhe escreveu demonstrando grande interesse pelo assunto, ao mesmo tempo em que prosseguiu didaticamente abordando diversos aspectos relacionados ao tema. Iniciou a segunda carta delimitando o feminismo como tema privilegiado de sua época e do qual se dispõe a tratar com mais vagar.

247 A CONFERENCIA socialistas na Lapa – Mascaras abai-xo. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 maio 1914.

248 SANCHEZ, Galileo. O Estado e a Sociedade – para o dr. Justo Seabra. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 maio 1914.

249 M. Que são os governos? A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 maio 1914.

Cartas a Susana

II

Mujer ideal, mujer única.

Querida mia:

Como prometi en mi anterior, te hablaré hoy de feminismo.

Ya supongo que no escapará a tu penetración o árduo de esta tarea. La audacia lo disculpa todo. Soy fiel partidario de aquel pensamiento de Dantón que en pleno periodo álgido de la revolución del 93 constituyó un aforismo: audacia, audacia y siempre audacia.

El feminismo es en todos los momentos la cuestión de palpitante actualidad. Tu entiendes desto lo bastante, hasta para enmendarme la plana.²⁵⁰

Juan apresentou suas reflexões numa narrativa aconchegante, afável, personalizada. Seu carinho por Susana é evidente. Mas nem por isso deixou de ser contundente em suas ponderações. Tanto é assim que, nas duas cartas, a mulher não aparece como frágil vítima exposta à sanha voraz de um macho dominador. Juan entendia que a libertação da mulher passava necessariamente por sua própria libertação. Pelo que ele demonstrou em certas passagens da carta, Susana apreciava boa parte da analítica elaborada por Juan, sensibilizando-se com a condição humilhante da mulher na sociedade. Apesar disso, Juan sugeriu ser ela um tanto quanto refratária às implicações e conclusões de suas análises.

Cartas a Susana

II

Mujer ideal, mujer única.

[...].

Esplotada e despreciada por todos, negadas sus

250 JUAN. Cartas a Susana - II. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

condiciones de progresión intelectual, la mujer ha sido considerada unicamente como esclava y como propiedad del hombre. Aun hoy hay quien afirma la inferioridad mental de la mujer, sin querer considerar como una causa influyente de esa inferioridad el atavismo secular ea que se ha desarrollado. Se la quiere cosiderar como punto de partida, causa inicial en su tipo actual y no en su evolución a través de la raza.

A la mujer no se la da mas importancia que a un objecto cualquiera. Sus defectos son considerados como irremediables, excusandose de corregirlos e inclinar sus disposiciones hacia un camino que podria emanciparla. Pero en todo hay una causa que responde a un interesse social. Si la mujer se emancipace de tutela religiosa, comprendiendo los sofismas y las patrañas que está defendiendo con su ignorancia, la sociedad correría un gravísimo peligro. La mujer es el puntal de la sociedad. La gran educadora aun esta por educar. ¡Pueden dormir tranquilo los que predicán la calma, los que niegan una eficacia bienchora a la violencia, si siguiendo sus consejos, nos inclináramos por un Sendero evolutivo y esperásemos la completa liberación de la mujer para trasformar la sociedad!

La mujer es el puntal de la sociedade actual. Él reinado de las bayonetas descansa soqre el atarismo del bellosexo. Si emancipación es obra aun de mucho tiempo. Por eso no debemos esperar que se liberte por completo para seguir una ruta de transformación. No podemos deternos en nuestro camino y tenderle la mano, no podemos esperarla a que no iguale para marchar unidos del brazo hacia el horizonte de la libertad integral. Hay obligarla a dar un salto, a que atraviese el abismo de negruras que la detiene en el umbral del ideal.

Pero, querida mia, tu dirás que me estoy desviando, que equivoqué el camino. Volvamos atrás.

El feminismo es una cuestión vieja, encajada en un molde nuevo. Constituye la novedad del siglo, como si este problema no hubiese sido de todo los tiempos y no hubiese retardado la ignorancia de la mujer el advenimiento de una sociedad sin amos ni tiranos. Es el caballo de batalla de los que queieren adquirir popularidad en la cruenta lucha por la vida. Representa la síntesis perfeccionamiento de los programas po-

liticos que buscan horizontes nuevos para suplir las deficiencias de una democracia fracasada por falta de ambiente en que abonarse. Es el feminismo una novedad amanerada, una novedad de subastá que sale a relucir para deslumbrar a los poco versado en la elasticidad de las reformas.

El feminismo ha venido a ser lo que podríamos llamar la piedra del escándalo de la actualidad. La violencia practicada desde la oposición por las partidarias del feminismo viene a desvirtuar aquella creencia más vieja que luna la que aplica el sambenito del terrorismo como patrimonio de los anarquistas. Claro que registrando la historia vemos a todos los partidos políticos usar esos argumentos como médio, sin tener escrúpulos para condenarlos cuando ocupan el machito del poder que les proporciona todas las comodidades deseables.

El feminismo como teoría política, o como cuerpo de doctrina, ha fracasado por incompleto. Su base se bambolea por falta de un apoyo sólido en que descansar.

Pero... aun no he dicho nada y ya llené no se cuantas carillas. En otra seguiré hablándole de lo mismo.

Fraternalmente.²⁵¹

Evidenció a questão feminina como assunto compreensivo apenas numa perspectiva social. O problema da mulher na sociedade não era específico do gênero feminino ou de causa unicamente legislativa ou política. A mulher encontrava-se em sociedade agindo e recebendo influências outras. Juan se resentía da falta desta perspectiva nas “escuelas políticas y todos los dogmas religiosos”, uma vez abordarem inevitavelmente a questão feminina.

Desenhou o quadro mais amplo em que a mulher, em geral, está situada na sociedade. O descaso quanto às suas particularidades, a exploração a que é constantemente submetida e a humilhante redução ao estado de objeto de deleite masculino foram relacionadas, pelo

251 JUAN. Cartas a Susana - II. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

autor, enquanto consequências particularmente das influências religiosas sobre as atitudes culturais quanto à mulher. O autor aludiu a escritos de sua época, tidos na medida de matérias científicas, afirmando incisivamente a condição genética, portanto natural, de uma pretensa inferioridade intelectual da mulher diante do homem. Essas assertivas depreciadoras da mulher escondiam, afirma o autor, interesses econômicos e políticos bastante definidos.

A questão feminina era tida na conta de uma das mais importantes para Juan, tanto assim que entende a temática concebida da libertação feminina como o início da ruína de toda a sociedade vigente, como expresso na segunda carta. O autor relacionou emancipação e libertação da mulher com sua imediata liberação, apontando para a amplitude da luta pela liberdade feminina. Neste entendimento, recusou o feminismo sufragista e legalitário por postular o nivelamento por baixo para homem e mulher. Pretender estender à mulher a condição atual do homem não avançaria em nada a questão da mulher. Pelo contrário, emprestaria um maior fôlego à sociedade exploradora e espoliadora, pois a própria história tem demonstrado o engodo das liberdades democráticas.

Cartas a Susana

III

Mujer ideal, mujer única.

Querida mia:

No creo en la influencia de Nietzsche como pensador. Es decir, como pensador que en la humanidad haya tenido una influencia bienhechora. Es el hombre de las sentencias y también de los sofismas. Gran estético, sublime artista, no ha dictado cánones como tantos otros que por ahí han conquistado menos fama que él. Tiene una

sentencia que ha llegado a ser famoso entre los que tienen la práctica de la formalidad como un mito; dice así: *No hay que hacerse esclavo de la palabra*. Por eso yo, nada partidario del autor de *El caso Wagner*, seguiré escribiéndote contra lo que tú crees. Cierzo que los vaivenes de la lucha me hacen muchas veces pesimista, y entonces soy hombre al agua, pero otras en cambio soy el soñador emperdenido que todo lo juzga a través del cristal de la ilusión. No creo que nadie, absolutamente nadie, escape a ese fatal determinismo que impone la sociedad en este siglo de neurastenia.

Está pues, sosegada. Ningun poder será capaz de obligarme a dejarte de escribir. Soy oportunista, – en el buen sentido de la palabra – pero por filosofía, por convicción. Procuero llevar a feliz término todo lo que me propongo, a través de tumbos y contrariedades.

Sentado esto, para tu tranquilidad, vamos a seguir lo que en la otra carta dejamos en suspenso.

Todos los males de la humanidad tienen un origen económico. Todas las luchas en que los hombres se debaten, aunque estean embellecidas por sublimes ideales, tienen la misma causa. La transformación económica de la sociedad es la base de todas las teorías que han sentado precedentes en la historia de los pueblos.

Y la esclavitud moral de la mujer, siguiendo esta lógica correlación de hechos, tiene también un origen económico. Tan es así, que en la misma sociedad actual se encuentran mujeres que gozan de una relativa independencia, al igual que el hombre, por hallarse en circunstancias económicas independientes de la voluntad del hombre. Podría citarte algunos ejemplos: en París las mujeres no dependen casi de la influencia del macho. Creadas en un ambiente de intensa lucha intelectual, han sabido librarse de la tutela del bruto-hombre mediante el ejercicio de profesiones liberales. Hasta en Paraguay, país exótico y casi desconocido, gozan de esta libertad del hogar impuesto por las leyes. Es una libertad primitiva, fuera de los refinamientos sociales, inconsciente, pero al fin es libertad siempre, y por tanto digna de apreciarse por lo mucho que vale. ¿No todas las mujeres podrían decir lo mismo!

El ingreso de la mujer en los trabajos hasta ahora acaparados por el hombre, ha venido

ha intensificar la desocupación de brazos y a dar una mayor ganancia a la varicia siempre creciente del burgués miserable. Ha venido a hacer más cruenta, si cabe, la situación actual, pero también con ello la mujer que posee alguna aspiración ha logrado una mayor libertad. Muchos me objetarían que la mujer no debería trabajar. Cierzo, la mujer, alma sensible, todo amor y delicadeza, flor eterna de la vida, no debería ocupar otros trabajos que aquellos que son propios a su sexo y a su temperamento. Pero la sociedad actual, con mano férrea, con férula odiosa de tirano, le ha impuesto una doble tiranía: la del hombre ya la de la sociedad misma. Si en algo puede librarse de una, hace muy bien. Por más que esa libertad casi desaparece envuelta entre el conjunto de tiranía que abarca todos los órdenes de la vida.

Además, la mujer, sintiéndose débil, es la gran hipócrita. Finge en todos los momentos, y hasta con los más allegados. Sintiendo supeditada a la voluntad y el capricho de un hombre, procura darle todos los gustos, aunque sea contra sus naturales inclinaciones. Por eso te decía en mi anterior carta que las religiones han moldeado el carácter de la mujer. Esta fase que te explico responde perfectamente a las máximas eunucas de los fariseos de la sociedad: *Reconocerás en tu esposo un dueño. No levantarás la vista...*

De esos deseos de emancipación política ha nacido casi una teoría. Algunas mujeres, con el anhelo de hacer machar al mundo, cumpliendo deseos hondamente sentidos, se han atrevido a nombrar derechos, aspiraciones, libertades, en fin, feminismo. Pero han equivocado el camino. Han seguido las huellas de todas las escuelas políticas que tienen su base en la democracia. Piden simplemente unas reformas que no reforman nada. Piden unos derechos de sufragio y unas libertades adquiridas por los hombres há muchos años, que la experiencia y la razón nos demuestran que no dan ningún resultado. Abdicar la voluntad, el derecho, en un representante, no es una fórmula que solucione un problema tan importante como la emancipación de la mujer.

Además que esos derechos que piden las mujeres es que pretenden sentar una teoría, están fuera de la órbita de nuestro ciclo de evolución. El sufragismo pasó a la historia como trasto inservible.

Solo puede buscarse la emancipación de la mujer en la completa desaparición del absurdo actual sistema de cosas. A la libertad política o social, debe acompañar la libertad económica.

No debe buscarse la claridad en una cosa ambigua. Defender un derecho y apoyarse para ello en un sofisma, es lo mismo que pretender dormir despierto. Eso hacen las feministas del presente, buscan su emancipación en un remedio que a los hombres no ha proporcionado mas que tiranía.

Solo con la consecución de la Anarquía lograrán las mujeres libertarse de todos los prejuicios que las agobian. Con la realización de ese ideal, sin amos ni tiranos, sin causas generadoras de una horrible desigualdad social, la sociedad gozará de libertades y dichas. El fardo atávico de los siglos de opresión desaparecerá para no volver mas...

Un abrazo.²⁵²

Juan passou a tratar especificamente do feminismo. Criticou-lhe o legalismo por reduzir a questão feminina a conveniências da sociedade, não questionando nem tocando nas causas das desigualdades sociais. O feminismo procedia, desta maneira, a um processo de reprodução, portanto, de conservação do *status quo*. Juan retomou o assunto na última carta, acrescentando novas perspectivas e evidenciando também alguns aspectos deixados em segundo plano na segunda carta.

Os comentários feitos à segunda carta servem como modo de apresentação das ponderações do autor no que diz respeito tanto especificamente à questão da mulher na sociedade envolvente, como, num enfoque mais amplo, de sua concepção de anarquia. Entretanto, pelo menos um aspecto da terceira carta pode ser destacado: trata-se da crítica do autor ao feminismo sufragista.

252 JUAN. Cartas a Susana - III. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

A delimitação da questão feminina apenas à conquista dentro da ordem política ou social não é, para o autor, suficiente. Haveria que se proceder a uma mudança tanto na ordem política como na social e na econômica. Isso significava uma transformação radical na forma societária vigente. Além do mais, ao tomar o estado atual do mundo masculino como referência, as feministas sufragistas desconsideraram a vigência de sociabilidades autoritárias.

Cartas a Susana

III

Mujer ideal, mujer única.

Querida mia:

No creo en la influencia de Nietzsche como pensador. Es decir, como pensador que en la humanidad haya tenido una influencia bienhechora. Es el hombre de las sentencias y tambien de los sofismas. Gran estético, sublime artista, no ha dictado cánones como tantos otros que por ahí han conquistado menos fama que él. Tiene una sentencia que ha llegado a ser famoso entre los que tienen la práctica de la formalidad como un mito; dice así: *No hay que hacerse esclavo de la palabra*. Por eso yo, nada partidario del autor de *El caso Wagner*, seguiré escribiéndote contra lo que tu crees. Ciertamente que los vaivenes de la lucha me hacen muchas veces pesimista, y entonces soy hombre al agua, pero otras en cambio soy el soñador emperdenido que todo lo juzga a través del cristal de la ilusión. No creo que nadie, absolutamente nadie, escape a ese fatal determinismo que impone la sociedad en este siglo de neurastenia.

[...]

El ingreso de la mujer en los trabajos hasta ahora acaparados por el hombre, ha venido a intensificar la desocupación de brazos y a dar una mayor ganancia a la varicia siempre creciente del burgués miserable. Ha venido a hacer mas cruenta, si cabe, la situación actual, pero tambien con ello la mujer que posee alguna aspiración ha logrado una mayor libertad.

Muchos me objetarían que la mujer no debería trabajar. Ciertamente, la mujer, alma sensible, todo amor y delicadeza, flor eterna de la vida, no debería ocupar otros trabajos que aquellos que son propios a su sexo y a su temperamento. Pero la sociedad actual, con mano férrea, con férula odiosa de tirano, le ha impuesto una doble tiranía: la del hombre ya la de la sociedad misma. Si en algo puede librarse de una, hace muy bien. Por mas que esa libertad casi desaparece envuelta entre el conjunto de tiranía que abarca todos los ordenes de la vida.

Ademas, la mujer, sintiéndose débil, es la gran hipócrita. Finge en todos los momentos, y hasta con los mas allegados. Sintiendo supeditada a la voluntad y el capricho de un hombre, procura darle todos los gustos, aunque sea contra sus naturales inclinaciones. Por eso te decia en mi anterior carta que las religiones han moldeado el carácter de la mujer. Esta fase que te explico responde perfectamente a las maximas eunucas de los fariseos de la sociedad: *Reconocerás en tu esposo un dueño. No levantarás la vista...*

De esos deseos de emancipación política ha nacido casi una teoría. Algunas mujeres, con el anhelo de hacer machar al mundo, cumpliendo deseos hondamente sentidos, se han atrevido a nombrar derechos, aspiraciones, libertades, en fin, feminismo. Pero han equivocado el camino. Han seguido las huellas de todas las escuelas políticas que tienen su base en la democracia. Piden simplemente unas reformas que no reforman nada. Piden unos derechos de sufragio y unas libertades adquiridas por los hombres há muchos años, que la experiencia y la razón nos demuestran que no dan ningún resultado. Abdicar la voluntad, el derecho, en un representante, no es una fórmula que solucione un problema tan importante como la emancipación de la mujer.²⁵³

O resultado da luta feminista atrelada a meras conquistas dentro da ordem estabelecida seria catastrófico para a própria mulher, que aumentaria sobre si mesma o peso do domínio e da exploração. A sugestão do

253 JUAN. Cartas a Susana - III. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

missivista para a solução da questão da mulher passa pela abolição da possibilidade de domínio e de exploração enquanto dinamismo das relações sociais. Homens e mulheres, enredados em autoritarismos, teriam de pôr termo a todo o processo em andamento das relações sociais, criando formas libertárias e igualitárias de relacionamento social para, então, ser possível a existência da solidariedade entre as pessoas. A liberdade da mulher passa, na visão do articulista, pela instauração da anarquia, que significa dizer, pelo fim do capitalismo e do estatismo.

Cartas a Susana

III

Mujer ideal, mujer única.

[...]

Además que esos derechos que piden las mujeres que pretenden sentar una teoría, están fuera de la órbita de nuestro ciclo de evolución. El sufragismo pasó a la historia como trasto inservible.

Solo puede buscarse la emancipación de la mujer en la completa desaparición del absurdo actual sistema de cosas. A la libertad política o social, debe acompañar la libertad económica. No debe buscarse la claridad en una cosa ambigua. Defender un derecho y apoyarse para ello en un sofisma, es lo mismo que pretender dormir despierto. Eso hacen las feministas del presente, buscan su emancipación en un remedio que a los hombres no ha proporcionado mas que tiranía.

Solo con la consecución de la Anarquía lograrán las mujeres libertarse de todos los prejuicios que las agobian. Con la realización de ese ideal, sin amos ni tiranos, sin causas generadoras de una horrible desigualdad social, la sociedad gozará de libertades y dichas. El fardo atávico de los siglos de opresión desaparecerá para no volver mas...

Un abrazo.²⁵⁴

254 JUAN. Cartas a Susana - III. A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

Adelino de Pinho evidenciou a importância feminina na transformação social. Particularmente, na subjetivação de valores novos nas crianças, à mulher caberia um papel de destaque. Não só à escola, que tem um papel mais secundário na construção do universo interior da criança, mas à mulher. Seu contato mais prolongado com a criança, abrigando-a desde sua concepção, e mesmo por conta das condições de vida do proletariado em que o homem trabalhava 10, 12, 14 horas ou mais, voltando para casa exaurido, sem energias para se dedicar aos filhos, à mulher cabia a formação de subjetividades curiosas, alegres e estimuladas.

Lá diz o rifão: – “o menino como o pepino, torce-se de pequenino”. Esta sentença popular exprime uma grande verdade. Com razão, também, um grande pensador e homem de ação esprimiu este superior conceito: “tudo que no alfabeto místico começa por deus, ha-de fatalmente lá acabar.” Vê-se, pois, que ha necessidade da reunião dos esforços, dos pais primeiro, e dos professores e dos medicos depois, para se poder proporcionar ás crianças uma educação racional e segura. O professor, sem o auxilio dos pais, das mães primeiro que tudo, nada poderá fazer de perduravel, e os seus esforços pouco menos serão que impotentes, desde que a criança não possua em casa quem a guie, quem a dirija, quem a auxilie. E é á mulher que cabe desempenhar um grandioso papel n’esta missão superior de educar a infancia. Porque são mães, elas amamentam os filhos, cercam-nos de todos os cuidados, rodéam-nos de todos os confortos possíveis. Estão em contacto permanente com eles, são elas quem lhes ensinam a articular as primeiras palavras, quem os dirige nos primeiros passos, quem lhes deseja as maiores felicidades.

[...]. É á mãe que cabe inculcar no espirito infantil as primeiras noções de tudo que nos cerca; movimentos, forças, sons, fenómenos. A curiosidade das crianças manifesta-se cedo, e é preciso estar-se preparado para poder explicar aos pequeninos bebês tudo quanto a sua ansioza e curioza intelligencia ancia por saber.

[...]

Demonstrado como ficou que é á mãe que compete vijiar e dirigir a primeira educação das crianças, por estar mais em contacto com elas e porque o seu natural é mais suave, mais terno, mais dôce, mais proprio a tornar as crianças alegres, felizes, expansivas e amaveis, cumpre perguntar: estará a mulher habilitada a cumprir missão de tal responsabilidade? Infelizmente não está.

Há, pois, necessidade urgente de atrair a muher á causa do progresso e do desenvolvimento, educá-la, orientá-la, fazê-la interessar-se por esta obra de civilização e de felicidade universal, cuja pedra angular, baze, alicerce, e ponto de partida é naturalmente ela.

Todas as seitas, todas as religiões se estribam no apoio que as mulheres lhes dispensam. É que todos os pastores de rebanhos conhecem a influencia que elas possuem, e que exercem no lar, já educando os filhos, já animando ou catequisando os maridos, os irmãos, os conhecidos.

Nunca as grandes cauzas triunfaram enquanto a mulher se lhes mostrou indifferente. Elas são os melhores pregoeiros, os melhores arautos, os melhores campeões de qualquer obra ou doutrina. A muzica harmoniosa da sua voz, os seus sorrizos que iluminam ou fulminam, os seus olhares que nos elevam ou petrificam, toda esta linguagem muda mas eloquente, toda mímica, influe poderosamente no progresso ou no estacionamento das ideias.

Os guerreiros como Napoleão queriam mulheres que dessem muitos soldados para ele conquistar o mundo, devastando, saqueando, destruindo, incendiando, roubando, violentando. Os padres da igreja querem mulheres que façam beatos, para que todo mundo seja crente, humilde, rastejante em face da teologia. Como devemos nós dezejar a mulher? Eu imagino mulheres que formem homens. Homens na sua verdadeira acção da palavra, de espirito livre e indomável, que se não prestem aos instintos bélicos, nem se curvem em face dos dogmas.²⁵⁵

255 PINHO, Adelino de. Pela educação e pelo trabalho – Conferencia lida na Liga Operaria de Campinas, a 13 de dezembro de 1908. Porto: Typographia Peninsular, 1909. p. 15-17.

DESGARRÃO

Inédito para “A PLEBE”

O operário não tem onde morar

Coitado! E faz de um quarto infecto, imundo,

Apertado, nojento, nauseabundo,

O seu divino e sacrossanto lar.

E ali, uma hora a rir, outra a chorar,

Ele arrasta a existência, neste mundo,

Como um cachorro, inútil, vagabundo,

À procura de um lixo pra fossar.

É a multidão, é esse poder eterno,

É esse alimento que o burguês consome,

Dando-lhe, em paga, um torturante inferno.

Sempre esta coisa cômica e sem nome:

O povo mata a fome ao governo

E o governo reduz o povo à fome.

Carlos Barcelar. **A Plebe**. São Paulo – SP. Nova Fase – Nº 17. 11.03.1933. Página 03.

JUSTIÇA

Progridir, melhorar... Esgota-se a ampulheta,

palpita o regular cronômetro. O aeroplano

- abelha solta da colmeia do Planeta –

sobrepaira à charrua, em terra, e à nau, no Oceano

É a Civilização. A fórmula obsoleta

cede aos novos ideais do Pensamento humano.

Mas o Homem... inda arrasta a secular grilheta:

é o mesmo réu, é o mesmo algoz... Pobre tirano!

Há séculos, ardendo em sede de justiça,

nem vê que essa justiça é a velha farsa que arma

a Audácia contra a Força inconsciente e submissa!

E o Mundo ascende! Mas os dias se consomem

e a Humanidade sofre! E ninguém dá o alarma,

vendo o Homem ludibriado entre as mentiras do Homem!

Hermes Fontes. **A Vida**. Rio de Janeiro – RJ. Ano 01 – A Nº 01. 30.11.1914. Página 09.

Vida (A) [1914-1915]²⁵⁶

Os sete números da revista anarquista *A Vida*²⁵⁷, publicada no Rio de Janeiro, constitui outro demonstrativo de uma das formas de instauração de um modo indisciplinar na vida. Através desse experimento, os anarquistas envolvidos construíram concomitantemente uma vibração em aberto desrespeito às castas estabelecidas e às fronteiras divisórias entre as áreas do conhecimento.

Nas colunas desse periódico, estão presentes variadas formas de operacionalização de *indisciplina*, *iconoclastia* e *nomadismo*. As discussões expostas em suas páginas são indicativas do estabelecimento de uma maneira particular e libertária na existência, como também de uma forma visceral e particular na forma de elaboração e socialização de conhecimentos. Artigos, como também poemas, crônicas e seções da revista, colocaram em circulação uma dinâmica para além dos limites estreitos da disciplina. O enfoque disciplinar realiza, por sua vez, um seccionamento do conhecimento por áreas específicas. Além disso, remete e reinstala a hierarquia no que se refere à sociabilidade humana.

No seu segundo número, em texto assinado pelo coletivo editorial²⁵⁸ dirigido

256 O Centro de Memória Sindical de São Paulo e o Archivo Storico Del Movimento Operario Brasileiro – ASMOB, da Itália, publicaram em 1988 os sete números de *A Vida* em edição fac-similar pela editora Ícone, dando continuidade a um projeto de registro de memória operária que iniciou com uma edição também em fac-símile do jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador*. Em seguida, o Arquivo do Estado de São Paulo juntou-se a esta iniciativa publicando da mesma forma *Boletim da Escola Moderna* e *Cronica Subversiva*, de Astrojildo Pereira.

257 Seu coletivo editorial era composto por Francisco Viotti, Pinto Quartín, José Oiticica, Miranda Santos e Nilo Ferreira.

258 AOS COMPANHEIROS e grupos anarquistas de língua portuguesa. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 13, 31 dez. 1914.

aos anarquistas, os articulistas asseveraram a existência no Brasil de anarquistas capacitados para exprimirem, através de periódicos regulares, suas análises particulares dos assuntos sociais prementes. Apresentaram ainda mais o móvel inicial da concepção desse periódico.

O grupo editorial colocou em atividade a publicação da revista como uma espécie de *experimento*, envolvendo tanto os próprios componentes da revista como também leitores e colaboradores. A ideia subjacente à sua composição manifesta uma intencionalidade provocativa, concretizada por escritos desestabilizadores ora através de leves sacudidas, ora por intermédio de grandes abalos. Nessa direção, os editores constituíram uma busca de intensos contágios recíprocos, sem a primazia de arregimentação, esta que é a estratégia catequista comum a igrejas, partidos e sociabilidades desses tipos.

Enfileirar e enfeixar as pessoas na busca de estabelecer uma homogeneização consiste numa das principais características das instituições de doutrinação. Não por acaso ser o termo “regimento” relativo, simultaneamente, a uma sociabilidade autoritária, baseada na direção de um conjunto de pessoas, por um regente, a normas, impostas ou consentidas; à disciplina; e, por fim, à vida militar, quando do comando de um coronel sobre um corpo de tropas. A propósito de caserna, nesta condição, os superiores se dirigem aos seus subalternos com o imperativo “ordinário”, remetendo novamente à ordem hierárquica, portanto, a uma relação subserviência-comando. Esses dinamismos societários, reprodutores de relações verticalizadas, possuem como referencial cultural mais explícito o salvacionismo, o proselitismo e o messianismo.

O salvacionismo estabelece a certeza de alguma centralidade na sociabilidade humana: antropocentrismo, sociocentrismo, egocentris-

mo, etnocentrismo, eurocentrismo, falocentrismo, entre outros. O teocentrismo, estabelecendo Deus como a medida para tudo, se transfigurou nestas outras centralidades. Uma vez que o teocentrismo instaurou a idolatria como maneira de mediar relações subjetivas com o conjunto da existência, ela se transmutou em sociolatria, egolatria e outras formas de prostração.

O proselitismo, no empenho salvacionista, ajusta essas relações a partir da busca de conversão de uma das partes envolvidas. Não é necessário lembrar ser a cultura religiosa cristã uma das importantes bases da civilização ocidental. Nesta cultura, a existência traduz um constante combate entre o bem e o mal. Neste combate, a vitória do primeiro sobre o segundo é tida como certa e inevitável.

Esse triunfo cultivava, no imaginário das subjetividades, uma idealidade desejada, a aniquilação total do adversário, o mais completo extermínio do oponente, a mais profunda destruição daqueles que são tidos na medida de inimigos e, para completar, terror sobre os que lhe são opositores. Essa concepção existencial se desdobra em maniqueísmos: certo/ errado, normal/ anormal, norma/ desvio, esquerda/ direita.

A adoração e a crença em ídolos acompanham, como sugerido mais acima, os desdobramentos culturais dos agrupamentos sociais na chamada sociedade ocidental. A idolatria se manifesta na adoração de imagens, símbolos e objetos sacros. Esta constitui a manifestação da mais evidente idolatria. Contudo, os ídolos tomam por vezes a forma de alguma abstração transcendental, como no caso do Deus pessoal e amorfo dos idólatras protestantes, de ideias absolutas e universalistas como o Estado e a pátria dos idólatras nacionalistas.

Além do mais, essas estratégias catequistas impõem, como requisito de partici-

pação em seu interior, a adesão incondicional a algum programa antecipadamente definido, incitando a filiação e aceitação de postulados rígidos pré-elaborados. Seus expedientes mais sutis, mas nem por isso ausentes de elementos de violência, se manifestam por meio do desígnio em convencer o interlocutor, ou o leitor, através da obsessão na persuasão ou na dissuasão. Estes dois procedimentos instalam alguma centralidade, polarizando as relações como quando da atuação de evangelização.

Nas colunas de *A Vida*, davam-se por vezes confrontos de opiniões tanto entre anarquistas como entre estes e seus adversários. A dinâmica de elaboração dos números desse periódico possuía certo caráter de imprevisibilidade, ainda que houvesse inegavelmente critérios para a publicação dos artigos. O *Expediente*, publicado apenas nos dois primeiros números de *A Vida*, demonstra com muita propriedade a qualidade aberta dos critérios para a colaboração com a revista, bem como para a publicação de artigos ou outras contribuições.

A seção de abertura da revista, denominada *Crônica Subversiva – as idéias e os fatos*, realizou especificamente essa intencionalidade provocativa, abordando acontecimentos do momento a partir de um ponto de vista avesso à obviedade do evento. Essa estratégia de provocação, por afronta direta ou por tensionamento, obteve resultados logo no primeiro número. A segunda nota, intitulada *O positivismo do snr. Trajano*, publicada no primeiro número, se desdobrou no estabelecimento, em alguns números seguintes, de um debate envolvendo um integrante do grupo editorial com o vice-presidente do Apostolado Positivista do Brasil, Raimundo Teixeira Mendes. Detenho-me com mais vagar sobre este episódio um pouco mais adiante.

A guerra permanece como tema privilegiado nesta seção. Do segundo ao último número da revista, foram elaborados apontamentos sobre o assunto. Seguem, em segundo lugar, temas correlatos: eleições, patriotismo, política e governo. Em terceiro lugar, as notas focalizaram a polícia no trato com as questões sociais. Dentro deste contexto, há o registro da morte de um militar, evidenciando sua brutalidade para com os trabalhadores. Diversos outros temas surgiram, como igreja, caridade, a imprensa e os anarquistas, jogos, positivismo e anarquismo, carnaval, problematização da legalização do serviço doméstico, prisão para menores e a situação de penúria e miséria do proletariado.

A Primeira Guerra Mundial foi apresentada como fenômeno social cujos interesses econômicos e políticos eram insofismáveis. A nota intitulada “O pior cego é o que não quer ver” trata desses motivos comerciais e econômicos, encerrando o articulista com uma tirada irônica.

Deante desses factos ainda ha alguém mesmo entre os anarquistas que vive a nos atordoar os ouvidos com o estafado motivo de que a guerra atual é uma guerra de ‘Civilização, de Humanidade, de Liberdade!’

Tudo isso com iniciaes maiusculas, talvez por amor aos simbolismos...²⁵⁹

Em outra nota, “1915”, o articulista, num tom de intensa revolta, apresentou, para além das causas econômicas, as bases idólatras, nacionalistas e religiosas do conflito bélico. Apelou, no final do escrito, para a atuação enérgica dos anarquistas como única maneira de obstar o processo belicoso em andamento.

259 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, 31 dez. 1914.

1915

Ano novo... Ano maldito! Da mesma vaza de sangue, do mesmo enxurro de infâmia, da mesma rajada de morte, em que se afogaram os últimos instantes de 1914, brotaram os primeiros alhores de 1915. Ano maldito! A guerra, a grande guerra, a guerra temida, a guerra macima, está em pleno fastijio do seu negro e rubro esplendor. Nações inteiras estão sendo varridas pela metralha. (...) Ano maldito! A tirania, a mentira e a traição se congraçaram na mesma nefasta obra de devastação e de retrocesso. Os financeiros amassam fortunas, seguros do porvir. Os generais conquistam medalhas, em atitudes de bronze e de marmore. Os sacerdotes clamam pelo deus das batalhas. Estalam pelo ar gritos de gloria e de triunfo: viva a patria! E a cada viva! zune uma bala que mata... A patria é a morte: viva a morte!

Até quando durará tudo isso? Que virá depois de tudo isso? Para onde caminhamos? O momento é doloroso e cruel. Será o dezabar de toda uma era de conquistas revolucionarias? Voltaremos ao passado? Cruel, dolorozo é o momento: mas nem tudo está perdido. Ainda existem anarquistas no mundo. A eles está entregue a sorte deste seculo. Agora, mais do que nunca, urge que os anarquistas multipliquem o proprio valor, centrupliquem o proprio esforço, tenazes e irreduzíveis, na magna obra de defeza das liberdades humanas neste instante decizivo ameaçadas pelos sanguisedentos chacais da burguezia. Ou a revolução social se fará na hora da paz das chancelarias, ou não se fará talvez dentro deste seculo...²⁶⁰

Astper, um dos pseudônimos de Astrojildo Pereira, elaborou uma crítica à exaltação da guerra feita por um padre num artigo intitulado “Um padre, a guerra e deus”²⁶¹. Neste contexto, evidenciou a cumplicidade da Igreja Católica, e das ideias teológicas, com o estabelecimento da guerra. O Deus cristão é

260 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 31 jan. 1915.

261 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 49-50, 28 fev. 1915.

apresentado neste texto, sobretudo, como uma divindade belicosa. Daí o porquê de não serem estranhos ao religioso os acontecimentos de mútuas agressividades e o assassinato coletivo em nome de alguma entidade superior ou transcendental, no caso, a pátria.

Outra nota, “Aos guerreiros”²⁶², também assinada por Astper, apresentou uma carta de um soldado alemão quando este relata, diretamente da trincheira, um breve armistício estabelecido contra os soldados ingleses. Deste episódio, o autor levantou algumas reflexões em torno da guerra, sem deixar de evidenciar sua ojeriza à passividade de cúmplices adotada pelos soldados.

Astper, em nota intitulada “Loucos!”²⁶³, apresentou a notícia do internamento em manicômio de cerca de trezentos soldados alemães como consequência da guerra. Na mesma linha de raciocínio da nota acima, afirmou que a guerra “ou mata, ou estropia, ou enlouquece”. Para ele, antes disso, a loucura encontra-se presente em quem se alista nas forças armadas e caminha, por vontade própria, para a matança generalizada.

Em outro número da revista, no artigo “A guerra e nós”, o articulista tratou do posicionamento dos anarquistas diante da guerra. Encerrou o apontamento com um apelo para uma imediata ação enérgica, por parte dos anarquistas, a fim de estes porem termo ao conflito.

A guerra e nós

Esta não é uma guerra qualquer. É a maior guerra da historia. Toda a vida da humanidade se acha suspensa, estatelada diante da grande

262 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 51, 28 fev. 1915.

263 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 65-66, 31 mar. 1915.

catastrofe, invadida pela angustia e pelo pavor... Assistimos á maxima tragedia dos tempos. Qual o seu desfecho? Que resultará de tudo isso? Aonde iremos parar? Todas as forças da tirania, do despotismo, da maldade, da mentira.. todas as potencias da Autoridade estão em ação, triunfantes, sinistras, ebricas de sangue, insaciáveis, danadas de sangue... Não é uma guerra qualquer. França? Alemanha? Russia? Inglaterra? Palavras, palavras, palavras... Esta é a guerra da Autoridade contra a Revolução. A Autoridade preparou-a, enganou-a, disfarçou-a longamente, pacientemente, habilmente... e atirou a cartada! Quem vencerá?

Eu esperava, naturalmente, que esta guerra, quando não evitada, fosse ao menos embaraçada pelas hostes da Revolução. Não foi. [...]. Sébastian Faure deu o toque de reunir. O seu manifesto foi um grito soberbo, um grito potente e vibrante de esperanças... Nem tudo está perdido. As hostes vingadoras da Revolução se reerguem, se apuram, se aprestam...

Eu deposito a maior confiança no movimento, que se inicia, em torno do manifesto de Faure, em favor da paz. Eu estou convencido de que, mais funestas que a guerra em si, poderão ser as suas consequências. Vençam os aliados ou vençam germânicos, a onda reacionaria estará em ultra propicio terreno de ação. E isto será a volta ao passado, será o trabalho dum seculo talvez inteiramente perdido. Vencidos os aliados, será o dominio fereo e asfixiante dos ‘junkers’ prussianos; vencidos os germanicos, será o refflorir do jezuitismo imperialista francez, será a solidificação incontrastável do marinismo britanico, será a preponderancia crescente de ‘knut’ moscovita. Para qualquer lado, emfim, que penda a vitória dos canhões, isso será a vitória da Autoridade contra a Revolução. Ora, só a resistencia imediata, energica, em bloco, dos elementos revolucionarios poderá constituir um dique eficaz bastante contra a onda reacionaria. E o momento é oportuniíssimo. É agora, durante a carnificina quando todos, combatentes e não combatentes, sentem os seus efeitos prontos, que poderemos, fazer alguma cousa capaz e decisiva. Depois da guerra, será talvez tarde de mais. Estaremos, então, mais enfraquecidos e diante dum adversário mais forte. Os odios e as vontades de vingança terão chegado ao auge. E, na paz das chancelarias, os inimigos governantes da vespera saberão unir-se contra

qualquer murmúrio de revolta popular. Agora, pois, agora, já e já, é o momento de começar. Que os revolucionários sociais de todos os países ainda não em guerra se agitem. Que sacudam a opinião popular do mundo inteiro. Que estabeleçam em torno das nações conflagradas, um ambiente profundamente contrário à guerra e ao militarismo e ao patriotismo... tão profundo e tão denso que penetre e se infiltre nelas. Que isto seja feito, que isto se realize, e a causa da Revolução não terá perecido em meio deste esterquilínio maldito!²⁶⁴

Vitor Franco, em “Mais carne para canhão”, analisou com irreverência a contribuição com a conflagração guerreira deixada por socialistas, sindicalistas e até anarquistas, quando da entrada da Itália na guerra. Os governos, como justificativa favorável à guerra, elaboraram afirmações peremptórias em favor da paz universal. A propósito dessas assertivas, os editores em *A paz... guerreira!*²⁶⁵ apresentaram não sem um tom irônico a espécie de empenho por uma paz prenhe em hostilidades levada a efeito pelos governantes.

Mais carne para canhão

Finalmente, a Itália também entrou na guerra a defender a Civilização Latino-anglo-russo-senegalesca contra a barbárie teutônica. São mais 3 ou 4 milhões de homens, os mais fortes, os mais validos, que irão servir de pasto a Marte devorador. Parecia, a princípio, que o governo italiano, temendo uma revolução, não teria coragem de levar também seu povo à guerra. E tal se teria dado se não fosse a traição feita aos princípios internacionalistas pelos socialistas, sindicalistas, republicanos e mesmo alguns anarquistas, que foram para o governo italiano os melhores auxiliares, os que serviram melhor à causa da tirania estatal.

²⁶⁴ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66, 31 mar. 1915.

²⁶⁵ *Ibidem*.

[...]

O governo italiano, enquanto se preparava e punha em leilão a sua intervenção, teve a grande habilidade de fazer crer que ia à guerra impellido pela opinião pública.

E para esta obra, de grande utilidade lhe foram os de Ambris, os Mussolini, e outros que tais.²⁶⁶

Em “O desarmamento geral”²⁶⁷, tratou também da espécie de pacifismo praticada pelos governantes republicanos. A manifestação de intenções, como as iniciativas a favor do desarmamento generalizado por parte dos estados, constituía uma ridícula utopia uma vez ser necessária à existência de todo e qualquer aparato estatal a existência das armas.

O esforço pela paz mundial, alardeado pelos governantes da Argentina, do Brasil e do Chile, formando o que Vitor Franco, na primeira nota do último número da revista, denominou de *O ABC*²⁶⁸, foi apresentado não enquanto “pacifismo” mas como “pancifismo”, isto é, como pancismo.

O temário das eleições presidenciais predominou em três das quatro notas do primeiro número²⁶⁹. A primeira indica, já no título, “Medite o povo”, seu objetivo: um convite para o leitor elaborar uma reflexão própria em torno da mudança das figuras do presidente da república com a vida efetiva da população.

Na terceira nota, “Vans esperanças”, o articulista, num primeiro movimento, problematizou a confiança da população na eficácia do sistema de representação, tendo questionado, num segundo, a sua passividade. Essa

²⁶⁶ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 98, 31 maio 1915.

²⁶⁷ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 81, 30 abr. 1915.

²⁶⁸ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 97, 31 maio 1915.

²⁶⁹ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, 30 nov. 1914.

condição assumida pela população de permanente paciente explicaria a esperança de melhoria nas condições de vida depositada sobre a substituição de governantes ruins por outros bondosos, generosos e justos. A quarta nota, “A verdade insofismável”, expressou com muita propriedade a intencionalidade provocativa característica à revista. No que se refere à vida do trabalhador, nada mudaria com a mudança de governantes.

No segundo número da revista²⁷⁰, há uma mesclagem dos temas tratados. As três primeiras notas tematizaram as eleições e a política institucional. A primeira é taxativa logo no título: “A farça eleitoral”. Na segunda nota, “A soberania popular”, o que existe de brevidade tem também em intensidade de acidez crítica: o articulista assinala o tráfico de influência entre os próprios governantes como forma de retirar vantagens pessoais em prejuízo da população dita “soberana”. A terceira nota, “Comédia e comediantes...”, apresentou a dinâmica da política constituída como que por meio de uma espécie de teatro. Astper, em “Momo triunfa...”²⁷¹, aproveitou o ensejo das festividades carnavalescas apresentando-as enquanto elemento constitutivo do governamentalismo.

Em número anterior, a relação entre governo e Carnaval fora apresentada como uma atualização da velha estratégia romana de controle da população, a fim de evitar possíveis sublevações. O título o indica: “*Panem et circenses...*”²⁷².

A outra nota de Astper vislumbrou no Carnaval a possibilidade de uma salutar ir-

²⁷⁰ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 1, 31 dez. 1914.

²⁷¹ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 49, 28 fev. 1915.

²⁷² CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 2, 31 jan. 1915.

reverência da população diante da gravidade com a qual as autoridades se apresentam. É o caso do deboche em “*A quelque chose...*”²⁷³, feito ao presidente Dutra, a quem chamavam, em tom de zombaria, “Dudú”.

O intervencionismo estatal sobre a sociedade foi apresentado em “O Estado-Providencia”²⁷⁴ como uma das características mais típicas do Estado. A legislação constitui uma forma de enredar os indivíduos em dificuldades de maneira a melhor preservar o domínio. A saída dessa armadilha só seria possível “quando os indivíduos compreenderem, que só eles são capazes de tratar da própria vida e que o Estado além de ser parasita e opressor é um intruzo que faz mal mesmo quando quer fazer o bem”.

A situação de vida miserável e precária atingindo a população trabalhadora foi registrada em algumas notas. Numa delas, intitulada “A epidemia do suicídio”²⁷⁵, o articulista afirmou ser a miséria uma das causas determinantes do aumento do número de suicídios neste segmento da sociedade. Registrou também, em nota intitulada “Degradação”²⁷⁶, a existência de trabalhadores desempregados no Rio de Janeiro que, por causa da situação de penúria, sobreviviam de restos de alimentos apodrecidos recolhidos do lixo.

Em “Sob o reinado da fome”²⁷⁷, o articulista abordou a situação de miséria no Rio de Janeiro. A grande imprensa elaborava uma

²⁷³ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 49, 28 fev. 1915.

²⁷⁴ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 82, 30 abr. 1915.

²⁷⁵ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, 31 dez. 1914.

²⁷⁶ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 82, 30 abr. 1915.

²⁷⁷ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 1-2, 31 dez. 1914.

versão favorável aos segmentos dominantes acerca da crise econômica e do desemprego. Além do mais, esta imprensa, ao mesmo tempo em que registrava o número alarmante de desempregados, solicitava do governo a intensificação de uma campanha migratória de operários europeus para o Brasil. Essa situação era proveniente do desemprego e do calote passado ao trabalhador por patrões, os quais apontavam para a guerra e para a crise econômica como justificativas das demissões e da falta de pagamento.

A grande imprensa foi objeto de crítica em “Um complot revolucionário”²⁷⁸. Desta vez, o articulista Vitor Franco, em tom de zombaria, registrou, enquanto disparate, terem sido os anarquistas apresentados como integrantes de grupos conspiratórios a fim de derrubar governantes para estabelecer outros.

A sétima nota, “O caudilhismo no meio operário”²⁷⁹, publicada no segundo número da revista, celebrou a expulsão dos diretores da União dos Operários Estivadores realizada pelos estivadores. O articulista apresentou esta diretoria como composta por caudilhos, expressando o entendimento de que o caudilhismo não constituía apanágio dos setores dirigentes da sociedade.

Astper, na nota intitulada “O Banditismo”²⁸⁰, analisa o livro *O Banditismo e Associações para Delinquir*, do advogado Crizolito Chaves de Gusmão, tecendo algumas críticas. O autor do livro classificou as associações anarquistas ao lado dos bandos de cangaceiros, jagunços e agrupamentos do tipo. Astper relatou o acontecido em uma região italiana,

278 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 98, 31 maio 1915.

279 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, 31 dez. 1914.

280 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 50, 28 fev. 1915.

narrado no próprio livro de Gusmão, quando as autoridades políticas de Nápoles apelaram para Cicio Capuccio, conhecido e temido bandoleiro, a fim de derrotar uma greve de cocheiros. Capuccio fora, então, em socorro dos patrões e dos governantes, fato este evidenciado por Astper como prova da associação entre governantes e bandoleiros, contrariando o afirmado por Gusmão. Encerrando suas reflexões no que se refere à ajuda prestada por Capuccio à polícia napolitana, arrematou a nota com estas palavras: “Uma camorra pode bem auxiliar outra camorra. Porque a polícia, no fim de contas, nada mais é que uma camorra legal”.

Noutra nota, “Os chauffeurs e a polícia”²⁸¹, o articulista denunciou as condições de trabalho dos motoristas do Rio de Janeiro. Novamente com a colaboração da imprensa comercial, estes profissionais foram vítimas de extorsão pela polícia que, através de processos forjados, constantemente aplicava-lhes multas.

A morte de um general no Rio de Janeiro foi lamentada pelos jornais da grande imprensa. Vitor Franco, em “A morte de um heroe”²⁸², acrescentou aos comentários da grande imprensa um dado histórico, esquecido por estes jornais, relativo à repressão a uma manifestação pública de estudantes. Nesta ação militar, dois estudantes foram assassinados por policiais sob as ordens do falecido general. Encerrou suas palavras afirmando: “Nós, aqui, fazemos seu elogio funebre: foi um militar...”.

A utilização da infância em manifestações públicas de caráter político constituiu assunto também abordado. Em “Pobres

281 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2-3, 31 dez. 1914.

282 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 98, 31 maio 1915.

crianças!”²⁸³, a arregimentação e o adestramento de crianças, fazendo-as desfilarem cantando hinos nacionalistas e estampando nomes de candidatos, eram questões que lhes escapavam o entendimento. Esse tipo de atitude foi reprovada porque em nada contribuía para um processo de livre expressão das crianças, constituindo antes em formas de inculcação e adestramento.

Outra nota, “Como se formam criminosos”²⁸⁴, focalizou a existência de prisões a partir do caso de uma penitenciária para menores em Dois Rios. Nesta colônia correcional, o trabalho constituía em proposta terapêutica pretensamente ressocializadora. O articulista, ao registrar esta informação, fez a crítica da punição por contraproducente. A prisão surge, nessas linhas, tendo a reincidência como única garantia.

A república brasileira foi idealizada tendo como esteio filosófico e sociológico os postulados estabelecidos pelo positivismo de Augusto Comte. O processo de derrocada da monarquia brasileira, através da ação dos republicanos e o subsequente estabelecimento da república, foi saudado e festejado pela comunidade intelectual do mundo como o momento de criação da constituição mais liberal e mais avançada, isso em termos de garantias sociais e conquistas na ordem do humanitarismo. Nesse contexto, os anarquistas foram os primeiros no Brasil a questionar, a problematizar e a recusar o positivismo, especificamente em seus aspectos relativos à reforma da sociedade e como religião.

A recusa ao positivismo foi apresentada na polêmica envolvendo articulistas de

283 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 2, 31 jan. 1915.

284 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 82, 30 abr. 1915.

campos opostos e provocada pela publicação da nota, “O Positivismo do Snr. Trajano”²⁸⁵, a que aludi mais acima. Esta nota noticiou uma greve de operários por conta do atraso de quinze meses no pagamento. O detalhe destacado na notícia era o fato de o proprietário da fábrica ser um conhecido aderente da Igreja Positivista. Essa ocasião apresentou-se como momento oportuno para a elaboração de alguns questionamentos acerca dos dois aspectos citados – reforma social e religião da humanidade.

O articulista problematizou ideias fundamentais para o positivismo e questionou particularmente as noções de altruísmo e egoísmo, que possuíam, para os positivistas, sentidos antagônicos inconciliáveis. Além disso, problematizou as concepções de filantropia, de amor à humanidade *versus* misantropia, alardeados pelos seguidores de Augusto Comte. O autor evidenciou esse tema ao comparar as doutrinas positivistas com as práticas levadas a efeito pelos seus aderentes. A crítica foi realizada a partir do evento da greve na fábrica do engenheiro Trajano Viriato de Medeiros.

No número seguinte da revista, foi publicada uma carta de Teixeira Mendes sob título “Positivismo e anarquismo – uma carta do Snr. Teixeira Mendes”²⁸⁶, contendo um protesto veemente do missivista acerca do entendimento do positivismo como expresso no primeiro número da revista. A esta carta, seguiu um texto de Francisco Viotti comentando e contextualizando sua publicação, além de apresentar algumas ponderações sobre seu conteúdo. O debate de ideias se estendeu por alguns números da revista, favorecendo a oca-

285 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, 30 nov. 1914.

286 MENDES, Raimundo Teixeira. Positivismo e anarquismo. Uma carta do snr. Teixeira Mendes. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 3-5, 31 dez. 1914.

sião para uma abordagem do tema em que o positivismo fora exposto a partir da perspectiva de um de seus defensores no Brasil. Ao mesmo tempo, um trabalhador, integrante do campo anarquista, teve a ocasião de analisar essas ideias e, na continuação da carta, problematizá-las e refutá-las²⁸⁷.

Os contatos entre Teixeira Mendes e o grupo editorial de *A Vida* prosseguiram, tendo ele visitado pessoalmente a redação da revista. Este acontecimento foi registrado na nota “Positivismo e anarquismo”²⁸⁸. No número cinco da revista, novamente com o título “Positivismo e anarquismo”²⁸⁹, Francisco Viotti anunciou o envio, anexo à revista²⁹⁰, do escrito prometido por Teixeira Mendes apresentando algumas ponderações sobre os conceitos positivistas formulados no escrito. Viotti destacou o dogmatismo de pensamento, em sua crítica ao positivismo de Comte e de seus seguidores, os quais chegaram ao ponto absurdo de sustentar terem elaborado uma filosofia absolutamente completa, definitiva e irretocável.

No positivismo, os conceitos de “altruísmo” e de “egoísmo” são fundamentais. A sociabilidade humana é aqui percebida como realizada dentro destes dois polos, os quais eram apresentados como sendo, simultaneamente, antagônicos e excludentes. O articulista levantou algumas questões recusando e problematizando esse maniqueísmo. Nessa perspectiva, Viotti apontou a existência

287 POSITIVISMO e anarquismo. Uma carta do snr. Teixeira Mendes. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 5-6, 31 dez. 1914.

288 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 31 jan. 1915.

289 POSITIVISMO e anarquismo. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66-70, 31 mar. 1915.

290 MENDES, Teixeira. O Positivismo e a questão social: a propozito da propaganda anarchista. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista no Brasil, 1915.

de postulados religiosos centrais na filosofia positivista, confrontando-os com os estudos científicos que alocam o homem na série da escala zoológica.

Os costumes e comportamentos dos seres humanos são eminentemente sociais, históricos e culturais. O positivismo procura estabelecer, para a sociabilidade humana, normas universais, desconsiderando a variedade de concepções nos agrupamentos humanos. Esses elementos foram apresentados pelo articulista como aspectos relevantes quando das análises dos fenômenos humanos pelos estudiosos anarquistas. Estes, em suas perspectivas, entendiam como positividade as diferenças culturais.

Viotti lamentou ainda a estreiteza de concepções dos discípulos de Comte, que definiam o anarquismo de forma equivocada simplesmente por não conhecerem os escritos dos pensadores anarquistas. Apesar de defender o uso da razão e dos conhecimentos produzidos pelos diversos campos da ciência no estudo das sociedades, a racionalidade humana não ocupava posição central no anarquismo, sustentou Viotti. Tampouco procurava impor a racionalidade científica aos segmentos sociais.

Por sua vez, o positivismo estabelece a ciência como a única fonte de elaboração do saber legítimo e de uma pretensa verdade derradeira em torno dos fenômenos humanos. Para o articulista, esta consiste numa das diferenças principais entre anarquistas e positivistas. Seguindo a essas ponderações, o autor fez a crítica à ideia de “estado normal” - ou “definitivo” - para a sociabilidade humana, como postulado por Comte.

Francisco Viotti ainda apresentou uma sequência de questões, problematizando temas particulares do positivismo particularmente às suas implicações no campo da sociabilidade humana. Os seus postulados e doutrinas,

estabelecendo regras universais de conduta e convivência humana, advogam a submissão, por parte dos trabalhadores, a seus governantes e dirigentes industriais.

Em seguida às indagações, elaborou uma crítica aos aspectos de doutrina social do positivismo, recusando a proposta de sociabilidade humana baseada na hierarquia, em relações entre governados e governantes, submissos e dirigentes. Aqui os revoltosos foram apresentados como elementos importantes no processo de transformação social. O caráter reacionário, porque mais conservador, do positivismo era-lhe evidente. Para Viotti, “o genial filósofo funda a ordem social na concentração do poder político e da riqueza nas mesmas mãos. Não examina a origem dessa riqueza e tampouco os processos pelas quais ela se encontra nas mãos de alguns”.²⁹¹

Ao apresentar essas críticas, Viotti prosseguiu sua análise do positivismo de Comte apontando para a manutenção das desigualdades sociais por conta da legitimação, em seus postulados, da exploração econômica do homem pelo homem. Fez a crítica também no que diz respeito à necessidade de punição aos “delinquentes”. Essa questão específica do positivismo apresenta consideráveis dificuldades porque trata de altruísmo e amor como base da sociabilidade humana e, ao mesmo tempo, sustenta a necessidade da existência de juizes, carcereiros e carrascos no “estado normal” da sociedade, mantendo a ideia de necessidade de sentenças, penitenciárias; e, por fim, defendendo a existência da pena capital.

O autor passou a expor, em seguida, o seu entendimento particular das concepções anarquistas sobre os pontos acima criticados no positivismo. Segundo Viotti, a abolição das

291 POSITIVISMO e anarquismo. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66-70, 31 mar. 1915.

penalidades e dos códigos de conduta individual e social constituiria pressupostos de uma sociedade orientada pelos postulados anarquistas. Os atos antissociais, numa sociedade desprovida da propriedade privada e dos aparelhos de controle e repressão social, não teriam a configuração apresentada na sociedade vigente, sendo abordados de forma diferenciada.

Arrematando suas reflexões em torno dos principais postulados do positivismo, Viotti chamou a atenção do leitor para as limitações de espaço e de tempo, na revista, para apresentar uma explanação mais aprimorada do assunto. Enfatizou a contradição do positivismo, que elabora reflexões tendo como base o questionado conceito de “estado normal” da sociedade, sustentando ser este um estado “definitivo”, ao mesmo tempo em que procura preservar as causas das desigualdades sociais, justificando a repressão, o domínio e o controle da sociedade. Nessa direção, apresentou, novamente contrastando com os postulados positivistas, a concepção de sociabilidade humana presente no anarquismo.

Ainda dentro da mesma temática, Primitivo Soares, no primeiro número da revista, analisando o contexto mundial da Primeira Guerra, considerou como um dos elementos determinantes deste acontecimento a formação e o surgimento do positivismo de Comte ao lado das concepções religiosas e, em particular, de “todas as doutrinas e filosofias religiosas, metafísicas, inclusive o cristianismo, o espiritismo e o espiritualismo”.²⁹² Antes de tratar do positivismo comteano, elaborou algumas reflexões em torno das ideias positivistas de Lombroso e Ferri, que abordaram os atos antisociais a partir do conceito de criminoso nato.

292 SOARES, Primitivo. O objetivo dos deuses e o ideal dos demagogos. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 10-12, 30 nov. 1914.

O JEQUITIBÁ DAS PAINEIRAS

*Jequitibá formoso das Paineiras
Cheio de parasitas seculares,
És a imagem das terras brasileiras,
Ricas de tarimbeiros militares.
De burgueses ladrões ou de políticos,
E de “ascéticos” padres sifilíticos!
Eu te saúdo, ó meu jequitibá,
Porque a tua seixa é tão fecunda
E tão profunda
Que dá
Para a alimentação
De tanto rufião,
Para a fartadela
De tão insaciável horda.
E a engorda
De tanta alimária magricela,
E sustenta
Tão ruim bicharia piolhenta!*

Scipião Fogaréo. **A Obra**. São Paulo – SP. Ano 01 – N° 08. 01.07.1920. Página 09.

OIAPOQUE – TERRA DA MORTE!

<i>Oiapoque! Como é negra, hedionda a tua história!... Do nobre povo do Brasil de Sul a Norte, Nunca! Nunca apagarás tua vil memória!... Terra do crime, da chibata, luto e morte!...</i>	<i>Tomando por base a extensão do cemitério, Só vejo em ti uma grandeza – a enfermária!</i>
<i>Do crasso bernadismo és o pendão da glória! Escoadouro do ódio seu e braço forte. Enquanto destes uns seus sicários a vitória, A quantos inocentes deste negra sorte?! Oh! que terrível quadro o teu – antro funéreo!</i>	<i>Tumba da liberdade! Terra do extermínio! Da horda vil tu garantiste o irredomínio! Terra da morte! Símbolo da Tirania!</i>

Domingos Braz. **A Plebe**. São Paulo – SP. Ano 11 - N° 253. 11.06.1927. Página 03.

Primitivo Soares relacionou a ação conjunta do positivismo, do cristianismo, da metafísica, do espiritismo e do espiritualismo, com a configuração das doutrinas sociais que operacionalizam o conceito de delinquência congênita. Aqui se coloca a ocasião da reprodução de estereótipos e estigmas, particularmente sobre os trabalhadores. Aludiu, na sequência de suas reflexões, aos conhecimentos da anatomia e da antropologia de seu tempo, desmentindo as ideias de Lombroso.

Prosseguiu contextualizando historicamente a formação do positivismo como uma reação inicial ao domínio religioso da Igreja Católica, seguindo, de maneira paradoxal, ao estabelecimento de uma nova religião, a Religião da Humanidade. Esse processo consolidou o domínio da burguesia enquanto segmento substituto do clero e da nobreza. O racismo e o nacionalismo, fenômenos sociais constituídos em formas mais contundentes com a modernidade, foram apresentados como desdobramentos da religião.

O materialismo histórico, o darwinismo social, a religião e o positivismo convergiam quando da projeção sobre os diversos segmentos da sociedade de concepções negadoras da individualidade e favoráveis ao domínio, à hierarquia. O positivismo exerceu papel de destaque no contexto de disseminação, na sociedade, dos princípios de verticalização da sociabilidade ao sustentar o imperativo da submissão por parte dos trabalhadores aos governantes e dirigentes industriais.

A ação conjunta dos aderentes do princípio de autoridade, como única forma de orientação das relações sociais, cultivava sociabilidades baseadas na submissão de uns e no ceticismo de outros. Enquanto aos segmentos populares eram destinados, nestes postulados, aspectos referentes ao estabeleci-

mento de uma servidão voluntária; aos setores dirigentes, destinava-se a mania do mando, o “ultra-egoísmo”.

Nesse processo, o autor destacou a ação dos postulados das filosofias metafísicas, do positivismo, das doutrinas “pseudo materialistas”, além de citar expressamente Maquiavel, Spencer, Nietzsche e Marx enquanto pensadores que contribuíram sobremaneira para o aprofundamento deste dinamismo de subordinação e mando. O quadro de eclosão da Primeira Guerra Mundial foi delineado, desta maneira, a partir de um caleidoscópio constituído por considerável diversidade de fatores determinantes.

Encerrou o artigo com uma sentença incisiva questionando a validade das referidas doutrinas do pensamento social em relação aos tipos de suas ressonâncias sobre os dinâmismos sociais na comunidade internacional, como no conjunto da sociabilidade humana, observada com os acontecimentos belicosos daquele momento.

A análise destes fenômenos resume-se na seguinte verdade: que todas as filosofias doutrinas ou dogmas que não tenham por princípio a mediata revolução intelectual dos povos, e o aceleração da revolução econômica e social, no sentido da mais perfeita igualdade e da mais estrita justiça, carecem de valor e não merecem a menor atenção, salvo se fôr afirm de conhecê-las para melhor destruí-las.²⁹³

As notas da seção noticiavam outros acontecimentos. É o caso do registro do falecimento de Anselmo Lorenzo²⁹⁴, anarquista

293 SOARES, Primitivo. O objetivo dos deuses e o ideal dos demagogos. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 10-12, 30 nov. 1914.

294 Anselmo Lorenzo nasceu em 1841, em Toledo, Espanha; e faleceu em 1914, em Barcelona. Integrou o grupo que introduziu o anarquismo na Espanha. Participou da Primeira

de projeção mundial. O articulista registrou a sua importância no movimento anarquista, afirmando ser seu pensamento conhecido por todos os anarquistas de língua espanhola e portuguesa. *El abuelo*, registrou o articulista, era o tratamento carinhoso dado pelos espanhóis a Anselmo Lorenzo.²⁹⁵

Vitor Franco noticiou, em nota intitulada “Congresso anarquista”²⁹⁶, as intenções de organização de um congresso no Rio de Janeiro reunindo anarquistas sul-americanos. Nessa nota, registrou a decisão em assembleia de anarquistas em organizar este congresso, manifestando em seguida sua posição contrária à realização do evento. No seu entendimento, a crise econômica, a distância geográfica e a falta de um motivo convincente não justificavam os esforços e o desgaste imposto aos anarquistas das mais diversas regiões no deslocamento para o local do congresso.

Astper, na nota “A grande virtude...”²⁹⁷, apresentou a caridade e a filantropia de burgueses e religiosos como uma excelente ocasião para aumentar seus lucros. Os processos de arrecadação de recursos com fins de caridade dirigidos a segmentos mais necessitados resultariam na coleta de vultosas somas de dinheiro. As instituições filantrópicas, públicas ou privadas, conseguiriam, através deste expediente, amearhar considerável quantia

Associação Internacional dos Trabalhadores. Atuou fortemente na imprensa proletária e anarquista. Traduziu obras, como algumas de Reclus. Em seu trabalho de tradução, contribuiu com diversas traduções de clássicos para a biblioteca da Escola Moderna de Barcelona, dirigida por Francisco Ferrer y Guardia.

295 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 31 jan. 1915.

296 FRANCO, Vitor. Crónica subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 97, 31 maio 1915.

297 ASTPER. Crónica subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66, 31 mar. 1915.

de recursos financeiros, consistindo em mais um negócio de custos baixos e seguros rendimentos.

Em outra nota, denominada “Pequeno dado para um estudo psicológico do carioca”²⁹⁸, Astper registrou ter presenciado um diálogo entre dois homens numa barca. Um deles tinha pedido a um terceiro para jogar uma série numerada. Ao conferir o resultado do jogo, descobriu ter dado o número por ele passado para o outro. Ao procurá-lo, soube surpreso que o terceiro havia esquecido de fazer o jogo. Maldisse o amigo e, revoltado, lamentou para o companheiro da barca não ter naquele momento um revólver. Astper, de seu lado, afirmou na nota lamentar não ter também naquele instante um revólver. A descrição do diálogo entre os dois amigos na barca deixou evidente a sua indignação com aqueles cuja esperança de mudança de vida residia no expediente de jogos de azar.

Em uma outra nota²⁹⁹, o articulista abordou um projeto de lei com o objetivo de regulamentação do serviço doméstico. Este projeto era antigo, afirmou o autor que, discordando desta proposta, apresentou, como complemento de suas críticas, as ponderações elaboradas pelo diretor do Apostolado Positivista no Brasil, Miguel Lemos, também contrário ao projeto.

Em artigo não assinado³⁰⁰, a questão do serviço doméstico, como a proposta de sua regulamentação, foi tratada com mais demora. O articulista problematizou as justificativas do delegado para fazer valer um código que esta-

298 ASTPER. Crónica subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 50, 28 fev. 1915.

299 CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 2, 31 jan. 1915.

300 ATUALIDADES – Uma monstruosidade que se prepara: a regulamentação do serviço doméstico. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 10, 31 jan. 1915.

belecia normas para o serviço doméstico. Também apresentou o regime do assalariamento como uma modernização da antiga escravatura, questionando, não sem ironia e sarcasmo, a falta de codificação do patronato, uma vez que, naquela proposta, apenas ao trabalhador seriam direcionados procedimentos de classificação e controle. O autor demonstrou o efeito estigmatizante desta medida sobre o trabalhador, por possuir um caráter essencialmente preconceituoso. Evidenciou, em seguida, as intenções inconfessadas do estabelecimento, por parte de segmentos dominantes, em garantir maior controle e domínio sobre o conjunto dos trabalhadores.

Não obstante existir em alguns números de *A Vida* um debate acerca da defesa de posição adotada por nomes como Piotr Kropotkin, Carlos Malato, Jean Grave entre outros, favorável ao apoio aos aliados e ao alistamento dos anarquistas nas fileiras de seus exércitos, surgiu, no conjunto das colunas desse periódico, a rejeição cabal à violência instituída na sociedade através da existência dos exércitos regulares e do militarismo. Este episódio alimentou uma discussão entre Domingos Ribeiro Filho e Francisco Viotti³⁰¹.

O debate instaurou um momento de problematização quanto aos temas que atravessavam a sociedade internacional, expondo questões urgentes não só para as relações entre os países, em geral, mas também, especificamente, para o movimento operário e para o anarquista. A discussão novamente foi conduzida de forma elegante, sem que isso eliminasse a exposição de pontos contendo profundas divergências e mesmo alguns aspectos inconciliáveis.

301 RIBEIRO FILHO, Domingos. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 87-90, 30 abr. 1915.

Depois de considerar as objeções iniciais ao alistamento de anarquistas às fileiras dos aliados, Ribeiro Filho passou a outra ordem de argumentos. Para ele, haveria um dever anarquista, portanto sectário, contra-posto a um dever humano. Este deveria ser o dever, no entender do articulista, que os militantes anarquistas deveriam privilegiar. Nada de se opor à guerra, mas antes levá-la a sua mais profunda extensão fazendo com que o militarismo, o patriotismo e o estatismo se esgotassem por si mesmos. As palavras do autor, manifestando sua ojeriza às máquinas, parecem também colocá-lo no curso dos *neoludditas* contemporâneos, numa crítica radical ao modelo civilizacional vigente.

A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista)

[...]

Isto posto, qual o dever anarquista?

Um dever “anarquista” é dever sectário, parcial, uma vez que ha um dever humano que inutilmente a burguezia afirma ser “patriótico”. E assim a anarquia, “sem se esquecer a si própria”, perde a sua qualidade militante para se tornar solidária com a batalha que a fatalidade social generalizou num dado momento histórico.

Além disso a anarquia tem no seu programa a destruição do militarismo que arruína os povos. Para estinguil-o, a anarquia devia ter provocado esta guerra e deverá provocal-as emquanto houver homens em armas nas fronteiras, único meio de demonstrar pratica e humanamente que o militarismo é um mal, e pra levar a logica das organizações sociais ás suas ultimas consecuencias. (1)

[...]

Naturalmente aparece o absurdo de um anarquista alemão combater o seu camarada francez em nome de um pacifismo que ambos preparam com ardor e sinceridade; o absurdo do generoso propagandista do amor hombrear com o truculento sementeador do odio patriótico; o absurdo da negação da ideias pela aceitação dos fatos que

á civilização repugna; tudo isso é um absurdo violentando a coerência das nossas ideias apuradas através de séculos de análise e de crítica.

Comtudo toda essa absurdidade é um mito. A inteligência humana nunca ha de construir por si mesma sinão filosofia, moral e estética; ela nunca ha de construir a sociedade nem a vida, porque ela é a resultante da sociedade e da vida. [...]

Para combater os males da sociedade todos os meios são bons, mas os melhores serão sempre aqueles que levarem os inconvenientes às últimas consequências de seus erros. Assim como foi o misticismo e não a filosofia quem deprimiu a religião, a guerra e não o pacifismo será o melhor inimigo do militarismo e do patriotismo. Quando os últimos patriotas francezes houverem trucidados os últimos patriotas alemães é infinitamente provável que os estados maiores agonizem. No estado atual da sociedade a guerra é uma necessidade que é uma loucura evitar e impossível evitar.

[...]

Os nossos destinos sociais estão em jogo nesta guerra; é tolice dizer que são destinos políticos e que os homens se batem por Guilherme contra Nicolau. Estes nomes são ridículos e amanhã desaparecem em ecos moribundos; são gritos documentais da tolice humana, que a burguezia alteia para atordoar sentimentos instintivos das vítimas de uma catastrophe inevitável. Porque esta grande guerra é o fenómeno máximo da decomposição da nossa sociedade hipertrofiada de homens, de maquinas, de dinheiro e de ideias.

Ali na fronteira se elaboram os elementos da sociedade futura e os anarquistas verão essa sociedade surgir sem tomarem parte nela por estreitismo sectario, eles que se propõem a construir um mundo novo. Sem a guerra, esse mundo novo seria infamamente burguez, mercantil, acomodaticio, confortavel, degenerado como toda civilização alcançada pela maquina e pela retórica.³⁰²

Domingos Ribeiro Filho dirigiu-se aos anarquistas no Brasil argumentando a neces-

302 RIBEIRO FILHO, Domingos. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 87-90, 30 abr. 1915.

sidade da guerra também como a solução para os mesmos problemas originados pelo militarismo, pelo patriotismo e pelo estatismo. Não importaria contra quem nem em que situação, mas o importante seria a guerra imediata como forma de extingui-los por implosão, a partir do esgotamento de suas próprias possibilidades.

Em seguida, Francisco Viotti levantou algumas objeções sobre as ponderações belicosas de Domingos Ribeiro Filho. Iniciou as suas reflexões evidenciando o fato de a opinião de Kropotkin não ter tido o efeito de ordens às quais aos anarquistas restaria a obediência comiserada. Em que pese o fato de a figura de Kropotkin ser de inquestionável reconhecimento no movimento anarquista em todo o mundo, sua opinião favorável ao alistamento dos anarquistas junto aos aliados não foi aceita pelos mais expressivos segmentos do movimento anarquista.

O debate entre Domingos Ribeiro Filho e Francisco Viotti refletiu um questionamento à guerra e ainda mais à ideia de que aos anarquistas restaria engrossar as fileiras dos exércitos regulares. Viotti iniciou as suas reflexões acentuando o caráter questionador e iconoclasta alimentado pelo pensamento anarquista, de modo a não estabelecer alguma personalidade tida na medida de notabilidade de onde emanariam verdades a serem seguidas acriticamente pelos demais anarquistas.

Feitas as ponderações iniciais, Viotti passou em seguida à exposição da sua crítica recusando incisivamente a ideia de existência de algum “dever anarquista”. Em clara alusão a Jean Marie Guyau³⁰³, apresentou a moral

303 Jean-Marie Guyau foi um filósofo francês bastante lido em inícios do século XX pelos operários e anarquistas no Brasil e no mundo. Entretanto, dentre seus livros, o de maior projeção e divulgação era o indicado no texto de Viotti: GUYAU, Jean-Marie. Ensaio de uma moral sem obrigação nem

anarquista como sendo uma moral “sem sanção nem obrigação”.

Viotti recusou terminantemente o rótulo de pacifista “tolstoiano e sentimental”, por conta de sua posição intransigente de recusa ao alistamento de anarquistas nos exércitos aliados. Antes de abolir o Estado, o militarismo e o patriotismo, a guerra se apresentava como a ocasião por excelência para o surgimento e estabelecimento da hierarquia na sociedade. O articulista remeteu ao conhecimento de como nas sociedades tribais inexistiam chefes, surgindo estes como estrategistas nas batalhas contra os inimigos, quando em situações de combate. O aumento na frequência das guerras estabeleceu a tolerância para com a existência de um comandante no seio da sociedade indígena, desembocando na criação de um novo costume baseado na chefia.

Viotti criticou a análise de Ribeiro Filho também no aspecto referente a algum pretendido impacto diferencial dos anarquistas no desenrolar da guerra, no caso de estes se alistarem nas fileiras aliadas. Destacou, em primeiro lugar, uma superestimação do número dos anarquistas diante do contingente regular, mesmo considerando factível a hipótese favorável ao alistamento destes nos exércitos aliados. Em segundo lugar, a ação dos anarquistas alistados, diante da situação de praça arregimentada, obstaría uma atividade convergente com os postulados libertários. Os anarquistas nada poderiam fazer enquanto tais num exército regular, pois a disciplina militar impõe uma condição de obediência estrita às ordens dos superiores hierárquicos, igualando todos os subordinados por baixo. Aqui o autor distinguiu guerra social da guerra convencional. Viotti devolveu a pecha de “sentimental” que fora

sanção. Tradução de José M. Cordeiro. Lisboa: Ed. Guimarães, 1919.

lançada por Ribeiro Filho. Recusou também a sugestão personalista implícita naquele texto.

O camarada D. R. F. sae no final com uma tirada sentimental a respeito de anarquistas calculistas e sectarios em confronto com anarquistas generosos a enobrecer uma guerra comercial. Isto é de muito efeito num “meeting” onde pouco se raciocina e só se fala ao sentimento. Quanto aos apodos de sectarios e calculistas, cabe-nos dizer, que qualquer qualificativo elogioso e depreciante que se nos dê, em nada valoriza ou desvaloriza os nossos argumentos. Estes valem por si mesmos e não pelas pessoas que os apresentam.³⁰⁴

Finalmente, encerrou seu texto numa direção oposta ao aparente *neo-luddismo* de Ribeiro Filho, evidenciando o condicionamento de uma revolução social à existência da máquina.

Paul Lafargue³⁰⁵, no marxismo, mas também com muita proximidade com as ideias de Proudhon, em apêndice ao seu texto “O direito à preguiça”, assinalou a importância das máquinas como meios para propiciar o desvencilhamento do trabalho e do regime do salário na sociedade moderna. Remetendo ao que designou “sonho de Aristóteles”, Lafargue afirmou, no fim de seu texto, que “nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho”. Critica, em seguida, os “filósofos do capitalismo” por defenderem ardorosamente o *salariato*, entendendo este como “a pior das escravidões”. Para ele, os adeptos do capitalismo “ainda não entendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das *sordidae*

304 VIOTTI, Francisco. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 90-91, 30 abr. 1915.

305 LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. A religião do capital. 3 ed. ampliada. São Paulo: Kairós, 1983. p. 8.

artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhes concederá os lazeres e a liberdade”. Talvez a posição de Viotti manifeste conhecimento dessas reflexões de Lafargue.

Os anarquistas, no geral, comungavam a defesa da indústria e das máquinas. William Morris³⁰⁶, no final do século XIX, enaltecia a máquina como a forma de liberação humana do trabalho estafante e opressivo como se dá sob o capitalismo. Kropotkin³⁰⁷ também evidenciou as máquinas com uma grande importância na reorganização da sociedade, particularmente, no que se refere ao aumento da produção. É de conhecimento geral o fascínio de Bakunin e Proudhon quanto ao desenvolvimento da indústria.

Apenas Stirner destoa nessa harmonia angelical. Primeiro, quanto à produção, ela deveria tomar os contornos de um empreendimento fora dos padrões de grandes conglomerados industriais. Segundo, procede à defesa da propriedade pessoal negando, concomitantemente, o equivalente universal e o industrialismo. Nessa direção, apontando para as trocas diretas, ou o escambo, como maneira de estabelecer relações entre produtores, entende que “não se paga com dinheiro, de que podemos ter falta, mas com o que podemos ter e fazer. Só essas capacidades nos dão ‘posse e poder’: só seremos proprietários daquilo a que chega o braço da nossa força”.³⁰⁸

306 MORRIS, William. O trabalho e a máquina. In: WOODCOCK, George. Os grandes escritos anarquistas. Tradução de Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 307-308. (Biblioteca Anarquista).

307 KROPOTKIN, Pedro. A conquista do pão. 3 ed. Lisboa: Guimarães editores, 1975. (Biblioteca Sociológica). KROPO-TKIN, Pedro. Campos, fabricas y talleres. Madrid: Barcelona: Júcar, 1978.

308 STIRNER, Max. O único e sua propriedade. Tradução de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004. p. 210.

Na sequência dessas ponderações, Stirner rejeitou tanto a fórmula coletivista, que sentença “a cada um de acordo com as suas capacidades!”, como a outra, “tudo pertence a todos!”, dos comunistas. A primeira por recolocar a autoridade da sociedade por sobre o *egoísta*. Este, no coletivismo, deveria ser submetido ao critério social, aferindo suas capacidades produtivas e a produção efetiva de seus produtos. A segunda por ser, tal qual o coletivismo, a “mesma teoria sem conteúdo”, pois “a cada um só pertence aquilo que ele pode fazer ou tomar. Se eu disser que o mundo me pertence, isso é outra vez conversa fiada, que só pode ter sentido na medida em que eu não respeito nenhuma espécie de propriedade alheia. Mas, a mim, só me pertence o que eu puder ter, o que estiver ao alcance das minhas capacidades”.³⁰⁹

Primitivo Soares³¹⁰, argumentando contra a guerra, fez referência à prisão, pelos governos aliados, de anarquistas antagônicos à guerra. Entre os anarquistas aprisionados, o autor destacou a figura de Sebastian Faure. Todos eles encontravam-se na eminência de serem assassinados pelos respectivos Estados. Para ele, os anarquistas deveriam lutar imediatamente por sua própria causa e não pelos exércitos aliados. Poderiam começar dirigindo esforços na libertação daqueles que foram aprisionados.

Como colocado mais acima, no início da apresentação dos debates entre Ribeiro Filho e Viotti, a Primeira Grande Guerra consistiu no assunto privilegiado da revista. As análises elaboradas pelos articulistas fugiam de uma abordagem estrita como as de especialistas, reduzindo consideravelmente a

309 *Ibidem*.

310 SOARES, Primitivo. Contra a guerra e pela liberdade. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 71-73, 31 mar. 1915.

perspectiva de suas reflexões. Os enfoques reducionistas desses acontecimentos, restritos quando muito a temas políticos e econômicos, descartam a existência de profundas relações, diversas implicações, variados desdobramentos e procedências do fenômeno belicoso em andamento. Desconsiderar, nas análises dos eventos humanos, as múltiplas relações implicadas como as subseqüentes desemboca na produção de estudos de resultados incompletos, quando não equivocados.

O tema da guerra era, nessa perspectiva, abordado a partir de um ponto de vista avesso aos ícones da política partidária e de todo o aparato condizente com o campo do poder centralizado, da autoridade, da hierarquia. Estes consideram as diversidades de questões sociais a partir de um enfoque estreito detido sobre a verdade de uma especialização técnica. Os problemas sociais constituiriam, neste aspecto, matéria privilegiada dos profissionais, dos governantes e dos especialistas. Estes, por sua vez, ocupariam a condição de novos conselheiros do príncipe na corte democrática, limitando-se a apresentar diagnósticos de situação na direção da manutenção do *status quo*.

Os estudos sociais que procedem de modo reducionista estabelecem uma espécie de violência metodológica sobre os elementos avalizados, deixando de apreciar a existência de vasta gama de diversidade de relações entre os mais múltiplos acontecimentos humanos. Tal qual Procusto, fraturam, amputam, distendem forçosa e artificialmente os elementos analisados nos seus estudos. Esta fratura conduziria a apreciações de construto analítico, argumentativo e finalizações de antemão comprometidas.

Os articulistas de *A Vida*, cujo temário abordado tenha sido a Primeira Guerra Mundial cada qual dentro dos limites de seus artigos

e do foco argumentativo privilegiado, evidenciaram a variedade de proveniências e múltiplos desdobramentos deste acontecimento. Apresentaram uma apreciação relacional, para além do proposto na estreita perspectiva de especialistas, quer estrategistas militares quer dirigentes políticos. Vejamos algumas dessas ponderações indisciplinadas e indisciplinadas.

José Oiticica³¹¹ elaborou um estudo em torno da questão feminina na sociedade a partir de uma perspectiva energética. Iniciou, no primeiro número da revista, este estudo intitulado “O desperdício da energia feminina”, concluindo-o no quinto. Ao expor os tipos de energias cósmicas e os tipos de energias humanas, abordou a questão do aproveitamento e do desperdício de energias, definindo a guerra como a forma mais completa de desperdício por destruição.

Orlando Corrêa Lopes³¹² acercou-se do tema da guerra a fim de proporcionar ao leitor, num interessante percurso estratégico, uma perspectiva em torno do amplo espectro das vicissitudes sociais eclodidas com a modernidade. Iniciou seu artigo assinalando o caráter ainda limitado, à época, dos estudos da sociedade em contraposição aos significativos avanços, obtidos nos campos das ciências chamadas exatas e da natureza.

Evidenciou o papel dos movimentos de contestação social, perigando com a organização política por conta das reivindicações na ordem da configuração econômica na sociedade moderna. As comoções sociais se deviam ao quadro de insatisfação generalizado: por um lado, os trabalhadores questionando as desigualdades sociais; e, por outro lado, a

311 OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7, 30 nov. 1914.

312 LOPES, Orlando Corrêa. Guerra aos senhores. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3-4, 30 nov. 1914.

burguesia procurando amenizar os conflitos sociais através de medidas meramente paliativas, como a criação das chamadas “leis sociais”, sem problematizar o dinamismo social baseado na hierarquia e na exploração. O autor ressentiu-se da falta de uma vontade de liberdade, expresso nos objetivos firmados por republicanos e monarquistas. Estes se contentaram com um cativeiro mais confortável, procurando apenas, para tanto, modificar os governantes.

Elaborou uma série de questionamentos visando problematizar não só a guerra enquanto resultado de interesses econômicos antagônicos de capitalistas, mas também temas adjacentes como a natureza do Estado, seu caráter interventor, obstrutor e violento sobre o dinamismo das relações entre os diferentes segmentos produtores na sociedade. O leitor foi convidado a apresentar suas próprias conclusões, uma vez que o articulista apresentou as suas. Orlando Corrêa Lopes arrematou o texto com a recusa da participação efetiva na guerra, com repúdio à ideia da possibilidade de melhorias através do estabelecimento de “leis sociais” e com a sugestão de abolição de todas as leis e de qualquer tipo de governantes, estabelecendo, desta maneira, não o desgoverno, mas antes o autogoverno.

Em um outro artigo³¹³ não assinado, o articulista expôs uma análise situando os trabalhadores e sua importante participação no mecanismo de materialização da guerra como também as possíveis atitudes a serem adotadas de modo a impedir o fenômeno guerreiro. Contextualizou o surgimento das ideias e do movimento anarquista como uma reação, ocorrida primeiramente na Europa, contra a ex-

ploração econômica, ao mesmo tempo em que afirmava o princípio de liberdade. Apresentou tais reflexões através de notas seguidas e breves.

A ideia central do artigo era demonstrar o trabalhador numa posição ativa e de destaque na conflagração bélica mundial, uma vez que, como exposto no começo do terceiro apontamento deste artigo, “a guerra é a destruição do trabalho”. Além do mais, foram os trabalhadores e os demais integrantes dos segmentos populares que preencheram as fileiras dos exércitos, defendendo ideias de pátria ou de alguma religião.

O articulista apresentou a guerra mundial como evento esperado pelos anarquistas, os quais constituíam a mais expressiva manifestação contrária à conflagração de hostilidades mútuas. Numa alusão a Cesare Lombroso, que definira o anarquista como o tipo por excelência do que denominou “homem delinquente”, questionou sobre quem efetivamente promovia carnificinas e assassinatos em escala mundial, já que os anarquistas, tidos na conta de dinamiteiros e apologistas da destruição, se opunham tenazmente à guerra. Na sequência dessas ponderações, indagou: em qual escala comparar, de um lado, os eventuais justicamentos realizados por alguns anarquistas contra soberanos e autoridades; e, por outro lado, a morte imediata de milhões de pessoas a mando dos governantes? No item designado “Após a maior guerra do mundo virá a maior revolução do mundo?”, finalizou com um vaticínio sobre a maior revolução social a se realizar em inícios do século XX.

Tratou da guerra como maneira de destruição do trabalho, tanto porque aniquilava os produtos dirigidos à realização das mútuas agressividades coletivas, como porque retirava boa parte dos trabalhadores do processo de produção de bens úteis às sociedades. Além do

313 A CONFLAGRAÇÃO Europeia – Os trabalhadores e a greve. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 13-15, 30 nov. 1914.

mais, sobre os trabalhadores recaem os ônus da guerra, pois seriam eles e seus filhos que efetivamente iriam aos campos de batalha sob as ordens de generais. Também seria sobre eles que recairiam os resultados da escassez dos produtos, sobretudo quando da raridade dos alimentos. A condição do soldado em situação de guerra, e após ela, seria sempre humilhante e vexatória, ficando para o oficialato medalhas e honrarias. O trabalhador, por sua vez, receberia, como prêmio de seu esforço, miséria e penúria.

Nessas linhas, o articulista acrescentou à sua análise, no aspecto referente aos efeitos da guerra sobre o trabalhador, quando evidenciou a escassez de bens particularmente a alimentação, a violência governamental que obrigava, por vezes, o produtor a deixar sua família para ser transformado em soldado de algum exército regular. Nesse ínterim, evidenciou o papel decisivo do trabalhador na guerra, cabendo somente a este a iniciativa de pôr termo a este acontecimento através de uma peremptória recusa coletiva de produzir elementos dirigidos à alimentação da indústria bélica.

Aproveitou também o ensejo para afirmar sua definição do que fosse um anarquista: alguém que assinala a importância da solidariedade e não da concorrência nas relações humanas, advogando o autogoverno da sociedade, sem a presença de nenhuma forma de senhorio. Arrematando este item de seu artigo, no sentido em que anunciara no final do tópico anterior em que opõe concorrência e solidariedade, apresentou a guerra como fruto privilegiado da concorrência.

Na segunda parte do artigo³¹⁴, expôs e evidenciou as causas comerciais da conflagração da Primeira Grande Guerra. Iniciou de-

314 A CONFLAGRAÇÃO Europeia – O movel das guerras de conquista. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 11-12, 31 dez. 1914.

finindo as guerras de conquistas como tendo no “tributo” seu móvel principal. Analisou rapidamente um período histórico mais remoto em que este procedimento fora aplicado por reis e imperadores sobre as populações conquistadas, passando em seguida para períodos mais próximos, designados de “tempos modernos”. Finalizou o escrito com um enfoque sócio-histórico sobre os acontecimentos guerreiros, denominando seu momento histórico de “tempos recentes”.

O articulista passou a citar passagens do livro de um escritor que apresentou o império inglês como baseado na conquista de terras ricas de outros povos. Concluiu o artigo expondo algumas reflexões que corroboravam sua assertiva inicial relativa aos motivos comerciais da conflagração da Primeira Grande Guerra.

As guerras e, em particular, a Primeira Grande Guerra foram analisadas por outros anarquistas como tendo na instituição escolar oficial, quer estatal quer confessional, um dos mais importantes pilares. Essas escolas preparavam as crianças para a aceitação e naturalização das hostilidades como também para, quando adultas, engajarem-se em episódios belicosos.

João Penteado³¹⁵, professor e diretor da Escola Moderna número 1 de São Paulo, expôs suas reflexões em torno do papel da escola, nas mãos do Estado e da igreja, na configuração da Primeira Grande Guerra. Contrapôs à escola oficial um outro tipo de escola não baseada na revelação divina nem no universalismo estatal. Estado e igreja constituíam em fontes de orientação de um ensino militarista, belicoso, chauvinista, dogmático, tais quais realizados pelas escolas oficiais.

315 PENTEADO, João. As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 8-9, 31 dez. 1914.

Denominou sua escola de racionalista por seguir as orientações deixadas nessa perspectiva educacional pelo pedagogo espanhol Francisco Ferrer y Guardia. Este pedagogo, fuzilado em 1909 pelos governantes e pelo clero espanhol, lançou umas das primeiras bases para a instauração de uma escola contrária aos preconceitos nativistas, religiosos e culturais. Esta escola seria a maneira de preparação da infância para o exercício de sociabilidades avessas à autoridade e afirmativas da liberdade social.

O autor antecipou-se em quase um século a estudos que apresentam a escola como constituída por um universo prisional e disciplinar idêntico aos quartéis. No seu entendimento, a eclosão da Primeira Guerra Mundial evidenciou o sucesso dessa escolarização da sociedade. O papel da escola, na preparação das crianças para os eventos bélicos à época, não foi de menor importância.

Numa crítica às consideradas convencionalmente maravilhas da civilização, Penteado chamou atenção para o fato de ter sido na “velha e mais culta parte do mundo civilizado” onde se realizava uma guerra sem precedentes na história humana. Procurou demonstrar a veracidade de sua assertiva, quanto ao papel da escola orientada pelo estatismo e pela religiosidade, no cultivo de personalidades cheias de sentimentos xenófobos e racistas, terreno subjetivo propício para a realização de guerras. Finalizando seu artigo, o autor apresentou as características da escola racionalista, constituída em franco contraste com a escola oficial. A sua difusão pela sociedade seria uma das condições para se pôr termo às guerras.

As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista

[...]
E esse prelio terrível, essa luta monstruosa, es-

ses embates furiosos, barbaros, selvagens, em que se lançam os povos da velha e mais culta parte do mundo civilizado, tiveram começo, primeiramente nas escolas oficiais, por meio da infiltração do nefasto patriotismo, que inocula no espírito da juventude de uma nação ou de uma raça o sentimento de repulsa, de despeito e de odio pelos individuos de outra raça. As escolas prepararam e as casernas, por seu turno, completaram a obra terrível, auxiliadas pela imprensa vendida ao serviço dos promotores das guerras internacionais, que são os chefes de Estado e os banqueiros.

Foi assim que se produziu a guerra europeia e será assim que se reproduzirão outras tantas hecatombes futuras – si nós, os que trabalhamos pelo bem da humanidade, não opusermos á influencia nefasta destas escolas de perversão e de morte a benéfica, a eficaz, a salutarissima ação das nossas escolas racionalistas que excluem de seu programa todos os preconceitos patrióticos e religiosos, tendo sempre em mira, antes de tudo, a educação e a instrução da infancia de acordo com a razão e com a verdade das coisas que constituem o objetivo principal de nossa vida e a razão de nossos atos, já fazendo despertar-lhe todas as aptidões naturalmente manifestadas para o trabalho produtivo, para a ciencia e para as artes, já encaminhando-a de modo humano e racional para a conquista de todas as felicidades, descortinando para suas vistas horizontes novos, fulgurantes, iluminados.³¹⁶

Éfren Lima³¹⁷, de seu lado, elaborou suas reflexões afirmando a nocividade da intervenção do Estado junto à escola. Destacou a sociabilidade humana como resultante de três fatores: “hereditariedade, educação e meio”. Apresentou a educação e o meio social no qual vive uma pessoa como as dimensões que poderiam ou intensificar ou obstar inclinações herdadas, quer aptidões sociáveis quer inclinações antissociais.

316 PENTEADO, João. As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 8-9, 31 dez. 1914.

317 LIMA, Éfren. A instrução e o Estado. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 6-7, 31 jan. 1915.

A educação foi analisada pelo articulista como fator de maior urgência relativa a uma atuação sobre as individualidades no sentido do aprimoramento das disposições para a solidariedade e simultânea eliminação das inclinações grosseiras e brutais. Privilegiar a educação teria como efeito imediato uma alteração no meio social no qual o indivíduo se encontra, favorecendo uma melhor e mais eficaz transformação no conjunto da sociedade. Sustentou depender única e exclusivamente da aspiração e da vontade das pessoas o estabelecimento de escolas fora da órbita estatal, lamentando-se verificar a ausência desta *vontade*.

A instrução e o Estado

Está evidente á simples apreciação, o quanto de nocividade resulta da dependencia em que a instrução contemporanea vive para com o Estado. Altamente lastimavel é este protectorado sobre uma instituição social que necessita de uma liberdade propria, a mais plena e completa possivel. O individuo socializado, não sendo como demonstram as leis do determinismo, mais que o resultado de tres fatores preponderantes na genese – hereditariedade, educação e meio, será na vida em commum tanto melhor ou peor quanto as influencias creadoras actuarem para o bem ou para o mal.

O homem que por efeitos de hereditariedade, vem ao mundo com predisposições grosseiras, poderá modificá-las ou aniquilá-las, servindo-se do auxílio fornecido pelas deformações resultantes da convivência social, isto é, do – meio, ou dos conhecimentos metafísicos que lhe forem ministrados, isto é, da – instrução. De fórmula oposta, o ser predestinado que herda, dos seus ascendentes, inclinações as mais felizes, está determinado a desenvolvê-las, aumentando-as vantajosamente, ou a atrofiá-las, em prejuizo proprio e da sociedade. Então, verificada a segunda condição, uma substituição mais ou menos completa da inteligencia pela brutalidade, de uma fórmula mais perfeita por outra mais retrograda, dar-se-á fatalmente.

Deste raciocínio, evidencia-se a maior importância dos dois últimos factores enunciados, ambos de ação modificativa, e dos quaes incontestavelmente o primeiro reclama uma atenção mais delicada. O ser maléfico por origem submetido a uma orientação meticulosa, dirigido para o bem supremo, e vivendo num ambiente adiantado, onde as aspirações elevadas predominem, perderá quantitativamente o instinto para o mal.

A energia primordial adquirida por via biologica, poderá ser apaziguada ou extinta, por via de adaptações deformantes e posteriores. Portanto um esforço coletivo de todas as pessoas das varias nações das diversas raças terrestres, e tendente a tornar a educação dos novos individuos a primeira preocupação da humanidade, colocando-a em nivel superior e purificando zelosamente o meio social, deveria constituir o horizonte para o qual seriam dirigidos os valores maximos dos nossos trabalhos.

Agora que esboçamos os pontos principais do argumento, perguntamos, – haverá essa comunhão de vontades? A educação subministrada actualmente aos povos atingiu tal perfeição? É facil constatar o contrario.³¹⁸

Também registrou a relação íntima existente entre a configuração socioeconômica baseada na propriedade privada com a intervenção violenta do Estado na sociedade. Nesta intervenção, a escola, tanto a primária como a superior, desempenhava um papel por demais relevante, pois era através do controle das instituições de ensino que os estratos dominantes da sociedade procuravam garantir a conservação das “tradições” que lhes fossem favoráveis.

A tradição tratada pelo articulista era delineada pela manutenção de costumes e maneiras próprias a sociedades militaristas, nacionalistas, religiosas. Cultivavam-se nas crianças, dentro desta tradição, sociabilidades que valorizavam o respeito a personalidades tidas na medida de notoriedades e a subsequente

318 LIMA, Éfren. A instrução e o Estado. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 6-7, 31 jan. 1915.

obediência incondicional a elas. A aversão a novas ideias e, mais ainda, ao estabelecimento de algum processo de transformação no conjunto das relações sociais consistia no que denominou apego ao “hábito”. Professores, livros, altos investimentos por parte da elite econômica e o domínio estatal exclusivista sobre as instituições escolares configurariam o quadro mais amplo através do qual “tradições” e o “hábito” eram engendrados.

Esse “hábito” apresentava-se incompatível com a dinâmica de transformação social característica da sociabilidade humana. O autor lançou mão de um argumento relacionando sociedade a algum organismo biológico, sustentando que, da mesma forma que este se transforma ao longo de sua existência, haveria de existir liberdade para as transformações nas configurações sociais. O dinamismo e o movimento relativo à variedade de modos de vida constituiriam características particulares da sociabilidade humana. Desse modo, afirmou categoricamente que “o hábito, a imutabilidade, é a quietude, o aniquilamento, e opõe-se à transformação evolutiva, ao progresso”, seguindo, como forma de finalização de suas reflexões, com um apelo dirigido ao leitor para adoção de uma atitude de repulsa à quietude.

Adelino de Pinho³¹⁹, que lecionou e dirigiu, de 1912 a 1919, a Escola Moderna nº 2 de São Paulo, fechada por imposição governamental, iniciou seu artigo de forma incisiva afirmando a existência de uma íntima relação da escola oficial com o militarismo, o estatismo e a conflagração da Primeira Guerra Mundial. O título do artigo, “A escola, prelúdio da caserna”, indica de antemão o entendimento expresso acima, apresentando as instituições de ensino, estatais ou confessionais, como outra forma de quartel.

319 PINHO, Adelino de. A escola, prelúdio da caserna. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 75-76, 31 mar. 1915.

O postulado democrático que define a escolarização da sociedade como um dos deveres do Estado foi apresentado como estratégia universalista de difusão de uma sociabilidade chauvinista, belicosa, xenófoba, mística, preconceituosa. O autor evidenciou a relação entre escola oficial e quartel, ao mesmo tempo em que criticou os professores destas escolas por exercerem papel de instrutores marciais. O ambiente prisional e autoritário dos quartéis não seria estranho para uma pessoa formada em instituições de ensino deste tipo.

A escola, prelúdio da caserna

A escola atual, confessional ou governamental, é a sistematização da violência. Exemplifiquemos tão audaz afirmativa.

A conflagração européia, essa tremenda guerra que tão desastrosas consequências acarretou ao desenvolvimento físico, moral e intelectual da humanidade, é um produto da escola primária.

Os estados modernos, compreendendo perfeitamente que com a decadência da religião e com o desenvolvimento comercial e industrial das sociedades era impossível manter na ignorância suína, dos tempos idos, as multidões, abriram escolas, as mais que puderam, especialmente nas cidades onde os agrupamentos são maiores e onde as idéas se disseminam mais facilmente, porque há mais sociabilidade, para por esse meio lançarem mão dos cérebros infantis e modelá-los a seu bel-prazer, enchendo-os de fórmulas metafísicas e abarrotando-os de palavras estragadas, como *patria*, *fronteira*, *estrangeiro* e *inimigos*, acostumando os ternos infantes a desconfiar dos outros povos e a precaver-se contra eles, o que leva os do país estrangeiro a fazer o mesmo e vice-versa.

Os professores primários transformaram-se numa espécie de instrutores de soldados e a escola surgiu como uma ante-sala do quartel.

A educação cívica e até os exercícios militares erigiram-se em dogma infalível, em bíblia e evangelho.

As novas gerações, saídas desses antros de desmoralização, que outra coisa poderiam dar a não ser bons soldados? À força de ouvirem falar de amor à pátria – dos ricos – de ver desfilar regimentos, de assistirem às paradas, de ouvirem e entoarem canções ferozes de *chauvinismo* e hinos triunfaes de guerra, tomaram como fim e missão a atingir serem bons soldados, obedientes à disciplina e à voz de seus chefes, prontos a arremessarem-se contra os trabalhadores em greve ou contra os povos de outros países, desde que os interesses monetários dos ricos e capitalistas assim o exigissem.

E quanto isto é verdade está à vista de todos com as desgraças desenroladas desde agosto até agora na Bélgica, na Polónia, na França e também na Alemanha e Rússia e *tutti quanti*.³²⁰

Pinho chamou a atenção para a importância do período da infância na formação das subjetividades. O zelo dos estratos dominantes da sociedade em controlar as instituições de ensino vem, de um lado, do conhecimento deste fato e, de outro lado, da necessidade em naturalizar relações de mando e obediência no conjunto dos segmentos sociais. Esta consiste na condição para a manutenção da ordem social.

Os segmentos dominantes da sociedade poderão, dessa maneira, contar com pessoas prontas a executarem papel de ordeiros trabalhadores para as fábricas e demais setores produtivos, ou de soldados obedientes para as forças armadas. Uma ou outra trajetória estaria na dependência da situação das relações sociais internas e internacionais: caso, no interior das fronteiras nacionais, a hierarquia social não fosse comprometida, investir-se-ia na formação de dóceis trabalhadores; caso fosse estabelecida alguma espécie de insatisfação dentro das fronteiras nacionais ou caso preva-

320 PINHO, Adelino de. A escola, prelúdio da caserna. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 75-76, 31 mar. 1915.

lecessem conflitos entre os países, investir-se-ia na formação de soldados obedientes.

Ambos os casos apresentavam, como pré-requisitos necessários, a configuração de subjetividades passivas e docilizadas, predispostas ao exercício da subordinação, da relação comando-subserviência. A escola oficial se situava exatamente neste momento definitivo na configuração das individualidades.

A maneira pela qual a escola se torna objeto de monopólio pelos segmentos dominantes da sociedade foi apresentada pelo articulista como sendo comum tanto a um país cuja cultura privilegiasse a disciplina, a submissão e a obediência, como a um país democrático que proclamasse enquanto atributo social privilegiado a liberdade. Citou a Alemanha como exemplo do primeiro tipo de país e a França como exemplo do segundo. Os dois países enviaram soldados para a Primeira Guerra Mundial, graças aos investimentos realizados por longos anos através da escola.

As palavras finais de Adelino de Pinho constituíram um alerta à população quanto aos efeitos da escola oficial na constituição das subjetividades, transformando-as numa espécie de autômatos nas mãos da elite econômica e governamental. Nessa direção, as crianças eram preparadas para se tornarem ou trabalhadores servis e submissos ou soldados carniceiros e embrutecidos, prontos para matar e morrer em benefício de seus senhores. Por sua vez, a escola racional caminharia na contramão da escola oficial. Naquela, nada de imposições nem violências sobre a criança. Antes, muito pelo contrário, o exercício constante de liberdade e favorecimento de sua livre expansão.

A questão da situação feminina na sociedade foi focalizada por José Oiticica³²¹ a

321 OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5-8, 30 nov. 1914.

partir de uma perspectiva um tanto quanto inusitada. O estudo constituiu, na revista, o único produzido em torno da temática da mulher na sociedade. Isso em relação tanto a uma abordagem detida sobre sua condição numa sociabilidade autoritária e predatória, como ao entendimento de sua situação em novas formas societárias e considerando também o seu papel na criação de novos costumes.

Oiticica esboçou uma linha expositiva partindo de concepções relativas ao jogo energético do universo, situando neste contexto a condição humana para especificar, finalmente, a situação feminina na chamada sociedade moderna. Tenho a impressão de que Oiticica adiantou-se em décadas à proposta de Erwin Schrödinger³²² de estudo dos fenômenos biológicos a partir da física. Oiticica tratou do dinamismo cósmico como constituído por vicissitudes de energia, num processo de transmissão, acumulação, produção e queda qualitativa. A vida acontece, neste meio, pelo processamento químico num organismo biológico das energias cósmicas, consistindo no total de energia existente nele.

Depois de definir cada uma das espécies de energias humanas, agregou a noção geral de desperdício. Os três desperdícios de que tratou Oiticica são: 1) desperdício por não

322 Ver: MURPHY, Michael P.; O'NEILL, Luke A. J. (Orgs.). "O que é vida?" 50 anos depois. Especulações sobre o futuro da biologia. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Este livro resulta das comemorações realizadas em congresso de 20 a 22 de setembro de 1993, no Trinity College em Dublin, sobre o cinquentenário das palestras de Schrödinger. O livro traz contribuições de participantes do congresso como de outros cientistas que não puderam estar presentes. Do congresso, participaram cientistas de diversos campos. Ver o livro do próprio Schrödinger: SCHRÖDINGER, Erwin. O que é vida? O aspecto físico da célula viva seguido de mente e matéria e fragmentos autobiográficos. Tradução de Paula Assis e Vera Yuki Kuwajima de Paula Assis. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

aproveitamento; 2) desperdício por mau aproveitamento; 3) desperdício por destruição. Como exemplo de desperdício por destruição, referiu-se à guerra. Oiticica expôs seu entendimento do que designou "uma organização social perfeita". Neste trecho, emerge, repetidas vezes, sua crítica à chamada modernidade e também sua concepção de sociedade perfeita como existência de liberdade social.

III

Uma organização social perfeita seria aquela em que a energia humana se desenvolvêsse o mais possível, concorrendo assim para a mais completa satisfação das necessidades de todos. A energia humana se desenvolveria o mais possível si houvesse inteira liberdade e critério no cultivo das energias físicas, intelectuais, morais e práticas de cada indivíduo e das energias sociais do conjunto.

Corresponde a organização moderna a esse *desideratum*?

[...]

Todos sabemos que a mulher tem muito menos resistência física que o homem. Pois bem, na sociedade moderna a mulher está sujeita aos menos trabalhos físicos, com o mesmo número de horas e menor salário que o homem. Quem percorre as lavouras pode ver o estado de depauperamento precoce das mulheres do povo. Ele se alardeia, nos hospitais, em toda a sua hediondez.

Pergunto agora, que filhos sairão desses organismos?

O desperdício das energias físicas femininas estende-se nos seus estragos irreparáveis, às gerações futuras, porque a hereditariedade não perdôa. Um organismo descelulado produzirá outro organismo descelulado, mormente si as condições da vida do progenitor permanecerem inalteradas para o progenie.

Não é tudo. Acrescente-se ao excesso de trabalho a má alimentação conseqüente á insuficiência do salário.

Nos engenhos do Norte pága-se a um trabalhador do campo 1\$000, 800 rs., ou 600 rs. mesmo, a sêco; a uma mulher 500 rs. no máximo, a uma criança meia pataca. Dez tostões por dia, a um homem que trabalha ao sol, no cabo da enxada, durante 12 horas; dez tostões para comer, vestir-se, criar os filhos. Qual pôde ser a alimentação desses homens, dessas mulheres, dessas crianças? A que eles têm: pirão de farinha água e sal, bacalhau, ou quando muito, um peixe escasso, pescado no rio com o gereré.

Nas fabricas as mulheres se acham expostas a toda sorte de envenenamentos e, obrigadas a comprar generos baratos, de qualidade inferior, envenenam-se com os produtos falsificados que patrões e comerciantes, essa vergonha humana, nos fornecem para enriquecer depressa.

[...]

Emquanto a grande parte da energia feminina se desperdiça, desse modo, por excesso, outra parte se destroe por mau aproveitamento.

Refiro-me ás próprias burguezas que nada fazem, que vivem nos passeios, ou cuidam, por distração, de obras de caridade e de recepções.

Desse pálido escorço podemos tirar a primeira inferencia: a sociedade moderna, baseada no excesso de trabalho de uns, no trabalho improdutivo de outros e no não-trabalho de muitos, prejudica o desenvolvimento físico da maioria. Temos ai um dos modos de desperdício de energia humana e acentuadamente de energia feminina.³²³

Na quarta parte de seu estudo, publicada no segundo número da revista, Oiticica³²⁴ tratou inicialmente da hierarquia como forma de pautar a sociabilidade na sociedade vigente. A verticalização das relações sociais se daria não apenas com a existência de patrão e empregado, governados e governantes. Para a existência desse dinamismo social, fazia-se necessário o papel desempenhado por pessoas intermediando as relações entre uns e outros. A estes, denomi-

323 OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5-8, 30 nov. 1914.

324 OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 6-8, 31 dez. 1914.

nou "camadas ambiguas, isto é, de individuos dirigentes e dirigidos ao mesmo tempo".

Encerrada essa parte, abordou a questão da energia moral como estabelecida na sociedade envolvente. Esta energia "é a decorrente da *determinação e orientação da vontade*", acrescentando em seguida que "a noção de aumento ou diminuição da enerjia [*sic*] humana é o critério da moral". Depois disto, definiu a determinação de vontade como consistindo na "avaliação dos motivos que solicitam a ação individual". A orientação da vontade, por sua vez, foi definida como "direção do ato individual num sentido predeterminado", ao que acrescenta: "Si o ato individual concorre para o aumento ou conservação da enerjia [*sic*] humana diz-se *bom* a orientação, si concorre para o desperdício é *mau*".

Considerando o princípio de autoridade enquanto regente das relações intersubjetivas na sociedade vigente, o que Oiticica destacou com o caso do cultivo de sociabilidades hierarquizadas, a "passividade" constituía a base das ações individuais. Essa passividade decorreria também da ignorância, desdobrando-se na necessidade da obediência, cuja transgressão era objeto de punição através dos órgãos de controle e repressão.

O resultado final depõe contra a chamada sociedade moderna, uma vez que nela a filantropia será apresentada como a maior das virtudes societárias. Para Oiticica, "a caridade é a maior vergonha humana". A fim de emprestar contornos mais bem definidos a seus argumentos em torno da solidariedade e não da filantropia, afirmou incisivamente que "numa sociedade justa onde a verdadeira moral se cultivasse, onde existisse a solidariedade, as irmãs Paulas seriam monstros".

Questionou a condição da mulher na sociedade moderna relativa à possibilidade de

ela poder exercitar livremente a sua vontade. Na modernidade, sua situação não era nada favorável. Além do mais, isso independia de sua posição social. Aquelas que ousassem desafiar e afrontar as convenções sociais, os preconceitos e os dogmas, pagariam um alto tributo. Isso porque “a mulher burguesa, freira ou proletária, não se dirige. É dirigida”.

Tratou Oiticica³²⁵, na sexta parte deste estudo, publicada no número três da revista, da possibilidade de a mulher desenvolver suas aptidões e da afinidade destas com a sociedade envolvente. Questionou, na sequência desta ponderação: se a mulher poderia ampliar seus horizontes de habilidades dentro do dinamismo societário vigente.

Depois de refletir sobre a ausência do trabalho livre, da impossibilidade, na sociedade sob estatismo e capitalismo, da existência de livre escolha das atividades produtivas, Oiticica evidenciou o parcelamento das tarefas como efeito da “excessiva divisão do trabalho”. Essa situação reduzia ainda mais a possibilidade do exercício das aptidões do trabalhador. A sua crítica não se dirigiu à divisão do trabalho em si, mas à sua efetivação na sociedade capitalista, tornando o produtor “uma simples máquina de carne e osso”.

A “sociedade moderna” surge nestas linhas como entrave ao aprofundamento e à ampliação das aptidões pessoais. Ainda mais: a condição feminina na sociedade burguesa constituiria um emblema dessas ponderações. A situação da mulher na sociedade burguesa beneficiou-se dos demais movimentos de caráter combativo e reivindicador. O movimento feminista aparece como inegável impulso libertário na medida em que indicava uma inquietação e uma ação contrária ao despotismo

vivenciado na dimensão mais íntima como na mais pública. Apesar disso, a sociabilidade autoritária vigente levantou diversas dificuldades para o aforamento das capacidades de todos e da mulher em específico.

No quarto número da revista, Oiticica³²⁶ prosseguiu seu estudo sobre a mulher evidenciando aspectos relativos ao ponto, por ele denominado, de “energias sociais”. Nesta parte de suas reflexões, destacou a concorrência e a competição como um dos sintomas do choque de interesses na sociedade. Utilizando metáforas da mecânica, abordou o dinamismo social como sendo, em muitos aspectos, semelhante ao funcionamento de uma máquina. Este seu relativo mecanicismo se estende ao longo de suas ponderações sobre a sociabilidade humana como constituída por diversas formas de energias. Pareceu-me que ele utilizou dessas analogias sem sucumbir a uma interpretação estritamente mecanicista comum a muitos estudiosos da sociedade, cujo construto reflexivo fora referenciado em argumentos semelhantes.

Oiticica entendia a guerra e a política como elementos complementares articulados num mesmo dinamismo. Constituíam estratégias diferentes, utilizadas pelas camadas dominantes da sociedade no intuito de vencer a concorrência. A justificativa da concorrência, enquanto móvel principal para uma maior elaboração tecnológica e sofisticação inventiva humana, foi recusada. A estas ponderações, seguiu a recusa aos referenciais para a vida social humana apresentados pelos defensores e aderentes do modelo civilizacional vigente. A sociabilidade posta em atividade em nada favoreceria a solidariedade. Sentenciou: “Que desperdício inestimável de energia não se vai nesses entroschimentos ferocíssimos da existência

325 OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 4-5, 31 jan. 1915.

326 OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 53-55, 28 fev. 1915.

moderna. E os moralistas da Igreja a quererem anjos nesse inferno!”.

Feita essa explanação acerca do dinamismo societário válido na sociedade dominante, questionou a condição feminina dentro desse processo social. Apresentada em perspectiva tanto ampla como restrita, o articulista delimitou a densa órbita autoritária sob a qual a mulher se encontrava na sociedade moderna. Burguesa ou proletária, sobre a mulher incidia uma carga pesada de violências. As duas saídas, casamento ou prostituição, apontadas pela sociedade se equivalem. Suas causas e consequências são as mesmas.

O desperdício da energia feminina

VII

Que ha de a mulher fazer nesse torvelinho? Ser vitima dele.

A mulher é a maior vitima porque sobre ela pezam todas as consequencias das derrotas. Subordinada ao pai, sujeita ao marido, mais fraca que o homem ela sofre os contragolpes todos da desventura deles. E, si entra entra na luta, tendo o seu organismo de rezistencia ás violências dos embates, ou se depaupera, ou recua com imensas perdas.

[...]

As mais das vezes, as favorecidas com heranças, incapazes de jerir, por falta de preparo, os seus haveres, caem nas mãos dos exploradores que lhes delapidam os recursos.

Seria impossivel entrar aqui na análise circunstanciada dessas miserias. Chamarei a atenção do leitor, apenas, para os dous pontos mais importantes desse desperdicio da energia feminina operado pela concorrência.

O primeiro é o casamento.

Refiro-me aqui ao casamento-contrato acompanhado da sua interminável fileira de obrigações e direitos relativos aos bens dos consortes, heranças, etc, etc.

Essa especie de casamento jera os enlaces por conveniência, ou interesse.

[...]

Não falando dos casamentos politicos, nos casamentos entre nobres, para apurar nobreza, nos casamentos obrigados pelos pais em Roma e na Idade Media para recompor patrimonios desfalcados, basta-nos volver os olhos para o nosso tempo e analisar, mesmo superficialmente, as condições do matrimonio moderno. O povo não confunde as duas especies e sabe muito bem distinguir a união *por amor* da união *por interesse*.

[...]

Eis a sintese, muito reduzida, do casamento moderno. Em todas as camadas sociais passa-se, veladamente, esse drama tristissimo de famílias em más condições, cuja esperança está no casamento de uma filha.

Quantos dissabores, quantas torturas, quantos dezesperos aguardam a mulher em semelhante rejimem? Rejimem que é, pensem como pensarem, uma especie, justificada pela lei, santificada pelo padre, aceita pela moral, desta outra fórmula de infelicidade feminina: *a prostituição*.

A prostituição é, realmente, o segundo efeito da concorrência; e, si outra acuzação faltasse contra a sociedade burguesa, bastaria essa para condenal-a *in limine*.

[...]

Pois a sociedade burguesa não tem remedio para a prostituição e os seus teóricos diante do vergonhozissimo espetaculo do comercio carnal, erije-o em instituição social, em fonte de renda cognominando-o embora de *mau necessario*.

Como si houvesse males necessarios!

É que numa sociedade alicerçada sobre a concorrência a extinção desse vicio é impossivel.

Em vez disso, quanto mais civilizada fôr a sociedade atual, mais feroz será a concorrência, e quanto mais feroz a concorrência maior também a prostituição.

Maior, porque *concorrência, luxo e miseria* são trez alças do mesmo andor em que se empaveza a Venus impudica.

A concorrência faz a minoria feliz e a maioria desgraçada. A primeira estadeia o luxo nas car-

ruajens e nos bailes; a segunda abafa os seus gemidos nas mansardas e nos bordeis.

Da alcova onde a mulher se estiola, espoza ou mãe, trabalhando doze e quinze horas por dia, sem remuneração bastante, da alcova, digo eu, para o alcouce, a distancia é curta.

[...]

Desse rapido escopo tiremos a quinta inferencia: *A sociedade atual baseada na concorrência impede o cultivo da solidariedade. A mulher atirada pela concorrência á miseria vale-se do casamento e da prostituição como remedio á pobreza. Representam assim um desperdicio incalculável de enerjia humana.*³²⁷

No quinto número da revista Oiticica³²⁸ encerrou seu estudo. Arrematou esta parte com uma indagação inicial relacionado o problema da condição feminina diante da atuação da igreja. Sob diversos aspectos, questionou a atuação desta instituição eclesial na vida da mulher, no que dizia respeito a se favoreceria ou não o aproveitamento de suas energias. De partida, a igreja não se opunha ao princípio da concorrência e da competição como elementos norteadores da sociabilidade humana. Desta asserção, podemos inferir sobre a natureza da reflexão apresentada pelo autor como também sobre as conclusões a que ele chegou.

Oiticica elaborou questionamentos acerca das energias intelectuais femininas quando diante da influência e ação da igreja. Em seguida, formulou indagações quanto à relação da igreja com as energias morais da mulher. Colocou em evidência, depois disso, a espécie de trato da igreja no que se refere às energias sociais femininas. Concorrência,

327 OITICICA, José. O desperdicio da energia feminina. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 53-55, 28 fev. 1915.

328 OITICICA, José. O desperdicio da energia feminina. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 73-75, 31 mar. 1915.

dogmatismo, intolerância e exclusão são os dinamismos societários acionados pela igreja.

A condenação da chamada sociedade moderna feita por padres, como o que Oiticica citou nominalmente neste texto, foi vista por ele como sendo um completo despropósito. A modernidade, não obstante as posições defendidas por filósofos e cientistas sociais que a consideram na medida de laica, racionalista e desprovida de alguma mística, resultou diretamente de um curioso caldeamento de instituições medievais. As reflexões elaboradas por Oiticica vislumbram, nos traços da chamada modernidade, uma segunda edição da Idade Média.

Dirigiu-se aos leitores e às leitoras sugerindo-lhes, de um lado, uma imediata tomada de posicionamento contra a autoridade, seus orbitais e derivativos; e, de outro lado, propondo a sedimentação da liberdade e da solidariedade como forma de criar imediatamente novos costumes. À mulher, particularmente, convidou para participar deste movimento mais geral. Sugeriu também o abandono imediato dos valores convencionais, de maneira que a partir de sua própria ação os preconceitos religiosos perdessem a sua validade e a influência sobre seus atos.

O desperdicio da energia feminina

VII

[...]

Que fazer então?

Quem auscultar, desprevenidamente, a sociedade atual, perceberá nos seus subsolos um rumor confuzo, o alarmador prenuncio de uma erupção violenta.

Ha, na humanidade, uma corrente surda de opinião revoltada. Revoltada contra as iniquidades tradicionaes economicas, politicas, religio-

sas, esse amontoado de preconceitos e credices, esse dominio da fé e do canhão, esse regime de exploração do fraco pelo forte, da minoria parazita sobre a maioria produtora.

Esse movimento tem por programa instituir na Terra uma sociedade de homens solidarios em substituição á nossa sociedade de homens-lobos. Entende por solidariedade o acordo racional das vontades livres e ilustradas no intuito de aproveitar, o mais possivel, as forças do Universo.

Nesse programa entra a mulher como ser autônomo, companheira livre do homem livre, co-operadora consciente da maximisação da Energia humana, guiada pela mesma ciencia, pelos mesmo direitos, isenta da religião, da miseria, da falsa moral de castidade, do autoritarismo da moda, do casamento e da prostituição.

Que resta fazer á mulher? Entrar no movimento. O primeiro passo nesse rumo é abandonar a Igreja, libertar a razão, começar a emancipação intelectual.

Conseguido isso o espirito está aberto a compreender o problema social que não é só o problema economico, e a mulher será, desde logo, um elemento formidavel de luta para a consecução que é o sonho mais fecundo, a mais bela utopia, a concepção mais alentadora que já se formulou no mundo: a ANARQUIA.³²⁹

Nesse ínterim, Oiticica evidenciou o amplo espectro constituinte da questão social. Esta não se restringiria ao problema econômico. O seu estudo focalizando a relação mulher-sociedade-religião indica com muita propriedade como ele percebia uma das facetas desta questão. Nesse estudo sobre a mulher, passou rapidamente por alguns aspectos da intrincada questão social. Em alguns momentos, sinalizou com alguma particularidade, noutros remeteu ligeiramente a outras especificidades. Dessa maneira, não se afastou de seu objetivo central que era demonstrar as formas, razões e consequências do desperdício da energia feminina. Em outro estudo incon-

329 OITICICA, José. O desperdicio da energia feminina. *A Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 73-75, 31 mar. 1915.

cluso, Oiticica ampliou o enfoque detendo-se sobre esses temas minimizados no seu estudo sobre a mulher.

O título deste estudo não acabado é, sintomaticamente, “Catecismo anarquista”³³⁰. Iniciado o primeiro ponto deste “catecismo” no segundo número da revista, teve sua continuação com o primeiro, segundo, terceiro e quarto pontos, respectivamente, nos números três, cinco, seis e sete. Apresentado em forma de diálogo envolvendo os questionamentos elaborados por um inquiridor, seguido das respostas, com este estudo o autor tratou de levar às últimas consequências conceitos, ideias e postulados, verificando seus limites e validade. A propósito dos indícios apontados pelo vocabulário utilizado por Oiticica, retomo no último capítulo algumas ponderações em torno das implicações do pensamento do autor relativo a universalismo. Contudo, adianto que esta particularidade do pensamento de Oiticica aparenta uma similaridade com o *Catecismo Revolucionário*, atribuído a Bakunin e Netchaiev.

Nas colunas de *A Vida*, os editores reservaram espaços para outras comunicações: avisos de conferência, anúncio de abertura de escolas, notícias de diversas localidades. Desde o Rio Grande do Sul até Belém, passando por Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, há distribuidores, portanto, contatos. Há também balanços de recursos financeiros alocados através das assinaturas, além de recados para os contatos de diversas regiões e indicações de leituras recomendadas.

330 Este estudo foi publicado em *A Vida* sem assinatura. Entretanto, no número 15 do jornal *Na Barricada*, de 16 de setembro de 1915, no artigo intitulado “Segunda carta ao dr. Silva Marques”, Oiticica indicou ter escrito, juntamente com o estudo “O desperdicio da energia feminina”, o “Catecismo anarquista”. Os dois se complementam, como ele mesmo indica em *Na Barricada*. Oiticica pretendia continuar a divulgação de suas reflexões numa outra publicação, cujo título seria *Systema da sociologia anarquista*.

A polifonia caracteriza a página denominada Leituras recomendadas – o que todos devem ler. Esta página só não fora apresentada no primeiro número da revista. Dentro das obras sugeridas como de leitura obrigatória para conhecimento do leitor, existiam representantes de diversas escolas do pensamento social e não apenas da literatura anarquista. J. Prat, Hamon, Eltzbacher, Nordau, Marx, Nietzsche, Naquet, Tomás da Fonseca, A. César dos Santos e algumas de suas obras foram sugestões que dividiram espaço ao lado de outras obras de mundialmente reconhecidos estudiosos não anarquistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários. Mesmo dentro do universo anarquista, mantiveram a diversidade. Havia também uma lista de folhetos e jornais recomendados.

Na coluna denominada Subsídios para a História do Movimento Anarquista no Brasil, registraram o esforço dos editores em reunir e levantar notícias das iniciativas, dos aspectos e dos eventos libertários ocorridos nas diversas regiões do Brasil³³¹. O objetivo imediato visava a uma exposição no Congresso Anarquista Internacional. Este congresso não aconteceu, mas proporcionou a ocasião da elaboração de relatórios locais e regionais.

O relato acerca do movimento anarquista em Porto Alegre fora escrito por Polydoro Santos³³², representando os anarquistas daquela localidade. Esse relato iniciou apresentando a data de 1895 e 1896 como início à exposição das ideias anárquicas na capital gaúcha. Famílias egressas da Colônia Cecília iniciaram a divulgação do anarquismo no meio operário, explanando em alguns encontros os métodos

331 NO PROXIMO numero. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 16, 30 nov. 1914.

332 SANTOS, Polydoro. Breve notícia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 14, 31 dez. 1914.

de ação direta como as outras concepções ácratas. O relato documentou a formação, em 1899, do *Grupo dos Homens Livres*.

Esse grupo fundou o jornal *A Luta*, intensificando a propaganda anarquista. Segundo Polydoro, a influência deste jornal foi bastante significativa no movimento operário portoalegrense, tendo durado até o ano de 1910³³³. Registrou também a fundação da Escola Elyseu Reclus um pouco antes da criação do jornal³³⁴. Após o fechamento da escola e o fim do jornal, os anarquistas se reuniram em grupos, chegando a desempenhar um papel relevante na fundação de uma associação denominada Grêmio de Estudos Sociais.

No segundo número, o texto de apresentação da seção acrescentou algumas informações acerca do andamento do projeto de elaboração de um relatório geral e da coleta de documentos e informações em torno do movimento anarquista nas localidades e regiões³³⁵.

333 *A Luta* teve três fases. A primeira iniciada pelo Grupo dos Homens Livres. A segunda, no ano de 1918. A terceira durou de 1919 a 1920.

334 A fundação desta escola foi uma homenagem prestada a Élisée Reclus quando, em sua viagem de exploração científica pelo mundo, passou pelo sul do Brasil. Reclus veio ao Brasil em 1893 como parte de sua última grande viagem, que incluía Argentina, Uruguai e Chile, colhendo informações para escrever uma de suas grandes obras, a *Nouvelle géographie universelle*. Esta obra fora planejada para dez volumes, mas findou sendo publicada em dezenove. Manuel Correia de Andrade organizou a coletânea de textos de Reclus em que publica estratos de seus estudos sobre o Brasil. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). Reclus. Tradução de Maria Cecília França; Januário Francisco Megale; B. F. Ramiz Galvão. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). O único livro de caráter antropológico e político de Reclus foi publicado há alguns anos. Ver: RECLUS, Élisée. A evolução, a revolução e o ideal anarquista. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2002 (Coleção Expressão Libertária).

335 RELATORIOS e documentos – Subsídios para a História do Movimento Anarquista no Brasil. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 13-14, 31 dez. 1914.

Apesar da informação acerca da existência de diversos relatórios, a serem publicados paulatinamente nos números seguintes da revista, apenas no quarto número é que saiu outro relato sobre o movimento anarquista em Pelotas. Este documento foi escrito por Santos Barbosa, secretário do Grupo Iconoclasta³³⁶. Neste relato, Barbosa registrou terem sido as ideias anarquistas levadas àquela localidade por um trabalhador chamado José Saul³³⁷ no ano de 1897. Registrou também a influência da COB e de jornais e livros anarquistas no movimento operário em Pelotas.

Outra coluna registrou o esforço em fazer um levantamento das obras sobre a questão social até então publicadas no Brasil. A coluna chamava-se Bibliografia Brasileira sobre a Questão Social. As palavras de apresentação dessa iniciativa delimitam com precisão o móvel dos editores.

Bibliografia brasileira sobre a questão social

Desde quando se escreve, no Brazil, sobre a questão social? Que livros, que folhetos, que jornais se tem publicado aqui, a respeito das doutrinas socialistas em geral?

São perguntas a que cada um de nós poderá responder parcialmente, mas a que talvez nenhum o poderá fazer de modo completo. Entretanto, se juntarmos as respostas parciais de cada, obteremos um resultado tanto quanto possível completo.

336 BARBOSA, Santos. Relatorios e documentos – Subsídios para a historia do movimento anarquista no Brazil. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 62, 28 fev. 1915.

337 Edgar Rodrigues, tratando do surgimento do anarquismo no Rio Grande do Sul, refere-se a José Saul como o responsável pela introdução do anarquismo no movimento operário em Pelotas. Informa ainda que José Saul era sapateiro de origem italiana. Ver: RODRIGUES, Edgar. Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1657-1913). Rio de Janeiro; Laemmert, 1969. p. 73.

É o a que se propõe *A Vida*. Fica desde já aberta esta rubrica – “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, bem clara para que precise de explicações. Apenas, para que o trabalho tenha metodo e ordem, estabeleceremos a seguinte norma, que nos parece completa aos fins vizados:

Livros e folhetos. – Nome do autor; titulo completo; subtítulo, si o houver, ou outros esclarecimentos contidos no frontespicio; editor e(ou) tipografia, localidade de um e (ou) de outra; data; sumario ou indice da obra, sempre que isso sirva de esclarecimento para os livros poucos conhecidos; numero de volumes; numero completo de paginas; preço, sempre que o houver declarado.

Jornais e revistas – Titulo; localidade; periodicidade; editor, grupo ou pessoa; preço de assinaturas, de avulso, ou si se distribui por subscrições voluntarias; numero de paginas; formato destas; outros esclarecimentos que se julgarem necessarios.

E para começar lá vai um punhado.³³⁸

O articulista registrou, em seguida, seis publicações com as respectivas indicações requisitadas: três livros de caráter teórico e três romances sociais. O livro do general Abreu e Lima foi seguido de algumas advertências contextualizando o livro na sua época. Estas advertências foram retiradas do próprio livro. Algumas palavras de esclarecimento acompanharam a nota sobre o livro de Rapozo.

Livros e folhetos

1. GENERAL ABREU E LIMA – *O socialismo*. Tipografia Universal, rua do Colegio n. 18, Recife. 1855. (...).

2. EVARISTO DE MORAIS – *Apontamentos de Direito Operario*. Imprensa nacional, Rio de Janeiro, 1905. 1 volume com 152 paginas.

338 BIBLIOGRAFIA brasileira sobre a questão social. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 8, 30 nov. 1914.

3. C. A. DE SARANDI RAPOZO – *Teoria e Prática de Cooperação. (Di cooperação em geral e especialmente no Brasil)*. “Trabalho incluído no 3.º volume do Relatório de 1911 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, por ordem do exm.º sr. dr. Pedro de Toledo”. Imprensa Nacional, 1912. 1 volume com XVI 210 páginas.

4. DOMINGOS RIBEIRO FILHO. – *Estudo de uma moral: I – O cravo vermelho*. Romance. Livraria Luso-Brazileira. Editores: M. Piedade & C.ª, rua da Assemblã, 46, Rio de Janeiro, 1907. 1 volume com 160 páginas.

5. DOMINGOS RIBEIRO FILHO. – *Vans torturas*. Romance. Editor. J. Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1911. 1 volume com 182 páginas.

6. CECILIA MARIZ – *Uma paixão de mulher*. Romance. Editor: Maison Sud-America, 7, rua Bertholett, Paris. Sem data declarada (É de 1913). 1 volume com 152 páginas.³³⁹

No conjunto dessa seção, há registrada a publicação, no Brasil, até aquele período, de 48 obras abordando os mais variados aspectos da questão social. Apesar de os editores manifestarem a intenção de publicar a seção em todos os números, ela não apareceu nos números seis e sete, os dois últimos da revista.

Na seção denominada Revista dos jornais, os editores apresentaram ponderações em torno de notícias publicadas na grande imprensa. No geral, essas notícias se referiam a acontecimentos do momento, relativos às greves, à Primeira Guerra e a assuntos envolvendo concepções dos adversários do anarquismo. Os jornais comentados foram: *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *A Época*, todos integrantes da imprensa comercial. Essa seção apareceu apenas nos três primeiros números da revista.

339 BIBLIOGRAFIA brasileira sobre a questão social. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 8, 30 nov. 1914.

O coletivo editorial registrou o recebimento de algumas publicações. Indicando quais livros e folhetos, a seção denominada Publicações recebidas apresentou aos leitores as referências da publicação, tecendo alguns rápidos comentários. Algumas dessas publicações foram colocadas à disposição do leitor para aquisição, caso existisse algum interesse. Esta seção apareceu apenas nos números três, cinco e sete da revista. No primeiro, os editores apresentaram um livro e dois folhetos.

O livro intitulava-se *Sombra Fecunda – Versos de Durval de Moraes*. Pinto Quartim, sob as iniciais P.Q., elaborou alguns comentários. Interessante notar o tom personalista enfatizado pelo articulista, deixando fora de suas preocupações assumir o papel de algum crítico literário, de algum juiz de versos a pronunciar avaliações com pretensões de generalidade e sentenças valorativas definitivas.

Publicações recebidas

Livros

[...]

Sobre o valor poético da obra do sr. Durval de Moraes não nos atrevemos a pronunciar por reconhecermos a nossa absoluta incompetência para dela fazermos juízo.

Em matéria de verso, o nosso julgamento é muito pessoal: si a poesia nos encanta, nos embala ou nos faz vibrar, achamo-la boa; si a poesia não consegue despertar nenhuma emoção, achamo-la má. E submetendo os versos da *Sombra Fecunda* a este critério rudimentar e infantil de apreciar poesia – mas de que não desdenhamos, ao que se diz, Ibsen e Mollieri que aquilatavam o êxito dos seus trabalhos pela impressão que a sua leitura despertava nos seus criados – as composições poéticas do sr. Durval de Moraes pouco nos agradaram. Não é isso, porém, motivo para que não agradeçamos a gentil oferta do exemplar que, com muito gosto, vamos colocar na prateleira dos nossos livros, e para que o não recomendemos aos apreciadores de verso

porque o que para uns é defeito para outros torna-se título de recomendação. (P.Q.)³⁴⁰

Um dos folhetos intitulava-se *Pequenas Coplas*, de autoria do anarquista Santos Barbosa, sob o pseudônimo Saint Barb. Este folheto consiste em duas canções “de propaganda social”. O outro folheto intitulava-se *Os Financeiros, os Políticos e a Guerra*, de Francis Delaisi. O articulista registrou ter sido este folheto traduzido pela *Biblioteca A Vida*, da cidade portuguesa de Porto.³⁴¹

No quinto número da revista, os editores registraram o recebimento de mais três publicações. Tratava-se da “coleção de sete sonetos”, de Raimundo Reis, intitulada *Arco-da-Áliança*. O articulista destacou destinar-se a venda desta publicação para “benefício das crianças belgas desamparadas”. Registrou também que Raimundo Reis assinava artigos em *A Lanterna* com o pseudônimo de Beato da Silva³⁴².

Outra publicação recebida foi *O Vegetarismo e a Moralidade das Raças*, escrita pelo dr. Jaime de Magalhães Lima. Este livro resultou de uma conferência realizada na cidade de Porto, no ano de 1912. A propósito do vegetarianismo, muitos anarquistas no movimento operário no Brasil adotaram esta prática em suas vidas. A matéria, abraçada pelo movimento anarquista até hoje, sobretudo entre os *punks*³⁴³, constitui assunto

340 PUBLICAÇÕES recebidas. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 13, 31 jan. 1915.

341 PUBLICAÇÕES recebidas. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 13-14, 31 jan. 1915.

342 Raimundo Reis escreveu artigos e versos, assinando com seu nome e pseudônimo, no jornal *A Plebe*. Em vários números deste jornal, foram publicados anúncios colocando à disposição os seus serviços de cirurgião dentista.

343 Ver: O'HARA, Craig. A filosofia do punk: mais do que barulho. Tradução de Paulo Gonçalves. São Paulo: Radical Livros, 2005.

de conferências e debates nas associações. A última publicação recebida intitulava-se *Na Barricada*, sob responsabilidade do anarquista Orlando Corrêa Lopes.³⁴⁴

A seção Publicações recebidas, no último número da revista, acusou o recebimento de três publicações: o jornal alagoano *O Rebate*, o folheto portoalegrense *Deus e Pátria*, de Antonio Cariboni, e o folheto *Em Tempos de Eleição*, em segunda edição. Esta publicação era de autoria de Errico Malatesta, tendo sido publicada pelo coletivo editorial *A Sementeira*, de Lisboa. O articulista acrescentou alguns comentários a cada uma dessas publicações. Vejamos apenas os dois primeiros.

Publicações recebidas

Temos sob as vistas o 1º número de “O Rebate” surgido em 1º de Maio em Maceió, Alagoas e que vem lutar em prol das reivindicações proletárias.

Da leitura do jornal, se depreende que seus redatores são ou tem tendências anarquistas, mas temem, talvez para não ferir suscetibilidades dos leitores, se declarem tal abertamente e falam vaga e confusamente em socialismo e luta contra o capitalismo em seu artigo de apresentação.

Até ai nada ou pouco temos que ver pois que se assim o fazem é porque o julgam conveniente. Mas que, referindo-se a “A Vida” deem-nos um qualificativo por demais genérico para se prestar a confusões, o de socialistas, isso é o que não podemos deixar passar sem protesto.

Não. Nós não somos simplesmente socialistas; somos socialistas anarquistas, ou mais precisamente, comunistas anarquistas. Fazemos questão da distinção por que a palavra socialismo é tomada mais comumente como um qualificativo de uma série de definições democráticas de que se servem para explorar o sentimentalismo das massas, os políticos profissionais e com os quais fazemos absoluta questão de não nos

344 PUBLICAÇÕES recebidas. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 79, 31 mar. 1915.

confundir. Nós gostamos muito de situações definidas.

As claras, colegas. Somos commistas anarquistas revolucionarios.³⁴⁵

O segundo folheto, *Deus e Pátria*, foi acompanhado de reflexões ácidas elaboradas pelo articulista.

Deus e Patria por Antonio Cariboni, publicação do Centro de Estudos Sociais – Porto Alegre. Preço 500 réis.

Com bom aspeto material, recebemos ha tempos este folheto de propaganda.

Apenas tínhamos lançado os olhos para a capa deparamos com esta frase latina a guisa de aforismo, colocada, logo abaixo do titulo: “*Veritatis super omnia*” (o grifo é nosso). Os músculos da face que em anatomia tem o nome de Risorius de Santorini e que constituem um par, entraram logo em ação excitados por um reflexo nervoso e demos logo uma formidável gargalhada. E não era para menos, caramba! diante daquele latim macarrônico... Lemos o folheto. Começa o autor logo ás primeiras linhas com as clássicas afirmações de modestia (não seja pelo latim...) e vai por 26 paginas num estilo de discurso a dizer mal e confusamente o que muitos já disseram bem e claramente e em espaço mais curto.

Convenham conosco os camaradas do Centro de Estudos Sociais de Porto Alegre que o folheto não vale 500 réis... É positivamente um logro... E para espalhar ideias entre o povo é necessario pol-as ao seu alcance pecuniario. Porque não publicam os camaradas os folhetos tão clatros de Malatesta, de Faure, de Hamon ou de Kropotkine? As ideias anarquistas só tinham a lucrar com isto.³⁴⁶

Notícias registrando eventos realizados por grupos anarquistas em diversas cidades

345 PUBLICAÇÕES recebidas. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 110, 31 maio 1915.

346 PUBLICAÇÕES recebidas. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 110, 31 maio 1915.

do Brasil foram publicadas nos números três e quatro da revista numa coluna intitulada Vida anarquista. Uma sessão homenageando a memória de Anselmo Lorenzo, preparação de peças teatrais e manifestações do Comitê Popular de Agitação contra a Crise foram levados a efeito em Pelotas. Noticiaram também a formação de um grupo anarquista na cidade de Belém do Pará. Este grupo chamava-se *Os Perseguidos*.³⁴⁷ A seção Vida anarquista registrou, no número cinco, a convocação feita por alguns anarcocomunistas para uma reunião com fins de formar uma colônia anarquista³⁴⁸.

A circular convidando os anarquistas para a realização do Congresso Anarquista Sul-Americano³⁴⁹ foi noticiada no último número da revista. A comissão formada para articular a organização do evento era composta por José Elias da Silva, Orlando Corrêa Lopes e José Henrique Netto. Essa notícia caberia perfeitamente na seção Vida anarquista, porém a seção não está nomeada neste volume.

As seções Correspondência e Agentes de *A Vida* apresentavam indícios da amplitude de contatos estabelecidos nas diversas regiões do Brasil. A primeira seção apareceu apenas nos terceiro e quarto números. A correspondência compreendia as cidades de Porto Alegre, São Paulo, Santos, Campinas, Pelotas, Curitiba, Jaú, Cruzeiro, mas também outras de regiões mais distantes como Manaus, Recife, Belém, Maceió, Areias, interior do estado da Paraíba, Aracaju, do estado da Bahia e até das cidades portuguesas de Porto e Lisboa.

A seção Agentes de *A Vida* apareceu nos números cinco, seis e sete. Indicava as

347 VIDA anarquista. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 16, 31 jan. 1915.

348 VIDA anarquista. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 63, 28 fev. 1915.

349 CONGRESSO anarquista sul-americano. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 111, 31 maio 1915.

peças responsáveis em cada localidade em representar a revista para o caso de compras avulsas ou de assinatura. As localidades eram basicamente as mesmas com as quais os editores mantinham correspondência. No número sete, os editores indicaram 25 localidades na cidade do Rio de Janeiro onde se poderia adquirir a revista.

Versos, em formas de sonetos italianos, foram publicados nos primeiro, quarto, quinto e sexto números da revista. Todos eles tratavam de algum aspecto relativo à temática social, como os próprios títulos o indicam. Hermes Fontes, Miranda Santos, Raimundo Reis e Manoel Custodio Mello Filho publicaram, respectivamente, “Justiça”, “Ódio em marcha”, “A voz dos povos” e “Reivindicações”.

Uma particularidade chama a atenção na publicação desses sonetos. Trata-se do requinte dos editores com a estética de apresentação dos versos. Todos eles vêm emoldurados em um conjunto de linhas, ora entrelaçadas ora emparelhadas, tomando formas geométricas num resultado de embelezamento da seção. Apresentam ainda alguns desenhos de flores e folhas em detalhes que, somados à moldura e aos diferentes tipos das fontes das letras, produzem uma sensação de simetria, harmonia e proporção, agradáveis à apreciação visual.

Seria um detalhe irrelevante se esse cuidado estético não fosse recorrente ao longo de toda a revista. Em consequência, dava-se, na composição final da revista, a junção de arte com filosofia, sociologia, história entre outras expressões do pensamento humano. Esses gestos atenciosos, dirigidos ao deleite artístico e estético do leitor, resultam na quebra de uma monotonia visual peculiar aos periódicos de caráter científico, sociológico e filosófico publicados em nossos dias. Estes se distinguem esteticamente por procedimentos homogeneizantes em sua apresentação, no tédio e na

aridez visual das formas como na miséria de apresentação imagética.

Em *A Vida*, há uma riqueza de expressões excitando as percepções do leitor, abrindo a possibilidade de eclosão de distintos sentidos, favorecendo a ruína da fratura estabelecida pela perspectiva disciplinar entre pensamento e sentimento, entre razão e emoção. Tal fratura constitui em proposta metodológica concebida e praticada pela escola positivista e adjacências. As correntes que lhe são tributárias mantêm esta perspectiva. Reflexões de caráter social, apresentadas num dinamismo de fusão com um esmero em estética artística, agem, ao mesmo tempo, na dimensão da razão como também na esfera das sensibilidades humanas.

A capa da revista constituiu indício do zelo estético dos editores. A capa toma a forma de um painel artístico conjugando desenho, minúcias em afrescos e elaboradas fontes com reflexões de cunho social em geral. O efeito estético salta às vistas do leitor, cuja sensibilidade poderá ser provocada, resultando na produção de diversas interpretações. Tanto que, quando do debate entre Teixeira Mendes com Francisco Viotti, o primeiro se ressentiu desta arte por entender estampar o desenho atitudes de ódio e não de amor. Essa compreensão funcionou como um móvel para a discussão de postulados e conceitos inegavelmente importantes no positivismo. Como vimos mais atrás, altruísmo e egoísmo, amor e ódio constituem conceitos fundamentais na configuração do pensamento positivista.

Viotti, de seu lado, problematizou as certezas rígidas do sacerdote positivista. Através de um tensionamento desses conceitos, caros à doutrina positivista, Viotti desonerou a separação hermética entre ódio e amor como estabelecida no positivismo e apresentada no debate com Teixeira Mendes. Elaborou uma

análise da mesma capa enquanto manifestação explícita de amor, mesmo considerando a possibilidade deste sentimento tomar, dentro de alguns contextos, e este é o caso evidenciado por Viotti com o casal da capa, a forma de intenso e profundo ódio.

As revistas *Na barricada* e *A Obra* (1920), de São Paulo, apresentam essas particularidades. A primeira trazia na capa um

desenho semelhante ao de *A Vida*. A segunda apresentava este cuidado também em seu interior. As páginas da revista estampavam detalhes estéticos com fotografias, gravuras, linhas, formas geométricas e desenhos, resultando num enriquecimento estético. Análises de questões sociais, notícias, avisos e eventos são apresentados de forma reconciliada com a arte.

O SOL DA NOVA IDEIA

*As imagens dos célicos devassos
Em negro pó desfeitas o ar semeiam;
Levadas pelos ventos revolteiam
As crenças divinais em estilhaços.*

*Os deuses já morreram nos espaços,
Os altares e os templos bambolem;
Os tronos d'ouro estalam ou baqueiam
E fogem os reis trêmulos dos paços.*

*Dos credos sem sentidos as densas brumas
Se dissolvem na noite, quais espumas
Nas areias da praia que reluz!*

*O mundo velho dorme em longo treva.
Entanto ao longe vejo que se eleva
O sol da nova Ideia, a branca luz!*

Teixeira Bastos. **A Plebe**. São Paulo – SP. Ano 01 – N° 03.
23.06.1917. Página 02.

Munições para A PLEBE

As não leves despesas de instalação das nossas oficinas pode-se bem dizer quase liquidaram com os fundos recolhidos entre os nossos amigos.

Deve-se também ter em conta que “A PLEBE”, não publicando anúncios, como é desejo da maioria dos companheiros, perde uma fonte de lucros que todos os jornais julgam indispensável para cobrir as despesas de sua tiragem.

É, portanto, um deficit diário que surge logo a ameaçar a existência d’A PLEBE; deficit que é necessário eliminar logo. Outra consideração a fazer é que para uma grande tiragem a máquina atual é insuficiente e que breve se torna indispensável a aquisição de uma rotativa ou de uma máquina que comporte as quatro páginas de uma só vez e que nos permita fazer circular o jornal com dezenas e dezenas de milhares de exemplares.

Essa máquina, porém, não será fácil obtê-la por uma quantia inferior a vinte e cinco contos.

Eis, portanto dificuldades e necessidades que só uma permanente e não escassa subscrição voluntária poderá eliminar e satisfazer.

Não cansem os companheiros em recolher fundos para o jornal. Aproveitem-se de todas as festas e reuniões, peçam a todos os seus amigos que tenham simpatia para a nossa obra.

Não esqueçam de que o indício da aceitação de um jornal, da pujança de um partido, é a subscrição que opõe os tostões dos humildes às centenas de contos da burguesia ladravaz, que quer esmagar com o dinheiro o que o seu governo não pode esmagar com as armas.

A Plebe . São Paulo – SP. – Ano 03 – N° 31 – 12.10.1919. Página 02.

Grande festival pró - “A Plebe”

Organizado pelo Centro Libertário “TERRA LIVRE”, realizar-se-á no dia 22 de julho, às 20 horas, no SALÃO CELSO GARCIA, situado à rua do Carmo, 23, este festival obedecerá ao seguinte

PROGRAMA

- I – “A Internacional” pela orquestra;
- II – Conferência;
- III – Será levado à cena o belo drama histórico e social em 4 atos:

OS CONSPIRADORES

- IV – BAILE FAMILIAR.

Nos intervalos haverá quermesse e venda de flores

N. B. – A comissão reserva-se o direito de vedar a entrada a quem julgar conveniente.

A comissão organizadora do festival pede aos camaradas e amigos que queiram oferecer prendas e objetos para a quermesse, a atenção os entregar à U. dos A. em Calçados, rua Brigadeiro Machado, ou na nossa sede, situada à rua B. De Paranapiacaba, 4 – sala 10, onde também podem ser procurado os ingressos.

Primavera Libertária

O trabalho . Rio de Janeiro – RJ. Ano 01 – N° 04 – 01.07.1922. p. 08.

DIA 22 DE OUTUBRO

Grande Piquenique no Parque da Cantareira

Organizado pelo grupo “Primavera Libertária” realizar-se-á, no Parque da Cantareira, dia 15 do corrente, um piquenique de solidariedade, em homenagem de “A Plebe”.

PROGRAMA

No Parque: Passeio nos arredores, nos jardins e nas matas virgens, etc.

Das 11 às 13 horas: – Almoço campestre. Disputa de dois bolos saborosos: “Viva ‘A Plebe’”, um, e outro representando o ideal que ela defende.

NOTA: – No local não há restaurantes, nem bares; os camaradas devem ir prevenidos com os seus “perus” e “frangos de Cubatão”.

Das 13 às 15 horas: – Parte literária, composta de recitativos, palestras, cantos e musicas; distribuição de bombons e chocolates às crianças; jogos recreativos e outros divertimentos; hinos, declamações e poesias.

Um dia cheio de vida, de felicidade, de alegria, de comunhão de sentimentos, de liberdade!

HORÁRIOS

IDA: – Partida de trens da Estação do Tamanduateí, Rua João Teodoro, esquina da Av. Cantareira – 8,30 – 10,00 – 11,30 – 12,50.

VOLTA: – Partida da Cantareira – 17,00 – 18,20 – 19,45.

AS ADESÕES SÃO FEITAS POR MEIO DE AQUISIÇÃO ANTECIPADA DE CARTÕES NUMERADOS, QUE DARÃO DIREITO AO SORTEIO DE UM QUADRO A ÓLEO, OFERECIDO A “A PLEBE”, PELO CAMARADA A. LASHERAS; ESTE SORTEIO CORRERÁ COM A LOTERIA FEDERAL DO DIA 18 DE OUTUBRO.

NOTA: – Este piquenique, que deveria realizar-se amanhã, foi transferido por se acharem presos muitos dos nossos camaradas, alguns dos quais faziam parte da Comissão.

Amassa-se o barro, fazem-se os tijolos,
erguem-se as paredes.
Mas é preciso deixar lacunas
para as portas e janelas,
que tornarão a casa habitável.
Corta-se o tronco, desbasta-se a madeira,
faz-se a roda.
Mas é preciso cavar o buraco,
que permite a introdução do eixo.
Portanto, o ser produz o útil, mas é o não ser
que o torna eficaz.

Lao Tsé



Quando o machado
entrou na floresta, as árvores disseram:
o cabo é dos nossos!

Provérbio turco



Para escapar de ladrões ocasionais,
e que se toma por ladrões, entregamo-nos a ladrões
permanentes, organizados, e que se toma por benfeitores:
entregamo-nos aos governos.

Tolstoi

A VOZ DOS POVOS

*Após anos sem fim de lutas e tormentas
Por um mundo melhor de luz, de amor, de Estudo,
A humanidade cria o homem bárbaro e rudo
Despido das fatais paixões sanguinolentas.*

*E tudo era ilusão, era mentira tudo!
Um homem só bastou, de ambições famulentas,
Para a paz conspurcar com torpezas violentas...
Alma humana, convosco eu nunca mais me iludo!*

*E essa infame hecatombe aluiu toda a conquista
Do pensamento. Ao peito livre e generoso,
Já nem resta, na terra a esperança idealista!*

*Maldição sobre quem poluiu a castidade
Da paz! Oh! Maldição sobre o Injusto e Ambicioso,
Maldição, maldição por toda a eternidade!*

Raimundo Reis. **A Vida**. Rio de Janeiro – RJ. Ano 01 – Nº 05. 31.03.1915. Página 71.

DIVAGANDO

*Absorto, a divagar, na Humanidade eu penso
E instantes de amargura experimento então.
Num perpassar perene, a mente em turbilhão,
retrata em pensamento o seu sofrer intenso.*

*Neste regime injusto, onde impera a opressão,
A insídia, o mal, o ódio, e banido é o bom senso,
O pobre vai curtindo um sofrimento imenso:
O trabalho forçado; a abjeta escravidão.*

*Desperte a Humanidade; acorde o pária ignaro
Do despotismo o freio estraçalhando, enfim.
E os vis grilhões rompendo, o seu viver escravo,*

*A dor que o martiriza, a infame tirania,
O seu labor insano, intermimo, sem fim,
Tudo se extinguirá à luz de um novo dia.*

Oiapoque – 1925.

Domingo Braz. **A Plebe**. São Paulo – SP. Ano 11 – Nº 248. 26.03.1927. Página 02.

VOL. 3

Arquia? Anarquia!

Perspectiva relacional nos estudos da sociedade



OTIMISMO SUPREMO

I

Morrer! já não me importa... A morte não
assusta
o lutador. Se morro, enfim, feliz a hora
em que se vê romper numa explosão, na
Aurora
Santa a luz do porvir numa beleza augusta.

Se me doura a retina essa visão venusta,
toda cheia de cor, de radiação sonora,
a Morte pode vir... é como o sono... Agora
quero dormir, sonhar. A morte não me custa.

Sentindo da decadência, esta ruína física
os vermelhos florões de emotises – a tísica –
andam a anunciar, talvez, a boa nova.
Desse próximo dia em que eu, exausto,
inerte,
Examine insurreto, hei de pábulo ao Verme,
ir descansar na paz olvidante da cova.

II

Morro novo? Bem sei... Não cumpri meu
dever...
Mas, amigos, – piedade! – é de toda a
justiça
que eu queira repousar, no direito á pré-
guiça
- monopólio burguês... Deixai-me, pois,
morrer...
Sangra-me o coração, – sou ingrato! –
crer
tanta bondade em vós... Mas esta alma insub-
missa
é como um pavilhão, já roto e sem adriça,
que, solto, vai cair e que se vai perder.

Não tendes pena, não!... Nesta intermi-
tência
fátua emito só finais fosforescências...
Saudades! Vou morrer – partir, amigos
meus...

Vou saber, afinal, o mistério que abisma
os arcados de Deus. Duvido. É um sofisma?
Vou ver se existe Deus? – autocrata dos céus...

VOL 3 - Arquia? Anarquia! Perspectiva relacional nos estudos da sociedade

Referi-me inicialmente ao jornal anarquista, particularmente aos periódicos analisados, incluindo aqueles que foram rapidamente citados, enquanto antípoda do jornal contemporâneo. A partir da concepção, forma de elaboração passando pelos dinamismos que acionava e desdobramentos que provocava, há particularidades a indicarem pistas para pensar na *indisciplina* em atividade. Também há indícios de instauração de novas sociabilidades realizadas e cultivadas pelo grupo editorial.

Começando por este último aspecto, os jornais e as revistas analisadas, como aqueles a que aludi ao longo dos capítulos, apresentam em comum o sentido de *experimento* das ideias libertárias. Experimento destacando positividade na fugacidade das invenções humanas como também afirmativo da possibilidade de vivência imediata em novas formas societárias. Nessas iniciativas, está em foco o poder da vontade criando existências libertárias, inventando novos costumes, esgotando a si mesmo, levando potências a seus limites.

Outro aspecto implícito nessas iniciativas diz respeito a uma concepção relacional do poder. Este não se encontra cristalizado no Estado e em suas instituições especificamente repressoras, nem é exercido linearmente a partir de um centro contra as margens. Nesta direção, não há busca pela conquista do Estado e de seus instrumentos. Isso fica evidente

nos apelos e provocações lançadas aos leitores a fim de que realizassem, em suas vidas, novas modalidades de costumes. Esta seria a maneira para o estabelecimento imediato das conquistas libertárias.

Na configuração dos mecanismos de poder na sociedade, os integrantes dos coletivos editoriais discerniam muito bem o papel por demais importante do consentimento dos segmentos populares para a manutenção do estado de coisas. A letargia dos estratos produtores constitui melhor suporte para a conservação do domínio. De maneira inversa, a ação direta é a forma por excelência de subversão do *status quo*. Por conta dessa compreensão, procuravam contagiá-los com escritos inquietantes. Ao invés de adaptação e quietude, os periódicos continham em suas colunas agitação, desconcerto e desassossego.

Sem menosprezar a intervenção violenta das instituições estatais, procuravam contagiar os leitores com o exemplo de suas próprias iniciativas. Através de seus jornais e revistas, os anarquistas propagavam as ideias libertárias ao mesmo tempo em que as experimentavam na prática. Também apresentavam suas leituras particulares sobre acontecimentos e assuntos os mais diferentes. A própria iniciativa de confecção do periódico, constituindo uma forma de concretizar a ideia de ação direta, servia como referência para atividades outras.

Alguns artigos tinham o efeito de sacudir os leitores, não os deixando acomodados numa posição passiva diante da folha que tinham à mão. Eram não só convidados, mas instados a partilhar com o coletivo editorial papel ativo na composição, distribuição e divulgação do jornal. Os editores solicitavam dos leitores suas impressões particulares através da apresentação sistemática de matérias ou contribuindo com a divulgação do periódico em sua localidade, resultando numa iniciativa prática e levando à ampliação do coletivo integrante do jornal.

Ainda há outro aspecto importante a ser assinalado na reflexão sobre as iniciativas dos anarquistas, sobretudo em relação aos periódicos: diz respeito à brevidade temporal da existência desses impressos, ainda mais quando relacionado à intensidade de seu impacto de longo alcance. Os estudiosos da matéria sempre destacam somente a breve particularidade, retirando dela conclusões apressadas. Evidenciam uma constatação, deixando de lado outros indícios e detalhes. Com raras exceções, os periódicos tinham vida curta, caso levemos em conta apenas seus títulos. As dificuldades financeiras e a repressão estatal são apresentadas como causas de seu desaparecimento. Todavia, se considerarmos um outro quesito, pode surgir uma conclusão diferente. Quero ressaltar aqui o caráter de empreendimento eminentemente coletivo emprestado a jornais e revistas.

Trata-se de algo possível derivado da existência de um círculo de amigos decididos a revirarem, inicialmente, suas próprias vidas. Estavam envolvidos com outras atividades antes da existência do periódico e continuaram associados durante o período de sua publicação e após seu fim. O número de jornais libertários constitui um dado que não se pode menosprezar. Maria Nazareh Ferreira afirma

que “do último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século atual (século XX), apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro”¹.

Integrantes do grupo editorial de *Germinal!* (1913), por exemplo, atuavam juntos pelo menos desde meados da década de 1910 e continuaram ainda por um bom tempo. *La Propaganda Libertária* (1913-1914), *A Rebelião* (1914), *Guerra Sociale* (1915-1917), *A Obra* (1920) e *A Plebe* (1917-1935) foram periódicos dos quais boa parte desses integrantes participaram. Por sua vez, *A Plebe* foi a continuação de *A Lanterna*, que iniciou suas atividades em 1901². O grupo fundador de *A Plebe* entendia que o caráter temático de *A Lanterna*, tratando apenas de questões relativas ao anticlericalismo, era uma limitação. Não obstante a fundação de um outro periódico, *A Lanterna* não foi extinto. Um e outro foram publicados em fases diferentes. É certo ter havido rotatividade e variação nos integrantes do grupo editorial. Mas isso não anula a existência de uma prolongada associação entre alguns dos editores.

Com os jornais *O Amigo do Povo* (1902-1904), *Aurora* (1905), *A Terra Livre* (1907-1910) e *A Voz do Trabalhador* (1908-1913), houve o mesmo. *A Terra Livre* começou a ser publicado em São Paulo, passando em seguida ao Rio de Janeiro, retornando depois para São Paulo, tendo envolvido diversos trabalhadores em sua confecção. Um grupo de amigos mais próximos compôs o coletivo editorial desses periódicos. Portanto, atrás de uma aparente

1 FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil – 1880-1920. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 89. Esta pesquisa deixou de fora as décadas de 1920 e 1930, período em que a imprensa libertária publicou intensamente.

2 LEUENROTH, Edgar. Ao que vimos – Rumo à Revolução Social. *A Plebe*. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 09 jun. 1917.

variedade de impressos, escondem-se associação e amizades mais duradouras. *La Battaglia* (1904 a 1913), de São Paulo, teve continuidade com *La Barricata* (1913).

Há que se considerar também o fato de os editores colaborarem também em diferentes grupos, como em outras atividades. Dos grupos, destaco os diversos comitês, como o Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida e a Lei de Expulsão, o Comitê de Defesa Proletária, os grupos de teatro, Grupo Libertário Os Emancipados, o Centro Libertário, a Aliança Anarquista, afora os de caráter sindical. Em relação às atividades, participaram de diversos congressos operários e anarquistas, viagens de propaganda, conferências, criação de escolas, além de outras iniciativas, como as citadas nos capítulos iniciais.

Houve colaboração entre *Germinal!* e *La Barricata* na publicação de alguns números. Também existiu este tipo de associação entre *A Plebe* e *O Combate*. A associação se deu quando do empastelamento da gráfica do primeiro por conta dos movimentos paredistas de setembro de 1917³, que resultara numa forte repressão ao movimento operário com muitos trabalhadores mortos, presos, desaparecidos e deportados. Edgar Leuenroth, encarregado da direção do jornal à época, foi preso sob acusação de ter incentivado saques e depredações. Com sua prisão, seguida do empastelamento do jornal, outros trabalhadores se apressaram, ainda em setembro, a publicar o jornal. Nestas circunstâncias, a circulação de *A Plebe* aconteceu graças ao apoio de *O Combate*.

Esse tipo de associação parece ter sido comum entre jornais. Quando de um acidente com sua gráfica no ano de 1921, *A Plebe* re-

gistrou novamente o mesmo auxílio prestado por *O Combate*⁴. Neste registro, há também a indicação de que outro jornal, *Il Pasquino Coloniale*, oferecera sua gráfica quando do acidente. No número seguinte, há uma nota tratando da associação com anarquistas do Rio de Janeiro, na divisão de tarefas para a continuação da publicação do jornal⁵.

As colunas de *Germinal!* registram aproximação com outro jornal de São Paulo, *La Propaganda Libertária*; um de Portugal, *Aurora*; o Centro Libertário, também de São Paulo; e a Confederação Operária Brasileira. Por sua vez, *La Propaganda Libertária* estampou, em suas colunas, balancetes financeiros do Centro Libertário⁶ e do *Germinal!*. A prestação de contas do Centro Libertário registra uma contribuição de quinhentos mil réis deste centro para a publicação do *Germinal!*. *La Propaganda Libertária*⁸ anunciou também o fim do *Germinal!*, indicando na nota que as listas e quantias em dinheiro antes destinadas a *Germinal!* deveriam ser repassadas a *La Propaganda Libertaria*.

Apenas para relembrar matéria tratada no início do capítulo anterior, *Na Barricata* (1915) começou a ser publicado como um pequeno folheto criado por apenas dois anarquistas. Depois do Congresso Anarquista Sul-Americano, naquele mesmo ano, o folheto foi posto à disposição do movimento anarquista para ser o porta-voz. Dessa maneira, o folheto

4 A PLEBE. *A Plebe*. São Paulo, ano 5, n. 118, p. 1, 21 maio 1921.

5 A PLEBE. São Paulo, ano 5, n. 119, p. 2, 28 maio 1921.

6 BALANCETE do Centro Libertário. *La Propaganda Libertaria*. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 15 nov. 1913.

7 BALANCETE da administração do *Germinal!*. *La Propaganda Libertaria*. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 6, 15 nov. 1913.

8 FELLIPPE, Rodolpho. Aos assignantes e contribuentes do “*Germinal!*”. *La Propaganda Libertaria*. São Paulo, ano 1, n. 8, p. 2, 02 fev. 1914.

3 Sobre a greve de 1917 em São Paulo, ver: LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta, a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

passou a jornal, sendo autogerido por mais de vinte companheiros.

Essa afinidade não traduz identidade a determinar as relações, mas antes amizades voltadas à experiência da alteridade, dispostas a contágios, riscos e surpresas de uma existência em erupção. A decisão em publicar um periódico partia da cumplicidade entre amigos, estabelecendo um dinamismo a desonerar esquemas societários monolíticos como aqueles das agremiações dogmáticas, como partido ou igreja. Estas últimas buscam segurança, sossego, possibilidade de antecipação, previsão e perenidade como existente no mito de origem cristã – o Jardim do Éden, habitado, a propósito, nada mais nada menos por Deus, Eva e Adão. Fazem isso condicionando a entrada de novos integrantes através de adesão a um programa previamente elaborado. Programa este de caráter dogmático, indiscutível e universalista.

O que Pierre Lévy⁹ denominou “inteligência coletiva” possui aproximações com esse modo indisciplinado de elaboração de saberes vivenciado entre anarquistas. Mouillaud¹⁰ propôs tratar o nome do jornal como uma assinatura. Foucault¹¹, ao se referir ao anonimato na autoria, tratou do que chamou “pseudônimo coletivo”. Fez menção a um grupo de matemáticos franceses que, sob pseudônimo coletivo de Nicolas Bourbaki, procurou refundar a matemática. Essas três perspectivas evidenciam com muita propriedade aspectos analíticos

9 LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

10 MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). O Jornal: da forma ao sentido. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 2. ed. p. 85-98 (Coleção Comunicação 2).

11 FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 74. (Ditos e Escritos II).

que podem muito bem auxiliar a entender a aparente brevidade dos jornais anarquistas a partir de seus títulos: conhecimento coletivo, assinatura grupal, pseudonímia coletiva.

Os amigos associados anunciavam e enunciavam intencionalidades, sentidos e significações com a estampa do nome do periódico. A cor amarelada e a textura ressecada, denunciando a idade do jornal às mãos do pesquisador contemporâneo, abrigam debates, sugestões e impasses através dos quais os integrantes dos coletivos chegavam a um acordo quanto ao nome mais adequado para seus impressos. Essa dinâmica se estendia ao longo da feitura do periódico durante sua existência.

A prática comum no uso de pseudônimos pelos signatários de diversos artigos pode muito bem ser estendida numa aplicação abrangendo e atravessando as individualidades integrantes do grupo editorial. Trata-se de mascaramento e mascaragem, isto é, uso de máscara e de máscara sobreposta a outra. Acredito ter ficado evidente no capítulo anterior o dinamismo coletivo dos periódicos analisados. Do mesmo modo que uma pessoa necessita recorrer a diversos pseudônimos a fim de manter seu anonimato, a mudança de nomes nos jornais também resulta no mesmo efeito, preservando o anonimato dessas associações. Com as táticas de disfarce num ambiente social violento e repressor, as pessoas e as ideias transitavam com maior liberdade, obnubilando a percepção dos governantes. Tratava-se de uma tática de camuflagem e dissimulação utilizada pelos mais enfraquecidos quando de relações de poder desiguais.

Lima Barreto foi exímio praticante desses expedientes, fazendo uso bem particular desses procedimentos de camuflagem. A sátira, a ironia e o deboche em seus escritos, por exemplo, funcionavam como excelentes

disfarces, utilizados em sintonia às exigências da situação. A propósito do uso de um estilo literário marcado pelo humor, há na literatura socialista pouca valorização desse recurso. Geralmente os textos socialistas são marcados por um tom de gravidade, banindo formas mais liberadas.

Charles Fourier¹² fez uso da sátira. Seu *Guia dos cornudos* é exemplar primoroso. Com este guia, Fourier satirizou a instituição familiar e a monogamia. Proudhon¹³ valorizou o humor e a ironia como formas de não esgotamento dos debates e do conhecimento. A filosofia de Stirner é profundamente irreverente e debochada. Paul Lafargue¹⁴ utilizou esses recursos em seus textos a favor do ócio e tratando o capital como nova religião. Rodolfo Felipe¹⁵, quando prisioneiro em meados da década de 1930 em São Paulo, confeccionou jornais feitos com lápis grafite em folhas de papel. Os títulos por si só eram hilários: *O Xadrez e A Cana*. Dispondo estes jornais manufaturados em exemplares únicos, comentava situações e detalhes do cotidiano da prisão de forma divertida e bem-humorada. Cristian Ferrer¹⁶ relatou o caso de padeiros argentinos nomeando

12 FOURIER, Charles. Guia dos cornudos. Florianópolis: Insular, 1996 (Coleção Textos Marginais).

13 A famosa carta em resposta a Marx registra a valorização do humor por Proudhon. Parte desta carta contendo o tema em questão encontra-se na introdução de: PASSETTI, Edson; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs.). Proudhon. São Paulo: Ática, 1986 (Coleção Grandes Cientistas Sociais). O leitor poderá ler a carta na íntegra na introdução de: PROUDHON, Pierre-Joseph. Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria. Tradução, introdução e notas de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2003.

14 LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. A religião do capital. 3. ed. ampliada. São Paulo: Kairós, 1983.

15 Ver prontuário individual de Rodolfo Felipe, nº 400, na seção DOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

16 FERRER, Cristian. Gastronomia e anarquismo – vestígios de viagens à Patagônia trapeiro. In: VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/

sarcasticamente bolos, pães e outros produtos com nomes de blasfêmias. Apesar de muitos destes nomes sobreviverem atualmente, afirma Ferrer, resta muito pouca, ou nenhuma, memória dos antigos significados.

Em 1894, na cidade de Recife, um comerciante chamado Nereu distribuía gratuitamente um panfleto intitulado *O Anarchista*. Este panfleto continha pequenos relatos envolvendo sempre debates em torno do anarquismo, casos de amor, dilemas familiares e encontro de amigos. O hilário é que Nereu, proprietário do “Bazar Caxias”, por se localizar à rua Duque de Caxias, no centro da cidade, demonstrou conhecimento das ideias anarquistas, tecendo um enredo divertido com estes temas e convergindo todas as estórias para vendas de rendas, fitas, botões, linhas e demais apetrechos de sua loja.

Lima Barreto utilizou com muita habilidade tais recursos estilísticos. Para além dos forçados conceitos em “pré” a atazanar a memória de Lima, há em seus escritos uma capoeiragem¹⁷ de quilombola arredo, uma postura de guerreiro selvagem¹⁸ diante das situações e das lutas a enfrentar. Essa intencionalidade toma linhas mais definidas com a designação

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abr. 2003. p. 137-160.

17 Sobre capoeira, ver: FRIGERIO, Alejandro. Capoeira: de arte negra a esporte branco. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais – Publicação quadrimestral da ANPOCS. São Paulo, n. 10, v. 4: Vértice: ANPOCS, jun. 1989. p. 85-98. Sobre capoeira e anarquismo, ver: FREIRE, Roberto; MATA, João da. Soma, uma terapia anarquista – Corpo a corpo – A síntese da Soma. v. 3. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. MATA, João da. A liberdade do corpo: soma, capoeira angola e anarquismo. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Soma, 2001.

18 Bastante ilustrativo da preparação e do modo de vida de um guerreiro selvagem é a autobiografia do apache Gerônimo. TURNER III, Frederick W. (Introdução e notas). Gerônimo, uma autobiografia. Tradução de Paulo Henriques Britto. Porto Alegre: L&PM, 1986.

que deu à sua moradia: divertidamente ele a denominou “Vila Quilombo”¹⁹, como uma forma de “enfeszar Copacabana”.

Lima Barreto levou para a literatura o dinamismo de luta do capoeira quilombola, sintetizada naquilo que a linguagem bandleira dos capoeiras afirma ser “mandinga de negro”: camuflagem, dissimulação, teatralização, mangação, divertimento como defesa incubando ataques. Como bem diz parte da letra de uma das cantigas dos capoeiras: “Capoeira é defesa/ataque, é ginga de corpo, é malandragem”. Sua literatura é uma literatura mandingueira, e Lima Barreto foi um capoeira de uma forma bastante peculiar, diluindo vida, literatura e estratégias de combates. Em sua perspectiva, literatura era um desses campos de batalha.

Lima Barreto era profundo conhecedor das manhas e dos artifícios dos negros escravos em suas lutas contra um sistema de maior força. Sequestrados de suas terras, postos a ferros, proibidos de falar sua língua, de vivenciar suas crenças, explorados, violentados, torturados, os negros fugiam para a floresta e criavam novos territórios em que podiam tomar conta de suas próprias vidas. Os riscos nestes empreendimentos eram altos. Os quilombos podiam ser descobertos e invadidos a qualquer momento.

Acredito que a esses espaços se aplica muito bem o que Foucault designou “heterotopia”, a instauração efetiva de espaços de liberdade, e que Hakim Bey²⁰ denominou “zona autônoma temporária” (TAZ). A heterotopia,

19 LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Bailes e divertimentos suburbanos. In: _____. 1881-1922. Toda Crônica: Lima Barreto. v. II (1919-1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 499-504.

20 BEY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

contrariamente à utopia, é um lugar real, um espaço concreto de vivência da utopia. O quilombo é heterotopia (TAZ). Quando capturados pelas forças da ordem, o castigo era certo e medonho: morte ou tortura em ferros e no tronco. Os fugitivos sabiam da precariedade desses territórios, preferindo antes correr os riscos a viver sob o jugo da escravidão.

Para conquistar a liberdade, muitas lutas eram necessárias. Sabiam estar a vitória condicionada, grosso modo, à preparação das próprias forças, ao aperfeiçoamento de suas capacidades e ao conhecimento do adversário. A capoeira, arte misturando luta, brinquedo e dança, pode ser praticada diante dos olhos dos senhores exatamente por essa versatilidade. O capoeira tem de ser artista e esteta. Dessa maneira, “mandinga de negro” é dramatização e dissimulação como forma de distrair o opositor mais forte, tal qual o guerrilheiro de Sun-Tzu²¹. A mandinga consiste numa busca de encaixar, na ocasião apropriada, um golpe certo, uma navalhada, uma facada, um rasgo com lâmina “gilete”, no policial, capataz, feitor ou em qualquer outro adversário, quando de sua primeira distração.

Procedimentos dessa natureza também foram executados por outros anarquistas. Em diversas ocasiões, fizeram uso de táticas de guerrilhas para driblar os olhos atentos do poder discricionário. Esses estratégias tinham outros efeitos, além de enganar os órgãos de repressão. Vejamos como exemplo o título de um dos livros de Maria Lacerda de Moura, *Religião do Amor e da Beleza*²². Este título causou um certo mal-estar a alguns

21 SUN-TZU. A arte da guerra. Tradução do original chinês para o inglês por Samuel B. Griffith; tradução de Gilson César Cardoso de Sousa, Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Cultura).

22 MOURA, Maria Lacerda de. Religião do amor e da beleza. São Paulo: Typographia Condor, 1926.

anarquistas. Para estes, a autora procedeu a um engano ao nomear seu livro com um título considerado de mau gosto. A autora já gozava de grande prestígio no movimento operário no Brasil e em países como México, Chile, Argentina, Espanha e França, entre outros. Suas produções eram esperadas com ansiedade e recebidas com euforia pelos leitores.

Gostaria de evidenciar algumas intencionalidades sugeridas por esse evento. Iniciando pelos temas abordados, o livro manifesta uma perspectiva anárquica, como o conjunto de suas obras desde o início dos anos 1920, momento em que se aproximou do movimento operário e do anarquista, em particular. A mulher, a escola, a criança, o operário, diante de uma sociabilidade de dominação e de exploração, continuavam em discussão. A igreja com seus dogmas, como toda forma de espiritualidade hierarquizante e todo pensamento fechado sobre si mesmo, constituía alvo seletivo de sua escrita indomada e visceral.

A palavra “religião” da maneira por ela utilizada funcionava antes como vetor antidogma do que preso a um sentido essencialista. Evidentemente ela conhecia o sentido usual da palavra, fazendo pouco caso desta acepção. A cristalização das palavras as torna estorvo, causa de tropeços, dificultando a caminhada de quem procura estancar sua fluidez. Parece-me que Maria Lacerda de Moura, nesse episódio, conseguiu arruinar o uso convencional quando se apropriou da palavra de uma forma pessoal, desonerando a percepção comum quanto à ideia de religião. Imagino que o efeito sobre o crédulo, que poderia tomar o livro a partir da indicação posta no título, por sinal sedutora e simpática a este leitor, fosse um tanto avassalador.

Se, de um lado, a leitura inicia a partir de algo como que uma “isca” posta de forma intencional, de outro lado, o leitor crédulo não sai dela ileso. Isso porque a autora instaura naquelas páginas um campo em ebulição com quebra de dogmas e busca de uma espiritualidade sem catecismo ou mandamentos. Ela tratou, neste livro, de uma espiritualidade anticlerical, ausente dos profissionais da fé, de igrejas e suas estruturas hierarquizadas, na linha do pensamento e da prática espiritualista de Tolstoi, Krishnamurti e Gandhi.

Alguns títulos de outros livros expressam muito bem esse movimento subversivo instalado na intencionalidade da autora. Por exemplo, em *A Mulher é uma Degenerada*, há uma exposição, seguida de problematização e recusa, de ideias racistas e sexistas. Trata de um assunto debatido em seu tempo relacionado a um discurso dito científico, definindo a mulher como fator de degenerescência da espécie humana. Aqui a autora refutou um livro publicado em Portugal por Manuel Bombarda, um psiquiatra carioca, em que ele argumentava, baseado nas ideias lombrosianas, a respeito de ser a mulher elemento de enfraquecimento da espécie humana, inferior ao homem em todas as dimensões. O autor, em certa altura de seu texto, expressou incisivamente suas ideias com as palavras: “A mulher é uma degenerada”.

Maria Lacerda de Moura tomou-lhe emprestado esse axioma, que possuía uma inquestionável ressonância na sociedade brasileira de seu tempo, e, acrescentando-lhe aspas, nomeou seu livro. Fez isso não sem uma intencionalidade de subversão dos convencionalismos e de contraposição às ideias e aos preconceitos socialmente estabelecidos. Esses valores sexistas de caráter racista foram sistematicamente expressos por Manuel Bombarda, que os adornou com ares de ciência.

PRAZO ACEITÁVEL

*Por estrada soturna, certa vez,
Mui pachorrentamente,
Ruminando o jantar farto e excelente,
Passeava o rico de um burguês.*

*A horas tantas, de súbito, um ladrão,
Pondo o arcabuz à cara, em tom grosseiro,
Pede-lhe a bolsa do dinheiro.
Cheio de indignação
Ia o burguês recriminar
Aquela irreverência.*

*Mas notou o arcabuz e, com prudência,
Achou melhor calar
E passar logo o cobre...*

*O ladrão, entretanto,
Era um ladrão correto e nobre.
Que errara a vocação.
Podia ser um santo,
Em vez de ser ladrão;
Pois o patife apenas retirou,
Da carteira roubada,
Uma parte, e a outra parte, avolumada,
Ao burguês entregou!*

*Este, porém, à falta de um gendarme,
Para recompensar a gentileza
Do “colega”, lhe disse com rudeza:
- “No juízo final hás de pagar-me
Estes cobres que levas e são meus,
Com os juros bem contados
E capitalizados
Pelo usurário que se chama Deus!”*

*Irônico, responde então o honesto
Bandoleiro: - “A tal me obrigo.
Se um prazo longo assim me dás, amigo,
Passa pra cá o resto...”*

*E assim, dessa maneira,
Levou toda carteira...*

No livro de Maria Lacerda de Moura, há uma das mais vigorosas críticas ao positivismo como também às ideias racistas e misóginas expressas pelo referido psiquiatra. O título do livro engendra uma estratégia de captura por similaridade em que pessoas afetadas por sentimentos e pensamentos, da ordem do expresso por Bombarda, se expõem ao risco de terem suas certezas abaladas, se não, pelo menos questionadas, ao se depararem com um pensamento problematizador.

Algum leitor enredado pelas certezas racistas e misóginas poderia evitar a leitura de livros como esses caso o título manifestasse uma posição abertamente contrária aos convencionalismos. Por sua vez, um leitor habituado à leitura como ao exercício de problematização de conceitos, ideias e vidas, adquire o livro que lhe é simpático como aquele que lhe coloca ideias contrárias. Daí se depreende também resultar este procedimento numa estratégia de captura de leitores que não se dedicariam a leituras questionadoras das certezas estabelecidas.

Paul Berthelot elaborou um escrito na mesma vibração do primeiro livro acima referido de Maria Lacerda de Moura. Intitulado *O Evangelho da hora*, o texto se beneficiou de três edições: uma em 1911, outra em 1918 e uma terceira em 1951. A primeira e a terceira por editoras de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente. A segunda por uma editora portuguesa. No ano de 1916, os editores do jornal anticlerical *A Lanterna*²³ publicaram todo o texto em suas colunas, anunciando neste mesmo número o planejamento de uma edição de cinco mil exemplares em folheto. Solicitavam, para tanto, o auxílio dos leitores. Propuseram aos interessados a colaboração com a quantia que estivesse nas suas

possibilidades, tendo como contrapartida o recebimento do número de folhetos relativos à contribuição. É este o texto a que tive acesso.

Pois bem, como o próprio título indica, trata-se de um escrito elaborado num estilo bíblico. Disposto em capítulos e versículos, tal qual os livros da Bíblia. Sua linguagem é toda em tom profético. Os diálogos e as situações remetem à forma das escrituras sagradas dos cristãos. O autor usou uma linguagem poética e metafórica a fim de ilustrar diversas colocações que faz. Lançou mão de parábolas para ilustrar suas sentenças, recurso este muito usado nos evangelhos de Jesus.

Paul Berthelot, da mesma forma que o referido livro de Maria Lacerda de Moura, utilizou referenciais literários e toda uma construção imagética própria ao universo simbólico espiritualista, ao mesmo tempo em que o fez vazando com postulados dogmáticos e autoritários do cristianismo. Abordou as diversas dimensões da sociabilidade humana, desonerando os rígidos esquemas dogmáticos, totalitários e universalistas. O autor enfocou, numa perspectiva anárquica, diversos assuntos da questão social: a prática de alguma espiritualidade, a propriedade privada, a educação, o militarismo e as guerras, as leis e o Estado, as relações amorosas, a ciência e o conhecimento, entre outros temas. O título e o estilo literário do escrito, ao mesmo tempo em que são familiares ao crédulo, colocam à disposição deste uma perspectiva contraposta ao usual sentido de espiritualidade.

Outro acontecimento da ordem da instauração de um dinamismo antropofágico, nômade, indisciplinar, pode ser observado na capa do primeiro livro de Florentino de Carvalho, intitulado *Da escravidão à liberdade*²⁴.

23 BERTHELOT, Paul. O evangelho da hora. *A Lanterna*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 289, p. 1-2, 01 maio 1916.

24 Florentino de Carvalho escreveu oito livros, dos quais adquiri fotocópias apenas dos dois primeiros. CARVALHO,

Antes de detalhar esse aspecto, gostaria de registrar como se deu minha percepção. Quando recebi de Jaime Cubero os exemplares fotocopiados dos dois primeiros livros de Florentino de Carvalho, apressei-me a lê-los com o intuito de utilizá-los na dissertação de mestrado. Como tinha colhido material abundante, foi impossível analisá-los com o detalhamento que eu desejava fazer. Li, reli e voltei outras vezes aos livros. No entanto, não tive como ver as capas dos dois livros, pois na cópia recebida, elas não se encontravam. Mesmo que Jaime Cubero tivesse fotocopiado a capa do primeiro livro, de nada adiantaria, pois são as cores da capa as causas de meu espanto inicial.

Alguns anos depois, quando recebi uma cópia digitalizada do primeiro livro, assustei-me ao reparar que a capa possuía como fundo, sobre o qual se achava a figura de um trabalhador ao lado do globo terrestre, as cores verde e amarela da Bandeira Nacional brasileira. Estranhei muito esta apresentação da capa, pois de forma alguma poderia ser casual ou de menor importância este “detalhe”. Sabia que não se tratava de um acessório, de algum engano ou de uma desatenção por parte do autor ou dos gráficos. Havia uma intencionalidade de que, num primeiro momento, não me dei conta.

Na verdade, como qualquer apátrida, odiei muito este “detalhe” da capa. Mas conhecendo o livro como conhecia, era evidente para mim não se tratar de chauvinismo ou de algum acidente. Fiquei um tanto apreensivo porque não entendia do que se tratava. Nada me ocorria que pudesse justificar aquela capa de apelo claramente nacionalista. Por sua vez, os

Florentino de. *Da Escravidão à Liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. Porto Alegre: Renascença, 1927. CARVALHO, Florentino. *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo: Editorial Ariel, 1932.

relatórios²⁵ escritos por zelosos mantenedores da ordem vigente, agentes policiais do serviço de espionagem, se referiam a esse livro como sendo um “livro incendiário”, escrito por um “anarquista dinamiteiro”, um “anarquista perigoso”.

Comecei a entender ter sido este recurso às cores da Bandeira Nacional uma apropriação pessoal de elementos convencionais, produzindo múltiplos efeitos, os quais são tanto da ordem da estratégia de defesa como da sedução e captura. Uma atualização da tática mandingueira de defesa/ataque. Da ordem da estratégia: a disposição das cores servia não só para preservar a integridade física de algum leitor que, de posse do livro, passasse próximo de “secretas” policiais; mas também para mais facilmente conduzi-lo através das fronteiras policiadas, podendo o livro circular mais livremente. Da ordem da sedução: algum indivíduo enredado num ufanismo nacionalista poderia iniciar a leitura a partir da percepção das cores nacionais na capa do livro. Estou curioso quanto à capa de sua segunda obra.

Tomando o livro nas mãos em alguma estante de livraria, agrada-lhe a capa pelas cores de apresentação. Cores estas sintonizadas a aspectos particulares de sua subjetividade nacionalista. Com o livro nas mãos, inicia-se sua leitura facilmente porque, no começo, a obra apresenta um panorama geral da sociedade e da situação do trabalhador do campo, da cidade, do escritório, do navio a partir de dados estatísticos, apresentando também informações gerais acerca da mortalidade infantil em várias cidades do mundo. Tratou o autor dos grandes centros mundiais, fez exposição de dados quanto a cidades integrantes do imaginário social e agrupamentos urbanos familiares.

25 Ver prontuário individual de Florentino de Carvalho, nº 144, no DEOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Assim, arrematou as estatísticas e informações em relação a cidades como Nova York, Berlim, Londres, Paris, Rio de Janeiro, entre outras. O leitor, ao prosseguir a leitura, pode ser afetado pelas intencionalidades do autor, as quais vão tomando formas cada vez mais contundentes à proporção que a leitura prossegue. O contágio provém dos riscos e das possibilidades de realizações que o dinamismo das relações estabelecidas durante a existência de cada um abre, tal qual portas, janelas, brechas, rachões e buracos em muros ou paredes; tal qual edificações, as situações da vida podem ser percebidas enquanto limites procurando internar, sob desculpa de proteção contra intempéries da natureza ou ameaças de animais ou mesmo pessoas, cada qual num restrito campo de possibilidades e realizações. Portas e janelas constituem negações das paredes ou dos muros, ainda que propositadamente elaborados numa certa harmonia com estas construções.

A harmonia se coloca exatamente no ponto em que as negações dos obstáculos favorecem um controle maior em torno do fluxo de entradas e saídas da área coberta pelas paredes ou pelos muros, ou ainda por muros e paredes. Rachões, buracos e brechas, de outra maneira, indicam deterioração de paredes e/ou muros, devido ou à ação intencional com fins de arruinar, desonerar ou destruir o campo fronteiriço estabelecido; ou a um desgaste por conta da idade da construção, descuido com a sua conservação ou abandono.

Os periódicos analisados favorecem um estudo acerca das situações com as quais os anarquistas, por vezes, se deparavam. Situações a desafiá-los com definição de estratégias adequadas. Isso, muitas vezes, com o imperativo de uma necessária agilidade, rapidez e habilidade por conta dos riscos implícitos. O ambiente era de hostilidade aos anarquistas,

que tinham de lidar com a situação de superexploração em fábricas, fazendas e oficinas com uma intensa repressão levada a efeito tanto por milícias particulares do patronato como pelo braço armado do Estado. Uma situação desta natureza está registrada num relatório escrito por Domingos Ribeiro Filho quando do fracasso do levante anarquista no Rio de Janeiro, em novembro de 1918²⁶.

O inusitado colocou Ribeiro Filho numa situação desconfortável ao ter que considerar a possibilidade de fazer aliança com o General Müller à época das eleições presidenciais daquele ano. Como anarquista, sabia que a situação era extravagante e sem propósito. Ao mesmo tempo, sabia que, ao ter sido procurado por um representante do general, teria de traçar uma estratégia para aquela situação de modo a não comprometer a integridade dos companheiros aprisionados. Se recusasse conversar, havia o risco de retaliações aos anarquistas presos e aos demais.

Sabia também que não poderia se passar como “chefe” dos anarquistas. Como o general confundia anarquistas com maximalistas, ou maximistas, russos, Ribeiro Filho decidiu tirar proveito desta confusão, sem esclarecê-lo quanto aos detalhes das diferenças entre uns e outros, levando até o limite esta situação. Mesmo porque ainda era confuso até para os anarquistas os acontecimentos da Rússia. Esperava que as expectativas do general caíssem esgotadas por si, sem que os companheiros presos sofressem maiores represálias, nem os anarquistas que haviam escapado à prisão se vissem atrelados e enredados nas armadilhas da política. Vejamos um trecho de seu longo relatório escrito em fevereiro de 1919.

26 Um estudo sobre este levante foi realizado por Carlos Addor. ADDOR, Carlos. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 2. edição rev. atual. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

O Sr. Lauro Müller é o político mais astuto deste país. É quase certo que ele não se sentindo com força eleitoral bastante para triunfar recorra à agitação. É provável que ele consiga simpatias no proletariado adotando vários pontos do programa das reivindicações da classe. É natural que ele exiba sentimentos de justiça para com os grupos extremistas, porque isto aumenta o seu prestígio liberalista. É evidente que ele não cumprirá nenhum programa maximalista, porque, na presidência, lhe é defeso tomar iniciativas legais que são atribuições do Congresso e este tem mil meios protelatórios de esmagar as questões sociais.

Entretanto ele estende a mão aos anarquistas. Esse gesto é de duplo efeito: ameaça com os anarquistas as classes conservadoras que apoiaram Rui e fica desde já senhor de inimigos que amanhã eliminará se perturbarem o seu governo: e esse inimigo teve a ingenuidade e a fraqueza de se entregar a ele. Mais ainda, convidando os anarquistas à transigência, ele toma uma ascendência moral incontestável sobre nós. O seu apelo aos maximalistas é uma incitação tácita à revolta e essa revolta pode aproveitar-lhe como pode ser repudiada por ele se a sua candidatura fracassar. Ele nada tem a perder e tem muito a ganhar; ao contrário de nós.

Mas eu devo muito à Anarquia, devo-lhe uma prova de coragem e de coerência. Que luta posso eu empreender para o triunfo das minhas idéias? A oportunidade é contra os princípios mas a favor dos fatos. É indubitável que tenho de ser sacrificado: mais hoje, mais amanhã, a minha queda é certa: já estou enredado nas mãos do inimigo. Ele deseja que nós afiemos as garras com que amanhã nos devorará. A nossa neutralidade importa em que ele justifique as futuras medidas de rigor contra nós. Ora, eu sei disso e não devo comprometer ninguém. Não me arriscar é quase impedir que os outros se arrisquem a ganhar a partida. Arriscar-me é talvez arrastar os outros a um sacrifício. Do inimigo é bem difícil escapar. Assim sendo é preciso transigir com o tigre e, se possível, enjaulá-lo. O tigre já fez idênticas considerações e prepara as grades de nossa jaula. Não importa: arrisquemos.

Com estas e outras práticas de consciência encarei o problema e pensei no que deveria apresentar o futuro vencedor que lhe parecesse o compêndio de uma série de questões estudadas pelos nossos conciliábulos e estudos.

Esse programa devia ser formulado de modo a ser de pronto inaceitável. Não aceito, nos deixaria nas posições anteriores e ficaria justificada a impraticabilidade de nossos compromissos; aceito, seria a aurora da revolução, e essa revolução não era feita por nós, mas pelo governo. O absurdo fora de ordem a assombrar o Universo. Redigi pois o seguinte programa:²⁷

O sentido nômade e indisciplinar dos jornais e revistas anarquistas tem relação com o desrespeito às fronteiras imaginárias que separam povos, saberes, vida e conhecimento. Há posto em atividade nestes impressos um constante desconhecimento das divisões convencionais por inconvenientes. No caso dos jornais e revistas analisados e aludidos, bem como no que se refere aos livros e folhetos publicados, há um desconhecimento desse tipo de seccionamento.

Trata-se simultaneamente de indisciplinada, iconoclastia e nomadismo. O universo da disciplina, em suas duas acepções, é recusado. Negação da hierarquia por traduzir exatamente o domínio do sagrado como também trânsito livre entre os diferentes campos de conhecimento. Abolição da ruptura entre vida e conhecimento, já que a instauração de associações de amigos favorece a criação de novos costumes. Há também, operando nestas sociabilidades, uma apropriação antropofágica das diferentes áreas de saberes. Neste processo, polifonias e polissemias são instaladas, resul-

27 Domingos Ribeiro Filho trabalhava, do mesmo modo que Lima Barreto, como amanuense na Secretaria de Guerra no Rio de Janeiro, então capital federal. Essa situação não era confortável nem para Lima nem para Domingos, como podemos concluir com os enunciados apresentados no relatório por ele redigido em que se coloca como já preso nas garras do inimigo. Para ler o relatório na íntegra, ver: RIBEIRO FILHO, Domingos. Entendimentos de Lauro Müller com Anarquistas. In: BANDEIRA, Moniz. O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 339-356.

tando na projeção de particularidades com aproximações e distanciamentos.

O episódio envolvendo Lima Barreto e Antonio Noronha dos Santos, relativo ao debate em torno do “cinematographo”, é emblemático dessa situação. O diferencial entre os dois anarquistas os aproxima de posicionamentos opostos quando se pensa em modernidade e seus críticos. No caso de Lima, ele se aproxima de posicionamentos dos *neo-ludditas* contemporâneos, críticos da sociedade industrial. E Lima, em sua própria época, não está só nessa perspectiva existencial. Florentino de Carvalho, Maria Lacerda de Moura, Francisco Viotti, Gigi Damiani, Adelino de Pinho, João Penteadado, Friedrich Kniestedt, Paul Berthelot e Giovanni Rossi compuseram uma sonoridade antimoderna no anarquismo. Adelino de Pinho²⁸, empolgado com os acontecimentos de 1917, na Rússia, e seus desdobramentos pela Europa, apresentou uma proposta de novo calendário. Sua ideia era de que o calendário cristão deveria ser deixado de lado como parte da sociedade que findava, marcando o início do que denominou uma “nova era”.

Por sua vez, Neno Vasco, Edgar Leuenroth, José Oiticica, Elysio de Carvalho, Orlando Correia Lopes vibraram num dinamismo que acredito majoritário tanto no movimento operário como no anarquista, mais próximo de referenciais modernos. Fizeram apologia ao industrialismo, dando primazia à razão na vida social humana e procurando codificar, normalizar o conjunto da vida social. Ainda mais, diferentemente do segundo grupo, o primeiro me parece não ser afeiçoado a universalizar suas concepções propositivas. Por isso, acredito ser este um critério interessante

para uma análise de seus pensamentos. Apenas quero assinalar não existirem purismos nessas polifonias. As vozes, mesmo distintas umas das outras, estão contagiadas, contagiam e enunciam formas de existências.

Proponho, por um momento, também considerar as designações que os próprios autores se deram a fim de verificar seus limites e até que ponto elas favorecem um entendimento de seus pensamentos. Lima Barreto afirmou sua condição de individualista, ao mesmo tempo em que assinalou “o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso”²⁹, fazendo analogia ao modo de vida estadunidense extremamente individualista. Além do mais, o ideário comunista de Kropotkin fez ressonância em seus escritos, particularmente no que se refere à ênfase na solidariedade, e não na competição e luta, enquanto móvel primordial na sociabilidade humana.

Neno Vasco definiu o anarquismo como sindicalista desde sua origem, situando seu pensamento dentro do sindicalismo revolucionário. Porém, quando de sua carta a Elysio de Carvalho, como visto mais atrás, afirmou, um tanto incomodado com classificações, poder muito bem ser visto como um individualista *stirneriano*. Edgar Leuenroth concebia o anarquismo da mesma maneira que Neno Vasco. Maria Lacerda de Moura sustentou repetidas vezes sua condição de individualista, ao mesmo tempo em que assinalou a ascendência, entre outros, de Tolstoi, Ghandi e Kropotkin em seu pensamento. José Oiticica definia seu comunismo libertário em termos de municipalismo e não do comunalismo, como se dava com boa parte dos anarcocomunistas.

29 BARRETO, Lima. O nosso “ianquismo”. In: _____. Um longo sonho do futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993. p. 378-382.

28 PINHO, Adelino de. Uma nova era – Necessidade de novo calendário. A Plebe. São Paulo, ano 3, n. 21, p. 2, 12 jun. 1919.

Friedrich Kniestedt afirmou sua condição de tolstoiano ao mesmo tempo em que contribuiu com a organização do movimento sindical no Rio Grande do Sul. Seu *tolstoianismo* não menosprezava o pensamento de Stirner, Kropotkin e Bakunin, entre outros, como registrou em suas memórias. Florentino de Carvalho, um anarcocomunista, evidenciou a ascendência de Stirner, Proudhon, Bakunin, Tolstoi, Ibsen, entre outros, em sua formação intelectual. Dizendo-se simplesmente anarquista, recusava os adjetivos, rejeitando o comunismo *kropotkiniano*. Acredito ter exposto o suficiente para perceber essas autodesignações, se não como insatisfatórias, ao menos como de alcance bastante limitado, pois não dão conta de questões que confundem ou escapam às classificações.

Evidentemente os integrantes dos dois grupos se encontram no campo do anarquismo. Entretanto entendo que isso também não é suficiente para uma melhor compreensão de seus pensamentos. Mesmo que tomando as suas próprias palavras como referencial analítico, persiste a insuficiência porque todas vazam com as classificações. Existem colocações diretas e indiretas anuviando as classificações fáceis. Contudo, acredito que cotejá-las em relação ao universalismo e à centralidade próprios a um projeto de modernidade favorece, até certo ponto, outras perspectivas analíticas, propiciando o traçado de certos contornos de seus pensamentos no que diz respeito a algumas particularidades.

No entanto, antes de prosseguir, algumas palavras se fazem necessárias em torno das expressões “condição moderna”, “modernidade”, esta que possui sinonímia com “civilização”; e de seu oposto, “selvagem” ou “selvageria”. Começando com a primeira, utilizo o termo modernidade na acepção de Stirner

apresentada ao longo de seu livro único: uma segunda edição do modo de vida teológico salvacionista, universalista e totalitário da Idade Média. Modernidade, portanto, instaura centralidades universais, absolutas, normalização e modelos. O antropocentrismo, com suas variações em sociocentrismo e egocentrismo, apenas transfere de um campo para outro a medieval centralidade divina, o teocentrismo.

A idolatria a Deus foi substituída pela antropolatria. Feuerbach e Comte deram formas mais acabadas a este culto. A sociolatria e a egolatria atualizam a antropolatria em conformidade com uma ou outra escola filosófica e sociológica. A primazia da razão científica para o entendimento da sociabilidade humana como o processo de burocratização da vida social, por exemplo, é efeito do governo do sagrado, da hierarquia (*hierós = sagrado, divino e arché = comando, governo*). É assim que Stirner denominou os materialistas, como Feuerbach e os irmãos Bauer, de devotos; os modernos, de cristãos; e o Estado, de igreja. Para ele, “as mais recentes invectivas contra Deus mais não são do que o estrebuchar da ‘sapiência divina’, ou seja, insurreições teológicas”³⁰.

Sobre a segunda, “condição selvagem”, usualmente é entendida como carência de pendoros de civilidade, falta de regras para a convivialidade, ausência caracterizando os significados atribuídos à palavra “selvagem”. Modernidade ou civilização, pelo contrário, toma às vezes sua imagem refletida e invertida. Possui assim relação direta com a noção de completude. Uma completude a ser entendida como perfeição através de regramento, normalização, codificação, a partir de alguma fórmula, modelo, referência e adestramento.

30 STIRNER, Max. O Único e a sua Propriedade. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 30.

Selvageria, de modo diferente, sugere impulsos, riscos, intensidades, atitudes convulsivas, excessos, desconcertos. Vislumbro, nesses territórios, pés de caminhantes nômades, sendo mais adequado com atividades do *egoísta* e expansão do campo vivencial do *único stirneriano*. Stirner elaborou a filosofia do *egoísta* ao lado da noção de *único*. O egoísta, diante da existência, instaura uma *relação* baseada numa constante apropriação daquilo que desperta seu interesse. O dinamismo de apropriação pode ser percebido como relação antropofágica, e Stirner recorre por vezes à antropofagia para melhor ilustrar suas ideias.

Num de seus opúsculos, Stirner relacionou vida escolar a mecanismo civilizador. Em sua perspectiva analítica, a educação instaura procedimentos de domesticação das pessoas. Criticando realistas e humanistas, Stirner recusou o “escola para todos” dos primeiros e o ensino enciclopédico dos segundos. Num caso, está em evidência a formação de “homens práticos”. Noutra a formação de homens cultos. Recusou ainda uma proposta de conciliação entre as duas perspectivas. Por sua vez, uma educação personalista, ausente de autoridade e centralidade, diluindo escola e vida, em que pensamento e vontade fossem livres, é, grosso modo, a proposta *stirneriana*.

A escola não forma homens tão profundamente verdadeiros; se, contudo, há alguns deles, é certamente *malgrado* a escola. [...]

Adquirimos o hábito, em nossa infância, de resignarmos-nos a tudo o que nos era imposto: do mesmo modo, mais tarde, resignamo-nos e adaptamo-nos à vida positiva, adaptamo-nos à nossa época, tornamo-nos seus servidores, o que se conveio chamar de bons cidadãos. No entanto, onde se encorajam o espírito de oposição em vez do espírito de submissão nutrido até o presente momento? Onde se formam indivíduos que criam e não indivíduos que aprendem?

Onde o mestre se transforma em companheiro de trabalho e reconhece que o Saber deve tornar-se Vontade? Onde está a instituição que se propõe por objetivo liberar o homem e não se limitar a cultivá-lo. Pois bem, ainda são poucos esses lugares, infelizmente! Mas se perceberá cada vez mais que a mais elevada missão do homem não é cultivar-se, civilizar-se, mas tender a seu próprio desenvolvimento. [...]

A vida prática! Com isso se crê ter dito tudo, mas os próprios animais levam uma existência essencialmente prática: tão logo a mãe lhes desmamou, os filhotes buscam à vontade seu alimento nos campos e nos bosques, ou então são atrelados para um trabalho. Scheitlin, um especialista dos hábitos dos animais, levaria ainda mais longe a comparação, até o campo da religião, assim como se pode ver em sua *Psicologia dos animais*, obra muito instrutiva, precisamente porque estabelece um laço entre o *homem civilizado* e o animal e entre o *animal* e o homem civilizado. Essa preocupação de preparar à vida prática só forma *homens de princípios* que agem e pensam segundo *máximas*, mas não homens *tendo seus princípios*, ela forma espíritos *respeitosos das leis* e não espíritos *livres*. [...]

A miséria de nossa educação até os nossos dias reside em grande parte no fato de que o Saber não se sublimou para tornar-se Vontade, realização de si, prática pura. Os realistas sentiram essa necessidade e preencheram-na, mediocrememente por sinal, formando “homens práticos” sem idéias e sem liberdade. A maioria dos futuros mestres é o exemplo vivo dessa triste orientação. Cortaram-lhes magnificamente as asas: agora é a sua vez de cortar as dos outros! Foram adestrados, é sua vez de adestrar! Todavia, a educação deve ser pessoal, mestre do Saber e guardar constantemente no espírito esse caráter essencial do Saber: não ser em nenhum caso objeto de posse, mas ser o próprio Eu. Numa palavra, não se deve inculcar o Saber mas conduzir o indivíduo a seu pleno desenvolvimento; a pedagogia não pode mais partir da idéia de civilizar, mas da idéia de desenvolver pessoas livres, caracteres soberanos.³¹

31 STIRNER, Max. O falso princípio de nossa educação. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 75-81.

Os antropólogos evolucionistas estabeleceram e sistematizaram as diferenças entre selvageria e civilização, definindo-as enquanto etapas sucessivas do desenvolvimento humano. Entendiam selvageria como ausência, marcando os predicados de humanidade em formas embrionárias, incompletas e insuficientes. Selvageria consistia, portanto, em proximidade com animalidade, com um estado de natureza. Para esses estudiosos, apenas na civilização encontravam-se presentes as formas completas ou, como gostavam de definir em sua linguagem organicista, maduras, adultas, de sociabilidade humana. A barbárie era, no pensamento evolucionista, o estágio intermediário entre selvageria e civilização.

Lévi-Strauss³² definiu a recusa à alteridade como antropoemia, ou seja, ato de vomitar o diferente. Antropoemia é manifesta em dois extremos: um de simples evitação e outro por eliminação física. Antropofagia, ao contrário, significa o ato de devorar ritualisticamente adversários ou parentes, num gesto de apropriação das qualidades e atributos dos guerreiros ou parentes. Nas chamadas sociedades ocidentais, a antropoemia acontece dentro de uma lógica de demonização da diferença. A satanização do estranho constitui culminância de um processo que possui na religiosidade sua proveniência³³.

Contrariamente às sociedades antropocêntricas, as antropofágicas estão disponíveis à experiência com a alteridade, retirando destes encontros elementos de que se nutrem. Saem

32 LÉVI-STRAUSS. *Tristes Trópicos*. São Paulo; Companhia das Letras: 1996.

33 Sobre a demonização dos diferentes, ver: NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *O nascimento da bruxaria: da identificação do inimigo à diabilização de seus agentes*. São Paulo: Imaginário, 1995. PAGELS, Elaine. *As Origens de Satanás: um estudo sobre o poder que as forças irracionais exercem na sociedade moderna*. 2. ed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

mais fortalecidas ao agregarem elementos vigorosos do inimigo capturado ou do parente falecido. Na direção destas reflexões, enquanto disciplina exige reverência, tendo relação com civilização; indisciplina e iconoclastia são associadas à condição selvagem. Constituem em (anti)referência para o pensamento e o sentimento. O selvagem é refratário a uma atuação dentro da esfera das relações domesticadas e hierarquizadas. Pierre Clastres³⁴ apresentou as sociedades selvagens como contrapostas à relação mando/obediência.

Nobert Elias³⁵ tratou do que denominou “processo civilizador” como modo de aprofundamento em maneiras de domesticação e adestramento. A invenção de normas de etiqueta, o aprimoramento tecnológico, a certeza de possuir um modo de vida superior caracterizam, grosso modo, o sentido de “civilização”. Apesar de o autor privilegiar um viés economicista orientando suas reflexões, particularmente, no trato da formação do Estado absolutista, assinalou aspectos importantes para o entendimento da formação e o estabelecimento de sociabilidades domesticadas nas chamadas sociedades modernas.

Frederick Turner, numa perspectiva alheia a algum economicismo, tratou o tema das relações entre civilização e as “terras selvagens” (*wilderness*) como “uma estória espiritual”. Em sua perspectiva de abordagem do tema:

Trata-se da estória de uma civilização que tinha substituído o mito pela história como forma de

34 CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

35 ELIAS, Nobert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. 2. ed. Tradução de Ruy Jungmann; revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1. ELIAS, Nobert. *O processo civilizador – formação do Estado e Civilização*. Tradução de Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

entender a vida. Foi exatamente a substituição que permitiu aos europeus explorar os lugares mais remotos do planeta, colonizá-los e impor seus valores às populações nativas.³⁶

Sua obra trata da construção de subjetividade nas chamadas sociedades ocidentais em que civilizar traduz instauração de relações de domínio. Domínio este naturalizado pela religiosidade cristã se estendendo a tudo e a todos. Para o indígena Jack Forbes³⁷, a sociedade ocidental, que ele denominou ética, difunde para todos os lados uma sociabilidade predatória devorando e dizimando diversos povos. E não só população humana alimenta essa voracidade, mas o conjunto dos seres e o próprio planeta sofrem essa ação devastadora.

Henry David Thoreau³⁸ percebeu, na ausência inerente à selvageria, uma positividade. Valorizou o selvagem por inexistir nele o adestramento como fator privilegiado das relações entre indivíduos. A domesticação de pensamentos e de sentimentos constitui o resultado mais evidente do processo societário colocado em atividade nas sociedades ditas civilizadas. De um modo diferente, o selvagem apresenta-se enquanto ocasião para experimentos, valorizando a alteridade.

Domingos Ribeiro Filho iniciou um de seus escritos afirmando: “Nós temos que viver dentro de uma sociedade que nunca será a nossa”³⁹. Esta epígrafe ao artigo expõe uma

36 TURNER, Frederick W. *O espírito ocidental contra a natureza: mitos, história e as terras selvagens*. Tradução de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

37 FORBES, Jack D. *Colombo e Outros Canibais*. Lisboa; Antígona: 1998.

38 THOREAU, Henry David. *Caminhando*. In: THOREAU, Henry David. *Desobedecendo*. São Paulo; Circulo do Livro: 1984.

39 RIBEIRO FILHO, Domingos. *A Guerra a Anarquia (uma questão literal e de ponto de vista)*. A Vida. Publicação mensal anarquista. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, 30 abr. 1915. p. 87-90. Edição fac-similar. São Paulo: Ícone: 1988.

postura de inquietação e de desassossego na vida, que instaura um dinamismo nômade nas existências, na vida percebida enquanto experiência arriscada, enquanto experimentos em que inexistem modelos, padrões ou fórmulas, em que a expectativa deve ser como a de um guerreiro selvagem, sempre pronto às lutas, considerando cada uma delas como uma situação particular.

Florentino de Carvalho apresentou o *ethos* dos aborígenes americanos como um modo de vida em escape de qualquer rigidez, um modo de vida fluido, no qual se estabelece um ritmo de constante deslocamento. Isso em contraposição à tendência por fixação e estagnação na sociabilidade. Elaborou suas reflexões tomando como referência a ideia de sedentarismo enquanto procedimentos homogeneizantes, opostos ao ritmo de constante movimento dos indígenas. Configurou a ideia de sedentarismo e de nomadismo como opostos e excludentes, ao mesmo tempo em que o fluxo constante tem relação direta com uma forma de estar na vida mais relacionado com bandoleiros indígenas.

Os conquistadores do Novo Mundo, quando aqui despontaram como mouro na costa, ensinaram aos aborígenes muitas belezas; menos a justiça, a solidariedade, a fraternidade.

Embora lessem no livro da vida indígena estes princípios, não foram capazes de os aprender e assimilar.

A ética individualista da raça latina e a natureza incoercível do povo americano não suportam essa rede de constituições, regulamentos e ritmos de vida sedentária, apática e liberticida. Os nômades dos pampas e das alturas andinas, e os imigrantes que abandonaram países de origem fugindo à miséria e à tirania, repelem a germanização que aqui se quer naturalizar com falsos princípios de humanitarismo.⁴⁰

40 CARVALHO, Florentino. *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais*.

Maria Lacerda de Moura⁴¹ publicou um livro em que teceu veemente crítica ao modelo civilizacional das chamadas sociedades ocidentais. O título do livro, *Civilização – tronco de escravos*, é por si só indicativo do seu conteúdo. Primeiro, a palavra “tronco” remete a um instrumento de madeira fincado no chão para martirizar negros arredios. Preso ao tronco, o negro era açoitado. Poderia ir aos ferros depois do açoite ou ficar pendurado no tronco alguns dias sem água e sem comida. Designado também de “pelourinho”, ser castigado neste artefato muitas vezes significava uma condenação à morte, que seria lenta e dolorosa. Outra acepção da palavra “tronco” tem a ver com ascendência genealógica. A “civilização”, no entendimento da autora, possui esse efeito particular de gerar uma subjetividade submissa e servil, um ser vil.

Com palavras contundentes, Maria Lacerda de Moura definiu, em seu libelo contra o militarismo, a civilização como bestialidade, como a negação mais brutal dos apelos de amor e humanitarismo feitos por Cristo. Para ela, “o mundo inteiro está às portas do fascismo”. Completou seu pensamento, mais adiante em seu texto, ao afirmar que “a sociedade cristã, piedosa, caridosa, é o Anti-Cristo do Apocalipse...” e, novamente em outro instante de seu escrito, “tudo é anti-Cristo na sociedade Cristã”⁴².

Em diversos escritos de anarquistas, a modernidade, que no caso de sua experiência no Brasil fora realizada pela inauguração da República, traduzia uma nova inquisição. A república positivista brasileira, saudada por

41 MOURA, Maria Lacerda de. *Civilização – tronco de escravos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

42 MOURA, Maria Lacerda de. *Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!*. 3. ed. Guarujá: Opúsculo Libertário, 1999. p. 30;35.

todo o mundo intelectual enquanto possuidora da constituição mais liberal e avançada do mundo, era vista pelos anarquistas como mais despótica que o antigo império. Maria Lacerda de Moura apelou para a ação direta da população como forma de obstar o processo de aguda fascistização da sociedade com a eminente adoção da obrigatoriedade do serviço militar. Conclamou todos à prática da objeção de consciência “agora que, no Brasil, discutem-se os projetos de uma Constituição moderníssima, tocando as raias do Fascismo...”. O movimento constitucionalista de 32 foi, na verdade, sintomático do fascismo ascendente. Em suas palavras: “Galgamos, em três meses, um passo gigante para o Fascismo: é o resultado do movimento chamado ‘pro-Constituição’... encabeçado pelos ‘patriotas’ de São Paulo”⁴³.

Xisto Leão⁴⁴, em artigo publicado em *A Lanterna*, apresentou o nazifascismo como uma nova inquisição. Um nacionalismo extremado, cópia mal-acabada do socialismo hitlerista e mussoliniano, foi o integralismo, que procurava atualizar os antigos processos inquisitoriais da Igreja Católica sob roupagem nacionalista. *A Lanterna* evidenciou, ao longo de sua existência, as íntimas relações entre clero católico e segmentos da elite em suas medidas de arbítrio e violência.

Friedrich Kniestedt, nas memórias,⁴⁵ referiu-se à época moderna como “nova idade média”. Vivendo em certo momento numa comunidade rural próxima a outras comu-

43 MOURA, Maria Lacerda de. *Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!*. 3. ed. Guarujá: Opúsculo Libertário, 1999. p. 16; 19-20.

44 LEÃO, Xisto. *A mistificação integralista da clerezia*. *A Lanterna*. Rio de Janeiro, ano 12, n. 385, p. 4, 06 set. 1934.

45 KNIESTEDT, Friedrich (1873-1947). *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989.

nidades, com pessoas oriundas de diferentes nacionalidades europeias, Kniestedt assinalou a existência de um ambiente de cordialidade e solidariedade entre todos. “Fora da civilização”, pessoas, cujos países de origem se encontravam em processo de mútua destruição na Europa, viviam alheios a qualquer preconceito nacionalista ou de raça.

Feitas essas ponderações que considero necessárias para um entendimento mútuo, retomo o assunto interrompido. Eu tratava de analisar o pensamento dos anarquistas referidos dispondo-os em dois dinamismos básicos, distintos, mas também afetados um pelo outro. O critério analítico proposto, dizia, é o da aproximação ou distanciamento de um projeto de modernidade. Dessa maneira, o primeiro, refratário à modernidade como definida mais acima, acenaria mais inclinado a uma condição selvagem para a existência. O segundo, ao atualizar centralidades e universais, está mais afinado com um projeto de modernidade. O indivíduo, a comuna, o município ou o sindicato toma as vezes de unidade definitiva da sociabilidade humana. Uma nova expressão em totalidade era estabelecida. Além do mais, há a busca de uma codificação detalhada e universalista da sociabilidade humana. A leitura de alguns textos demonstra a sociedade desta assertiva.

Edgar Leuenroth e Hélio Negro⁴⁶ escreveram *O que é maximismo ou bolchevismo* sob efeitos da revolução russa. Este livro reflete com muita propriedade as influências da Revolução de 1917 na Rússia sobre alguns segmentos do movimento anarquista no Brasil. O tom característico do livro é o de normalização do dinamismo social. Elaborado com base em rígidos esquemas e codificação da vida social,

46 LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. *O que é maximismo ou bolchevismo*. São Paulo: [s.n.], 1919.

constitui-se num documento revelador dos efeitos sobre seus autores do apelo jacobino do maximismo.

Neno Vasco, da mesma forma que Leuenroth, atribuía ao sindicato o papel de organizador da vida social após o período revolucionário, apresentando em detalhes uma sociedade libertária como altamente regulada, controlada. Essa atribuição reduzia consideravelmente as novas formas societárias a estreitos procedimentos e planejamentos. José Oiticica⁴⁷, também sob influência dos bolcheviques russos, chegou a escrever um texto em dois números seguidos do jornal *Spartacus* com o mesmo dinamismo centralista e universalista, destinados à discussão num congresso comunista. O primeiro, intitulado “Princípios e fins”, serviria mais tarde como introdução para seu *Catecismo Anarquista*, cuja publicação em folheto Oiticica já planejava.

O aporte conceitual operativo em Oiticica aponta para um dinamismo em sintonia com apelos para estabelecimento de sociabilidade normalizante: catecismo, sistema, doutrina, princípios, fins, indicam uma vibração universalista de contorno messiânico, humanista, racionalista e, para terminar, salvacionista, comum a diversas expressões da modernidade. O *Catecismo Anarquista* parece referir ao episódio envolvendo Bakunin e Netchaiev quando da publicação do *Catecismo Revolucionário*, um texto de tonalidades intensas em volta com ideias jacobinas expressando universalismo humanista. Segundo Jean Barrué⁴⁸, o

47 OITICICA, José. *Princípios e fins*. *Spartacus*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 16 ago. 1919. OITICICA, José. *Previsões práticas*. *Spartacus*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 1, 23 ago. 1919

48 Jean Barrué apresenta o texto de Netchaiev como três estudos sobre Bakunin. NETCHAIEV, Serge. *O Catecismo Internacional*. In: BARRUÉ, Jean. *O Anarquismo Hoje*. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 1976. p. 179-186. BARRUÉ,

texto deste catecismo era de Netchaiev, tendo Bakunin desaprovado seu conteúdo. Apesar disso, Bakunin nutriu alguma simpatia por Netchaiev, por conta de sua energia e atuação na Rússia, tendo mantido com ele relações pessoais por um curto período de tempo.

Quanto a uma condição selvagem, considero a experiência de Berthelot a mais emblemática. Apenas para lembrar algo dito em outro lugar, Berthelot, na primeira década do século passado, chegou a morar com indígenas no interior de Goiás. Seu objetivo era apreender o modo de vida aborígine para, em seguida, fundar uma comunidade anarquista com as lições retiradas desta experiência. João Penteadado entendia que uma sociedade igualitária e libertária, na qual inexistiriam “mendigos nem potentados”, a condição humana seria de reconciliação com o conjunto da existência, porque nesta nova situação o ser humano “saberá tirar da nossa mãe Natureza o pão da alegria e o pão da vida”⁴⁹.

Abre-se aqui também a ocasião para considerar outras perspectivas sobre a problematização do conhecimento atual acerca dos periódicos anarquistas aqui analisados. Problematização esta que pode ser estendida aos valores cultivados e às formas societárias difundidas em nossos tempos nos espaços mais estreitos e nos mais largos. Os periódicos analisados expressam de maneira particular um dinamismo de intensa *indisciplina*. Porém, a incapacidade de percepção destas particularidades deve-se antes de tudo ao fato de o olhar disciplinar e disciplinado procurar a todo instante ver a si mesmo. Para

Jean. Bakunin e Netchaiev (três estudos sobre Bakunin). In: _____. O Anarquismo Hoje. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 1976. p. 131-178.

49 PENTEADADO, João. As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista. A Vida. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 9, 31 dez. 1914.

além de todo o debate contemporâneo sobre dinâmismos reatualizando a disciplinaridade, presente nas discussões sobre *multi, inter e transdisciplinaridade*, a *indisciplina* deve ser entendida na dupla acepção da palavra: recusa de adequação aos estreitos limites da especialização e negação de relações hierarquizadas e hierarquizantes. Outrossim, esta recusa passa por uma apropriação pessoal das áreas de conhecimento.

Por sua vez, o tema da *indisciplina*, enquanto prática de contestação da obediência à hierarquia, é apresentado nos estudos atuais abordando os temas da escola e da adolescência, sempre como negatividade, como um problema a merecer uma solução por parte de técnicos, professores, psicólogos e dirigentes de escolas⁵⁰. Esses estudos seguem o estabelecido nos textos de Comte, de seus seguidores e dos que não escaparam do campo gravitacional do positivismo, definindo a subjetividade como fator de perturbação social. A *indisciplina*, nestes estudos, está associada a manifestações de violência e fator de perturbação social. Tais estudos nem de longe desconfiam da existência de uma positividade na *indisciplina*.

O estudante indisciplinado é tido na medida de “aluno problemático” para uma perspectiva que visa ao controle e à reprodução de um certo dinamismo societário. Comportamentos refratários à normalização da vida são alvos seletivos de todo um aparato de técnicas e saberes com fins de domestica-

50 TIBA, Içami. Disciplina: o limite na medida certa. 38. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996. GUIMARÃES, Eloísa; PAIVA, Elizabeth (Orgs.). Contemporaneidade e Educação – Revista semestral temática de Ciências Sociais e Educação – Violência e vida escolar. Ano 2, n. 2, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, 1997. FRELLER, Cíntia Copit. Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. SILVA, Nelson Pedro. Ética, indisciplina e violência nas escolas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ção. Foucault⁵¹ tratou minuciosamente das técnicas de disciplinamento em *Vigiar e punir*, apresentando-as enquanto procedimentos de controle social.

Bakunin, em seu clássico texto sobre a educação, procedeu legitimando a autoridade do professor sobre o estudante. Seguindo uma disposição marcadamente iluminista e humanista, entendia o primeiro dia de aula da criança como sendo o de maior presença da autoridade, não obstante propor uma educação de adultos ausente de relação autoritária. Para ele, “a educação das crianças, tomando como ponto de partida a autoridade, deve sucessivamente resultar na mais completa liberdade”⁵². Esse ponto de vista estabelece uma disjunção entre escolarização e educação. Stirner, em direção oposta, não percebe educação e escolarização como momentos separados, propondo a desoneração de suas fronteiras.

No campo da filosofia da educação, acredito que apenas Stirner abordou a *indisciplina* como positividade. A *indisciplina*, em sua perspectiva, traduz, na fugacidade do instante, “a nossa faculdade de oposição”. É neste terreno de afirmação da singularidade que há prática da liberdade.

Em pedagogia, como em outros campos, a liberdade não pode expressar-se, nossa faculdade de oposição não pode exprimir-se; exigem apenas a submissão. O único objetivo é adestrar à forma e à matéria: do estábulo dos humanistas não saem senão letrados, do estábulo dos realistas, só cidadãos utilizáveis e, em ambos os casos, nada além de indivíduos *submissos*. Sufocam pela força nossa saudável tendência à indisciplina e impedem ao mesmo tempo o

51 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1988.

52 BAKUNIN, Mikhail. A instrução integral. Tradução de Luiz Roberto Malta. São Paulo: Imaginário, 2003. p. 83.

Saber de desenvolver-se em Vontade livre. A vida escolar só engendra filisteus. [...]

A teimosia e a indisciplina da criança têm tantos direitos quanto o seu desejo de saber. Estimulam deliberadamente este último; que também suscitem essa força natural da Vontade: a *oposição*. Se a criança não aprende a tomar consciência de si, é claro que ela não aprende o mais importante. Que não seja sufocado nem seu orgulho, nem sua franqueza natural.⁵³

Em outro momento, Stirner volta à carga, assinalando a urgência da rebeldia e da insubordinação de uma criança “malcriada” em contraposição a um comportamento acomodado:

Por mais que se possa pensar que *homem e eu* dizem a mesma coisa, percebe-se logo em Feuerbach que a expressão “homem” designa o eu absoluto, a *espécie*, e não o eu transitório e individualizado. (...) Mas a espécie não é nada, e quando o indivíduo se eleva acima das barreiras da sua individualidade, fá-lo precisamente enquanto ele próprio, como indivíduo, e só na medida em que se eleva, em que não continua a ser aquilo que é; de outro modo estaria acabado, morto. O homem é apenas um ideal, a espécie um produto do pensamento. Ser *um* homem não significa preencher o ideal *do* homem, mas manifestar-se a *si próprio*, como indivíduo. A minha missão não tem de ser a de realizar a *ideia geral do humano*, mas a de me satisfazer a mim próprio. *Eu* sou a minha espécie, sem norma, sem lei, sem modelo, etc. É possível que eu possa fazer muito pouco a partir de mim próprio, mas esse pouco é tudo, e é melhor do que aquilo que deixo que o poder de outros faça de mim, através da moral, da religião, das leis, do Estado, etc. É melhor – se de ser melhor se trata – ser uma criança malcriada do que demasiado sensata, é melhor ser rebelde do que estar disposto a aceitar tudo. O malcriado e o rebelde encontram-se ainda a caminho, para se formarem segundo a sua própria vontade; o

53 STIRNER, Max. O falso princípio de nossa educação. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 77, 81-82.

sensato e o acomodado são determinados pela “espécie” e pelas suas exigências gerais, que para eles são lei.⁵⁴

Uma das marcas bastante significativas da atitude indisciplinar reside na forma de escrita manifesta nos periódicos analisados. Fato menosprezado nas reflexões sobre os textos da época, o estilo de escrita apresenta marcas absolutamente personalizadas. Não obstante o período literário de um ou de outro autor, ainda assim há um toque personalizado nos escritos. O estilo particular destas escritas aponta para uma forma de viver valorizando a livre expressão, de uma escrita livre dos processos de standardização existente nas sociabilidades disciplinadas e disciplinadoras. A escrita de cada um dos autores constitui maneira de manifestação da própria individualidade, “fragmentos” de vidas.

Os cavalheiros do Ideal

Com a consciência livre e tranqüila dirigimos a vista para o brilhante porvir dos homens livres sobre as planícies livres e sobre as cordilheiras independizadas pela vertigem das alturas.

O pensamento sublimemente acrático das nossas grandiosas concepções envolve a humanidade num incessante movimento de gravitação, remodelando-a e revolucionando as suas condições de vida, pondo ao seu alcance os indizíveis prazeres da verdadeira liberdade.

Nada impede a nossa marcha triunfante! Ao contato dos nossos idealismos desorganizam-se os exércitos, revoltam-se as armadas, os povos lançam-se à insurreição libertária, os tiranos caem fulminados quimicamente e os templos da ignorância, da mentira, e da demência, tombam derruídos pelas chamas crepitantes e purificadoras, albôres da nova aurora da redenção proletária.

Viseira erguida cavalgamos sobre as leis, sobre os direitos instituídos, sobre todos os privilégios e todas as injustiças, muito embora a estrada que conduz ao Mundo novo esteja entulhada de baionetas e de grades de ferro, entre as quais deixamos fragmentos da nossa vida.⁵⁵

Mais que isso, surge como uma parte e também como uma emanção pessoal, da mesma forma que excreções, suores, palavras, escritos, gestos, sangue... Novamente Stirner sustenta o caráter pessoal das criações humanas. O criador de uma obra, ou de produtos, lança junto de suas criaturas algo de si.

Mas significa isto mais do que: numa dessas obras vedes-*me* da forma mais completa possível, na outra apenas a minha habilidade. Mas não sou *eu* também aquilo que a obra exprime? E não será um gesto mais egoísta alguém apresentar-*se* assim ao mundo, dar forma a *si próprio*, do que ficar escondido atrás da obra? Respondes, é claro, que tu revelas o homem. Mas o homem que tu revelas és tu: só te revelas a ti próprio; a diferença em relação ao operário é que este não é capaz de se revelar de forma condensada numa única obra, e, para ser reconhecido como ele próprio, tem de ser procurado nas outras relações da sua vida; a outra diferença é que o teu desejo, cuja satisfação gerou aquela obra, era de ordem... teórica.⁵⁶

A análise elaborada por Stirner⁵⁷ sobre o romance *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, serve muito apropriadamente para uma reflexão em torno da arte e das criações humanas enquanto emanções de seu criador. Ao longo de seu escrito, de título homônimo ao de Sue,

55 CARVALHO, Florentino de. Os cavalheiros do Ideal. Germinal!. São Paulo, ano 1, n. 13, p. 1, 15 jun. 1913.

56 STIRNER, Max. O Único e a sua Propriedade. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 109.

57 STIRNER, Max. Os Mistérios de Paris. VERVE – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/PEPGCS/PUC-SP, n. 3, São Paulo: 2003. p. 11-29.

54 STIRNER, Max. O Único e a sua Propriedade. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 146.

Stirner demonstrou à exaustão como os dramas, as ações e os comportamentos dos personagens daquele romance sintetizavam aspectos do mundo subjetivo do autor. Dessa maneira, suas atitudes manifestavam e encerravam os limites do liberalismo e do moralismo puritano de Eugène Sue.

A pessoalidade não reside em alguma essência minúscula, oculta em camadas profundas, em formas estruturais escondidas num profundo interior e considerada na medida de aspecto mais real, mais verdadeiro porque pretensamente mais adensada. A prática usual de estudiosos da sociedade, apoiados em especialidades das ciências sociais ou das humanidades, busca, através da operacionalização de um esforço racional, identificar, por sob toda parafernália acessória de aparência e superfície, o átomo, a essência, a substância básica, a instância primal ou determinante da vida social.

O trânsito entre as áreas de especialização do conhecimento, como estabelecido nos impressos analisados, se dá de modo a desonerar as fronteiras estabelecidas entre os saberes. Através de um movimento de apropriação do que lhe seja de interesse, estabelecem antropofagia, devorando partes da existência num processo de reelaboração desses elementos. Sociologia, história, geografia, economia, política, filosofia, pedagogia, antropologia, literatura, disciplinas de áreas das ciências da natureza, além das artes e da estética, aparecem nesses textos dando força à trajetória argumentativa traçada por seus autores.

Muito mais poderia ser dito. Várias ideias me ocorreram durante a pesquisa e leitura dos abundantes materiais coletados. Esperava poder ter feito uma melhor exposição de minhas reflexões de maneira a apresentar um texto à altura do que aprendi durante este longo período de pesquisa e estudo. De mi-

nha parte, as palavras me parecem um tanto quanto... precárias. Entretanto, este foi o texto possível. Por fim, caminhando para um encerramento, que não constitui conclusão, vejamos uns versos de Gigi Damiani. Seus versos enunciam o poder da vontade, assinando uma disposição férrea e fluida diante da existência. É bastante significativa a ausência, em suas palavras, de demandas por sacrifícios, martirilogias ou por reciprocidade.

A VOLTA

Velhos, mas duros de morrer, voltamos como partimos. – Não mudamos nada – diremos aos que virmos pela estrada.

E ajuntaremos: – Meu irmão, cá estamos junto a ti e para o bom trabalho; nossa fé, temperada pelo malho do exílio duro, descansar desdenha.

O velho amigo, abaixando a frente, responderá que o furacão sem brida por vinte anos rugiu na Europa mesta, que toda a nossa obra foi perdida e de quanto fizemos nada resta.

Replicaremos: – não temer, passado é para nós a trágica jornada, a tirania cega já não reina.

Tudo tombou? Ergamos novamente. Vê o caipira: a terra devastada, queimado o milharal, morta a semente, que importa? Assim que o furacão amaina, êle volta depressa para a faina. Ajunta as pedras soltas, como se elas fossem de ouro e, tomando-as uma a uma, põe-se a reconstruir tôda a tapéra. Afôfa a terra com as mãos, apruma as cercas, cava o poço, desterroa o chão vidrado, planta, trata, espera. Recompõe a tarimba, os filhos cria, sabendo embora que outra guerra, um dia, uma noite, há de vir para levá-los...

Não desespere, não demonstres ira. Nós passaremos todos, mas o povo Renasce. Faze, pois, como o caipira sábio, que sabe começar de novo. Companheiros! Enxada sôbre os ombros, voltemos, que aí vem a primavera.

Nossa missão é remover escombros,
é destocar, é arar, é semear,
que a mocidade nosso exemplo espera
*

Durante o furacão, a bicharada
dispersa-se: o termita no cupim,
a saúva no olheiro. Cessa a lida.

Mas quando o sol ressurgue e a luz dourada
bate na terra, volta a bicharada;
por entre os mortos recomeça a Vida.

A Vida não deserta, não descuro
sua obra de eterna construção,
seja nos picos de perene alvura,
ou entre as coisas ínfimas no chão.

Plantações e consciências abrem flôres
para quem as cultiva com trabalho,
não há parto que não conheça dôres;
não há treva que não fuja de espanto
ao sol, nem gota trêmula de orvalho
que não seja, também, gota de pranto...

Tudo é luta; nada se perde, nada;
O êrro na experiência se compraz.

Refaçamos a terra devastada;
olhando só para frente, não prá traz.

– A cruz da servidão seja partida –
diga-se a quem ela curvou a espinha;
e a quem a sã espera em si amarra
uma vontade, diga-se: Ergue-te e caminha...

Mas não se diga nunca: A estrada é incerta
a quem de moço ardores já não sente.
Ferido, o veterano vai prá frente,
Tomba no campo, morre. E não deserta!⁵⁸

Em tentativas de emprestar aos impres-
sos e às demais atividades um tom de serieda-
de sisuda, muitos anarquistas resvalaram para
a busca por teoria, por ciência, desembocando
no enrijecimento do pensamento e... na con-
trição, com genuflexão e tudo mais. Essas ma-
nifestações de dogmatismos tomaram forma
em algumas expressões e segmentos anarquistas,
chegando mesmo ao extremo de se tor-

nar partido com o caso da criação do Partido
Comunista Brasileiro em 1922. Estes foram
os que procuravam descanso, sossego e qui-
tude em promessas de algum paraíso telúrico.
Esperançosos, aboliram de suas vidas alguma
possibilidade de risco e surpresa em nome de
segurança e perenidade. Usaram, para tanto,
escoras, grillhões e muletas.

Não obstante a existência desses posi-
cionamentos alinhados com universalismos e
centralidades de uma certa modernidade, há
outros que, em direção oposta, instauraram e
experimentaram em suas vidas o inominável.
São estes os que encararam destemidamente
“os vampiros da organização social do bezer-
ro de ouro”⁵⁹. Atualizaram o inominável, na
brevidade do instante, através de indisciplina,
nomadismo, iconoclastia e antropofagia. Ao
mesmo tempo, estabeleceram multilateralida-
de nas análises, constituíram um descentra-
mento constante nas perspectivas apresentadas
em seus escritos, pensamentos e táticas.

Irreverentes, debochados e dessacra-
lizadores, deixaram suas marcas, ainda que
tenham sido minoritários; ao menos, a per-
cepção contemporânea sobre aquele período
histórico projeta estes contornos de meno-
ridade. Não obstante, com uma disposição
inquebrantável de intransigentes guerreiros
selvagens diante das lutas da existência, esses
negativistas ativos, altivos, afirmativos, irre-
dutíveis, viveram, concomitantemente, com
fluidez e firmeza... e não cansavam nunca.

59 MOURA, Maria Lacerda de. Serviço militar obrigatório
para mulher? Recuso-me! Denuncio!. 3. ed. Guarujá: Opú-
sculo Libertário, 1999. p. 41-42.

58 DAMINANI, Gigi. A volta. Tradução de Valerio Sálvio. A
Plebe. São Paulo, ano 30, n. 1, p. 2, 01 maio 1947. (Nova fase).

Obras que os operários devem ler

A Plebe . São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 18 – 21.10.1917. Página 04.

EM PORTUGUÊS

Françoies Delaisi, “Os financeiros, os políticos e A Guerra”	\$200
Gustavo Landauer, “A Social Democracia na Alemanha”	\$200
Saint Barb, “Pequenas coplas”	\$100
Um pai de família, “O Batismo”	\$200
Luiz Bolfi, “Greve de Ventres”	\$200
Brito Bitencourt, “Catecismo ateu”	\$200
José Rizal, “Noli me tangere”	\$600
Saturnino Barbosa, “Ensaio de crítica racionalista”	1\$200
Errico Malatesta, “Programa socialista-anarquista-revolucionário”	\$100
Errico Malatesta, “Entre camponeses”	\$600
Neno Vasco, “Da Porta da Europa”	2\$300
Neno Vasco, “Geórgicas” (ao trabalhador rural)	\$100
B. Peres Galdós, “Electra” drama anticlerical em cinco atos)	1\$000
Mezza Botta, “O Papa Negro”	2\$300
Carlos Dias, “Semeando para colher”	\$200
Guerra Junqueiro, “A velhice do Padre Eterno”	2\$600
Piotr Kropotkin, “O comunismo anárquico”	\$200
Chacon Sicilianci, “Mentiras Divinas” (cartas aos crentes)	1\$700
Adolfo Lima, “O ensino da História”, um folheto de 63 p.	\$700
Adolfo Lima, “O Teatro na Escola”	\$400
Relatório da Confederação Operária Brasileira sobre o 1º e 2º Congressos Operários Brasileiros	1\$200
Contos Sociais (diversos autores)	\$200
Almanaque de “A Aurora”, para 1913	1\$000
Almanaque de “O Livre Pensador”	\$800
Marco A. Panete, “Giordano Bruno”	\$200
Pedro de Melo, “Sonho dantesco”	\$200
Domingos Zapata, “As 67 célebres perguntas”	\$200
I. A. Betoldi, “O Livro da Verdade”	\$500
José Augusto de Castro, “Mensageiro da morte” (Poema antijesuítico)	\$100
Ex padre Guilherme Dias, “O que é o celibato”	\$200
Natanael Pereira, “A educação religiosa”	\$200
Eugene Peletan, “A Inquisição”	\$200
Dr. N. Rouby, “O Sagrado Coração de Jesus”	\$200
Elisée Reclus, “Evolução, revolução e ideal anarquista”	1\$000

EM ESPANHOL

Barão de Holbach, “Sistema de la Naturaleza” 2 vol.	2\$000
Barão de Holbach, “El Nuevo Dios” Teologia pero razonable	1\$000
Pompeo Gener, “La Muerte y el Diablo” 2 vol	2\$060

J. Novicow, "La emancipación de la mujer" _____	1\$000
Elias Reclus, "Los primitivos" 2 vol _____	2\$000
E. Murisier, "Enfermedades del sentimiento religioso" _____	1\$000
José Rizal, "El Filibusterismo" 2 vol _____	2\$000
Donato Lubea, "El Catolicismo y sus luchas con el Estado 2 vol _____	2\$000
Charles Darwin, "El origen del hombre" _____	1\$000
Charles Darwin, "El pasado y e porvenir de la Humanidad" _____	1\$000
L. Arreat, "De frente al ateísmo" _____	1\$000
C. Laterneau, "Ciência y Materialismo" _____	1\$000
P. J. Proudhon, "La única salvación" (Filosofía Popular) _____	1\$000
E. Burnouf, "La Ciencia de las Religiones" 2 vol _____	2\$000
H. Chabanne, "La organización del trabajo" _____	1\$000
P. Chinioki, "El Confesor, la Confesión, la Confesada" _____	1\$000
L. Ferri, "La impiedad triunfante" _____	1\$000
E. Malatesta, "Em el café" _____	\$300
E. Malatesta, "Entre campezinós" _____	\$200
Gustavo Herve, "La humanidad futura" _____	\$400
Albert Riahand, "Manuel del socialista" _____	\$400
Jean Jaurés, "La paz y el socialismo" _____	\$400
Charles Malato, "Desenvolvimiento de la humanidad" _____	\$200
Enrique García, "El contraste social" _____	\$200
Conde Lev Tolstoi, "El derecho à la vida" _____	\$400
Conde Lev Tolstoi, "Nuevas orientaciones" _____	\$400
Proudhon, "Psicología de la revolución" _____	\$400
Piotr Kropotkin, "El Estado" _____	\$400
Elisée Reclus, "El porvenir de nuestros hijos" _____	\$200
Samuel Smiles, "La disciplina de la experiencia" _____	\$200
Francisco Gica, "Lo que entiendo por libre pensamiento" _____	\$300
Por vários autores, "El romance anticlerical" (primeiro tomo) _____	\$300
Pey Ordeix, "El pueblo à la aristocracia" _____	\$300
Ramon Chies, "A uma madre", _____	\$300
Potvin, "La democracia e la iglesia" _____	\$300
Edmundo Gonzales, "La libertad de enseñanza" _____	\$300
Por vários autores, "Sonetos Piedosos" _____	\$300
Piotr Kropotkin, "Em volta duma vida", brochura _____	3\$500
Pierre Quiroule, "La Ciudad anarquista americana" _____	2\$500
Ramon Vereá, "Catecismo del Libre pensador" _____	\$500
Diversos autores, "El cancionero revolucionário", _____	
Hinos, poesias y Cantares de nuevo verbo, en espanhol e italiano _____	\$300
E. Pataud y E. Pouget, "Como haremos la Revolución" 2 vol _____	2\$000
M. J. Nergal, "Evolución de los Mundos", enc. _____	1\$800
Doctor Toulouse, "Como se forma una inteligéncia", enc. _____	1\$800
Nicolas Estévez, "Resumen de la Historia de Espanha", enc. _____	1\$800
Enrique Lluria, "Evolución super-organica", enc. _____	1\$800
Emerson, "El hombre y el mundo", _____	1\$800
E. Trotto, "El misticismo moderno" _____	1\$000
Friedrich Nietzsche, "El Anticristo" _____	1\$000
S. Pey y Ordeix, "Alma religiosa" _____	1\$000
Augusto Dide, "La Revelación y los Revolucionarios" _____	1\$000
E. Beutroux, "Las leyes naturales", _____	1\$000

V. Delfino, "El Alcoholismo y sus efectos en el individuo, la familia e la sociedad" _____	1\$000
V. Delfino, "Fisiología é Higiene de la Voz" 2 vol _____	2\$000
E. Litre, "Conservación y Revolución" _____	1\$000
Pablo Mantegazza, "Ordem y Libertad" _____	1\$000
R. H. de Ibarreta, "La Religió: al alcance de todos" _____	1\$000
Piotr Kropotkin, "Memorias de un revolucionário" 2 vol _____	2\$000
Piotr Kropotkin, "La conquest del pan" _____	1\$000
Piotr Kropotkin, "Palabras de un rebelde" _____	1\$000
E. Parny, "La Guerra de los dioses" _____	1\$000
Ernesto Hackel, "Maravillas de la vida" _____	\$400
Max Nordeau, "Crítica contemporânea" _____	\$200
J. Jaurés y P. Letargno, "El concepto de la Historia" _____	\$400
C. Darwin, "Las facult des mentales en el hombre y en los animals" _____	\$400
Emily Zola, "Estudios criticos" _____	\$400
Paul Lafargue, "El derecho à la pereza" _____	\$200
E. Novicow, "El porvenir de la raza blanca", 2 vol _____	\$800
E. Vanderverde, "El socialismo agrícola" _____	\$400

————— **EM FRANCÊS** —————

Jean Grave, "Si j'avais à parler aux electeurs" _____	\$160
André Girard et M. Pierrot, "Le parlamentarisme contra l'Ation Ouvrière" _____	\$100
Piotr Kropotkin, "Le salariat" _____	\$200
E. Malatesta, "Entre paysans" _____	\$300

————— **EM ITALIANO** —————

Vincenzo Vactrea, "Disertore" (Romanze sociale) _____	1\$000
Guido Pedreca, "Il sindacalismo" _____	\$500
Alceste de Ambris, "L'Argentina e l'Imigrazione Italiana" _____	\$300
Antonio Labriola, "Del Socialismo" _____	\$400
Gaetano Zibordi, "La istoria de Federico" _____	\$400
Um laico, "La política eclesiastica in Italia" _____	\$300
Giovanni de Nava, "Delinquenza e misticismo" _____	\$200
P. Guarine, "Sole a seacchi" _____	\$400
Luigi Campolonghi, "Azione sindacale" _____	\$300
G. Stiavelli, "Il Primo Maggio nella leteratura" _____	\$400
G. D'Amato, "Ai ragazzi Felice" _____	\$200
Paul Adam, "Il liglinol prodigo" _____	\$200
Francesco Pucci, "Il devere de organizzarci" _____	\$200
F. Nicolini, "Il pape gratuito" _____	\$200
Maximo Gorki, "Interviste" _____	\$500
Maximo Gorki, "Il compagno" _____	\$200

OS HOMENS CURVOS

*Passam, negros, na tela do céu verde e rubro da tarde
(já o sol exausto no último esforço sangra e arde)*

*Operários e servos da gleba. Vão graves e lentos.
Vão curvos sob um jugo de escuros pensamentos.*

*Ó! Curvos desde a aurora, com os olhos no bruto trabalho...
- a enxada, viola a terra, lutam bigorna e malho...*

*E, ei-los, vão ainda curvos, e falam de coisas grosseiras
entre si, com palavras humildes e rasteiras.*

*O sol transpôs, já exânime, a roxa muralha dos montes.
A asa fresca da brisa toca as suadas fronte;*

*e às moites, aos balseados da estrada a fragrância estimula;
tênue aroma de rosas, trevo e alecrim circula*

*no ar fino... Já preludimos noturnos os pássaros cantam...
Eles da poeira os olhos e a mente não levantam...*

*É o céu agora um pálido de azul veludoso e profundo;
as primeiras estrelas fitam sorrindo o mundo...*

*Que buscais, homens curvos, no lodo revoltado da estrada?
O vil salário, o exíguo pão, a vida minguada,*

*sem ideal, sem beleza, vos prendem os cérebros turvos...
Curvo sobre a labuta, sobre a gamela curvos,*

*curvo mordendo as fêmeas, no amor animal fero e triste –
a poesia das coisas para vós não existe...*

*Em vão cantas idílios e núpcias, ó flores, ó aves,
Em vão fulgis na altura, grandes astros suaves.*

O TRABALHADOR

*Levanta de manhã o bom trabalhador
Seren e contrafeito, ao peso da desgraça.
Para a oficina vai o nobre lutador,
Olhando com desdém pelo burguês que passa.*

*Começa a trabalhar e no insano labor
Gasta a força viril herdada de sua raça.
Enquanto seu patrão, o infame explorador,
No luxo e no prazer a vida inútil passa...*

*E à tarde, quando volta à mísera morada
E põe-se a refletir na sorte desgraçada,
Solta gritos de dor, como um leão a rugir.*

*Desejando fazer, com um desejo profundo,
Explodir este abjeto e miserável mundo
E sobre a ruínas outro mundo construir!*

José Máximo. **A Obra**. São Paulo – SP. Ano 01 – Nº 14. 01.10.1914. Página 09.

NO SILÊNCIO DAS SELVAS...

DO EXÍLIO

Sob a ameaça da morte, vendo os companheiros sucumbir, Domingos Braz dá este exemplo de firmeza libertária, que oferecemos aos que recuaram por pusilanimidade ou malabarismo políticos.

*Na negra solidão deste degredo infindo,
Neste recanto agreste onde a malária impera
Numa angústia ferina e atroz que desespera,
A vida a pouco e pouco se vai, além, sumindo.*

*Em meio da mata brava a Razão prolifera,
Aledra, se concretiza e, alegre, vai florindo.
O vergel do futuro, esperançoso e lindo
C'os frutos da Verdade acena a quem espera.*

*Bondoso e revoltado, o coração ferido
Prosseguirei na luta heroico e destemido
Bradando altivamente: – Abaixo a tirania!*

*Além já se devisa o Sol da Redenção
Que um passo marcará na humana Evo-
lução.
É o sol da liberdade, a sublime Anarquia!*

Domingos Braz. **A Plebe**. São Paulo – SP. Ano 11 – Nº 245. 12.02.1927. Página 01.

Referências



- ADDOR, Carlos. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Pequena Bibliografia do Pensamento Social Brasileiro**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.
- A LANTERNA. São Paulo, 1901-1904. (1ª fase)
- A LANTERNA. São Paulo, 1909-1916. (2ª fase)
- A LANTERNA. São Paulo, 1933-1935. (3ª fase)
- ALBERT, Charles. **O amor livre: uma avaliação anarquista da questão sexual**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- _____. **O casamento burguês e o amor livre**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- A PLEBE. São Paulo, 1917-1935.
- A OBRA. São Paulo, 1920.
- A REBELIÃO. São Paulo, 1914.
- ARMAND, E. **Nova ética sexual**. Rio de Janeiro: Germinal, 1960.
- A TERRA livre. São Paulo, Rio de Janeiro, 1907-1910.
- A VIDA – 1914-1915. São Paulo: Ícone, 1988. (Edição fac-similar).
- A VOZ do trabalhador. Rio de Janeiro, 1908-1913.
- AVELINO, Givanildo Oliveira. **Anarquistas – ética e antologia de existências**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- AURORA. São Paulo, 1905.
- AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BAKUNIN, Mikhail. **Socialismo Libertário**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1979.
- _____. **Bakunin por Bakunin (Cartas)**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1987.
- _____. **Federalismo, Socialismo e Antiteologismo**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. **Escrito Contra Marx: conflitos na Internacional**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1989.
- _____. **O Princípio do Estado** - Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1989.

BANDEIRA, Moniz. **O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto: 1881-1922**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

_____. **Lima Barreto e a reforma da sociedade**. Recife: Pool, 1986.

BARRETO, Vicente (Org.). **Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.

BARRETO, Romano; WILLEMS, Emilio (Org.) **Leituras Sociológicas**. São Paulo: Edições da Revista Sociológica, 1940. (Série Ciências Sociais, v. 1).

BARRUÉ, Jean. **O Anarquismo Hoje**. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 1976.

BEIGUELMAN, Paula. **Os Companheiros de São Paulo**. São Paulo: Global, 1981.

_____. **Por que Lima Barreto**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BERTHELOT, Paul. O evangelho da hora. **A Lanterna**, Rio de Janeiro, p.1-2, 01 maio 1916.

BESNARD, Pierre. **Os Sindicatos Operários e a Revolução Social**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1988.

BEY, Hakim. **TAZ: zona autônoma temporária**. Tradução de Renato Rezende. São Paulo: Conrad, 2004.

BOLETIM da Escola Moderna Nº 1. São Paulo, 1918-1919.

BOOKCHIN, Murray *et. al.* **El Anarquismo y los Problemas Contemporáneos**. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1992.

BORGES, Paulo E. B. **Jaime Cubero e o Movimento Anarquista em São Paulo**. 1945-1954. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar Libertário (Movimento Operário dos anos 1917 a 1921)**. Campinas, São Paulo: Pontes/UNICAMP, 1988.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional e suas Diretrizes**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

_____. **O Estado Nacional – sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CARDOSO, Irene R. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros Proibidos, Idéias Malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARONE, Edgar. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

CARVALHO, Florentino de. **Da Escravidão à Liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social**. Porto Alegre: Renascença, 1927.

_____. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais**. São Paulo: Ariel, 1932.

CARVALHO, Nanci Valadares de (Coord.). **Leituras sociológicas**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Influência das Ideias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro** – 1890-1922. São Paulo: Loyola, 1978.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **Crônicas dos índios Guayaki**: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai. Tradução de Tânia Stolze Lima; Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

COLOMBO, Eduardo *et al.* **História do Movimento Operário Revolucionário**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, São Caetano do Sul, São Paulo: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

COMISSÃO GULBENKIAN PARA REESTRUTURAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, **Para Abrir as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. Mem Martins: Portugal: Publicações Europa-América, [197-].

CORRÊA, Guilherme. C. O Que é a Escola? *In*: CORRÊA, Guilherme C. *et al.* **Esboço para uma História da Escola no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

CORRÊA, Guilherme C. *et al.* **Pedagogia Libertária** – Experiências Hoje. São Paulo: Imaginário, 2000.

CORRÊA, Guilherme C. **Sobre Educação Contemporânea no Brasil**: escolarização, comunicação e anarquia. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

CORREIA, Francisco. **Mulheres Libertárias**: um roteiro. *In*: PRADO, Antonio A. **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUBERO, Jaime. **Anarco-Sindicalismo**. Extrato da primeira parte da palestra proferida no dia 09/12/89, no Centro de Cultura Social, sobre o anarco-sindicalismo no Brasil, como parte do curso de anarco-sindicalismo – História e atualidade. 09 dez. 1989, São Paulo: Centro de Cultura Social, 1989. (datilografado em 5 páginas).

CUVILLIER, Armand. **Proudhon**. Tradución de Maria Luisa Diez-Canedo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1986. (Colección Popular).

DANTES, Maria Amélia *et al.* (Org.). **A Ciência nas Relações Brasil-França** (1850-1950). São Paulo: USP, Fapesp, 1996.

DECCA, Edgar de. **1930** – O Silêncio dos Vencidos. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DÉJACQUE, Joseph. O ser humano masculino e feminino (Carta a P. J. Proudhon). **Utopia**. Revista anarquista de cultura e intervenção. Tradução Carolina Magos Jorge Carvalho. Lisboa, Portugal: Associação Cultural A Vida, n. 18, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **Mil Platôs** – capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. v. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DE PAULA, Jeziel. **1932**: imagens construindo a história. Campinas, São Paulo: UNICAMP; Piracicaba, São Paulo: UNIMEP, 1998.

DIAS, Everardo. **Jesus Cristo era anarquista**. São Paulo: A Plebe, 1920.

DUARTE, Regina Horta. **A Imagem Rebelde**: A trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, São Paulo: Pontes, 1992.

DULLES, John F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DURKHEIM, Émile. **A Ciência Social e a Ação**. Tradução de Inês Duarte Ferreira. São Paulo: DIFEL, 1975.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

_____. **Socialismo**: Émile Durkheim, Max Weber. Tradução de Ângela Ramalho; Antonia Bandeira. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador** – uma história dos costumes. v. 1. 2. ed. Tradução Ruy Jungman; Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador** – formação do Estado e Civilização. v. 2. Tradução de Ruy Jungman; Revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social** (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1977.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1991.

FEDERAÇÃO comunista libertária: fins geraes imediatos. Documento manuscrito sem identificação arquivado no DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) de São Paulo sob o prontuário de número 127.

FERNANDES, Ana Maria. **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. 2. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília: 2000.

FERRER, Cristian. Os destruidores de máquinas. **Libertárias** – Revista trimestral de cultura libertária, São Paulo, n. 4, dez. 1998.

_____. Gastronomia e anarquismo – vestígios de viagens à Patagônia trapeiro. **VERVE**: Revista semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo, n. 3, abr. 2003.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau, Santa Catarina: FURB, 1997.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1978.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Tradução de Octanny S. da Mota; Leônidas hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FLOREAL. Rio de Janeiro, 1907.

FREITAS, Sônia Maria de. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.

FORBES, Jack D. **Colombo e outros canibais**. Lisboa, Portugal: Antígona, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e Escritos II).

_____. **A Ordem do Discurso** – Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de

Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos IV).

FOURIER, Charles. **Guia dos cornudos**. Florianópolis: Insular, 1996. (Coleção Textos Marginais).

FREIRE, Roberto. **Soma**: uma terapia anarquista. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. 2 v.

FREIRE, Roberto; MATA, João da. **Soma, uma terapia anarquista** – Corpo a corpo – A síntese da Soma. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. v. 3.

FRELLER, Cíntia Copit. **Histórias de indisciplina escolar**: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FRIDMAN, Luís Carlos (Org.). **Socialismo**: Émile Durkheim, Max Weber. Tradução de Ângela Ramalho; Antonia Bandeira. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

FRIGERIO, Alejandro. Capoeira: de arte negra a esporte branco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Publicação quadrimestral da ANPOCS, São Paulo, v. 4, n. 10, jun. 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1988.

GALLO, Silvio. **Educação Anarquista**: um paradigma para hoje. Piracicaba, São Paulo: Unimep, 1995.

_____. **Pedagogia do risco**: experiências anarquistas em educação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

GERMINAL!. São Paulo, 1913.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GOLDMAN, Emma. **O indivíduo, a sociedade e o Estado**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 1998.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. **A bibliografia libertária**: o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001.

GORZ, André (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUERRA Sociale. São Paulo, 1915-1917.

GUERIN, Daniel. **Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUILLÉN, Abraham. **Economia Libertaria**: alternativa para un mundo en crisis. Madrid, Espanha: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1988.

_____. **Economia Autogestionaria**: las bases del desarrollo economico de la sociedad libertaria. Madrid, Espanha: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1990.

_____. **Socialismo Libertario**: ni capitalismo de monopolios, ni comunismo de Estado. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1990.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Pequenos Estudos de Filosofia Brasileira**. 2. ed., rev. e corr. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

GUIMARÃES, Eloísa; PAIVA, Elizabeth (Org.). **Contemporaneidade e Educação** – Revista semestral temática de Ciências Sociais e Educação – Violência e vida escolar. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, ano 2, n. 2, 1997.

GURVITCH, Georges. **A Vocação Atual da Sociologia**. Tradução de Orlando Daniel. Lisboa, Portugal: Cosmos, Santos, São Paulo: Martins Fontes, 1979. 2 v.

_____. **Proudhon**. Tradução de Lurdes Jacob; Jorge Ramalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983.

_____. **Proudhon e Marx**. Tradução de Luz Cary. Lisboa, Portugal: Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1980.
GUYAU, Jean-Marie. **Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção**. Tradução de José M. Cordeiro. Lisboa, Portugal: Guimarães, 1919.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria Nem Patrão**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: UNESP, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

_____. **Rebeldes Primitivos**: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. Tradução de João Carlos; Vitor Garcia; Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. 3. ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

JACKSON, J. Hampden. **Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

JEREMIAS, Marcolino *et al.* (Org.) **Três Depoimentos Libertários** – Edgar Rodrigues, Jaime

Cubero, Diego Gimenez Moreno. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

JOMINI, Regina C. M. **Uma Educação para a Solidariedade**: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha. Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.

JOYEUX, Maurice. **Reflexões sobre a Anarquia**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Terra Livre & Archipélago, 1992.

JOYEUX, Maurice *et al.* **Os anarquistas julgam Marx**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001.

KHOURY, Yara Aun. **As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

KNIESTEDT, Friedrich. **Memórias de um imigrante anarquista**. Tradução de René E. Gertz. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989. (Coleção Imigração Alemã).

KROPOTKIN, Piotr. **Ética**: origin y evolución de la moral (parte primera). Tradução directa del ruso pó Nicolas Tasin. Buenos Aires, Argentina: Argonauta, 1925.

_____. **O Anarquismo**: suas bases científicas, sua filosofia, seu ideal, seus princípios econômicos. Tradução de Hendioser. Salvador: Progresso, 1954.

_____. **A conquista do pão**. Tradução de Manuel Ribeiro. 3. ed. Lisboa, Portugal: Guimarães, 1975. (Biblioteca sociológica).

_____. **Campos, Fabricas y Talleres**. Barcelona, Espanha: Jucar, 1978.

_____. **Kropotkin**: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. **El Apoyo Mutuo**: un factor de la evolución. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1989.

_____. **As Prisões**. Tradução de Martin La Battaglia. São Paulo: Index Librorum Prohibitorum, 2003.

KULTUR. Rio de Janeiro, 1904.

LA BARRICATA. São Paulo, 1913.

LA BATTAGLIA. São Paulo, 1904-1913.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LA PROPAGANDA libertaria. São Paulo, 1913-1914.

LABURTHE-TOLRA, Philippe. **Etnologia – Antropologia**. Tradução de Anna Hartmann Cavalcanti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça e outros textos**. Tradução de Maria Flor Marques Simões. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

LARA, Tiago Adão. **Caminhos da Razão no Ocidente**: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **A Outra Face do Feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LESTRINGANT, Frank. **O Canibal**: grandeza e decadência. Tradução de Mary Del Priore. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo** – roteiro de libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livres, 1963.

LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. **O Que é maximismo ou bolchevismo**. São Paulo: [s.n.], 1919.

LEVAL, Gaston *et al.* **Autogestão e Anarquismo**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2002.

LEVAL, Gaston. **El Estado en la Historia**. Madrid, Espanha: CNT-AIT, Cali, Colombia: Asociación Artística “La Cuchilla”, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

_____. **Tristes Trópicos**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LICHTENBERGER, Henry. Os dois nihilismos. **Kultur** – Revista Internacional de estudos filozóficos e questões sociais. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 5-6, out. 1904.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

_____. **Um longo sonho do futuro** – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. 1881-1922. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.

_____. 1881-1922. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume I (1890-1919). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____. 1881-1922. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume II (1919-1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

LIMA, Mariângela Alves de. Teatro Operário em São Paulo. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil** – Memória, Lutas, Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOMBROSO, César. **O homem delinqüente**. Tradução e atualização de Maristele Bleggi; Onkar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta, a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

LUIZETTO, Flávio. **Presença do Anarquismo no Brasil**: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900-1920. São Carlos, São Paulo: USP, 1984.

LUZ, Fábio. **A internacional negra** – Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Revista Comercial, 1919. Distribuição Gratuita.

MAGNANI, Silvia Lang. **O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALATESTA, Errico. **A Anarquia e outros Escritos**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos, Centro de Cultura Social, 1987.

_____. **Anarquistas, Socialistas e Comunistas**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Escritos Revolucionários**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Novos Tempos, 1989.

_____. **Malatesta**: textos escolhidos. Seleção Grupo 1º de Maio – Annecy – França – Federação Anarquista Internacional. Porto Alegre: L&PM, 1984.

_____. **Solução Anarquista para a Questão Social**. São Paulo: Guilda de Estudos Sociais, 1962.

MANFRÉDONIA, Gaétano. **Espanha Libertária**: a revolução social contra o fascismo. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, Expressão e Arte, 2002.

MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920**. Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTIN, Sebastian S. **La Escuela Moderna en Brasil (1909-1919)**. 1991. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Educação e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade Nacional de Educação a Distância, Madrid, Espanha, 1991.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Tradução e notas de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Anarquismo**. Tradução de J. Abad Iniguez. São Paulo: Acadêmica, 1987.

MATA, João da. **A liberdade do corpo**: soma, capoeira angola e anarquismo. São Paulo: Imaginário; Rio de Janeiro: Soma, 2001.

MELLA, Ricardo. **Primeiro de maio, dia de luto e luta** – A tragédia de Chicago. Tradução de Sérgio Luiz M. Mesquita; Ione Moura Moreira. Rio de Janeiro: SINDSPREV/RJ, IDSCOPE, Achiamé, 2005.

MELLO NETO, Cândido de. **O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi** (de Poggio el Maré à Colônia Cecília). Ponta Grossa, Paraná: UEPG, 1998.

MELO, Aníbal Vaz. **Cristo, o maior dos anarquistas**. São Paulo: [s.n.], 1950.

MENDES, Teixeira. **O Positivismo e a questão social**: a propozito da propaganda anarchista. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista no Brasil, 1915.

MENEZES, Djacir. **Proudhon, Hegel e a dialética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989. v. 1.

_____. **História das Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1995. v. 2.

_____. **Intelectuais à Brasileira.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MORRIS, William. O trabalho e a máquina. In: WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas.** Tradução de Júlia Tettamanzi; Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. (Biblioteca Anarquista).

MOST, Jonh. **A peste religiosa.** São Paulo: Grupo Libertário Germinal, 1907.

MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma Degenerada.** São Paulo: Typ. Paulista, 1924.

_____. **Religião do Amor e da Beleza.** São Paulo: Typ. Condor, 1926.

_____. **Civilização** – tronco de escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

_____. **Amai e... não vos multipliqueis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

_____. **Han Ryner e o amor plural.** São Paulo: Unitas, 1933.

_____. **Serviço Obrigatório para Mulher? Recuso-me! Denuncio!** Santos, São Paulo: A Sementeira, 1933.

MURPHY, Michael P; O'NEILL, Luke A. J. (Org.). **“O Que é Vida?” 50 anos depois:** Especulações sobre o futuro da biologia. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

NA BARRICADA. Rio de Janeiro, 1915.
NÃO MATARÁS!. Rio de Janeiro, 1908.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho, pensamento social de um anarquista.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

_____. Anarquia nas Humanidades: perspectiva negativista no estudo da sociedade. **Revista Ariús** – Centro de Humanidades da UFCG. Campina Grande, n. 11, 2002. p. 72-82.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **O nascimento da bruxaria:** da identificação do inimigo à diabilização de seus agentes. São Paulo: Imaginário, 1995.

NORTE, Sérgio Augusto Queiroz. **Bakunin:** Sangue, Suor e Barricadas. Campinas: Papyrus, 1988.

O AMIGO do Povo. São Paulo, 1902.

O ANARCHISTA. Recife, 1894.

O INÍCIO. São Paulo, 1915.

OITICICA, José. **Ação direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira** - meio século de pregação libertária. Seleção, introdução e notas: Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.

_____. **A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos.** São Paulo: Econômica, 1983.

O'HARA, Craig. **A filosofia do punk:** mais do que barulho. Tradução de Paulo Gonçalves. São Paulo: Radical Livros, 2005.

PAGELS, Elaine. **As Origens de Satanás:** um estudo sobre o poder que as forças irracionais exercem na sociedade moderna. 2. ed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

PALLOTTINI, Renata. **Colônia Cecília:** um pouco de ideal e de polenta. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

PASSETTI, Dorothea Voegeli. Canibal. **VERVE:** Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 6, p. 103-126, out. 2004.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Éticas dos Amigos:** invenções libertárias da vida. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. Heterotopias anarquistas. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 2, out. 2002.

_____. Rebeldias e Invenções na Anarquia. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abr. 2003.

_____. Vivendo e Revirando-se: heterotopias libertárias na sociedade de controle. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003.

PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da (Org.). **Conversações abolicionistas:** uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCrim, 1997.

PEIRATS, José. **Los Anarquistas em la Crisis Política Española.** Madrid, Espanha: Jucar, 1977.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio Histórico e Político.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A Classe Operária no Brasil: 1889-1930** – Documentos – o movimento operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v. 1.

PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal:** da forma ao sentido. v. 2, 2. ed. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação).

PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil** – Memória, Lutas, Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Antonio Arnoni; HARDMAN, Francisco Foot (Organização, introdução e notas). **Contos Anarquistas** – Antologia da Prosa Libertária no Brasil (1901-1935). São Paulo: Brasiliense, 1985.

PROUDHON, P. J. **A Nova Sociedade.** Porto, Portugal: Rés, [197-].

_____. **La Capacidad Política de la Clase Obrera.** Buenos Aires, Argentina: Proyección, [197-].

_____. **Proudhon.** Edson Passetti; Paulo-Edgar Resende (Orgs.). Tradução de Célia Gambini, Eunice Ornelas Setti. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **O que é a propriedade?** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria.** Tradução de J. C. Morel. São Paulo: Ícone, 2003. t. 1.

PINHO, Adelino de. **Pela educação e pelo trabalho** – Conferência lida na Liga Operária de Campinas, em 13 dez. 1908. Porto, Portugal: Typographia Peninsular, 1909.

_____. **Quem não trabalha não come.** São Paulo: Cooperativa Graphica Popular, 1920.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Entre a história e a liberdade:** Lucce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2000.

RECLUS, E. **A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. **Reclus**. Manuel Correia de Andrade (Org.). Tradução de Maria Cecília França; Januário Francisco Megale; B. F. Ramiz Galvão. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RISTORI, Oresti. **Contra a Imigração**. São Paulo: La Battaglia: 1906.

RODRIGUES, Edgar. **Na Inquisição de Salazar**. Rio de Janeiro: Germinal, 1957.

_____. **A Fome em Portugal**. Rio de Janeiro: Germinal, 1958.

_____. **O Retrato da Ditadura Portuguesa**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1962.

_____. **O Socialismo**: síntese das origens e doutrinas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968.

_____. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1657-1913)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

_____. **Alvorada Operária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1970.

_____. **Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

_____. **Os Anarquistas, Trabalhadores Italianos no Brasil**. São Paulo: Global, 1984.

_____. **ABC do Sindicalismo Revolucionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987.

_____. **O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

_____. **Os Libertários** – José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993.

_____. **Os Companheiros**. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994. v. 1.

_____. **Os Companheiros**. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1995. v. 2.

_____. **Os Companheiros**. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 3.

_____. **Os Companheiros**. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 4.

_____. **Os Companheiros**. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 5.

_____. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

ROMANI, Carlo. **Oresti Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002.

ROMERA VALVERDE, Antonio José. **Pedagogia libertária e autodidatismo**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1996.

ROSSI, Giovanni. **Colônia Cecília e Outras Utopias**. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vincentini, Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

SALE, Kirkpatrick. **Inimigos do Futuro**: a guerra dos ludditas contra a Revolução Industrial e o desemprego: lições para o presente. Tradução de Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo**. Maceió: Arquivo de Alagoas, 1982.

SANTILLÁN, Diego Abad de. **O Organismo Econômico da Revolução**: a autogestão na Revolução Espanhola. Tradução de Arnaldo Spindel;

Pierre André Ruprecht. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHRÖDINGER, Erwin. **O que é vida?** O aspecto físico da célula viva seguido de mente e matéria e fragmentos autobiográficos. Tradução de Paula Assis, Vera Yukie Kuwajima de Paula Assis. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão** – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SILVEIRA, Joel; MORAES NETO, Geneton. **Hitler/Stalin**: o pacto maldito. Rio de Janeiro: Record, 1990.

SILVEIRA, Miroel. **A contribuição italiana ao teatro brasileiro (1895-1964)**. São Paulo: Quíron, Brasília, DF: INL, 1976.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, EDUSP, 1966.

SOUZA, José Crisóstomo de. **A Questão da Individualidade**: a crítica do humano e do social na polêmica Stirner-Marx. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993.

SOUZA, Newton Stadler de. **O Anarquismo da Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

STIRNER, Max. **Stirner**: Textos Dispersos. Seleção e apresentação de J. Bragança de Miranda. Lisboa, Portugal: Via, 1979.

_____. **O Falso Princípio de Nossa Educação**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. Algumas observações provisórias a respeito do Estado fundado no amor. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 1, maio 2002.

_____. Os mistérios de Paris. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abr. 2003.

_____. Arte e Religião. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003.

_____. **O Único e a sua Propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004.

SUN-TZU. **A arte da guerra**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa, Klauss Brandini Gerhardt. Versão inglesa de Samuel B. Griffith do original chinês. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Cultura).

TARDE, Gabriel. **As leis da imitação**. Tradução de Carlos Fernandes Maia com a colaboração de Maria Manuela Maia. Porto, Portugal: Rés, [19--].

THOREAU, Henry D. **Desobedecendo** – a desobediência civil e outros escritos. Tradução de José Augusto Drummond. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

TIBA, Içami. **Disciplina**: o limite na medida certa. 38. ed. São Paulo: Gente, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

TURNER III, Frederick W. (Introdução e notas). **Gerônimo, uma autobiografia**. Tradução de Paulo Henriques Britto. Porto Alegre: L&PM, 1986.

_____. **O espírito ocidental contra a natureza:** mitos, história e as terras selvagens. Tradução de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VASCO, Neno. **Concepção Anarquista do Sindicalismo.** Porto, Portugal: Afrontamento, 1984.

VITA, Luis Washington. **Panorama da Filosofia no Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1969.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas.** Tradução de Júlia Tettamanzi, Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. (Biblioteca Anarquista).

_____. **Anarquismo:** uma história das idéias e movimentos libertários – A Idéia. Tradução de Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983. v. 1.

_____. **Anarquismo:** uma história das idéias e movimentos libertários – O Movimento. Tradução de Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1984. v. 2

FORMATO *19x26,8 cm*

TIPOLOGIA *Adobe Garamond Pro e Cordelina*

Nº DE PÁG. *280*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCC



Nossa Imprensa

Com motivo do 1º de maio, o valente paladino libertário “A Plebe” publicou uma edição especial de 8 páginas, com vários clichês e selecionada matéria.

Também temos a registrar o aparecimento de “Alba Rossa” do “Rebêlde” e “O Trabalhador da Light”, todos eles com ótima apresentação.

Trabalhadores!

Lede “A Plebe” o vosso jornal

O trabalhador.

São Paulo – SP. – Ano 03 – Nº 01 – 10.05.1934. Página 02.

Como entendemos a igualdade

Igualdade que nós queremos não é metafísica, mas real. Não oferece a todos a “mesma” razão, mas garante a todos a satisfação das suas necessidades, exigindo de todos não o “mesmo” esforço e a “mesma” capacidade, mas de cada um o dispêndio de energias de que se sente capaz.

Não aspira à nivelção dos cérebros e dos estômagos, pretende, ao em vez, alcançar a harmonia social como resultado das múltiplas satisfações.

(Não assinado)

A Plebe. São Paulo – SP. Ano 03 – Nº 41. 30.10.1919. Página 02

A família no comunismo

A família no regime burguês organiza-se tendo como base o interesse e as conveniências e se conserva unida por liames artificiais, compromissos vergonhosos, traições mal encobertas, litígios, ofensas pessoais, transações e violências.

E quando nas classes pobres se dissolve, os filhos são abandonados à caridade pública e, faltando esta, são atirados à rua...

Ao lado da família burguesa prospera o infanticídio, a prostituição, o proxenetismo e o crime...

No regime comunista anárquico a base única da família é o amor e mantêm-se pela amizade, pelo respeito mútuo, livre de preocupações econômicas.

E se o amor que determinou a união vem a desaparecer e o convênio se transformar em opressão recíproca, dissolvendo-se a família, os filhos ficam amparados pela comunidade

(Não assinado)

A Plebe. São Paulo – SP. Ano 03 – Nº 34.. 16.10.1919. Página 04.